

ELIZANGELA BARBOSA CARDOSO

IDENTIDADES DE GÊNERO, AMOR E CASAMENTO EM TERESINA
(1920-1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Área de concentração: História Contemporânea II.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rachel Soihet.

Niterói
2010

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C268 Cardoso, Elizangela Barbosa.

Identities de gênero, amor e casamento
em Teresina (1920-1960) / Elizangela Barbosa Cardoso. – 2010.

535 f.

Orientador: Rachel Soihet.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

Bibliografia: f. 488-535.

1. Mulher - Teresina (PI) - Aspecto social. 2.
Mulher - Identidade. 3. Casamento. 4. Amor. I. Soihet, Rachel. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia. III. Título.

ELIZANGELA BARBOSA CARDOSO

IDENTIDADES DE GÊNERO, AMOR E CASAMENTO EM TERESINA
(1920-1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor
em História.

Área de concentração: História Contemporânea II

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rachel Soihet.

Aprovado em ____/____.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Rachel Soihet – orientadora
UFF

Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco
UFPI

Dra. Luzia Margareth Rago
UNICAMP

Dra. Suely Gomes Costa
UFF

Dra. Roselane Neckel
UFSC

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, o momento é de agradecimento. Do início ao fim da trajetória, contei com apoio institucional e de muitas pessoas, a todas gostaria de manifestar imensa gratidão. Especialmente, agradeço:

À CAPES, por ter financiado a pesquisa que resultou neste trabalho.

Aos colegas do Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que assumindo minhas atividades de professora, permitiram que eu me dedicasse à pesquisa.

À professora Dra. Rachel Soihet, grande mestra, orientadora extremamente competente e generosa, por quem sinto profunda admiração e respeito, pelo afeto, incentivo e orientação, imprescindíveis à realização deste trabalho.

Às professoras Dra. Suely Gomes Costa e Maria Izilda Santos de Matos, que, participando do exame de qualificação, leram atenta e criticamente versão de parte dos capítulos, indicando novas referências bibliográficas e também apresentando sugestões valiosas quanto à distribuição das informações e dos capítulos.

Às colegas do curso História das mulheres, relações de gênero: uma discussão política, sob a responsabilidade das professoras Dra. Rachel Soihet e Dra. Suely Gomes Costa, com quem tive a oportunidade de compartilhar discussão prazerosa e proveitosa de novas referências, no campo História das Mulheres e das Relações de Gênero.

Aos professores e professoras da Pós-Graduação em História Dr. Guilherme das Neves, Dra. Ana Maria Mauad e Dra. Adriana Facina pela convivência frutífera.

À professora Dra. Teresinha Queiroz, pelas sugestões, escuta amiga e paciente, incentivo e apoio no decorrer da trajetória de pesquisa.

Ao professor Bernardo Pereira Sá Filho, que disponibilizou as entrevistas por ele realizadas com Gerusa Santos e Maria Ambrósia da Silva.

Às professoras Júnia Napoleão do Rego e Elizabeth Abrantes, colegas do curso de doutorado, pelas trocas frutíferas e afetuosas.

Ao professor Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco, pelas indicações bibliográficas, incentivo e também por ter possibilitado o acesso a algumas matérias sobre feminismo e flerte, publicadas em jornais do início do século XX, hoje, indisponíveis para consulta, no Arquivo Público do Piauí.

Aos professores Dr. Edwar Castelo Branco e Dr. Alcides Nascimento pelo estímulo constante.

À Silvana Damasceno e Inês Almeida, secretárias da Pós-Graduação, pelo carinho e atenção com que sempre me trataram.

À professora Dra. Maria do Socorro Rios Magalhães, pelas sugestões valiosas e revisão paciente e atenta deste trabalho.

À Marilu Alves de Oliveira, Ana Paula Barbosa Cardoso, Áurea Queiroz, Gislane Torres, Regianny Monte, Cristina Cunha, Alcides Nascimento Júnior, Nercinda Brito e Iara Guerra, pela contribuição na composição de parte do *corpus* documental desta pesquisa.

Às funcionárias e funcionários das instituições em que fiz pesquisa em Teresina e no Rio de Janeiro, especialmente, a Maria de Jesus Nunes Silva, Sebastião Bertoldo da Silva, Antônia Maria da Conceição, Elizete Ribeiro da Costa, Iolete Benvindo da Rocha, Cremisia Alberto de Sousa, Maria Ivone Matos, Ana Maria dos Santos, Jorge Luís dos Santos e Vera Lúcia Garcia Menezes.

Ao Marcelo Cheche Galves, que encaminhou à Pós-Graduação parte da documentação necessária à defesa da tese.

A minha imensa gratidão a Ana Coeli Moura Napoleão do Rego, Augusto Castelo Branco, Celso Barros Coelho, Henriqueta Pinheiro da Silva, José Elias Martins de Arêa Leão, Maria Albuquerque, Maria Genu de Aguiar Moraes Correia, Raimunda Ribeiro Machado, Rita Santos, Raimundo Nonato Monteiro de Santana e Yara Maria de Sousa Vilarinho Oliveira, por terem me permitido compartilhar a emoção singular de suas memórias, possibilitando a construção da história narrada neste trabalho.

Ao Silvan, que, além de compreender os momentos de ausência, generosamente, tem compartilhado os momentos de alegria e de dor, bem como tem sido meu porto seguro.

Aos meus pais, Sônia e Francisco, às minhas irmãs Margarida e Ana Paula, ao meu irmão Antonio Carlos e aos meus sobrinhos Josué e Jonas pela compreensão, cuidado, afeto e incentivo.

A minha sogra Maria do Carmo, pelo cuidado e apoio.

Às grandes amigas Vanda e Joseane, com quem sempre pude contar nos momentos de alegria e de tristeza, muito obrigada!

À Luciana Pereira pela acolhida afetuosa, em Niterói.

À Helena Maria da Silva, que, realizando os trabalhos domésticos, deu-me tranquilidade e condições de trabalho, em casa.

RESUMO

Este trabalho estuda as relações de gênero e as condições históricas que tornaram possível a construção da identidade feminina centrada no casamento e na maternidade, no período compreendido entre 1920 e 1960, em Teresina (PI). Questiona-se acerca das formas de perceber o gênero que teriam possibilitado às mulheres se significarem a partir da maternidade e do casamento, das normas que asseguraram essa definição e das articulações entre as normas e a organização social. São abordadas diferenças e hierarquias de gênero no campo da educação formal, no mercado de trabalho, na trajetória do flerte ao noivado e em códigos de sexualidade. Igualmente, analisa-se a difusão do amor romântico no processo de formação de casais e seu impacto na colonização do futuro feminino. É também abordada a definição da mulher pela maternidade e a ampliação do papel materno, no decorrer do período em estudo. O *corpus* documental que permitiu o desenvolvimento do tema proposto é formado por contos, crônicas e artigos publicados em jornais, revistas e almanaques, que circularam em Teresina. Memórias, biografias, romances, poesias, quadrinhas, brincadeiras infantis, genealogias, dados censitários, mensagens e relatórios governamentais, depoimentos de homens e mulheres que viveram a juventude na conjuntura abordada, bem como a revista *Vida Doméstica*, produzida, no Rio de Janeiro, mas também consumida em Teresina, compõem igualmente a documentação pesquisada. Argumenta-se que o delineamento da identidade feminina embasada no casamento e na maternidade foi fruto do impacto da definição da mulher como *naturalmente* mãe, bem como da construção de diferenças e hierarquias de gênero na educação familiar e formal, no mercado de trabalho e nas relações afetivo-sexuais.

PALAVRAS-CHAVE: Identidades de gênero. Feminino. Casamento. Amor.

ABSTRACT

The present work studies the gender relations and the historical conditions that enabled the construction of the feminine identity centered in the marriage and in maternity, in the period between the years 1920 and 1960, in Teresina (PI). It is questioned about the forms to perceive the gender that would have enabled women to reach their meaning from maternity and marriage, from norms that assure this definition and from the articulations between the norms and the social organization. Gender's and hierarchy's differences are boarded in the formal education field, in the work market, the flirt trajectory to the engagement and in codes of sexuality. Equally, it is analyzed the diffusion of the romantic love in the formation process of couples and its impact in the feminine future establishment. The women definition by maternity and the expansion of maternal role is also boarded, during the period under study. The documentary *corpus* that allowed the development of the proposed topic is formed by stories, chronicles and articles published in periodicals, magazines and almanacs, that had circulated in Teresina. Memories, biographies, romances, poetries, *quadrinhas*, child tricks, genealogies, censuses, governmental messages and reports, men and women testimonials who had lived their youth in the boarded juncture, as well as the magazine *Vida Doméstica*, produced, in Rio De Janeiro, but also consumed in Teresina, equally compose the researched documentation. It is argued that the delineation of feminine identity based on the marriage and maternity was fruit of the impact of the definition of woman as a natural mother, as well as the construction of differences and hierarchies of genders in the familiar and formal education, in the work market and in the affective-sexual relations.

KEY WORDS: Gender Identities. Feminine. Marriage. Love.

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado para mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linguagem, fundo reinos
(dor não é amargura).
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida, é maldição prá homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

Adélia Prado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 SUBVERSÃO E ORDEM.....	24
1.1 FEMINISMO NA PACATA E MORNA TERESINA.....	25
1.2 EMANCIPAÇÃO POSSÍVEL.....	58
1.2.1 MÃES EDUCADORAS E PROFISSIONAIS.....	58
1.2.2 SOB O VÉU DA FEMINILIDADE.....	77
2 CULTIVO DO DESEJO E DO AMOR.....	96
2.1 AO ACASO DE UM ENCONTRO.....	97
2.2 CONJUGANDO OS VERBOS FLERTAR E NAMORAR.....	115
2.3 NO EMBALO DA CANÇÃO.....	124
2.4 NO ESCURO DO CINEMA.....	139
2.5 CONQUISTA E NAMORO.....	152
3 EMBATES DE EROS.....	182
3.1 PROVAS DE MASCULINIDADE.....	183
3.2 MOÇAS DE FAMÍLIA.....	197
3.3 CORPOS EROTIZADOS.....	212
3.4 PROVAS DE AMOR E CASAMENTO.....	224
3.5 REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUTA.....	240
3.6 HONRA E PRAZER.....	253
4 DO SONHO DE AMOR À INFELICIDADE.....	279
4.1 FORMAS DE SENTIR.....	280
4.2 ENTRE LIBERDADE DE AMAR E AVAL DA FAMÍLIA.....	296
4.3 AMORES SINGULARES.....	322
4.4 ASCENSÃO SOCIAL E OBRIGAÇÃO.....	337
4.5 DE AMOR E ÓDIO.....	352
4.6 SOB O SIGNO DA AMEAÇA.....	373
5 EM NOME DA DIFERENÇA.....	388
5.1 MULTIFACES DA MÃE.....	389
5.2 EM DEFESA DA CRIANÇA E DA PÁTRIA.....	422
5.3 ENTRE CONSTRANGIMENTOS E ESCOLHAS.....	455
CONCLUSÃO.....	478
FONTES E REFERÊNCIAS.....	488

INTRODUÇÃO

O uso do conceito de gênero despontou na produção historiográfica, no Brasil, a partir de 1990, com a tradução de *Gênero: uma categoria de análise histórica*, de Joan Scott, e, ainda, a partir da difusão de estudos produzidos por historiadoras brasileiras.¹ Teorizado de diferentes maneiras,² o uso do conceito suscitou, ao longo das últimas décadas, debates, disputas, abordagens e perspectivas diversas³. Seu emprego permitiu o enfoque relacional no campo da história das mulheres; a pluralização da categoria mulher, com o reconhecimento da diferença e da necessidade de interrelacionar gênero às categorias classe, raça/etnia e geração, entre outras formas de pertencimento, bem como o estudo das masculinidades.⁴

¹ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 54, v. 27, p. 281-302, jul-dez, 2007.

² SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas n. 3, p. 11-27, 1994; SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n. 20, v. 2, p. 93, 1995; LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Fred*. Rio de Janeiro: Rulume Dumará, 2001; BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-174.; BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; HARAWAY, Donna. 'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

³ SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Bruscini, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.39-53. ; SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994; TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994; VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 63-64, 1994; QUEIROZ, Teresinha. Do singular ao plural. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996. p. 5-17; SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 95-114; SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-29; SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas da historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997; PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 49-66; MATOS, Maria Izilda Santos de. Desafios da pós-modernidade: sensibilidades e masculinidades. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 2, p. 175-192, 1 sem. 2002; COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003. p. 187-208; SOIHET, Rachel; FACINA, Adriana. Gênero e memória: algumas reflexões. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 1, p. 9-19, sem. 2004; PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005; SOIHET; PEDRO, 2007.

⁴ Ver MATOS, Maria Izilda Santos de; FARIA, Fernando A. *Melodia e sintonia em Lupicínio Rodrigues*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim*. 2. ed. São Paulo:

Joan Scott, no referido estudo, argumenta que gênero é “um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e, numa segunda perspectiva, trata-se de “uma forma primária de dar significado às relações de poder”.⁵ Segundo a primeira proposição de Scott, o gênero diz respeito a dimensões simbólicas, normativas, institucionais e subjetivas, a partir da qual se torna possível dizer que o sistema escolar, o mercado de trabalho e a política são como várias instâncias sociais e econômicas generificadas. Conforme a segunda proposição, o gênero está implicado na própria concepção e construção do poder.⁶

Feminino e masculino, por sua vez, são definidos como construções históricas e culturais, na medida em que homens e mulheres são conceituados enquanto *categorias vazias e transbordantes*. “Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas”.⁷

A autora acentua ainda que gênero é “um aspecto geral da organização social”⁸, uma vez que as sociedades o representam e com base nele articulam regras de relações sociais e também constroem o significado da identidade e da experiência. A partir do diálogo com Pierre Bourdieu, destaca que “os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social”.⁹

A abordagem do gênero como construção cultural, a partir das diferenças percebidas entre os sexos, proposta por Scott, foi questionada por estudos que indicam que o sexo é produzido pelo gênero. Thomas Laqueur, ao evidenciar a invenção moderna do modelo dos dois sexos, no século XVIII, mostra que o gênero constituiu o sexo, no contexto. Para o autor, o corpo é de tal maneira atravessado pelos significados que a cultura lhe atribui que não é possível acessá-lo sem mediação. Com efeito, o sexo “tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre o gênero e poder”.¹⁰

Companhia Editora Nacional, 2001; ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Limites do mando, limites do mundo: a relação entre identidades de gênero e identidades espaciais no Nordeste do começo do século*. *História: questões e debates*, Curitiba, ano 18, n. 34, p. 89-104, jan./jun. 2001; ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo*. Maceió: Edições Catavento, 2003; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Masculinidades plurais*. *Unisinos*, n. 2, v.9, p. 85-95, 2005b;

⁵ SCOTT, 1995, p. 86.

⁶ *Ibid.*, p. 88.

⁷ *Ibid.*

⁸ SCOTT, 1994, p. 20.

⁹ SCOTT, 1995, p. 88.

¹⁰ LAQUEUR, 2001, p. 23.

Judith Butler também questiona a definição do gênero como interpretação cultural do sexo. A partir do diálogo com Michel Foucault, Butler considera o “sexo” como categoria normativa e reguladora. Ele funcionaria como norma e prática regulatória que produz os corpos e os governa. Em sua perspectiva, a noção de sexo é elaborada por múltiplos discursos enquanto a diferença sexual é, simultaneamente, marcada e formada por práticas discursivas.¹¹ Em seus termos: “as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva”.¹²

Este trabalho, que dialoga com estudos produzidos no campo história das mulheres e das relações de gênero, aborda condições históricas que propiciaram a construção da identidade feminina centrada no casamento e na maternidade, em Teresina, nos segmentos mais elevados, no recorte compreendido entre as décadas de 1920 e 1960.

O ponto de partida da elaboração do tema proposto foi a constatação, quando da escrita de minha dissertação de mestrado – que trata do ingresso feminino no ensino superior, entre 1930 e 1970 – de que muitas mulheres se subjetivaram enquanto mães, esposas e donas-de-casa.¹³ Comumente, moças sonhavam com o amor e o casamento, em detrimento do investimento no ensino de terceiro grau e em uma possível profissão. Parte das mulheres que viveu a juventude no referido período, ainda que incentivada a investir em outros projetos, considerava que a realização pessoal e afetiva seria vivida no casamento. Enquanto outras, que passaram a considerar importantes o ensino superior e o exercício profissional, não prescindiram do projeto de casar e ser mãe. O casamento, a maternidade e o lar eram representados enquanto ideais.

Em balanço acerca da história das mulheres na França, um conjunto interdisciplinar de pesquisadoras enfatiza a necessidade de abordar a cultura, as compensações, as resistências e poderes femininos em relação à problemática da dominação masculina. Acentuam que a dominação masculina – relação social e desigual, a respeito da qual é possível compreender as especificidades no âmbito dos sistemas históricos – é estabelecida através de definições e redefinições de papéis e estatutos relativos às mulheres e ao sistema de reprodução social. No âmbito dessa dominação, também operam resistências e compensações variadas, dentre as quais, poderes, que possibilitam explicar o consentimento das mulheres aos papéis e funções que visam assegurar sua dominação, conforme afirmam as autoras.¹⁴

¹¹ BUTLER, 2003.

¹² BUTLER, 2001, p. 153.

¹³ CARDOSO, 2003.

¹⁴ FARGE, Arlette et al. A história das mulheres, a cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2 sem. 2001.

Com base nessas orientações e no conceito de gênero, conforme formulado por Joan Scott, elaborei as seguintes questões: que formas de perceber o gênero teriam possibilitado às mulheres se significarem a partir da maternidade e do casamento? Que normas asseguraram essa definição feminina? De que maneira essas normas se articulavam à organização social e às relações de poder? Que compensações impulsionaram a interiorização de representações dominantes? No decorrer da trajetória de pesquisa, a partir destas questões e do diálogo entre bibliografia e empiria o tema foi sendo delimitado, conforme explico a seguir.

Teresina¹⁵, por ser a capital do Piauí, foi beneficiada pela dinamização da economia piauiense sob o extrativismo vegetal, tornando-se alvo de investimentos que possibilitaram a modernização de seu espaço central, a instalação de equipamentos urbanos e a instituição de sistema escolar e de saúde. Em função do bom desempenho da exportação da borracha de maniçoba e, posteriormente, da cera de carnaúba, nas três primeiras décadas do século XX, implantaram-se, na cidade, a água encanada, a luz elétrica e o bonde.¹⁶

No período em estudo, por ofertar serviços educacionais, Teresina atraía moças e rapazes do interior do Piauí, bem como do Maranhão, que se dirigiam à capital para estudar. Com efeito, em Teresina, encontravam-se filhos e, em menor proporção, filhas, de diferentes cidades do Estado.

Em virtude de abrigar o aparelho burocrático, em Teresina, era grande o número de funcionários públicos. Parte de sua classe média era formada por essa categoria. Compunham a classe média, também, pequenos proprietários, comerciantes, profissionais liberais, que geralmente eram funcionários públicos, guarda-livros e altos funcionários do comércio de exportação-importação, que se concentrava em Parnaíba, mas que mantinha representantes em Teresina. A classe alta, por sua vez, era composta por proprietários de terra, grandes comerciantes e funcionários públicos do alto escalão.

Nas primeiras décadas do século XX, quando a cidade integrava-se à dinâmica capitalista, as identidades de gênero se tornaram uma questão importante. A educação e o trabalho femininos, a luta pela cidadania política, bem como os possíveis rumos da sociedade moderna sob o impacto dos feminismos na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil,¹⁷ se

¹⁵ À época da realização do censo de 1920, Teresina contava com 57.500 habitantes. Em 1940, o número de habitantes passou a ser 67.541. O censo de 1950, por sua vez, indicou a presença 90.723 pessoas. No ano de 1960, o recenseamento verificou que a população do município era composta de 142.691 habitantes. Entre 1940 e 1960, a população urbana cresceu em detrimento da rural (52% em 1940, 57% em 1950 e 69% em 1960). Cf. FUNDAÇÃO IBGE. *Teresina: Piauí*. [Rio de Janeiro, 197?]. p. 6.

¹⁶ A respeito da modernização de Teresina nas três primeiras décadas do século XX, ver: QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*. 2. ed. Teresina: UFPI, 1998a.

¹⁷ Acerca dos feminismos no período, ver KAPPELI, Anne-Marie. Cenas feministas. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 4.

tornaram questões discutidas, na imprensa. Homens e mulheres –, que principiavam a escrever na imprensa, – passaram a expressar seus pontos de vista acerca destas questões, tornando visíveis formas de significação que se embatiam no contexto, no âmbito das disputas pela hierarquização do social. Isto porque, embora o feminismo não tenha se tornado um movimento organizado em Teresina, as suas demandas impulsionavam a reflexão e a redefinição das relações de gênero.

Na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, tanto feministas, quanto antifeministas operavam com a definição da mulher enquanto naturalmente mãe.¹⁸ Feministas buscavam, em nome da maternidade, ampliar as possibilidades de inserção feminina na esfera pública, bem como transformar a maternidade em função social. Nesse caso, afirmar que a mulher era naturalmente mãe era uma tentativa de legitimar e ampliar direitos, a partir da maternidade. Em contrapartida, a definição da mulher enquanto mãe visava também instituir e legitimar a divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres deveriam ser mães, esposas e donas-de-casa, assegurando as condições de reprodução social, enquanto os homens deveriam assumir a condição de cidadãos, de pais e provedores familiares.

O feminismo organizado no Brasil considerava a igualdade de acesso à educação formal, ao mercado de trabalho e à cidadania política imprescindíveis à emancipação feminina.¹⁹ A igualdade de gênero, nessas áreas, contudo, para muitos homens e também mulheres, era sinônimo de desestabilização social, de desintegração da família e da sociedade. Em Teresina, o casamento, o amor romântico, este se espalhava enquanto valor, e a família eram considerados dependentes da diferença sexual inscrita nas mulheres e da divisão do trabalho dela decorrente. Do trabalho das mulheres, na família e na gestão do mundo da casa, dependeria a criação de condições para o exercício da cidadania masculina. A estabilidade social conforme era percebida dependia do enquadramento das mulheres aos papéis tradicionais femininos. Em uma sociedade que se tornava moderna e ao mesmo tempo se mantinha tradicional. Acreditava-se que a ordem só seria possível, se as mulheres se tornassem mães, esposas e donas-de-casa.

p. 540-579; SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006; BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. São Paulo: EDUSP, 1999; HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹⁸ BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, Georges; PERROT, 1995, v. 5, p. 440-453; SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1997; SOIHET, Rachel. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 2, p. 7-26, 1 sem. 2002; SOIHET, 2006.

¹⁹ SOIHET, 2006.

O desempenho dessas funções era então percebido, tanto como desígnios de Deus quanto da natureza. A referência à natureza vinha reforçar a relação entre maternidade e feminilidade, bem como estabelecer uma verdade acerca das mulheres, uma vez que estava respaldada no conhecimento científico. A partir da capacidade reprodutiva, a mulher-mãe era inscrita em uma ordem natural, imutável e verdadeira.

A percepção da mulher como naturalmente mãe incidia nas formas de significação da educação feminina. A formação das filhas em relação à das mães deveria se distinguir pela educação para a maternidade, uma vez que, para ser mãe, no mundo moderno, seria necessário dispor de saber racional e científico.

Percebi que essas formas de ver o gênero instituíam desigualdades entre mulheres e homens, direcionando as mulheres para o casamento e a maternidade. Assim, a relação entre feminilidade e maternidade, o discurso feminista circulante, em Teresina, e as formas de inserção feminina na educação formal e no mercado de trabalho tornaram-se parte do tema.

Nos anos 1920, as mulheres mais abastadas experienciavam o espaço urbano através da participação em formas de lazer tradicionais e modernas, nas escolas e no mercado, ainda que de forma incipiente. As filhas das famílias mais abastadas, ao circularem no espaço público, exercitavam uma nova prática, a oferta no mercado sentimental. Moças modernas praticaram o *flirt* e sonhavam em casar por amor. Sob o impacto do cinema, resultante da incidência do capitalismo no campo do lazer, as preferências dessas moças incidiam sobre os rapazes que lembravam seus astros. Contudo, se algumas tinham chances de casar com seus *príncipes encantados*, outras precisavam se contentar com maridos impostos pela família, ainda que longe do ideal sonhado.

A crescente aproximação de moças e rapazes, na cidade, especialmente, no passeio público, inaugurado na praça Rio Branco, em 1914, no cinema e nos bailes, favorecia o surgimento de flertes e de namoros. As relações entre os gêneros se modernizavam e, ao mesmo tempo, mantinham-se velhos preceitos, pois a exigência de contenção dos costumes foi uma exigência que atravessou o período em estudo. O namoro deveria ocorrer em função do casamento, assim como também o usufruto do corpo e da sexualidade deveriam se restringir ao matrimônio.

Parecia-me que a contenção dos costumes, que normatizava o acesso ao corpo da moça também o erotizava, fomentando o desejo sexual e também favorecendo a produção da heterossexualidade. O desejo, por sua vez, na impossibilidade de se realizar, reforçava a ânsia de casar. Diante dessa hipótese, a trajetória do flerte ao noivado, os significados a eles

atribuídos, bem como as condições de aproximação de moças e de rapazes no ambiente urbano integraram o tema.

Nos anos 1920, em torno da homogeneização das aparências sob o impacto do cinema e do desnudamento do corpo feminino em relação aos padrões então vigentes, emergiu a representação da melindrosa, através da qual se inscreveu a sensualidade e o erotismo enquanto atributos das moças dos segmentos mais abastados. A despeito disso, a legitimidade do exercício da sexualidade dessas moças permanecia limitada ao casamento. A respeitabilidade feminina e a condição de casadoura dependiam da manutenção da virgindade. No caso dos rapazes, contudo, a experiência sexual era inscrita com um dos elementos fundantes na construção da identidade masculina ideal. A sexualidade centrada na reprodução implicava a exigência de aprendizagem sexual masculina.

A partir destas constatações, diferenças e desigualdades de gênero nos códigos de sexualidade passaram a compor o tema. O recorte social da pesquisa também foi alargado, na medida em que se fez necessário refletir acerca da função das mulheres pobres, especialmente, prostitutas, na urdidura da identidade feminina, a partir do casamento e da maternidade, nas classes alta e média. Isto porque a construção das masculinidades, nos referidos segmentos, estava embasada na iniciação e na aprendizagem sexual propiciada por prostitutas e mulheres pobres. As fontes permitiam inferir que o delineamento da moça de família era dependente do acesso dos homens ao corpo de mulheres pobres, negras, mulatas e brancas.

Através do cinema, da circulação de periódicos, de folhetins, de romances, de poesias, de músicas, de quadrinhas, bem como em brincadeiras, nas sociabilidades, no lazer e nas práticas católicas, difundiam-se ideais do amor romântico. Em sua forma mais idealizada, o amor romântico era percebido como sentimento que propiciava o acesso a mundos-paraísos. Ele era considerado a origem da verdadeira felicidade, que seria alcançada, no casamento, representado como lugar de realização do amor. O amor romântico emergia como um valor a ser cultivado. E uma vez que seus ideais incidiram, especialmente, sobre as mulheres,²⁰ a difusão desse amor no sistema de casamento e sua relação com a construção da identidade da mulher casada e mãe, compuseram o tema.

Neste trabalho, portanto, a partir das potencialidades de exploração da documentação pesquisada, busquei abordar diferenças e hierarquias de gênero no campo da educação formal,

²⁰ GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993; LIPOVETSKY, Gilles. *Sexo, amor e sedução*. In: _____. *A terceira mulher*. São Paulo Companhia das Letras, 2000. p. 17-98; CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

no mercado de trabalho, na trajetória do flerte ao noivado e em códigos de sexualidade. Igualmente, analisei a difusão do amor romântico no processo de formação de casais e seu impacto na colonização do futuro feminino, bem como enfatizei a recorrência da definição feminina pela maternidade e a ampliação do papel materno, no decorrer do período em estudo. Isto com o intuito de indicar relações de gênero que propiciaram a construção da identidade feminina centrada no casamento e da maternidade. Com efeito, estudei as variáveis que compõem em função deste objetivo.

Os conceitos de masculinidade hegemônica, de tática, de estratégia, de artes de fazer, de consumo cultural, de poder e poder disciplinar, de representação, de singularização e de individualização também nortearam a pesquisa. Para Robert W. Connell, a masculinidade é uma configuração complexa e contraditória, que diz respeito tanto às relações sociais quanto aos corpos. Isto porque, em um mesmo contexto histórico, apresentam-se diferentes masculinidades e, ao mesmo tempo, cada forma de masculinidade, caracteriza-se internamente por contradições e conflitos. No jogo das masculinidades, a hegemonização de um modelo, faz-se a partir de várias formas de masculinidade periféricas, pois, em uma estrutura de gênero, para além das relações de poder e de dominação características da relação homem/mulher, processam-se relações de poder, de dominação, de marginalização e de cumplicidade entre os homens. A hegemonização de um modelo de masculinidade é transitória. Isto ocorre porque um padrão de masculinidade é objeto de contestações, o que leva à sua transformação no decorrer do tempo. “As masculinidades estão constantemente mudando na história”, acrescenta o autor.²¹

Tática, estratégia, artes de fazer e consumo cultural são conceitos formulados por Michel de Certeau²². O autor pensa o cotidiano não no sentido de rotina, mas de criação, produção, imaginação e sonho. Em sua leitura, o cotidiano é espaço de invenção de nossas liberdades, permeado de microrresistências que minam a ordem estabelecida, que a corroem por dentro. Microrresistências que constituem o que Certeau chama de *artes de fazer*. As artes de fazer são práticas de mulheres e de homens ordinários, que, através de ínfimos gestos, astúcias, trapaças e deslocamentos de sentido, efetivados no dia-dia, desarticulam a realidade escriturística e institucionalizada. Nos termos do autor, são “as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural”.²³ Assim, o fazer é um momento de burla, de resistência e de questionamento da ordem, é o

²¹ CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n. 20, v. 2, p. 191, 1995.

²² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

²³ CERTEAU, 2000, p. 41.

procedimento pelo qual as relações sociais são reconstruídas e o cotidiano é inventado.

Nesse sentido, para Certeau, as mudanças acontecem, a partir de pequenos cortes, de pequenas rupturas, que corroem o tecido social, esgarçando-o, enquanto as rupturas ínfimas emergem no delinear das práticas, das microrresistências cotidianas.

Aos pequenos gestos e práticas cotidianas não formalizados, o autor denomina táticas. As táticas são ações não planejadas, que operam no universo do outro, em momentos fugazes. Nos termos do autor, as táticas são “a arte do fraco”, são as astúcias.²⁴ Às táticas, o autor opõe as estratégias, ações formalizadas a longo prazo, cálculos de relações de forças, situadas em um lugar próprio, tanto de querer quanto de poder.

Segundo Certeau, as mulheres e homens ordinários, ao praticarem *sua arte* reelaboram constantemente o formalizado, o instituído, pois não são consumidores passivos. O procedimento que utilizam é a bricolagem, ação da cultura ordinária, que significa mistura, colagem e agrupamento de coisas diferentes, em lógicas distintas do seu universo de uso. Mediante a bricolagem, as pessoas ordinárias metaforizam, isto é, releem a ordem a partir do cotidiano, redizem e recriam, através de suas práticas, o posto, o institucionalizado, os sentidos que circulam no social. Assim, para o autor, o consumo é ativo, é produtivo. Consumir é mudar, é remontar, é modificar o que é produzido, é transformar o produto em outra coisa. Consumir é usar o social. É usar criativamente as matérias disponíveis, no cotidiano.

Enquanto Michel de Certeau me ajudou a perceber a antidisciplina praticada pelas mulheres, Susan R. Bordo e Michel Foucault foram referências na abordagem do impacto da disciplina em seus corpos. Apropriando-se de ideias do filósofo, Susan R. Bordo procurou mostrar como a cultura ocidental, de forma durável e flexível, tem imposto a colaboração dos corpos femininos para a reprodução do gênero, ao torná-lo um lugar prático de controle social.²⁵ Michel Foucault, em *Vigiar e punir*,²⁶ a partir do estudo do sistema carcerário, demonstra que o corpo tornou-se, no século XVIII, objeto de uma nova tecnologia de controle, o poder disciplinar. Para o autor, a descoberta do corpo como alvo do poder liga-se tanto à explosão demográfica do século XVIII, quanto ao crescimento do aparelho de produção. Assim, “a primeira das grandes transformações da disciplina é [...] transformar

²⁴ Ibid., p. 101.

²⁵ BORDO, Susan R. *O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault*. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p. 157-185.

²⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas”²⁷. Seu objetivo, ao atuar sobre o corpo, era torná-lo útil e dócil.

Segundo Foucault, na verdade, o corpo só se transforma em força de trabalho, após a incidência do poder disciplinar, pois as disciplinas “são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”.²⁸ As disciplinas consistem na organização do espaço, no controle do tempo, na vigilância e no registro de conhecimento produzido, a partir do controle do corpo. Utilizadas nos colégios, nos hospitais, nas prisões e no aparelho policial, em forma de rede, de mecanismo e instrumento do poder, as disciplinas atuaram como produtoras de individualidade. Isto porque o indivíduo é um efeito do poder, acrescenta o autor.

Outro conceito importante para a construção do trabalho, formulado por Foucault e apropriado por Joan Scott em sua teorização de gênero, é o de poder. Para Foucault, poder é uma relação de força, é uma teia, “ não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis”.²⁹ O poder, portanto, não se situa em um lugar físico, não é sinônimo de Estado. O poder, na perspectiva do autor, é relacional, é microscópico, atravessa o cotidiano.

Busquei operar também com a noção de representação, tal qual formulada por Chartier. Segundo o autor, o conceito de representação

[...] permite articular três registros de realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.³⁰

As representações, para Chartier, embora aspirem à universalidade, são forjadas nos grupos e condicionadas por seus interesses. As formas de conceber o mundo não são neutras,

²⁷ FOUCAULT, 2000, p. 127.

²⁸ Ibid., p. 118

²⁹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 89-90.

³⁰ CHARTIER, Roger. *À beija da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 11.

situando-se em um campo de força, onde disputam diferentes modos de classificação e delimitação. Enraizados, por sua vez, em posições e interesses, segundo pertencimentos sociais de classe, de geração, de adesão religiosa, de condições profissionais e de gênero, dentre outros marcadores sociais. Assim, estando em disputa a própria hierarquização da estrutura social, a realidade constrói-se, contraditoriamente, a partir das diversas e concorrentes concepções de mundo, que diferentes grupos tentam impor e legitimar.³¹

Felix Guattari e Suely Rolnik em *Micropolítica: cartografias do desejo* argumentam que a subjetividade é produzida e modelada socialmente. Para os autores, o campo da subjetividade não é o individual, mas o de todos “os processos de produção social e material”.³² A subjetividade individual é resultado do entrecruzamento de diversas determinações coletivas, de natureza social, econômica, tecnológica, de mídia, dentre outras. Sistemas de representação e de sensibilidades são consumidos pelo indivíduo.

Na perspectiva dos autores, a subjetividade é uma produção social, interiorizada mediante processos de individualização e de singularização. A incorporação de sistemas de identificação modelizantes produz individualização. Singularização diz respeito à possibilidade de apropriação, de reelaboração e de consumo de componentes de subjetividade que integram modelos de identificação. Trata-se da afirmação de outras maneiras de ser, de outras sensibilidades, de leitura em relação aos modelos que estabelecem a individualização, forma de homogeneização subjetiva.

O *corpus* documental que permitiu o desenvolvimento do tema proposto é formado por contos, crônicas e artigos publicados em jornais, revistas e almanaques, que circularam em Teresina. Memórias, biografias, romances, poesias, quadrinhas, brincadeiras infantis, genealogias, dados censitários, mensagens e relatórios governamentais, bem como a revista feminina *Vida Doméstica*, produzida no Rio de Janeiro, e também consumida em Teresina, formaram a documentação pesquisada. Compuseram ainda o conjunto de fontes depoimentos de mulheres e de homens que viveram a juventude no período em estudo. Sete mulheres³³ e

³¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985; CHARTIER, 2002.

³² GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 32.

³³ Henriqueta Pinheiro da Silva nasceu em 1915, é solteira, trabalhou no serviço de enfermagem do Hospital Getúlio Vargas, foi responsável pela organização do ambulatório do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC); Yara Maria de Sousa Vilarinho Oliveira nasceu em 1923, é formada em Farmácia pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Ceará, foi professora do Colégio Sagrado Coração de Jesus, viúva, mãe de duas filhas e seis filhos; Genu de Aguiar Moraes Correia, nascida em 1927, é viúva, mãe de duas filhas e de um filho, exerceu trabalho voluntário, foi jornalista e vereadora, em São Luís (MA); Ana Coeli Moura Napoleão do Rego nasceu em 1930, é casada, dona-de-casa e mãe de dois filhos; Maria Albuquerque (pseudônimo) nasceu em 1932, é viúva, dona-de-casa, mãe de duas filhas e de quatro filhos; Raimunda Ribeiro

quatro homens,³⁴ nascidos entre meados da década de 1910 e a de 1930, concederam-me entrevistas nas modalidades história oral de vida e temática.³⁵

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. No primeiro, procuro mostrar como o gênero operou na instituição de diferenças e hierarquias no campo da educação e do trabalho, limitando e conformando o acesso das mulheres a essas esferas. Analiso o discurso feminista que circulou, em Teresina, nas primeiras décadas do século XX. E, através dele, indico representações de feminino e de masculino, que estavam em disputa na hierarquização do social. Em seguida, destaco as possibilidades de acesso feminino ao estudo e ao trabalho, no contexto em estudo.

No segundo capítulo, abordo o delineamento de relações afetivas entre moças e rapazes, nos espaços de lazer e sociabilidade, na trajetória do flerte ao noivado, bem como as formas de significação do flerte, do namoro e do noivado. Argumento que a trajetória do flerte ao noivado era envolvida por intenso erotismo, que, nesse momento de formação do par, se cultivava o desejo e o amor e que esses investimentos delineavam a casada.

No terceiro capítulo, procuro mostrar como a identidade feminina centrada no casamento se definia em relação à produção de diferenças e hierarquias de gênero em códigos de sexualidade. Em princípio, abordo a relação entre o exercício da sexualidade e a construção da identidade masculina hegemônica; em seguida, a construção da moça de família e a inscrição do erotismo e da sensualidade enquanto atributos das mulheres jovens, independente da condição social e étnica. A relação entre a vivência do intercuro, representado como prova e expressão de amor, e o casamento; as representações da prostituta e a relação entre prostituição e manutenção da honra das moças de família, também são abordados neste capítulo.

No quarto capítulo, busco indicar o papel do amor romântico na constituição da mulher casada e mãe de família. Com esse intuito, através da análise da poesia de Benedito Martins Napoleão do Rego, procuro enfatizar representações e formas de sentir o amor romântico. Em seguida, demonstro como esse amor se integrou ao processo de formação de casais, bem

Machado nasceu em 1936, é viúva, dona-de-casa e mãe de quatro filhas e de um filho, foi costureira e professora de Corte e Costura; Rita Santos nasceu em 1939, é viúva, dona-de-casa e mãe de duas filhas e de dois filhos;

³⁴ Celso Barros Coelho nasceu em 1922, é viúvo, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Piauí, professor, jurista, escritor e membro da Academia Piauiense de Letras; Raimundo Nonato Monteiro de Santana nasceu em 1926, é viúvo, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará, professor, político, escritor membro da Academia Piauiense de Letras; Augusto Castelo Branco nasceu em 1926, é casado pela segunda vez e bancário aposentado; José Elias Martins Arêa Leão nasceu em 1939, é solteiro, formado em Ciências Econômicas, Tecnologia e Planejamento em Administração, foi presidente da Fundação Cultural do Piauí, diretor do Arquivo Público e diretor do Theatro 4 de Setembro.

³⁵ A respeito destas formas de entrevistas, ver MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 135-148.

como ressaltar conflitos e tensões em torno das escolhas afetivas e matrimoniais femininas e masculinas. Constituem, igualmente, os objetivos deste capítulo indicar possibilidades de ascensão social através do casamento, o matrimônio enquanto obrigação feminina, os conflitos e a sexualidade conjugais.

No último capítulo, o foco incide sobre a maternidade. Mostro a centralidade da condição de mãe na definição do feminino, a crescente ampliação do papel de mãe no decorrer do período em estudo e a transformação da maternidade em função social e pública. A difusão de preceitos médicos no âmbito da maternidade, o despontar da medicalização do parto e da contracepção, escolhas e constrangimentos em torno da capacidade reprodutiva, bem como a transferência de maternidade também são abordados neste capítulo.

1 SUBVERSÃO E ORDEM

Quando o tio Paulino entrava em casa, sempre tinha o que dizer para censurar as manias da sobrinha que não perdia o costume de adorar os livros. O menos que dizia era assim: A Mariana tem razão, o vício desta pobre menina foi um castigo! Sempre detestei mulheres letradas, sempre achei que os livros ficavam bem e tinham graça, porém na mão dos homens. Entretanto tudo me vem diferente! Não tardará o dia em que esta criança caduca não queira entrar também para a academia com os irmãos e acabar doutora. O que eu não quero é que digam que influi para esse triste despenhadeiro em que ela vai, tenho feito de tudo para dissuadi-la.³⁶

Paulino e Mariana não tiveram filhos. Criavam os sobrinhos Paulo, Jorge e Daluz. Os recursos familiares eram voltados para a educação dos meninos. Cedo foram encaminhados às melhores escolas de Olinda (PE). Quanto a Daluz, por compreenderem que exerceria no futuro o papel de mãe de família e de dona-de-casa, os tios consideravam que a aprendizagem das primeiras letras e dos trabalhos de agulha, em casa, era a formação necessária a essas funções.

Além de preterida no que tange à educação, Daluz, quando moça, foi obrigada a casar com Francisco, rapaz escolhido por seus tios. Ela achava “supliciante ter de viver ao lado de um ser que não amava”,³⁷ mas aceitou se casar para agradá-los. Fez um mau casamento. Francisco não foi bom marido, maltratou-a e humilhou ao longo de doze anos de matrimônio. Conquistador, o marido sofreu um acidente em certo *rendez-vous*, vindo a falecer, deixando-lhe de herança “desonra, desilusão e decepções até à hora da morte”.³⁸

A piauiense Amélia de Freitas Bevilaqua ao contar a trajetória de Daluz, personagem central de seu romance *Através da Vida*, publicado, no Rio de Janeiro, em 1906, dava visibilidade às hierarquias e desigualdades que norteavam a educação feminina, no momento de sua escrita. Desvelando as inúmeras barreiras e preconceitos que tolhiam Daluz e a impediram de concretizar seus sonhos de estudar, trabalhar e casar por amor, a autora destacava a desvalorização das meninas na família, ao tempo em que criticava a educação que

³⁶ BEVILAQUA, Amélia de Freitas. *Através da vida*. Rio de Janeiro: H. Guarnier, 1906. p. 27.

³⁷ *Ibid.*, p. 65.

³⁸ *Ibid.*, p. 127.

lhes era dispensada, mostrando o quanto era danoso seu enclausuramento no lar. Ao abordar a infelicidade da casada, Amélia se contrapunha ao casamento imposto pela família e defendia que as moças tivessem direito a escolher o futuro cônjuge.

Em contexto de ressignificação dos papéis de gênero, em face da industrialização e da urbanização, Amélia valorizava a educação e o trabalho produtivo como formas de emancipação e de inserção social, elaborando, assim, uma crítica às amarras que limitavam o acesso das mulheres a esses espaços, como também o exercício do direito de amar. Em 1906, a autora expressava demandas, que, ao lado do direito de voto, se tornariam pontos-chaves do feminismo organizado, no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930.

Nesse capítulo, portanto, busco mostrar como os anseios das mulheres por educação, trabalho e participação política eram percebidos por homens e mulheres, nas primeiras décadas do século XX, em Teresina, com ênfase nas representações de gênero que hierarquizavam o social. Em seguida, abordo as condições de acesso à educação e ao trabalho, ao longo das décadas de 1920 e 1950.

1.1 FEMINISMO NA PACATA E MORNA TERESINA

Anne-Marie Kappeli, em estudo acerca dos feminismos ocidentais, no período compreendido entre a Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial, aponta a convergência entre os feminismos e os movimentos sociais e políticos, demonstrando que, no final do século XIX, o feminismo era um movimento social e político internacionalizado.³⁹

Na pacata e morna Teresina, como a denominou uma cronista, no início do século, alguns intelectuais ao tomar conhecimento do que ocorria às mulheres na Europa, nos Estados Unidos e em cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo⁴⁰ tornam-se sensíveis ao tema. Atentos aos feminismos em vários países do mundo e diante das incertezas que a demanda das mulheres por direitos políticos e sociais impulsionava, intelectuais, como Higinio

³⁹ KAPPELI, Anne-Marie. Cenas feministas. In: DUBY, Georges; PERROT, M. (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 4. p. 540-579.

⁴⁰ Em 1914 foi fundada a *Revista Feminina*, que permaneceu no mercado até meados dos anos 1930. Quando de sua fundação, foram distribuídos, gratuitamente, por todo o Brasil, 30.000 exemplares. Em jornais que circulavam em Teresina, na década de 1920, há reprodução de matérias originalmente publicadas nessa revista, o que indica a presença de leitores e leitoras. Nos primeiros anos de existência, momento em que o periódico fazia referência às novas assinaturas, encontrei citações de mulheres assinantes em Campo Maior, Piracuruca e Parnaíba. Durante a circulação do periódico, o feminismo e as mulheres foram temas amplamente debatidos, sobretudo, nos anos 1920. Além da *Revista Feminina*, circulavam em Teresina os periódicos *Vida Doméstica* e *Jornal das Moças*, que, em menor proporção, também, abordaram os referidos temas.

Cunha,⁴¹ Abdias Neves,⁴² Clodoaldo Freitas,⁴³ Corinto Andrade,⁴⁴ Jônatas Batista,⁴⁵ Antônio Chaves,⁴⁶ bem como um conjunto de cronistas, dentre eles, mulheres, refletiram acerca desse movimento novo, assumindo posições e justificando-as, através da veiculação de representações do feminino, do masculino e de suas relações, que se embatiam na dinâmica da hierarquização do social, em Teresina.

Pedro Vilarinho Castelo Branco, abordando a escrita de intelectuais atuantes entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, dentre os quais, Higino Cunha, Clodoaldo Freitas e Abdias Neves, argumenta que as escritas desses intelectuais configuram uma prática escriturística através da qual buscaram redefinir as relações de gênero. Segundo o autor, em nome de um ideal civilizatório, considerando-se adequados às demandas da modernidade, que então despontava no Piauí, esses homens buscaram interferir no social, defendendo a mulher enquanto mãe, esposa e dona-de-casa e homem, enquanto pai e provedor familiar.⁴⁷

Problematizando as masculinidades, esses intelectuais elaboraram uma masculinidade delicada e autoritária, caracterizada pela valorização da cultura escrita, da disciplina, da civilidade, da paternidade e do amor. E, simultaneamente, depreciaram práticas masculinas associadas ao universo rural e patriarcal. Isso com o intuito de impor sua visão de sociedade, bem como de ocupar e legitimar espaços sociais e político-institucionais.⁴⁸

Além da defesa de lugares sociais e político-institucionais, considero que a prática escriturística e a respectiva defesa de modelos ideais de feminino, de masculino e de suas relações, é também fruto do medo e do ódio despertados pela emergência do feminismo.

⁴¹ Higino Cícero da Cunha nasceu a 11 de janeiro de 1858, em São José das Cajazeiras, hoje, Timon (MA), falecendo em 16 de novembro de 1943, em Teresina. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (1885), professor do Liceu Piauiense, da Escola Normal Oficial e da Faculdade de Direito do Piauí, jurista, magistrado e escritor. Ver GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003. p. 143

⁴² Abdias da Costa Neves nasceu em 19 de novembro de 1876 e faleceu em 28 de agosto de 1928, em Teresina. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1898), jurista, político, jornalista, poeta, romancista, historiador e professor do Liceu Piauiense e da Escola Normal Oficial. Ver GONÇALVES, W., op. cit., p. 278.

⁴³ Clodoaldo Severo Conrado Freitas nasceu na cidade de Oeiras, em sete de setembro de 1855 e faleceu em 30 de junho de 1924, em Teresina. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, magistrado, jornalista, político, poeta, ensaísta, romancista, cronista e historiador. Ver GONÇALVES, W., op. cit., p. 182.

⁴⁴ Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife e jornalista.

⁴⁵ Jônatas Batista nasceu em Natal, hoje, Monsenhor Gil, em 1885, falecendo em São Paulo, em 1935. Grande animador cultural nas primeiras décadas do século XX, em Teresina, um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras, foi poeta, jornalista e teatrólogo. Ver GONÇALVES, W., op. cit., p. 54.

⁴⁶ Nasceu em 26 de abril de 1882 e morreu em 22 de fevereiro de 1938, em Teresina. Foi poeta, conferencista e jornalista de intensa atividade. Ver GONÇALVES W., op. cit., p. 118.

⁴⁷ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Famílias e escritas*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005a.

⁴⁸ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades plurais. *Unisinos*, n. 2, v.9, p. 85-95, 2005b.

Sensíveis às transformações do mundo moderno e percebendo os feminismos como movimento novo, que ao reivindicar a completa emancipação feminina, punha em xeque as relações de gênero então estabelecidas, parte desses intelectuais através da escrita se posiciona diante do gênero e de sua relação com a sociedade. Eles expressam o dever ser, diante de um futuro incerto, cujos desdobramentos ameaçavam transformar as identidades e os papéis de gênero que os constituía enquanto sujeitos.

Assim, frente às possibilidades que os feminismos projetavam para as mulheres e as relações homem/mulher, em diversos países do mundo, esses intelectuais, entre identificação e repulsa, significam o feminino e o masculino e atuam no processo de construção das diferenças e hierarquias de gênero, em Teresina.

Em 1899,⁴⁹ Higino Cunha publicou, no jornal *O Norte*, provavelmente, o primeiro texto que tangenciava o assunto. Somando-se assim a um conjunto de homens e mulheres que vinham discutindo o tema. Entre o final do século XIX e meados dos anos 1930,⁵⁰ o feminismo e as mulheres tornaram-se questões recorrentes e debatidas.

Acreditando no poder da escrita em interferir no social, em estudo sobre a educação feminina e o regime conjugal, o intelectual criticava a forma de educar as mulheres, denominada fantasista. Esta consistiria na aprendizagem de um pouco de línguas estrangeiras, de piano, de geometria e de desenho. E também no consumo do luxo, uma vez que as mães vestiriam suas filhas segundo a moda e as exibiriam nos bailes, nos teatros, nas festas públicas e particulares, onde não faltariam convites e seduções. Ao despertarem para o amor, essa educação se complementaria com a leitura de romances, que as remetia para um mundo de sonho e de promessas irrealizáveis. Isto em detrimento do ensino da realidade da vida e dos deveres conjugais, a respeito do quais os pais nada ensinariam. Considerando maléfica essa educação, que, pautada na fantasia, era considerada a responsável pela geração de graves conflitos conjugais, o autor defendia que a educação feminina preparasse a mulher para o casamento e para o exercício dos papéis de mãe, esposa e dona-de-casa.

É no âmbito da reflexão sobre a relação entre educação e regime conjugal que o autor aborda o feminismo. Em sua perspectiva, os costumes modernos estariam indispondo a

⁴⁹ Segundo o autor, o estudo foi sugerido por ato “insólito” do tenente-coronel Manuel Feliciano dos Santos, comandante do 35º Batalhão, que aquartelado em Teresina, buscou perturbar os costumes domésticos e familiares. Cf. CUNHA, Higino. A educação feminina e o regime conjugal. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano VII, p. 37-52, maio 1924.

⁵⁰ Em 17 de junho de 1927, realizou-se no cinema Olímpia conferência literária acerca do tema *O valor da mulher e a mulher brasileira*, proferida por Agripino de Santana. Em 08 de dezembro de 1928, novamente, no cinema Olímpia, Astolfo Serra proferiu a palestra *A mulher*. Ver NASCIMENTO, Francisco do. *Cronologia do Piauí republicano 1889-1930*. Teresina: Fundação CEPRO, 1988, p.281; 289.

mulher contra os deveres domésticos, da mesma forma que o feminismo seria, então, a reação à subordinação das mulheres no regime conjugal. Em seus termos,

A nossa época é essencialmente crítica. A malsinada ‘anarquia mental’ tudo pôs em discussão, até o próprio Deus. [...] O casamento não escapou à tormenta demolidora. Na Inglaterra, na Rússia, na Escandinávia, na Alemanha, na França e no Japão, tem preocupado todos os órgãos de propaganda: magazines, jornais, revistas, conferências, sermões, teatros o têm discutido como um dos magnos problemas sociais. Lady H. Somerst, Mr. Flower insurgiram-se, em artigos vibrantes, contra a maternidade obrigatória e contra o abuso do casamento. Grant Allen, no romance *The woman who did*, o conde Tolstoi, na sua admirável *Sonata de Kreutzer*, o teatro de *Suderman*, de Hauptman, de Ibsen, Bjorsen e Stindberg revelam o fermento da fascinadora contenda que se alastra por todos os países civilizados. Um dos graves resultados desta memorável campanha é o desenvolvimento do *feminismo*, uma palavra nova que significa uma coisa também nova – a luta pela completa emancipação da mulher, a guerra aos preconceitos, às materialidades e às chatezas do regime conjugal.⁵¹

Em seguida, acrescentava:

O feminismo, cujo desenvolvimento extremo culmina em a pretensão extravagante, não só de uma igualdade de direitos como até da igualdade no traje, não passa de um movimento de reação contra a velha intuição judaico-cristã (oriental), que a Igreja Católica confirmou numa doutrina absoluta e terrível: o matrimônio é o um sacramento indissolúvel, em que a mulher vive perpetuamente sujeita e inferior, rainha e súdita, senhora e escrava ao mesmo tempo.⁵²

Diferentes eram as formas de avaliar o perigo que o feminismo representava e as posições em relação ao movimento. Discordando de uma visão corrente – a de que o feminismo levaria as mulheres a renegar os papéis familiares e o regime conjugal –, Hígino Cunha avaliava que, se não chegasse a promover a igualdade plena entre homens e mulheres, o movimento não lograria a desagregação da família. Em sua avaliação, a igualdade de gênero era um limite que não deveria ser transposto. Tratava-se de uma idéia altamente subversiva. A igualdade significaria o fim das diferenças entre homens e mulheres. Alcançando-a as mulheres deixariam de exercer os papéis familiares, bem como executar o trabalho doméstico que possibilitava a reprodução social.

Ao se contrapor à igualdade plena, o autor estava inscrevendo, no campo da linguagem, ansiedades e medos então despertados pelas demandas feministas. E não se tratava de uma forma de sentir típica de um intelectual, na pequena e provinciana Teresina, nem tampouco específica do crepúsculo do século XIX. Sua escrita punha em cena sensações e sentimentos

⁵¹ CUNHA, H., 1924, p.43-44.

⁵² Ibid., p.47.

que vinham invadindo homens e mulheres no mundo ocidental, desde a emergência do feminismo.⁵³ É bastante revelador o fato de Bertha Lutz, líder do feminismo organizado no Brasil, em maio de 1923, ter, quando participava do 9º Congresso Internacional pelo Sufrágio, em Roma, em ação tática em prol da consecução dos objetivos perseguidos pelo movimento, conforme argumenta Rachel Soihet, sugerido que as expressões “igualdade dos sexos” e “direitos da mulher”, fossem substituídas por “equivalência dos sexos” e “novas responsabilidades da mulher”. E, em seguida, acrescentar que “a participação da mulher não implicava competição e, sim, em colaboração”.⁵⁴

Bertha Lutz, extremamente sensível às possibilidades de seu tempo, sugeria expressões que pudessem acalmar o desconforto existencial que as demandas por igualdade desencadeavam até mesmo naqueles homens e mulheres que se identificavam com o feminismo. Sua postura reformista e contemporizadora, certamente, favorecia o diálogo com aqueles e aquelas que, desde o final do século XIX, consideravam salutar a ampliação das formas de inserção social feminina, mas que repudiavam a igualdade, como era o caso de Higino Cunha.

Para o intelectual, a incorporação de novas práticas que elevassem a posição social feminina era uma condição para “o progresso universal”.⁵⁵ Revidando percepção difusa pelo conhecimento científico de que as mulheres eram naturalmente inferiores⁵⁶ aos homens em termos intelectuais, Higino Cunha defendia a necessidade de romper com o preconceito que considerava o cérebro feminino atrofiado. Em sua avaliação, era fundamental que a mulher fosse educada conforme os preceitos da ciência, instruída nos laboratórios de química e de física, pois sua formação deveria ter por base princípios racionais e científicos.

Em sua visão, a instrução e o desenvolvimento intelectual feminino não punham em risco o exercício das funções de mãe, esposa e dona-de-casa. O que, na verdade, ameaçava essas funções, era a chamada educação *fantasista*, conforme havia descrito.

Quanto ao regime conjugal, o seu ideal era o de que a mulher fosse companheira do homem, exercendo poder e influência a partir da condição de mãe, esposa e dona-de-casa. A posição de Higino Cunha era reformista. Defendia maior inserção social feminina na esfera pública, mediante educação, reconhecimento e valorização no regime conjugal, a partir dos

⁵³GAY, Peter. *A experiência burguesa: da rainha vitória a Freud: o cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1995. p. 292-370.

⁵⁴SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.p.39.

⁵⁵CUNHA, H., 1924, p. 45.

⁵⁶SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989a. p. 81-137; MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 217-262.

papéis familiares. O intelectual não significava o feminino para além dos papéis de mãe, esposa e dona-de-casa. A mulher, como se fosse *naturalmente* mãe, era uma representação que conformava seu pensamento. Admitia, contudo, que alguns preconceitos que norteavam a vida feminina deveriam ser questionados, assumindo, assim, posição de crítico da cultura. Em sua perspectiva, o programa feminista era em parte realizável. A emancipação feminina deveria acontecer dentro de certos limites, mantendo-se diferenças entre homens e mulheres, no que diz respeito às aparências e aos papéis sociais.

A diferença e a divisão sexual do trabalho enquanto elementos fundamentais ao ordenamento social constituíam limites que sua reflexão não rompeu. O ideal de relações de gênero que defendia era o da complementaridade de papéis e funções. Era defensor da instituição de esferas de atuação significadas a partir do gênero – ao homem o espaço público; à mulher, o privado. Contudo, essas esferas não deveriam ser isoladas, a expectativa era a de que houvesse comunicação. Para Higino, as mulheres deveriam ser formadoras das novas gerações e, para isso, era fundamental a aquisição de saberes modernos, racionais e científicos, cuja aprendizagem ocorreria na esfera pública. Higino inscrevia o ideal da mãe educadora e desvelava preconceitos que limitavam a educação feminina. Ao mesmo tempo, expressava o desejo de uma dona-de-casa profissional.

Em 1899, sua escrita registrava desejos que sobreviveram à primeira metade do século XX. Em 1944, sob o patrocínio da Legião Brasileira de Assistência, foi criado o instituto Dom Barreto, por irmãos do Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado, voltado para a educação doméstica. Na instituição, “ao lado de uma educação distinta e esmerada”, as moças diplomavam-se em costuras, confecções de flores e artes culinárias.⁵⁷ As representações da mãe educadora e da dona-de-casa profissional, nas décadas de 1940 e 1950, conformavam a educação feminina.

Apresentando perspectiva inovadora, no final do século XIX, Higino Cunha manteve-se fiel às suas ideias. Em meados dos anos 1920, diante da avaliação dos desdobramentos do feminismo após a Primeira Guerra Mundial, publicou, novamente, na *Revista da Academia Piauiense de Letras*, o estudo Educação feminina e regime conjugal, por considerá-lo válido para aquele contexto.⁵⁸

Nesse período, Higino dispunha de outro universo de interlocução, uma vez que as mulheres, em Teresina, haviam entrado no debate acerca dos limites e das possibilidades de emancipação feminina. Algumas mulheres que estavam ingressando na imprensa e na Escola

⁵⁷ A LEGIÃO Brasileira de Assistência no Piauí. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 226, p. 11, 1 jan. 1954.

⁵⁸ CUNHA, H., 1924.

Normal Oficial começavam a se posicionar. Antes de adentrar esse universo, contudo, retorno ao início do século, com o intuito de apresentar outras posições com as quais Higino disputava.

Em 1902, circulou pela cidade, avaliação alarmada acerca do avanço das mulheres, o que demonstra a sensação de instabilidade, de incerteza e de medo, despertados pelo feminismo nos homens que o percebia como desagregador da sociedade.

Estamos sobre um vulcão
Um perigo espantoso nos ameaça
Nem Pompéia quando rugia o Vesúvio sobre suas cúpulas multicoloridas,
nem Roma quando avançava sobre ela o exército de Átila, viram-se mais
ameaçadas de uma tremenda catástrofe do que nós outros, os débeis homens,
nos atuais momentos históricos.
O feminismo avança, avança implacável; a mulher tudo invade [...]
As mulheres são hoje médicas, advogadas, engenheiras, farmacêuticas,
veterinárias [...] ⁵⁹

Tratava-se de texto traduzido de jornal chileno, publicado pelo *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, novamente reproduzido no jornal *O Piauí*. O medo e a ansiedade que a demanda das mulheres por direitos civis e políticos causaram ao cronista anônimo eram sentimentos experienciados também por alguns homens na pacata e morna Teresina. Esse foi o caso de Clodoaldo Freitas. Em *O Feminismo*, crônica publicada em 1911, no livro *Em roda dos fatos*, o intelectual diante das transformações na vida feminina, que despontavam mundo afora, e nas grandes cidades brasileiras, expunha seu ponto de vista em relação ao feminismo e inscrevia seu desejo acerca do lugar das mulheres. Eis a forma como o intelectual caracteriza o momento de sua escrita:

Estamos em um tempo em que a mulher entra conosco, resolutamente, na grande peleja pela vida e conosco se enxovalha na poeira das estradas, no foro, nas artes, nos hospitais, no comércio e até na política, já não falando nas igrejas, que são seu elemento predileto.
A mulher só tem, hoje, vergonha de ser mãe, ou, pelo menos, a maternidade é a coisa que menos a preocupa, desde que pode alugar amas de leite e amas secas. ⁶⁰

Desconhecendo o rumo que a “civilização moderna” estava tomando, em face de transformações que considerava ameaçadoras, Clodoaldo Freitas buscava intervir na dinâmica

⁵⁹ O REINADO das mulheres. *O Piauí*, Teresina, ano XII, n. 628, 23 mar. 1902.

⁶⁰ FREITAS, Clodoaldo. O Feminismo. In: _____. *Em roda dos fatos*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996. p. 71.

histórica, na tentativa de controlar um futuro incerto, ressaltando que o lugar da mulher era o lar e que os papéis a desempenhar seriam, essencialmente, os de mãe, esposa e dona-de-casa.

Em um contexto em que a industrialização colocava em discussão o trabalho da mulher⁶¹ e o no qual, o feminismo, incorporando o trabalho produtivo como um valor, o percebia como fonte de emancipação feminina. As demandas por igualdades de condições de acesso ao mercado de trabalho e à educação eram sinônimas de desestabilização do social. As críticas feministas à maternidade obrigatória e o desejo de ocupar os espaços masculinos eram interpretados como recusa feminina ao exercício de papéis que, milenarmente, asseguravam a estabilidade social e apropriação dos papéis dos homens.

A representação da mulher-mãe era então operada pelo intelectual com o intuito de limitar os espaços de atuação feminina à esfera privada e aos papéis familiares. Ela era empregada na tentativa de manter o lugar e a proeminência dos homens, na sociedade, que, Clodoaldo julgava em perigo. Esse uso revela o potencial desestabilizador das demandas feministas na subjetividade de homens que, como Clodoaldo Freitas, haviam constituído seus territórios existenciais, incorporando a distinção dos papéis de gênero, enquanto elemento fundante de sua masculinidade.

A representação da mulher-mãe é também indicativa da incerteza que o afligia, acerca da possibilidade de dominar as mulheres. Subvertendo a ordem através de gestos, de falas que desvelavam o falo, e também de atos, elas lhe pareciam incontroláveis e extremamente poderosas. Se exercer a dominação sobre as mulheres era importante para assegurar a sua condição de homem, a força e o poder que lhes atribuía, plantavam a insegurança, a dúvida e a incerteza, revelando a fragilidade de sua condição masculina. Ao expressar seus sentimentos, Clodoaldo indica uma reação que não era apenas individual, uma vez que diz respeito a uma experiência compartilhada por grande parte dos homens, no momento em que escrevia. Sob o avanço feminista, muitos homens se sentiam débeis e frágeis, na iminência de serem solapados por mulheres percebidas como viris.

O desejo de dominação, que se traduzia na tentativa de limitar o feminino aos papéis familiares, através da representação da mulher como *naturalmente* mãe, era uma reação à ampliação da esfera de socialização feminina que começava a se delinear no período e, à respectiva configuração de uma esfera pública feminina.

Para o autor, a mulher deveria ser educada para mãe de família, aprendendo somente aquilo que fosse fundamental para alcançar esse objetivo. E, caso a educação pudesse criar

⁶¹ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 109.

meios para que as mulheres abandonassem o lar, era preferível a mãe não alfabetizada. A mulher somente deveria adquirir o saber indispensável, para dirigir-se e viver. Em seus termos:

Quero que a mulher estude e aprenda sem pretensões a doutora, sem a vaidade alarmante de querer sair do círculo suave da família, onde deve imperar. Nada de mulheres eleitoras e guerreiras, políticas e santas.⁶²

Clodoaldo Freitas considerava que estava havendo uma inversão dos papéis, que, por sua vez, estaria desencadeando uma inversão dos costumes, pois a mulher moderna estaria se masculinizando, e o homem se tornando feminino. E isto seria a ruína da família. Significando essa dinâmica como ameaça, o intelectual atribui à natureza, as diferenças produzidas culturalmente. Desse modo, buscava manter uma ordem que julga em risco.

Assim como Higino Cunha, Clodoaldo defendia que os papéis de homens e de mulheres fossem complementares. Homens e mulheres eram pensados, a partir das diferenças, em detrimento das semelhanças. Para ele, homens e mulheres deveriam se situar em lugares opostos. A “natureza preparou a mulher para o lar”, conformando-a para a maternidade, argumentava Clodoaldo.

As representações de gênero que o intelectual veiculava, portanto, objetivavam instituir diferenças e hierarquias entre homens e mulheres. Propunha diferentes formas de socialização, de educação e trabalho. Se a socialização e a educação masculinas deveriam formar o cidadão responsável e apto a atuar no mundo moderno, na esfera produtiva; no caso das mulheres, deveriam conformá-la à condição de cidadã passiva, circunscrita ao universo da casa, no desempenho do trabalho reprodutivo.

Clodoaldo Freitas, ao representar a mulher como naturalmente mãe, a valorizava a partir desse papel, mas negava a demanda pela mão-de-obra feminina e sua respectiva inserção na esfera produtiva, reservando-a para o homem. Sua forma de pensar as relações de gênero legitimava empecilhos à igualdade de condições de acesso à educação e ao trabalho.

Clodoaldo Freitas percebia o feminismo de forma distinta de Higino Cunha. Enquanto para Higino parte dos ideais feministas era desejável e sua concretização confluiria para o progresso social, Clodoaldo o considerava um movimento ameaçador, que questionava a ordem *natural* dos papéis e das funções de gênero. Se Higino se identificava com o

⁶² FREITAS, 1996, p. 72.

feminismo; Clodoaldo o repugnava e criticava ferrenhamente. Considerando nefastos os rumos da civilização, o autor era enfático:

Contra esse desastre da família, contra a imolação da mulher, que deserta do lar, é que eu protesto. Se a civilização é isto, se os nossos costumes, para nos darem foros de sábios, devem ser, assim, alterados, prefiro que nos isolemos como a China e vivamos na santidade cristã dos nossos antepassados, tolos, mas honrados, no lar feliz, junto da esposa analfabeta, mas pura, rodeado da prole nédia. Salvemos a família, embora se arruíne essa falsa civilização paganizada e imoral.⁶³

Embora as transformações nas relações de gênero, em Teresina, não fossem avassaladoras, as mudanças em curso no mundo ocidental e a percepção das demandas por educação, por trabalho e cidadania política enquanto ameaças à ordem social, despertavam protestos antifeministas como o de Clodoaldo Freitas, cujas idéias expressavam o posicionamento de uma parcela da sociedade.

A dinâmica do feminismo, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos, impulsionou o desencadeamento de discursos antifeministas em cidades brasileiras.⁶⁴ Em 1913, o *Correio de Teresina*, publicou o artigo Feminismo, de Leonor de Lima, provavelmente, reproduzindo matéria que circulava na época. A argumentação de Leonor privilegiava elementos desenvolvidos por Clodoaldo Freitas, ao destacar que as sufragistas demandavam direitos que colidiam com os desígnios da natureza. Em seus termos: “As sufragistas me repugnam. Elas pretendem subverter as leis naturais igualando em tudo o homem e a mulher. É uma insensatez”.⁶⁵

O artigo permite inferir que o receio diante do que era percebido como desagregação das fronteiras que delimitavam o feminino e o masculino era compartilhado por parte das mulheres. Isto demonstra, por um lado, a incorporação feminina das representações instituídas pelos homens na tentativa de exercer a dominação; por outro lado, a recusa ao re-ordenamento das relações de poder, reivindicada pelo feminismo.

Com relação ao segundo ponto, importa destacar que o medo do novo, a angústia diante das incertezas não era apanágio masculino. Para muitas mulheres era preferível manter-se no âmbito de um território existencial já conhecido e trilhado pela mãe e pela avó, que se deparar com possibilidades desconhecidas, que punham em questão as formas através das quais as mulheres vinham compondo seus territórios existenciais e exercendo poder. Considerar o

⁶³ FREITAS, 1996, p. 73.

⁶⁴ SOIHET, 2006; BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. São Paulo: EDUSP, 1999.

⁶⁵ LIMA, Leonor de. O feminismo. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 9, p. 4, 7 abr. 1913.

poder no âmbito privado essencial é uma das razões do relativo consentimento feminino, conforme destaca Michelle Perrot.⁶⁶ Se algumas mulheres que se identificavam com o feminismo consideravam justas e compensatórias suas reivindicações; outras achavam que, na verdade, os poderes operados a partir do exercício de papéis tradicionais eram mais importantes.

A valorização e significação da mulher enquanto mãe, esposa e dona-de-casa podem ser compreendidas como defesa da manutenção do exercício de poder através dessas funções. E também tentativa de manter uma ordem, na qual, em termos normativos, o homem deveria ser o responsável pela proteção da mulher. Eis o que ressalta, acerca dessa questão, Leonor de Lima:

Eu associo involuntariamente no espírito a sufragista à mulher atéia. Uma e outra querem levar a sua emancipação civil e espiritual tão longe que me assusta. Oh, como é tranquilizador contarmos com a proteção de Deus e o arrimo do homem, em vez de provocarmos a irritação daquele e a rivalidade deste!

Deixemos, pois de imitar, sem propósito e sem razão, o movimento feminista que levou alguns milhares de solteironas irritadas de Londres ao arremesso de bombas de dinamite. Tudo isso em nome de falsas opressões, para reivindicação de igualdades absurdas.⁶⁷

Em seguida, acrescentava:

Não exercemos com eles funções sociais, políticas e psicológicas idênticas, mas paralelas. A alteração desse equilíbrio só poderia redundar em detrimento nosso.

As feministas, na acepção sufragética da palavra, incidem em grandes erros, supondo nos homens oposição premeditada aos nossos interesses e antagonismo voluntário conosco. Ora, que são os homens? São os nossos pais, irmãos, maridos. Pelo menos o desejo de nos ser úteis e agradáveis não lhes podemos negar. Se ainda não nos deram o direito de voto, é porque sabem que o seu exercício só poderia ser prejudicial a nós, a eles e ao Estado. É um axioma da psicologia que as mulheres se dirigem pelo sentimento, ao passo que os homens, se não se guiam, ao menos pretendem guiar-se pela razão.

[...]

O homem é o homem; e a mulher, mulher. Cada um segue sua evolução natural.⁶⁸

⁶⁶ PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 10.

⁶⁷ LIMA, Leonor de. O feminismo. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 9, p. 4, 7 abr. 1913.

⁶⁸ LIMA, 1913.

Leonor defendia que homens e mulheres fossem equivalentes, que os papéis masculinos e femininos se completassem. Essa maneira de significar o gênero embora instituisse possibilidades de exercício de poder, limitava o feminino a uma esfera específica – a da ordem privada, ao tempo em que constituía diferenças e hierarquias. Importa destacar que a percepção da equivalência dos gêneros sustentou a exclusão feminina dos direitos de cidadania.⁶⁹ Foi como base no discurso da diferença sexual que os ideais da Revolução Francesa asseguraram direitos apenas a uma parcela masculina, conforme demonstra Joan Scott. Para buscar manter a coerência com o princípio de igualdade, que norteou a Declaração dos Direitos do Homem, os revolucionários afirmavam que “homens e mulheres são iguais no que diz respeito às diferenças”,⁷⁰ assim justificando a exclusão feminina dos direitos de cidadania.

No contexto em que a posição de Leonor era expressa, essa forma de significação era reafirmada com o intuito de se contrapor àquela que considerava homens e mulheres pertencentes ao gênero humano. O que vale dizer que ignorava a diferença sexual como base da aquisição de direitos. Seu posicionamento que era expressão comum do ponto de vista de homens e mulheres, no período, contribuiu para a instituição da própria diferença sexual, que, como lembra Joan Scott, é um fenômeno indefinido, cujos significados são estabelecidos nas disputas políticas.⁷¹ Política aqui compreendida como “o processo pelo qual jogos de poder e saber constituem a identidade e a experiência”.⁷²

Era também situando a diferença sexual no campo da natureza e na defesa do ideal de equivalência entre os gêneros, que Higinio Cunha se posicionava diante das possibilidades vislumbradas, a partir do crepúsculo do século XIX. Higinio considerava fundamental à manutenção da ordem social, a monogamia e o regime conjugal, segundo sua avaliação, questionados pelo feminismo. Para preservá-los, seria necessário que a mulher exercesse as funções de mãe, esposa e dona-de-casa, a partir de formação baseada em princípios científicos. Para o autor, a mulher deveria deter saber acerca da economia doméstica, da pedagogia e da estética. Ademais, o regime conjugal não deveria ser regido pela tirania masculina, mas por uma tutela, suavizada pelo amor. A esse respeito, acentua o autor:

⁶⁹ BADINTER, Elisabeth. Prefácio. In: _____. (Org.). *Palavras de homens (1790-1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 21.

⁷¹ SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002. p. 17.

⁷² SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 18, 1994.

[...] não compreendo situação mais digna do belo sexo do que o interior doméstico, sob as velhas e venerandas relações de esposa, mãe e filha, no regime legal da monogamia. Não a quero deusa ideal para encanto dos poetas, nem rainha dos salões para os galãs alambicados. Quero porém, dona-de-casa, governado-a soberanamente, resolvendo praticamente os problemas econômicos, estéticos e pedagógicos, que são da sua competência inexcedível; quero-a amorosa para com o homem, seu natural protetor, extremosa e diligente para com os filhos, cujo futuro depende da educação familiar, obediente e meiga para com os pais, de quem são o consolo e a esperança mais fagueira.

Fora desta situação tudo o mais é anormal e lamentável, dentro desse sistema tudo se consignará em nome do amor, da civilização e de uma liberdade bem entendida.

A malfadada tirania do homem transformar-se-á em uma tutela suave, imposta pela própria natureza que estabeleceu diferenças profundas entre os dois sexos, não para se repelirem, mas para se atraírem e complementarem.⁷³

Ora, se Higino Cunha compreende que a melhor condição para a mulher é aquela vivenciada no lar doméstico, em que sentido o autor é favorável ao feminismo? Na incorporação e defesa da educação feminina e na valorização da mulher a partir dos papéis tradicionais.

Com relação ao segundo aspecto importa destacar que, além dos feminismos, cuja demanda principal era a igualdade de direitos políticos e sociais, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, também atuou o feminismo maternalista. Preocupadas com o bem-estar das mães e partindo do pressuposto de que a maternidade não era uma questão individual, mas condição que unificava as mulheres, feministas passaram a reivindicar os direitos das mães. Muitas consideravam que a maternidade pertencia ao campo do trabalho, inscrevendo-a como uma função social. Partindo dessa noção, as feministas lutavam por cidadania e questionavam a divisão entre trabalho remunerado e não remunerado.⁷⁴

Feministas maternalistas se apropriavam das idéias iluministas que sustentaram a noção de *direitos naturais dos homens* e excluíram as mulheres dos direitos de cidadania, para instituir a maternidade como “contributo único para a sociedade”.⁷⁵ A noção de *natureza feminina* era retomada como o fundamento a partir do qual descreviam as responsabilidades e os direitos das mulheres.

A noção de *natureza feminina* norteava tanto o pensamento de feministas quanto o de antifeministas. A referência à *natureza feminina* era fundamento do pensamento de homens e

⁷³ CUNHA, Higino. O criticismo: no álbum de uma senhorita. *O Tempo*, Teresina, n. 23, p. 1, 27 jul. 1905.

⁷⁴ BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p. 440-453.

⁷⁵ BOCK, 1995, v. 5, p.451-452.

mulheres que buscavam limitar o feminino à maternidade, o caso de Clodoaldo Freitas, quanto daquelas e daqueles cujo objetivo era instituir direitos e/ou ampliar as formas de socialização e ingresso das mulheres no estudo e no trabalho.

Nas primeiras décadas do século XX, as demandas feministas davam ênfase tanto à igualdade, quanto à diferença. O caráter paradoxal do agir feminista característico do feminismo ocidental, que, simultaneamente reforça e questiona a diferença sexual, na luta pela inclusão feminina nos direitos de cidadania, se manifestava, no contexto.⁷⁶ A demanda pelos direitos das mulheres se pautava na busca da igualdade de gênero, sustentada na ideia de que a diferença sexual não deveria ser a base de direitos e, paradoxalmente, também, na insistência da diferença, ao instituir a maternidade como fonte de direitos.

Inserido nesse contexto e atento às questões em debate no seu tempo, Higinio Cunha apropriou-se dessas ideias, ao tecer seu posicionamento que, contraditoriamente, era favorável à ampliação das possibilidades de socialização feminina e à manutenção da supremacia masculina.

Valorizando as mulheres enquanto mães, esposas e donas-de-casa, Higinio questionava preconceitos que limitavam a educação feminina, que, por sua vez, era uma das demandas do feminismo, que primava pela igualdade dos direitos entre homens e mulheres, na educação, no trabalho e na política.

Posição mais radical foi apresentada pelo jornalista e intelectual Corinto Andrade, no estudo *Em redor do feminismo*, publicado na revista *Litericultura*, em 1913. O intelectual criticava a explicação de esferas específicas para homem e mulher, a partir da constituição biológica e, situando a diferença sexual no âmbito da cultura, argumentava que as diferenças físicas e intelectuais atribuídas ao campo da natureza eram produzidas socialmente.

Identificando-se com o feminismo, Corinto Andrade procurou compreender esse movimento de mulheres em perspectiva histórica, enfatizado que a tendência da época era de emancipação, diante da qual não projetava um futuro catastrófico, ao contrário, considerava o feminismo uma conquista social. Partindo de um fato que considerava “uma das mais sublimes conquistas da evolução social” – o recebimento do grau de doutora em medicina por Nadeschda Suslowa, na Universidade de Zurich –, Corinto argumentava que as teses de inferioridade física e intelectual feminina não se sustentavam. Acerca das diferenças físicas, assim se expressava:

⁷⁶ SCOTT, 2002.

Sendo o trabalho uma lei biológica, e achando-se dividido em duas esferas, – uma interna, que trata dos misteres do lar, – outra externa, que trata propriamente do *ganha pão* – comércio, lavoura, etc, um fato puramente social incumbiu a mulher do desempenho dos primeiros e o homem do desempenho dos segundos. Essa separação operou-se desde o início das populações, e explica-se pela correlação existente entre os trabalhos domésticos e a constituição feminina. A sua inferioridade física é, incontestavelmente, evidente, mas, ao mesmo tempo explicável, pelo fato exclusivo d’aquela mesma separação. Como se sabe, e Novicow brilhantemente o explica, ‘em virtude das leis biológicas, a função pode criar o órgão, mas, da falta de uso, pode resultar o enfraquecimento de um órgão existente’. ‘Pelo fato da mulher abandonar as ocupações violentas, o seu tipo fisiológico modificou-se um pouco – tornou-se mais fraca, porém mais graciosa do que o homem’. [...]

Tivesse, porém, à mulher cabido, ombro a ombro com o homem, o desempenho dos misteres externos, e ela seria tão forte como ele, fazendo calçadas ou britando pedras, serrando toros ou trabalhando em máquinas, malhando ferro ou chefiando empresas. Essa pseudo inferioridade, oriunda exclusivamente de causas sociais, acentua-se (além do abandono dos trabalhos violentos) pela falta de educação física – exercícios, ginástica, natação, etc, que antecipam o desenvolvimento do corpo ao mesmo tempo que lhe dão resistência, vigor e agilidade.⁷⁷

O autor difundia, no início do século, em meio às disputas pela hierarquização do social e das relações de gênero, leitura presente no pensamento iluminista, mas ofuscada pelo predomínio da diferença. Ele retomava modo de perceber os gêneros semelhante àquela elaborada pelo filósofo Helvétius, na obra *Do Espírito (1758)*, na qual argumentava que nada é dado ao homem por natureza. Para o filósofo, à exceção da condição de ser sensível, tudo o mais é adquirido. Para o filósofo, na origem, os seres humanos seriam iguais, independentes das diferenças entre os povos e os sexos. Com efeito, as desigualdades entre homens e mulheres não decorreriam da natureza, mas de fatos sociais e políticos. Segundo Helvétius,

A igualdade dos cérebros dos homens e das mulheres deve implicar a igualdade da educação dos dois sexos [...] nada do que um homem pode aprender se deve manter interdito às mulheres.⁷⁸

Corinto, compreendendo que, para o desempenho intelectual, era de fundamental importância a liberdade dos movimentos, criticava fato comum em Teresina, no momento em que escreve – o enclausuramento das meninas no lar, entre a alcova, a sala de visitas, a sala do jantar e a sala da escola – isto porque as meninas eram privadas da liberdade de movimento, respirando em uma “atmosfera asfíxiante de preconceitos”. E, assim, eram

⁷⁷ ANDRADE, Corinto. Em redor do feminismo. *Litericultura*, Teresina, ano II, fasc. 4, p. 223, 30 abr. 1913.

⁷⁸ CRAMPE-CASNABET, Michèlle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 3, p. 397.

impedidas de maiores voos intelectuais. Para ele, o enclausuramento feminino no lar era uma convenção deletéria, que a mulher americana já havia logrado se desvencilhar.⁷⁹

A crítica da cultura efetivada por Corinto Andrade extrapolava os costumes, ao destacar o fato de o conhecimento científico incorporar preconceitos e prescrever a inferioridade feminina. Em seus termos:

Se o convencionalismo, os preconceitos, dominaram e dominam ainda as nossas instituições, exerceram também o seu poder no campo da ciência, estabelecendo uma falsa posição de inferioridade para a mulher, na arena da atividade humana. Baseados em estudos fisiológicos, nos quais preponderam os *postulados científicos* ou as *verdades hipotéticas* sobre a irrefragabilidade da experiência, insistiram os escritores e uma grande parte insiste ainda, em afirmar que a esfera da atividade feminina não é a mesma esfera da atividade masculina, em virtude da própria organização de um e de outro sexo. E, deste modo, prescreveram a inferioridade física e mental da mulher.⁸⁰

Historicizando o feminismo, o autor mostrava que o surgimento do movimento era fruto dos desdobramentos da Revolução Francesa. Em sua avaliação, a Revolução fora a grande responsável pela “escravidão da mulher”, pois esquecendo a ação feminina a favor da derrocada do absolutismo, declarou os direitos do homem em detrimento dos direitos da mulher. A esse respeito acentuava:

De nada serviu a energia por ela empregada – se viu ruir por terra os escombros de uma Bastilha, viu arquitetar-se outra, do mesmo modo opressora, no solo da legislação, qual é essa que viola impunemente a totalidade de seus direitos. A vaga dessa opressão, porém, motivou o ciclone da reação, e os sociólogos e emancipadores, ao lado das inúmeras mulheres que tornaram centro para a defesa dos seus direitos, iniciaram a luminosa campanha em que ainda hoje se digladiam, vendo aurorescer, dia a dia, aquela liberdade por que se batem.⁸¹

Corinto Andrade, ao se posicionar diante do debate desencadeado pelo feminismo, percebia as mulheres como parte do gênero humano, não considerando a diferença sexual como fator importante no que tange à aquisição de direitos. Em sua perspectiva, a diferença de papéis sociais femininos e masculinos não era basilar à sociedade e sim fruto de relações sociais nas quais a inferioridade feminina havia se estabelecido. Não se tratava de um dado da

⁷⁹ ANDRADE, 1913.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ Ibid.

natureza, mas de uma situação configurada historicamente, que a tendência emancipacionista contemporânea prometia ultrapassar em prol de relações igualitárias. O que causava horror a Clodoaldo Freitas e receio a Higino Cunho – a igualdade de gênero – na leitura de Corinto Andrade era a tendência de seu tempo, com a qual se identificava.

As ideias defendidas por Corinto permitem perceber que, nas primeiras décadas do século XX, a masculinidade se conformava de forma plural, uma vez que alguns homens eram capazes de projetar um mundo em condições de igualdade, sem considerar que suas identidades e lugares sociais estavam ameaçados pelas demandas feministas. Elas mostram também que, nesse período, se desencadeava um debate acerca das transformações em marcha na vida feminina, em que se delineavam diferentes posições e a partir das quais, a significação da diferença sexual, ora era considerada um dado natural, ora uma criação decorrente das relações sociais e políticas. Isso permite pensar a cultura do período como uma cultura no plural, no sentido atribuído por Michel de Certeau, de combate, de confronto.⁸²

A partir de 1919, com a criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, por Bertha Lutz e suas companheiras, no Rio de Janeiro, para além das manifestações feministas difusas, desde meados do século XIX,⁸³ o feminismo se tornou um movimento organizado e de projeção nacional. A Liga objetivava alcançar o reconhecimento dos direitos da mulher e sua participação na vida pública.⁸⁴ Proclamações, petições e artigos para a imprensa eram meios através dos quais a Liga buscava lograr seu principal objetivo. Nesse momento, a campanha encabeçada por Bertha Lutz resumia-se a três palavras-chave: educação, emprego e sufrágio.⁸⁵

Em 1922, em substituição à Liga, sob sua liderança, foi instituída no Rio de Janeiro a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), organização que visava reunir mulheres de todo o Brasil que estivessem atuando em prol dos direitos das mulheres ou envolvidas em ação social ou de caridade. Eram objetivos da organização: a promoção da educação da mulher e a elevação de seu nível de instrução, a conquista dos direitos políticos e civis, a proteção de mães e filhos, a consecução de garantias legais que favorecessem o trabalho feminino, a promoção de organizações sociais femininas e a abertura de oportunidades para que as mulheres se engajassem em ações sociais e políticas.⁸⁶

⁸² CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

⁸³ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁸⁴ SOIHET, 2006.

⁸⁵ BESSE, 1999, p. 184.

⁸⁶ BESSE, 1999, p. 186.

Segundo Susan Besse, no período compreendido entre a década de 1920 e o início dos anos 1930, a organização cresceu e passou a agregar diversas organizações femininas – sufragistas, profissionais, cívicas e de caridade –, de todos os estados brasileiros.⁸⁷

Durante a década de 1920, sob a liderança de Bertha Lutz, sem contestação a líder do feminismo organizado, a FBPF e suas associadas lutaram a favor do voto feminino. Na imprensa, respondiam a argumentos antifeministas e, através de manifestos, reuniões públicas, petições e manifestos conseguiram publicizar suas demandas. Na luta pelo voto, além do “sábio uso de relações pessoais dentro dos círculos do governo”,⁸⁸ apoiaram os políticos favoráveis ao pleito e também atacaram aqueles que eram contrários. Ademais, realizaram um conjunto de ações em prol da defesa da educação, do trabalho e do sufrágio feminino, dentre as quais, destacam-se: obtenção de declaração formal da Associação dos Advogados, constando que a Constituição não proibia o sufrágio feminino; tentativa de inscrição como eleitoras, para chamar a atenção da opinião pública para o tema; pressão para que o Código Civil fosse reformulado, eliminando a incapacidade civil relativa das mulheres casadas; uso de habilidades e influências para que a legislação trabalhista assegurasse o interesse das trabalhadoras, bem como para melhorar a educação feminina; manutenção de contatos com o movimento internacional de mulheres, através de correspondência e viagens freqüentes ao exterior; instituições de novas organizações femininas: União Universitária Feminina, União das Funcionárias Públicas, Liga Eleitoral independente e União profissional feminina.⁸⁹

Em Teresina, nesses anos, a imprensa publicava um conjunto de artigos referindo-se ao feminismo organizado, no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos. Parte desses textos havia circulado, originalmente, em jornais do Rio de Janeiro.

A despeito de Susan Besse destacar que a FBPF agregava associadas de todos os estados do Brasil, na documentação pesquisada não encontrei fontes que indicassem representantes da FBPF, no Piauí. Olívia Candeia Lima Rocha destaca que, em 1922, a cronista que escrevia, na imprensa de Teresina, sob o pseudônimo de Dolores, propunha que fosse instituída uma representação da FBPF, na cidade, mas que o projeto não se concretizara.⁹⁰

⁸⁷ Ibid., 1999, p. 182.

⁸⁸ HAHNER, 1981, p. 112.

⁸⁹ BESSE, 1999, p. 187-188.

⁹⁰ ROCHA, Olívia Candeia Lima. *Lugares, saber e poder: apropriação feminina sobre as práticas discursivas entre 1875-1950*. 2007. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007. p. 36.

O que é possível destacar é que as demandas feministas por educação, trabalho e sufrágio estavam difusas no social.⁹¹ Nos anos 1920, na imprensa, em solenidades de formatura das normalistas, da Escola Normal Oficial, bem como em conferências, o feminismo era problematizado por homens e mulheres. Conforme destacado, nesses anos, as mulheres estavam se posicionando em relação ao feminismo, ora reivindicando o sufrágio, a educação e o trabalho femininos, ora se contrapondo à demanda pelo voto, na defesa de espaços na educação e no trabalho.

Seus pontos de vista somados aos dos homens que discutiam o tema são também avaliações e posicionamentos, diante das transformações que se processavam na vida das mulheres dos segmentos mais abastados, na cidade. São posicionamentos em face da inserção feminina nos espaços de lazer, na imprensa, na literatura, na escola e no mercado de trabalho.

Sob influxos da modernidade, a cidade se transformava, e parte das mulheres das classes alta e média saía do espaço privado e de seus papéis, na medida em que se formava uma esfera pública feminina. A leitura, a escrita, o lazer, a educação e o trabalho eram incorporados ao universo de expectativas femininas e, ao mesmo tempo, se tornavam experiências de parte das mulheres dos segmentos mais abastados, conforme enfatizarei no próximo item.

Em 1919, circulava a ideia de que a guerra havia colocado por baixo velhos preconceitos em torno da mulher, pois, na guerra, “a mulher tem atuado com tanta solicitude e elevação estóica, que a função biológica materna quase desaparece, em comparação à ação social”.⁹² Em 1920, Cinhá em Cartas femininas, no jornal *O Nordeste*, argumentava:

[...] o feminismo impôs-se e adquiriu nestes quatro anos de guerra mais direitos do que em dezenove séculos passados. As mulheres provaram, que ao lado da abnegação, altruísmo, bondade de coração, elas também possuíam alta capacidade mental, inteligência, caráter tenaz e perseverança, vigor físico bastante para arrastar com os mais duros trabalhos, compreensão dos direitos cívicos e sociais; e que por todas essas qualidades, elas podiam colaborar ao lado do homem como sua companheira e sócia em todos os ramos da atividade humana; nas ciências, nas indústrias e nas artes. E os homens, afinal compreenderam também que tinham que contar com mais esse elemento de luta, e que as mulheres d’ora em diante, não se

⁹¹ O FEMINISMO em prática. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, p. 9, 18 set. 1920; CINHÁ. Cartas femininas. *O Nordeste*, Teresina, n. 19, 3 abr. 1920; CHAVES, Antônio. O feminismo em Teresina. *O Piauí*, ano XXXI, n. 430, p. 1, 28 nov. 1920; CHAVES, Antônio. O feminismo em Teresina. *O Piauí*, ano XXXI, n. 433, p. 1, 9 dez. 1920.

⁹² ASTREGESILO, A. A mulher brasileira. *O Nordeste*, Teresina, n. 4, 20 dez. 1919.

satisfariam só com os deveres por eles impostos, e que precisavam também de direitos. E tiveram que ceder.⁹³

Françoise Thébaud, estudando o impacto da Primeira Guerra Mundial nas relações de gênero na Europa e nos Estados Unidos, destaca que essa leitura foi muito recorrente durante o conflito e no período logo após a Guerra. A referência à ruptura ensejada pelo conflito é ponto comum na literatura e no discurso político, conforme acrescenta a autora. Contrapondo-se a essa ideia, Thébaud argumenta que a Grande Guerra foi um momento de vitória da divisão sexual, que seu impacto nas relações entre os homens e as mulheres foi conservador, uma vez que “triunfa o pensamento dicotômico em matéria sexual”,⁹⁴ em detrimento das demandas igualitárias. Em termos simbólicos, mais que comprovar as capacidades femininas, a Guerra reforçou os mitos da mulher salvadora e consoladora, acrescenta.⁹⁵

Ainda segundo a autora, a Guerra também foi, para as mulheres, uma experiência de liberdade, uma vez que o trabalho feminino a serviço da pátria foi valorizado e as mulheres ingressaram em novas profissões. Por exigência, a guerra rompeu com a oposição trabalho feminino X trabalho masculino, que impedia o ingresso das mulheres em diversas profissões.⁹⁶

Na documentação pesquisada, não encontrei referências aos mitos da mulher salvadora e consoladora, a que se refere Thébaud. Isso indica que a Grande Guerra, em Teresina, não foi percebida em termos conservadores, mas inovadores. Por exemplo, em 1936, em discurso proferido quando da formatura das normalistas, em Parnaíba, Edson Cunha valorizando e defendendo a educação feminina, remete ao fato. Situando a vivência feminina no campo da cultura, Cunha enfatizava mudanças por que havia passado a vida das mulheres, considerando a Primeira Guerra Mundial um grande marco. Em seus termos,

Entre as acentuadas modificações sociais advindas da Grande Conflagração, está a situação da mulher em face do Estado liberal-democrático, chamada que foi ela a novas atividades na comunhão humana dos povos civilizados, nos domínios das artes, das letras, das ciências, das indústrias, do comércio, da administração, da política. Deixou, assim, de ser apenas o anjo do lar, o relicário dos afetos e carinhos, para cooperar também na vertiginosidade da vida moderna.⁹⁷

⁹³ CINHÁ. Cartas femininas. *O Nordeste*, Teresina, n. 19, 3 abr. 1920.

⁹⁴ THÉBAUD, Françoise. Introdução: In: DUBY; PERROT, 1995, v. 5, p.13.

⁹⁵ THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY; PERROT, 1995, v. 5, p. 46.

⁹⁶ THÉBAUD, 1995, v. 5, p. 49.

⁹⁷ CUNHA, Edson. Pela instrução. *O Piauí*, Teresina, ano 6, n. 4, p. 1 e 4, 7 jan. 1936.

Distante dos países que experienciaram o conflito, em Teresina, no início dos anos 1920, a ideia de que as mulheres poderiam ocupar os mesmos espaços que os homens e lutar pelo gozo de direitos iguais, impulsionava ações. Nas eleições municipais de 1920, a professora normalista Josefa Ferraz candidatou-se ao cargo de Conselheiro Municipal, obtendo sete votos. Em matéria publicada no dia 20 de novembro de 1920, no jornal *O Nordeste*, comentando o fato, Jônatas Batista constatava que Teresina não era “de todo indiferente ao simpático movimento feminista que se avoluma no sul do país e que, pouco a pouco, vai se estendendo por todo o Brasil”. Para Jônatas, este fato demonstrava adesão feminina ao movimento, como também a aceitação das demandas do feminismo pela sociedade. Em suas palavras:

Quer dizer, nada mais nada menos, que o povo, numa proporção animadora, reconhece o direito que a mulher, tanto quanto o homem tem de votar e ser votada, para qualquer cargo eletivo. Com franqueza que o fato nos encheu de entusiasmo e é ainda possuídos desse entusiasmo que mandamos à professora Josefa Ferraz os nossos calorosos parabéns por ter sido, no Piauí, segundo nos consta, a primeira mulher cujo nome aparece nas urnas. É sempre assim que as ideias crescem, ganham solidariedade da opinião pública, tornando-se mais tarde a mais bela e radiante realidade.⁹⁸

Na avaliação de Jônatas, a candidatura de Josefa Ferraz constituía um momento fundador, por ser a primeira mulher a se candidatar no Piauí. O ato significava a assunção das ideias feministas, em Teresina. Fato que via com simpatia. Conclui a matéria conclamando: “Avante, mulher e patrícia! Ânimo e coragem, mulher piauiense!”.⁹⁹

A ação da professora Josefa Ferraz, que muito agradou Jônatas Batista, assumidamente feminista, souo estapafúrdia ao poeta Antônio Chaves. O literato avaliou o acontecimento de maneira radicalmente diferente de seu colega Jônatas. Contestando sua opinião, em 28 de novembro de 1920, em artigo publicado no jornal *O Piauí*, Chaves contrapõe-se ao colega nos seguintes termos:

[...] com franqueza, não vejo no gesto desses eleitores nenhum movimento feminista. E ainda bem, porque o feminismo começando por essas alturas, teria forçosamente perdido a sua marcha ascendente e chegado ao extremo, ou melhor, chegado ao termo da sua perdição irremissível, que será a emancipação política da mulher. Ademais, as suas atuais condições de educação e de instrução não lhe permitem ainda esse direito, e qualquer

⁹⁸ O FEMINISMO em Teresina. Teresina, *O Nordeste*, ano 1, n. 51, p.3, 20 nov. 1920

⁹⁹ O FEMINISMO em Teresina. Teresina, *O Nordeste*, ano 1, n. 51, p.3, 20 nov. 1920.

experiência neste sentido ‘seria sofrivelmente aventurosa e muito perigosa para a liberdade e o progresso’.¹⁰⁰

Anos depois, pensava de forma semelhante Cristino Castelo Branco. Em discurso proferido quando da formatura das normalistas, em 1924, lê-se:

A mulher política, a mulher eleitora, a mulher deputada, como a querem fazer atualmente, é a mulher fora da sua finalidade. A mulher nasceu para ser mãe e para ser professora. Porque, se ‘ser mãe é desdobrar fibra por fibra o coração’, - ser professora é fazer do coração a fonte da sabedoria.¹⁰¹

A demanda feminina pelo voto expandia-se em contexto de ampla insatisfação política.¹⁰² Na tentativa de instituir o direito ao voto, feministas argumentavam que a presença feminina na política era fundamental à democracia e ao seu levantamento moral. Contrapondo-se a esse argumento, Cristino Castelo Branco acentuava:

Não é atribuindo à mulher o direito de sufrágio que melhoraremos as condições políticas de nossa pátria. O que levantará a nossa pobre democracia é a alfabetização das massas, é o voto secreto, é a educação moral e cívica da mocidade.¹⁰³

Contrários ao voto feminino, Antônio Chaves e Cristino Castelo Branco¹⁰⁴ não eram vozes isoladas. Na verdade, veiculavam modo de perceber a questão compartilhada por parte da sociedade, inclusive, pelas mulheres. No ano seguinte, a cronista Acácia, assim se manifestava no jornal *O Piauí*:

No lar é que se formam os homens e que será deste lar abandonado pela mulher que anda nas conferências políticas, nos meetings para eleger seu candidato, e só a ele regressa, quando procura o repouso das lides públicas?¹⁰⁵

¹⁰⁰ CHAVES, Antonio. O feminismo em Teresina. *O Piauí*, Teresina, ano 31, n. 430, p. 1, 28 nov. 1920.

¹⁰¹ CASTELO BRANCO, Cristino. Discurso proferido pelo Dr. Cristino Castelo Branco, paraninfando a colação de grau das professoras, na Escola Normal, a 14 do corrente. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano XI, p. 146-149, n. 12, jan. 1928.

¹⁰² QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998a. p. 281-340.

¹⁰³ CASTELO BRANCO, Cristino. Discurso proferido pelo Dr. Cristino Castelo Branco, paraninfando a colação de grau das professoras, na Escola Normal, a 14 do corrente. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano XI, n. 12, p. 146-149, jan. 1928.

¹⁰⁴ Cristino Couto Castelo Branco nasceu em Teresina, em 24 de julho de 1892 e morreu, no Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1983. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, foi magistrado, jurista, jornalista, poeta e professor. Ver GONÇALVES, W., op. cit., p. 63.

¹⁰⁵ ACÁCIA. Feminismo. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVII, n. 273, p. 4, 28 nov. 1925.

Dentre as demandas feministas, a que sofria mais ampla oposição era a aquela por direitos políticos. Para Antônio Chaves, a emancipação política da mulher seria sua “perdição irreversível”. Ferrenhamente contrário à mulher nessa esfera, Chaves opunha-se à concessão de direito voto, através de múltiplos argumentos. Em primeiro lugar, argumentava que o baixo nível de instrução das mulheres impedia que alcançassem o sufrágio. Isto porque a instrução era fundamental ao exercício da cidadania. Assim, talvez, somente no futuro, as mulheres tivessem condições de reclamar o direito de voto, caso, através da instrução, alcançassem nível intelectual semelhante ao masculino.

Em segundo lugar, a política de conchavos, dominante no período, impunha um cativeiro político ao cidadão, impedindo que a maioria dos homens pudesse usufruir autonomia e liberdade política. E caso as mulheres se tornassem eleitoras, mais presas seriam, ainda, aos ditames da política reinante, uma vez que eram dominadas pelas paixões. Isso seria, então, uma aventura perigosa que ameaçava a liberdade e o progresso. Antônio Chaves atribuía razão ao masculino e sonho e paixão, ao feminino.

Em terceiro lugar, aquelas que demandavam direitos políticos eram mulheres anarquistas – ideologia política que, na perspectiva do autor, desagregava o social e ameaçava o Estado. Além de anarquistas, as mulheres políticas, para o poeta, eram revolucionárias – fato altamente perturbador. Conforme compreendia, não era para atuar enquanto colaboradoras dos homens que as mulheres estavam lutando pelo voto, mas para transformar o mundo e subverter o que considerava a ordem natural das relações homem/mulher. De índole revolucionária, caso fosse concedido o direito de voto às mulheres, em menor número, elas não lograriam vitórias políticas e, conseqüentemente, contestariam as leis e o governo em praça pública e incitariam à revolução.

Em quarto lugar, o ingresso da mulher na política implicaria sua masculinização. Nesse estágio, a mulher perderia todo o seu encanto e beleza. Perderia o prestígio que gozava junto ao homem, tornando-se objeto das paixões e ressentimentos, que atravessam a política.¹⁰⁶ A mulher, então, deixaria de ser percebida como mulher, para se tornar um homem na contenda pela vida. Nas palavras do autor:

[...] A mulher fora do lar, pleiteando uma eleição como eu, como eu coberta da poeira ou da lama de nossas lutas acerbadas, é um homem como eu, um meu rival, que posso odiar ou espezinhar sem

¹⁰⁶ CHAVES, Antonio. O Feminismo. *O Piauí*, Teresina, ano XXXI, n. 433, p. 1, 9 dez. 1920; CHAVES, Antonio. O Feminismo. *O Piauí*, Teresina, ano XXXI, n. 430, p. 1, 28 nov. 1920

remorsos, porque, na luta da vida, é a lei fatal o mais forte matar ou prostrar o mais fraco.¹⁰⁷

Compartilhando os temores de Antônio Chaves, outros argumentavam que as mulheres na política, deixariam de desempenhar os papéis para os quais teriam nascido – os de mãe, esposa e dona-de-casa. Assim, defendiam que o voto não fosse concedido à mulher, para que ela se mantivesse no lugar que lhe era devido – o lar.

Atribuindo-se a razão ao homem e a sensibilidade à mulher, argumentava-se também que em decorrência de suas faculdades sensíveis, a mulher não lograria desempenhar a contento as obrigações políticas. Este era, por exemplo, um argumento defendido pela cronista Acácia, em 1925.¹⁰⁸

Outros ainda consideravam que o ingresso feminino na esfera política implicaria em conflitos domésticos e conjugais. É o que se depreende, a partir do seguinte trecho:

O voto feminino... Imaginem os Srs. a complicação nos lares, quando o marido, vexado para almoçar, porque já deve estar sendo feita a chamada da eleição a que tem de ir, pedir providências à mulher, e esta lhe bradar aos queixos que também está vexada, porque igualmente vai votar... E quando as opiniões divergirem – votando a mulher em candidato contrário ao do marido?¹⁰⁹

Uma das estratégias do discurso antifeminista era denegrir a imagem da feminista.¹¹⁰ Despeitadas, solteironas irritadas, mulheres-machos e viragos, eram expressões que nomeavam a feminista e desqualificavam o movimento. Tratava-se de uma forma de significar a feminista recorrente, inclusive, em discursos de mulheres que se identificavam com o movimento. Violeta, cronista que considerava que o verdadeiro feminismo consistia no investimento na instrução, para que as mulheres se tornassem independentes, acentuava:

Este o feminismo que no meu fraco entender eleva e exalta, enobrece e dignifica, esta a estrada luminosa, que leva a vitória, sem degradação e sem pejejas inglórias – a mulher essencialmente mulher, integralmente diabólica

¹⁰⁷ CHAVES, Antonio. O Feminismo. *O Piauí*, Teresina, ano XXXI, n. 433, p. 1, 9 dez. 1920.

¹⁰⁸ ACÁCIA. O feminismo. *O Piauí*, Teresina, ano XXVII, p. 4, 28 nov. 1925.

¹⁰⁹ PASCHOALINO. Comentários e notícias. *Gazeta*, Teresina, ano XVII, n. 762, p. 1, 17 dez. 1927.

¹¹⁰ SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1997; SOIHET, Rachel. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 2, p. 7-25, 1 sem. 2002; SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, p. 591-611, 2005; SOIHET, Rachel. Feminismo X antifeminismo de libertários: a luta das mulheres pela cidadania durante o regime autoritário. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. v. 1. p. 307-332;

e tentadoramente feminina, e não abominável virago, musculosa, desgraciosamente, masculinizada, bengala à mão e cigarrete nos lábios.¹¹¹

Esses discursos visavam manter a política como espaço masculino e circunscrever o exercício do poder pelas mulheres à esfera privada. Ademais, considerando os papéis femininos e masculinos equivalentes, produziam diferenças de gênero e significavam o público e o privado a partir da diferença sexual.

A partir dos discursos veiculados na imprensa, percebe-se que, na década de 1920, circulava entre contemporâneos e contemporâneas, a visão de que a vida das mulheres, naquela década, era diferente daquela vivenciada por gerações passadas. Era recorrente a ideia de que no passado, as mulheres teriam sido escravas dos homens, enquanto, nos anos 1920, as mulheres não mais se conformariam à condição de subjugadas. Tanto entre aqueles/aquelas que eram contrários ao voto feminino, quanto entre aqueles/aquelas que eram favoráveis, a mulher não era percebida como desprovida de poder, fossem nas funções familiares ou naquelas almeçadas pelo feminismo.

Em visão que retoma argumentos semelhantes àqueles defendidos pelos revolucionários, durante a Revolução Francesa,¹¹² contra a presença feminina na política, Antônio Chaves considerava que a mulher na política teria poder de hipnotizar, embriagar e conchamar o povo à revolução. Atribuindo esses poderes à mulher, caso alcançasse o direito de voto, o poeta permite perceber que, no imaginário social do período, a mulher que buscava igualdade política era vista como uma mulher poderosa, que amedrontava e causava horror.

A mulher política é sinônimo de mulher anarquista. E eu não desejo vê-la fomentando o movimento socialista, lançando panfletos incendiários, como bombas inflamadas sobre a noite trevosa do tumulto operário.

Não quero vê-la derramando e espalhando as suas cóleras, como Júpiter os seus raios, procurando, assim, infundir na alma do povo uma forte emoção de terror e de respeito.

Não quero vê-la, ainda, possuída do poder mágico da hipnose, com a fascinação misteriosa do seu olhar, proclamando temíveis e arrojadas utopias sociais e tentando, por esta forma com a sua palavra magnética, ter domínio sobre a multidão e hipnotizar os ouvintes.¹¹³

Ao contrário da mulher política, a mulher amorosa (mãe, esposa e filha) era percebida em termos positivos. Se a primeira – que era um espectro que assombrava parte dos homens – poderia exercer poder através da emoção, do terror e do respeito, que era capaz de despertar,

¹¹¹ VIOLETA. O feminismo. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 75, 6 abr. 1926.

¹¹² BADINTER, Elisabeth (Org.). *Palavras de homens (1790-1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

¹¹³ CHAVES, Antonio. O Feminismo. *O Piauí*, Teresina, ano XXXI, n. 430, p. 1, 28 nov. 1920.

através de sua palavra magnética e do poder de hipnotizar multidões; a segunda, o exerceria por meios indiretos e difusos. Era através do amor, da beleza, da arte de influenciar, de agradar, bem como mediante a educação e a socialização de novas gerações que essas dominariam. Símbolo de amor e sensibilidade, era mediante esse sentimento que essa mulher poderia auferir prestígio, reconhecimento e poder. Através do amor conjugal, filial e maternal exerceria domínio.

Na escrita feminina, veiculada na imprensa, as cronistas valorizam essa forma de exercício de poder e reafirmam a importância dos papéis de mãe, esposa e dona-de-casa. Acácia, em artigo referido, identificava-se com o feminismo e, ao mesmo tempo, qualificava como as mais importantes as funções femininas na família. Em certo trecho do artigo, lê-se:

O Brasil, um dos países mais civilizados do mundo, não poderia ficar indiferente ao movimento feminista, que já vem fazendo sentir. A mulher brasileira já entrou a rivalizar com o homem. [...] Ultimamente, na Bahia, foi nomeada uma adjunta de Promotor. E assim, não estará talvez longe a hora da emancipação da mulher brasileira.

Eu como mulher, sou solidária com as minhas companheiras, porque da união nasce a força, mas acho mais sublime e mais nobre, não a mulher escrava do homem, mas a mulher desempenhando, com meiguice, coração e amor a missão augusta que lhe foi confiada na terra, desobrigando-se, com dedicação extrema do papel que ela representa como mãe, esposa, filha e irmã [...].¹¹⁴

Certamente, era por considerar que esse poder exercido mediante subterfúgios estava em risco ou que ele seria mais compensatório, que muitas mulheres eram contrárias à emancipação feminina na esfera política. A cronista *Elgantine*, que defendia a educação como forma da mulher romper com a dependência masculina, não era favorável ao voto. Em resposta a uma leitora que qualificava de feminista apaixonada e exaltada, acentuava: “As mulheres com direitos de voto? Para quê? Qual a vantagem que daí lhes resultaria? No meu entender nenhuma. Não, minha amiguinha, não pode ser este o verdadeiro feminismo [...]”.¹¹⁵

Costa Rego, compartilhando a visão de que as mulheres exerciam poder através de meios indiretos, defendia que elas passassem a exercer influência de forma direta, através do acesso aos mecanismos representativos. O cronista expressava posição favorável ao voto feminino em artigo publicado no jornal *O Nordeste*, em 6 de novembro de 1920. Nesse artigo, argumentava que o sufrágio não havia sido concedido às mulheres por puro preconceito, lembrando, ainda, que, de certa forma, os direitos políticos eram assegurados às mulheres,

¹¹⁴ ACÁCIA. O Feminismo. *O Piauí*, Teresina, ano XXVII, n. 273, p. 4, 28 nov. 1925.

¹¹⁵ELGANTINE. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXVII, n. 71, p. 4, 30 mar. 1926.

pela Constituição. Isto porque “se não é explícita, é implícita”, quanto ao sufrágio feminino.¹¹⁶

Em um momento de amplo descontentamento com a política vigente, ao contrário de Antônio Chaves, que via no ingresso feminino, na política, grande risco para a liberdade, o progresso e a democracia, Costa Rego era aberto à possibilidade de governo feminino. Ele considerava que as mulheres deveriam votar e serem votadas, “ao menos para adquirir a experiência do que farão [...] num país que tem sido tão mal governado pelos homens”.¹¹⁷

Em conferência proferida no Cenáculo Piauiense de Letras, em 7 de junho de 1928, Torres Raposo, abordando o feminismo, mostrava-se favorável à concessão de voto às mulheres. Em sua avaliação, a emancipação feminina era uma realidade, pois no âmbito da Primeira Guerra Mundial, a mulher se libertara de grilhões que há tempos remotos a prendiam, e vários países haviam promulgado o sufrágio feminino. Assim, não via nenhuma inconveniência em conceder direitos de voto às mulheres. Lembrava àqueles que receavam a reforma dos costumes políticos e das instituições em vigor, que seus medos não tinham fundamento, uma vez que bastava olhar o que vinha ocorrendo, na prática, em vários países da Europa, após o sufrágio feminino. Ademais, destacava que o argumento de que o Brasil era um país jovem e o voto feminino poderia perturbar a formação da personalidade do país também não se sustentava. O direito ao voto, em sua leitura, “era mais uma oportunidade que se oferecia às mulheres brasileiras para libertarem-se da tirania de preconceito caducos.” Em seguida, acrescentava: “Talvez elas realizassem o que até hoje, apesar dos discursos e plataformas brilhantes, não lograram realizar muitos homens públicos no Brasil...”.¹¹⁸

Em Teresina, nos anos 1920, diferentes conceitos de feminismo circulavam no social. O feminismo era significado como o movimento através da qual as mulheres estariam se identificando com os homens, nos gestos, nos trajés e nas formas de comportamento, levando ao extremo a demanda de igualdade, uma vez que as mulheres estariam incorporando gestos, jeitos e trejeito masculinos, bem como a própria aparência, o que é revelador da ansiedade despertada pelo questionamento dos papéis femininos e masculinos, ensejada pelo feminismo.

Era também percebido como movimento pela emancipação da mulher, em termos políticos, sociais e econômicos, através do qual a mulher teria melhores condições de desempenhar seus papéis familiares. Nessa perspectiva, é visível a importância da maternidade na reivindicação de direitos. A grande dimensão que a maternidade ocupou nas

¹¹⁶ REGO, Costa. A mulher na constituição. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 49, p.1, 6 nov. 1920.

¹¹⁷ REGO, Costa. A mulher na constituição. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 49, p.1, 6 nov. 1920.

¹¹⁸ RAPOSO, Torres. O Feminismo. *A Revista*, Teresina, n. 2, v. 2, 7 dez. 1928.

teorias desenvolvidas pelos primeiros movimentos de mulheres, no mundo Ocidental, em sua luta pela cidadania,¹¹⁹ também permeava concepções de feminismo em Teresina. A condição de mãe era enfatizada para reivindicar direitos, sobretudo, à educação.

O feminismo era ainda o movimento que visava aumentar o nível de instrução feminina e favorecer a formação para o mercado de trabalho. Contrariamente à demanda por direitos políticos, havia maior abertura em relação à educação e ao trabalho feminino. Nos segmentos mais abastados, havia consenso em torno da necessidade de educar as mulheres.

A discussão configurava-se em torno do nível e da finalidade dessa educação. Que a mulher estudasse para a função de mãe esclarecida, sem aspiração a doutora, conforme defendia Clodoaldo Freitas, era uma forma de perceber a educação feminina; que a mulher fosse educada a partir de princípios científicos e racionais, para desempenhar a contento as funções de mãe, esposa e dona-de-casa e também aquelas consideradas compatíveis à condição de mulher, era um ideal compartilhado por Higino Cunha e Antônio Chaves; que a mulher fosse educada para o exercício profissional era perspectiva aceita por Chaves, e defendida por homens e mulheres que se identificavam com o feminismo.

Contrário à emancipação política feminina, Antônio Chaves defendia que as mulheres fossem educadas, a partir dos princípios modernos, para exercer suas funções familiares e que se emancipassem através do trabalho e do estudo. Conforme conceituara, em 1920, o feminismo, no Brasil, não era mais que um movimento pela instrução feminina, para que as mulheres detivessem habilidades que as livrassem dos maus casamentos – o que considerava louvável. Em artigo em que refutava os argumentos de Jônatas Batista a favor do feminismo, Antônio Chaves acentuava:

Eu pertenço ao número daqueles que entendem que a mulher deve procurar o mais possível, pelo trabalho e pelo estudo, melhorar as suas próprias condições intelectuais, materiais e morais. A sua independência social é digna de todo acatamento, convindo, no entanto, acrescentar que essa independência não deve ultrapassar os direitos da sua atividade feminina. E ela própria, a mulher, com o raciocínio da sua inteligência, compreenderá facilmente que é impossível, adquirir e conservar a sua liberdade social, senão pelo trabalho auxiliado pela ciência.¹²⁰

Chaves era favorável ao estudo e ao trabalho femininos, desde que fossem restritos a áreas de atuação consideradas adequadas às mulheres. Em sua perspectiva, a educação e o trabalho deveriam ser demarcados pelo gênero.

¹¹⁹ A respeito dessa questão, ver BOCK, 1995, v. 5.

¹²⁰ CHAVES, Antonio. *O Piauí*, Teresina, ano XXI, n. 430, 28 nov. 1920.

Difundindo um novo ideal de dona-de-casa – aquele que tinha por base a escolarização do doméstico – Chaves valorizava as instituições que vinham formando a mulher para o lar, a partir de princípios racionais.

E já hoje, mesmo no Brasil, existem escolas, com freqüência animadora, onde a mulher consciente dos seus futuros deveres, vai beber os ensinamentos imprescindíveis aos misteres do lar. E oxalá que as minhas patrícias, as mais competentes na matéria, auxiliadas por intelectuais vontadosos, fundassem em nosso meio uma dessas escolas para instruírem as nossas moças, o que certamente lhes seria de grande vantagem.¹²¹

Em abril de 1926, a cronista Violeta conclamava, por sua vez, as mulheres a se habilitarem a partir de uma sólida instrução, que as pudesse tornar independentes.

Cultive a mulher o seu espírito, aprimore os seus dons naturais, habilite-se por uma sólida e bem cuidada instrução para lutar com eficiência pela vida e ter-se-á tornado não livre, mas independente.
Tendo a sua personalidade própria, sabendo-se dirigir com firmeza e segurança, consciente de seu próprio valor, estará apta a fazer por si o seu futuro, não aguardando apenas, por um único destino ambicionável e possível – o casamento.¹²²

Demanda recorrente nos anos 1920, o acesso das mulheres à educação e ao trabalho foi questão de primeira ordem no feminismo organizado, nos anos 1930. Aproveitando abertura política configurada com a Revolução, a FBPF, além do direito ao voto, trabalhou pela instituição de mecanismos jurídicos e institucionais que assegurassem a igualdade de gênero no que diz respeito à educação e ao trabalho. No ano de 1931, a Organização realizou, no Rio de Janeiro, sua segunda convenção internacional. Segundo Susan Besse, a convenção durou onze dias, contando com representantes de todos os Estados do Brasil, de vinte e oito organizações femininas, de caráter cívico, de assistência social, profissional e sufragista; e dezoito organizações estrangeiras. Na oportunidade, foram formuladas recomendações em prol de mudanças constitucionais e legais, assim como políticas sociais que visavam favorecer os direitos das mulheres.¹²³

Na convenção, a FBPF declarou que o problema central do movimento era a emancipação econômica feminina. Com o intuito de alcançá-la, a convenção instituiu e reivindicou um conjunto de medidas, dentre as quais: educação pública orientada para a profissionalização feminina; rigoroso padrão higiênico nos locais de trabalho, implementação

¹²¹ CHAVES, Antonio. *O Piauí*, Teresina, ano XXI, n. 430, 28 nov. 1920.

¹²² VIOLETA. Feminismo. *O Piauí*, Teresina, ano XXVII, n. 75, 6 abr. 1926.

¹²³ BESSE, 1991, p. 188.

de salário mínimo, salário igual para o mesmo trabalho, fosse desempenhado por homem ou por mulher; direitos iguais no ingresso no serviço público, licença-maternidade; racionalização dos programas de assistência pública, o que incluía a promoção da função de assistente social; o reconhecimento da economia doméstica para a economia nacional e o reconhecimento do valor das atividades econômicas desempenhadas pelas donas-de-casa.¹²⁴

Na primeira metade dos anos 1930, o feminismo de Bertha Lutz e de suas companheiras, os avanços em prol da aquisição do direito de voto, a dinâmica do feminismo internacional eram noticiados na imprensa, em Teresina.¹²⁵ E assim como ocorria na década de 1920, era comum a reprodução de matérias publicadas no Rio de Janeiro.

Os artigos que circulavam na imprensa, no início dos anos 1930, mostram que o feminismo, a educação, o trabalho e o voto passaram a ter maior aceitação social. Na década de 1920, os posicionamentos antifeministas foram mais recorrentes e exacerbados. Parte daqueles e daquelas que se identificavam como feministas impunham ressalvas ao movimento, enquanto na primeira metade dos anos 1930, na imprensa, predominou perspectiva favorável ao feminismo.

Em 17 de maio de 1931, Emanuel Machado Lopes, defendia o sufrágio feminino. Em seus termos:

Efetivamente, a mulher já era eleitora antes de o homem ter domínio social. Como detentora do feudo tinha os mesmos direitos que os senhores feudais: levantava exército, fazia justiça, fabricava moeda, prestava e recebia homenagens. Cidadã, ela elegia com os cidadãos os magistrados. Tudo isto, porém, ruiu por terra com o aniquilamento do regime feudal [...]. Foi, entretanto, a grande guerra mundial o avanço formidável do extraordinário triunfo do feminismo. Tão valiosa foi a cooperação da mulher nessa luta sangrenta, que os mais circunspectos estadistas lhe fizeram a justiça de conceder direitos em proporção ao mérito por ela revelado. [...] Essa profunda e indiscutível modificação torna, por assim dizer, inaproveitável, nos nossos dias, o juízo dos nossos antepassados e, obrigamos a realizar, à luz da nova mentalidade, essa grande aspiração da época, qual a do direito de sufrágio feminino, que representa a mais esplêndida

¹²⁴ BESSE, 1991, p. 188.

¹²⁵ O elemento feminino na elaboração da Carta Constitucional. *A Liberdade*, Teresina, ano 5, n. 157, p. 2, 17 dez. 1932; RETALHOS: a vitória das saias. *A Imprensa*, Teresina, ano 2, n. 7, p. 2, 27 abr. 1933; CROTMAN, Rachel. Restrições criadas ao trabalho feminino. *A Liberdade*, Teresina, ano 7, n. 193, p. 4, 23 jun. 1934; CROTMAN, Rachel. O momento feminista brasileiro. *A Liberdade*, Teresina, ano 7, p.3, 14 jul. 1934; CONTRA o voto das mulheres. *A Liberdade*, Teresina, ano 7, n. 189, p. 2, 23 maio 1934; CROTMAN, Rachel. A mulher moderna. *A Liberdade*, Teresina, ano 7, n. 206, p. 2, 13 out. 1934; PADILHA, Leão. O desvirtuamento do voto feminino. *O Tempo*, Teresina, ano 2, n. 344, p. 1, 14 dez. 1934; O FRACASSO moral do feminismo. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n.388, p. 1, 7 fev. 1935; A RUIDOSA política das mulheres. *O Tempo*, Teresina, ano 3, p. 3, 16 fev. 1935.

conquista que registrar possam aos anais da história político-contemporânea.¹²⁶

Contudo, alguns aceitavam o sufrágio feminino, com ressalvas, conforme se depreende a partir da avaliação de Walter Alencar.

Sufrágio feminino. É verdadeiramente difícil, uma solução que, amenize esta classe em luta, para adquirir um direito conspurcado, porém torna-se impossível, que a referida medida, abranja totalmente – a mulher em geral. Não só porque tornar-se-á uma verdadeira balbúrdia no prélio eleitoral, como inacabáveis serão as nossas eleições.¹²⁷

O ideal de educação feminina formadora unicamente da mãe/esposa/dona-de-casa perde visibilidade e, ao mesmo tempo, é reafirmada a necessidade de educação feminina, para que as mulheres possam dispor de liberdade social e de independência econômica. O trabalho *produtivo* era incorporado à seara feminina. Em julho de 1932, B. M. Monteiro, posicionava-se acerca da questão, nos seguintes termos:

Eduque-se a mulher em todos os ramos da atividade humana, lendo tudo, conhecendo tudo, sabendo manejar tão bem a pena, o martelo, o automóvel, a locomotiva, o transatlântico, o torpedeiro, o submarino, o avião, o arado, a ceifadeira, o fuzil e o canhão, como uma agulha.
Despertai, mulheres, e deixai o toque de melindres com que vos capacitam de sexo fraco, quando em verdade sois fortes povoadoras do solo.
Pleiteai com desassombro a conquista de vossos direitos, raciocinai, auscultai a consciência e analisando os fatos sem mistificações, tereis, então, pela certeza de que nada serão os homens sem o vosso concurso, pois, sois irmãs, filhas, esposas e mães.
Sem mulher, nada.
Avante!¹²⁸

Em discurso proferido quando da formatura das normalistas, em 1935, na cidade de Parnaíba, Edson Cunha, posicionou-se acerca da questão nos seguintes termos: “Não podemos conceber mais o isolamento da mulher no lar. A sua educação impõe-se. A sua atividade está reconhecida e ela deve ser armada de meios necessários à luta.”¹²⁹

Carlos Alberto, em 14 de maio de 1933, decepcionado com a atuação das agremiações eleitorais, que, na sua avaliação, não lograram a indicação de bons candidatos, considerava

¹²⁶ LOPES, Emanuel Machado. Sufrágio feminino. *Nego*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 5, 17 maio 1931.

¹²⁷ ALENCAR, Walter. A constituinte e o voto secreto – sufrágio feminino. *Nego*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 2, 24 maio 1931.

¹²⁸ MONTEIRO, B. M. A mulher e a conquista de seus direitos. *A liberdade*, Teresina, ano 5, n. 149, p. 4, 10 jul. 1932.

¹²⁹ CUNHA, Edson. Pela instrução pública. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 4, p. 1 e 4, 7 jan. 1936.

que, para salvar a política do Piauí, seria necessário contar com a ação da mulher. Para intervir nessa esfera, as mulheres deveriam criar uma União Feminina com o objetivo de indicar bons candidatos e também combater as injunções da política profissional.

A mulher piauiense poderá realizar uma obra de inestimável valor cívico, criando um grêmio cuja finalidade inabalável seja aquela cujo fracasso estamos assistindo.

Para isso, basta que se ponha superiormente em unidade de vistas, e, como garantia à eficiência do seu esforço, comece declarando guerra franca às tapeações e cambalachos costumeiros.

Aqui deixamos sugerida a criação da União Feminina e confiamos que as nossas valorosas patrícias, isentas de preconceitos fúteis ou timidez doentia, pensem no que ele poderá trazer de benefícios ao Piauí, realizando uma campanha sã, de educação política. Entre todas, decididas, pois, na reivindicação dos seus legítimos direitos e no melhor serviço à nossa terra.¹³⁰

Cunha e Silva, em artigo de 1934, denominado *A mulher*, identificando-se com o feminismo, reafirmava que a inferioridade física e intelectual feminina era um mito. Sua argumentação é semelhante à desenvolvida por Corinto Andrade, em 1913. Para o jornalista, em termos físicos, para demonstrar o preconceito que inscreve a inferioridade no corpo feminino, bastaria educação física semelhante à recebida pelo homem. No que diz respeito à suposta inferioridade intelectual, bastaria que fosse concedido à mulher “liberdade para exercer quaisquer profissões ou dedicar-se a quaisquer ciências”. Em seguida, acrescentava: “A tal debilidade mental e física da mulher é, pois um mito. É um preconceito do qual se utilizou o homem para satisfação de gozo material e de injusto e ilógico predomínio de sexo”.¹³¹

Cunha e Silva considerava que a vida feminina naquele período se distanciava das formas experienciadas por gerações de mulheres, no passado. O momento de sua escrita seria de transformações na vida feminina, cujos desdobramentos ainda não poderiam ser avaliados, o futuro diria, contudo. O certo é que o feminismo seguia sua marcha e, certamente, avançaria na conquista de direitos.

Essa forma de perceber as possibilidades do tempo era compartilhada por outros contemporâneos e contemporâneas. Segundo um cronista, nos tempos que corriam

[...] é sabido que a mulher já se acha equiparada ao sexo forte sob múltiplos aspectos. Ela deixou de ser a boa dona-de-casa, presa aos afazeres domésticos e aos cuidados das crianças, para, travestindo-se de homem, conseguir as liberdades e direitos até então somente usufruídos por este. E

¹³⁰ ALBERTO, Carlos. A União Feminina. *O Piauí*, Teresina, ano 1, n. 13, p. 1, 14 maio 1933.

¹³¹ SILVA, Francisco Cunha e. A mulher. *O Tempo*, Teresina, ano 2, n. 339, p. 2, 8 dez. 1934.

dia a dia, de vitória em vitória, ela prossegue, sem estacada, nessa vertigem de conquistas, sem saber aonde vai parar...¹³²

Em grande medida por decorrência da ação da FBPF, o direito de voto foi concedido às mulheres, através de decreto de 24 de fevereiro de 1932.¹³³ Sob sua pressão, além do sufrágio, algumas mudanças significativas foram introduzidas na Constituição de 1934, dentre as quais, destacam-se: a possibilidade das mulheres brasileiras manterem a nacionalidade e a transmitirem aos filhos, quando casadas com estrangeiros; igualdade de mulheres e homens perante a lei; na legislação trabalhista: o mesmo pagamento para trabalho igual, oito horas de trabalho diárias, férias anuais remuneradas, salário-maternidade e seguro contra-doença, acidente ou incapacidade, aposentadoria, acesso a qualquer função no serviço público sem distinção de estado civil, licença maternidade de três meses com direito ao salário integral, participação preferencialmente de mulheres na direção e administração de programas de assistência social (materno-infantil, trabalho feminino e organização do lar), exigência de apoio e proteção às mães e às crianças, em todos níveis de governo, através de garantias legais e instituição de serviços especializados.¹³⁴

O trabalho da FBPF passou, então, a ser orientado no sentido de assegurar os direitos previstos na Constituição. As convenções realizadas nos anos de 1934 e 1936 reforçaram a necessidade de um programa que visasse consolidar e ampliar as conquistas previstas na lei. A ênfase central das convenções incidiu sobre a necessidade de oportunidades iguais de trabalho. Para Bertha Lutz, a emancipação econômica era fundante em relação às demais formas de emancipação. Nesse sentido, em 1936, a FBPF reivindicou que o governo criasse um Estatuto da Mulher, com o objetivo de assegurar, a despeito do estado civil, a dedicação da mulher a qualquer atividade econômica ou profissional, e que também as protegesse contra discriminação. As convenções também despenderam esforços para reformar o Código Civil, no intuito de estabelecer igualdade entre mulheres casadas e seus maridos. Quanto ao Código Penal, visavam alterações que assegurassem que homens e mulheres envolvidos em adultério e prostituição fossem tratados de forma igual.¹³⁵

Em 1936, Bertha Lutz tomou posse como deputada federal. Assumiu a presidência da Comissão Especial do Congresso para o Estatuto da Mulher. Dentre as feministas, havia a expectativa de que as propostas e reivindicações da FBPF fossem consideradas pelo Congresso. Contudo, com o golpe, em novembro de 1937, os canais, através dos quais, a

¹³² DREYFUS. O feminismo avança. *O Piauí*, Teresina, ano 1, n. 21, p. 4, 11 jun. 1933.

¹³³ SOIHET, 2006, p.27-56.

¹³⁴ BESSE, 1991, p. 189.

¹³⁵ BESSE, 1991, p. 189-200; HAHNER, 1981, p. 121-123; SOIHET, 2006, p. 63-80.

FBPF exercia influência, foram fechados. As habilidades políticas desenvolvidas pelo movimento, bem como os argumentos sustentados com base em princípios democráticos e liberais não tinham utilidade diante da ditadura implantada a partir de 1937. Com o golpe, muitas das conquistas asseguradas pela Constituição de 1934 não foram implantadas. A Constituição de 1937 retrocedeu quanto aos direitos das mulheres, uma vez que não proibia expressamente a discriminação feminina, nem o pagamento de salário diferenciado para a mesma atividade, como também não assegurava a presença feminina em programas públicos voltados para a proteção da maternidade e da infância. Ademais, o Estado não era obrigado a proteger a maternidade. Com o Golpe, o feminismo arrefeceu. Os canais democráticos que possibilitaram a pressão das feministas estavam interditados.¹³⁶

Em Teresina, com a desmobilização do movimento e a censura imposta à imprensa, o tema perdeu visibilidade. Alçando a assistência à infância à condição de problema nacional, a maternidade se torna um foco da discussão nos anos 1930, 1940 e 1950 e o papel de mãe, amplia-se, na medida, em que a vida e a saúde dos filhos e das filhas, são consideradas de sua responsabilidade. Nesse período, as condições de educação e de trabalho feminino haviam se transformado, em relação ao início do século, conforme destacarei no próximo item, ao abordar as possibilidades de educação e trabalho para as mulheres dos segmentos mais abastados, entre as décadas de 1920 e 1950.

1.2 EMANCIPAÇÃO POSSÍVEL

1.2.1 MÃES EDUCADORAS E PROFISSIONAIS

As concepções de educação feminina que se tornaram visíveis no debate acerca do feminismo, a que fiz referência no item anterior, bem como as formas de perceber o gênero nelas expressas informam acerca das representações que constituíram matrizes de práticas sociais, no período em estudo, no campo da educação feminina. Educar as mulheres, para que fossem mães, esposas e donas-de-casa e também em vista à profissionalização e ao respectivo ingresso no mercado de trabalho eram formas de educação coexistentes.

¹³⁶ BESSE, 1991, p. 189-193.

No início do século XX, as moças geralmente passavam poucos anos na escola. A representação de que a mulher era *naturalmente* mãe e a de o casamento deveria ocorrer em tenra idade voltavam a formação feminina, sobretudo, para o lar. As filhas das famílias mais ricas tinham um refinamento educacional adquirido mediante rudimentos de leitura e escrita, além da educação de salão. Em geral, passavam de dois a três anos na escola¹³⁷, enquanto parte dos rapazes dos mesmos segmentos sociais chegavam às instituições de ensino de terceiro grau, formando-se na maioria das vezes em Direito, Medicina, Farmácia, Engenharia.¹³⁸

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, segundo Pedro Vilarinho Castelo Branco, desenvolveu-se, no Piauí, um novo modelo de masculinidade, significado pela valorização da cultura escrita, da disciplina, do trabalho, da paternidade e do amor, dentre os segmentos sociais mais abastados. Conforme essa nova forma de experienciar a masculinidade, a educação de nível superior, voltada para o trabalho produtivo, era um requisito para a formação masculina.¹³⁹

As jovens que buscavam educação formal no início do século XX encontravam, por sua vez, um quadro constituído de aulas particulares primárias e por algumas escolas públicas e privadas, polarizadas pelas propostas pedagógicas que marcavam o panorama educacional: educação leiga x educação religiosa.¹⁴⁰

No início do século XX, as escolas particulares voltadas para a formação feminina eram o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1906), o Colégio Nossa Senhora das Dores, o Instituto 21 de abril e Colégio Benjamin Constant.¹⁴¹ O primeiro era feminino, os demais, mistos. O Colégio Benjamin Constant, além do curso primário, ministrava aulas de nível secundário, não profissionalizante, para rapazes e moças.¹⁴²

O Colégio Sagrado Coração de Jesus, que se popularizou como Colégio das Irmãs, tinha por intuito formar, sobretudo, o caráter das meninas de acordo com os valores morais, o modelo a ser seguido era o das próprias freiras, o objetivo era instrumentalizá-las, a partir dos preceitos bíblicos, para que fossem filhas, esposas e mães exemplares.¹⁴³ Contudo, as demais escolas particulares, a despeito de terem projeto pedagógico leigo, não buscavam encaminhar as meninas/moças para atividades profissionais, embora a demanda feminina por trabalho se

¹³⁷ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: F.C.M.C., 1996. p. 61.

¹³⁸ QUEIROZ, T., 1998a, p. 99.

¹³⁹ CASTELO BRANCO, P., 2005b.

¹⁴⁰ CASTELO BRANCO, P., 1996, p.59-80.

¹⁴¹ Ibid., p. 65-6.

¹⁴² COLLEGIO “Benjamin Constant”. *Piauí*, Teresina, ano III, n. 109, p. 4, 15 mar. 1915.

¹⁴³ CASTELO BRANCO, P., 1996, p. 63.

fizesse presente. O interesse era prover-lhes de noções elementares de leitura e de escrita. Nos currículos incluíam-se noções de música, trabalhos manuais e trabalhos de agulha. Disciplinas que objetivavam propiciar certo polimento às moças, bem como lhes propiciar formação para o exercício dos papéis tradicionais femininos.¹⁴⁴

Nos relatórios dos presidentes provinciais do Piauí, conforme avaliação da Sociedade Auxiliadora de Instrução, recorrentemente, o baixo número de matrículas nas poucas cadeiras providas, na Província, eram atribuídas “a desídia dos pais, a inabilidade do professorado”, a falta de material escolar e de edifícios próprios, dentre outros.¹⁴⁵ Com o intuito de interferir nesse quadro, em fevereiro de 1866, foi instalada, em Teresina, em cumprimento à lei provincial n. 565, de 5 de agosto de 1864, a primeira Escola Normal, com a finalidade de formar o professorado. Extinta em 1867, a Escola foi reaberta, em 1871. A duração do curso oferecido foi breve, uma vez que foi desativado, em 1874. Ainda no século XIX, em 1882, surgia nova tentativa de implantar um curso normal, na Província. Desta vez, a experiência do ensino normal foi mais duradoura, permanecendo até 10 de outubro de 1888, quando foi extinta a Escola.¹⁴⁶

Nova tentativa frutificou a partir do final de 1908. Em dezembro do referido ano, um grupo formado por intelectuais e políticos, dentre os quais Matias Olímpio, Emílio Burlamaqui, Antonino Freire, Honório Parentes, Francisco Parentes, João Santos, Gonçalo Cavalcanti, Abdias Neves, Miguel Rosa e Brandão Júnior criaram a Escola Normal Livre, com o intuito de formar professoras para o magistério primário.¹⁴⁷

No ano seguinte, quando Antonino Freire assumiu o governo do Estado, a Escola Normal Livre foi transformada na Escola Normal Oficial. Voltando-se, exclusivamente, à formação feminina, a Escola era um dos meios que o Estado passava a utilizar para encaminhar moças para o magistério primário.

Inspirando-se nas experiências que vinham ocorrendo no Brasil e em “nações cultas”, como os Estados Unidos, no qual as mulheres ocupavam a maioria das vagas no magistério primário, o Estado direcionava a mulher para esse espaço, mediante escolarização.¹⁴⁸

Na Primeira República, a educação pública foi um assunto em questão. Na perspectiva dos intelectuais que fundaram a Escola Normal, a Escola era base da instrução primária, pois da qualificação do professorado dependia em grande medida a alteração do panorama da

¹⁴⁴ CASTELO BRANCO, P., 1996, p. 67.

¹⁴⁵ OLÍMPIO, Matias. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922. p. 54.

¹⁴⁶ OLÍMPIO, 1922, p. 55-56.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 94-95.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 62.

instrução no Estado, secularmente caracterizado pela permanência do analfabetismo. A expectativa era a de que as normalistas elevassem o nível do ensino público e, ao mesmo tempo, o difundissem. Diferenciando-se do professorado leigo, pelo domínio do saber relativo à profissão, esperava-se, através da substituição desse professorado, por normalistas, o crescimento da matrícula e a oferta de um ensino de qualidade.¹⁴⁹

A educação e o trabalho feminino eram considerados fundamentais à formação da cidadania. Somando-se à mãe e encarnando ela mesma a representação de mãe dos alunos e alunas, a professora normalista deveria socializar e formar as novas gerações, conforme os desígnios da pátria. O futuro cidadão honrado e de respeito e a boa mãe de família dependeriam de seu esforço, dedicação e sacrifício.

Amorosa e maternal, ao mesmo tempo firme e terna, a mulher seria a educadora ideal da infância. Matias Olímpio, concordando com a tese da superioridade da mulher no exercício do magistério primário, difundida por pedagogos e filósofos, defendia essa ideia. Em 1922, ao discorrer acerca da instrução pública no Piauí acentuava que a “importante função social da mulher como educadora” era incontestável e sua preeminência “proclamada pelos maiores sábios”.¹⁵⁰

A inserção das normalistas no sistema de ensino em Teresina e no Piauí foi uma das transformações mais significativas no campo do ensino nas primeiras décadas do século XX. A substituição de parte do professorado leigo pelas normalistas ensejou a melhoria do nível de ensino.¹⁵¹

A configuração de um sistema escolar, em Teresina, nas primeiras décadas do século XX, e a crescente importância atribuída à educação escolar feminina desencadeou um fluxo migratório. Jovens residentes do interior do Estado do Piauí e do Maranhão, assim como seus irmãos, passaram a migrar para Teresina, em busca de maiores níveis de escolarização. A Escola Normal Oficial passou a atrair clientela oriunda de Teresina e do interior dos estados do Piauí e do Maranhão.

Depois de formadas, parte das jovens que migraram para Teresina retornou às suas cidades de origem, sendo incorporadas ao sistema escolar, o que propiciou a substituição de

¹⁴⁹ QUEIROZ, T., 1998; LOPES, Antonio de Pádua C. *Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

¹⁵⁰ OLÍMPIO, 1922, p. 63.

¹⁵¹ QUEIROZ, T., 1998a, p.72.

professores e professoras leigas, por professoras diplomadas, que era um ideal em termos de educação, nas décadas de 1910 e 1920.¹⁵²

Os esforços públicos, no sentido de expandir o ensino primário através do trabalho da professora normalista e a respectiva abertura de um espaço de escolarização feminina culminariam no aumento de nível de estudo feminino, então limitado à aprendizagem das primeiras letras. Igualmente, corroboraram o desejo por educação, manifesto por um segmento de mulheres das classes mais abastadas, que buscava ampliar a cultura intelectual e as possibilidades de inserção na esfera pública e a valorização do curso normal por parte, ora dos pais, ora das mães, ora de ambos.

Nas primeiras décadas do século XX, nas camadas mais abastadas, era recorrente a preocupação com a educação escolar. Na década de 1920, o próprio estatuto da infância passava por transformações, incorporando a escolarização enquanto elemento fundante desta idade da vida.¹⁵³

Estava difusa nas camadas alta e média, a ideia de que as filhas, assim como os filhos, deveriam ter acesso à educação. A questão central girava em torno do nível a que deveria chegar. Com a valorização da educação escolar, o papel de mãe foi reforçado, dentre suas atribuições da mãe, estava aquela de acompanhar o desempenho escolar das filhas e dos filhos. O ideal era a mãe educadora. Para que a mulher desempenhasse a contento o papel de mãe, seria necessário que fosse escolarizada. Ademais, sob o impacto do trabalho como valor, circulava no social o ideal da dona-de-casa profissional, o que implicava sua formação escolar.

Por parte ora de pais, ora de mães, a educação profissional feminina passava a ser vista como uma forma de inserção social e um mecanismo que poderia assegurar às mulheres uma forma de vida digna, caso se tornassem viúvas ou não se casassem. Era também um instrumento que as poderia livrar de maus casamentos. Dentre as moças, além dessas percepções, também orientavam suas condutas, a incorporação do trabalho como valor e missão.

Instituída com a finalidade de profissionalizar a mulher para atuar no magistério primário, a Escola Normal Oficial possibilitou o aumento da cultura intelectual feminina. A partir da década de 1920 cresceu a matrícula na instituição.¹⁵⁴ A demanda até então baixa,

¹⁵² OLÍMPIO, 1922, p. 171-177.

¹⁵³ CASTELO BRANCO, P., 2005a, p. 61.

¹⁵⁴ BRITO, Anísio. Ligeira notícia sobre o ensino público. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, p. 1-6, 12 dez. 1936.

pois poucas eram as moças que tinham concluído o curso normal, expandiu-se. Em 1922, em avaliação do ensino normal, Matias Olímpio assim se referia ao curso normal:

E é com orgulho que vemos com ele se beneficiar não apenas os candidatos ao exercício da profissão, mas grande número de patricias que ali procura educar o espírito. A Escola tem sido um fato preponderante na formação intelectual da mulher piauiense, que era anteriormente, pela dificuldade de procurar instrução em outros meios, obrigada a limitar a sua cultura a noções muito rudimentares.¹⁵⁵

As expectativas de educação feminina passaram a convergir para a Escola Normal. Paulatinamente, a instituição foi sendo percebida como o espaço de escolarização feminina, quer fossem as moças ingressar no magistério ou não. Principalmente, a partir dos anos 1930, quando o exercício da maternidade passava a requerer novos saberes, o curso normal era considerado formação adequada à mulher. Ele formava a mãe educadora, que tanto poderia socializar e educar seus próprios filhos e filhas, quanto os alunos e as alunas, projetando simbolicamente a maternidade no espaço público.

Propiciando o aumento do nível de escolarização feminina, a Escola Norma Oficial, nas décadas de 1910 e 1920, oportunizou a formação de um universo de leitoras. A leitura, predominantemente masculina, no início do século XX,¹⁵⁶ foi então se tornando experiência comum a um conjunto de mulheres. Processo semelhante ocorreu em relação à produção literária e à escrita na imprensa.¹⁵⁷ A participação feminina, nesses espaços, que começara a despontar, respectivamente, no final do século XIX e no início do século XX,¹⁵⁸ tornou-se mais nítida, nos anos 1920, sob o impacto da formação oferecida pela Escola Normal Oficial.

A condição de professora da Escola Normal e de professora normalista também oportunizou e legitimou o discurso público feminino. Em solenidades de formatura e, a partir do início dos anos 1930, nas comemorações da Semana da Criança, a fala das normalistas tornou-se recorrente no cotidiano da cidade. A instituição corroborou no delineamento de uma esfera pública feminina, ao colocar a palavra das normalistas em circulação, que, conforme acentua Michelle Perrot, mais do que o espaço material, modela a esfera pública.¹⁵⁹

A Escola Normal até o início dos anos 1930 era a instituição que propiciava o mais alto nível de escolarização para as mulheres no Estado, dando vazão ao desejo de emancipação

¹⁵⁵ OLÍMPIO, 1992, p. 98.

¹⁵⁶ MAGALHAES, Maria Socorro Rios. *Literatura piauiense: horizontes de leitura e crítica literária*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 33-72.

¹⁵⁷ A respeito da inserção das mulheres na imprensa, ver CASTELO BRANCO, P., 1996; ROCHA, O., 2007.

¹⁵⁸ ROCHA, O., 2007.

¹⁵⁹ PERROT, 1998, p. 5.

que atravessou as décadas de 1910 e 1920, uma vez que, na perspectiva de parte das mulheres, a formação como professora primária era vista como meio para alcançar a independência. Nesse sentido, em 1925, a professora normalista Jandira Campelo, no discurso de colação de grau da Escola Normal, assim se expressava:

este é o nosso caso. Seria, para apavorar a cena lembrada e inédita se daqui não saíssemos aparelhadas para lutar e vencer. Outro intuito aliás não tem esta escola. O casamento é uma hipótese.

Daí a necessidade de armar a mulher para triunfar pela inteligência, se as suas graças, as suas virtudes, formosura com que Deus a dotou e distinguiu não conseguirem domar o coração masculino. Felizmente passou o tempo em que se punha em dúvida o intelecto feminino.¹⁶⁰

A experiência de estudo e de trabalho e o desenvolvimento de projetos pessoais para além do casamento e da maternidade vividos pelas normalistas, bem como o acesso a notícias acerca da dinâmica dos feminismos no mundo ocidental, as tornou sensíveis às demandas feministas. Embora seu exercício no espaço público fosse visto como uma extensão da maternidade, na medida em que se percebiam e eram percebidas como uma segunda mãe, o lugar e a experiência dessas mulheres eram mais densos. O desejo de maternar somava-se aos anseios de emancipação, à valorização do estudo e do trabalho, bem como à participação política. Algumas professoras primárias piauienses cultivavam sonhos e desejos, certamente, semelhantes àqueles nutridos por professoras primárias, que, na Europa compuseram os quadros dos feminismos.¹⁶¹

Nas primeiras décadas do século XX, com a escolarização oferecida pela instituição, as mulheres passaram a ser educadas para além do casamento e da maternidade. A formação propiciada pela Escola Normal Oficial, embora, no decorrer do tempo, tenha corroborado para o delineamento da mulher a partir dos papéis tradicionais femininos, era justificada, inicialmente, pelas demandas de trabalho feminino no âmbito da educação. Sua função primeira era formar o professorado, era encaminhar as mulheres para o exercício do magistério, através da formação oferecida.

Na perspectiva do Estado e de intelectuais que atuavam na educação, a inserção da professora normalista no sistema escolar era o meio através do qual se resolveria o problema da falta de formação pedagógica do professorado público. Com formação pedagógica adequada, a professora normalista deveria pôr em praticar novos métodos de ensino e, com

¹⁶⁰ ESCOLA Normal. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVII, n. 17, p. 4, 20 jan. 1925. In: CASTELO BRANCO, 1996, p. 79.

¹⁶¹ PERROT, 1998, p. 108.

extrema dedicação e amor, fomentar a educação escolar e formar o cidadão. Quando da solenidade de formatura da primeira turma diplomada pela Escola Normal, Antonino Freire se expressava nos seguintes termos:

Eu não sei de missão mais nobre, mais elevada e de maior responsabilidade do que aquela a que vos ides dedicar. Vós encarnais neste momento as maiores esperanças do nosso Estado. É a primeira semente que se atira à terra safara e estéril e de vossa dedicação e do vosso entusiasmo vai depender o resultado da colheita.

[...]

Não esqueçais, nunca, que a escola é o vosso segundo lar, e que tendes como principal dever, torná-lo para as crianças que passarem aos vossos encargos, cheio de alegrias, de benefícios e de amor.

É largo o caminho que se abre às vossas vistas. Trilha-o com segurança e firmeza, bem convencidas da missão nobilíssima do ensino, do papel decisivo que representais na solução desse problema máximo, que é a grande preocupação de todos os povos cultos.

[...]

Confiai cegamente nos vossos esforços e quais, novas bandeirantes, parti em busca do Piauí de amanhã que vai ser obra vossa, produto do vosso esforço e do vosso amor pela profissão que abraçais.¹⁶²

A identificação feminina com o trabalho extradoméstico e o universo público, fortemente elaborada pelo feminismo organizado, nas décadas de 1920 e 1930, era uma possibilidade, a despeito dos limites de escolarização impostos pelo sistema escolar, na cidade. A esse respeito, eis o que se lê em *Cartas femininas*, em julho de 1920:

A moça brasileira é geralmente inteligente, carece apenas de instrução; não desta instrução superficial e fictícia com que a maioria das nossas jovens patricias enfeitam o intelecto, do mesmo modo como que pintam o rosto, para exhibir-se; mas de uma boa, sólida e racional instrução, que ao mesmo tempo que lhe ornamente o espírito, habilite-a para enfrentar e vencer a luta sem tréguas da vida moderna. Trabalhem para isso, se não quisermos continuar a ser a eterna tutelada do homem, e em quem até hoje ele só conhece um préstimo, o de lhe fazer a cozinha, e o de lhe pregar os botões da ceroula.¹⁶³

Em crônica publicada no jornal *O Piauí*, em 1926, o/a articulista, por sua vez, avaliava:

Adão egoísta.

Esse desapontamento do homem contra a mulher vem desde o dia que ela pugnando pelos seus direitos, na sua esfera de ação, procurou libertar-se do seu velho cativo por meio do trabalho, sem, todavia, alimentar ideais demolidores.

¹⁶² FREIRE, Antonino. A mulher na escola primária. *Litericultura*, Teresina, ano 2, v. 3, p. 201, 30 abr. 1913.

¹⁶³ CINHÁ. Cartas femininas. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 32, p. 4, 3 jul. 1920.

[...] ciente da sua capacidade intelectual [a mulher] iniciou desassombrada e firme a derrubada de velhos preconceitos sociais, rompendo arraigadas tradições, rotinas escravizadoras, prejuízos enfim tenazes e injustificáveis, conseguindo, embora lentamente vencer quase todos os obstáculos encontrados e impor a sua vontade na conquista dos seus direitos. E, conquistando-os, dia a dia, transpondo-os, ativa e destemida, os umbrais de todos os departamentos do trabalho, a mulher pôs a prova a sua força de vontade, a sua inteligência esclarecida, a sua tenacidade e, sobretudo, o seu estoicismo ante as incertezas da vida [...].¹⁶⁴

Nos anos iniciais da Escola Normal Oficial, quando o Estado através da escolarização oferecida pela instituição e do desenvolvimento de uma política de recrutamento encaminhava as mulheres para o magistério primário,¹⁶⁵ o matiz do discurso era a importância da missão que seria desempenhada por essas mulheres, na difusão da educação, no Estado, considerada fundante para o progresso social.

A ideia de que o curso normal seria uma formação voltada para o exercício dos papéis tradicionais femininos está relacionada à expansão da escolarização nesse nível de ensino e aos limites do mercado de trabalho. No início dos anos 1920, contexto de crescimento do número de matrículas na Escola Normal, o número de cadeiras primárias era próximo ao número de normalistas formadas.¹⁶⁶ A partir de meados dessa década, a Escola Normal passou a formar um número de profissionais superior à demanda. Além disso, novos cursos normais foram ofertados no Estado e em Teresina. Em 1927, foi instituída uma escola normal em Parnaíba; em 1930, outra em Floriano; e, em 1931, o Colégio Sagrado Coração de Jesus também passou a oferecer essa modalidade de curso, em Teresina.

No início dos anos 1930, dentre mães e pais tornava-se cada vez mais presente, a ideia de que era necessário propiciar condições de sobrevivência para as filhas, preparando-as para casos de viuvez e para a possibilidade de não contrair matrimônio. Mesmo não rompendo com a percepção de que o casamento era a melhor condição para a mulher, de forma crescente, no decorrer do período em estudo, muitas famílias procuraram formar suas filhas para além das possibilidades de casamento, investindo para que tivessem condições de se inserir no mercado de trabalho e conseguir meios dignos de sobrevivência. Com efeito, expandiu-se a presença feminina no ensino normal.

Juntamente à Escola Normal Oficial, o Colégio Sagrado Coração de Jesus e as Escolas Normais de Parnaíba e Floriano formavam as moças que procuravam esse nível de ensino, no

¹⁶⁴ VIDA SOCIAL: Adão egoísta. *O Piauí*, Teresina, ano XXVII, n. 104, p. 4, 13 maio 1926.

¹⁶⁵ LOPES, 1996.

¹⁶⁶ LOPES, 1996, p. 193.

Estado. Essas instituições foram responsáveis pela formação do quadro docente que foi se inserindo no sistema escolar nos anos 1930, contexto de expansão da escola primária.

Na década de 1930, cresceu o número de estabelecimentos de ensino na rede pública, bem como a matrícula feminina e masculina, nesse nível de ensino. Em meados da década, a presença feminina no sistema escolar também se expandiu no ensino secundário não profissionalizante. É um contexto de crescimento do ingresso feminino no Liceu Piauiense, instituição pública que ofertava ensino secundário nessa modalidade e acolhia a demanda por escolarização nesse nível de ensino na classe média.¹⁶⁷

Em 1938, com a instalação da Academia de Comércio do Piauí, transformada, em 1943, na Escola Técnica de Comércio do Piauí, ampliaram-se, também, as possibilidades de ensino profissional para as mulheres. Ser professora deixava de ser um imperativo, imposto pelos limites da oferta de escolarização, na cidade.¹⁶⁸

A configuração de um sistema escolar em Teresina, nas primeiras décadas do século XX, somado à percepção de que as mulheres também deveriam ser escolarizadas foi transformando a experiência feminina no que tange à educação formal. A partir do estudo de dados divulgados no censo demográfico de 1940, é possível acentuar que, embora as mulheres continuassem menos alfabetizadas do que os homens, nos grupos etários mais jovens, entre 10 e 19 anos, a proporção de mulheres que sabia ler e escrever era mais ampla do que a masculina, isto porque, a rede escolar se expandiu nos anos 1930 e as mulheres mais jovens passaram a ter mais acesso à escola do que tiveram aquelas das gerações anteriores.¹⁶⁹

Em 1940, além do índice de alfabetização feminina nos grupos etários mais jovens ser mais elevado, as mulheres eram a maioria dentre os que haviam concluído os cursos primário e ginásial.¹⁷⁰ Dentre os alunos matriculados na rede escolar primária em Teresina, em 1944, a matrícula feminina também era mais ampla.¹⁷¹

Embora a expansão da rede de ensino, durante os anos 1930, tenha favorecido a ampliação da presença feminina no âmbito escolar, o acesso à escola primária ainda era

¹⁶⁷ Em 1935, no Piauí, 310 era o número de unidades escolares, passando a ser 535, em 1940; enquanto que a matrícula, em 1930, era de 7397 alunos e alunas e, em 1940, de 39882 alunos e alunas. Cf. NASCIMENTO, Alcides Francisco. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina – 1937-1945*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002. p. 64.

¹⁶⁸ ESCOLA Técnica de Comércio do Piauí. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 127-128, 1952.

¹⁶⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: população e habitação; censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços*. Rio de Janeiro, 1952.

¹⁷⁰ Em Teresina, em 1940, dentre a população que terminou o primário, 55,97% (1662) eram mulheres; enquanto que, dentre os concludentes do ensino ginásial, o percentual que corresponde à participação feminina era de 57,83% (362). Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952.

¹⁷¹ Em 1944, estavam matriculados na rede escolar primária 4574 alunas e 4332 alunos. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Ensino*. Separata de: Anuário Estatístico do Brasil, ano IX, 1948. Rio de Janeiro, 1949.

restrita a uma pequena parcela da população feminina e masculina, pois a maioria continuava à margem desse sistema. Em 1940, 64,44% da população de Teresina não era alfabetizada, enquanto que, no Piauí, o índice de analfabetismo era de 77,11%.¹⁷²

O aumento do nível de escolarização feminina estava diretamente relacionado à condição social, uma vez que o curso ginásial, que constituía o primeiro ciclo de ensino secundário, era oferecido, sobretudo, pelas escolas particulares. O Liceu Piauiense e a Escola Normal eram os estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo Estado. As vagas ofertadas por essas escolas eram insuficientes para absorver a demanda por esse nível de ensino. Predominava, assim, a iniciativa privada na oferta de curso ginásial. O Ginásio Leão XIII (1937), o Colégio Demóstenes Avelino (1942), o Ginásio Desembargador Antonio Costa (1945) e as escolas confessionais Colégio das Irmãs (1906) e Colégio Diocesano (1906) eram as principais escolas particulares que ministravam o ginásio.

A predominância do ensino particular na rede de ensino ginásial tornava o sistema escolar mais seletivo, pois permanecia, à margem da escola média, a maior parte da população feminina e masculina, que concluía o primário, posto que aquelas e aqueles que não pudessem arcar com as mensalidades escolares e nem conseguissem passar no concorrido exame de admissão das escolas públicas, encerravam suas trajetórias escolares. Portanto, aqueles e aquelas que prosseguiram nos estudos eram uma minoria, pertencentes, em geral, aos extratos sociais mais elevados, tanto por possuir meios para se preparar para o exame de admissão nas escolas públicas, quanto por ter condições financeiras para estudar nas escolas particulares. Nesse sentido, é importante ressaltar que, em 1950, apenas cerca de 25% da população feminina e masculina que concluíram o curso primário prosseguiram no sistema escolar, chegando a terminar o curso ginásial e, dentre esses, a maioria era feminina. Persistindo, assim, a tendência que marcou os anos 1940, a predominância feminina dentre os que concluíram o primário e o ginásio.¹⁷³

Na década de 1950, a demanda por educação escolar se expandiu. No início dos anos 1920, um dos problemas da educação pública era a continuidade do baixo número de matrículas, em um contexto em que 83% da população de Teresina não era alfabetizada.¹⁷⁴ À época impunha-se ampliar a matrícula em vista a minimizar esse fato. No início dos anos 1940, uma das ações voltadas para a proteção à infância era o estímulo à matrícula. Nos anos 1950, era problemática a crescente demanda escolar e a incapacidade do sistema em prover a

¹⁷² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952.

¹⁷³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos demográfico e econômico*. Rio de Janeiro, 1956.

¹⁷⁴ OLÍMPIO, 1922, p. 16-18.

matrícula, tanto no primário quanto no secundário. No decorrer das décadas de 1920, 1930 e 1940, a educação como valor espraia-se, atingindo também os segmentos populares.

Na primeira metade dos anos 1950, poucas foram as ações do poder público, no sentido de ampliar a rede escolar, dada à precariedade dos recursos orçamentários, que se agravou em face do declínio do extrativismo vegetal e da mudança da política do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O INEP vinha financiando em parte a expansão da rede escolar no Piauí, através de convênios para construção e recuperação de prédios escolares. Entre 1946 e 1948, o Instituto priorizou a educação rural e, em 1949, voltou-se para a zona urbana, solicitando ao Estado a prestação de contas dos convênios anteriormente firmados. Contudo, em razão de o Piauí não haver cumprido todos os acordos estabelecidos para construção de prédios escolares na zona rural e nem ter condições de cumpri-los, em decorrência da falta de recursos, novos convênios deixaram de se firmar. De modo que, somente na segunda metade da década de 1950, é que o então governador Gayoso e Almendra, através de negociações pessoais com representantes do Instituto, resolveu a situação do Estado, voltando a receber recursos para investir na expansão da rede escolar.¹⁷⁵

A construção e recuperação de prédios escolares visavam possibilitar o aumento das matrículas, visto que as escolas públicas não estavam absorvendo as alunas e os alunos que buscavam vagas. Mesmo em Teresina, onde se concentraram os maiores esforços no sentido de expandir o número de escolas, a procura por educação formal configurava-se para além das possibilidades de atendimento.

A ampliação da demanda por educação que se configurou em Teresina decorria tanto do crescimento vegetativo da população escolarizável feminina e masculina, quanto da intensificação da urbanização e dos fluxos migratórios desencadeados no Estado a partir dos anos 1950¹⁷⁶. Nesses anos, a população urbana do Piauí passou a crescer em níveis superiores ao da população rural, sendo Teresina a região que estava passando a ter a maior concentração urbana¹⁷⁷. Além de constituir-se em polo atrativo da população rural e das cidades pequenas do interior do Piauí e do Maranhão, por ser a capital do Estado e sede política e administrativa, Teresina atraía homens e mulheres que vinham buscar melhores níveis de escolarização. Isso porque, no decorrer da década de 1950, embora fosse um contexto de

¹⁷⁵ Ver BRITO, Itamar Sousa. *Memória histórica da Secretaria de Educação*. Teresina: Secretaria de Educação, 1985. p. 57-68 ; BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996. p. 99-158.

¹⁷⁶ A respeito do processo migratório piauiense, ver BACELLAR, Olavo Ivahó de B.; LIMA, Gerson Portela. *Causas e tendências do processo migratório piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1990. (Relatório de Pesquisa, 12).

¹⁷⁷ FUNDAÇÃO CEPRO. *Análise do processo de urbanização no Piauí*. Teresina, 1985. (Estudos Diversos, 26). p. 38-61.

ampliação da rede escolar e do número de matrículas em todos os níveis, a implantação do sistema de ensino se processou, sobretudo, na zona urbana, de modo que no meio rural eram pouquíssimas as oportunidades de escolarização. Acrescente-se, ainda, que a estrutura curricular da escola rural não privilegiou a aprendizagem voltada para as práticas agrícolas, e sim, para o exercício de atividades urbanas.¹⁷⁸

Ademais, no interior do Estado, a maioria dos municípios oferecia apenas o ensino primário, de maneira que, para a população feminina e masculina que buscava dar continuidade aos estudos, Teresina figurava como a cidade que oferecia dentro do Estado as maiores possibilidades de acesso à escola em todos os níveis. Nesse sentido, considerando as causas do processo migratório piauiense, Bacellar e Lima acentuam que a busca de educação escolar constitui o terceiro fator impulsionador da saída da população do campo rumo à zona urbana, havendo dentre os adultos que deixam a zona rural uma parcela “bem situada economicamente, capaz de prosseguir no sistema escolar apoiada pela família, em busca de melhor *status*”.¹⁷⁹

Buscar ascensão social mediante a escolarização de nível médio e superior se constituiu em investimento das classes médias no Brasil nos anos 1950 e 1960,¹⁸⁰ visto que a intensificação da urbanização e da industrialização criou maiores chances de acesso à escola, bem como instituiu meios de inserção da população feminina e masculina escolarizada no mercado de trabalho. Em termos locais, é importante pontuar que o Piauí se urbanizava, embora assumisse posição periférica no processo de industrialização, pois na divisão nacional do trabalho se tornou pólo consumidor de produtos industrializados e exportador de produtos agrícolas.¹⁸¹ Em termos educacionais, contudo, o investimento em educação figurava como um meio de ascensão e de manutenção do *status* social, de tal modo que a demanda por educação desencadeiava-se para além da escola primária e dos cursos profissionalizantes. A escola secundária voltada para as classe alta e média passou a ser objeto de aspiração da população feminina e masculina, a partir do final dos anos 1940.

A incapacidade do sistema escolar em ofertar vagas compatíveis com a demanda, contudo, não influenciou na tendência de crescimento de escolarização feminina. É o que se infere

¹⁷⁸ BACELLAR; LIMA, op. cit., p. 127.

¹⁷⁹ Ibid., p. 149.

¹⁸⁰ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 586-596.

¹⁸¹ A respeito das transformações econômicas ocorridas no Piauí em virtude do declínio do extrativismo vegetal e da integração do Estado na divisão nacional do trabalho ver MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996. p. 15-52; FUNDAÇÃO CEPRO. *Análise do processo de urbanização no Piauí*. Teresina, 1985. (Estudos Diversos, 26).

a partir da análise de dados do censo demográfico de 1960, que indicam a predominância feminina em todos os níveis de ensino, exceto no ensino de terceiro grau.¹⁸²

A expansão da escolarização feminina, no período em estudo, não tornou iguais as condições de acesso ao ensino superior para homens e mulheres. Embora no intervalo compreendido entre as décadas de 1920 e 1950 tenha sido ascendente a participação feminina nesse nível, o ensino de terceiro grau até 1960 era predominantemente masculino. Isso não significa dizer que não houve transformações em relação ao acesso feminino no ensino superior.¹⁸³

Desde o início do século, a despeito de o ensino superior ser considerado formação masculina, algumas poucas mulheres de Teresina e do Piauí passaram a ter acesso a esse nível de ensino. Com o apoio dos pais, um número muito reduzido de mulheres pôde sair de Teresina em busca do acesso ao ensino superior. Conforme indicam dados estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁸⁴, bem como a referência à atuação da Doutora Márcia Cruz como professora da Escola de Aprendizizes e Artífices, em 1913,¹⁸⁵ a respeito da qual não disponho de mais informações. Esses casos remetem para o fato de que havia famílias para as quais a diferença de gênero não era um dado importante na formação escolar de filhos e filhas.

Nos anos 1930, alguns poucos pais, considerando que as filhas deveriam dispor do mesmo nível de formação que os filhos, as encaminharam para o ensino superior, em outras cidades. Essa foi a experiência de Rosa Amélia Tajra, concludente do Liceu Piauiense, em 1935, que, com o apoio de seus pais, migrou para Belém, no ano seguinte, com o intuito de ingressar no curso de Farmácia. E, posteriormente, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde optou pelo curso de Medicina.

Na época em que Rosa Amélia deixou Teresina em busca de formação em nível superior, mesmo no Rio de Janeiro e em São Paulo, cidades que estavam passando por um

¹⁸² Em 1960, dentre os que tinham 9 anos de estudo, que correspondem ao primeiro ciclo do ensino médio, 62,65% (1568) eram mulheres e 37,35% (935), homens; dentre os que tinham 12 anos de estudo, que correspondem ao segundo ciclo do ensino médio, 56,18% (842) eram mulheres e 43,82% (657), homens. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1960*. [Rio de Janeiro, 196?]. t. III, v. 1, 1ª parte.

¹⁸³ Acerca da escolarização feminina no ensino superior, ver CARDOSO, Elizangela. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

¹⁸⁴ Em 1940, das 14 mulheres formadas, 1 estava na faixa etária de 50-59 anos; 2, entre 40-49 anos; 1, entre 30-39 anos e 10, entre 20-29 anos. O que permite dizer que, provavelmente, as mais velhas tenham saído para estudar nas duas primeiras décadas do século XX, enquanto que as mais novas, entre 20-29 anos, tenham ingressado nas instituições de ensino de terceiro grau na década de 1930. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952.

¹⁸⁵ QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí*. Imperatriz, MA: Ética, 2008. p. 38.

processo de metropolização,¹⁸⁶ a presença feminina no ensino superior era bastante incipiente, concentrando-se em São Paulo nos cursos de Farmácia, Odontologia e Medicina.¹⁸⁷

Em Teresina, até a década de 1940, era muito reduzido o número de mulheres com formação superior. Para esse quadro corroborava o fato de a primeira instituição de ensino superior datar somente de 1931, quando foi instalada a Faculdade de Direito (FADI).

Propiciando formação em uma área à época predominantemente masculina, pouquíssimas foram as mulheres que ingressaram na instituição nos anos 1930 e 1940. Na década de 1930, uma mulher concluiu o curso de Direito e nos anos 1940, duas o fizeram. É somente na década de 1950, quando a presença feminina no ensino superior se expande em relação às primeiras décadas do século, que a presença feminina na instituição se torna mais nítida. Importa destacar que nos 1950, trinta e seis mulheres se formaram na instituição.¹⁸⁸

Por mais de vinte anos, o ensino superior ministrado no Estado esteve restrito ao ofertado pela FADI, uma vez que a segunda instituição de ensino de terceiro grau – a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI) – foi implantada, somente em 1957. Aqueles e aquelas que não podiam ou não desejam sair de Teresina para cursar o ensino de terceiro grau tinham como única opção aquela escola. Fato que, por sua vez, restringiu as chances de escolarização feminina nesse nível de ensino.

As perspectivas de escolarização de nível superior para a maioria das mulheres, especialmente, as de classe média limitavam-se àquelas oferecidas em Teresina, uma vez que, geralmente, oriundas de famílias numerosas, as filhas disputavam recursos com os irmãos. E, na maioria das vezes, eram preteridas. Sob a percepção de que as mulheres deveriam casar e desempenhar o papel de mãe, esposa e dona-de-casa e, em termos profissionais, limitar-se à carreira de professora, os recursos das famílias eram investidos, predominantemente, nos filhos. Isto porque, conforme percepção dominante, esses deveriam ser pais e provedores familiares no futuro e, para isso, deveriam confluír os investimentos familiares em educação. Essa forma de perceber os papéis de gênero delineava trajetórias diferentes no que tange à educação formal. Enquanto a trajetória regular dos rapazes da classe média e da alta era a formação de nível superior, em geral, obtida em grandes cidades do Nordeste e do Sudeste do País, a de suas irmãs era, sobretudo, cursar o normal, em Teresina.

¹⁸⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 513-620.

¹⁸⁷ SAFFIOTI, Helieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 219.

¹⁸⁸ CARDOSO, 2003.

Sair de Teresina para cursar ensino de terceiro grau em outras cidades ou ingressar na Faculdade de Direito era fruto de negociações entre filhas, pais e mães. A percepção de que a mulher deveria casar e exercer os papéis de mãe, esposa e dona-de-casa restringia a escolarização. Alguns pais e mães acreditavam que as filhas deveriam estudar o suficiente para desempenhar essas funções e, em termos de educação profissionalizante, o curso normal bastaria. Ora essa leitura era compartilhada pelas filhas, ora não. Com efeito, para ingressar no ensino superior, algumas moças enfrentaram oposições em suas famílias, expondo seus desejos e, mediante diálogo, lograram o apoio familiar, enquanto outras, não. Nos embates e negociações operavam as representações de feminino e de masculino, então correntes.

Para os rapazes, o ato de serem estimulados a estudar fora do Estado era ação que os dotava de maior *status* e prestígio social. Para as moças, o ato poderia funcionar em outro sentido, podendo mesmo macular suas imagens, visto que conforme as concepções de gênero hegemônicas à época, a formação das moças exigia maiores cuidados de ordem moral. As moças deveriam estar sob observação e vigilância familiar, posto que sair da casa paterna com o propósito de estudar em outras cidades era, para alguns, prática impensável, pois *moças de família* não podiam se instalar em qualquer lugar, *moças respeitáveis* deveriam residir em espaços familiares. É válido lembrar que da conservação de suas honras dependia a honra familiar. Assim, a ideia de que as mulheres seriam moralmente frágeis limitou em parte das famílias as possibilidades de escolarização feminina.

Ainda que o acesso das mulheres ao ensino superior tenha sido crescente no decorrer do período em estudo, durante as décadas de 1930 e 1940, o ingresso feminino nas instituições de ensino de terceiro grau era uma trajetória bastante singular e embrionária. Foi, sobretudo, na década de 1950, que se manifestou a tendência que se consolidou nas décadas seguintes – a de ingresso em massa das mulheres mais abastadas no ensino de terceiro grau, para o qual confluuiu a instalação da Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), inaugurada em 1957, e a posterior institucionalização do ensino superior, no Estado, ocorrida entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1970, com a instalação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Com o funcionamento da FAFI, as jovens que desejavam cursar o ensino superior, mas que não dispunham de recursos para deixar o Estado ou não contavam com o apoio familiar, passaram a ter maiores chances em termos de escolarização nesse nível de ensino. Ofertando os cursos de Bacharelado em Filosofia, em Geografia e História e ainda em Letras Neolatinas, áreas que eram consideradas mais adequadas ao desempenho feminino, a FAFI, a partir do terceiro ano de funcionamento, tornou-se um espaço de escolarização predominantemente feminino.

A instituição corroborava a tradição das Faculdades de Filosofia, que “desde o início, [...] estavam voltadas para a educação da mulher, pois a primeira que o País teria seria uma faculdade feminina”¹⁸⁹, uma vez que essas escolas e, posteriormente, os cursos ofertadas nelas, a princípio, iam passando a receber a maior parte das jovens que ingressavam no ensino de terceiro grau.

Essa configuração é explicada, por um lado, pelo objetivo dessas escolas, que era formar professores e professoras para o ensino médio, propiciando, assim, formação em uma área em que as mulheres já dominavam, que era a do ensino em nível primário; por outro, a não equivalência dos diversos cursos de nível médio, o que perdurou até 1961, quando da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo em vista que as concludentes do normal só tinham acesso a alguns cursos ministrados nas Faculdades de Filosofia. Como grande parte das jovens que chegavam ao ensino médio vinha dessa modalidade de curso, o prosseguimento dos estudos em nível superior, de certa forma, já estava condicionado, até o início dos anos 1960 pelo tipo de escolarização feminina predominante no ensino médio.¹⁹⁰

No que se refere à presença feminina na FADI, houve expansão no período em estudo, no entanto a escola continuou a ser um espaço predominantemente masculino. O que não se constitui apanágio local, uma vez que o curso de Direito, nesses anos, se configurava como o mais procurado no ensino superior do Brasil¹⁹¹. Assim, é ainda válido lembrar que a carreira jurídica era uma das mais cotadas para os homens. Em fins de 1950, por exemplo, moradores da cidade de São Paulo¹⁹², levados a classificarem um conjunto de profissões, situavam as profissões de médico e de advogado em primeiro e segundo lugar, respectivamente, o que possibilita afirmar que a carreira jurídica continuava sendo bastante privilegiada, ocupando o topo da escala social.¹⁹³

A ideia de que o ensino superior seria também um espaço feminino, bastante singular na primeira metade do século XX, espalha-se no âmbito da classe média e alta, a partir dos anos 1950. Tanto os desejos de profissionalização feminina, via ensino superior, se tornam mais densos, na década de 1950, quanto cresceu, dentre as famílias, a perspectiva de que as filhas também deveriam receber esse tipo de formação.

¹⁸⁹ Trata-se do Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” fundado pelas Cônegas de Santo Agostinho, em 1933. Ver SAFFIOTI, 1979, p. 229.

¹⁹⁰ As normalistas passaram a ter direito a ingressar em alguns cursos ministrados nas Faculdades de Filosofia, em 1939, por meio do Decreto-Lei nº 1190 de 4-4-1939. Cf. SAFFIOTI, op. cit., p. 227.

¹⁹¹ BARROSO, Carmen de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, n. 15, p. 55, 1975.

¹⁹² NOVAIS; MELLO, 1998, p. 587.

¹⁹³ NUNES, Manoel Paulo. *As solidões justapostas*. Teresina: APL, 1992. p. 27.

Desde os anos 1940, contudo, a presença feminina no ensino superior veio ganhando rosto, na imprensa, em Teresina, como uma expectativa desejada em relação ao futuro das moças, como já era em relação aos rapazes das famílias dos segmentos sociais mais abastados. Nas notas veiculadas na imprensa, o acesso feminino ao ensino superior emergia como resultado do esforço pessoal das jovens, assim como dos investimentos feitos pelos pais. É inscrito como prática valorizada e impulsionada pelos pais. *Moças de esmerada formação religiosa, fina flor da sociedade, senhorita inteligente, boas moças* eram algumas imagens das jovens que estavam investindo em um curso superior.

Educação para casar e educação para seguir uma carreira foram investimentos que atravessaram a década de 1950. Assim, o tipo de formação dada pela família tanto poderia corresponder aos anseios das filhas, como poderia divergir. Em decorrência dessas duas perspectivas de formação feminina, às vezes, havia divergência entre pais, mães e filhas. Era comum o fato de os pais e as mães procurarem educar as filhas para o casamento, enquanto as jovens desejavam investir na continuidade dos estudos, como também a situação inversa, quando ora pais, ora mães investiam no futuro profissional das filhas e estas optavam por casar.

Nas trajetórias de algumas moças que iam vislumbrando trilhas diferenciadas, conceber o casamento e a maternidade como os caminhos femininos, por excelência, atuava como produtor de diferenças quanto aos estímulos e expectativas referentes à educação masculina e feminina. Isto porque dentre famílias que a princípio não cercearam o ingresso das filhas nas instituições de ensino de terceiro grau figuravam diferenciações mais sutis, como o maior estímulo dado aos irmãos em detrimento das irmãs. Essa era uma das possibilidades do período, pois alguns pais e mães também impulsionaram suas filhas a descentrar a formação da identidade dos papéis tradicionais femininos, ou a construí-la para além deles, investindo em sua formação profissional, através do ensino superior.

Nas camadas mais elevadas, nos embates entre pais, mães e filhas começou a prevalecer mesmo nas famílias que não valorizavam a formação superior para as mulheres, os projetos pessoais de estudo desenvolvidos pelas jovens, que, mediante negociações, ingressavam nas instituições de ensino de terceiro grau, sobretudo, naquelas instaladas em Teresina.

A ampliação da escolarização feminina, que, nas primeiras décadas do século XX, era em parte legitimada em função do exercício dos papéis femininos tradicionais, perdia espaço em favor da justificativa já enfatizada pelo movimento feminista, no mesmo período – a busca de liberdade e de independência feminina através da educação e do trabalho.

A educação recebida pelas mulheres dos segmentos mais abastados no período em estudo produziu diferenças e hierarquias de gênero e, contraditoriamente, também abriu caminhos para a igualdade de gênero. Apesar da permanência de desigualdades no sistema escolar, uma vez que o curso superior se manteve como predominantemente masculino, a educação escolar integrou o universo das mulheres e as qualificou para o ingresso no mercado de trabalho. Ademais, um pequeno segmento de mulheres que ingressou em diferentes áreas do ensino superior e, posteriormente, no mercado de trabalho, transformou o ensino superior em espaço feminino. Nesse sentido, não é possível afirmar que as transformações ocorridas no campo da educação tenham contribuído apenas para modernizar as desigualdades de gênero. É inegável que estas prevaleceram, mas, quando se considera que algumas poucas mulheres tiveram as mesmas chances que os homens, no campo educacional, é também importante destacar que a educação de que foram alvo contribuiu para a igualdade.

Mesmo quando não havia, na família, experiência de mulher com formação superior e inserção no mercado de trabalho, nem incentivo por parte de pais, mães, parentes ou parentas, o fato desse tipo de trajetória ir se tornando cada vez mais comum, propiciava referências às jovens que estavam estudando o curso normal, o clássico, o comercial ou científico, nos anos 1950.

O acesso feminino ao ensino superior, na primeira metade do século XX, apesar de constituir uma trajetória singular, possibilitou que as mulheres ingressassem em áreas de predominância masculina, alargando a inserção pública feminina. O período em estudo é um tempo de pioneiras, pois algumas mulheres foram ingressando em novas áreas e ressignificando-as, na medida em que passavam a ser espaços de atuação feminina. Na década de 1930, surgiu a primeira advogada formada em Teresina. Na década de 1940, retornou à cidade a primeira jovem formada em Medicina. Em 1950, das 24 mulheres formadas em todo o Estado, a maioria havia concluído o curso de Farmácia (10), seguidas respectivamente, pelas que concluíram os cursos de Direito (4), Medicina (1), Educação Física (2), cursos formadores de professores (4) e outras modalidades de curso (3). Destaco que, quando as mulheres começaram a ter acesso ao ensino de terceiro grau, a área de maior concentração feminina era justamente o curso de Farmácia, enquanto que o curso de Direito era ainda um curso majoritariamente masculino. Nesse mesmo ano, as escolhas masculinas incidiam respectivamente sobre os cursos de Direito (191), Medicina (105), Odontologia (63), Farmácia (51), Engenharia (31) e Agronomia (28). A maioria dos homens, portanto, escolheu

ramos tradicionais, em que as áreas mais procuradas eram as de Direito e de Medicina, configuração mantidas nos dois decênios seguintes.¹⁹⁴

Já a distribuição das mulheres que concluíram o ensino superior, conforme o Censo Demográfico de 1960, é a seguinte: das 105 formadas, a maioria havia concluído os cursos de Direito (32), seguidas das que optaram pelos cursos de Farmácia (22), de Letras (16) e de Odontologia (12), de maneira que é possível pontuar deslocamentos em relação ao decênio anterior, visto que, nesse ano, a maioria das jovens se concentrava na área jurídica, tradicionalmente, masculina.¹⁹⁵

Embora as mulheres, no período em estudo, tenham sido alvo de discursos que valorizavam a maternidade e o casamento enquanto finalidades da vida feminina, nem todas se subjetivaram incorporando essa forma de perceber o lugar das mulheres, algumas os descentraram, na constituição de suas identidades.

1.2.2 SOB O VÉU DA FEMINILIDADE

No início dos anos 1920, o trabalho feminino era exercido no lar e fora dele. Na faina doméstica, as mulheres asseguravam a alimentação, o vestuário, o cuidado às crianças, pessoas mais velhas e doentes, bem como a gestão do mundo da casa. Partejar, nutrir, fiar, tecer, vestir, cuidar, limpar, cozinhar, lavar e arrumar integravam o universo feminino. Assegurar as condições da reprodução social era responsabilidade das mulheres.

A casa ainda não havia se desvencilhado da produção. Roupas, sabões, velas, doces, manteigas, dentre outros, eram elaborados nesse espaço. Parte significativa das mulheres, no início dos anos 1920, assim como suas mães e avós continuava elaborando muito do que era consumido por suas famílias.¹⁹⁶

Nas famílias mais abastadas, mulheres pobres integravam-se à dinâmica do trabalho doméstico na condição de criadas, de cozinheiras, de lavadeiras e de engomadeiras. E também executavam parte da produção doméstica.

¹⁹⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

¹⁹⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

¹⁹⁶ CORREIA, Genu de Aguiar Moraes. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008; MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: Icoce, 1987. p. 135-139.

O trabalho realizado em casa possibilitava suprir parte das necessidades da família e, do mesmo modo, que as mulheres ganhassem algum dinheiro. Costurar, bordar, ensinar estes ofícios, primeiras letras ou música, possibilitava às mulheres de classe média remuneração¹⁹⁷ sem romper com a domesticidade.

No início dos anos 1920, mulheres de classe média e pobres confeccionavam as roupas que vestiam suas famílias e a de suas clientes. Dentre as mulheres que exerciam atividades remuneradas, nesse período, a maioria trabalhava na costura, que fora no mundo ocidental “um imenso viveiro de empregos, de ofícios, de qualificações para as mulheres, e isso durante séculos”, conforme enfatiza Michelle Perrot.¹⁹⁸ A transmissão do saber de mãe para filha e da professora à aluna capacitava um grande número de mulheres na costura. Desde o final do século XX, a educação feminina incluía trabalhos de agulha.¹⁹⁹

Em 1920, as mulheres que trabalhavam com costura eram 1.651, em Teresina, e 11.571, no Piauí. Fosse operando uma máquina Singer, que começava a se popularizar, ou através do uso da agulha, na costura manual, as mulheres dominavam o vestuário, à época, predominantemente, feminino.²⁰⁰

No despontar dos *anos loucos*, o trabalho feminino era requerido no lar e no mercado. Mulheres exerciam ofícios, no mundo fabril, em esferas que vinham se embasando na mão-de-obra feminina, tais como fiar, tecer e confeccionar roupas.

Inaugurada em 1893, a Fábrica de Fiação e Tecidos Piauienses tornou-se o espaço de emprego da mão-de-obra feminina no setor têxtil.²⁰¹ Atividades antes desempenhadas no espaço doméstico migravam para a fábrica. Em Teresina, assim como vinha ocorrendo no Rio de Janeiro, em São Paulo²⁰² e em várias cidades ocidentais, desde a Primeira Revolução Industrial,²⁰³ o trabalho feminino se transformava em trabalho assalariado, na medida em que o sistema fabril passava a produzir o que antes era elaborado, artesanalmente, no universo doméstico.

Nesse processo, um segmento de mulheres pobres transformou-se nas *pipiras* da Fiação, como eram conhecidas as operárias, que ao amanhecer deixavam suas casas rumo à Fábrica.

¹⁹⁷ CASTELO BRANCO, P., 1996.

¹⁹⁸ PERROT, 2007, p. 121.

¹⁹⁹ CASTELO BRANCO, P., 1996.

²⁰⁰ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Sinopse do recenseamento realizado em 1 de setembro 1920*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926.

²⁰¹ CHAVES, Joaquim (Mons.). Teresina: subsídios para a história do Piauí. In: _____. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p.83.

²⁰² PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; BESSE, 1999.

²⁰³ PERROT, 2007, p. 119.

O alarido, a conversa e o riso de gerações de *pipiras* alegraram a cidade entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, enquanto a Fiação esteve funcionando.

As mulheres também trabalhavam no comércio. Ajudantes dos pais e dos maridos ou proprietárias, que assumiam a atividade comercial após a viuvez, um pequeno segmento de mulheres, atuava nesse ramo. Em 1920, sessenta e oito mulheres trabalhavam em atividades comerciais em Teresina.

À época, o magistério primário, uma das poucas profissões respeitáveis para as mulheres dos segmentos sociais mais abastados, empregava a maioria das mulheres de classe média e alta. Espaço de trabalho que vinha sendo ocupado pelas mulheres desde a década de 1860, o magistério primário por essa época era uma profissão feminina. Entre a década de 1860 e os anos 1930, o Estado através de uma política de formação via Escola Normal, de recrutamento e de salários para o corpo docente primário promoveu a feminização desse nível de ensino. Com a intenção de expandir os serviços educacionais com baixos custos, em um contexto em que a demanda feminina por trabalho permeava o cotidiano, o Estado encaminhou as mulheres para o magistério primário, apropriando-se do imaginário social acerca do feminino, para justificar e legitimar a feminização da profissão.²⁰⁴

A professora primária, no discurso oficial, foi significada como uma segunda mãe e suas atividades profissionais como extensão da maternidade. Amor, vocação e doação foram termos associados ao magistério primário. Argumentando que as mulheres eram, geralmente, assistidas pelo pai, pelo marido ou por um irmão, o Estado promoveu o rebaixamento dos salários do professorado primário e optou pela composição do quadro docente nesse nível, mediante o ingresso feminino.²⁰⁵

No início dos anos 1920, as moças de classe média que desejavam ou precisavam trabalhar direcionavam-se, sobretudo, para o magistério primário. Durante os anos 1930, as concludentes dos cursos normais tiveram a chance de ingressar no mercado de trabalho, graças ao crescimento do número de vagas ofertadas no magistério primário. Em 1944, as professoras normalistas compunham quase 80% da rede escolar primária de Teresina e quase 50% do total do corpo docente primário de todo o Estado.²⁰⁶

Entre as décadas de 1920 e 1950, o magistério primário concentrou a maioria das mulheres de classe média ingressas no mercado de trabalho. A ampliação da rede escolar

²⁰⁴ LOPES, 1996.

²⁰⁵ Ibid.

²⁰⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1949.

pública,²⁰⁷ nesse período, bem como a ação da iniciativa privada na prestação de serviços educacionais abriu possibilidades para que as professoras formadas na Escola Normal Oficial e no Colégio Sagrado Coração de Jesus ingressassem e permanecessem no mercado de trabalho.²⁰⁸ Com efeito, um número crescente de mulheres, no decorrer do período em estudo, exerceu o magistério, que se manteve como profissão feminina.²⁰⁹

O magistério secundário continuou predominantemente masculino, embora tenha se ampliado à participação feminina. O primeiro estabelecimento público a que mulheres tiveram acesso, nesse nível de ensino, foi a Escola Normal Oficial. As cadeiras de desenho, de música e de trabalhos de agulha eram de competência feminina. Quando da implantação da Escola, a cadeira de música, ficou a cargo da professora Firmina Sobreira Cardoso e as de desenho e de trabalhos de agulha, sob a responsabilidade da professora Rosa Godinho de Oliveira Bello.²¹⁰

Em 1952, no Colégio Estadual do Piauí, antigo Liceu Piauiense, dos quarenta e oito professores que formavam o corpo docente, cinco eram professoras. Tratava-se de Amália Pinheiro, Dulce Figueiredo, Delfina Borralho Boavista, Helena Rocha de Greslan e Aurora Soares Neiva.²¹¹

Algumas jovens que concluíram licenciaturas entre o final dos anos 1950 e os anos 1960, além de enfrentarem desafios no magistério de nível médio, passaram a vivenciá-los no magistério superior, pois é nesse período que se firmaram as primeiras professoras nesse nível de ensino. Com o funcionamento da FAFI, em 1958, o magistério de terceiro grau, até então de domínio exclusivo masculino, assistiu ao ingresso das primeiras mulheres, como foi o caso de Teresinha Leal Nunes, formada em Letras Neolatinas pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará.²¹²

²⁰⁷ Acerca da expansão do número de estabelecimentos de ensino no Piauí, ver BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 195.

²⁰⁸ Em 1939, o Estado mantinha 292 escolas primárias; o município, 60; e a rede particular, 110. Em 1949, o número de escolas primárias estaduais, municipais e particulares passou a ser 525. No mesmo ano, o Departamento Estadual de Educação lotava em Teresina, 265 professores/as; e, em 1950, 336 professores/as. Ver BRANDÃO, Alceu do Amarante. Departamento de ensino. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 289, 1952.

²⁰⁹ Em Teresina, em 1920, 73 mulheres exerciam o magistério; em 1940, 304 era o número de mulheres cuja atividade principal foi classificada no item administração pública, justiça, ensino público. Para o Piauí, os dados são os seguintes: em 1940, havia 822 exercendo atividades na administração pública, justiça e ensino público; em 1950, 1478 trabalhavam no ensino público e 354 no ensino particular; em 1960, 2650 mulheres eram professoras primárias e 124 do ensino secundário. Ver MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1926; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

²¹⁰ LOPES, 1996, p. 184.

²¹¹ COLÉGIO Estadual do Piauí. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 163-164, 1952.

²¹² CARDOSO, 2003.

Desde os anos 1930, algumas moças de classe média, que haviam cursado o normal, passaram a ter acesso à área da saúde. Até então o trabalho feminino nessa área era exercido pelas parteiras e enfermeiras leigas. Na Santa Casa de Misericórdia, que prestou serviços à população até o início dos anos 1940, mulheres e homens pobres exerciam o trabalho de enfermagem. Tratava-se à época de um trabalho empírico, embasado no saber adquirido no desempenho dos cuidados de enfermagem. No final dos anos 1930, sob o impacto da centralização na área de saúde, promovida pelas políticas públicas desenvolvidas durante o Estado Novo, surgiram oportunidades para que as mulheres ingressassem nessa esfera, na condição de visitadoras sanitárias e, no início dos anos 1940, de enfermeiras diplomadas.

Sob o impacto da política nacional de saúde, implantada durante o Estado Novo, o Piauí, assim como os demais Estados, mediante ações centralizadoras e intervencionistas na saúde pública, perdeu autonomia. Consolidava-se, a partir de 1938, através da reforma sanitária promovida pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), o modelo de administração sanitária fundamentado no sistema distrital de saúde.²¹³ Seguindo diretrizes nacionais, o Estado criou cinco vagas para visitadoras sanitárias.

Até então era inexistente a atuação de visitadoras sanitárias e de enfermeiras diplomadas nos serviços de saúde, uma vez que trabalhavam, nesses serviços, as irmãs de caridade e homens e mulheres que prestavam atividades de enfermagem.

A presença da visitadora sanitária era considerada fundamental à viabilização do modelo sanitário em vigor, uma vez que ela empreenderia o trabalho de educação sanitária. Obedecendo a esse preceito, o Estado iniciou política de formação das enfermeiras visitadoras. Através do decreto n. 169, de 15 de março de 1939 foi instituído o primeiro curso. Mediante propaganda da nova atividade veiculada no *Diário Oficial* e do envio de telegramas assinados pelo interventor às mais destacadas alunas que haviam concluído o normal, em 1938, convocando-as para o curso, a turma foi composta por 15 normalistas.²¹⁴

Com duração de cinco meses, o curso formou enfermeiras para atuarem no Centro de Saúde de Teresina, de Floriano e de Parnaíba, instituídos, em 1938, bem como nos lares e nas escolas. Finalizado o curso, a partir do mês de setembro de 1939, as visitadoras passaram a integrar o serviço público de saúde.²¹⁵ Em 1940, o interventor criou mais cinco vagas de

²¹³NOGUEIRA, Lídy Tolstenko. *A trajetória da enfermagem moderna no Piauí: 1937-1977*. 1996. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Ana Nery, Rio de Janeiro, 1996. p. 51-58.

²¹⁴NOGUEIRA, 1996, p. 67-68.

²¹⁵AS VISITADORAS. *Vanguarda*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 8, 7 set. 1939.

visitadoras sanitárias e nos anos de 1942 e 1943, o Departamento de Saúde, com o objetivo de ampliar o quadro de visitadoras na capital e no interior, instalou novos cursos.

O curso que se concretizou em 1943, teve duração de nove meses, nos quais foram ministradas as seguintes disciplinas: anatomia e fisiologia, parasitologia, patologia geral, higiene geral, pré-natal, infantil, pré-escolar e escolar, otorrino-oftalmologia, doenças transmissíveis, ética e organização.²¹⁶

Professoras primárias, transformadas em visitadoras, eram convocadas a atuar na formação de uma consciência sanitária, na cidade. Abria-se para as mulheres, em Teresina, o espaço da educação sanitária.

Esse encaminhamento de professoras primárias para atuar na área da saúde abria uma nova possibilidade profissional, que se pautava em experiências que vinham sendo desenvolvidas em outras cidades desde os anos 1920. Em São Paulo, nessa década, quando a política sanitária deixou de se pautar em postura policlesca, elegendo a educação como veículo privilegiado à assimilação de uma consciência sanitária, professoras primárias compuseram a formação do primeiro curso de formação de educadoras sanitárias.²¹⁷ Em Teresina, a intervenção do Estado, no sentido de institucionalizar a saúde pública conformava áreas de atuação feminina, para a qual se pautava em experiências já concretizadas em outras cidades do país.

Em 1943, o Departamento de Saúde promoveu também o curso de auxiliares de laboratório. Seu objetivo, assim como o do curso, que pretendia formar visitadoras sanitárias, era qualificar mão-de-obra para atuar no referido Departamento.²¹⁸

O campo da enfermagem no Brasil até a década de 1930 era o da medicina preventiva. Nos anos 1940, a enfermeira diplomada que vinha atuando, sobretudo, na educação sanitária, passou a integrar o espaço hospitalar.²¹⁹ No Piauí, o primeiro trabalho desenvolvido por essa profissional foi o curso de visitadoras sanitárias, a cargo da enfermeira do Ministério da Educação e Saúde, Nair de Sousa.²²⁰

²¹⁶ CURSO de visitadoras do Departamento de Saúde Pública. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 35, 3 mar. 1943.

²¹⁷ ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. A educação sanitária como profissão feminina. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 69-104, 2005.

²¹⁸ CURSO de visitadoras e de auxiliares de laboratório. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 41, p. 11, 17 mar. 1943.

²¹⁹ NOGUEIRA, 1996, p. 75.

²²⁰ *Ibid.*, p. 64.

O espaço pioneiro de trabalho da enfermeira diplomada no Estado foi o Hospital Getúlio Vargas, inaugurado em 1941, conforme mostra Lidya Nogueira em estudo sobre a enfermagem moderna no Piauí.²²¹

Durante o Estado Novo, o MES iniciou uma política voltada para a construção de grandes hospitais, então denominados modelares. No Piauí, o interventor Leônidas de Castro Melo, médico de profissão, iniciou a construção do HGV em 1936 e, através de posicionamentos oficiais, buscou incluir esse Hospital na nova diretriz do MES.²²²

A expectativa era de que o novo empreendimento funcionasse conforme padrão moderno de administração hospitalar, para tanto, se fazia necessário o trabalho da enfermeira diplomada. Assim, antes da inauguração do Hospital, o Estado começou a pôr em prática estratégias de recrutamento de enfermeira para o HGV. Buscou-se, então, apoio na Escola de Enfermagem Ana Nery, parceria com o MES, bem como o fomento da profissionalização.²²³

Em 1940, o governo do Estado passou a apoiar o encaminhamento de moças da sociedade, sobretudo normalistas incorporadas à força de trabalho do HGV²²⁴, para se profissionalizar na Escola de Enfermagem Anna Nery, no Rio de Janeiro. Maria Otávia de Andrade Poti foi a primeira piauiense admitida na instituição, em fevereiro do referido ano. Iniciava-se um programa oficial de qualificação que perdurou até 1945, através do qual, várias jovens piauienses dirigiram-se para o Rio de Janeiro, com o intuito de se tornarem enfermeiras diplomadas.²²⁵

Essa política não foi significativa quanto à institucionalização da enfermagem científica no HGV, na primeira metade dos anos 1940, uma vez que poucas jovens retornaram a Teresina e aquelas que o fizeram, permaneceram pouco tempo. As condições de trabalho e os salários estavam abaixo das expectativas profissionais.²²⁶

A despeito de compromisso contratual que previa a permanência no serviço por cinco anos, na prática, a cláusula não foi levada em consideração. Contudo, a experiência de encaminhar jovens para se profissionalizar na Escola de Enfermagem Ana Nery, no Rio de Janeiro “permitiu a divulgação e o encaminhamento à Enfermagem de muitas outras jovens

²²¹ NOGUEIRA, 1996.

²²² Ibid., p. 78.

²²³ Ibid., p. 86.

²²⁴ A primeira enfermeira que trabalho no HGV treinou uma turma de 30 moças para integrar o serviço de enfermagem do referido Hospital, composta em parte por normalistas. Cf. NOGUEIRA, 1996, p. 87-88.

²²⁵ NOGUEIRA, 1996, p. 94-98.

²²⁶ Ibid., p. 97.

piauienses”.²²⁷ E, final dos anos 1950, ocorreu o ingresso no mercado de trabalho das primeiras enfermeiras formadas a partir de investimento pessoal e familiar.²²⁸

Ainda na órbita das políticas sociais, nas décadas de 1940 e 1950, a institucionalização da assistência social possibilitou que algumas mulheres de classe média ingressassem no mercado de trabalho nesse campo.²²⁹ Nesse período, embora tenha configurado um espaço de trabalho restrito, essa área se tornou predominantemente feminina.

Nas primeiras décadas do século XX, a assistência social na cidade era fruto das obras de caridade desenvolvidas, especialmente, por mulheres dos segmentos mais abastados. Mulheres pobres, crianças e doentes eram assistidos através de redes de relações pessoais, de compadrio e de parentesco. As ações de caridade eram embasadas na percepção de que as pessoas mais aquinhoadas deveriam assistir as mais pobres, como também na família enquanto valor, uma vez que os/as parentes melhor situados deveriam assistir aqueles/as que precisavam de auxílio, especialmente, mulheres e crianças.

Em 1942, como parte do esforço de guerra, sob iniciativa de Darcy Vargas e apoio da Federação das Associações Comerciais do Brasil, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujo objetivo era assistir as famílias dos convocados durante a Segunda Guerra Mundial.²³⁰ Dirigida por uma comissão presidida por Darcy Vargas, no Rio de Janeiro, capital federal, a LBA se espalhou pelos estados, sob a atuação das esposas dos interventores federais, à frente de comissões estaduais. No Piauí, no referido ano, fundou-se a LBA, que passou a atuar no Estado.

Quando da primeira reunião para implantação da LBA, no Piauí, sob a presidência do interventor Leônidas de Castro Melo, foram compostas três comissões, uma organizada com membros da Associação Comercial, outra formada por homens e mulheres de destaque que pudessem promover a propaganda da LBA e uma comissão de senhoras, presidida por Maria do Carmo de Castro Melo. Através do trabalho dessas comissões foi instalada a Comissão Central Estadual da LBA, no Piauí, sob a presidência de Maria do Carmo de Castro Melo.

Sob o manto do dever cristão e patriótico, em torno da CCE da LBA, mulheres de Teresina e do interior do Estado passaram a desenvolver novos saberes, a partir da gestão da assistência social. Seguindo procedimento semelhante àquele adotado por Darcy Vargas, que

²²⁷ NOGUEIRA, 1996, p. 98.

²²⁸ *Ibid.*, p. 129.

²²⁹ Em 1940, no Piauí, na classe de atividades *Assistência e beneficência, previdência social, sindicatos profissionais* atuavam 17 pessoas, dos quais, uma mulher; em 1950, na atividade de *assistência e beneficência* estavam alocadas 71 pessoas e 50 eram mulheres; em 1960, no mesmo ramo trabalhavam 82 pessoas, das quais, 62 mulheres. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956.

²³⁰ LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 12, n. 199, p. 12, 8 set. 1942.

através de telegrama, conclamou as primeiras-damas dos estados a assumirem a direção das comissões centrais estaduais, Maria do Carmo enviou telegramas às esposas dos prefeitos das cidades do interior, apelando para que trabalhassem pelo objetivo da LBA. Estabelecendo-se, assim, contato entre as esposas dos prefeitos e Maria do Carmo Melo em prol da difusão da LBA.²³¹

Essas mulheres dariam contribuição à pátria, através da direção de ações de assistência, da conscientização da importância da campanha desenvolvida pela LBA e mediante o exercício de atividades, tais como promoção de festas, quermesses, jogos esportivos, chás dançantes e representações teatrais.

Valendo-se de uma saber feminino – costurar – e da agregação feminina em torno desse saber, no dia 16 de agosto de 1942, a CCE instalou um posto de costura na Escola Normal Oficial, denominado D. Darcy Vargas. Seu objetivo era confeccionar roupas e lençóis para os concidadãos chamados “ao serviço da pátria”. Através da costura, senhoras e senhoritas eram conclamadas a trabalhar pela pátria. Matéria veiculada no *Diário Oficial*, em 16 de setembro de 1943, informava:

Na sede do próprio posto está aberto o voluntariado para as senhoras e senhoritas que desejarem auxiliar nos respectivos trabalhos, havendo ali um livro destinado às assinaturas dessas abnegadas do sentimento cristão, do patriotismo e da bondade da mulher piauiense.²³²

No contexto de inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através da LBA, a mulher piauiense era convocada a proteger a família dos bravos soldados que defenderiam a nação. A Guerra propiciava a circulação de discursos que valorizavam os papéis e funções tradicionalmente femininos. Enquanto alguns concidadãos eram convocados para defender a pátria na frente de batalha, o dever patriótico feminino era colaborar para que suas famílias fossem providas de assistência econômica, moral e sanitária.

No cumprimento desse dever, a esfera pública feminina se ampliava. Atividades e saberes desenvolvidos em ações caritativas migravam para o âmbito institucional, ao mesmo tempo em que novas aprendizagens e habilidades eram adquiridas. Através da circulação, do diálogo, das discussões e da tomada de decisão, novas aprendizagens iam sendo agregadas àquelas oriundas das práticas caritativas. Desde a formação da Comissão, em torno de Maria do Carmo de Castro Melo, passaram a atuar um conjunto de mulheres e de homens.²³³ Sua

²³¹ LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 12, n. 203, p. 1-2, 12 set. 1942.

²³² LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 12, n. 203, p. 1-3, 16 set. 1942.

²³³ LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 12, n. 203, p. 1-2, 12 set. 1942.

função era dirigir e coordenar as ações daquelas e daqueles que compunham a LBA e isto implicava circulação da palavra pública, bem como desenvolvimento de habilidades de gestão das ações assistencialistas.

Como a LBA também se compunha de centros municipais, as primeiras-damas das cidades do interior do Estado, que ocuparam a direção dos trabalhos da LBA, em seus municípios, também passaram por experiência semelhante, agregando mulheres e homens em torno da consecução do objetivo proposto. Era isso o que possibilitava a ampliação de saberes relativos à assistência social.

No trabalho de implantação da LBA no Estado, as mulheres envolvidas no processo passaram pela experiência de organização e de diálogo com representantes das associações comerciais e do clero e também com autoridades e famílias de destaque, conquistando, assim, autoridade social, a partir da assistência, e uma rede de sociabilidades, envolvendo mulheres de Teresina e do interior do Estado.

As reuniões promovidas para a criação do CCE foram momentos de legitimação do discurso público feminino no campo da assistência social. No dia 17 de setembro, em reunião no Theatro 4 de setembro, agregando representantes da comissão organizada com elementos da Associação Comercial, autoridades civis, militares e famílias de destaque, foi instalada a CCE da LBA, no Piauí. Naquela ocasião, discursaram acerca da Legião e de suas finalidades: Maria de Lourdes Rego, diretora da Escola Normal Oficial e secretária da Comissão Central, a professora Júlia Viégas, primeira mulher a se formar na Faculdade de Direito do Piauí, e a professora e poetisa Maria Isabel Gonçalves de Vilhena.²³⁴

Criada com a finalidade de assistir às famílias dos combatentes, a LBA foi alargando seus objetivos em prol da mobilização de guerra. No Piauí, Maria do Carmo de Castro Melo, mulheres e homens que compunham a LBA no Estado, seguindo diretrizes nacionais, no início de 1943, promoveram um curso de monitores agrícolas.²³⁵

Da mobilização de guerra, a instituição migrou à assistência social de forma mais ampla. O posto de costura D. Darcy Vargas, criado em setembro de 1942, passou a confeccionar pijamas, lençóis e roupas para crianças, distribuídas entre famílias pobres. Para prestar esse tipo de assistência, foi criada uma Comissão de Sindicância, para indicar as famílias, que, de fato, necessitavam do apoio da instituição.

Seguindo diretrizes de campanha nacional para melhoria do índice de nutrição da infância, a CCE da LBA, no Piauí, em cooperação com o Departamento de Ensino, passou a

²³⁴ LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 12, n. 207, p. 1-3, 18 set. 1942.

²³⁵ LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 13, n. 207, p. 1, 3 mar. 1943.

distribuir merenda escolar a alunos e alunas de grupos escolares situados no subúrbio de Teresina. Em julho de 1943, a instituição atendia 1600 estudantes.²³⁶

A partir das ações desenvolvidas na LBA, Maria do Carmo de Castro Melo, bem como as representantes da instituição no interior do Estado passavam a ter visibilidade pública a partir de seus próprios nomes. O trabalho voluntário ia dotando-as de respaldo social e reafirmando a assistência como espaço feminino, em um momento em que esta prática estava se institucionalizando.

Através da mediação da LBA, também, foram surgindo possibilidades de qualificação e de ingresso no mercado de trabalho. Em julho de 1943, o *Diário Oficial* noticiava que a partir do 1º de agosto do referido ano, teria início o curso de auxiliares de alimentação. Um contrato firmado entre a Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios e o Serviço de Alimentação e Previdência Social (SADS) assegurava que moças entre 21 e 25 anos, com escolaridade secundária, normal ou equivalente, oriundas de diversos estados brasileiros fossem treinadas no Rio de Janeiro, para que, posteriormente, fosse implantado um serviço de educação alimentar e de serviço social. Cada Estado teria direito a duas vagas. As candidatas receberiam uma bolsa e teriam as despesas custeadas pela Comissão e pela SADS. Em Teresina, apresentaram-se quatro candidatas às duas vagas a que o Estado tinha direito.²³⁷

Com a institucionalização da assistência social, ao trabalho voluntário feminino somou-se o assalariado. As habilidades no campo da assistência social, que mulheres de classes alta e média vinham adquirindo, favoreceram o trabalho remunerado nesse ramo. Conforme dados censitários, em 1940, no Piauí, na classe de atividades *Assistência e beneficência, previdência social, sindicatos profissionais*, atuavam 17 pessoas, dos quais, uma mulher; em 1950, nas atividades de *Assistência e beneficência* das 71 pessoas alocadas, 50 eram mulheres; em 1960, no mesmo ramo trabalhavam 82 pessoas, dentre elas, 62 mulheres. Isso mostra a expansão, nas décadas de 1940 e 1950, do trabalho de assistência e beneficência e o predomínio feminino, nesse espaço.

Esse quadro, certamente, decorria da atuação da LBA e da implantação do Serviço Social do Comércio (SESC), em 1946, e do Serviço Social da Indústria (SESI), em 1949, que, ao prestar assistência social, alocaram mão-de-obra feminina, para viabilizar a prestação dos serviços oferecidos.

No desenvolvimento de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde e assistência social, o Estado vinha recrutando mão-de-obra feminina para atuar em áreas que se

²³⁶ LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 13, n. 85, p. 1-3, 3 jul. 1943.

²³⁷ LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 13, n. 90, p. 16, 17 jul. 1943.

feminizavam. Delineavam-se espaços de atuação feminina nos quais os saberes relativos à gestão do mundo da casa e às atribuições tradicionalmente femininas se transformavam em saberes que propiciam o ingresso na esfera pública e no mercado de trabalho.

O magistério, a enfermagem e a assistência social foram significados como extensão dos papéis tradicionais femininos, na esfera pública. A principal função desempenhada pelas mulheres de classe média – a de professora – era percebida como uma segunda maternidade, missão e sacrifício que a mulher deveria cumprir, em nome da pátria. Os espaços no campo da saúde aberto para as mulheres de classe média nas décadas de 1930 e 1940 também eram percebidos como missão, como atividade de amor, de doação e de caridade, que requeriam o sacrifício feminino. Qualidades consideradas naturalmente femininas, que eram frutos da socialização das mulheres, passavam a significar a profissão e a atuação feminina no mundo do trabalho. Eis, em 1939, como um cronista inscreveu as visitadoras sanitárias que à época começavam a trabalhar, na cidade:

Quais são essas? São essas criaturas modestas que, desde alguns dias, vimos encontrando nas idas [e] vindas pela cidade, [...] deixando compreender no seu aspecto um exato sentimento da missão que traçaram. São as visitadoras dos enfermos da saúde.

- Ave, visitadoras! Benditas sejais sempre entre os que sofrem.
- Santas obreiras da caridade, despertai e fazei com a vossa sacrossanta piedade, crescer, florescer no povo da terra piauiense, em todo o seu esplendor, a solidariedade humana!²³⁸

A ampliação da prestação de serviços por parte do Estado no decorrer do período em estudo, além de favorecer o ingresso feminino em áreas que se feminizavam, propiciou o ingresso feminino na administração pública, nas esferas municipal, estadual e federal. A presença das mulheres, nessa área, que era bastante incipiente em 1920, expandiu-se no decorrer do período em estudo.

Em 1920, no âmbito municipal não havia participação feminina. Nas esferas federal e estadual, estavam empregadas apenas 6 mulheres, em Teresina. No Piauí, 29 mulheres trabalhavam na administração pública em um universo de 795 pessoas empregadas.²³⁹ Em 1960, no Piauí, no ramo de *Serviços administrativos governamentais, legislativo e justiça*, trabalhavam 4.141 pessoas, das quais 773 mulheres.

²³⁸ AS VISITADORAS. *Vanguarda*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 8, 7 set. 1939.

²³⁹ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1926; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

Com a ampliação do número de empregos gerados pela administração pública nos níveis estadual, municipal e federal,²⁴⁰ tanto através de concurso público quanto por meio de relações pessoais, as mulheres de classe média e alta se beneficiaram ingressando em espaços predominantemente masculinos.

O aumento do nível da escolarização feminina somado à expansão do setor público e às conquistas empreendidas pelo feminismo organizado possibilitou o crescimento da participação das mulheres nessa esfera.²⁴¹

Nessa área, nas décadas de 1940 e 1950, as mulheres trabalhavam, sobretudo, como auxiliares de administração, assistentes e datilógrafas. Contudo, algumas atuavam em cargos de direção, conforme se infere a partir de dados censitários relativos ao Piauí. Em 1950, no item que englobava as ocupações de administrador, diretor e assistente constava referência a 33 mulheres; em 1960, 44 mulheres eram administradoras.²⁴²

A partir dos anos 1930, mulheres da classe alta que estavam ingressando no mercado de trabalho o fizeram, especialmente, na administração pública, enquanto o magistério se tornava uma profissão de classe média. As possibilidades de acesso feminino ao mercado de trabalho se alargavam, na medida em que a burocracia estatal se ampliava. As funções administrativas do setor público passaram a concorrer com o magistério. Parte das mulheres de classe média que desejava ou precisava trabalhar, passou a considerar que o trabalho na administração pública era mais compensatório que o magistério primário.²⁴³

O domínio da máquina de datilografar que um número crescente de moças passava a deter, a escolarização oferecida pela Escola Normal, Liceu Piauiense e ginásios e colégios que ofereciam serviços de educação na esfera privada, o desejo ou obrigação de trabalhar, criavam condições para que as moças de classe média e alta ingressassem na administração pública.

²⁴⁰ No Piauí, em 1940, a administração pública e a justiça empregavam 2.303 pessoas; em 1950, a administração pública, o legislativo e a justiça empregavam 2748 pessoas; em 1960, no mesmo ramo trabalhavam 4.141 pessoas. Ver INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952.

²⁴¹ No Piauí, em 1920, na administração pública empregavam-se 29 mulheres, correspondentes a 3,65% do total de empregados nesse ramo; em 1940, 209 mulheres trabalhavam na administração pública e na justiça, que correspondia a 9,07% do total de empregados; em 1950, trabalhavam na administração pública, legislativo e justiça 342 mulheres, que correspondia a 12,45% do total; em 1960, o número de mulheres empregadas no mesmo ramo era 773, correspondente a 18,66% do total. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

²⁴² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

²⁴³ NUNES, Célis Portella. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, abr. 2002; MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória: o tamanho de uma esperança (1935-1945)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993. v. 4.

Na década de 1950, intensificou-se a urbanização de Teresina, emergindo uma crescente demanda por serviços básicos, notadamente nas áreas de educação, saúde, abastecimento de água, de energia, modernização das comunicações e construção de estradas. Conseqüentemente, o Estado foi ampliando a prestação de serviços. Isso propiciou a expansão de empregos em setores propensos ao ingresso da mão-de-obra feminina, a saúde²⁴⁴ e a educação.²⁴⁵

A partir do governo Chagas Rodrigues (1959-1962), quando o Estado passou a se modernizar institucionalmente e a adotar uma postura desenvolvimentista, implantando o planejamento, estreitando as relações entre o governo e a economia e ampliando os serviços prestados²⁴⁶, começou a crescer a burocracia estatal. Nesse processo, se expandiram as condições de inserção no mercado de trabalho para algumas jovens, que estavam investindo no estudo e no trabalho.²⁴⁷

Nas décadas de 1950 e 1960, a ampliação do setor público decorria da confluência de vários fatores, entre eles, o crescimento das funções do Estado, que se tornava grande prestador de serviços, investindo na expansão dos serviços sociais (saúde, educação, previdência social) e dos serviços de infra-estrutura (sistemas de abastecimento de água, energia, telefonia e construção de estradas), como também no planejamento e na intervenção econômica. E nesse processo ia se constituindo em um dos grandes empregadores, tanto em face das necessidades geradas pela ampliação de suas funções, quanto em decorrência das pressões por emprego, tendo em vista que o setor secundário, por não se desenvolver, empregava um número reduzido da população economicamente ativa. Dessa maneira, o número de funcionários públicos se ampliava, para além das necessidades, a fim de fazer frente à crescente demanda por emprego. Nesse ponto, o governo estadual era auxiliado pelo

²⁴⁴ Em 1950, no Piauí, estavam empregadas 371 pessoas na assistência médico-hospitalar pública, dentre as quais, 205 mulheres, 55,3% do total de empregados nessa atividade. Em 1960, na assistência médico-hospitalar pública estavam empregadas em todo o Estado 647 pessoas, dos quais 417 mulheres, que correspondia a 64,5%. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

²⁴⁵ Conforme a distribuição da população segundo a profissão, no Piauí, em 1920, era 184 o número de mulheres constante no item magistério. Em 1960, 2650 era o número de professoras primárias e 124 as de ensino secundário. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1926; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte

²⁴⁶ MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996. p. 43;47.

²⁴⁷ Em 1960, nos *serviços administrativos governamentais, legislativo e justiça* atuavam 773 mulheres; no ano de 1970, o número de mulheres que trabalhavam nesse ramo passou a ser de 1.462. Ver INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1970*. [S.l., 197?].

federal e municipal, que, através dos serviços prestados, também se tornavam grandes empregadores.²⁴⁸

No início dos anos 1950, em Teresina, encontravam-se instaladas um conjunto de autarquias, repartições federais, instituições para-estatais e patronais, que empregavam mão-de obra feminina, dentre os quais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o DASP – Representações dos Cursos de Administração, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, cujo delegado era Maria Flor Freire Carneiro, o Serviço Social da Indústria (SESI), a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Piauí e os Correios e Telégrafos.²⁴⁹

O comércio de mercadorias também vinha alocando de forma crescente mão-de-obra feminina. Na primeira metade do século XX, quando o extrativismo vegetal constituía o setor dinâmico da economia, havia maior preocupação com a armazenagem e a exportação de produtos extrativos. Com a inserção do Piauí no processo de integração nacional, que começou a se delinear nos anos 1950, intensificando-se nas duas décadas seguintes, expandiram-se os meios para a distribuição interna dos bens e serviços gerados em outros estados. Isso se deu pelo fato de a economia do Estado ir passando a funcionar de forma complementar à do Centro-Sul, na medida em que a indústria se expandia no eixo Rio - São Paulo, necessitando de mercado consumidor.²⁵⁰

Consequentemente, o comércio atacadista exportador concentrado em Parnaíba foi perdendo espaço para o comércio varejista importador, que passou a se fortalecer em Teresina. Com efeito, cresceu o número de empregos nesse ramo, no decorrer da década de 1950,²⁵¹ ocorrendo expansão da participação feminina. Em 1960, no Piauí, o número de

²⁴⁸ No Piauí, em 1960, o serviço administrativo federal empregava 524 pessoas (448 homens e 76 mulheres) o que correspondia a 12,6% do total de empregados nos serviços administrativos governamentais, legislativo e justiça. O serviço administrativo estadual empregava 1239 pessoas (997 homens e 242 mulheres), perfazendo o percentual de 29,92% em relação ao total de empregados no referido ramo. O serviço administrativo municipal empregava 660 pessoas (235 homens e 20 mulheres), perfazendo 15,9% do total de empregos ofertados no ramo citado. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte. BANDEIRA, William Jorge. Questões sobre emprego e ocupação no Piauí: notas preliminares. *Carta CEPRO*, Teresina, v.8, n.1, p.4-33, jan./jun., 1982; NEVES, Oswaldo de Carvalho. Alguns aspectos do setor industrial piauiense. *Carta Cepro*, Teresina, v. 6, n. 1, jan./jul., 1980; DIAGNÓSTICO sócio-econômico do setor terciário no Piauí. Teresina: Fundação CEPRO, 1975; TELES, João Agostinho. *Estrutura econômica piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1974.

²⁴⁹ AUTARQUIAS, repartições federais, instituições para-estatais e patronais. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 373-379, 1952.

²⁵⁰ MARTINS, Agenor de Sousa. O Piauí na economia nacional. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 8, n. 2, p. 91-142, jan./jun. 1982a; MARTINS, Agenor de Sousa et al. Análise estrutural do Piauí: indústria, comércio e setor externo. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 8, n.1, p. 70-103, jan./jun. 1982b; MARTINS, Agenor de Sousa et al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

²⁵¹ No Piauí, em 1950, no comércio de mercadorias, empregavam-se 9671 pessoas (8881 homens e 790 mulheres); em 1960, o ramo passou a empregar 13913 pessoas (12258 homens e 1635 mulheres). INSTITUTO

mulheres que trabalhava no *comércio de mercadorias*, era superior ao dobro daquele encontrado em 1950.²⁵² Nesse ramo, as mulheres exerciam, sobretudo, as funções de comerciantes, de balconistas e de vendedoras.²⁵³

A profissionalização feminina, que vinha se desencadeando em frações das classes média e alta, sustentava-se no trabalho doméstico realizado por mulheres pobres. O trabalho das criadas, das cozinheiras, das lavadeiras, das engomadeiras e das copeiras era uma das condições que favoreceram o ingresso das mulheres mais abastadas no mercado de trabalho. Isto porque o trabalho doméstico permanecia uma responsabilidade feminina. O que, por sua vez, criava demandas por trabalho doméstico remunerado. Nas décadas de 1940 e 1950, uma grande parcela das mulheres economicamente ativas, em Teresina e no Piauí, prestava serviços domésticos remunerados.²⁵⁴

Nesse período, a costura continuou possibilitando trabalho remunerado a um grande número de mulheres pobres e de classe média, na indústria de vestuário e no âmbito da casa. A difusão da máquina de costura, contudo, bem como a ampliação das possibilidades de inserção das mulheres de classe média no mercado de trabalho contribuíram para a diminuição do universo de mulheres que trabalhava nesse ramo, em relação à década de 1920.²⁵⁵

Em 1940, dentre as pessoas que exerciam atividades ligadas à produção, ao comércio, aos serviços sociais e profissionais e à administração pública, 3578 eram mulheres, o que correspondia a 17,75% do total de pessoas que atuavam nesses ramos. Em 1950, 4348 mulheres exerciam atividades nos ramos citados, correspondendo a 16,55% do total de

BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

²⁵² Em 1950, no Piauí, as mulheres correspondiam a 8,2% (790) do total de empregados no comércio de mercadorias; em 1960, o percentual de mulheres nesse ramo era de 11,9% (1655). INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

²⁵³ Em 1950, no Piauí, das 790 mulheres que trabalhavam no comércio, 308 estavam citadas no item comerciantes e 251, no tópico balconistas e entregadores; em 1960, das 1655 mulheres que trabalhavam no comércio de mercadorias, 479 eram comerciantes e 845 trabalhavam como balconistas e vendedoras. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

²⁵⁴ No Piauí, em 1940, 5633 mulheres prestavam serviços domésticos remunerados; em 1950, no Piauí, trabalhavam nos serviços domésticos remunerados 5288 mulheres. Lavadeiras e engomadeiras correspondiam a 1329 mulheres; enquanto 3547 mulheres eram cozinheiras e 1683 amas e copeiras; Em 1960, no Piauí, nas ocupações domésticas e dos serviços de alimentação empregavam-se 13.083 mulheres. Ver INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

²⁵⁵ Em 1920, no Piauí, trabalhavam com vestuário 11.571 mulheres e 2687 homens; em 1960, as ocupações da indústria de vestuário empregavam 10.104 pessoas, dentre as quais 6771 mulheres. Ver INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

peessoas que eram economicamente ativas. Embora o censo demográfico de 1960 não indique dados específicos da população de Teresina, em relação ao exercício de atividades econômicas, certamente cresceu a participação feminina na população economicamente ativa (PEA), uma vez que os dados relativos ao Piauí indicam o crescimento da participação feminina, tanto em termos absolutos quanto relativos. Em 1950, no Piauí, as mulheres correspondiam a 7,97% (24.591) do total da PEA. Com a expansão da presença feminina nos trabalhos produtivos, durante a década de 1950, o percentual de participação feminina na PEA, no Estado, passou a ser de 13% (49.236).²⁵⁶

Em 1960, a PEA feminina se concentrava no setor terciário, uma vez que 59,63% (29361) do total de mulheres economicamente ativas atuavam nesse setor, notadamente, na prestação de serviços e nas atividades sociais. No primeiro, as mulheres eram, sobretudo, empregadas domésticas e costureiras, enquanto no segundo, a concentração feminina ocorria no magistério primário.²⁵⁷

Dentre as mulheres ingressas no mercado de trabalho, aquelas com maior nível de escolarização se encontravam em situação vantajosa em relação às demais, uma vez que a maioria era empregada no setor formal do mercado, no magistério e na administração pública. As mulheres formadas eram as que detinham maiores chances de ingresso e de permanência no mercado de trabalho, tanto pelo nível de escolarização, que as tornava mais competitivas no mercado, quanto por terem um maior acesso à burocracia estatal. Sobre este aspecto é válido salientar que, a partir dos anos 1930, embora houvesse concursos para o preenchimento das vagas surgidas no setor público, a forma de recrutamento que aparentemente prevalecia era aquela baseada nas relações pessoais e políticas, de maneira que ambas contribuíam para a presença dessas mulheres no mercado.

O trabalho produtivo feminino era condicionado em função das atividades desempenhadas pelas mulheres no âmbito da família, na socialização das novas gerações e no cuidado com aqueles e aquelas que estavam envelhecendo, concentrando-se nos grupos etários mais jovens, não coincidentes com o casamento e a maternidade.²⁵⁸

²⁵⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1952; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1956; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

²⁵⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

²⁵⁸ No Piauí, em 1960, dentre as mulheres empregadas, 25,78% (4609) estava na faixa etária de 10 a 19 anos; 34,7% (6203), entre 20 a 29 anos e 20% (3583), entre 30 e 39 anos. Dados que indicam o predomínio de mulheres mais jovens dentre as empregadas, embora também houvesse participação de mulheres casadas e com responsabilidades familiares no mercado de trabalho. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [196?], t. III, v. 1, 1ª parte.

O crescente nível de escolarização feminina e a incorporação do trabalho como valor, contudo, impulsionavam mulheres das classes alta e média a ingressar no mercado de trabalho. Quanto maior o nível de escolarização feminina, maiores eram as possibilidades de ingresso e de permanência no mercado de trabalho. A educação formal minimizava condicionantes da participação feminina no mercado de trabalho com idade e estado civil.

Nesse sentido, um elemento que diferenciava a maioria das mulheres com formação superior, no período em estudo, era o fato de ingressar e permanecer no mercado de trabalho, a despeito do casamento e da maternidade. Experiência que também era comum a uma parcela das mulheres que ingressou no magistério primário e no serviço público, em geral.

O trabalho feminino como atividade transitória, secundária e complementar, que a mulher deveria abrir mão após o casamento e a maternidade convivia com o trabalho produtivo como obrigação e investimento feminino, de caráter permanente.

A ideia de que o trabalho extradoméstico era aceitável apenas para mulheres solteiras ou viúvas convivia com a percepção de que as mulheres casadas também deveriam trabalhar e contribuir para o sustento da prole. Acrescente-se, ainda, a identificação de uma parcela das mulheres dos segmentos mais elevados com o trabalho extradoméstico.

Uma parcela das mulheres que ingressou no mercado de trabalho, contrariando a perspectiva dominante do trabalho feminino como trabalho provisório, pôde construí-lo como atividade permanente. Na primeira metade do século, embora fosse comum o fato de a mulher deixar de trabalhar após o casamento, muitas permaneceram no emprego e conciliaram trabalho e casamento, especialmente, aquelas que eram professoras primárias e funcionárias públicas.

A constante valorização da maternidade e do casamento e a ênfase na incompatibilidade entre casamento e trabalho, recorrentes no período, delinearão-se em um contexto em que a mão-de-obra feminina vinha sendo recrutada. O recorte em estudo é também caracterizado pela importância do trabalho produtivo, o que incidia na produção da subjetividade de uma fração de mulheres dos segmentos mais elevados, que o incorporaram como valor.

Importa destacar que no período em estudo, além de se caracterizar pela concentração das mulheres em espaços tradicionalmente femininos, é marcado pela inserção pioneira de uma pequena parcela de mulheres em diferentes áreas, com a medicina, o direito, a odontologia, a farmácia, a economia, dentre outras. As mulheres que investiram em uma carreira na primeira metade do século XX ampliaram as possibilidades de inserção feminina na esfera pública e se tornaram referências para as gerações futuras, que também passaram a fazer esse investimento. No recorte em estudo, a perspectiva de seguir uma carreira, bastante

incipiente na primeira metade do século XX, ganhou espaço nos anos 1950. Os temores de Clodoaldo Freitas se concretizaram.

A intensa ideologização da maternidade e do casamento²⁵⁹ que marcou essa década não suprimia a possibilidade de delineamento de trajetórias singulares, para além da maternidade e do casamento. As moças dos segmentos mais abastados, nos anos 1950, foram alvo de investimentos ambíguos, que tanto as impulsionavam para a maternidade e o casamento quanto para o desenvolvimento de uma carreira. Umas investiram no estudo, no trabalho e no casamento, outras no casamento e na maternidade, outras ainda investiram na carreira.

A crescente participação de uma parcela de mulheres dos segmentos mais elevados no mercado de trabalho colaborou para que o amor se tornasse uma das bases do casamento. Enquanto para a maioria das mulheres o casamento e maternidade era a trajetória possível, independente de o enlace ter ou não o amor como base, uma parcela tinha a chance de escolher entre casar ou não casar ou de casar apenas se fosse por amor, através da independência relativa propiciada pelo trabalho.

A participação feminina no mercado de trabalho e a crescente escolarização das mulheres também favoreceram o casamento com base no amor, na medida em que propiciaram a ampliação da circulação feminina no espaço público, oportunizando encontros, flertes e namoros, conforme destacarei no segundo capítulo.

Contudo, o menor investimento no trabalho produtivo na definição do feminino instituiu este trabalho e a capacidade de prover como atribuições predominantemente masculinas. Conseqüentemente, o trabalho produtivo era visto como apanágio dos homens e o reprodutivo, informado por princípios racionais, reafirmado como responsabilidade das mulheres. Essa divisão do trabalho restringiu as possibilidades de inserção feminina no mercado e também encaminhou as mulheres para o lar. Ademais, situou o casamento como lugar de proteção social feminina.

Aquelas que se individualizaram, sobretudo, através da maternidade, a partir dos anos 1930, com a elevação da assistência infância à condição de problema nacional, foram contemporâneas das tentativas de difusão da higiene e da puericultura, bem como da redefinição do papel materno, com a atribuição à mãe da responsabilidade pela saúde da prole, como enfatizarei no quinto capítulo.

²⁵⁹ A respeito dessa questão, ver BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p.607-39; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

2 CULTIVO DO DESEJO E DO AMOR

Teresina, julho de 1933, um atento e apaixonado cronista registra a passagem de uma *gentil professorinha* pelas ruas centrais da cidade. Acompanhem-lo:

Aquela gentil professorinha é simplesmente fascinadora. Encanta, seduz e prende...

Só os que não a conhecem não têm a alma ferida por um que de paixão. E é mesmo muito mais feliz quem não tem a ocasião de conhecê-la, porque o prazer de vê-la um instante resulta na ânsia de querer sempre possuí-la à frente dos olhos.

É uma dessas silhuetas que, surgindo-nos uma vez no tumulto das ruas, ficam [...]

Estatura mediana. Cabelos castanhos. Parece ter olhos pretos.

E quando, todas as manhãs, ela passa em direção a Praça Saraiva, a gente tem a impressão de que a natureza sorri na magia de seu riso esplendoroso.²⁶⁰

Este registro, além de deixar à posteridade as marcas do impacto que uma *gentil professorinha* causou à sensibilidade do cronista, é um dado para refletir acerca da circulação feminina no espaço público e de sua relação com o desejo e o amor. No período em estudo, através da escolarização, do consumo, do ingresso no mercado de trabalho, da inserção nos espaços de lazer e de sociabilidade, as mulheres dos segmentos mais abastados adentram a cidade, tornando-se presentes e visíveis na esfera pública. Este processo, por sua vez, favoreceu encontros, flertes e namoros, que modificaram as escolhas conjugais e as formas de experienciar o amor. Estreitam-se as oportunidades de contato, de encontro e de convivência,

²⁶⁰ VIDA social. Silhuetas. *A Imprensa*, Teresina, ano 2, n. 17, p. 2, 6 jul. 1933.

entre moças e rapazes, e se redefine o papel da família na constituição de novos casais, na medida em que as escolhas individuais passam a ser levadas em consideração.

Nas trilhas urbanas, intercambiam-se estudo, trabalho, lazer, possibilidades de flerte e de namoro. Em caminhadas autorizadas e na deambulação fugaz, delineavam-se encontros, e nascia o desejo, alimentado pela circulação feminina estrita no espaço público e pela simultânea oferta e proibição que envolvia o corpo feminino, nas classes mais elevadas, no percurso do flerte ao noivado. Nesse capítulo, portanto, abordo o flerte, o namoro e o noivado na dinâmica urbana, com ênfase nos espaços de lazer e sociabilidade, nos quais eram vivenciados. Isto com o intuito de demonstrar que, no cultivo do desejo e do amor, moças e rapazes eram impulsionados ao casamento, especialmente, as primeiras, cuja realização erótica legítima estava limitada ao matrimônio.

2.1 AO ACASO DE UM ENCONTRO

O flirt é uma conquista da civilização. É o namoro chic, é o amor distração, que não se confunde com o pieguismo de outrora. Começa por um olhar, um sorriso, uma palavra... a uma troca de expressões delicadas e enganadoras, de frases e promessas fingidas, e tem a duração efêmera de poucas horas, a delícia rápida de um instante. É a moda dos salões, uma instituição nos clubes, nos jardins, nas avenidas, em qualquer parte, enfim, onde haja moças e rapazes. Mesmo nas igrejas o flirt aparece, sob forma velada, embora os bons e velhos sacerdotes reclamem e o condenem.²⁶¹

Para os jovens dos segmentos mais abastados, a iniciação ao cotidiano do amor, no início do período em estudo, ocorria com o flerte. Praticado nos lugares onde se encontravam moças e rapazes, essa primeira troca de olhares inaugurava as relações afetivo-sexuais entre os gêneros.

Namoro chic, amor distração, conforme denomina o cronista, tanto poderia ser um esporte fugaz, morto no instante; quanto o primórdio de um namoro sério. Esse caráter dúbio fazia a alegria de algumas jovens e a tristeza de outras. Aprendida a brincadeira do *flirt*, a jovem moderna sabia que os olhares, as doces palavras eram uma distração, que, ocasionalmente, poderiam se transmutar em namoro. E enquanto isso não acontecia, alegremente flertava com um, dois, três, quatro rapazes... Outras, iniciantes na arte,

²⁶¹ LINDER, Max. Filmes. *O Piauí*, Teresina, ano XXX, n. 283, p. 2, 18 maio 1919.

confundiam os arroubos, achando que era amor duradouro, e sofriam, conforme ocorreu com *Mlle*. Em uma *soirée* dançante, Mr. pela primeira vez lhe falou de amor. “Ela, ingênua e boa, acreditou. Foi o seu erro”.²⁶²

Desencadeador de alegrias e tristezas, o flerte é tributário da emergência feminina na esfera pública. Nos anos 1920, o lazer, as sociabilidades, a escola e o mercado de trabalho propiciaram às mulheres dos segmentos mais abastados circularem no espaço público. E, ao fazê-lo, elas flertavam e namoraram.

No que tange ao lazer, a despeito de os cronistas do período em estudo (1920-1960), recorrentemente, reclamarem da ausência de diversões em Teresina, a cidade oferecia formas tradicionais e modernas, dentre as quais, destacam-se: festividades religiosas, passeio público na Praça Rio Branco e, posteriormente, na Praça Pedro II, bailes, cinema, teatro, festas artísticas e literárias.

O ano despertava sob o signo da festa de ano novo. Logo em seguida, era tempo de festejar os reis magos. Chegado o mês de fevereiro, entravam em cena os festejos de Momo. Na sequência, a Semana Santa. Mês de maio era o mês dos festejos da Padroeira, N. S. do Amparo; no de junho eram festas de São João. Nas décadas de 1920 e 1930, durante todo o ano ocorriam almoços, jantares, chás, bailes, saraus, conferências, horas de arte, apresentações teatrais e circenses, piqueniques e festas familiares, por diferentes motivos: nascimentos, casamentos, formaturas, aniversários, etc. Festividades religiosas, culturais, familiares e capitalistas alcovitavam encontros e favoreciam namoros.

A participação das mulheres dos setores mais abastados nessas formas de lazer articulava-se à presença da família. A partir do começo do século XX, verifica-se o processo de modernização do espaço urbano²⁶³ e a emergência de novas formas de lazer, como passeio público e cinema. A transformação do espaço urbano contribuiu para que as famílias valorizassem e freqüentassem os novos espaços de lazer, o que não é apanágio de Teresina, mas característica comum a cidades que passam por processo de modernização.²⁶⁴ A atribuição de veículo civilizador a formas de lazer, como o teatro, a música e o cinema, favorecia a participação das famílias de classe média e alta que valorizavam o progresso e o processo civilizatório.²⁶⁵

²⁶² LINDER, Max. Filmes. *O Piauí*, Teresina, ano XXX, n. 283, p. 2, 18 maio 1919.

²⁶³ QUEIROZ, Teresinha. Notas sobre a modernização de Teresina: In: _____. *História, literatura e sociabilidades*. Teresina: F.C.M.C., 1998b.

²⁶⁴ ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

²⁶⁵ QUEIROZ, Teresinha. *As diversões civilizadas em Teresina (1880-1930)*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

Nas primeiras décadas do século, inclusive, essas formas de lazer e sociabilidade eram cultivadas por membros desse universo social. Em torno da música, do teatro, da produção literária, configuraram-se sociabilidades e momentos de lazer agregadores dos segmentos sociais mais abastados. Nos anos 1920, ainda que os mais conservadores não vissem com bons olhos a presença feminina em diversões como o cinema, os bailes e o carnaval sua frequência era constante.²⁶⁶

No período em estudo, as mulheres mais aquinhoadas economicamente ganhavam visibilidade pública, a partir do envolvimento em festas religiosas, de caridade, na promoção e organização de horas de arte, de *soirées*, saraus, dentre outras diversões. Contudo, não se trata de um dado novo, pois, desde o final do século XIX as mulheres vinham se tornando visíveis nesse universo.²⁶⁷

Durante o período em estudo, muitas filhas dos setores mais abastados, assim como fizeram suas mães e avós, compunham parte do público, e também atuavam na organização, ornamentação e preparação de festejos religiosos, de bailes, de festivais artísticos e das comemorações ao deus Momo. Em 5 de dezembro de 1936, o *Diário Oficial* noticiava que, desde o final do mês de novembro, “senhorinhas de nossa melhor sociedade” estavam vendendo pessoalmente ingressos para o recital de canto e folclore dos irmãos Rocha, do Rio Grande do Sul, que seria realizado no dia 10 de dezembro de 1936.²⁶⁸ Em agosto de 1937, em favor das obras da Igreja de São Benedito, houve concerto musical, sob a direção de Corália de Area Leão, aluna do 8º ano da Universidade de Belas Artes de Porto Alegre.²⁶⁹

Em outubro de 1940, organizada por “gentis senhoritas da sociedade teresinense”, realizou-se uma festa da arte no Theatro 4 de Setembro, em benefício da reconstrução do templo de Nossa Senhora do Amparo. A festa constou de dois atos, a apresentação de “lindo conjunto de Bonecas” e um de variedades. As *graciosas participantes* apresentaram-se em trajes de Branca de Neve, Bonequinha da Vovó, Portuguesa, Dama Antiga, Havaiana, Boneca Francesa, Chinesa, dentre outras. Na oportunidade, houve também concurso para escolher a mais bela boneca. O corpo de jurados considerou a apresentação do traje, da elegância e a arte. A venda dos ingressos ficou a cargo de uma comissão de *gentis senhoritas da sociedade*.²⁷⁰

²⁶⁶ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: F.C.M.C., 1996.

²⁶⁷ CASTELO BRANCO, P., 1996; QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998a.

²⁶⁸ RECITAL de canto e folclore. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 274, p. 12, 5 dez. 1936.

²⁶⁹ CONCERTO musical. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 177, p. 12, 10 ago. 1937

²⁷⁰ FESTIVAL de arte. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 222, p. 2, 3 out. 1940; FESTIVAL de arte. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 230, p. 3, 12 out. 1940.

Inúmeros foram os eventos religiosos no período. Dentre vários exemplos encontrados, destaco que, em 1936, na comemoração do mês de Maria, atuaram senhoras e senhoritas da *melhor sociedade*, compondo comissões para angariar donativos e para a ornamentação da Igreja e do andor.²⁷¹ As festividades foram realizadas na Igreja do Amparo e contaram também com o trabalho de normalistas. No mesmo ano, o referido jornal noticiava que nos festejos joaninos,

Constituiu uma nota ‘chic’, atraente, fascinante a toda prova, a barraquinha sob a direção das nossas encantadoras patricias Pequena Rubim, Zaira Freire, Dulce Matos, Zila Maia, Maria Flor Freire e Ana Rita de Carvalho, levada a efeito à praça João Luiz Ferreira, por ocasião das festas joaninas. ‘Pombalzinho da Sorte’, como a batizou o espírito cintilante e amorável das formosas teresinenses, foi, realmente, a atração máxima do fulgurante festival de caridade.²⁷²

As missas, as novenas, as procissões, as quermesses permitiam às jovens que pouco iam às praças, aos cinemas e aos bailes, circularem pelo espaço urbano. Tradicionalmente, aos domingos, às 9 horas era rezada a missa na Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Grande evento social, em que senhoras e senhoritas se apresentavam nos seus melhores trajes e os homens de terno e gravata. Era um momento de encontro, em que moças e rapazes trocavam olhares e palavras furtivas e, possivelmente, aproximavam os corpos. Isto porque os relacionamentos afetivos nas igrejas nem sempre eram inocentes, conforme demonstra Thales de Azevedo.²⁷³ A contenção dos costumes, característica do período em estudo, favorecia a erotização do espaço religioso.

Após a missa, moças e rapazes *da sociedade*, alegremente, sentavam e conversavam nos bonitos bancos da Praça Rio Branco.²⁷⁴ Em dias de novena, era comum a seguinte cena registrada por um cronista, em 1923.

Terminada a novena, as nossas gentis patricias afluem ligeiramente aos passeios do jardim da Praça Rio Branco. Realmente há muita cordialidade, alegria e encanto naquele logradouro. Mademoiselle C. primou no ‘flirt’ em duplicata e ‘barrou’ (como se diz entre nós) os ‘Paulistanos’, passando ao mesmo tempo, com armas e bagagem para um ilustre Pintor e Diplomata ‘Postal’! Cuidado Mlle!... Não brinque com coração... terra que ninguém passeia...²⁷⁵

²⁷¹ MÊS DE MAIO na matriz do Amparo. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 92, p. 8, 27 abr. 1936.

²⁷² POMBALZINHO da sorte. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 145, p. 8, 30 jun. 1936.

²⁷³ AZEVEDO, Thales. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986. p.32.

²⁷⁴ BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. *Theresina, Teresina*. Teresina: F.C.M.C., [199_]. Não paginado.

²⁷⁵ DONT, Mario. Trepações. *O Arrebol*, ano 9, n. 38, p. 4, _____, 1923.

A cidade cultivava, ao longo do ano, muitas festas religiosas. Na Semana Santa havia a procissão do Senhor Morto, que aglutinava muitas pessoas, dentre elas, moças e rapazes que, na oportunidade, tanto vivenciavam sua religiosidade quanto trocavam olhares e palavras. Sob a bênção do Senhor Morto, flertes, namoros e amores nasciam.

No mês de maio, junto com o vento geral que refrescava a cidade, emergiam novas oportunidades, pois o mês mariano era tempo de novenas e de quermesses. Participar das festas do mês de Maria possibilitava ampliar as andanças pela cidade e, certamente, o flerte e o namoro. Era uma oportunidade em que as jovens envolvidas na organização dos festejos e as meras frequentadoras tornavam-se visíveis no mercado sentimental. Para as mais dotadas, era ocasião de enaltecimento da beleza. Em 1936, por exemplo, no referido festejo, elegeu-se a rainha do arraial.²⁷⁶

Chegado o mês de junho era tempo de festejar Santo Antônio (13), São João (24) e São Pedro (29). Nos anos 1930, os festejos juninos estavam associados às quermesses em benefício da Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Em 1937, com barracas dirigidas por *graciosas senhoritas*, esses festejos foram muito animados, atraindo grande público. Na oportunidade, foi escolhida a rainha das festas. A vencedora foi Belisa Pereira da Silva, eleita com 5476 votos.²⁷⁷

O mês de agosto era tempo do novenário de Nossa Senhora de Lourdes. Em 1937, as novenas tiveram início no dia 13. Assim como as festas juninas, foram montadas barracas ao ar livre, sob a direção de senhoras e senhoritas da sociedade local. Desta vez, os recursos angariados eram destinados à construção da capela da Vermelha.²⁷⁸

Durante todo o ano, “o que Teresina possui de mais distinto, mais nobre, mais elegante” está no jardim da Praça Rio Branco, aos domingos à tarde.²⁷⁹ Espaço de convívio, o jardim ou passeio foi urbanizado e inaugurado em 1914, tornando-se lugar do *footing*. A praça era, então, o centro elegante da cidade. Em seu entorno situavam-se cafês e restaurantes, tais como o Café Avenida e o Café Suíço, e a casa de cinema e de espetáculo Palace. O logradouro era também centro comercial, agregando lojas, magazines e farmácias.

Toda ajardinada, a Praça dividia-se em dois retângulos e entre eles situava-se o coreto. Nos dias de retreta, a banda de música da Polícia Militar ocupava o coreto das 5 às 9 horas da noite, executando valsas, óperas e operetas. Os frequentadores e frequentadoras se dividiam

²⁷⁶ QUINQUAGENÁRIO da Igreja de S. Benedito. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 120, p. 8, 29 maio 1936.

²⁷⁷ FESTAS Joaninas. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 141, p. 12, p. 12, 26 jun. 1937.

²⁷⁸ FESTA de Nossa Senhora de Lourdes. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 174, p. 12, 6 ago. 1937.

²⁷⁹ NO JARDIM. *O Nordeste*, Teresina, n. 25, p. 3, 15 maio 1920.

conforme a condição social. Do lado direito, passeavam aqueles e aquelas pertencentes às classes alta e média; do lado esquerdo, homens e mulheres pobres.²⁸⁰

Segundo Thales de Azevedo, um marco na transformação do namoro foi a modernização das grandes cidades, com a respectiva institucionalização do *footing*, passeio das jovens e dos jovens da elite pelas ruas e avenidas modernizadas, como a Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro e também em praças, jardins, sorveterias e cafés. Isto porque o *footing* era o momento ideal para o flerte, “um primeiro comércio de olhares aparentemente casuais, de sorrisos, de gestos significativos. Seria a primeira vez que as moças se expunham deliberadamente, ainda que de modo dissimulado, à conquista em vista do namoro”.²⁸¹

A partir da inauguração do jardim, a Praça Rio Branco tornou-se espaço privilegiado de oferta feminina no mercado sentimental. Centro de lazer familiar, o jardim atraía crianças, senhoras e senhores, moças e rapazes. Acompanhadas por responsáveis, ou em grupo, as moças tornaram-se assíduas frequentadoras do jardim, especialmente, às quintas-feiras e aos domingos, oportunidade em que o passeio era animado por uma banda de música.²⁸²

Eis o quadro flagrado por um cronista em dia de retreta, no início dos anos 1920:

Nele, as melindrosas e as vaporosas exibem as ‘toilettes’ antes do baile e do cinema; os ‘amarradinhos’ e os ‘almofadinhas’ em companhia da mamãe e das manas vão languidamente gozar as delícias da temperatura, que nele, é mais saudável; os ‘piratas’ instruem os ‘lambarys’ ensinando-lhes os processos mais simples e mais simpáticos da conquista e de ‘dá o fora’; nele, os ‘doutores’, tipo genuinamente nosso, de que te falarei mais tarde, com as roupas exóticas, feitas especialmente para chamar a atenção, talhadas entre risos, pelos alfaiates de Pernambuco e Bahia, se reúnem para discutir os novos passos do tango e os novos modelos de roupas; estes são os ‘diseurs’ do chiquismo; enfim, é no jardim que tudo se junta, formando com a desarmonia das pessoas, belezas e cores, a simetria harmônica que dá como resultado, na opinião de Gustavo Le Bom, a alegria das multidões. Aqui, isto, nós chamamos ‘animação’.²⁸³

As noites de retreta eram marcadas por grandes emoções! Um *flirt* desabrochava, outro morria; juras proferidas quando da retreta anterior eram esquecidas; enquanto uns firmavam namoro, outros perdiam a quase *noivinha*, conforme ocorreu ao jovem acadêmico de medicina:

²⁸⁰ MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho: ‘memórias’ à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI, 1976. p. 193.

²⁸¹ AZEVEDO, 1986, p. 15-16.

²⁸² CASTELO BRANCO, P., 1996.

²⁸³ MARCOS. Bilhetes íntimos. *O Nordeste*, Teresina, n. 12, p. 5, 14 fev. 1920.

Ah! as mulheres! Como elas enganam os pobres homens! Pois não é que a jovem normalista ficou quase *noivinha* do simpático acadêmico de medicina e hoje, esquecendo talvez as juras que fez, deu seu coração ao *alfandegário* parnaibano. Encontrei, há dias na Praça Rio Branco a delirar:
Oh! Maria, ali se pode viver eternamente um para o outro.
Ah! estas mulheres!²⁸⁴

Se o *alfandegário* parnaibano flanava feliz pelo jardim, o mesmo não ocorreu com certos jovens. Isto porque *os quase enamorados* em um dia de domingo, quando poderiam retornar às suas casas, felizes, não souberam interpretar as mensagens de Eros. Eis a cena:

Mlle, com seus lindos e meigos olhos, procurava, ansiosamente, alguém.
Ei-lo que chega. Acompanha um amigo. Por causalidade, ou propósito, passeavam sem se encontrarem.
Do meu posto de observação, pressinto a amizade que os une, separados agora, por um desses nada que fazem as vezes de uma alegria uma tristeza.
Fatigado, convida o colega a sentar.
Vai haver o encontro.
Mlle se aproxima algo ansiosa. Domina-se, porém, fita-o, com um desses olhares que cousa alguma traduzem e o cumprimenta indiferentemente. Do mesmo modo é correspondida. Eram dignos um do outro no papel que representavam. E foi assim até a hora que tristes, mas demonstrando uma alegria que estavam bem longe de sentir, se separaram.²⁸⁵

A tristeza também se aconchegou no coração de Pierrot, ao perder Colombina para Arlequim, em noite de retreta:

[...]
- Fumas, Pierrot?
A voz displicente acordou de suas cismas o branco enamorado das estrelas.
- Obrigado Arlequim. Sonhava. Vivo sonhando desde que um olhar resplandecente pôs um clarão fugaz na penumbra de minha vida...
[...]
O jardim tumultuava. Risos e flores. Música e perfumes. Pierrot suspirou.
- Onde andaré Colombina?
- Sei lá! Tu a amas?
Pierrot suspirou. Se a amava!
Arlequim riu ruidosamente.
- Pois estão vá à sua procura. Não pense que Colombina o virá descobrir, escondido e trêmulo, neste banco isolado do buleio da vida. Adeus, Pierrot! Alguém me espera...
Logo mais, Arlequim passeava, tendo nos braços Colombina...²⁸⁶

Como se vê pelos flagrantes acima descritos, a Praça Rio Branco era também observatório de indiscretos cronistas, que registravam os amores e as dores de seus

²⁸⁴ ESPINHOS... *Nego*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 6, 17 maio 1931.

²⁸⁵ OBSERVADOR. Quadros. *O Arrebol*, Teresina, ano X, n. 66, p. 3, 9 out. 1924.

²⁸⁶ ULPI. Histórias de amor... *O Momento*, Teresina, ano 5, n. 459, p. 4, 21 out. 1937.

frequentadores e frequentadoras. Identificando-se com a modernidade e atentos às transformações que ocorriam no namoro, os cronistas davam visibilidade à dinâmica de encontros e de afetos entre os gêneros.

Através dessa fonte, ficamos sabendo, ainda, que certo jovem, nutrindo paixão perto da Praça, “calça lentamente a área do calçamento da rua Coelho Rodrigues”, procurando encontrar sua Laura em noites enluaradas e, às vezes, “tem todo o romantismo de Petrarca”; um delegaciano, noivo em Parnaíba, “quebrou o seu juramento e zás *ferrou* com a senhorinha da rua da Glória”; enquanto isso, ia tomando vulto “o flirt iniciado pelo habitante da boca do Igaracu, com a famosa Mlle da Praça Deodoro”.²⁸⁷

Nos domingos de carnaval, da inauguração do Jardim aos anos 1930, a Praça Rio Branco era o lugar de concentração dos foliões, que sob grandes batalhas de lança-perfume e de confetes, festejavam o deus Momo. Em 1914, conforme A. Tito Filho, a Rio Branco tinha “aspecto deslumbrante. Imensa massa popular apreciou os folguedos. Tocava-se o maxixe. Muitas senhoritas davam aspecto encantador ao principal logradouro da cidade”.²⁸⁸ Em 1924, ano de animado carnaval,

Na praça Rio Branco, o nosso querido logradouro público, o burburinho era contínuo, intenso e ensurdecedor. [...] Música, flores, serpentinas, confete, lança-perfumes, sorrisos meigos e deliciosos olhares lânguidos e apaixonados, gargalhadas estridentes e satânicas, momos e trejeitos, requebros e bamboleios, canções apimentadas e langorosas, gritos vibrantes e pilhérias de espírito, rostos lindos e máscaras horripilantes, tambores e batuques, tudo isso, de mistura com o ininterrupto buzinar dos autos e caminhões, dava ao nosso pequenino e elegante jardim um aspecto imprevisto e surpreendente.²⁸⁹

No mês de junho,

a praça enchia-se de barracas e folguedos alusivos ao período, fazendo a alegria da criançada e de todos os frequentadores. Na primeira quinzena de agosto, durante o novenário em homenagem à Padroeira da Cidade, realizava-se quermesse, concentrando na praça grande número de pessoas de todos os níveis e idades que se juntavam em torno das barracas ou para um descontraído bate-papo, ao som da banda que diariamente executava as mais variadas melodias.²⁹⁰

²⁸⁷ ESPINHOS... *Nego*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 6, 17 maio 1931.

²⁸⁸ TITO FILHO, A. *Carnavais de Teresina*. Teresina: [s.n., 199?]. p. 26.

²⁸⁹ MUTT e Jeff. As festas de momo. Teresina, *Reação*, n. 13, n. 38, ano 1, 7 mar. 1924.

²⁹⁰ BARBOSA, [199_].

Por mais de vinte anos, a Praça Rio Branco alcovitou flertes, namoros e casamentos. Com a reforma sofrida, em 1935, foi radicalmente transformada, e começou a perder algumas de suas funções, pois as quermesses passaram a ser realizadas na Praça João Luís Ferreira.

Em fins de 1936, sofria a concorrência da Praça Pedro II, em suas funções noturnas. Anteriormente denominada Aquidabã, a referida praça foi reformada e inaugurada em dezembro de 1936, recebendo o nome de Pedro II. Desde então, as retretas e o *footing* passaram a ocorrer no novo espaço de convívio elegante.

Com a inauguração do Cine Rex, em 1939, a Praça Pedro II transformou-se no centro de lazer noturno. Para isto contribuiu o fato de o Cine Rex, o Theatro 4 de Setembro situarem-se na Praça e a sua proximidade do Clube dos Diários e do Cinema São Luís, inaugurado em 1941. A Praça Rio Branco, perdia, então, sua função noturna, mas continuava sendo polo aglutinador durante o dia, uma vez que em seu entorno situavam-se o comércio, bares e cafés.

A partir do final dos anos 1930, a praça Rio Branco perdeu a condição de praça dos namorados, função que passou a ser desempenhada pela praça Pedro II. Sob as bençãos de Cupido, os amores das gerações que viveram a juventude nos anos 1940 e 1950 eram embalados ao som da banda da Polícia, que tocava, ao ar livre, dobrados, valsas e músicas de carnaval.²⁹¹ Tal é a importância sentimental da Praça Pedro II, para as referidas gerações, que esse espaço se constituiu em lugar de memória.²⁹²

Na verdade, a Praça Pedro II dividia-se em duas, a de cima e a de baixo, separadas em diagonal por uma rua. Em linhas gerais, na primeira, modesta e mais escura, passeavam e namoram soldados e empregadas domésticas, bem como casais mais ousados. A segunda era o espaço dos segmentos sociais mais abastados. Nela, os rapazes ficavam parados ou rodavam em sentido contrário ao das moças, que circulavam pela praça. No rodopiar contínuo, olhares de admiração, de prazer, de despeito e de desejo se cruzavam. De repente, emergia um flerte, um namoro. Indício desses acontecimentos se dava, quando o rapaz se aproximava da moça, que rodava acompanhada por amigas. À época esta atitude era conhecida como “encostar”. O. G. Rego em *Ulisses entre o amor e a morte*, expressa o impacto de um encontro no coração adolescente, no início dos anos 1950.

Foi na Praça Pedro II, onde se costuma rodar à espera do cinema ou de puro prazer. Tinha ido escutar a retreta, quando de súbito encontrei Arnaldo:
- Quer dar uma volta? – ele inquiriu, pegando-me no braço.

²⁹¹ DOBAL, H. *Obra completa II*: prosa. 2. ed. Teresina: Plug Propaganda & Marketing Ltda, 2007. p. 18.

²⁹² Acerca do conceito de lugar de memória, ver NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, p.7-28, 10 dez. 1993.

Saímos e nos pusemos a observar as garotas que iam passando à nossa esquerda, em sentido contrário. Numa dessas vezes senti que alguém me olhava: procurei descobrir quem era, mas a jovem fugiu e não pude ver-lhe o rosto.

- Viu como ela o fitava?

E em seguida Arnaldo me contou que Conceição se impressionara comigo desde o primeiro encontro. No dia em que fomos levar José ao seminário, chegou em casa se queixando de mim porque não a cumprimentei.

- Está me enganando – respondi, ansioso para que protestasse.

Eis que o colega nada adiantou, limitando-se a sorrir. Meu coração estremeceu, as mãos esfriaram e eu me repartir entre a esperança e a dúvida. Quando de novo passamos por Conceição, Arnaldo me deteve e a chamou, para perguntar-lhe se não queria ir ao cinema, conforme tinham acertado.

Ela olhou para mim e disse:

- Prefiro ficar.

- Então, vamos sair desse movimento.

A seguir fomos os três para um canto da praça, mas nessa hora infelizmente caíram pingos de chuva e isso sempre era bastante para nos fazer dispersar.

Conceição procurou meus olhos com os seus, assustados, de um castanho vivo.²⁹³

Segundo H. Dobal, em 1952, “[...] alguém que por distração ou curiosidade acompanhou os giros de uma moça em torno do centro, descobriu que ela dava duzentas voltas durante a noite.”²⁹⁴ Nessas muitas voltas o flerte reinava!

No final dos anos 1930, o flerte era prática incorporada ao cotidiano afetivo da juventude e já não chamava tanta atenção dos cronistas, como ocorria nos anos 1920. Possivelmente, porque a oferta feminina no mercado sentimental era um dado incorporado à cultura do período, uma vez que flertar era prática comum a uma moça. Inclusive, para algumas jovens, migrar do flerte para o namoro não interessava, o prazer consistia em flertar com vários rapazes, ou ainda, vivenciar novo flerte a cada retreta. Em 1937, um amante do flerte, indagava:

Eu gosto do flirt. E você, leitor? – Ora não negue! Para que? Todo mundo sabe que você tem bom gosto... [...] Só o repudiam aqueles que, na vida, já atravessaram o cabo do Não: - as mulheres que os homens não vêm, os homens que as mulheres esquecem, as caras esquecidas por Deus.²⁹⁵

Nos anos 1950, os namorados fugazes eram chamados de flertes. E desde que a mãe da moça não soubesse, poderiam acompanhar a jovem até em casa. Muitos flertes

²⁹³ CARVALHO, O. G. Rego de. Ulisses entre o amor e a morte. In: _____. *Ficção reunida*. 2. ed. Teresina: Corisco, 2001. p. 81.

²⁹⁴ DOBAL, H., 2007, p. 18.

²⁹⁵ RIBEIRO NETO, Oliveira. O Flirt. *O Momento*, Teresina, ano 5, n. 448, p. 4, 6 out. 1937.

transformavam-se em namoros sérios e, dependendo da liberdade concedida pela família da jovem, tinham autorização para namorar na residência da pretendida.

Contudo, algumas moças, sobretudo, quando muito jovens, desejavam mesmo era ter vários flertes. Eis o que acentua uma entrevistada: “a gente queria era um bocado de namorado. No outro dia já era outro, no outro domingo já não queria mais nem aquele, eram tantos, [...] porque tinha muito rapazinho, muita mocinha...”.²⁹⁶

O passeio domingueiro era aguardado com muita ansiedade pelos jovens enamorados, pois, na Praça e no seu entorno, o namoro tinha continuidade. Com efeito, as retretas na Praça Pedro II atraíam tanto aqueles e aquelas que residiam, nas proximidades, quanto os que moravam distante.

Havendo apresentação de algum espetáculo no Theatro 4 de Setembro, principalmente quando era companhia de outra cidade, aumentava a animação no *footing*. No início dos anos 1950, “[...] O movimento começa às sete horas, às oito cresce com a gente que sai dos cinemas e, às nove, termina. As moças, sempre acompanhadas, se retiram tão logo dê nove horas e tão depressa que se diz nesta hora: soltaram a onça”.²⁹⁷

À exceção de alguns casais mais ousados que afrontavam as regras, namorando na praça de cima, o namoro na praça de baixo era discreto, de olhares e de conversa. Seu avanço em termos físicos ocorria nos bailes do Clube dos Diários e nas sessões de cinema. O namoro domingueiro iniciava-se na matinê dos Diários, logo após a missa da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, continuava na retreta da Pedro II e era aquecido nas sessões do Cine Rex, do Theatro 4 de Setembro ou do Cine São Luís. Assim, no circuito de lazer da Praça Pedro II e do seu entorno, muitos pares enamorados se configuraram.

Nesses espaços, as jovens gozavam de certa liberdade, desde que o namoro, quando conhecido pelos pais, fosse aceito. Quando não, geralmente, as idas à Praça Pedro II era controladas e, nos momentos em que era possível frequentar a Praça havia sempre o risco de ser flagrada pelo pai, por um irmão ou responsável. Para contorná-lo, algumas jovens, quando enamoradas de rapazes não aceitos pelos pais, procuravam ajuda no círculo de amizade. Poderia acontecer de a moça solicitar à amiga que se passasse por namorada, no caso de o pai, um irmão ou responsável, surgir na Praça.²⁹⁸

Quando os filhos da cidade que haviam saído para estudar fora retornavam, o *footing* era bastante animado. As moças se empolgavam e procuravam fazer roda em torno dos

²⁹⁶ SANTOS, Rita. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

²⁹⁷ DOBAL, H., 2007, p. 18.

²⁹⁸ MACHADO, Raimunda Ribeiro. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

recém-chegados. Também causava animação a presença de cadetes, mesmo que não fossem filhos de Teresina. Relembrando os anos 1950, Mundiquinha Machado conta:

ah, os cadetes quando chegavam aqui eram uma roda e tudo e todo mundo achando eles bonitos, só dizendo: eita mas ele é lindo! Não sei se teve flerte porque eu nunca tive nada, eu não era muito animada desse jeito não, mas eu via elas se virando, querendo fazer roda, aí não sei o quê e colocavam um apelido neles. Eles eram de longe, não sabe! Aí depois até eles se aproximarem de uma roda para ficarem indagando e tinha gente que era cadete daqui mesmo de Teresina, foi para a escola de cadetes, voltavam, já eram conhecidos, aí era melhor para se aproximar da gente, mas todo ano vinha uma légua de cadete pra cá, não sei o que era, o quartel do município... Eram homens bonitos, eram altos, atléticos. Aí apareciam esses aí, de fora, mas era só aquela brincadeira mesmo.²⁹⁹

Rapazes de farda exerciam forte atração sobre as moças. E não foram apenas aquelas da geração de Mundiquinha Machado que se encantaram com a beleza desses homens. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro rememorando a vida sentimental de sua mãe, Gracildes (Graci) de Figueiredo Monteiro, nascida em 1905, conta que quase todos os namorados da jovem Graci eram militares.³⁰⁰ Yara Vilarinho, que nasceu em 1923, período em que Graci era atraída por rapazes de farda, nos anos 1940, sonhava em casar com um deles.³⁰¹

No início dos anos 1920, os cadetes da Escola Militar, quando em férias, em Teresina, apresentavam-se ao 25º Batalhão de Caçadores e para se exercitarem utilizavam os cavalos. Nessas oportunidades, exibiam-se às jovens que tinham o hábito de sentar nas calçadas de casa, ao final da tarde, costume, então, difundido em Teresina. Certa tarde, Graci, sua irmã Dulce e sua tia Mundica, sentadas na calçada ao cair da tarde assistiram ao exercício do jovem Almir Campelo, que se tornou flerte de Graci. O belo cadete se exibia “fazendo audaciosos saltos do chão para a cela”. A tia Mundica assistindo ao espetáculo “concluiu que o olhar do moço dirigia-se a Graci”.³⁰²

Flertes iniciados ao acaso de um feliz encontro, como o de Graci e do belo cadete, poderiam ter continuidade em momentos de manifestação cultural e artística, recorrentes na cidade. Nos anos 1920, os domingos eram dias de Horas de Arte. Eram momentos em que intelectuais e artistas amadores apresentavam-se. Nessas oportunidades, ouviam-se solos instrumentais de piano, violino, flauta, bandolim e violão. Havia também números de canto,

²⁹⁹ MACHADO, 2008.

³⁰⁰ MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória: no tempo dos revoltosos (1921-1934)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993. v. 3, p. 123.

³⁰¹ OLIVEIRA, Yara Maria de Sousa Vilarinho. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

³⁰² MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p. 124.

dança e declamação de poesias. Muitas vezes eram declamações feitas pelos próprios autores. Nas festas comemorativas e cívicas, não faltavam discursos. Nesse período estavam em moda as conferências literárias, proferidas pelos intelectuais de destaque. Essas reuniões aconteciam pela manhã, depois da missa das 9 horas, na Igreja do Amparo, no Cinema Olímpia, ou à noite, no Theatro 4 de Setembro.³⁰³

Os grandes animadores desses movimentos artísticos eram Pedro Silva e Jônatas Batista. Conforme avaliação de Moura Rego, Higino Cunha, Mário Batista, Zito Batista, Celso Pinheiro, Antônio Chaves e Édson Cunha, “emprestavam o concurso do seu talento para o sucesso dessa fase brilhante da capital piauiense”.³⁰⁴

Festivais de arte, concertos musicais, conferências também eram realizadas nos salões do Clube dos Diários. Durante os anos 1930 e 1940, o clube recebeu tanto artistas e intelectuais filhos da terra, quanto figuras de destaque nacional. Em julho de 1936, o poeta Celso Pinheiro abrilhantou a Hora da Arte, versando sobre a estrela cinematográfica Shirley Temple.³⁰⁵ No dia 6 de agosto de 1937, em benefício da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, ocorreu um festival lítero-musical.³⁰⁶ Em 22 de junho de 1937, o *Diário Oficial* destacava a conferência proferida pelo deputado e economista Paulo Martins, acerca do tema Retrospecto da política brasileira – problemas econômicos vistos em conjunto – partilha tributária, ocorrida no dia 21 do citado mês.³⁰⁷

Outro lugar de intensa vida social e, conseqüentemente, de flerte e de namoro era o Theatro 4 de Setembro. Em seu espaço proveram-se bailes, apresentações cinematográficas, teatrais, bem como festas literárias. Em meio às visitas esporádicas de artistas e companhias de fora, os artistas locais produziram muitos recitais, em benefício das igrejas ou de alguma obra de caridade, em comemoração à passagem de datas cívicas ou históricas e no encerramento de atividades escolares.

Entre o final dos anos 1930 e início da década de 1940,³⁰⁸ recebeu artistas e importantes companhias de comédias nacionais. Durante o Estado Novo, o governo passou a subvencionar

³⁰³ REGO, Raimundo Moura. *Notas fora de pauta*. Teresina: APL, 1988. p. 25.

³⁰⁴ *Ibid.*, p.26.

³⁰⁵ SHIRLEY Temple. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 162, p. 8, 23 jul. 1936.

³⁰⁶ FESTIVAL Lítero-musical. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 173, p. 12, 5 ago. 1937

³⁰⁷ BRILHANTE conferência do deputado Paulo Martins. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 138, p. 1, 22 jun. 1937.

³⁰⁸ Nesse período, dentre os artistas que visitaram Teresina, Moura Rego destaca: “Enilde Corrêa Pinto, Carmen Ivancko, Liège Aurora, Marcos Nissenson, Jean-Pierre Chabloy e Edgar Nunes – violinistas; Amélia Brandão (mais tarde a Tia Amélia do rádio e TV. Acompanhava a filha Silene, bailarina), Alfredo Maltas, Estelina Epstein e Fioravante Testa – pianistas; Levino Conceição (cego) e Isaías Sávio – violinistas; Santa Noll, Thaís Aíta, Dulcinéia Paraense, Eurico Morais, Adelermo Matos e Dilu Melo – cantores; Manuel Belarmino da Costa (do Pará) – regente. Realizou concerto sinfônico no Clube dos Diários, com orquestra formada de músicos do 25

através do Ministério da Educação empresas teatrais, músicos e cantores, que tinham a obrigação de exibir-se nas capitais dos Estados, incluindo o Norte e o Nordeste. Segundo Moura Rego, que, juntamente com Celso Pinheiro, foi grande animador cultural e espécie de embaixador artístico. Nessa época, Teresina viveu “brilhante fase cultural e de grandes emoções artísticas”.³⁰⁹

Nessas oportunidades, o *Diário Oficial* fazia a propaganda dos eventos, com vista a legitimar a ditadura do Estado Novo e, ao mesmo tempo, promovia expectativas. Moura Rego, por sua vez, frequentemente comentava os espetáculos, fazendo a crítica de arte.

A prata da casa durante os anos 1920, 1930 e 1940 atuava, animando a cidade e os enamorados. Ocorriam festas de arte no Theatro 4 de Setembro, no Club dos Diários, na Escola Normal, nos Colégios Diocesano e Sagrado Coração de Jesus e nos ginásios Leão XIII e Demóstenes Avelino. Segundo Moura Rego, “pianistas e outros instrumentistas, cantores e declamadores fizeram-se ouvir e aplaudir nesses instantes de arte, reveladores de verdadeiros talentos que o tempo e as contingências da vida acabaram por dispersar ou encobrir”.³¹⁰

Em 1936, o Theatro 4 de Setembro deu lugar à Hora da Arte, apresentada às 20 horas em benefício da Igreja Nossa Senhora do Amparo.

Teremos o prazer de ouvir os poetas Antônio Chaves e Celso Pinheiro, que generosamente, acederam ao convite que lhes foi feito para emprestarem maior brilho à referida festa, declamando versos de sua lavra.

Maria de Jesus Couto, Maria de Lourdes Sousa, Lili Neiva, Yvone Bandeira, e Maria Lúcia Abreu, dispensam quaisquer referências por serem bastante conhecidos os seus dons artísticos.

Queremos também destacar os srs. Antonio Ribeiro da Silva e Moura Rego, que, com interessantes números de nosso Folk-lore, muito contribuirão para o completo êxito, deste louvável gesto de caridade cristã.³¹¹

Importa destacar que, embora as moças dos segmentos mais abastados tenham acesso ao lazer, o usufruto do ócio diferencia-se daquele vivenciado pelos rapazes do mesmo universo social. Os significados atribuídos ao masculino e ao feminino produzem diferenças quanto aos

BC e da Polícia Militar e o concurso dos violinistas Alzira Gomes e Moura Rego. Composições de sua autoria, de Carlos Gomes e de Ketelbey. [...] Os acompanhamentos de Enilde, Liège, Chabloz, Carmen Ivancko e Edgar Nunes foram feitos, respectivamente, pelos pianistas Célia Carvalho, Lilah Lisboa de Araújo, Gerardo Parente, Lucy Ivancko e a filhinha do artista, Maria Cleide (11 anos), vindos de fora. Nos demais acompanhamentos atuaram com o mesmo brilho as nossas pianistas Zila Paz e Maria Lúcia Abreu Pereira da Silva.” REGO, R., 1988, p. 49.

³⁰⁹ REGO, R., 1988, p.49.

³¹⁰ Ibid., p. 51.

³¹¹ HORA de arte. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 132, p. 12, 13 jun. 1936.

usos do lazer. O ideal de pureza feminina interditava certos lugares às moças, ao tempo em que ditava horários e formas de convívio.

No início dos anos 1920, por um lado, legitimava-se a presença das mulheres dos setores mais abastados em espaços de lazer e de sociabilidades; por outro lado, é um contexto caracterizado por múltiplas temporalidades, uma vez que se algumas famílias valorizavam o usufruto de diversões modernas e tradicionais, outras recebiam as modernas. Se algumas promoviam e aprovavam a inserção feminina no espaço público, outras a viam com reserva, interditando eventos que consideravam inadequados às filhas.

Para homens e mulheres conservadores, a presença feminina no espaço público era vista como ameaça à moral dominante e à manutenção da família. Isto porque o usufruto do ócio era considerado uma prática que punha em risco a vivência dos papéis reservados às mulheres.

A problematização da presença das mulheres de classe média e alta no universo público predomina, entre os anos 1920 e meados dos anos 1930. E não se trata de uma característica específica de Teresina, pois também experienciada em outros centros urbanos. Mesmo em revistas femininas, o usufruto do lazer e a circulação feminina no espaço urbano são alvo de avaliações ambivalentes, conforme pude constatar, ao pesquisar os periódicos *Vida Doméstica*, *Jornal das Moças* e *Revista Feminina*.

Nos anos 1940, este é um tema que tem pouca visibilidade. Na década de 1950, é retomado pelo periódico católico *O Dominical*. Nesse período, a crítica à presença feminina nos espaços de lazer parece indicar que a frequência à Igreja pouco seduz os jovens e as jovens. Nessa década, inclusive, era comum os pais condicionarem a frequência às tertúlias do Clube dos Diários, à assistência da missa das 9 horas na Igreja de Nossa Senhora do Amparo.

O espaço das diversões era visto como espaço de perigo, uma vez que as moças poderiam ter sua reputação maculada. Logo, não deveriam andar sozinhas. Ir à praça ou ao cinema, durante o dia, pressupunha companhia, que podia ser a das amigas ou das parentas. E, em algumas famílias, de pais mais rigorosos, ao término da função cinematográfica, a filha encontrava o pai, que a levava para casa. Essa, por exemplo, foi a experiência de Henriqueta Pinheiro nos anos 1930, que, comumente, assistia às sessões oferecidas às normalistas.³¹²

No jardim da Praça Rio Branco e, posteriormente na Praça Pedro II, as moças deveriam permanecer até as 21 horas. Esse costume prevaleceu durante todo o período em estudo. Nos

³¹² SILVA, Henriqueta Pinheiro da. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

anos 1940 e 1950, as que tinham mais liberdade poderiam chegar em casa até as 10 horas da noite.

Para as moças, permanecer na rua após esse horário, só era aceito, quando havia bailes. Mas, nesses casos, deveriam comparecer acompanhadas do pai, da mãe, de um irmão ou responsável. No baile, a condição de tutelada era bem demarcada. Fazia-se necessário a presença de uma pessoa a quem a jovem deveria prestar contas de seus atos, alguém que se responsabilizasse por ela. Se não tinha companhia adequada, em geral não poderia participar.

Quando não poderia ser acompanhada pelo pai, às vezes, a jovem se valia das relações de amizade e de parentesco para comparecer a bailes. Havia casos, também, em que os pais não viam com bons olhos a presença frequente das filhas nessa forma de lazer; as filhas então apelavam para a interferência dos pais das amigas. É o que conta Yara Vilarinho: “Às vezes, tinha era moça que ia lá em casa pedir: oh coronel vá lá em casa dizer ao pai para eu ir para a festa! Me leve! Eu vou com a Yara! Papai cansou de ir e dizia: não se preocupe, ela vai comigo para a festa!”³¹³

No início dos anos 1940, nas matinês do Clube dos Diários, que aconteciam após a missa das 9 horas, na igreja do Amparo, não era bem vista a presença de uma *moça de família*, sem a companhia masculina. Segundo Yara Vilarinho,

[...] as moças não podiam ir só, de jeito nenhum. Entrar no clube só... Ave Maria! No outro dia, ela era rapariga. Aí ninguém queria mais nem olhar para ela. Eu me lembro que uma vez... [...] Eu estava com uma prima aqui... Eu estava estudando no Liceu, era um domingo. Domingo não tinha nada para se fazer em Teresina. A gente ia à missa. Da missa, comprava uma revista e voltava para casa, para ler. Quando um filme era bom, a gente ia para o matinal do filme. Quando não era, nem isso. Voltava para casa, não tinha nada para fazer! E essa prima minha era de Picos. Ela tinha vindo passar uns dias. Ela disse: Oh! Yara, nós moramos tão perto do clube e está havendo matinê no clube, oh vontade...! E ela era louca por dança. Louca por dança! Aí eu disse: mas nós duas sozinhas não podemos entrar lá. A gente podia entrar, mas só que o povo metia malha. Não é que proibisse a entrada. Era porque não ficava bem. Porque ia... Teresina toda ia saber, era aquela confusão toda. [...] Aí eu disse: Zilda sabe de uma coisa, eu tenho um irmão do meu cunhado, que gosta muito de dançar e é capaz dele está no clube. Faz o seguinte, nem telefone tinha nesse tempo... Eu chamei um rapazinho que morava perto da minha casa, um menino, um garoto, porque lá era perto. A gente morava a quatro quarteirões do Clube dos Diários, quatro quarteirões do Clube dos Diários, às nove horas do dia, e ninguém podia ir. Já pensou? Aí eu disse: tu vai lá, tu chega no porteiro e pede para ele chamar esse rapaz aqui. Aí botei o nome no papel e botei um bilhetezinho para ele: é para ele vir aqui na casa da Zilda, da tia Duquesa, só para me levar, porque ele sabe que eu não posso ir só. Eu não quero que ele

³¹³ OLIVEIRA, 2007.

fique com a gente lá não, que eu sei que ele tem a namorada dele. É só para a gente entrar com ele. Ele veio, a gente entrou com ele. Ficamos lá dentro. Eu fui lá para um canto me sentar, porque eu, eu não sei, não me deu muito apetite, mas a Zilda dançou até umas onze horas. Quando deu onze horas, Zilda vamos embora. Não vi mas nem _____. Quer dizer, era só... Era só coisa *pro forma*. Agora isso logo que eu cheguei aqui, depois acabou. Tinha uma matinê, a gente podia ir, moça só. Quer dizer, mas quando eu cheguei era desse jeito, depois acabou. Mudou logo, logo, antes de eu me casar mesmo já podia ir só. Já podia entrar sozinha.³¹⁴

A frequência também era um elemento importante. As moças não deveriam passear no jardim em todos os dias de retreta, nem ir com muita assiduidade ao cinema, muito menos aos bailes. Moça muito vista, desvalorizava-se. Quando estive no Piauí, entre 1929 e 1930, Carlos Penna Botto registrou:

Reparei que era mesmo considerado ‘chic’ para uma moça não freqüentar todas as festas.
Devia, para se revelar algo ‘blasée’ e para mostrar certo enfado, faltar a algumas festas e apenas consentir em comparecer ao ‘sereno’.³¹⁵

A freqüência rarefeita em espaços de lazer era elemento fundante à boa imagem da jovem, pois o contato com rapazes era considerado perigoso. Qualquer deslize poderia manchar-lhe a reputação. A esse respeito, explica uma entrevistada:

[...] a gente não tinha essa liberdade de hoje, de sair com os rapazes, toda hora. Vamos passar o dia em tal lugar. Como vai passar o dia na praia, não podia. Nem maiô a gente podia vestir, quando vestia era um maiô de sainha. Não podia ser junto com o rapaz, tinha que ser um lugar que não tivesse homem. Era uma série de coisas, uma série de recomendações que você tinha que obedecer, senão era tido como uma coisa, ‘era rapariga’.³¹⁶

Maria Albuquerque, estudante do Colégio das Irmãs, no início dos anos 1940, saía pouco. Natural de Amarante, a jovem mudou-se para Teresina, com o intuito de estudar, e residia com uma irmã em uma pensão. Lá, as moças também deveriam seguir regras estritas quanto à presença nos espaços de lazer e sociabilidade. Lembra a entrevistada que

domingo as meninas tinham uma história de ir para a praça. Vamos para a praça hoje! Vamos para a Praça hoje [risos]! Ficavam em cima de mim, porque se eu fosse, a Iracema não brigava, porque ela sabia que eu não ia todo dia. Todo domingo! As meninas queriam e se pudessem ir era todo dia, aí eu digo: pois está, pois nós vamos. Era uma graça!³¹⁷

³¹⁴ OLIVEIRA, 2007.

³¹⁵ BOTTO, Carlos Penna. *Meu exílio no Piauí*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. p. 135.

³¹⁶ OLIVEIRA, 2007.

³¹⁷ ALBUQUERQUE, Maria. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

A partir do final dos anos 1940 e durante a década de 1950, observa-se maior liberdade de circulação feminina. Na década de 1950, nas matinês do Clube dos Diários, por exemplo, fazia parte dos costumes a presença das jovens apenas em companhia de uma amiga ou parenta. Tornou-se desnecessária a presença de um homem que se responsabilizasse pela moças.

Contudo, mesmo para aquelas que viveram a juventude nesse período, havia regras e interdições. Mundiquinha Machado, por exemplo, à época da juventude, não ia ao baile de réveillon. Diz a entrevistada: “O réveillon era a maior festa que tinha aqui, eu nunca fui um réveillon, porque na minha época mesmo papai não deixava eu ir.”³¹⁸

As moças dos segmentos mais abastados não tinham a mesma liberdade de circulação, nos espaços de lazer e de sociabilidade, que tinham os rapazes de seus níveis sociais. A condição de ambiente familiar era imprescindível à presença feminina. Em geral, não freqüentavam bares e cafês, que eram espaços de lazer e de sociabilidades predominantemente masculinos. Os mais famosos no período eram o Bar Carvalho, o Bar Carnaúba e o Café Avenida.

O Bar Carvalho situava-se na Praça Rio Branco. Havia um salão nos fundos, em que funcionava famoso restaurante, cujo prato de destaque era “o bife a cavalo do famoso cozinheiro espanhol Gumercindo”.³¹⁹ Nesse mesmo salão, os clientes dispunham de mesas, onde eram servidas cervejas. No salão da frente, vendia-se cafezinho, acompanhado de um copo de água com cubos de gelo, sorvetes e chocolates com biscoitos. Aos domingos, senhoras e senhoritas frequentavam, especificamente, esse espaço para tomar sorvete ou chocolate. O salão do restaurante e da cerveja era exclusivamente de domínio masculino e, no avançar da noite, após as 9 horas, das *mulheres de vida livre*.³²⁰

O Bar Carvalho era ponto de encontro de políticos, juizes, desembargadores e professores da Faculdade de Direito.³²¹ No Café Avenida, reuniam-se os intelectuais e os membros da Academia Piauiense de Letras (APL), onde eram promovidas, inclusive, as eleições da APL. Era também ponto de encontro da colônia síria, que às tardes formava rodas de conversa.³²²

³¹⁸ MACHADO, 2008.

³¹⁹ NUNES, M. Paulo. Memória Pedro II. In: SANTOS, Cineas (Dir.). P2. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001. p.13

³²⁰ MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória: o tamanho de uma esperança (1935-1945)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993. v. 4.

³²¹ NUNES, Célis Portella. *Entrevista concedida a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2002.

³²² NUNES, 2002.

Conta Moura Rego que, terminada a missa na Igreja de Nossa Senhora do Amparo, ele e Martins Napoleão, que lá se encontravam, não resistiam

a uma parada no Avenida, não só para aguardar a ‘hora do almoço’, na expressão local, como especialmente para o descontraído e divertido papo na roda já formada por Celso Pinheiro, Martins Vieira, Álvaro Ferreira, Ribamar Ramos e outros, entre os quais, embora menos assíduos, os professores Pedro Torres e Cláudio Ferreira, ambos egressos do Seminário, e o serventuário da Justiça, mais tarde desembargador, Manuel Belisário dos Santos.³²³

Flanar pela cidade à noite, frequentar bares e festas nos subúrbios eram apanágio masculino. À exceção das noites de baile, em geral a vida noturna feminina encerrava-se às 21 horas. Depois desse horário, na verdade, o lazer e as sociabilidades eram vivenciados nas áreas de prostituição, sobretudo, na *zona* da Paissandu, principal espaço boêmio de Teresina.

A forma como as mulheres de classe alta e média integravam-se nos espaços de lazer e de sociabilidade, bem como a maneira como se delineava sua circulação pela cidade favorecia o cultivo do desejo. “Em sua essência, o desejo é impulso de destruição”. Ele é “contaminado, desde o seu nascimento, pela vontade de morrer”, conforme argumenta Zygmunt Bauman.³²⁴ Assim, as regras, os horários e os limites impostos às *moças de família* neutralizavam o caráter fugaz do desejo, na medida em que, simultaneamente, restringiam as possibilidades de encontro e fomentavam o uso da fantasia e da imaginação, que o alimentavam, na vivência do flerte e do namoro.

A irrupção dessas moças no espaço urbano fosse assegurada pela escolarização, ingresso no mercado de trabalho, consumo e usufruto do ócio despertavam o desejo, que se mantinha pela não concretização. A impossibilidade de tocar, de sentir e de experienciar o outro, alimentava sua chama, erotizando os corpos e propiciando outros usos do espaço urbano e escolar, conforme abordarei a seguir.

2.2 CONJUGANDO OS VERBOS FLERTAR E NAMORAR

No período em estudo, o cotidiano das filhas das classes elevadas era marcado pela escolarização. Sobretudo, a partir dos anos 1930, cada vez mais as meninas-moças passavam

³²³ REGO, R., 1988, p.58.

³²⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.p.24.

mais anos na escola. O ingresso e permanência feminina no sistema escolar, por sua vez, ampliaram o horizonte urbano. Teresina passava a ser a casa, a escola, o seu entorno e as praças. E essa expansão das trilhas urbanas ia propiciando encontros entre meninas/moças e meninos/rapazes, pois os principais ginásios de Teresina situavam-se na região central da cidade, de maneira que esse espaço ia se tornando um lugar de sociabilidades e sentimentalidades femininas e masculinas, onde surgiam os primeiros flertes e namoros.³²⁵

As filhas dos segmentos privilegiados eram escolarizadas, principalmente, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, popularizado como Colégio das Irmãs. Funcionando como internato e externato, a instituição recebia meninas-moças de Teresina e do interior do Estado.

Um dos objetivos centrais da instituição era a formação do caráter das meninas-moças, conforme os preceitos católicos e a moral tradicional, com o intuito de conformar boas esposas e mães de família. Isso implicava discipliná-las, no que tange ao namoro e aos códigos de sexualidade.

Parte das alunas não apenas consumiu as aprendizagens oferecidas, como também desenvolveu educação sentimental na escola e no seu entorno. As alunas internas eram proibidas de conversar com as externas, mas, contrariando essa regra, as internas estabeleciam com as externas uma rede solidariedade que viabilizava o contato com o mundo exterior, bem como flertes e namoros. Segundo uma entrevistada, nos anos 1930, as internas

Escreviam! Faziam cartas! Escondidas das freiras. A gente sempre encontrava um jeito de botar para uma externa. Porque as aulas das externas não eram separadas das internas, eram juntas. Então a gente não podia conversar com as externas, mas durante as aulas, a gente podia, porque as freiras não sabiam. Tava nas aulas, a gente falava com a menina, mandava uma carta para um, elas entregavam outra. Agora tinha que andar com aquela carta dentro da meia, porque no lugar que botasse elas sabiam, porque não tinha chave em nada.³²⁶

Burlando a proibição de ficarem nas janelas, as meninas/moças conjugavam os verbos flertar e namorar, aproveitando o horário do recreio para estabelecer contato com os meninos/rapazes. Isto era possível porque os estudantes do Colégio São Francisco de Sales, popularizado como Colégio Diocesano, circulavam constantemente na calçada do Colégio das Irmãs. Cientes desse fato, algumas alunas escreviam bilhetes, amarravam-nos em pedras,

³²⁵ CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: F.C.M.C., 2003.

³²⁶ OLIVEIRA, 2007.

remetendo-os para a calçada. Os alunos, por sua vez, pegavam os bilhetes, liam e, caso não pertencesse a quem o encontrara, entregavam-no ao verdadeiro destinatário.³²⁷

Não era apenas nos intervalos que as alunas achavam formas de se comunicar com os meninos/rapazes. Isto acontecia também no horário das aulas. Segundo Maria Albuquerque, estudante do Colégio das Irmãs no início dos anos 1940,

[...] ficavam os rapazes lá embaixo. Uns rapazes assim, desse povo de gente rica. [...] E aí as meninas, tinham umas que ficavam levantando, conversando, jogando acenos para eles e o Padre, o Monsenhor Zé Luis, uma das vezes só fez botar o giz aqui e saiu. Chegou lá e foi dizer para a irmã, a irmã chegou, foi aquele pito, suspendeu todo mundo [risos]. Aí era todo mundo, ninguém podia dizer nada!³²⁸

Os flertes cultivados pelas internas prosseguiram, quando as jovens saíam para passear na companhia das freiras. Entre um descuido e outro, os olhos se encontravam e os corações alegravam-se. Ademais, as alunas tinham direito a passar um domingo fora do internato, na residência dos pais, de parentes ou de amigos da família. Se nesse dia tivessem a sorte de ir à retreta na Praça Pedro II ou ao cinema, havia possibilidade de encontro.

Para angariar recursos, as irmãs promoviam festas na escola. Nesses momentos, as alunas ganhavam visibilidade, encenando dramas, recitando poesias, tocando piano e violino, e as portas do Colégio eram abertas à comunidade. Nesses dias, os rapazes alegremente adentravam nesse espaço feminino. Conforme Yara Vilarinho,

Naquele tempo não tinham esses shows. Então a gente fazia. A gente tocava. A gente fazia comédia, improvisava aquela... Tinham umas... Como é que a gente chamava, meu Deus? Eram histórias! Uma peça. Era uma peça! Só que ao em vez de ser no cinema, a gente fazia no palco, caracterizava de acordo com a peça. Fazia no Colégio ou então no teatro. Portões abertos para todo mundo. Lá ficava cheio de gente! Rapazinho do Diocesano era só o que tinha, para ver as meninas! As internas eram muito procuradas. Pelo fato de ser interna a gente era muito paquerada! Porque era fruta rara! Era difícil de se ver! [...] Ah! ficava tudo feito louco! Entrava. Tudo cheio. Entrava gente, que não tinha mais onde botar. Ficava gente em pé. Gente em todo canto. Tinha um palco no Colégio e, muitas vezes, fazia no teatro, também. Quando era assim uma coisa muito importante, fazia no Teatro.³²⁹

³²⁷ OLIVEIRA, 2007.

³²⁸ ALBUQUERQUE, 2007.

³²⁹ OLIVEIRA, 2007.

Os dotes artísticos, intelectuais e físicos das estudantes do Colégio das Irmãs também poderiam ser apreciados no Theatro 4 de Setembro, pois muitas festividades promovidas pela instituição eram ali realizadas. Pelas memórias e notas publicadas nos jornais, observo que esses momentos de arte eram bem frequentados. Nesses momentos, as alunas eram vistas e lançavam olhares furtivos aos seus namorados, de fato, ou do desejo. Às vezes, era possível um toque de mão e a troca de bilhetes.

Considerados momentos de refinamento social, através da música, do teatro e da poesia, essas atividades traziam satisfação sentimental. Algumas jovens voltavam felizes para suas casas, inebriadas por olhares e toques furtivos; enquanto outras tinham assunto para se entreter nos momentos de ócio, no internato. Ou ainda apimentavam discussões entre as alunas, em torno dos namorados.

Algumas aulas eram também momentos de cultivo do namoro. Explico. Martins Napoleão, professor de Literatura e Língua Portuguesa, ministrava aulas tanto no Colégio das Irmãs, quanto no Diocesano. Quando da chamada de alunos e alunas no início da aula, em uma e outra instituição, em vez de chamar o nome da aluna ou do aluno, chamava o nome da namorada ou do namorado. Nesses momentos, a turma era tomada por gargalhadas, conforme conta Yara Vilarinho:

Um dia a freira chegou lá e disse: o que é que tanto vocês riem na aula do professor Napoleão? Ele dizia: porque eu sei dar aula, irmã. Para animar a aula, não gosto de aula triste! Ele era assim. Chegava no Diocesano e fazia a mesma coisa.[...] Então ele facilitava esse intercâmbio, mesmo pelo fato de lá ser internato. Lá era internato também. Não era como no Colégio das Irmãs, eles saíam. Era só dizer a hora que ia sair e chegar e pronto. Era mais um semi-internato do que um internato. Agora no Colégio das Irmãs, o negócio era mais forte.³³⁰

Em noites de luar, usando a aprendizagem de música dada no próprio Diocesano, os rapazes burlavam a ordem, com serenatas dedicadas às suas divas, internas no Colégio das Irmãs. Nessas oportunidades,

Eles chamavam as meninas: fulana aparece na janela que eu estou louco para te dar um beijo. As irmãs, as freiras ficavam muito loucas [risos]. As freiras chamaram até a polícia, mas nunca deram jeito não! Toda vida foi assim, eu gostava. As meninas andavam só de chambre, na janela, as freiras ficavam danadas! Quando as freiras vinham chegando, elas só andavam com uma

³³⁰ OLIVEIRA, 2007.

campainha, aí a campainha fazia barulho. Então quando elas iam subindo as escadas, as meninas corriam e se deitavam, e se embrulhavam. Quando elas chegavam, no dormitório, não tinha ninguém na janela. Ninguém ia dizer! Aí elas não sabiam quem era. Aí não podiam castigar. Quando desciam, continuava a mesma coisa, tudo de novo. Era até animado! As dormidas eram muito animadas!³³¹

Assim como as alunas internas, as externas também usavam o espaço de acordo com seus interesses. Conta Maria Albuquerque, estudante do Colégio das Irmãs, no início dos anos 1940, que algumas alunas aproveitavam o percurso casa/escola para se encontrarem com os namorados.

Tinham algumas que aproveitavam no trajeto da escola para casa para se encontrar com o namorado, mas isso era sob a vigilância das irmãs, porque elas estavam em cima. Porque muitas estudavam no Colégio das Irmãs e outras, na Escola Normal. Na Escola Normal, tinham mais liberdade. Elas tinham pessoas que, quando viam uma menina fardada do Colégio das Irmãs diziam para elas. Principalmente, se estavam com namorado. Elas não gostavam que, de lá, a gente fosse para a rua, para comércio, para essas coisas. Se você tivesse alguma compra sua ou de família pra fazer, você tinha que ir à tarde, porque horário de estudo ficava em casa. Mas indo e voltando para o Colégio, elas não gostavam, elas não queriam, principalmente, fardadas. Vestiam a farda... Elas não queriam.³³²

Essa prática também era comum a estudantes da Escola Normal, já nos anos 1920. Eis um encontro flagrado por indiscreto observador:

Mlle, graciosa e loira normalista, vinha pela rua Grande. Alguém acompanhava-lhe os passos ligeiros e leves.
 Observo-os. Que lindo...
 Sou curioso... Uma curiosidade irresistível me faz aproximar dos dois.
 Eis me bem perto. Ouço a voz, um pouco irritada, de Mlle.
 - ‘Agora, já o conheço bastante. Deu-me, domingo, as provas necessárias. Só quem tinha razão era o...’
 - ‘Sim, porém o que fiz, foi por um capricho, por pirraça. Irritou-me a sua atitude, no jardim...’
 - ‘E não tinha direito de fazer o que fiz?’
 -?...
 Fui chamado por um amigo. Perdi a palestra que tanto me interessava. Juntavam as contas, longe de supor que eram observados e ouvidos.³³³

À época do Estado Novo, para legitimar o regime foram intensificadas as comemorações cívicas, que, por sua vez, ampliaram as possibilidades de encontro entre os

³³¹ OLIVEIRA, 2007.

³³² ALBUQUERQUE, 2007.

³³³ OBSERVADOR. Quadros II. *O Arrebol*, Teresina, ano X, n. 67, p. 2, 12 out. 1924.

estudantes. No final dos anos 1930, com a ampliação da presença feminina no Liceu Piauiense, as moças passaram a fazer parte dos desfiles do dia 7 de Setembro, formando pelotão específico.³³⁴ Quando o interventor Leônidas Melo viajava, ao deixar e ao retornar a Teresina, os alunos e alunas do Liceu, bem como as alunas da Escola Normal iam recepcioná-lo.

Os espaços escolares dos sonhos não eram os colégios confessionais, mas a Escola Normal e, principalmente, o Liceu Piauiense, por ser misto. Instituição predominantemente feminina, o entorno da Escola Normal era bastante frequentado pelos estudantes do Diocesano e de outros ginásios e colégios. Para as alunas, o caminho para a escola era um momento tanto de flunar pela cidade quanto de passar pelos rapazes. As mais ousadas, em vez da aprendizagem oferecida nas instituições de ensino, preferiam a educação sentimental. A esse respeito, eis o que conta Célis Portella, ex-aluna da Escola Normal, nos anos 1940.

[...] a gente ficava muito na Igreja do Amparo, ficava muito na Igreja do Amparo, não! ficava do lado de fora... conversas, eu acho que até gazeava aula de tanta conversa, mas depois entrava, [tinham os] professores mais pesados e não dava, mas a gente paquerava muito. [...] lá era aquela história, nós não éramos, não dávamos conta em casa do que acontecia na escola, porque eu, por exemplo, era irmã de tanta gente que os pais nem davam conta do que a gente passava na escola; tanto na Escola Normal como no Liceu por ser colégio público. O Liceu porque era misto, então, nós saíamos muito, fugia da escola também ou ficava ali por aquelas pedras, conversava muito, havia muita paquera, mas na Escola Normal nós não subíamos, porque se subíssemos ficávamos presas, então nós ficávamos logo do lado de fora e tinha já os meninos do Leão XIII que [iam] até lá. Os meninos que vinham de bicicleta do Diocesano, já sabiam com quem contava na porta. [...] Quando a gente encontrava outra que tinha..., era tudo de código para poder demonstrar isso. Os códigos eram mais mímicas, para dizer que foi ótimo o encontro, outros similares, ou que realmente acabou tudo, baixava o dedo e por aí ia [...].³³⁵

Nessa época, o que dava graça ao Liceu Piauiense era o fato de ser uma escola mista. No Liceu, muitas das jovens que estudaram o ginásio no Colégio das Irmãs passaram a cursar o clássico ou o científico na instituição. Para as jovens que vinham do Colégio das Irmãs, principalmente, para as internas, a passagem do internato para o Liceu era significada como uma experiência maravilhosa, porque era possível estabelecer contatos com os rapazes. Nessa oportunidade, algumas arrumaram seus primeiros namorados.

³³⁴ MONTEIRO C., 1993, v. 4.

³³⁵ NUNES, 2002.

Para outras jovens, ainda que esse contato com rapazes trouxesse prazer, era motivo de constrangimentos, dado ao impacto dos mecanismos disciplinares postos em prática no Colégio das Irmãs. Algumas ficavam sem jeito, quando o namorado se aproximava, outras demoraram a se acostumar com a presença dos rapazes que faziam serenata na calçada do Colégio das Irmãs. Este foi o caso de Yara Vilarinho, que sentia vergonha quando um desses jovens se aproximava dela.³³⁶ Contudo, do ponto de vista da conquista, o constrangimento e a vergonha não significavam insucesso, pois na ótica masculina, eram sedutores. E em vez de dificultar a aproximação, poderiam aguçar o interesse.

No horário do intervalo, algumas moças iam conversar e outras namorar os rapazes. Tratava-se de namoro de olhares, de conversa e de toque furtivos e discretos. O ponto de encontro era a praça situada em frente ao Colégio. É importante destacar que, em 1936, com a construção de prédio moderno, o Liceu passou a funcionar em edifício situado na Praça Landri Sales. Quando tinham namorado ou expectativa de conquistar, preparar-se para ir ao Colégio era um ritual. As moças penteavam o cabelo com esmero, escolhiam cuidadosamente os adereços e pintavam-se discretamente. Acentua Yara que a estudante

se preparava para a aula com muito gosto! [...] Porque sabia que ali tinha um bocado de rapaz. Então era muito diferente do internato. Era maravilhoso! Era muito bom. Muito animado, era ótimo! Tinham umas que namoravam lá e casaram com os mesmos rapazes que elas namoraram.³³⁷

O cuidado com a aparência não era apanágio feminino. À época em que Yara estudou no Liceu, a farda não era obrigatória aos alunos dos cursos Clássico e Científico. Assim, o comum era os rapazes dirigirem-se ao Colégio, trajando paletó e gravata. Iam vestidos como se fossem a um baile, fato que impressionava as moças.

No Liceu havia festas. Algumas eram realizadas no próprio prédio da instituição e outras no Theatro 4 de Setembro e no Clube dos Diários. A mais esperada e a afamada era festa de aniversário, dia 4 de outubro. Eram momentos em que havia campeonato de basquetebol, de voleibol, apresentações literárias e, em seguida, o baile. Em geral, realizado no Clube dos Diários.

³³⁶ OLIVEIRA, 2007.

³³⁷ OLIVEIRA, 2007.

Em fins dos anos 1950, quando Irlane Abreu ingressou no Liceu Piauiense, o que continuava tornando aquele colégio sedutor, além dos bons professores e professoras que lá atuavam, eram as práticas vivenciadas na e em torno da tradicional escola, como relembra a ex-aluna:

[eu] saía para o Liceu passava a tarde toda lá, aí eu saía para dar umas voltinhas na praça do Liceu, estava recém-reformada [...] e ali era um ponto de encontro mesmo, o Liceu era misto e já estava todo mundo adulto praticamente 16, 17 anos. Então lá liberdade total! não tinha repressão, não tinha nada, controle muito pouco, disciplina zero. Agora professores bons, muito bons professores a elite de Teresina lecionava no Liceu.³³⁸ [...] Mas o que distinguia mesmo a “comunidade do Liceu” era uma certa “aura” de independência e modernidade que nos fazia olhar os estudantes dos outros colégios de Teresina como “vis mortais”, privados que eram do que ali se vivia...Por exemplo, faltar aulas sem culpas, quando namorar fosse mais importante, ou mesmo ficar só na conversa, na praça, ou circular pelas ruas próximas vendo novidades e principalmente os discos novos que a loja “A Madariaga” – uma das primeiras lojas de discos de Teresina – apresentava. Era tempo de “rock” e de boleros românticos...Ou comprar pão quentinho na Padaria Stª Teresinha e saboreá-lo com caldo de cana. E, principalmente, participar das festas do “4 de outubro”, data do aniversário do Colégio.³³⁹

Nas instituições de ensino, o flerte e o namoro também surgiam entre professores e alunas. O professor Álvaro Freire, por exemplo, conheceu sua futura esposa, Áurea Freire, na Escola Normal, na década de 1910, quando era sua aluna.³⁴⁰ Nos anos 1930, período em que Yara Vilarinho foi aluna do Colégio Sagrado Coração de Jesus, havia namoro entre professor e aluna. Segundo a entrevistada, essa prática, no período, “já não era pecado assim tão grande”.

Desde os anos 1920, o magistério primário era profissão feminina. Quanto ao secundário, algumas poucas professoras ministravam aulas nesse nível. Dada à inserção feminina nessa área, professores e professoras se encontravam nas instituições de ensino e, nesses momentos, Cupido poderia disparar suas flechas. Esse foi o caso de Yara Vilarinho. Quando concluiu o curso de Farmácia, em Fortaleza, retornou para Amarante, sua terra natal. Foi então convidada para ministrar aulas de francês, no Colégio das Irmãs. Certo dia, a jovem

³³⁸ ABREU, Irlane Gonçalves de. *Entrevista concedida a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2002.

³³⁹ ABREU, Irlane Gonçalves de. Lembranças de Teresina. *Cadernos de Teresina*, Teresina, ano X, n. 23, p. 59, ago. 1996.

³⁴⁰ MENDES, Maria Cecília da Costa Araújo. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2002.

foi apresentada ao novo professor de Inglês, que, sob as bênçãos das Irmãs, tornou-se seu marido. Eis sua narrativa:

Quando eu cheguei, as irmãs souberam que eu tinha chegado e foram lá em casa me chamar, queriam que eu desse, que eu fosse professora de francês, porque o Colégio estava precisando, estava sem professor. Aí quando eu cheguei lá, a irmã disse para mim: olha, você vai ficar com as turmas tais de francês. E tinha uma pessoa assim, olhando para os livros na biblioteca, um senhor, uma pessoa de costas. Ah, Yara vêm cá, deixa eu te apresentar: aqui é o professor de inglês, aqui é o professor Severino Gomes de Oliveira, é o professor de inglês, fala inglês muito bem. Como você é professora de francês e ele de inglês, vocês podem até ter o que conversar, né? Vão conversar! Eu já apresentei..., e saiu. Aí ele começou a conversar muito desembaraçado. Aí ficamos um tempo conversando e tudo. Só que meu horário nunca coincidia com o dele. Com três dias que tinha coincido o mesmo horário, eu recebo uma carta dele. Eu estava lá em casa e recebo uma carta. Eu disse: esse homem é louco! Me perguntando se eu queria ir falar com ele lá na Igreja de São Benedito, que ele estava lá cinco horas da tarde, tal hora, e queria muito falar comigo, eu disse: eu não vou não! Esse homem é louco! Aí mostrei para uma prima minha, ela hoje é freira. Ela disse: Yara vai. Eu disse: vou nada!³⁴¹

Ainda que não namorassem professores, algumas alunas exerciam o papel de trombone, ou seja, aquela pessoa que facilita o namoro, seja incentivando, seja viabilizando a aproximação e o encontro. Essa foi a história de Maria Albuquerque, que se casou com um professor da Escola Normal. A jovem era aluna do curso ginásial do Colégio das Irmãs e residia em um pensionato. Uma de suas colegas, que era aluna da Escola Normal, sempre a chamava quando certo professor passava em frente à pensão.

Lá no lugar onde eu morava, bem ali, ele passava para dar aula na Escola Normal. E eu morava bem aqui na pensão, aí eu tava lá e as meninas, tinha uma colega minha que era aluna dele, que é essa que eu digo que era minha colega, mesmo. Aí começou... Ela: olha aí! Começou a me chamar quando ele ia passar. Aí depois tinha uma garotinha, de lá, que estudava com a irmã dele, aí ele começou a mandar bilhetinho pra mim pela Toinha [risos], começou por aí.³⁴²

Na expectativa de encontros felizes muitas jovens tornavam-se usuárias do espaço da casa quanto da rua. Repetindo gestos de suas antepassadas, moças deixavam-se estar à janela, vendo e sendo vistas. A janela continuava sendo uma intermediadora entre a moça e seus

³⁴¹ OLIVEIRA, 2007, p.85.

³⁴² ALBUQUERQUE, 2007.

amores. Foi assim que a jovem Henriqueta Pinheiro entabulou seu primeiro flerte, no início dos anos 1930. Da janela do sobrado em que residia sua irmã, trocava olhares e promessas com rapaz que morava em frente.³⁴³ As jovens também sentavam na calçada de casa, na expectativa de ver o rapaz desejado. Desse modo, atribuído novo significado a costume comum em Teresina, no contexto em estudo.

No período em estudo, processa-se a integração das mulheres ao sistema capitalista via consumo. Ele é visto como elemento definidor da feminilidade. Com efeito, senhoras e senhoritas saem de casa para comprar. Nessas oportunidades, os rapazes se aproximam das moças assim como essas se exibem no mercado sentimental. O caminho da casa ao comércio era um trajeto em que as jovens exerciam a sedução. A crônica Iris flagrou um episódio dessa natureza, em janeiro de 1926:

Madeimoselle, desembaraçada, e exalando perfumes leves e deliciosos, entrara na Livraria Santos procurando um tanto vexada um número da ‘Vida Doméstica’ ou do ‘Fon-Fon’ para mimosear segundo ela dizia uma amiguinha que aniversariava no dia seguinte. Após uma revista completa às variadas coleções que ali se encontram em exposição, resolveu levar um número do ‘Fon-fon’. Despediu-se do livreiro, risonha e sedutora, e no seu porte áureo de *girl a la garcone*, elegante até a medula, ia a sair, quando um cavalheiro, que me ofereceu logo a curiosidade, ou melhor a maledicência, um rosto oval, empoadado como o de um pierrot, lhe tolheu o passo com um cumprimento principesco de refinado gentleman. Madeimoselle corou, mas num sorriso de requintada sedução estendeu-lhe a aristocrática mãozinha de fada, que ele apertou triunfantemente e febrilmente, e foi-se deixando magnetizado a olhá-la, admirá-la, acompanhá-la nos seus movimentos e gestos até o fim da rua, onde ele só poderia ver a sua silueta azul como um sonho de primavera... Que feliz encontro!...³⁴⁴

Um feliz encontro casual, em momento de consumo, poderia transformar-se em flerte ou namoro, sob a cumplicidade da dança, nos muitos bailes que alegravam a cidade, conforme abordo no próximo item.

2.3 NO EMBALO DA CANÇÃO

Ela era linda e bailava com uma graça que fascinava. Aproximavam-se leves, quase alados. Ele dizia-lhe baixinho, palavras certamente muito doces. Aproximavam-se, passaram bem perto de mim e não me notaram. Um pouco

³⁴³ SILVA, H., 2007.

³⁴⁴ IRIS. Vida social: elas. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 22, p. 4, 28 jan. 1926.

adiante vi que ela fechava lentamente os olhos e que ele lhe depunha na frente um beijo furtivo. E continuaram a dançar leves, quase alados.³⁴⁵

Flertar, abraçar, sussurrar doces palavras, beijar, *dançar leve, quase alado* eram experiências vivenciadas nos bailes. Em contexto de contenção dos costumes, os bailes propiciavam a aproximação das moças e dos rapazes, o flerte, a conversa e o contato físico durante a dança. Corpos acariciados pela tatilidade do olhar enlaçavam-se no embalo canção.

No período em estudo, grande era a demanda por dança. Os bailes aconteciam tanto em espaços públicos quanto privados. Em 1922, foi fundado o *Club dos Diários*, o primeiro da cidade, cuja sede social foi construída, em 1927. No decorrer das décadas em estudo, este espaço agregou as famílias das classes alta e média teresinense. Muitos dos flertes iniciados nas Praças Rio Branco, Pedro II, nas instituições de ensino e nas flanâncias urbanas, transformaram-se em namoro, nos salões dos Diários. No embalo da canção, os corpos entrelaçavam-se.

Em seus salões realizavam-se os tradicionais bailes de réveillon, de carnaval, de sábado de Aleluia, da primavera, dentre outros. Bailes cívicos, formaturas, aniversários do Liceu Piauiense, homenagem a políticos e a homens ilustres também ocorriam no Club dos Diários.

Em geral, os bailes realizados eram notícia na imprensa local. Em 20 de dezembro de 1935, por exemplo, eis o que noticia o jornal *O Tempo*:

Estamos informados que foram cedidos os salões do Clube para o baile que na noite de 25 do corrente será levado a efeito em homenagem às professoras normalistas diplomadas em 1935. Sabemos que a 31 haverá partida oficial do Clube, revestida de grande brilhantismo, e que a 1º de janeiro será empossada a nova Diretoria.³⁴⁶

Em 2 de janeiro de 1936, o Diário Oficial registra que a festa que saudou a entrada de 1936, “decorreu em um ambiente de maior cordialidade e elegância”. Conforme a nota, o que Teresina possui de “mais fino e distinto em sua alta sociedade”, estava presente nos salões aristocráticos do Clube dos Diários, destacando-se “S. Excia, o Sr. Dr. Leônidas Melo, preclaro Governador do Estado, além de altas autoridades federais, estaduais e municipais e membros da fina sociedade de nossa terra”. As danças tiveram início às 9 horas da noite e à meia noite, “em dois rádios receptores distribuídos no amplo e luxuoso salão de honra da prestigiosa sociedade, foi ouvido o discurso pronunciado no Rio de Janeiro por S. Excia o Sr.

³⁴⁵ GLAUCO. Leves, quase alados... *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 270, p. 4, 10 dez. 1926.

³⁴⁶ CLUBE dos Diários. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 648, p. 1, 20 dez. 1935.

Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, com a maior atenção a respeito pela seleta assistência”.[...] ³⁴⁷

No ano de 1943, em relatório, a diretoria do Clube registra que foram realizadas tanto as festas determinadas pelo Regimento Interno, quanto outros bailes, que permitiram aos sócios estreitar e estabelecer amizades. Os estudantes de diversos estabelecimentos de ensino também promoveram festas nos salões do Clube. ³⁴⁸

Freqüentar o *Clube dos Diários* era a menina dos olhos de muitas moças e rapazes, mas nem todos que tinham esse desejo eram filhos de sócios. Teresina recebia moças e rapazes de cidades do interior do Estado, que se dirigiam à capital, para dar continuidade aos estudos. E muitas famílias, com proles numerosas, não tinham condições de arcar com despesas relativas à hospedagem, ao estudo e ao lazer. Este último, às vezes, era sacrificado, de maneira que, para algumas moças e rapazes, não eram muitas as possibilidades de frequentar bailes no referido clube. Aqueles e aquelas, cujos pais não eram sócios, limitavam à frequência a bailes cujos ingressos eram vendidos ou nos casos em que eram convidados pelos sócios.

No final dos anos 1940, essa era uma prática comum. Inclusive, a diretoria dos Diários vinha tentando discipliná-la. Em matéria publicada em 8 de fevereiro de 1947, a então diretoria adverte aos sócios que, conforme o estatuto, só poderão levar pessoas estranhas ao Clube, no caso de pessoas residentes fora de Teresina, que estejam na cidade acidentalmente. Nesse caso, os sócios teriam o direito de solicitar dois convites para as festas oficiais. A proibição compreendia os filhos dos sócios maiores de 21 anos, acrescentava a matéria. ³⁴⁹

Aos domingos, o Clube oferecia matinês, aos quais moças e rapazes dos segmentos mais abastados se dirigiam, após a missa na Igreja do Amparo. Muito animadas, era um grande momento de encontro jovem. Sabedor dessa função social das matinês, em junho de 1948, um articulista reclama da decisão do Club dos Diários em reduzir para uma vez por mês as reuniões dançantes que se realizavam todos os domingos, sob a alegação de não dispor de recursos para pagar a Orquestra. Contraargumentava o articulista que o clube contava com 500 sócios, logo não havia baixa arrecadação. Ademais, excluindo as festas, o Clube só oferecia jogos de gamão e de damas em seus salões, das 8 às 10 horas da noite, o que o articulista achava muito pouco em relação ao preço da mensalidade. ³⁵⁰

³⁴⁷ O NOVO ano, no Clube dos Diários. *Diário Oficial*, ano 6, n. 1, p. 4, 2 jan. 1936.

³⁴⁸ CLUBE dos Diários. *Gazeta*, Teresina, ano 32, n. 1376, p. 4, 25 abr. 1943.

³⁴⁹ CLUBE dos Diários. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 186, p. 4, 8 fev. 1947.

³⁵⁰ CLUB dos Diários. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 360, p. 1, 23 jun. 1948.

Nos anos 1950, para ingressar nas matinês não era necessário ser sócio, o requisito era o bom comportamento e o traje adequado. Nesse período, Mundiquinha Machado e suas amigas eram assíduas frequentadoras. Rememorando esse tempo, acentua:

Essas matinais eram maravilhosas, dançávamos ao som de boleros, mambos, sambas, baião, fox, etc. Quando tocava o bolero ‘Pecadora’, o mambo jambo, o ‘Beguin the beguin’, ninguém ficava nas mesas, o salão ficava repleto de dançarinos.³⁵¹

Nessa década, o Clube dos Diários foi palco de festas de misses, formaturas, réveillons e carnavais. Na memória de quem as vivenciou, essas festas são consideradas inesquecíveis, como o foram para Mundiquinha Machado.³⁵² Essa condição associa-se, às sociabilidades, aos namoros e amores vividos nos velhos salões dos Diários.

Nos anos 1920, 1930 muitas *casas de família* deram lugar a grandiosos saraus e festas. Inúmeras foram as festas realizadas em decorrência de casamentos, aniversários, formaturas, homenagens ou pelo simples prazer da dança. Ao rememorar seus primeiros anos em Teresina, no início dos anos 1920, Moura Rego acentua que era uma

[...] época em que as principais residências tinham sempre um piano na sala de visitas, onde um ou outro membro da família ou visitantes faziam música tocando valsinhas seresteiras e tangos argentinos ou acompanhando improvisados cantores. Radagásio Maranhão e, um pouco mais tarde, Dionísio Brochado, são dois dos pianeiros mais conhecidos a brilhar nos saraus familiares de Teresina.³⁵³

Nesses saraus, alguns amores foram alcovitados pelo violino de Moura Rego, “falando ou cantando baixinho aos ouvidos e ao coração das namoradas: Rosilda... Lourdinha... Maria Luísa... Maria...”³⁵⁴ Carlos Castello Branco, que nasceu em 1920 e deixou Teresina em 1937, lembra que em Teresina “se dançava em qualquer casa onde houvesse moças”.³⁵⁵

Moças e rapazes também promoviam festas em *casas de família*. Por exemplo, em 18 de janeiro de 1936, o Diário Oficial noticiou a realização de uma *soirée* dançante pela Liga Esportiva 11 de Agosto, do Centro Estudantil Piauiense, em benefício próprio. A *soirée* aconteceu na residência do Dr. Benjamin Granjeiro, delegado fiscal.³⁵⁶

³⁵¹ MACHADO, Mundiquinha. *Ano 2000: 50 anos dos anos 50*. Teresina, 10 jul. 2000.

³⁵² MACHADO, 2000, p. 4.

³⁵³ REGO, R., 1988, p.26.

³⁵⁴ *Ibid.*, p.27.

³⁵⁵ CASTELLO BRANCO, Carlos. Teresina na distância. In: TITO FILHO, A. *Teresina meu amor*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p. 20.

³⁵⁶ SOIRÉE dançante. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 14, p. 8, 18 jan. 1936.

Nessas inúmeras diversões, era possível passar do olhar ao contato físico. Incorporados os sentimentos de embaraço e de vergonha, típicos do processo civilizador,³⁵⁷ na estrutura de afetos, os bailes propiciavam contatos legitimados pelas regras de decência. Assim, mesmo aquelas e aqueles que não eram bons dançarinos, em geral, dançavam. A esse respeito Moura Rego, que nasceu em 1911, confessa:

Nunca fui bom dançador. Minha dança era desajeitada, deselegante. Praticava-a mais pela oportunidade que me dava de abraçar as namoradas na presença dos outros sem constrangimento.³⁵⁸

Além de abraçar, o baile permitia outros contatos. Era momento oportuno para apertar e encostar um corpo no outro. Em julho de 1920, uma preocupada mãe solicitava espaço no jornal *O Nordeste*, para advertir pais, mães e responsáveis acerca dos exageros da dança. Eis um trecho de sua carta:

Como é sabido, nos não encontramos ainda um outro meio de diversões familiares. Somente a dança alegre a mocidade. Rapazes e senhoritas não se habituam, não querem, não suportam, não tentam, não ensaiam outra maneira de se divertir em Teresina. [...] Pois vamos com a dança, mas, por Deus! Paremos um pouco a carreira em que vamos. A dança, como todas as outras artes, tem o seu lado moral e imoral. Tem como toda medalha, verso e reverso. E é justamente por isso que o mesmo tango é dançado de modo diferente nos salões de famílias e nos salões menos iluminados... E o que está dando que falar é se querer uniformizar tudo.

Um fato que observei há pouco tempo esclarece melhor o meu pensamento: - Uma alegre *soirée*. Estava presente uma amiguinha, tendo no colo um bonito ramo de bergonhas. Em dado momento, um dos nossos 'almofadinhas' foi com ela dançar um desses tangos que, segundo o ilustrado dr. Plácido Barbosa, chamam-se 'esquenta barriga', nome que julgo impróprio, uma vez que, segundo me parece, esquentam todo o corpo, desde o seio a uma boa porção das pernas. Mas vamos ao caso: - Ao terminar a dança, se é que é dança aquele remexido exagerado, as lindas bergonhas do lindo colo da minha camaradinha estavam em papa, deixando no seu vestido de seda clara, uma grande mancha rubra... O seu par que dançava tão unido, tão escandalosamente ligado à rapariga, que as flores morreram de arrocho, numa dolorosa angústia de sufocação.³⁵⁹

Longe de ser uma voz isolada, a postura dessa mãe parece expressar a mentalidade dominante no período. Nos anos 1920, diante da incorporação de novos ritmos, pais, mães e responsáveis consideravam que a honra de suas filhas e tuteladas estava em perigo. Através de

³⁵⁷ ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. 1.

³⁵⁸ REGO, Raimundo Moura. *As mamoranas estão florindo*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p. 179.

³⁵⁹ M...SENHOR redator. *O Nordeste*, ano 1, n. 32, p.5, 3 jul. 1920.

suas vozes, percebe-se que o momento da dança era de explosão de sensualidade e de erotismo.

Importa destacar que nos bailes a reputação feminina poderia sofrer arranhões. Não eram apenas as mães, os pais ou responsáveis que observavam a dança, aqueles e aquelas de *língua ferina* também o faziam. Tanto no interior dos bailes, quanto no sereno, exercia-se controle sobre o comportamento feminino. Dada a importância da honra feminina, todos os olhares se voltavam para os corpos das moças. Se a jovem não dançasse conforme os preceitos da moral e dos bons costumes, seu nome era objeto de comentários e de admoestações.

Acentua Carlos Penna Botto, Capitão dos Portos, no Piauí (1929-1930), que quem ia para o sereno ia acompanhado de

[...] um pequeno instrumento, contundente e cortante, que é de absoluta necessidade para quem vai a qualquer ‘sereno’; sem ele ninguém está equipado para a função...

É a ‘tesoura’!!

Sim, uma tesoura afiada, para cortar na pela alheia.

O ‘sereno’ é uma excelente escola de corte.

O ‘serenista’ treinado diz com exatidão, finda a festa, quantas vezes Fulano de Tal dançou com a Fulana de Tal e quais foram as moças que ‘fizeram crochet’ – isto é, que não dançaram e ficaram assentadas todo o tempo; diz mais qual a vestimenta e o penteado de cada qual, se a senhorita ‘tal’ dançou ‘agarrada’ ou não, se os velhos namoros continuaram (conhecidos e catalogados por todo o serenista que se preza...), se houve namoros incipientes, etc.³⁶⁰

O sereno a que se refere ao autor era um costume local, diz respeito à assistência não oficial. Nas festas públicas e privadas, serenistas eram aqueles e aquelas que ficavam do lado de fora, ao relento, próximo às janelas ou às portas das casas, dos clubes em que se realiza a festa. Às vezes, o sereno era mais animado que a festa. Quanto à participação, havia populares e membros dos setores mais abastados.³⁶¹ O sereno era forma de diversão que promovia controle social, sobretudo, dos amores.

Possivelmente, em decorrência da educação familiar e do controle social, tenha se delineado o seguinte quadro descrito por Botto:

Poucas moças dançavam o tango argentino, nenhuma o ‘charleston’; não gostavam de conversar durante as danças, dançavam mudas e com toda a atenção concentrada nos passos e, uma vez finda a música, agradeciam bondosamente aos cavalheiros e os deixavam incontinenti no meio da sala...

³⁶⁰ BOTTO, 1931, p. 136.

³⁶¹ Ibid., p. 136.

Nada de conversas, nem de misturas de saias com calças...³⁶²

Zeneide Figueiredo, tia de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, no início dos anos 1920, com o namorado João Paulo Leão Monteiro formavam um par de exímios dançarinos de tangos, conforme conta o sobrinho. Gersila Figueiredo, a irmã mais nova de Zeneide, considerada a mais expansiva e namoradeira da família, dançou o *Charleston*. Um dia, sua mãe, D. Júlia, “a pilhou ‘feito uma louca’, ciscando que nem galinha no meio do sótão. ‘Que é isto? Está ficando doida? Já pra casa!’ – Mamãe é o *Charleston*, uma dança nova na última moda, explicou – sem êxito – a garota”.³⁶³

No início dos anos 1940, segundo Yara Vilarinho,

dançava mais era valsa, xaxado, baião. O baião já se dançava muito, quando eu estava lá na universidade, eu dançava muito baião. O samba, só que não era esse samba solto, não. Tudo era dança, a dança toda era dois a dois. Era ligada. Não era essa dança de hoje maluca, não. Não havia esses shows.³⁶⁴

Nesse período, a despeito da preocupação de pais, mães e responsáveis, os jovens continuavam aproveitando os bailes para estreitar os contatos físicos. Conta Raimundo Nonato Monteiro de Santana, da mesma geração de Yara, que, durante a dança, “Quando encostava, ela dizia: olha o papai está vindo! Fica aí, fica aí, não encosta muito não! Era assim! Era interessante [risos]!”.³⁶⁵

Contudo, apertar e encostar eram burlas, pois, comumente,

Ninguém dançava assim colado não! Eu, por exemplo, quando comecei a dançar... as moças ficavam um pouco afastadas da gente, aí nós fazíamos que íamos para trás e íamos para frente e batíamos na moça, mas isso nós fazíamos quando os pais não estavam vendo.³⁶⁶

Nos anos 1940, beijos na frente também deveriam ser furtivos e dados longe dos olhos da mãe, do pai ou do responsável pela jovem. Quando visto, o resultado poderia ser doloroso para o rapaz, pois,

[...] A coisa era tão séria, que lá houve um baile lá na minha terra, um deputado, esse deputado _____ com a namorada dele, ele foi beijando,

³⁶² Ibid., p. 134.

³⁶³ MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p. 123.

³⁶⁴ OLIVEIRA, 2007.

³⁶⁵ SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

³⁶⁶ SANTANA, 2007.

no meio da dança deu um beijo na cabeça da namorada, quase que ele saía do clube, quase o colocaram para fora. Só não o colocaram porque papai era tio dele e interferiu. Isso só devido ao beijo que ele deu na cabeça da moça.³⁶⁷

Os mesmos rapazes que apertavam a namorada ou a beijavam em momentos considerados propícios vigiavam as irmãs e as parentas. A honra, atributo da identidade do nordestino, conforme mostra Durval Muniz de Albuquerque Júnior,³⁶⁸ informava a subjetividade dos rapazes. Eles se sentiam responsáveis pela manutenção da honra e da reputação das moças da família. Caso a irmã estivesse dançando com o corpo colado ao do rapaz, o irmão a retirava da dança. Quando isto acontecia, em geral, o baile estava acabado para a jovem.

Para alguns pais, não ficava bem que suas filhas dançassem com certos rapazes. De maneira especial, desconfiava-se daqueles que eram de fora. Muitas moças, ao sair de casa, eram avisadas: se dançar com viajante, volta para casa imediatamente! Os rapazes que não se comportavam adequadamente no momento da dança e que bebiam em excesso eram vetados. Em geral, os rapazes cuja frequência aos cabarés era assídua, que não quisessem estudar ou trabalhar ou que fossem considerados maus filhos não eram bem vistos.

Na verdade todo o cuidado dos pais, das mães, dos irmãos e dos responsáveis decorria do fato de o baile ser um espaço de exploração do corpo e da sensualidade, ainda que de forma furtiva. A esse respeito, eis o seguinte trecho da obra *Club dos Diários*, de Pedro S. Ribeiro.

Quando o cine REX, exibiu os primeiros filmes mexicanos, com eles veio o mambo. O ritmo invadiu simultaneamente o Clube dos Diários e os bordéis. A juventude, mal a orquestra atacava, fosse o bolero ou o mambo, nos Diários, trocava a periferia pelo centro e colhia o proveito. Quando descia à Raimundinha, acaso repetisse a façanha, a matrona advertia o par da inconveniência não recomendável ao local, a repetir: ‘você não estão no Club dos Diários, portanto, mais respeito’.³⁶⁹

Ironizando, ao insinuar que nos salões do cabaré de Raimundinha Leite dançava-se com mais recato que no Clube dos Diários, o autor afirma que os jovens também *tiravam proveito* nos Diários. Em outras palavras, que a fruição do corpo e da sensualidade durante a dança não era apanágio dos bailes da periferia, nem dos salões da Paissandu.

³⁶⁷ OLIVEIRA, 2007.

³⁶⁸ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

³⁶⁹ RIBEIRO, Pedro. *Club dos Diários*. Teresina: Halley, 2003. p. 135.

A proibição que envolvia os corpos das *moças de família* erotizava o encontro dos corpos, favorecendo a expressão de sentimentos e sensações durante a dança. Ao abraçar a musa do desejo, cujo corpo havia sido desvelado através da fantasia, nem sempre era possível manter o autocontrole. No embate entre a necessidade de contenção dos impulsos exigida pelos costumes e o desejo, muitas vezes o segundo se tornava o vencedor.

De tal monta era a importância do baile para a formação do par, que o ato de dançar era sinônimo de namorar. Pais, mães, responsáveis e enamorados compartilhavam essa visão. Lembra uma entrevistada que “a gente namorava mais era nos bailes, era dançando, dançando aparecia conversa de todo jeito! Era dançando”.³⁷⁰

Para as moças, o fato de o namorado dançar com outra jovem era considerado desrespeito, desprestígio e traição. Lenita, namorada de Dino, *alter ego*, de Moura Rego, no início dos anos 1920, uma vez o ameaçou: “- Se dançar com ela está tudo acabado, não me procure mais”. A rival era a prima Dulce.³⁷¹

Para evitar a fiscalização e o controle de que eram alvos os enamorados, uma das táticas utilizadas era trocar de par no meio do salão.

Quando o rapaz gostava, só não podia dançar a festa toda porque o povo falava, mas combinava com outros amigos e eles tiravam... As pessoas vinham e tiravam para dançar. Se ali tivesse um que se interessava em mim, combinava: tu tira fulana e no meio do salão tu me entrega. Era assim. Às vezes, a gente dançava a noite toda quase só com um rapaz, mas assim. A gente estava sentada, quando acabava de dançar, sentava. Vinham tirar a gente, vinham muitos tirar a gente e ficavam dando para aquele, combinavam antes. Quantas vezes eu dancei a festa quase toda com um rapaz, mais de dez tinham vindo me tirar, mas só faziam começar, chegavam, no meio do salão... Eu achava era bom. Principalmente se o moço dançava bem.³⁷²

No baile, a iniciativa cabia ao rapaz, somente ele poderia convidar a moça para dançar. A jovem limitava-se a olhar e a expressar gestos que demonstravam interesse e consentimento. No máximo, podiam contar com a ajuda de um amigo ou de uma amiga que atuavam na composição do par. Inclusive, este papel poderia ser desempenhado por parentes. Senhô, tio de Moura Rego, estimando o casamento do sobrinho com a prima Dulce, no baile em homenagem à sobrinha, disse ao sobrinho:

³⁷⁰ OLIVEIRA, 2007.

³⁷¹ REGO, R., 1985, p. 179.

³⁷² OLIVEIRA, 2007, p. 46.

- Que é isto, rapaz? Vai deixar a noiva fazendo crochê a noite inteira? A festa é de vocês, vamos animar isto!
E tomando a sobrinha pelo braço, passou-a a mim.³⁷³

A timidez e a relutância do rapaz poderiam ser vencidas mediante disputas entre amigos. Raimundo Nonato Monteiro de Santana, nascido em 1926, conta que, no seu tempo de juventude, “A gente dizia: vai! Vai! Vai! Tinha sujeito que nem queria tirar para dançar, a gente dizia: Vai! Vai! Se tu não fores, eu vou apertar tua namorada [...]”.³⁷⁴

Segundo Augusto Castelo Branco, nascido em 1926, diante de olhares e gestos indicativos do aceite da jovem, o rapaz

tinha que fazer isso, ia até à mesa onde a moça estivesse pedir para dançar. Pedia a quem tivesse com a moça sentado na mesa, às vezes ao pai ou a quem tivesse sentado na mesa com a moça. [...]No meu tempo ninguém chamava de longe, com o dedo de longe, tinha que ir pessoalmente pedir, falar cara a cara.³⁷⁵

Mas, às vezes, a moça declinava. Nesse caso, o rapaz além do constrangimento era objeto de troça dos colegas e daqueles que compunham o sereno do baile.

Momento ímpar de oferta no mercado sentimental, muitas eram as expectativas e os preparativos que antecediam aos bailes. A primeira preocupação da moça era com a roupa. Em um contexto, que a beleza era vista como obrigação feminina e, ao mesmo tempo, como capital empregado no mercado sentimental, a escolha adequada da roupa era fundamental ao sucesso no baile.

Como em Teresina, em geral, não se dispunha de roupa pronta, em primeiro lugar, era necessário escolher o tecido; em seguida, o modelo; e, finalmente, uma boa costureira. Nos primeiros passos, as jovens podiam contar com o auxílio das amigas, da mãe, das tias, das parentas, bem como das revistas femininas, que, esporadicamente chegavam a Teresina. O *Jornal das Moças*, por exemplo, nos anos 1930, publicava o suplemento *Jornal da Mulher*, em que através da leitura ficava-se informado das tendências da moda e dos tecidos mais usados. Contava ainda com moldes para facilitar o trabalho.

De posse da roupa, o próximo passo era a produção que, em geral, envolvia a rede de amizade. Arrumar o cabelo, fazer a maquiagem era um ritual coletivo, em que as mais habilidosas ajudavam as desajeitadas a se arrumar. A expectativa era produzir um corpo belo,

³⁷³ REGO, R., 1985, p. 179.

³⁷⁴ SANTANA, 2007.

³⁷⁵ CASTELO BRANCO, Augusto Castelo Branco. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

que pudesse atuar na conquista, pois, se as jovens não deveriam expressar verbalmente seus desejos, seu corpo podia fazê-lo.

Nos anos 1950, as jovens contavam com o trabalho de profissionais. Mundiquinha Machado lembra que, quando acontecia uma grande festa, o salão da *Iris Cabeleireira*, situado na rua Benjamin Constant ficava lotado. Para fazer suas *mis-en-plis*, as jovens aguardavam sentadas no chão.³⁷⁶

As casas comerciais viabilizavam a produção feminina. Nos anos 1950, na Casa Carvalho, loja de variedades, as jovens encontravam desde jóias a sapatos. Os cosméticos eram vendidos por Seu Wady ou no Camiseiro. Lá encontravam produtos da Coty e perfumes, tais como: Je Reviens, Avant-la fet, Chanel n. 05, Noit de Long Chanips, Nantes, Jean Patou, dentre outros.³⁷⁷

Nas produções, as moças não deveriam exagerar. A roupa e a maquiagem precisavam ser adequadas à condição de *moça de família*. Era necessário saber dosar. Isto posto, principalmente, para aquelas que viveram a juventude nos anos 1920 e 1930. Nesse período, havia desconfiança em relação aos artifícios que pudessem aumentar o poder de sedução feminino. Ao mesmo tempo em que o mercado passava a disponibilizar cosméticos e a fomentar seu consumo, criticavam-se os excessos. Mesmo nos anos 1950, para aqueles mais tradicionais, havia reservas quanto ao uso de maquiagem.

Entre atos de pentear o cabelo, pintar os lábios, os olhos, irrompiam sonhos, desejos, expectativas: aquelas que não tinham namorados esperavam arranjar; as que tinham, esperavam mantê-los, outras satisfaziavam-se com um flerte. Yara Vilarinho, relembrou o primeiro baile, em Fortaleza, quando estudante do curso de Farmácia, no início dos anos 1940, acentua:

Era o dia todo! Só pensando nas pessoas com quem íamos dançar, e se fulano ia me dar um fora... E quando o baile era bom, que eu me lembro o primeiro que eu fui, em Fortaleza, foi uma maravilha esse baile, mas foi de um jeito que foi até engraçado. Eu fui e cheguei em casa umas duas horas do baile e me deitei e quando fui dormir era bem cinco horas, só pensando nos rapazes com quem eu tinha dançado. Tinha um rapaz muito bonito que eu tinha dançado, um militar fardado que tinha lá, que eu fiquei até impressionada com ele, e eu estava ainda ouvindo aquelas músicas, aí fui cochilando, a música foi baixando, baixando, até que eu adormeci, isso já era bem quatro horas da manhã. Aí assim aquela noite foi tão boa, tão maravilhosa que até o sono... Eu fui sentar e escrever aquilo ali antes que eu não acertasse mais para escrever. Ah! a vida da gente era tão boa porque a gente tinha muita emoção, tinha muito romantismo, hoje em dia não tem

³⁷⁶ MACHADO, 2000, p.5.

³⁷⁷ Ibid., p.4.

mais, antes os homens eram todos românticos... Hoje em dia tudo é prático demais, sei lá, mas era muito bom...³⁷⁸

No dia seguinte ao baile, era tempo de conversar com as amigas. Era tempo de avaliar os acontecimentos como também atualizar aquelas que não puderam ir.

Quando a gente vinha da festa, tinha que contar quem viu e quem não viu. Quem se comportou mal, quem não se comportou. Era assim. Com quem dançava. Quando uma não ia, íamos todas para a casa daquela que não tinha ido, para contar o que tinha acontecido. Tudo que acontecesse tinha que contar para as amigas.³⁷⁹

Vários adjetivos qualificavam os bailes. Poderiam ser felizes, tristes, decepcionantes, arrasadores. Nem sempre as jovens dormiam felizes, assim como Yara, após o primeiro baile, em Fortaleza. Às vezes, a dor imperava o restante da noite. Era triste presenciar o namorado de baile anterior dançando a noite inteira com uma jovem bela e produzida. Ir a bailes era correr riscos! E um deles era o de perder o namorado.

Como boas usuárias da arte do fraco,³⁸⁰ diante da possibilidade de pegar um *fora*, algumas moças preferiam não ir ao baile a enfrentar situação considerada constrangedora. Se não era possível concorrer, pelo menos não seriam desqualificadas no mercado sentimental. Pelas regras dominantes, a corte, a insistência, a formação do par, deveriam se processar por ação masculina. A jovem, por sua vez, sabedora de seu valor enquanto mulher deveria escolher entre os pretendentes, cabendo a ela impor limites à relação e dar *o fora* no rapaz, quando conveniente. Quanto mais cortejada a moça fosse, mas valorizada era. Assim, concorrer por um rapaz, era uma prática que desvalorizava a jovem.

Contudo, manter vários pretendentes nem sempre era tarefa fácil, pois havia concorrência.

Eu me lembro que uma vez, foi nas férias, eu estava de viagem marcada para Teresina. Quando chegou uma moça muito bonita lá e tinha um rapaz, um telegrafista, eu não queria nada com ele, não, porque eu achava ele atrasado, mas como ele dançava muito bem e eu queria dançar nas festas, então eu o agradava para poder dançar. E nesse dia... Eu ia viajar para Teresina, faltavam uns quatro dias, aí chegou essa moça lá de Floriano. Chegou uma moça na cidade, era uma novidade! Todo mundo queria namorar aquela moça, se ela ia para uma festa todo rapaz queria dançar, porque era novidade. Podia ser uma onça, mas era novidade. Quando ela chegou, uma amiga minha disse: Yara, cuidado, fulana chegou, é de Floriano, é já que o –

³⁷⁸ OLIVEIRA, 2007

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1 artes de fazer. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

como é o nome dele? Esqueci até do nome dele! É já que fulano vai namorar com ela. Eu disse: eu não estou me importando, eu vou para Teresina depois de amanhã. E tu vai ao baile? Não vou ao baile, não. Eu sei que ele vai namorar com ela, se é de ele me dar um fora, eu prefiro não ir ao baile, eu sei que ele vai dançar a noite todinha com ela, porque ela é novidade. Dito e feito! Eu nem fui. No outro dia, soube o comentário. Eu não tomei um fora porque eu não estava lá.³⁸¹

As moças que ficavam fazendo crochê, isto é, que não eram convidadas para dançar ou dançavam pouco eram objeto de comentários, pois fazer crochê, as desqualificava no mercado sentimental, era indício de que não tinham pretendentes. No sereno dos bailes, os frequentadores e frequentadoras, em geral, observavam o que acontecia e não eram apenas as que faziam crochê que era alvo de *línguas ferinas*. Após o baile, a cidade ficava sabendo quem dançou com quem, quem estava de namoro firme, quais os namoros malogrados, quais eram as moças mais prestigiadas, as menos, as que *seguravam vela* e ainda, aquelas que dançaram muito agarradas.

O sereno e seus comentários foram recorrentes no período em estudo. Nos anos 1950, assistir aos bailes do lado de fora era uma diversão bastante atrativa. José Elias Martins de Arêa Leão recordando esses anos destaca que, na cidade,

tinha aquela fofoca das pessoas que ficavam olhando, eram como se fossem os repórteres, os jornais eram pequenos, só davam notícias pequenas. Existia um sereno em todas as festas. Aí no dia seguinte a cidade inteira sabia, porque as pessoas do sereno sabiam quem dançou com fulano, quem foi que agarrou fulano, fulano beijou fulana, a mulher do sicrano se agarrou com fulano. Tudo isso a cidade no dia seguinte sabia.³⁸²

Os bailes carnavalescos davam muito trabalho aos serenistas e as serenistas! Se os bailes ordinários eram propensos aos excessos, dada a contenção dos costumes, nos carnavalescos, sob a embriaguez do lança-perfume, reinava a sensualidade. No reinado de Momo, festejava-se o corpo e desejo.

Esses bailes eram dos mais esperados. Nos anos 1920, particularmente festivos, foram marcados por animados carnavais. A década despertou sob vivaz carnaval. Em 1920, Teresina brincou intensamente. Os bailes constituíram a nota principal dos festejos a Momo. Neles, senhoras e senhoritas exibiram ricas toaletes em três bailes, o primeiro na casa do dr. Costa

³⁸¹ OLIVEIRA, 2007.

³⁸² LEÃO, José Elias Martins Arêa. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

Araújo Filho; o segundo de responsabilidade de ‘Os Quarenta Turunas’, nos salões do palacete do coronel Antônio Ferraz e o último na residência do coronel Cazuza Avelino.³⁸³

Em 1924, o carnaval foi vibrante! Segundo um cronista,

‘Foliões na Zona’ foram incansáveis; ‘Diários’ perdeu, como prevíamos a sua austeridade costumeira e teve, por assim dizer, um dos seus mais ruidosos sucessos; ‘Fanfarrões’ posto que só desse uma partida, não desmereceu o seu costumeiro valor; ‘Bloco da folia’ manteve-se na altura de sua tradição; ‘Petit Club’, como sempre, fez o encanto e o enlevo dos seus mimosos e garruchos associados.³⁸⁴

Nessa década, durante os dias que antecediam o reinado da folia, a imprensa fomentava a animação, criando expectativa e desejo. Em 11 de fevereiro de 1926, lê-se no jornal a *Imprensa* que

Em todas as rodas carnavalescas, é cada vez mais intenso, mais animado, mais promissor o movimento em torno às festas de Momo. Todos os clubes se esforçam no sentido de ser, este ano, a mais estrondosa, a mais formidável, a mais brilhante possível, a recepção ao deus alegre. Os Fanfarrões não descansam. Têm mesmo os melhores elementos de êxito. Só os nomes das pessoas que compõem, as suas comissões, pertencentes a nossa elite social, são garantia segura da sua força e a melhor prova de excelentes condições em que o destemido club vai entrar na luta.³⁸⁵

Em 1927, durante os dias que antecediam o reinado da folia, Momo espreguiçava-se! À noite, grupos percorriam a cidade, com flautas e violões entoando “hinos consagrados ao deus da folia”. Nessas passeatas, para alcançar os triunfos do deus da alegria, os foliões despertavam e distendiam os músculos entorpecidos pelo sono de um ano.³⁸⁶ Com músculos aquecidos, o *Club dos fanfarrões*, o *Petit Club* e o *Obuz*, além de animar as batalhas de lança-perfume, confete e serpentina, na praça Rio Branco, promoveram grandes bailes.

Inebriados, moças e rapazes participavam da organização dos bailes e trabalhavam discretamente em projetos de belas fantasias. A expectativa era reinar nos dias de Momo e quem sabe conquistar um amor.³⁸⁷

Grande era a expectativa criada pelos clubes em torno da presença feminina. Em 27 de fevereiro de 1927, em matéria acerca da primeira partida carnavalesca oferecida pelos Fanfarrões, prometia o cronista:

³⁸³ BAILES carnavalescos. *O Piauí*, Teresina, ano XXX, n. 355, p. 1, 19 fev. 1920.

³⁸⁴ MUTT e Jezz. As festas de momo. *Reação*, Teresina, n. 38, ano 1, 7 mar. 1924.

³⁸⁵ CARNAVAL. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 52, p. 1, 11 fev. 1926.

³⁸⁶ JANSEN. Carnaval. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 36, p. 4, 13 fev. 1927

³⁸⁷ CARNAVAL. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 20, p. 1, 23 jan. 1928.

O que há de ser essa primeira festa, quem já conhece as gloriosas tradições carnavalescas dos ‘Fanfarrões’, pode, desde agora, fazer uma idéia. Não fugirá, porém, a surpresas agradabilíssimas, e, quase todas, femininas. Sabemos já que, naquele ambiente de esplendor e de beleza, há de causar o mais ruidoso êxito aquele encantado ‘grupo’ de Fada Morgana com seu cortejo radioso de estrelas, que faz sonhar aquele ‘sonho de uma Noite de Verão’, de Shakespeare.³⁸⁸

Para moças e rapazes propensos ao amor, oportunidades não faltavam! Além das músicas carnavalescas e de tangos inesquecíveis, que prometiam até *ressuscitar defuntos*,³⁸⁹ as batalhas de lança-perfume favoreciam a aproximação. Contudo, Momo reservava muitas surpresas! E a alegria do deus da folia poderia transmutar-se em tristeza. Eis o que revela certo cronista:

Não achamos que Mlle tenha sido correta com o moço.
Se não queria para que alimentar a fogueira.
Ele vivia enlevado. Fon-fon, fon-fon, fon-fon, e pelo Carnaval o fon-fon correu a valer. [...]
E o moço julgando que a fogueira tinha chegado ao auge correu em cima e, coitado, nem cinza quente.³⁹⁰

Nos bailes, em vez de encontros, poderia haver desencontros! No carnaval de 1929, por exemplo, certo rapaz cobiçava esperançoso *Mademoiselle X*, mas esta “não lhe ligava a mínima importância, preocupada, de corpo e alma, como estava, em reconquistar o Hercílio, o festejado e querido ‘Romeu amarantino’”. Este, por sua vez, era alvo naquela noite de todas as atenções, inclusive, de moças mais atraentes que *sua doce perseguidora*.³⁹¹

Em meados dos anos 1940, os bailes carnavalescos constituíam acontecimento de “alto relevo na crônica elegante da cidade”. Em 24 de fevereiro de 1944, a *Gazeta* fazia referência aos ecos do carnaval daquele ano, nos seguintes termos:

Num ambiente de esfuziante e ruidosa alegria, entre o espocar do champanhe, as nuvens multicores de confete e os duelos de lança-perfumes, decorreram os dois suntuosos *bals marqués* realizados pelo tradicional clube dos Fanfarrões, em nosso único teatro, caprichosamente ornamentado para as grandes festas deste ano. Em peso ali compareceu a nossa sociedade elegante ataviada das mais ricas e imaginosas fantasias.³⁹²

³⁸⁸ CARNAVAL. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 47, 27 fev. 1927.

³⁸⁹ CARNAVAL. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 20, p. 1, 23 jan. 1928.

³⁹⁰ TREPAÇOS. *A Cidade*, Floriano, p. 4, 27 mar. 1930.

³⁹¹ QUEIXUMES de namorados. *A Cidade*, Floriano, ano 2, p. 2, 31 mar. 1929.

³⁹² ECOS do carnaval. *Gazeta*, Teresina, ano 33, n. 1474, p. 4, 24 fev. 1944.

Para aqueles que estavam no outono da vida, como os antigos frequentadores do clube carnavalesco *Os Fanfarrões*, no carnaval de 1946, as festas de Momo eram momentos em que reviviam o passado, “sentido passar pela memória, como um sonho que nos deixa saudade, o seu tempo de moço cheio de entusiasmo e alegria”. Entre as notas de marchas antigas e novas, aflorava a memória involuntária. Emergiam, então, “cordões de belas e graciosas raparigas de sua época, gingando e bailando com o sorriso a aflorar nos lábios”, a chamar para o folguedo.³⁹³

Simultaneamente, aqueles que gozavam da primavera, sob encanto mútuo aproximavam-se. O carnaval continuava sendo uma grande ocasião, para moças e rapazes enamorados, pois possibilitava o surgimento de flertes, de namoros, bem como a solidificação dos pares já estabelecidos. Genu Moraes que, na juventude, costumava organizar blocos, relata em entrevista, que algumas moças e rapazes que faziam parte dos blocos organizados, anualmente, casaram-se. Segundo a entrevistada, houve “muitos casamentos, por exemplo, a Glorinha casou-se com Zequinha Costa, era do bloco de carnaval, a Alda com o Antonio Manoel, filho do desembargador Mano Castelo Branco, também. Nesse tempo eu estava namorando o João Mendes, o João Mendes também era do bloco.”³⁹⁴

Moças e os rapazes que não fisgavam aqueles e aquelas que desejavam não precisavam aguardar o próximo despertar de Momo, durante o ano inteiro contavam com o apoio de forte alcoviteiro – o cinema. Como acontecia o namoro no aconchego desse *tirânico encantador*?

2.4 NO ESCURO DO CINEMA

Nas salas de projeção, muitos flertes e namoros iniciados nas igrejas, nas praças, nas ruas, nas escolas e em suas intermediações mantinham-se, na medida em que oportunizavam a aproximação e o contato. O escuro do cinema favorecia a proximidade física. O cinema possibilitava aos enamorados beijarem-se e acariciarem-se. Os críticos da sétima arte acreditavam que os recintos nos quais os filmes eram exibidos, além de lugares privilegiados para o flerte, eram espaços onde ocorreriam escândalos sexuais.

³⁹³ A CIDADE. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 58, p. 3, 8 mar. 1946.

³⁹⁴ CORREIA, Genu de Aguiar Moraes. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

No início dos anos 1930, a sala de cinema era vista como o lugar ideal para o namoro. No início desses anos, Ribamar Ramos, em *Evas Modernas*, atribuía também às moças essa percepção. Eis a crônica:

Evas modernas

Pela avenida turbulenta passeiam duas encantadoras mocinhas... Duas fascinantes bonequinhas de celulóide...

Corpinhos delgados. Lábios carminados.

- Já sabes? – fala uma delas – estou de ‘beicinho’ com aquele ‘gajo’...

- Ora se! – respondeu a outra

- Pensas que não te vi ontem, a conversar com ele, lá naquele...

- Psiu! Cala-te! – E falando ao ouvido da companheira:

- Não vês que os becos escuros se prestam melhor?...

- Alto lá!... O melhor lugar é o cinema...

- Quem foi que te meteu isso na cachola? Estás completamente enganada.

[...]

- Queres uma prova?

- De que?

- De como o cinema é o ponto...

- Ah! dam’a.

- Pois ouve: há dias eu andava assim por aquele ‘pequeno’... Ele estava ‘duro’. Nem como coisa!...Tive um plano e... zás... foi tiro e queda... Fui ao cinema. Quando as luzes apagaram... eu belisquei o bruto...Besliquei... Besliquei... E do meio para o fim foi aquela ‘garapa’!...

As duas moças riram, à beça, insensíveis aos olhos de lince e aos ouvidos dos curiosos transeuntes.

E continuaram a andar, elegantes, posudas, como se fossem dois melindrosos manequins...³⁹⁵

Além de viabilizar o contato físico e a bolinação, o cinema alterou as expectativas amorosas. Produto por excelência da indústria cultural, o cinema é fruto da expansão capitalista, cuja elaboração demonstra o impacto da técnica sobre a arte, uma vez que se trata de uma forma de arte voltada para a reprodução em série, como demonstra Walter Benjamin. Para o autor, o cinema incidiu no imaginário coletivo, alterando a percepção humana, na medida em que “o filme serve para exercitar o homem nas novas percepções e reações exigidas por um aparelho técnico cujo papel cresce cada vez mais em nossa vida cotidiana”.³⁹⁶

O cinema se espalhou e ganhou importância rapidamente em diversos países do mundo. Simultaneamente, difundiram-se os aparelhos e o gosto pela sétima arte. Além de questões de ordem técnico-científica e comerciais, contribuiu para isso um elemento imprevisto, o apelo ao sonho, à fantasia do espectador, o que, associado à dimensão da experiência de cada pessoa, foi incorporado ao cotidiano, mediante intercâmbios comerciais. Em diferentes

³⁹⁵ RAMOS, Ribamar. *Evas modernas. A liberdade*, Teresina, ano 5, n. 174, p. 3, 23 abr. 1933.

³⁹⁶ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica; arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1). p. 174.

países, a penetração foi viabilizada pelos canais relativos a antigas formas de diversões, como cafés e teatros, bem como por meio de torneios ambulantes.³⁹⁷

No interior do Brasil, o cinema apropriou-se dos caminhos e rotas trilhados por circos, companhias e outros espetáculos, a eles se associando, até o final da segunda década do século XX.³⁹⁸

Não há consenso entre autores se o início das projeções cinematográficas em Teresina ocorreu em 1901 ou 1902. Segundo Higino Cunha,

Em setembro de 1902, surgiu nesta capital, o primeiro cinematógrafo, trazido de S. Luís pelo alemão, Bernadf Bluhm. Era ainda muito rudimentar, pois constava apenas de algumas vistas móveis e fixas.³⁹⁹

O certo é que, no alvorecer do século, a sétima arte emergiu na cidade e a integrou à moderna sociedade de massa, tornando-se a diversão mais atraente nas primeiras décadas do século XX⁴⁰⁰. Quando de sua emergência, “o cinema é raro e curioso; os aparelhos são ambulantes e perfazem um circuito regional, indo das capitais ao interior; as ‘máquinas’ são referidas enquanto tal e chamam a atenção como mecanismos”. E o *hall* do cinema é considerado lugar apropriado para o flerte, então “diversão recente e de efeito momentâneo e fugidio como o das projeções cinematográficas”.⁴⁰¹

Das primeiras projeções ao final dos anos 1910, o Theatro 4 de Setembro foi o espaço das exibições cinematográficas. O cinema só se tornou independente do Theatro, em 1919, com a instalação do Palace Teatro Cinema, na Praça Rio Branco, pela empresa teresinense Silva, Barbosa & Cia.⁴⁰² Em outubro de 1926, a empresa Martins & Carvalho instalou o Cinema Olímpia, no prédio em que funcionava o Cinema Palace. Segundo um cronista,

O amplo salão de exibições é dotado de elegante e cômodo mobiliário, ventilado fartamente por rotulamento mosaicado, com ‘cabine’ de cimento armado, tela de gesso e excelente acústica. É, sem dúvida, o melhor ponto de reunião de todo o Estado. A sala de espera dá-lhe um aspecto distinto, com mobiliário rico, espelhos de cristal e luxuosos reposteiros. A fachada é muito ‘artística’, é ornada com iluminação abundante.⁴⁰³

³⁹⁷ QUEIROZ, Teresinha. Retrato do cinema quando jovem. In: _____. *História, Literatura, Sociabilidades*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998b. p. 193.

³⁹⁸ QUEIROZ, T., Retrato..., 1998b, p. 194.

³⁹⁹ CUNHA, Higino. O cinematógrafo. *O Piauí*, Teresina, ano XXXII, n. 502, p. 18 ago. 1921.

⁴⁰⁰ QUEIROZ, T., 1998b, p. 35.

⁴⁰¹ QUEIROZ, Teresinha. *As diversões civilizadas em Teresina: 1880-1920*. Teresina: FUNDAPI, 2008. p. 52.

⁴⁰² QUEIROZ, T., 2008, p. 61.

⁴⁰³ PALCOS e telas. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 220, p. 4, 6 out. 1926.

O público era formado tanto pelos populares quanto pelas classes alta e média. Crianças, moças e rapazes, adultos, empregadas domésticas, caixeiros-viajantes, comerciários, profissionais liberais, meninos de recado compunham indistintamente o universo dos espectadores. Conforme Teresina Queiroz, o fato de todos os segmentos sociais frequentarem o cinema, no começo do século, em grande medida é decorrente das poucas exigências de vestuário e das entradas com preços diferenciados.⁴⁰⁴

No início dos anos 1920, os aparelhos perdem espaço e os filmes e artistas ocupam o centro da crônica cinematográfica. Quanto aos frequentadores, encontram-se habituados à nova diversão.⁴⁰⁵ Nesse período, ir ao cinema era um hábito, geralmente, semanal. E para incentivar a frequência, o Cinema Olímpia oferecia uma sessão gratuita às normalistas,⁴⁰⁶ que compareciam em peso e atraíam também a clientela masculina.

Nesses anos, a cinematografia européia entrava em colapso, inviabilizando a venda de celulóide e de equipamentos baratos aos países latino-americanos. Com o declínio da indústria cinematográfica européia, os Estados Unidos dominaram a produção, a distribuição e exibição de filmes no mundo. O mercado de distribuição cresceu, rapidamente, enquanto se multiplicaram as salas de cinema por toda parte.⁴⁰⁷

Tanto aqueles favoráveis à sétima arte quanto os que a criticavam usavam termos, como encanto, sedução, fascínio e magia para qualificá-la. A associação ao mundo do sonho e do encanto também está presente na memória daqueles e daquelas que viveram a infância e a juventude no período em estudo. É ilustrativa a seguinte memória de M. Paulo Nunes, nascido nos anos 1920: “De mim posso dizer que a influência do cinema foi das mais determinantes, daí porque tenho a mente plena de lembranças as mais fascinantes dessa arte encantatória”.⁴⁰⁸

Era comum que meninos e meninas, moças e rapazes se apaixonassem por astros e estrelas. De tal forma que as lembranças do cinema fazem parte da memória de muitos homens e mulheres que viveram a infância e a adolescência no período em estudo. João Paulo dos Reis Velloso, por exemplo, conta

[...] me apaixonei por uma atriz, minha primeira paixão. Foi quando assisti – devia ter 10, 11 anos – a *Romeu e Julieta*, dirigido pelo George Cukor, com

⁴⁰⁴ QUEIROZ, Teresinha. Cinema, invenção do diabo? In: QUEIROZ, T., 1998b, p. 42.

⁴⁰⁵ QUEIROZ, T., 2008, p. 63.

⁴⁰⁶ ECOS e fatos. *A Imprensa*, Teresina, ano 2, p. 1, 13 nov. 1926.

⁴⁰⁷ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____ (Org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil, v. 3). p. 598.

⁴⁰⁸ NUNES, M. Paulo. Memória do cinema. In: _____. *Modernismo e vanguarda*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2000. p. 347.

Leslie Howard e a Norma Shearer. Eu me apaixonei por ela, passei dois dias completamente apaixonado.... [...] passei dois dias pensando nela... Nunca vi uma mulher tão bonita. Era um pouquinho vesga, mas nem percebi isso na época. Depois, revendo os filmes dela, é que comecei a observar esse detalhe.⁴⁰⁹

Tamanha era a sedução exercida pelo cinema, que os meninos, quando não podiam pagar o ingresso, *varavam*. Eis o que conta A. Tito Filho, acerca dessa aventura no início dos anos 1930:

Bem vivas as recordações dos dias em que o castigo paterno recusava o dinheiro semanal da diversão. Que fazer? Bolsos vazios, surgiria o moleque, igual aos outros pela forma personificados: falta dos tostões para o reencontro dominical com artistas e bandidos cinematográficos de Hollywood. O jeito estava em **varar** o cinema e **varar** correspondia a atitudes de acrobata de circo: a gente saltava a grade de ferro do 4 de Setembro. Chegava-se à área arborizada. Daí à parede lateral eram poucos passos – e subia-se com a ajuda das saliências da construção até atingir as janelas do andar superior – sempre abertas por necessidade de ventilação – e facilmente se transpunha a grade. O cinema adquiria mais um frequentador sem pagamentos dos 1\$100 (mil e cem réis) de entrada. Tempo bom da meninice irresponsável.⁴¹⁰

Nessa época, Hollywood estava no auge e o cinema era um assunto corrente entre os jovens. Grande era o fascínio que astros e estrelas exerciam sobre o público. Em comentário acerca da atuação de Lia Torá em *Alma camponesa*, Carvalho Souza assim se refere à estrela:

Esta mulherzinha chega a ser inigualável na sua arte encantadora. Traz nos gestos mansos essa atração divina, esse mistério doce, essa suavidade dominadora, que sabe cativar. Não tem o jeito leviano, o modo estouvado de algumas artistas que conhecemos. [...] na infinita mansidão, nessa maneira docemente linda dos seus gestos e da sua beleza. Não pode haver ente superior no encanto e na doçura. Prende e fascina. Vemos que ela é dona de uma simpatia enternecedora, um coração manso e um espírito ardentemente sonhador. E que olhos lindos, cheios de magia e de bondade, ela possui! E que riso doce e perfumado entre aberto no botão de rosa de sua boca pequenina! É mesmo encantadoramente encantadora! Tem nos cabelos negros uma ondulação graciosa, e nos olhos a magia infinita que ri e canta e chora e geme na alma da gente, como se fosse abismo de amor, porém o que mais agrada na primorosa Lia é a emotividade suavíssima que sabe possuir, que sabe mostrar, onde vemos a espiritualização da sua graça linda, da sua beleza terna, do seu encanto divino.⁴¹¹

⁴⁰⁹ D'ARAUJO, Maria celina; CASTRO, Celso (Org.). *Tempos modernos*: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004. p. 18-19.

⁴¹⁰ TITO FILHO, A. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 18. [Grifo do autor].

⁴¹¹ SOUZA, Carvalho. Lia Torá. *A Liberdade*, Teresina, ano 4, n. 122, p. 2, 25 fev. 1932.

Era comum o fato de moças e rapazes trocarem ideias sobre filmes, atores e atrizes, bem como colecionar imagens dos astros e estrelas preferidos. Essas práticas eram incentivadas pela indústria cultural, que comercializava imagens dos astros e estrelas. Em Teresina, os jornais anunciavam constantemente revistas produzidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, dentre as quais Cinearte. Eis um anúncio publicado em agosto de 1934.

Revistas cariocas. Cinearte.

Recebemos o número do dia 10 deste mês, contendo interessante e variada matéria de redação. Além de grande cópia de ilustrações artísticas, com fotografias referentes a atores e à atividade cinematográfica em geral, traz correspondências, entrevistas e reportagens do representante especial em Hollywood e as seções habituais de apreciação e crítica em torno dos filmes a serem exibidos ou já exibidos. Estampa ainda um artigo sobre ‘a imortalidade de Greta Garbo’, outro sobre o cinema europeu e abundante noticiário sobre as novidades do cinema brasileiro.⁴¹²

No início dos anos 1930, a novidade para os *habitués* era o cinema falado. O pioneiro na implantação foi o Theatro 4 de Setembro, que o inaugurou, em 1933. Arrendado pelos irmãos Alfredo e Miguel Ferreira, que implantaram a empresa Ferreira e Irmãos, com o intuito de explorar o cinema, passou o Theatro a denominar-se Cine-Theatro 4 de Setembro. Em seguida, em 1934, o Cinema Olímpia, que se encontrava fechado, foi reaberto ao público, oferecendo aos amantes da sétima arte a grande novidade.⁴¹³ Acerca desse evento, Orgmar Monteiro narra acontecimento, que permite perceber a importância do cinema no lazer da juventude, nesse período. Segundo o autor, quando da inauguração do cinema falado no Cinema Olímpia, Alfredo Ferreira, representante da empresa em Teresina, não concedeu abatimento de 50% aos estudantes que, em geral, obtinham o desconto, desde que se apresentassem fardados. Os alunos do Liceu, que à época funcionava na proximidade da praça Rio Branco, ao saberem que não teriam direito ao abatimento, jogaram pedras destinadas ao calçamento, no prédio. Resultado: não houve a sessão de estréia. Dias depois, o cinema falado estreou concedendo o desconto aos alunos e, além disso, a empresa instituiu a sessão *Cinema grátis* para as normalistas,⁴¹⁴ como já havia oferecido nos anos 1920.

No final dos anos 1930, os admiradores e admiradoras da sétima arte passaram a contar com uma nova casa. Situado na praça Pedro II, o Cine Rex foi inaugurado em 1939. Em 1941, surgiu o Cine São Luís na proximidade da praça. Assim, o circuito cinematográfico passou a ser a Pedro II, uma vez que lá já funcionava o Theatro 4 de Setembro. Os anos 1930, 1940 e

⁴¹² REVISTAS cariocas. *O Tempo*, Teresina, ano 2, n. 245, p. 1, 16 ago. 1934.

⁴¹³ O OLÍMPIA funcionará brevemente. *A liberdade*, Teresina, ano 7, n. 192, p. 3, 15 jun. 1934.

⁴¹⁴ MONTEIRO, Orgmar. Teresina descalça. Fortaleza: Iocce, 1988. v.4, p.404-405.

1950 são de domínio do cinema, de filas e de salas de projeção lotadas, principalmente, nas sessões matutinas e vespertinas do domingo.

Ao longo do período em estudo era comum a associação do cinema à decadência moral e dos costumes, o que indica desdobramentos locais de uma discussão que tem um caráter universal.⁴¹⁵ Em 1920, Elias Martins, intelectual católico e ferrenho crítico dessa manifestação do capitalismo no campo do lazer, publicou a obra *Fitas*, atribuindo ao cinema todos os males da civilização. Em sua avaliação, o cinema havia propiciado transformações no âmbito da moda, do namoro, do universo lúdico e no imaginário feminino.⁴¹⁶

No namoro, por exemplo, o cinema teria alterado as formas de fazer a corte. Assim, os enamorados trocavam cartas perfumadas, apertos de mão, flores e fitas. Encontravam-se no jardim da praça Rio Branco, onde não faltavam juras, amuos e cenas de ciúmes. Em nome do amor, enamorados insultavam concorrentes, ameaçavam, e os mais afoitos faziam uso de bengaladas e murros.⁴¹⁷

Efetivando contraleitura dessa obra, é possível afirmar que o autor tanto expressa a sedução que o cinema exerceu sobre sua própria percepção quanto capta novas sensibilidades emergentes sob o impacto do cinema.

Nas décadas iniciais do cinema, a associação com o sonho e a fantasia foi se desenvolvendo na medida em que essa forma de arte elaborava uma linguagem própria.⁴¹⁸ Segundo Bazin, “tanto pelo conteúdo plástico da imagem quanto pelos recursos da montagem, o cinema dispõe de todo um arsenal de procedimentos para impor aos espectadores sua interpretação do acontecimento representado”.⁴¹⁹ Quando do cinema mudo, “a montagem *evocava* o que o realizador queria dizer”, acrescenta o autor.⁴²⁰

Na linguagem do cinema mudo valorizava-se o corpo e seus contornos, evidenciando sensualidade e erotismo. As roupas, o colo, o pescoço, a nudez eram explorados de forma expressiva, atingindo a sensibilidade dos espectadores.⁴²¹ O impacto dessa exploração sobre o assistente pode ser flagrado no seguinte trecho, em que Luis Mendes Gonçalves rememora uma das primeiras vezes em que assistiu a exibições cinematográficas, no início do século.

⁴¹⁵ QUEIROZ, T., *Cinema...*, 1998b, p. 41.

⁴¹⁶ MARTINS, Elias. *Fitas*. Teresina: Imprensa Oficial, 1920.

⁴¹⁷ MARTINS, E., 1920.

⁴¹⁸ QUEIROZ, T., *Retrato...*, 1998b.

⁴¹⁹ BAZIN, André. A evolução da linguagem cinematográfica. In: _____. *Cinema: ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 68.

⁴²⁰ BAZIN, 1991, p. 81, [grifo do autor].

⁴²¹ QUEIROZ, T., *Cinema...*, 1998b.

Era muito criança, numa época em que se tem como impenetrável mistério o que há por baixo da saia de uma mulher. O *filme* diria respeito a uma senhorinha muito bonita que vai a uma festa e regressa tarde da noite. Ao chegar em casa, cansada, muda de roupa e deita-se. Mas não consegue adormecer. Sente um fervilhamento no corpo. Levanta-se. Abre a luz. Tem a sensação da picada de uma pulga. E abre o roupão. Desce à frente, a camisola, deixando a nu grande parte dos seios. Faz pressão sobre o decote, com ímpetos de pô-los para fora. Depois o comichão vai à cintura. Transporta-se para as pernas. A rapariga senta-se à cama descalça as meias, quando sente a alfinetada na coxa. E levanta a veste, deixando ver, inteira, a perna roliça. Levanta até que o quadro desaparece. E termina a festa. Entre os assistentes as moças têm risinhos abafados; as casadas ficam sisudas, com olhares vagos; e os homens ficam em *suspense*, como se tivessem perdido o fôlego. E quanto a mim, fiquei-me a perguntar: E o resto? E a pulga? O certo é que a cena me permaneceu na memória, como lembrança inapagável.⁴²²

O que certamente também tirava o fôlego era a nudez em si, igualmente explorada pelo cinema. O nu feminino e o masculino eram trabalhados, desde os anos iniciais do cinema, em geral, em abordagem estilizada, na representação de figuras mitológicas e históricas. Na percepção dos assistentes, contudo, os belos corpos femininos e masculinos poderiam despertar o erotismo.⁴²³

No período, a cama foi outro elemento incorporado, especialmente, nos dramas românticos, como objeto alusivo a relações sexuais. O que em si já denotava forte simbologia com o ato sexual, captada pelos espectadores. Através dos gestos, das roupas, da penumbra, de luzes que se apagam, associados a mobiliários e locais sugestivos, quartos, camas, espaldares de cadeiras e sofás, o cinema produz cenas eróticas que dão asas à imaginação dos assistentes.⁴²⁴

Afetado por essa linguagem, Elias Martins percebia o cinema como um tirânico encantador, um propiciador de intensas sensações, de fantasias, de embriaguez dos sentidos, um sedutor que oferecia um “curso completo de libidinagem pela transparência das formas, pelo destempero da gesticulação, na virulência do contato”.⁴²⁵ O que indica o impacto do cinema em sua própria sensibilidade, na medida em que via, em sua linguagem, uma linguagem erótica, que “derretia armaduras de aço, eletrizando temperamentos de gelo”,⁴²⁶ conforme sugere Teresina Queiroz.⁴²⁷

⁴²² GONÇALVES, L. M. Ribeiro. Lembranças do Amarante. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, Oeiras, p. 78, 1984.

⁴²³ QUEIROZ, T., Retrato..., 1998a

⁴²⁴ QUEIROZ, T., 1998, p. 50.

⁴²⁵ MARTINS, E., 1920, p. 18.

⁴²⁶ Ibid., p. 26.

⁴²⁷ QUEIROZ, T., Cinema..., 1998b.

Em um contexto em que o corpo e a sexualidade eram assuntos tabus, considerados de foro íntimo, o cinema mudo explorava o corpo e a sensualidade feminina e masculina, incidindo nas formas de percepção e sensibilidades de homens e de mulheres.

Através dos filmes, veiculavam-se imagens de jovens que fumavam, que falavam de maneira determinada; imagens de mulheres independentes e ousadas, em uma palavra – modernas.⁴²⁸ Maria Inez Machado Borges Pinto, estudando a cultura de massas e as representações femininas em São Paulo nos anos 1920, argumenta que o cinema, assim como a publicidade e as revistas de fãs veiculavam imagens acerca de jovens mulheres, que “as identificavam com a juventude a modernidade em si”. Para a autora, o cinema permitiu às mulheres sonhar como uma vida diferente, com o fim dos desgastantes afazeres domésticos. As imagens de roupas, de belas maquiagens dotavam o romantismo de novas possibilidades, acrescenta a autora.⁴²⁹

Diante do impacto do cinema, as mulheres alteravam a percepção sobre si mesmas, acerca dos homens, das relações amorosas e de suas obrigações domésticas, passando a desejar uma vida diferente daquela vivenciada por suas mães.⁴³⁰ Possivelmente, captando essa sensibilidade e sendo ferrenhamente contrário a ela, Martins afirmava que a mulher com

Exaltada imaginação, natural pendor para o fruto proibido, circunscrita à labuta doméstica, sem as decepções do meio exterior, campo em que se ferem as competições na conquista do pão, deixa-se embalar pelas regiões da fantasia, praticando a tarefa diurna com indiferença, sem a peculiar atenção e inata competência com que normalmente administra seu pequeno e venturoso reino.⁴³¹

Queixava-se ainda que as mulheres, seduzidas por heróis, por belos galãs e contos de mil e uma noites, deixavam-se estar no universo do sonho e da fantasia, desprezando pretendentes, namorados e maridos. O universo afetivo feminino estaria sendo capturado pelo sonho e ideal do *príncipe encantado*, constatando que os homens reais, que as rodeavam longe estavam de se aproximar dos homens sonhados.

Mesmo aqueles que não criticavam o cinema em si, consideravam salutar selecionar as fitas exibidas às moças, por considerá-las facilmente impressionáveis pelos filmes. Em novembro de 1926, argumentava, possivelmente, um preocupado pai, que as fitas

⁴²⁸ PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cultura de massas e representações femininas na paulicéia dos anos 20. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 139-163, 1999.

⁴²⁹ PINTO, 1999.

⁴³⁰ QUEIROZ, T., Cinema..., 1998a; PINTO, 1999.

⁴³¹ MARTINS, E., 1920, p. 17.

[...] devem ser instrutivas e de grande fundo moral, pois se não compreende que para jovens inexperientes, mal entradas na fase perigosa da puberdade, sejam dedicados esses perniciosos cines romances amorosos, em que o que mais se vêem são profundos, faméticos, absorventes, exaustivos, succulentos, sensualíssimos beijos, que mais se parecem mordeduras, e pavorosas cenas de fácil adultério e outras pouco edificantes, que nada instruem, antes despertam na alma cândida das gentis donzelas, facilmente impressionáveis, o desejo da imitação daquilo tudo, que é apenas uma má escola, uma mentira [...].⁴³²

Em seguida, acrescenta:

Não é fora de propósito, portanto, que vimos sugerir à empresa Ribeiro & Martins, que é tão desejosa de bem servir, a necessidade de selecionar os ‘films’ que exibir às terças-feiras, preferindo os naturais, de viagens ou científicos, como ‘Viagem ao pólo norte’, uma película sobremodo interessante.⁴³³

Esse apelo pode ser lido como uma das reações à erotização do namoro sob o impacto do cinema, cujo centro era o beijo. Importa destacar que, à medida que o amor emergiu como tema cinematográfico, o beijo foi alterando sua forma e significado. Nos primeiros filmes, focalizados à distância, os rostos aparecem apenas próximos. Quando as histórias se tornam mais românticas, eróticas e complexas, os lábios passam a se tocar. O passo seguinte consistiu na movimentação dos lábios. De dimensão sugestiva, o beijo na boca passou à realista.⁴³⁴ Como é possível perceber pela fonte referida essa erotização atingia a sensibilidade masculina, mesmo dos homens mais velhos, pois os beijos são qualificados de *profundos*, *absorventes*, *suculentos* e *sensualíssimos*.

Esses beijos, por sua vez, migraram das telas aos corpos, uma vez que o beijo na boca foi incorporado ao namoro. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro reteve, na memória, uma conversa entre suas tias, nascidas no início do século XX e uma amiga, que indica o impacto do cinema sobre o namoro. Eis a narrativa:

Quando, por volta de 1934-35, eu era aluno recém entrado na Escola Modelo, e residindo com minha avó lembro-me que ela hospedou uma moça de Parnaíba – Maria de Lourdes Pires, irmã de Sílvio e filha de D. Quetinha Pires que é nome de uma das ruas centrais de Parnaíba. Era moça viajada, conhecera o Rio de Janeiro. Tinha o cabelo cor de fogo, cortado a-la-garçonne. Era muito simpática e espirituosa. Lembro-me bem que com ela aprendi a pronúncia correta do nome ‘Shirley’ pois naquele tempo fazia furor a pequenina Shirley Temple do cinema americano. Certo dia ouvi – as

⁴³² ECOS e fatos. *A Imprensa*, Teresina, ano 2, n. 158, p. 1, 13 nov. 1926.

⁴³³ ECOS e fatos. *A Imprensa*, Teresina, ano 2, n. 158, p. 1, 13 nov. 1926.

⁴³⁴ QUEIROZ, T., *Cinema...*, 1998a.

crianças estão sempre de antenas ligadas à conversa dos adultos – uma ponta de conversa entre Lourdes e minhas tias. A certa altura aquela declarou – ‘Vocês são umas ingênuas. Umas pobres coitadas. Nunca digam a ninguém que vocês ‘namoraram’. O que vocês tiveram não passou de ‘flirts’ pois namoro, namoro mesmo tem que ter ‘beijo na boca’, que nem nos filmes...’⁴³⁵

Do sonho-fantasia à realidade-materialidade era um passo, conforme aponta o próprio Elias Martins. O recinto em que as fitas eram projetadas era visto como espaço erotizado, em que a iniciação sexual poderia ocorrer. Em suas palavras: “testemunhas insuspeitas afirmavam que pela manhã, na hora de varrer os salões e espanar os móveis, eram descobertos indícios de repugnantes escândalos”.⁴³⁶

Rememorando sua adolescência nos anos 1930, A. Tito filho conta:

Foi no 4 de Setembro que um morenã bonito, de cabelos negros, seios empinados, sem sutiã, me iniciou nas práticas amorosas de bolinação de virgem⁴³⁷. [...] De 1938 em diante, vi com os olhos que a terra há de comer, bolinação em cinema. Pares agarradinhos. Mãos em permanente atividade. Gente alta. Foi um morenã bonito, de cabelos compridos, que me iniciou nas práticas amorosas em sessão de cinema.⁴³⁸

No contexto em que A. Tito Filho viu pares agarradinhos a festejarem o corpo, o potencial erótico do cinema passava por transformações. Segundo Anne-Marie Sohn, nos anos 1930, a sexualidade passa a ser apresentada em cena, nos filmes e nos cartazes. Como provas de desejo e de prazer, emergem “amantes desfalecidas sobre a cama” e “beijos de paixão”.⁴³⁹

Esse potencial, ao longo do período em estudo, continuou incomodando os pais e as mães e as jovens mais conservadores. Em grande medida pela *educação dos sentidos*⁴⁴⁰ propiciada pela sétima arte e pelo fato de os próprios recintos em que as fitas eram exibidas permitirem a concretização do desejo e a respectiva afronta à moral e aos bons costumes. Acerca do primeiro ponto, é ilustrativo o seguinte trecho do depoimento de João Paulo dos Reis Velloso, nascido em 1931, em Parnaíba.

Vi *Le diable au corps*, do Claude Autant-Lara, que em português se chamou *A Adúltera*. Não me esqueço de *Fabiola*, um filme de Alessandro Blasetti, de 1951, com a Michèle Morgan, sobre os primeiros tempos do cristianismo, quando os cristãos ainda se escondiam em catacumbas para celebrar seus

⁴³⁵ MONTEIRO, C., 1993, v.3, p.122.

⁴³⁶ MARTINS, E., 1920, p. 19.

⁴³⁷ TITO FILHO, A. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 19.

⁴³⁸ TITO FILHO, A. *Teresina meu amor*. Teresina: [s.n., 199?]. p.24.

⁴³⁹ SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: COURTINE, Jean-Jacques (Dir). *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Petrópolis: Vozes, 2008. p.113.

⁴⁴⁰ GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ritos. O que me escandalizou no filme, vejam bem, foram as cenas do Coliseu, quando apareciam as cristãs para serem devoradas por leões. Elas estavam com o peito descoberto, eu nunca tinha visto aquilo e fiquei chocado. Estava acostumado com a fase mais bem-comportadinha do cinema americano.⁴⁴¹

Nos anos 1950, concepções semelhantes às de Elias Martins acerca do cinema e de seu impacto sobre as mulheres eram correntes no pensamento católico. Nesses anos, o cinema era o produto cultural mais combatido nas páginas do jornal *O Dominical*. A diferença é que não se combatia o cinema em si, mas o *mau cinema*.

Ao cinema continuava sendo atribuído um amplo poder para o bem ou para o mal.⁴⁴² O mau cinema teria o poder de transformar os códigos morais e os valores a respeito do corpo e da sexualidade, na medida em que é visto como portador de amplo potencial erótico, que seduz e fascina. Argumentava-se que o mau cinema despertava nos corações de rapazes e de donzelas o fogo da paixão, que o cinema fazia aflorar os baixos sentimentos humanos. Ademais, era associado a várias modalidades de crimes e à desagregação das relações entre os pais, as mães, os filhos e as filhas. O combate ao cinema embasava-se, sobretudo, na percepção de que o mau cinema estava solapando a moral e os bons costumes, envenenando as novas gerações. No texto, o *Mau cinema, escola de perversão*, lê-se que o cinema

[...] se converteu, por causa da malícia humana, em instrumento de perversão moral dos mais nocivos, especialmente para a Juventude. Quem entra hoje num cinema para assistir um filme, não passa duas horas de recreio e de educação, mas duas horas de auto-sugestões, de abalo do sistema nervoso, de palpitação de coração, de modo que quando sai daquela sala parece precipitado em espírito no inferno. O cinema excita de uma maneira enfermiza a imaginação exaltada das mulheres, embota-lhes a inteligência, atrofia, anula a vontade, criando o tipo da mulher inútil, irritável e histérica.⁴⁴³

O cinema incidiria sobre o comportamento feminino, de modo a conformar a personalidade das jovens, tornando-as inaptas ao desempenho dos papéis que a sociedade lhe reservava – o de mãe, esposa e dona-de-casa. No lugar de mães abnegadas, esposas dedicadas, o cinema produziria mulheres inúteis, pois as moças formadas na escola do cinema, não teriam senso prático, sem saberiam lidar com as dificuldades da vida. Viveriam a sonhar com príncipes encantados; seriam irritáveis, imitando os gestos, os jeitos e trejeitos das estrelas de

⁴⁴¹ VELLOSO, João Paulo dos Reis. In: D'ARAÚJO; CASTRO, 2004, p. 19-20.

⁴⁴² A respeito dos sentidos atribuídos ao cinema no começo do século em Teresina, ver QUEIROZ, T., *Cinema...*, 1998a.

⁴⁴³ O MAU CINEMA, escola de perversão. *O Dominical*, Teresina, ano 19, n. 12/15, p. 2, 20 mar. 1955.

cinema. Os poderes atribuídos ao cinema remetem ao fascínio e ao terror que o cinema continuava causando aos contemporâneos e contemporâneas, sobretudo, aos/as conservadores.

As críticas ao cinema, no período, também revelam a reação à exploração explícita da sexualidade pelo circuito cinematográfico no Estado, que se processava entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950. Lembra João Paulo dos Reis Velloso que, entre 1949 e 1950, o cinema Édén, em Parnaíba, resolveu passar um filme sobre educação sexual, que, na sua avaliação, era pornográfico.

Em 28 de dezembro de 1945, um cronista apelava ao Juiz de Menores Dr. Milcíades Lopes, para que fosse feito policiamento severo na entrada dos cinemas, com o intuito de impedir que menores assistissem a filmes proibidos. Segundo o articulista, em sessão do Cine São Luiz, na qual foi exibido o filme *Santa: o destino de uma pecadora*, impróprio para menores de 18 anos, o cinema encontrava-se repleto de crianças.⁴⁴⁴

Mr. Joseph, membro da União dos Moços Católicos (U.M.C.), em artigo publicado no jornal *O Dominical*, lamentava a inexistência de censura em Teresina e criticava até mesmo o uso da classificação *impróprio para menores de 18 anos*, que seria um atrativo para aumentar a assistência. Conforme argumentava, por não haver fiscalização, os jovens atraídos pelo caráter impróprio dos filmes lotariam as salas de exibição. Ademais, os proprietários, preocupados acima de tudo com o lucro, não faziam objeções à presença de menores em seções que não eram indicativas de sua idade.⁴⁴⁵

Para o jovem,

A arte está pervertida em imoralidade, os salões de cinema – e o cinema é a única diversão de que dispomos – foram invadidos pela pilhéria e a molecagem livre, e a juventude intoxicada pelos filmes a que assiste à vontade, sem orientação ou restrição dos pais ou da censura e achando aí o incentivo constante ao crime, à molecagem, à miséria moral, não tem onde se defender destes assaltos.⁴⁴⁶

Com o intuito de alertar os pais e as mães de família e de evitar que os jovens e as jovens assistissem a filmes considerados imorais, *O Dominical* publicava o boletim do Departamento Nacional de Cinema e Teatro da Ação Católica Brasileira, que trazia classificação e indicação dos filmes que estavam sendo exibidos. No número de 25 de junho de 1950, *O Dominical* chamava a atenção para o filme *Carnaval no fogo*, em cartaz no

⁴⁴⁴ EM defesa da mocidade. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 28, p. 4, 30 dez. 1945.

⁴⁴⁵ JOSEPHY, MR. O cinema em Teresina. *O Dominical*, Teresina, ano 6, p. 4, 17 fev. 1952.

⁴⁴⁶ JOSEPHY, MR. O cinema em Teresina. *O Dominical*, Teresina, ano 6, p. 4, 17 fev. 1952.

Theatro 4 de Setembro. Conforme o boletim, o filme era condenado por *lisonjear as baixas paixões do público*. O periódico advertia:

Chamamos a atenção dos Snrs. pais de família para a grande responsabilidade, que têm no tocante à vigilância sobre seus subalternos, os quais devem afastar desses espetáculos perniciosos à inocência e pureza de costumes, que corrompem o coração e matam a alma!...⁴⁴⁷

Além disso, em 1950, a União de Moços Católicos (U.M.C.) começou a desenvolver campanha a favor da criação de um cinema católico em Teresina, cujo intuito era instituir um espaço em que fossem projetados filmes fomentadores da moral cristã. Quando da campanha, os membros da U.M.C. conclamavam: “Pais de família! Ajudai a ‘U.M.C.’ a criar, em Teresina, um cinema onde se exibam filmes, que contribuam para a boa formação moral de vossos filhos!”⁴⁴⁸

A despeito dessas reações, as salas de cinema mantinham-se lotadas. Moças e rapazes tinham sentidos educados pela sétima arte e trilhavam o caminho da fantasia à realidade, do sonho à materialidade, expressando sensualidade e explorando o corpo, nas salas de projeção, sem necessariamente chegar ao intercuro.

Alimentado pela linguagem erótica do cinema, o desejo permanecia vivo. A morte que o espreitava era vencida pelo tabu da virgindade feminina e pelo cultivo do amor. Olhares cruzados, além de despertarem os sentidos, davam ensejo ao nascimento de narrativas que envolviam, conformavam e projetavam o par no futuro, delineando histórias de amor.

Do enamorar ao conquistar, do flerte ao namoro, os afetos e a redes tecidas por enamorados, amigos e familiares favoreciam a perpetuação do desejo e a promessa de sua consumação no casamento. Para os rapazes, a dupla moral reinante assegurava seu usufruto através da prostituição e, em alguns casos, mediante o acesso ao corpo da casada, que se permitia realização erótica fora do matrimônio, e também de mulheres pobres. No caso das *moças de família*, o único espaço legítimo de fruição do prazer era o casamento. Na trajetória do flerte ao noivado, o intercuro não deveria acontecer. O erotismo, cujo sentido, conforme Georges Bataille, é a “promessa de vida”⁴⁴⁹ era estimulado pela contenção dos costumes e, ao mesmo tempo, impulsionava para o casamento, sobretudo, no caso das moças.

2.5 CONQUISTA E NAMORO

⁴⁴⁷ UM FILME condenado. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 25, p.1, 25 jun. 1950.

⁴⁴⁸ PAIS de família! *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 9, p. 1, 9 abr. 1950.

⁴⁴⁹ BATAILLE, Georges. *O erotismo*. 3. ed. Lisboa: Antígona, 1988. p. 52.

Teresina, janeiro de 1927, no jornal *o Piauí*, lê-se:

Olhos...

A atuação daqueles olhos sobre os meus olhos tiveram o poder de uma irresistível fascinação. Eu jamais havia visto olhos de uma tal atração magnética, de um tal poder de sedução. Os olhos de *Mlle* eram profundos como as águas dos rios e como eles tinham qualquer coisa de insondável abismo...

Hoje, passados tantos dias em que os vi pela última vez, ainda fico perplexo, conservando na alma alguma coisa do esplendor daqueles olhos incomparáveis.⁴⁵⁰

O olhar esplendoroso de *Mlle* seduziu Dino. Seria flerte fugaz ou namoro duradouro? Não se sabe. O certo é que o poder de sedução exercido por *Mlle* é indício de mudanças, pois remete à oferta feminina no mercado sentimental e ao exercício da conquista pelas moças, nos anos 1920. O olhar feminino livre, que era considerado obsceno e lúbrico, no início do século XIX,⁴⁵¹ nessa década, era ato recorrente incorporado ao flerte.

Na medida em que se redefine o papel da família nas escolhas conjugais os pais vão deixando de ser os responsáveis pela escolha do cônjuge, uma vez que moças e rapazes passam a compartilhar esse poder. Ao novo direito correspondiam novos deveres, pois às moças cabia, então, despertar o interesse dos rapazes.

A partir de olhares e sorrisos inebriantes moças entabulavam flertes e namoros. O olhar, ato de interação social que integra a cultura afetiva,⁴⁵² somando-se ao sorriso, à elegância, à toalete, aos gestos, jeitos e trejeitos compunham os meios por excelência de oferta feminina, no mercado sentimental.

Não eram quaisquer jovens que usavam esses artifícios para seduzir, tratava-se de prática de mulher moderna, aquela que, na avaliação de um contemporâneo,

[...] tem arrojados que seriam capazes de matar de indignação a mais arrojada de nossas avós. Por exemplo: - O uso das saias curtas, exageradamente curtas, numa audaciosa exibição de bonitas pernas e de pernas horríveis; os grandes e artísticos decotes, quase impudicos, mostrando colos divinos e, não muito raramente, espáduas feissimas; todas essas tentadoras inovações da moda que o cronista afirma serem encantadoras, na mulher dos outros, seriam capazes de fazer fechar os olhos as austeras matronas de vinte ou mesmo de dez anos atrás. A mundana de hoje, porém, segue todos os

⁴⁵⁰ DINO. Olhos. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 20, p. 4, 26 jan. 1927.

⁴⁵¹ PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 120.

⁴⁵² BRETON, David Le. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.12.

requintes da toilette feminina, muito simplesmente, sem faniquitos, com a mesma naturalidade com que muda de roupa branca, no interior da sua alcova, longe de olhos indiscretos.⁴⁵³

A mundana, também denominada melindrosa, era a filha dos *anos loucos*, adepta do *flirt*, das novidades da moda, do cabelo a *la garçonne*, amante do *jazz*, do *charleston* e do tango. Seu corpo desejante e desejado expressava emoções, ações e desejos, bem como os despertavam.

Mademoiselle passa. E à sua passagem, eu me fico silencioso, admirado, vendo o bamboleio feminino, elegância impecável do seu corpo leve de melindrosa, sempre sorridente, sempre fascinante.

Para todos o mesmo sorriso, que vive eternamente a esvoaçar na sua boca acarminada, o mesmo olhar lânguido, triste de quem seduz, de quem inspira afetos mal correspondidos.

Guarda... e passa... é o que diz o seu olhar, é o que lhe fala o coração. Uma linha... para que cousa mais deliciosa, mais agradável nesta época de *jazz*, *charleston*, de fantásticas modernices enfim?

[...]

E mademoiselle gosta de uma linha, gosta de um *flirt*, um *flirt* num baile carnavalesco, onde confusos, dominados pelo éter, entorpecidos vivem os seus admiradores.⁴⁵⁴

Sensualidade e erotismo conformam a conquista, como se infere da documentação. Fascinado e, ao mesmo tempo, horrizado com a fruição dos sentidos que a melindrosa se permitia e despertava, Elias Martins, por exemplo, lamentava em trecho da obra *Fitas*:

De pé ou em marcha, em esguia cadeira ou no fofo divã, à mesa do festim ou à aureola dos camarotes, nos jogos ou nos bailes, no vôo dos autos ou no dorso de fogueiro corcel, no passeio ou na intimidade do lar sempre e sempre a mesma ânsia de atrair e dominar, inspirada pelas lições do mestre, na pertinaz caçada do efeito, doce declive, abrindo acesso às derradeiras concessões.⁴⁵⁵

Os sinais emitidos pelo corpo da melindrosa permitiam comunicação. A interação prescinde das palavras, pois o olhar, o gesto, o sorriso e o movimento corporal são sinais que enviam mensagens ao espectador. A condição de corpo desejante causava atração e repulsa. Sobre alguns, a melindrosa exerce fascínio; sobre outros, medo. Seu sorriso inebriante *para todos* é considerado subversivo, por quebrar fronteiras de gênero. Sorrir para todos, a todos conquistar é borboletear, é assumir atitude considerada masculina. Para os mais

⁴⁵³ PRIMO TONICO. As meias meias. *O Nordeste*, Teresina, n. 5, p. 2, 24 jan. 1920.

⁴⁵⁴ ZECA. Melindrosa. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 4, p. 4, 6 jan. 1927.

⁴⁵⁵ MARTINS, E., 1920, p. 36.

conservadores, isto significa perder o pudor e o encanto; para outros, era motivo de dúvida e de desencontro entre os gêneros, pois o sorriso da melindrosa gera a dúvida: seria de enleio ou de burla?

Além da exibição de dotes artísticos e musicais, em momentos de lazer e sociabilidades, a simbologia do corpo feminino constitui meio de comunicação e instrumento fundamental ao exercício da sedução e da conquista pelas mulheres. Através de gestos, de mímicas, de posturas, de olhares, de aproximações e de distanciamentos, as moças atuavam no momento inicial de formação do par. Expressando emoções e significados, através de suas manifestações corporais, se comunicavam com os rapazes objeto de desejo.⁴⁵⁶ Era, sobretudo, no corpo que se inscrevia o poder de sedução.

Nos anos 1930, a atitude feminina em relação ao flerte, a expressão do desejo através do olhar e a sedução através da linguagem corporal não têm tanta visibilidade quanto na década anterior. Indício da transformação dos costumes denota a incorporação dessas práticas ao cotidiano do amor.

No que diz respeito à conjugação do verbo conquistar, assumia formas distintas no masculino e no feminino. Enquanto para as moças tornava-se legítimo o uso da semântica do corpo, através de gestos, mímicas, posturas e olhares, a iniciativa de aproximação e o primeiro uso da palavra eram atribuídos ao masculino. Esperava-se que, no namoro, o rapaz tomasse a iniciativa, aproximando-se e convencendo a jovem a aceitá-lo. Olhar insistentemente, seguir os passos pela cidade, circular intensamente em frente à residência da amada e nas suas imediações, escrever versos, cartas de amor, fazer serenatas e declarar-se, eram práticas consideradas masculinas.

Conforme as entrevistadas, as moças eram educadas para ser conquistadas. Nesse sentido, ressaltava-se que nunca deveriam expor seus sentimentos, pois se desvalorizariam no mercado sentimental. Assim, mesmo interessada no rapaz, a moça não deveria tomar a iniciativa. A esse respeito, explica Yara Vilarinho:

A gente aprendia que se a gente demonstrasse interesse por um rapaz a gente se vulgarizava e aquele rapaz não tinha mais... Não se sentia atraído pela gente. O rapaz... Em resumo, resumindo: o homem nasceu para conquistar e a mulher para ser conquistada. Era isso que metiam na cabeça da gente. Então a gente não podia manifestar, por mais admiração que a gente tivesse por um rapaz, você tinha que esperar por ele. Se ele lhe procurasse, se ele não lhe procurasse, você podia matar essa admiração, você não podia dar nem uma demonstração que simpatizava com ele, por qualquer razão.⁴⁵⁷

⁴⁵⁶ A respeito da relação entre corpo e comunicação, ver BRETON, 2009, p. 39-100.

⁴⁵⁷ OLIVEIRA, 2007.

Essa formação tinha por base a ideia de que as moças nas relações amorosas deveriam conter os impulsos masculinos. O jovem deveria iniciar e avançar; enquanto a jovem, aquiescer lentamente e conter os avanços. O corpo feminino deveria ser consumido através de processo lento, fruto de corte, de convencimento e de insistência. Às mulheres era atribuída função civilizadora. Elas deveriam educar o desejo masculino e canalizá-lo para o casamento. Dificultando o contato físico, oferecendo e proibindo o corpo, ao mesmo tempo, elas perpetuariam o desejo, reforçando a heterossexualidade e encaminhando os rapazes ao casamento.

Incorporando essa formação, mulheres que viveram a juventude no período em estudo, percebiam sua posição como extremamente delicada, pois ao mesmo tempo em que precisavam articular códigos e condutas para conquistar um namorado, tinham que demonstrar, desde o flerte, que eram dignas de respeito. O que implicava não fazer uso do corpo, não expor abertamente os desejos e sentimentos, equilibrar-se na tênue linha entre a oferta e a reserva, para que pudessem se tornar noivas e, posteriormente, esposas.

Essa posição ambígua tornava muitas moças reticentes, por considerarem que seus comportamentos estavam sendo constantemente avaliados. Leitura propiciada pela cultura, uma vez que comumente se repetia que, somente aquelas cujos comportamentos fossem aprovados, poderiam ouvir a seguinte quadrinha:

Gostei muito dos seus modos
E do seu procedimento
Vou pedir para seus pais
Sua mão em casamento

Moças avaliavam que, para futuramente terem a mão pedida em casamento, deveriam observar dois preceitos básicos. Em primeiro lugar, ao se deixar acompanhar pelo rapaz após o flerte, não aceitar o namoro imediatamente. Em segundo lugar, em momento posterior, quando o namoro estivesse firmado e, mesmo durante o noivado, resistir às investidas mais ousadas do pretendente, lembrando-se que ao rapaz cabia insistir; à moça, resistir! As moças eram, recorrentemente, advertidas: as que muito cediam, pensando agradar, na verdade, muito perdiam! Àquelas que diante da insistência cediam, os rapazes poderiam dizer:

As meninas me incriminam
Por eu ser muito pidão
Eu peço porque careço
Mas elas por que me dão?

Na urdidura da resposta, aparentemente, um raciocínio muito comum aos rapazes era o seguinte: se ela me deu, dará aos outros, também! Não serve para casar! Não é digna de meu nome e de minha família! Na resposta, portanto, não era considerado que as moças também poderiam estar festejando seus corpos, para usar expressões de Rachel Soihet.⁴⁵⁸

É certo que as moças situavam-se em terreno movediço. Diante da conquista, a posição feminina era ambígua, marcada pelo jogo da oferta e da reserva. Algumas moças que se insinuavam, através dos olhares, dos sorrisos, da aparição furtiva na janela, quando da passagem do rapaz desejado, ou ao sentar-se arrumada na calçada, eram reticentes quando da proximidade do amado. Certas jovens, mais ousadas, poderiam demonstrar interesse através de cartas, de bilhetes, de quadrinhas, de acrósticos, e assumirem postura esquiva diante do avanço do rapaz.

Assumir essa posição era também exercer poder. Resistir ao avanço masculino, sonegar afeto, mostrar timidez, inibição, provocar e recuar, ao mesmo tempo, eram táticas⁴⁵⁹ que favoreciam a valorização pessoal. Não se declarar, não ir atrás, mostrar-se segura de si, era evidenciar o valor no mercado matrimonial e afetivo, bem como o poder de sedução.

Eis uma das formas de significação desse jogo, em perspectiva masculina:

Quando um homem a requesta, e não lhe agrada, em vez de manifestar a sua repulsa, ela permanece num estado de impassibilidade, que não é aquiescência e nem também negação. E o pobre homem redobra de expressões significativas e de súplicas, de que não obtém uma resposta decisiva. Outras mulheres provocam o amor e depois retraem-se só para ter um homem que as acarinhe e adore.⁴⁶⁰

A interpretação da esquiva feminina como despeito e desamor poderia ocasionar desencontros. Nem sempre a simbologia do corpo e o diálogo expressavam desejos e sentimentos, a contento. Às vezes imperava a incompreensão. Quando isso acontecia, a falta de comunicação constituía obstáculo à concretização do namoro. Com efeito, nos embates de sentimentos que envolviam a constituição do par, a postura dos enamorados poderia se alterar. De requestada, a moça assumia a posição de requestadora. Foi o que aconteceu a certa jovem, em 1926, cuja posição ambígua entre a oferta e a reserva foi interpretada como repulsa. É o que se depreende da seguinte crônica, de Glauco:

⁴⁵⁸ SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 177-197.

⁴⁵⁹ CERTEAU, 2000.

⁴⁶⁰ NOGUEIRA, L. A volúpia de ser amada. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 18, p. 4, 23 jan. 1927.

Vingança...

A perspicácia feminina, tão penetrante, nem sempre, porém, percebe sentimentos ocultos. É o caso daquela senhorinha, encantadora pela sua beleza e pela sua graça, que ainda não compreendeu que o moço a quem ela requebra, ama-a – e profundamente... Eu os vi um defronte do outro já há dias. Conversaram, e ela punha na voz a doçura de carícias inefáveis e nos olhos uma ternura que era de vencer os corações mais inacessíveis. E ele, indiferente e frio, respondia-lhe naturalmente, sem demonstrar a menor perturbação. Como dissimulava! Se ela soubesse!...

Quando se voltava, tendo nos olhos mágoa e um pouquinho de despeito, havia tal expressão de carinho no olhar d'ele que, se ela o visse, não acreditaria...

E eu compreendo essa obstinação d'ele, que é quase superior às suas próprias forças. É que, em outro tempo, ela o repulsou também assim suavemente... E ele, orgulhoso, embora amando-a sempre, não a procurou mais e nem lhe demonstrou, desde então, o menor vislumbre de amor. Agora, não sei por que capricho do Destino, ela busca-o em toda parte e não disfarça a impetuosidade do que lhe vai n'alma... Como é cruel o Destino e como é irônico! Ele tortura-a agora, sentido a volúpia da vingança...⁴⁶¹

Para situarem entre o *sim* e o *não*, sinalizando para o talvez, os laços de amizade eram de fundamental importância na constituição do par. A formação de uma rede de solidariedade feminina criava condições para que, paralelamente, as moças se oferecessem no mercado matrimonial e mantivessem a reserva e o valor. Em muitos casos, uma amiga intermediava o contato entre os futuros enamorados, sondando o rapaz acerca de seus interesses, levando bilhetes e possibilitando encontros. Denominava-se essa prática de *tocar trombone*. Nos anos 1920, um lugar por excelência para o exercício desse ato alcoviteiro era a praça Rio Branco. Durante o *footing*, moças que, pela idade avançada, tinham poucas chances de casamento, prazerosamente, atuavam na constituição dos pares.⁴⁶²

Esta prática também era exercida pelos rapazes. Relembrando sua juventude, nos anos 1940, acentua Yara Vilarinho:

Muitas vezes acontecia, quando você tinha um interesse assim, você tinha amigas, às vezes tinha um amigo em comum. Aí contava para aquele amigo, contanto que ele desse um jeitinho de lhe ajudar, sem dizer, sem a pessoa ficar sabendo que você estava interessada nela, que era muito comum, porque naquele tempo as pessoas tinham amigos que guardavam segredo. Hoje não tem mais. Você vai contar para uma pessoa, ela acha é graça. Vai contar um segredo, acha bom contar em jornal. Dizer para outro. Naquele tempo, não. Se a moça quisesse, tivesse um amigo, dissesse para ele que tinha interesse, mas que não era para ninguém saber, ninguém ia saber e

⁴⁶¹ GLAUCO. Vingança. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 260, p. 4, 27 nov. 1926.

⁴⁶² LEO-JAZZ. Trombone. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 64, p. 4, 22 mar. 1927.

terminava dando certo. Era o que se chamava de trombone, mas não era trombone.

Contudo, as solidariedades femininas poderiam ser rompidas quando um mesmo rapaz se tornava o alvo do desejo de mais de uma moça pertencente ao mesmo grupo. Nesse caso, a amiga de ontem, diante das maiores possibilidades de contato com o rapaz, poderia aproveitar-se da situação para firmar namoro, transmutando-se em rival. Essa situação era fomentada, aparentemente, pela maior oferta de moças no mercado matrimonial. A esse respeito, Yara Vilarinho relembra que

Eu conheci uma mesmo, ela... Elas eram muitas amigas e uma arranhou este namorado nas férias. E ela foi, quando começaram as aulas, ela voltou para o colégio interno, para estudar. E lá ela escrevia sempre para essa amiga e essa amiga sempre dando notícia do namorado dela. O resultado..., mas como naquele tempo ninguém passava férias em casa. A gente começava a estudar e só voltava no final do ano, ficava mesmo no internato, porque tudo era muito longe. A gente andava de balsa, passava três, quatro dias no rio Parnaíba. Se fosse de carro, não tinha estrada. Passava de três dias para chegar de Amarante para cá. Hoje, vai em duas horas. Então a gente não ia passar férias em casa, era muito difícil a gente ir passar. E essa, ela não passou, ficou mesmo aqui em Teresina. Quando chegou, no final do ano, que ela chegou lá para a principal festa de lá, que é a festa de São Gonçalo, que ela chegou lá muito animada, porque ia encontrar com o namorado, a amiga dela estava era namorando com o cara. Quase toma veneno para se matar, quase que enlouquece. Ele ficou com a amiga e casou com ela, com a amiga dela. Agora todo mundo falava dela, vai ser infeliz no casamento e tal. Foi, foi nada! Foi muito feliz!⁴⁶³

O mais recorrente era a atuação na conquista a partir dos usos da linguagem corporal e das redes de sociabilidade. Os gestos, jeitos e trejeitos, bem como a toalete eram meios de conquista e sedução. Inclusive, a produção feminina, o cuidado com o corpo, o uso de enfeites são vistos como indicativos do interesse afetivo das mulheres pelos homens.

Tal era a importância dada à beleza e à toalete que a ideia de que o sucesso no amor dependia da escolha cuidadosa do vestuário e do uso de maquiagem foi apropriada pela propaganda para fomentar o consumo e produzir a consumidora. Parte das propagandas veiculadas nas revistas femininas, por exemplo, apropriava-se da atração sexual para criar padrões de gosto e necessidades de consumo.

Contudo, nem sempre as jovens seguiam os preceitos normativos. Havia consumo cultural⁴⁶⁴ da formação recebida. O ato de burlar ocorria a partir dos pequenos gestos. A esse

⁴⁶³ OLIVEIRA, 2007.

⁴⁶⁴ Sobre a noção de consumo cultural, ver CERTEAU, 2000.

respeito importa lembrar que algumas internas do Colégio das Irmãs demonstravam seus interesses através dos bilhetes jogados na calçada. Outras, conforme diz uma entrevistada *botavam fervendo* nos rapazes. O que significa assumir uma atitude explícita de conquista. Nesses casos, procuravam acompanhar os passos do rapaz pela cidade ou ainda buscavam aproximar-se das rodas em que o rapaz frequentava, dentre outras práticas. Muitas aproveitavam a ida para a escola, as idas ao comércio para flunar pela cidade, principalmente, na rua em que o rapaz desejado residia ou nas suas proximidades, na expectativa de provocar encontros. Quando o rapaz objeto de desejo morava nas intermediações da residência da jovem, uma estratégia bastante utilizada era ficar à janela, à espera de sua passagem; às vezes, essa espera também ocorria na residência de uma colega. A esse respeito, importa destacar que uma conhecida de Mundiquinha Machado, interessada por certo jovem que residia próximo à casa de uma colega, tinha por hábito passar a manhã inteira na casa da colega, aguardando a saída do rapaz.⁴⁶⁵

Havia casos em que a jovem procurava tecer amizades com as irmãs do rapaz pelo qual nutria paixão. Outras iam além e alimentavam amizade com a mãe, pois se acreditava que *trombone* tocado pela possível futura sogra, resultava em casamento. Outras ainda atuaram sem subterfúgios, escrevendo bilhetes, quadrinhas, acrósticos, declarando amor, enfim.

Através das quadrinhas⁴⁶⁶ é possível flagrar expressão do desejo de beijar, namorar e casar.

Quero ser sua companheira
 Quero ser sua namorada
 Quero sentir seu calor
 Em sua boca beijada

Gosto da cor verde
 Porque é a cor da esperança
 Quero me casar com você
 Pra ter uma linda criança

Da minha casa pra sua
 Tem duas ramas de abóbora
 Tenho muita fé em Deus
 De chamar sua mãe de sogra

Mandei fazer uma casa
 No alto da ventania
 Pra mostrar para minha sogra
 Como entro na família

⁴⁶⁵ MACHADO, 2008.

⁴⁶⁶ QUEIROZ, Aurea. *Quadrinhas populares*. Teresina: Halley, 2006.

Diga pra sua mãe
 Que entre nós não há perigo
 Quero ela como sogra
 E você como marido

Essas práticas demonstram que, no cotidiano, nem sempre se aplicavam as lições recebidas em casa e na escola. Ainda que educadas para não se tornarem moças *oferecidas*, algumas jovens, no período em estudo, o fizeram com afinco. Contudo, por ir de encontro ao referido preceito, aquelas que assim procediam eram admoestadas. Família, pessoas do círculo de relacionamento e colegas criticavam esse tipo de procedimento.⁴⁶⁷

Considerando a conquista ato masculino, muitos rapazes criavam a má fama daquelas jovens mais ousadas, tornando-as *faladas*. Isto é ilustrado, por exemplo, na seguinte crônica:

Numa praça. Muita gente. Música. Algazarra.
 Dois rapagões estão sentados num banco. Naturalmente, ocupam-se da vida alheia. Há risos irônicos. E dialogam, numa linguagem recheada de reticências.
 Diz um:
 - Aquela que ali... Puxa! É uma doidivana comum... É o dasassossego dos pais.
 [...]
 Passado um bom pedaço de tempo, se levantaram. Passeiam, elegantemente. De quando em quando, um flirt com as morenas que passam.
 - Olha, lá vem a idiota das idiotas...
 - Qual? Aquela de vestido rabudo?
 - Justamente. Não tem um pingo de juízo. É capaz de tudo... Quando namora então... é um caso sério!...
 - Tens experiência própria?
 [...]
 - Quando mato uma cobra mostrou o pau... Namorei com a cuja e... nem é bom dizer. Vai lá em casa, que mostrarei a ti os convites que ela me fez para rendez-vous...⁴⁶⁸

A pecha de *falada* não era apanágio apenas daquelas que se ofereciam ou expressavam desejos no namoro, as que namoravam rapazes de fora também corriam o risco. Flertar e namorar rapazes de fora, era considerado uma afronta pelos pais, parentes e, às vezes, amigas, pois havia muito preconceito em relação a rapazes de origem desconhecida. E caso fossem *caixeiros viajantes* a intolerância era maior. Isto porque o namoro era representado como uma etapa do processo de constituição de novos casais. E neste não deveriam ser considerados apenas os interesses e qualidades individuais, mas da família a qual pertenciam os futuros noivos/esposos. Assim, a família da jovem, considerando a posição delicada da moça no

⁴⁶⁷ MACHADO, 2008.

⁴⁶⁸ RAMOS, Ribamar. Adões modernos. *Liberdade*, Teresina, ano 5, n. 175, p. 3, 30 abr. 1933.

mercado sentimental, procurava evitar seu envolvimento com rapazes de quem não sabiam a procedência e os costumes.

Sobre aquelas que namoravam rapazes de fora, pairava a desconfiança de que concediam liberdades excessivas. Explica Mundiquinha Machado, que nos anos 1950,

tinham umas que eram faladíssimas, aqui em Teresina, muito, muito faladas... Tinha uma que [...] só vivia aí na praça garimpando esses homens que vinham de fora. Ela era bonita, aí o povo falava muito mal dela, porque era o povo de fora, mas eu acho que ela não fazia nada, eu tenho a impressão que era só mesmo maluquice.⁴⁶⁹

Assim, cientes dos riscos que corriam muitas moças procuravam não expressar claramente o interesse pelo rapaz, postergando a aceitação do namoro e o contato físico. Diante da corte masculina, as moças iam impondo barreiras, que produziam a valorização pessoal. Inclusive, essa reserva feminina era esperada pelos rapazes. Yara Vilarinho conta que, após o primeiro encontro com aquele que seria seu marido, o então pretendente quis marcar novo encontro e ela prontamente respondeu: ‘não, eu não posso’. Eu queria me fazer de difícil, só tal dia. Marque outro dia. Sei que eu fui no outro dia. E ele me falou em casamento”.⁴⁷⁰

Com receio de parecer moça *oferecida* era comum que as jovens não aceitassem os primeiros convites de seus pretendentes. Maria Albuquerque lembra que seu futuro marido, no início da conquista, enviava-lhe bilhetes por uma menina. Perguntei se através dos bilhetes ele marcava encontro, eis a resposta: “não, não era marcando encontro não. Ele... Ah! Meu Deus! Nem sei dizer direito como é que ele falava, era só... Porque também ele não ia marcar encontro, nem coisa nenhuma. Mesmo ele sabia que eu não ia!”.⁴⁷¹

No processo de constituição do par, em geral os rapazes passavam muito tempo olhando de longe, para só depois se aproximar. Quando isto ocorria, o rapaz “conversava, inventava uma notícia qualquer, procurava saber notícias da cidade, onde morava, sobre amigos ou um fato que tivesse acontecido na cidade. Era conversa que qualquer pessoa podia ouvir. Quando muito, pegava na mão”.⁴⁷²

Alguns rapazes por não ter condições ou coragem de se aproximar da moça desejada, aproximavam-se de uma amiga da escolhida, na expectativa de que pudesse *tocar trombone*. Aqueles que possuíam dotes artísticos contavam com esses dons no momento da conquista. O

⁴⁶⁹ MACHADO, 2008.

⁴⁷⁰ OLIVEIRA, 2007.

⁴⁷¹ ALBUQUERQUE, 2007.

⁴⁷² OLIVEIRA, 2007.

músico Raimundo Moura Rego, por exemplo, atribuiu ao seu violino a conquista de suas namoradas.

Na verdade, a música favorecia encontros e namoros. No período em estudo (1920-1960), os enamorados faziam muitas serenatas em homenagem a suas musas. Em noites de luar, rapazes declaravam amor, ora buscando transformar diva dos sonhos, em namorada, ora reforçando os vínculos de um *namoro sério* ou do *noivado*. Nessas noites, muitas namoradas, de fato, ou do desejo, eram agraciadas com belas canções. Segundo Moura Rego, Teresina, nos anos 1920, era

Cidade de ares provincianos, vida simples, sem diversões, terminadas às 21 horas, duas vezes por semana, a sessão do cinema, logo se recolhia, pronta para dormir. Por outro lado, a luz elétrica das ruas, sempre deficiente e claudicante, sofria nas noites de luar poderosa concorrência, sendo por isso constantemente, deliberadamente desligada. Nessas noites, o céu todo limpo de nuvens, especialmente no mês de agosto, a alma romântica daqueles sonhadores acordava, ferindo a sua veia artística. E eles se atiravam às ruas. E lá vinham as serenatas.⁴⁷³

Nesses anos, o violinista Moura Rego, com Alcides Gomes, também violinista, Carlos Bangoim e um rapaz pernambucano, tocando violões, fizeram inúmeras serenatas. “Às vezes, para quebrar a monotonia dos solos instrumentais, juntava-se ao grupo o Pintassilgo, conhecido cantor popular de músicas românticas. Outras vezes, deixando Alcides ao violino”, Moura Rego “contra-solava com ele na flauta, variando assim os timbres do quarteto.” Seduzidos pelas canções, alguns deixavam suas casas e agregavam-se ao grupo.⁴⁷⁴

Para as namoradas eram noites de contentamento.

Parávamos sob a janela das namoradas para dedicar-lhes números especiais, tendo antes o cuidado de deixar afastado, em geral nas calçadas vizinhas, o grosso da turma, pois eram muitos os que nos acompanharam. [...] Nessas ocasiões ninguém bebia (eu, nem nas outras). [...] Pintassilgo bebia café, que sempre conduzia numa garrafa térmica para molhar a garganta. Lembro-me de uma canção com letra de Júlio Dantas, onde havia um verso pleonástico (‘Eu só te quero a ti’) com a qual ele fazia enorme sucesso. Em outra cantava: ‘Quem tem uma mãe tem tudo,/quem não tem mãe não tem nada’. Músicas sentimentais, de agrado geral na época.⁴⁷⁵

O grupo de Moura Rego nunca sofreu desfeita por parte dos pais ou irmãos de suas divas. Em geral, as pessoas não abriam as janelas, nem as portas, ouvindo a música em

⁴⁷³ REGO, R., 1988, p.32

⁴⁷⁴ Ibid., p.32.

⁴⁷⁵ Ibid., p.32.

silêncio, sem manifestações. Certa noite em que desejava homenagear sua namorada, quem o constrangeu foi um colega. Eis o caso:

Pois uma noite, a lua deslizando lentamente no céu sem nuvens como um presente de Deus, uma dessas noites encantadoras de cidade pequena a que não há seresteiro que resista, tomamos os instrumentos e ganhamos a rua. Eu, Alcides, Bangoim e outro acompanhador em breve estávamos reunidos. Violinos, violões e muita paz nos corações boêmios. Os ingredientes da serenata.

Foi quando tocávamos sob a janela da minha namorada que a coisa aconteceu. Como de hábito, quando se queria reforçar o silêncio, deixamos a turma acompanhante um pouco afastada. Mas Turene Ribeiro, alegando sua condição de estudante de Direito, portanto quase um doutor, pediu para ouvir mais de perto. Garantiu que não iria fazer molecagem. Pusemos então no ar uma valsa linda, romântica, em tom menor, dessas de mexer com a alma. Choramos como foi possível, exagerando nos vibratos e nos portamentos. E quando terminamos, os arcos ainda grudados nas cordas, sustentando a emoção, uma voz engrossada de propósito, imitando a de um bêbado, feriu como uma punhalada o silêncio circundante: ‘Vai ser bonito assim na puta que pariu!’

Nunca perdoei ao Turene [...].

Passsei mais de um mês sem ver a namorada. Até que um dia, encontrando uma sua tia na rua, esta me apertou a mão e disse, pondo fim ao meu constrangimento: ‘Adoramos a serenata. Quando teremos o prazer de ouvir outra?’⁴⁷⁶

Nos anos 1930, os alunos do Colégio São Francisco de Sales também faziam meninas-moças sonhar com belas serenatas. Ousados, rompiam o silêncio em frente ao Colégio Sagrado Coração de Jesus, encantando as internas com lindas canções. Nesse período, as jovens mantinham costume dominante nos anos 1920, não abriam as janelas. Era um ato proibido! Segundo uma entrevistada, a moça “olhava escondida, atrás, mas abrir a janela para o rapaz saber, não! Não tinha não!”⁴⁷⁷

Além de embevecer suas divas com belas serenatas, alguns jovens enamorados transformavam-se em poetas. Na conquista da jovem e na formação do par, a escrita lírica era bastante utilizada. O namoro era fonte de inspiração. O amor era o tema. Para embevecer suas divas, os rapazes escreviam poemas, acrósticos, bilhetes e cartas de amor. O romantismo dava tom às relações, fosse o amor verdadeiro ou não. Conforme explica um entrevistado, “se você estava amando, se não tava, dizia que amava também, mas era mentindo, viu?”⁴⁷⁸

Através de comentários relativos a namoros, chamados trepações, alguns cronistas tentavam conquistar suas musas, elogiando-lhes o perfil. Eis um exemplo do que se escrevia:

⁴⁷⁶ REGO, R., 1988, p.39-40.

⁴⁷⁷ OLIVEIRA, 2007, p.28.

⁴⁷⁸ SANTANA, 2007.

Um mimo

Entre as flores que perfumam o seio da terra, entre as belezas que dimanam do Céu, mesmo entre as mulheres, nunca tenha encontrado o que tão irresistivelmente, me atraísse, o que, tão divinamente, me seduzisse, como a silhueta egrégia daquela meiga moreninha angelical, vaporosa como as virgens formosas de Sion – ‘a mais fina pérola do Norte’ [...].⁴⁷⁹

Conquistada a musa do desejo, formado o par, como o namoro era vivenciado?

A exibição feminina no mercado sentimental e as estratégias e táticas de sedução, postas em prática, que impactaram a sensibilidade dos cronistas, nos anos 1920, perdem visibilidade na imprensa, a partir dos anos 1930, na medida em que deixam de ser novidade e se incorporam ao cotidiano do amor.

Nos jornais, o namoro se torna visível, novamente, na década de 1960, quando homens e mulheres passam a tornar públicos, através da escrita, usos do corpo agregados ao namoro desde os anos 1940. Assim, no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1950, a principal fonte que permite responder à questão são as memórias publicadas e acessadas através de entrevistas. Elas dizem respeito à experiência do sujeito e são marcadas pela dinâmica da lembrança e do esquecimento, uma vez que a memória é uma construção seletiva do passado.⁴⁸⁰ Conforme argumenta David Lowenthal, a memória é residual, não retendo todos os acontecimentos vividos. Muito do que foi vivenciado é esquecido. Nossas recordações são “meros lampejos do que já foi um todo vivo. Não importa quão vividamente lembrado ou reproduzido, o passado se torna progressivamente envolto em sombras, privado de sensações, apagado pelo esquecimento”.⁴⁸¹ Nossas lembranças são alteradas em função da passagem do tempo. O passado lembrado é distinto da experiência original. Conseqüentemente, nossa história pessoal é constantemente reescrita, na medida em que, no momento do acontecimento, raras vezes podemos apreender a dimensão de seu significado no futuro. Os significados atribuídos aos acontecimentos são reelaborados a partir das experiências subsequentes, acomodando-se às necessidades do presente.⁴⁸²

As memórias que compõem fontes deste trabalho foram produzidas, a partir da década de 1960, período marcado por transformações nos comportamentos afetivo-sexuais. Com efeito, é em meio à convivência entre novos e velhos costumes, que homens e mulheres olham para o passado e inscrevem as práticas de namoro em sua época de juventude. Palavras e

⁴⁷⁹ UM MIMO. *A Cidade*, Florianópolis, p. 4, 27 mar. 1930.

⁴⁸⁰ CATOGRA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

⁴⁸¹ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 74, nov. 1998.

⁴⁸² Ibid.

expressões como pureza, respeito, contenção dos costumes são atribuídos ao namoro, uma vez que a experiência sexual não deveria fazer parte dessa fase do processo de constituição do casal. O usufruto da sexualidade era parte integrante do casamento. Sua vivência no namoro e no noivado constituía transgressão.

Leônidas de Castro Melo, nascido em 1897, em suas memórias, na parte escrita em 1961, ao se reportar ao namoro no início dos anos 1920, assim se expressa: “Os namoros consistiam em palavras gentis, olhares e sorrisos. Tudo tão simples, tão belo, tão respeitoso! Oh tempos, oh costumes! Quanta pureza na adolescência, na juventude!”.⁴⁸³

Namorar era sinônimo de conversa, de declarações de amor e de toques furtivos. Genu Morais, nascida em 1927, referindo-se ao namoro de seus pais Eurípedes e Graci de Aguiar conta:

[...] meu pai era governador do Estado, e ela se apresentou no teatro, no Theatro 4 de Setembro, na Festa das Rosas e aí então o meu pai estava assistindo e a achou muito bonita e tudo. Meu pai morava, como governador, morava onde hoje é o museu [...]. Quando o governador saía tinha uma questão da corneta, que tocavam uma corneta, uma corneta avisando que o governador ia sair. Aí meu pai achou por bem acabar com essa história da corneta, primeiro ele era uma pessoa muito simples, democrata e tudo, e segundo porque se tocasse a corneta, a minha mãe, que morava na praça Rio Branco, na Botica do Povo, não ia pra janela, porque as moças eram muito discretas, fazia parte do comportamento da época ser discreta, aí então minha mãe não ia. Aí eles mandavam, escreviam cartões, não é, se encontravam nas festas, falavam, cumprimentavam, conversavam, era assim. Depois pedia em casamento, iam noivar toda noite, não saía sozinha, não saía. Noivava em casa.⁴⁸⁴

Embora considerasse o namoro em sua época menos rígido que o vivenciado por seus pais, Genu Morais também o qualifica de discreto. Eis como o caracteriza:

Na minha época, o namoro era muito discreto, eu, por exemplo, vou dar a minha experiência, a dos outros eu não sei. Como eu disse, nasci em vinte e sete, então eu namorei muito [...] Então a gente começava com o flerte, o rapaz olhava pra gente, aí olhava e tudo mais, quando era carnaval jogava laça-perfume, quando era na Praça Pedro II, você ia pra Praça Pedro II, ficava lá rodando e os rapazes ali, todos de paletó e gravata, ninguém andava de camisa esporte. O namoro era assim. [...] Era de mão dada, hoje é de ficar, que eu lamento muito, lamento não ter tido na minha época! [...] Então, os namoros eram dessa maneira, discretos. Eu estou dizendo isso porque eu me casei em 1947, até essa época eu posso dar o meu depoimento, que era desse jeito, não tinha. Iam pras festas, quando os rapazes iam tirar as moças

⁴⁸³ MELO, 1976, p. 193.

⁴⁸⁴ CORREIA, G., 2008.

pra dançar, quando acabava de dançar as pessoas iam sentar, aí tocava outra música, tirava a pessoa pra dançar e tudo. Nada de beijo, nada de..., pelo menos eu nem sabia se tinha isso, que comigo não tinha nada disso. Eles vinham aqui em casa, o carnaval e tudo, mas não era, era um namoro discreto, muito discreto mesmo, porque era um costume da época. Na Praça Pedro II, as moças só ficavam até nove horas, nove horas tocava a corneta, encerrava o expediente na Praça Pedro II.⁴⁸⁵

Da mesma geração de Genu Moraes, Yara Vilarinho, conta que nos anos 1940, o namoro

era muito respeitado, não era assim como hoje não! O namoro era assim: você sentava perto, conversava, pegava na mão dele. Meu Deus, uma vez um rapaz deu um beijo na minha cabeça, eu acabei logo. Na mesma hora eu acabei o namoro. Aquilo era um escândalo!⁴⁸⁶

A condição de *arrochado* igualmente qualificava o namoro. Indagada acerca dessa modalidade de namoro, a referida entrevistada respondeu:

não era nada demais, minha filha. Era só ir à praça todos os dias, conversar na vista de todo mundo, pegar na mão. Porque não existia motel, não existia essa história de..., de festa noturna em fazenda, essas coisas. Não tinham essas coisas não. Você não ficava só com o rapaz. O namoro mais inocente do mundo, muito diferente desses de hoje.⁴⁸⁷

Entrevistados e entrevistadas, nascidos nas décadas de 1920 e 1930, também qualificam o namoro como respeitoso, discreto e severo, demarcando diferenças em relação às formas de namoro configuradas sob o impacto da revolução sexual e de comportamentos desencadeada a partir dos anos 1960.

Segundo Mary Del Priore, nos anos 1930, 1940 e 1950, uma das mudanças verificadas no namoro foi o fato de as pessoas beijarem-se, tocarem-se e acariciarem-se por cima das roupas.⁴⁸⁸ Em Teresina, a despeito de o namoro ser qualificado de respeito, de discreto, de puro, indicando a ausência de exploração do corpo e da sexualidade, nessa fase do processo de formação de casais, plurais eram as experiências possíveis, quanto ao nível de intimidade. A partir da análise das memórias e das entrevistas, pode-se dizer que havia namoros com e sem beijo na boca e de carícias variadas, cujo limite, dificilmente ultrapassado, era o

⁴⁸⁵ CORREIA, G., 2008.

⁴⁸⁶ OLIVEIRA, 2007.

⁴⁸⁷ OLIVEIRA, 2007.

⁴⁸⁸ PRIORE, 2006, p.283.

intercurso. Sobretudo, na década de 1950, o usufruto do corpo, com a manutenção da virgindade, caracterizava o namoro, especialmente, o noivado.

Maria Albuquerque, nascida em 1932, lembra que teve dois namorados. Com ambos, confessa que não dava muita liberdade, o beijo na boca não era prática que se permitia. Raimundo Nonato Monteiro de Santana, nascido em 1926, por sua vez, rememora que, no início dos anos 1940, sabia apenas de duas jovens que se deixavam beijar.

O receio das moças diante do beijo era resultado da formação recebida. Era dito às moças que aquelas que se deixassem beijar permitiriam a seguir intimidades mais perigosas à honra feminina. Ademais, os rapazes após conseguirem o beijo, perdiam o interesse pela jovem, tornando-se seu difamador. Assim, não se permitir o beijo na boca poderia ser tanto uma tentativa de manter o namorado, quanto a reputação. Na avaliação de Yara Vilarinho, as jovens evitavam o beijo porque

ficava mal falada, mal vista. E o povo ainda incutia na cabeça da gente, os educadores, que aquele rapaz que conseguisse o beijo, não dava valor a gente. Incutia tanto na cabeça da gente, que era de tal maneira que fazia uma lavagem cerebral tão grande, que a gente acreditava mesmo. Se eu deixar ele me beijar, ele não quer mais saber de mim, então eu não deixo.⁴⁸⁹

Importa destacar ainda que a relutância feminina em aquiescer beijar reforçava o vínculo amoroso e insuflava o interesse e o desejo masculinos. Eis, por exemplo, o que registrou com sensibilidade o poeta:

Sinto uma sensação voluptuosa e estranha
Ao te apertar a mão aristocrática e fina,
E levo ao te deixar gravado na retina
O teu perfil ideal das filhas lá da Espanha

Eu quero te esquecer, e nesta atroz campanha
Perde sempre a razão, o coração domina;
Vencido ao teu olhar, que prende e que fascina,
Eu não posso fugir dessa atração tamanha

Eu sofro como Tântalo a sede de teus beijos,
E vivo a sufocar meus íntimos desejos
Numa luta sem fim, interminável, cruel!⁴⁹⁰

As mulheres que viveram a juventude no período em estudo foram alvos de diferentes concepções acerca do beijo. No discurso católico, beijar era pecado, era prática impura por

⁴⁸⁹ OLIVEIRA, 2007.

⁴⁹⁰ MODESTO, Jorge. Suplício de Tântalo. *O Tempo*, Teresina, ano 2, n. 245, 16 ago. 1934.

insuflar o desejo masculino. Visão compartilhada por pais e mães mais conservadores. Em produtos culturais, tais como revistas femininas e cinema, o beijo na boca era visto como sinônimo de namoro e de satisfação afetiva.

Em quadrinhas populares revida-se a concepção de beijo na boca como pecado, associando-o ao prazer. Eis os versos:

Se amar fosse crime
Se beijar fosse pecado
O céu estaria vazio
E o inferno estaria lotado

Dizem que beijo na boca
É um pecado horroroso
Não sei porque Deus deixou
Este pecado tão gostoso⁴⁹¹

Através dessa fonte, se observa que a boca era considerada sedutora e objeto de desejo de rapazes e de moças. São muitos os versos que a erotizam e expressam o prazer de beijá-la. Eis alguns exemplos:

Beijo na boca
É dado com emoção
Não deixa sinal nos lábios
Mas deixa no coração

É triste ver uma estrela
E não poder pegar
É triste ver sua boca
E não poder beijar

Amor é sempre mistura
De sentimento e desejo
Trazendo a gente a ventura
De unir as almas num beijo

Toda vez que te vejo
Fico louca para te beijar
O sangue corre nas veias
O coração sai do lugar.⁴⁹²

As moças conviviam com desejo e medo. Desejo de beijar, de ser beijada... Medo de pecar, de desamor, de se tornar *mal falada*. E assim, enquanto algumas não permitiam o beijo na boca, outras beijavam desde que estivessem “bem escondidas”.⁴⁹³ Isto porque qualquer

⁴⁹¹ QUEIROZ, A., 2006.

⁴⁹² QUEIROZ, A., 2006

⁴⁹³ SANTANA, 2007.

demonstração de intimidade em público desqualificava a *moça de família*, como também transgredia as regras de decência. Lembra Augusto Castelo Branco, nascido em 1926, que, quando namorava sua esposa, “tinha beijo, [...] na despedida do portão tinha beijo. Não beijava na vista dos outros não, não beijava na vista dos outros não. Era sem ninguém saber. Beijava só na hora quando não tinha ninguém presente”.⁴⁹⁴

A discrição em relação à expressão dos afetos destacada no depoimento citado indica a incorporação do embaraço e da vergonha, típica do processo civilizador tal qual abordado por Norbert Elias,⁴⁹⁵ na subjetivação de moças e de rapazes, de classe média e alta. O toque, a carícia e, sobretudo, o beijo faziam parte da esfera íntima, da afetividade do par, que deveria ser protegida do olhar do outro. A experiência desses sentimentos-sensações era mais densamente vivida pelas moças, uma vez que o pudor era um atributo feminino. Era papel feminino dosar a visibilidade dos afetos.

A postura discreta e pudica era também uma forma de distinção social, pois intimidades no namoro e namoro escandaloso eram associados a moças pobres, especialmente, às empregadas domésticas.⁴⁹⁶ O que não significa dizer que entre os setores mais abastados não houvesse intimidade nessa etapa de formação de casais. Algumas jovens mais ousadas namoravam beijando e acariciando. A diferença diz respeito à visibilidade dos afetos. Quando indagada a respeito da intimidade no namoro em sua época, Maria Albuquerque respondeu: “minha filha, pra falar a verdade tinha namoro de todo jeito, sabe? Tinham umas mais avançadas, tinham outras mais recatadas. Tinham os namoros puros [risos]. Viu?”⁴⁹⁷

Nos namoros avançados, os enamorados “ficavam sozinhos, nos becos. Às vezes, até nos escuros, à noite. Eles ficavam sozinhos, na rua, nas praças. Quando era na praça, então, procuravam aqueles cantinhos mais escuros, pra ficarem!”⁴⁹⁸

Depoimentos e memórias de homens que viveram a juventude no período corroboram a leitura de Maria Albuquerque. Segundo A. Tito Filho, que nasceu em 1924, o namoro em Teresina era namoro de olhar e de bolinação. Raimundo Nonato Monteiro de Santana lembra que contatos mais íntimos ocorriam. Em situações-limite, a jovem “sabia se defender! Sabia se preservar! Ela queria casar. Nesse tempo a moça que não era virgem era difícil casar. O sujeito não queria!”, acrescenta o entrevistado.

⁴⁹⁴ CASTELO BRANCO, Augusto. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

⁴⁹⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v.1.

⁴⁹⁶ NO MERCADO público. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 34, 17 jul. 1920.

⁴⁹⁷ ALBUQUERQUE, 2007.

⁴⁹⁸ ALBUQUERQUE, 2007.

Entre o final dos anos 1930 e o início dos anos 1940, um grupo de moças possivelmente permitiu-se explorar o corpo de forma intensa. Trata-se do chamado *time das guabirabas*, formado por moças e rapazes da alta sociedade. Segundo Maria Albuquerque, nesse grupo havia também

[...] homem casado, era tudo, era médico. Eles se juntavam com elas, os rapazes, não queriam nada! Queriam só mesmo brincar, se divertir, tirar proveito. Eram rapazes decentes, às vezes, senhores, até. Deixavam as mulheres em casa e iam fazer as coisas na rua.⁴⁹⁹

Conforme os depoimentos, sob o pretexto de catar guabirabas, as moças saíam de carro, na companhia exclusiva dos rapazes e/ou senhores para as franjas da cidade, nas intermediações dos atuais bairros Vermelha e Piçarra. A representação do sexo como força desregrada, que se manifestava com toda intensidade, quando não havia freios, levava homens e mulheres a envolverem em um manto erótico moças e rapazes que permaneciam sós. A solidão a dois era indício de experiência sexual. Assim, o fato de saírem moças e rapazes sozinhos em carros, levou a cidade a atribuir intimidades sexuais a esses encontros. Na leitura dos entrevistados e das entrevistadas, esses passeios eram oportunidades em que se delineava um namoro mais íntimo, onde moças e rapazes tinham maior liberdade de abraçar-se, de beijar-se e de acariciar-se.

Excetuando os casos-limite em que moças e rapazes chegavam ao intercuro, esta experiência foi a mais ousada no período, sobretudo, por indicar de forma explícita intimidades no namoro e por inaugurar uma nova prática – a fuga do par, do olhar vigilante da família e da sociedade. O namoro na praça, nos bailes e no cinema, era objeto de controle. A possibilidade de intimidade era furtiva e fugaz. Nas franjas da cidade, a natureza conivente acolhia os enamorados e propiciava a vivência de aconchegos duradouros, longe de olhares indiscretos.

Homens e mulheres percebiam a solidão e o isolamento do casal como indício de experiência sexual. Com efeito, a experiência das jovens que compuseram o *time das guabirabas* inscreveu, no imaginário social, o usufruto do corpo durante o namoro.

Importa destacar que, no período em estudo, as mulheres procuravam manter silêncio acerca das práticas, que, porventura, lhe trouxessem má reputação. Basta lembrar que, geralmente, não se permitiam beijar em público, ressaltando, sempre que necessário, a pureza

⁴⁹⁹ ALBUQUERQUE, 2007.

de seus atos e sentimentos, mesmo que o discurso não correspondesse à prática. No caso das jovens que catavam guabirabas, as práticas que desafiavam as normas eram explícitas.

Suas práticas tornaram-se um escândalo na cidade e assunto comentado em muitas rodas. O desejo atizado e/ou consumado nas franjas da cidade, através de murmúrios e conversas, provocou uma onda de libido. A fala condenatória despertava prazer e fantasia e também tornou *mal faladas*, as moças que ousaram passear sozinhas de carro, na companhia de rapazes. Lembra Yara Vilarinho que, “moça do time das guabirabas ficava marcada. Ninguém queria mais. Se um rapaz de família passasse perto de uma moça dessas, um rapaz de família, a família era até capaz de matar.”⁵⁰⁰

Essa memória da entrevistada indica o peso da exploração do corpo na desqualificação feminina e também o papel pedagógico da difamação. Ela ameaçava as moças, ao afirmar que aquelas que se permitiam intimidades, não casavam, pois ficavam marcadas. E, desse modo, conformava as moças em *moças direitas*, bem como encaminhava o usufruto do corpo para o casamento. Além de provocar erotismo, a referência ao episódio das guabirabas, visava lembrar às moças que não deveriam agir da mesma forma.

Essa postura era fruto da rigidez dos costumes e também dos riscos que envolviam as jovens que exploravam o corpo. O sonho de casamento, despertado pelo intenso erotismo, que marcava a trajetória do flerte ao noivado, poderia malograr, se o desejo fosse consumado. “Desejo e amor encontram-se em campos opostos. O amor é uma rede lançada sobre a eternidade, o desejo é um stratagema para livrar-se da faina de tecer redes. Fiéis a sua natureza, o amor se empenharia em perpetuar o desejo, enquanto este se esquivaria aos grilhões do amor”.⁵⁰¹ Se o amor, “vontade de cuidar” e de “preservar o objeto cuidado”,⁵⁰² não tivesse sido cultivado, o par corria risco de morte.

Ademais, aquelas consideradas generosas nos contatos físicos eram alvo de comentários que maculavam suas imagens, certamente, dificultando namoro para casar. A esse respeito, eis trecho da entrevista de Augusto Castelo Branco:

Tinha a praça, então ali quando dava 9 horas, que tocava a corneta, aquelas que tinham controle, que eram, obedeciam aos seus pais, que eram obedientes, iam para casa e outras não iam, ficavam por lá com seus namorados encostadas por algum lugar. Isso dava o que falar: fulana não vai para a casa às 9 horas, fica na rua namorando. Ficava escuro e ninguém podia ficar. Naquele tempo era assim, quando tocava a corneta das 9 horas,

⁵⁰⁰ OLIVEIRA, 2007.

⁵⁰¹ BAUMAN, 2004, p. 25.

⁵⁰² Ibid., p. 24.

no quartel, o quartel era em frente, todos, eu mesmo, até os homens iam embora, mas tinha quem ficasse.⁵⁰³

Quando indagado, se os rapazes comentavam esses casos, o entrevistado respondeu: “falavam, falavam e comentavam e sabiam quais eram as que tinham mais liberdade, a fulana de tal tem mais liberdade, fica até depois das nove horas na rua, não vai para casa cedo ou vai para festa. Porque nesse tempo também sempre tinha festinha aqui e acolá”.⁵⁰⁴ Em muitos casos, eram os próprios namorados que faziam os comentários e produziam a má fama feminina.

O namoro e noivado eram sedimentados pela sociedade. A passagem para o casamento era alvo de controle social. “Pares formados por amor ou por inclinação amorosa são dependentes de costumes, de tradições, de círculos de convívio, de localidades, de laços de família e de posições na sociedade”, conforme mostra Thales de Azevedo, ao abordar as regras do namoro à antiga.⁵⁰⁵ Escolhas individuais também eram sociais. Os valores, as expectativas do grupo marcavam as decisões do indivíduo. As representações de feminino e de masculino ideais operavam na formação e na permanência do par. A expectativa da família e do grupo, nos quais o rapaz estava inserido, era que sua escolha matrimonial fosse uma *moça direita* e não uma *mal falada*. Com efeito, ser representada como moça *mal falada*, de fato, dificultava o casamento.

Em caso de namoro em que havia intenção de matrimônio, também era comum o fato de o rapaz procurar seguir as normas, protegendo a imagem da moça, o que era lido como expressão de amor e de respeito. Possivelmente para demonstrar a intenção de namoro sério, o futuro marido de Yara Vilarinho marcou o primeiro encontro com a jovem na Igreja São Benedito, às cinco horas da tarde. Acerca de seu namoro com a jovem que viria a ser a sua esposa, Augusto Castelo Branco ressalta: “Eu, primeiro que meu pai exigia e ela também obedecia, ela não ia dar essa..., eu não ia ficar com ela, com a namorada até tarde na rua, até depois das nove horas. O mais tardar nove, nove e meia a gente estava indo no rumo de casa”.⁵⁰⁶

A aproximação dos corpos e o contato físico estavam sob a mira dos pais, das mães, dos irmãos, dos parentes, dos vizinhos, da sociedade em geral, enfim. Uma vez que o namoro ocorria, sobretudo, nas praças, nos bailes e no cinema, pais, mães e responsáveis observavam com quem suas filhas conversavam e dançavam. A fiscalização era exercida, tanto de forma

⁵⁰³ CASTELO BRANCO, A., 2007.

⁵⁰⁴ CASTELO BRANCO, A., 2007.

⁵⁰⁵ AZEVEDO, 1986, p. 13.

⁵⁰⁶ CASTELO BRANCO, A., 2007.

direta quanto indireta. A esse respeito, Maria Albuquerque acentua que, ainda menina-moça, era incentivada pela avó a acompanhar uma de suas irmãs mais velhas, para que, no dia seguinte, pudesse relatar com quem a irmã havia dançado.⁵⁰⁷

Era comum a circulação de pais, irmãos, parentes ou responsáveis pela praça Rio Branco e, posteriormente, na Pedro II, e a respectiva observação das moças da família e de suas companhias. A família buscava saber se as filhas estavam namorando e também identificar os rapazes com quem flertavam ou namoravam, em vista a atuar, ora a favor da constituição do par, ora não. No final dos anos 1930, por exemplo, a família da menina-moça Maria Eutália de Carvalho Leal procurou impedir que ela continuasse a namorar Djalma Martins Veloso, que veio a se tornar seu esposo, em 1950.

O meu relacionamento com Eutália começou quando ela tinha 11 anos de idade. Estava iniciando os estudos no Liceu Piauiense, onde passou dois anos. Descoberto o nosso namoro, por um tio dela, o senhor João Gonçalves (comissário de polícia em Teresina), que nos pegou na praça Pedro II, o pai Benedito Portella Leal faz a sua transferência para o Colégio das Irmãs, como interna, objetivando nos afastar. Para nós, foi dado um tempo, como se diz nos dias de hoje.⁵⁰⁸

Na formação do par, além dos interesses e sentimentos individuais, atuavam o grupo e a família. A família julgava a compatibilidade entre as famílias, se o candidato ou a candidata estava à altura em termos econômicos, sociais, culturais e étnicos e familiares, e ainda se prometia ser um bom esposo ou uma boa esposa. Candidatos e candidatas eram julgados pelas representações da *boa moça* e do *bom rapaz*. Quando a avaliação era positiva, a família favorecia o par; quando não, buscava desintegrá-lo. Maior controle era exercido sobre as escolhas femininas.

O namoro poderia ser um momento de choque com a família, pois os interesses e expectativas individuais e as familiares nem sempre coincidiam. Algumas jovens se rebelaram contra pai, mãe e parentes para namorar quem gostavam. Em certos casos, seus interesses prevaleceram, em outros, não. Em situações-limite, moças de camada média e alta namoraram, inclusive, homens casados.⁵⁰⁹

Algumas famílias, a fim de evitar namoro de seu desagrado, enviavam suas filhas para residir em outra cidade, conforme aconteceu a uma colega de Mundiquinha Machado. Por

⁵⁰⁷ ALBUQUERQUE, 2007.

⁵⁰⁸ VELOSO, Djalma. Maria Eutália Veloso. In: KRUEL, Kenard. *Djalma Veloso: o político e sua época*. Teresina: Zodiaco, 2006. p. 71

⁵⁰⁹ OLIVEIRA, 2007.

namorar rapaz não aceito pela família, a jovem foi obrigada a ir embora para o Rio de Janeiro.⁵¹⁰

O controle exercido pela família, algumas vezes, desencadeava resultados diferentes daquele esperado. A oposição poderia funcionar como obstáculo que propiciava o cultivo do amor e a permanência do desejo. O par poderia se formar contra a família. O amor como subversão das regras, representação do amor romântico, conformava e sedimentava o par. Nesses casos, a passagem do namoro ao casamento, muitas vezes, ocorria através da fuga, que, colocando em xeque a honra da moça e de sua família, favorecia a aceitação do casamento, conforme ênfase no quarto capítulo.

Os amigos e amigas também agiam a favor ou contra o par enamorado. Isto é perceptível no seguinte trecho da entrevista de Augusto Castelo Branco, em que narra o início de seu namoro com Ana Vitória, sua futura esposa.

No carnaval de 1949, tinha uns colegas, uma meia dúzia e disseram assim: vamos fazer um bloco, bota umas camisas todas iguais para nós irmos uma festa do bloco, chamado Fanfarrões, no Theatro 4 de Setembro. Bom, houve essa festa, nós fomos. O nosso grupo foi à festa e lá encontrei com a Ana Vitória e comecei a dançar a noite toda. Quando foi no dia seguinte combinamos: nós vamos amanhã para o Clube dos Diários! O baile amanhã é no Clube dos Diários! E ela era de Bom Jesus e tinha dois colegas de Bom Jesus, não sei se você conheceu o Eli Piaulino, que hoje é fiscal de renda, e o Luis Coelho, que foi juiz, foi desembargador, morava nessa casa com o Joaquim Ferreira, moraram muitos anos aí. Aí eles começaram a dizer: Augusto, rapaz, essa menina que você está dançando aí, ela é lá de Bom Jesus, ela é nossa conterrânea, é gente muito boa. Namora e casa com ela! Porque que tu não namora para casar com ela? Começaram a dizer essas coisas. Ela é gente muito boa! Começa a namorar com ela para casar, rapaz! Aí aquilo me tocou. Eu comecei a me incentivar, procurar, ela também começou me procurar e aí foi dando, deu certo, e deu casamento. Ela foi minha primeira namorada, as outras eram só no pensamento. Antes dela não tive namorada, só no pensamento.⁵¹¹

No período, o amor é um relato elaborado pelos enamorados, a família e o grupo a que pertencem. Assim, a formação e a legitimação do par dependem das relações entre os enamorados e dos interesses em jogo no universo social no qual estão inseridos.

Em decorrência do ideal de pureza feminina e de o casamento constituir o espaço legítimo de vivência da sexualidade para as mulheres de classe média e alta, o namoro e seus significados eram objeto de controle familiar e social. Em termos normativos, o namoro era visto como uma das etapas da constituição do casal, sua função era corroborar para que a

⁵¹⁰ MACHADO, 2008.

⁵¹¹ CASTELO BRANCO, A., 2007.

atração sexual levasse ao casamento. O ato de namorar por prazer e por passatempo, sem intenção de casamento, era desestimulado.

Essa forma de significar o namoro tem visibilidade nas quadrinhas populares. Embora namorar para casar constitua a norma e o desejo de muitas jovens, no conjunto de quadrinhas publicado na obra *Quadrinhas populares*, de Áurea Queiroz,⁵¹² um dado que chama a atenção é a existência de poucos versos que estabelecem a relação direta entre namoro e casamento. Isto indica a clivagem entre o ser e o dever ser e a presença de diferentes formas de representar o namoro. Se o dever era namorar para casar, na prática, poder-se-ia namorar porque namorar é bom!

Lá em cima daquela serra
Tem duas pedras de amolar
Uma amola outra desamola
Coisa boa é namorar

O gosto do namoro poderia ser dado também por competição ou por pirraça, como expressa a quadrinha:

Atravessei um rio
Nas asas de um besouro
Namoro aquele menino
Por pirraça e desaforo

Ademais, as meninas, além de namorarem por pirraça, poderiam fazê-lo aos doze anos sem conhecimento do pai e da mãe, tal qual diz o verso:

Plantei cebola branca
Na cacimba de beber
Namorei com doze anos
Sem papai, mamãe saber

Namorar escondido acontecia, principalmente, quando o escolhido não se inseria nas expectativas familiares e sociais. Como o namoro era uma etapa no processo de escolha do cônjuge, as moças não deveriam se envolver com rapazes que não prometessem ser bons maridos. A expectativa era que a escolha afetiva recaísse sobre um rapaz honesto e trabalhador, que pudesse desempenhar a contento o papel de pai e provedor familiar. Mas nem sempre eram essas qualidades que despertavam o interesse feminino. Muitos rapazes atraíam pela beleza, pela alegria, pela cultura e pelo fato de saber dançar.

⁵¹² QUEIROZ, A., 2006.

Quando o namoro era aceito, dependendo do rigorismo dos pais, adentrava a casa. Nesses casos, entendia-se que a intenção do rapaz era o casamento, pois o rapaz que entrava na residência de uma moça era porque pretendia casar. Em casa, o namoro era na sala, sob a presença de um terceiro, que poderia ser o pai, a mãe, uma tia, um irmão ou irmã.

Para ficar a sós, em momentos fugazes, às vezes, tinham sede e pediam água ou ainda a jovem sugeria que oferecessem um café ou uma sobremesa ao rapaz. E nessa saída rápida, aconteciam furtivos contatos. Yara Vilarinho relembra que, nesses casos, “As mães sempre eram mais camaradas. Elas saíam um pedacinho e voltavam. Ficavam fiscalizando por longe, mas a ordem do velho, do pai, era dura”.⁵¹³

A observância de fiscalização do namoro das filhas era uma forma de assegurar o tabu da virgindade como também a valorização da jovem. Para os pais, o encontro de uma moça e de um rapaz era sempre um momento de perigo. E o cuidado com as filhas era indício de que a jovem era casta e pura. Isto demonstrava que se tratava de uma jovem bem educada, que os pais zelavam por seu comportamento. A dificuldade de ficar a sós, de ter encontros furtivos, longe de afastar o pretendente, estimulava o casamento. No jogo de encontros fugazes e furtivos, crescia o desejo, desejo que só deveria ser realizado com o casamento.

O acesso à casa da jovem era mais comum após o noivado. Nesses casos a fiscalização era igualmente rigorosa, uma vez que o noivado era visto como momento de perigo. Supunha-se que durante o noivado pudessem acontecer intimidades maculadoras da reputação da moça. Essa suposição era tão forte que, quando acontecia de uma jovem terminar um noivado, desqualificava-se no mercado sentimental. Sobre ela pairava a suspeita de que não ser mais virgem ou de ter concedido excessivas liberdades.

Para não manchar a reputação da moça, os noivados não deveriam ser nem muito longos, nem muito curtos. A família interferia no sentido de conduzir a passagem da tutela do pai para a do esposo, na expectativa de que não houvesse incidentes. Como o noivado era um momento de aprendizagem da futura vida conjugal e do exercício dos futuros papéis de esposa e esposo, quando a família considerava que os futuros esposos eram muito novos ou não tinham ainda maturidade suficiente para assumir a vida de casados, procurava postergar o casamento; em outros casos, sobretudo, quando o noivado já se estendia por muito tempo, procurava apressá-lo. Augusto Castelo Branco conta que marcou o casamento com Ana Vitória, mas sua futura sogra, o adiou. Segundo o entrevistado, dona Beliza, sua sogra,

⁵¹³ OLIVEIRA, 2007.

[...] achava que nós estávamos ainda muito jovens, ela achava assim. Eu tinha só 22 anos e Ana Vitória parece que tinha 18 ou 19 anos. Ela achava que nós éramos muito jovens. Eu marcava e ela sempre ficava dizendo: casar agora não! Não casa não, que vocês estão muito novos! Vão namorar, noivar! Dizia para a gente namorar, não queria que a gente casasse não, aí adiou. Mas até que não adiou muito não. Foram só dois anos, noivamos só dois anos, depois que ficamos noivos, dois anos depois casamos logo. Ela tinha 24 anos e eu tinha 25 ou 26 anos.⁵¹⁴

Noivados longos eram objeto de controle social e de comentários indiscretos. Eis o que registrou um cronista acerca de certo casal: “Que eles são noivos muita gente sabe, mas, quando se casam é que ninguém é capaz de responder. Ainda um dia desses eles estavam a arrulhar que só dois pombinhos e os vizinhos murmurando coisas.”⁵¹⁵ Compartilhando a representação do sexo como força desregrada os vizinhos, certamente, viam no arrulhar, o erotismo que envolvia o casal.

Namoro ou noivado respeitoso, contido, não era sinônimo de ausência de desejo e ou de emoção. Ao contrário, a contenção dos costumes, exigida pelas regras de decência, que norteavam as relações de gênero, os cerceamentos que limitavam a participação feminina no espaço público e a atribuição às moças da função de civilizar o usufruto do corpo, fomentavam o erotismo.

Fantasiar e explorar intensamente os sentidos, na busca de fruição do prazer, é uma das características do período em estudo. Lucídio Freitas, em 1912, já expressava o poder da fantasia, na fruição do corpo feminino.

Olho-te, e o meu olhar, - meu sentido eletivo -,
Faz-se um outro sentido em feição fictícia...
O gosto também vê; e o som sendo expressivo
Dá forma à vibração, na cor a mais propícia...

Despe-te o meu olhar: e profano e cativo,
- Finos dedos de luz com palpos de carícia -,
Palpa-te o corpo todo: e beija-o, claro e vivo,
Como lábios de amor que bebessem delícia...

Ramos de um tronco só! Não se apartam! O olfato
Toma corpo também; e até podemos nós
Calcular a beleza apenas pelo tato...

São cinco almas do Amor, e fontes do Desejo...
Crê tu, ó minha Amada! ouvindo a tua voz
Vou sabendo na boca o sabor do teu beijo!...⁵¹⁶

⁵¹⁴ CASTELO BRANCO, A., 2007.

⁵¹⁵ TREPAÇÕES. *A Cidade*, Floriano, p.4, 27 mar. 1930.

⁵¹⁶ FREITAS, Lucídio. *Poesia completa*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1995. p. 41.

As cinco almas do amor e fontes de desejo propiciavam múltiplas sensações, do flerte ao noivado. Segundo homens e mulheres que viveram a juventude no período, intensas eram as emoções vivenciadas. A contenção dos costumes dotava de grandes significados pequenos gestos e atos. Olhares, toques, cartas, serenatas despertavam fortes sensações de enleio, de contentamento e de dor, bem como o desejo afetivo-sexual.

A proibição de intercuro durante o namoro e o noivado possibilitava fruição refinada dos contatos furtivos. “As mãos dadas, os beijos roubados, o aconchego mais próximo na dança, os abraços de despedida eram aventuras perigosas, que davam ao namoro um calor mais intenso [...]”.⁵¹⁷ Um olhar, um sorriso, um toque furtivo causavam grande alegria. O encontro e o contato eram aguardados com ansiedade. As mãos e os lábios eram objeto de desejo e de contentamento.

Nas horas lentas, lentas de agonias,
E que não vens!... O meu olhar incerto,
Na voz dolente das melancolias,
Implora ver as tuas mãos de perto.

Enfim tu vens!... Desejos incontidos!
Vou beijá-las... beijá-las largamente...
Mas desespero... Perco os meus sentidos...
[...]⁵¹⁸

O intenso calor dos fugazes encontros permanecia na memória, alegrando noites e momentos de folga. A dimensão afetiva da memória e sua capacidade de atualizar as lembranças agindo,⁵¹⁹ propiciava o cultivo do desejo e do amor. Os sentimentos-sensações expandidos nos encontros eram revividos em momentos de ausência e narrados quando das sociabilidades. Era comum o fato de as moças se reunirem e passarem horas a conversar e relembrar afetos, flertes e namoros. O que estava longe dos olhos e dentro do coração se transformava em palavras-sentimentos.⁵²⁰

⁵¹⁷ AZEVEDO, 1986, p. 22.

⁵¹⁸ MONTE, João do. *A Cidade*, Florianópolis, p. 1, 27 mar. 1930.

⁵¹⁹ A respeito da dimensão afetiva da memória, ver SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004. p. 37-58; SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des) continuidade e projeção: uma reflexão (in) atual para a história? *Projeto História*, São Paulo, n. 24, p. 43-63, jun. 2002.

⁵²⁰ OLIVEIRA, 2007.

Era também o fulcro de toadas sentimentais, tal qual a escrita por Jandira Carvalho,⁵²¹ citada a seguir. Nessa toada, Jandira expressa o erotismo pulsante em seu coração enamorado e sensações-sentimentos que a invadiam.

Meus versos nada mais são
do que pedaços frementes
deste inquieto coração:
São suspiros e desejos
que despontam, como harpejos
na sinfonia dos beijos
ao fogo de uma paixão,
enquanto a saudade cresce
e o luar à terra desce
num murmúrio de prece,
numa saudosa canção...

São versos enluzados,
poemas iluminados
pelos astros constelados
do céu da minha ilusão,
Meus versos têm harmonia;
são auroras de alegria,
promessas de um novo dia
defazendo a solidão.
E cada estrofe traduz
a vida que me seduz
nos áureos braços da cruz
que é teu corpo divinal
onde, tal qual num altar
me deixo crucificar
e principio a rezar
num crescendo emocional

Meus versos nada mais são
do que romances ardentes
de namorados ausentes
em serenatas dolentes
chorando a separação,
E quando arranjo meus versos
de pensamentos dispersos
vejo muitos universos
Numa nova Criação.
E das massas nebulosas
surgem mundos como rosas
são flores maravilhosas
de um jardim fenomenal...
[...]

⁵²¹ CARVALHO, Jandira. Toada sentimental. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, 1949.

Sentimentos-sensações vivenciados no namoro ficaram registrados na memória de mulheres e homens que viveram a juventude, no período em estudo. Yara Vilarinho, por exemplo, lembra que o namoro

ah era muito gostoso! Olha, a gente... Quantas vezes eu tinha um namorado, a gente ficava na esquina conversando. O namorado passava na outra esquina, mas só em a gente ver, a gente já ficava completa. Não precisava mais nem ver, nem pegar na mão, nem nada, já estava completa. Só em a gente ver, o dia já estava completo, ficava feliz da vida, só em ver.⁵²²

Raimundo Nonato Monteiro de Santana da mesma geração de Yara, por sua vez, conta:

Eu lembro um dia, eu tinha um namorinho, de dois ou três dias. Ela estava na fazenda com os pais, aí eu fui lá com meus pais e meus irmãos, a gente veio caminhando, era perto, duas léguas. Fomos e voltamos caminhando. Ela dormiu lá em casa porque os pais dela ficaram lá e uma noite, nós estávamos na mesa, sem eu querer minha mão bateu... Minha mão bateu na perna dela, então eu deixei levemente. Aí eu deixei lá, não tirou a perna, nem disse nada! Ao sentir o toque, você não imagine, eu quase morri do coração e acredito que ela também! Hoje não tem essa emoção!⁵²³

Essas memórias remetem à promessa de vida – sentido do erotismo⁵²⁴ – que brotava em moças e rapazes das camadas mais elevadas, do flerte ao noivado, e os direcionava ao casamento. Especialmente, as moças, cuja consumação legítima do desejo limitava-se ao espaço do matrimônio. O erotismo e as barreiras impostas ao usufruto do desejo afetivo-sexual, portanto, corroboravam para a subjetivação feminina centrada no casamento. Eles desencadeavam o desejo de casar e o sonho de felicidade no casamento. Manter os corpos femininos castos até o matrimônio, contudo, não era um movimento suave e sim convulsionado, conforme enfatizarei no próximo capítulo.

⁵²² OLIVEIRA, 2007.

⁵²³ SANTANA, 2007.

⁵²⁴ BATAILLE, 1988.

3 EMBATES DE EROS

A classificação dos indivíduos a partir da sexualidade, característica das sociedades modernas, conforme mostra Foucault,⁵²⁵ marca a construção das identidades de gênero no período em estudo (1920-1960), em Teresina. As sexualidades legítimas e periféricas eram referências, a partir das quais se especificavam homens e mulheres. Especialmente, as mulheres, cuja sexualidade era problematizada. Representadas em moças de família ou direitas, moças faladas, solteironas, casadas, adúlteras, amasiadas e prostitutas, as mulheres eram hierarquizadas a partir do enquadramento no campo da sexualidade regulada. Enquanto as condições de moça de família e de casada eram respaldadas, socialmente, as demais eram desqualificadas, sobretudo, a de prostituta.

No caso dos homens, as condições que os desqualificavam eram a de homossexual e a de marido traído, percebidas como indicadoras de ausência e/ou insuficiência de potência sexual. A questão importante em relação à sexualidade masculina era promover a aprendizagem e a vivência sexual, fundamentais à atualização do modelo de masculinidade hegemônica⁵²⁶ e, ao mesmo tempo, evitar que se afirmassem enquanto homens com as moças de família.

A definição das identidades de homens e mulheres, a partir da sexualidade, implicou a produção de hierarquias e de diferenças de gênero, bem como o delineamento do casamento enquanto espaço legítimo e restrito de usufruto do corpo para as mulheres respeitáveis. No caso das mulheres, experiência sexual fora do matrimônio, visível ou atribuída, tinha por contrapartida a desqualificação social e moral. Em termos polarizados, as mulheres eram classificadas em respeitáveis e não respeitáveis, a partir da sexualidade. A primeira deveria ser virgem, se solteira, e fiel ao marido, se casada.

As moças deveriam se manter castas até o matrimônio, quando a relação sexual seria sacralizada. O intercuro antes do casamento era significado como uma queda e produzia uma

⁵²⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁵²⁶ A respeito dessa noção, ver CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, n. 20, v. 2, p. 185-206, 1995.

nova forma de classificação, caso a jovem não casasse e sua experiência se tornasse pública. Pertencendo aos extratos mais altos tornava-se, geralmente, *falada*. Só era representada como prostituta, caso passasse a circular ou residir na zona da Paissandu. Se a moça fosse pobre, comumente, era significada como prostituta ou amásia.

No caso dos rapazes, embora a castidade também fosse valorizada, por um segmento da sociedade, esta não era a perspectiva dominante. O que disciplinava a sexualidade masculina era, sobretudo, a necessidade de aprendizagem sexual antes do casamento. A castidade era um ideal vencido pelo valor atribuído à sexualidade ativa na definição da identidade masculina e na produção da heterossexualidade.⁵²⁷

Ao mesmo tempo em que a sexualidade ativa era significada como elemento fundante na construção da identidade masculina, a cultura criava mecanismos para resguardar os corpos das moças de família, cuja sexualidade deveria ser vivida apenas no casamento. A manutenção do casamento como espaço ideal de vivência da sexualidade tinha por condição as sexualidades periféricas vivenciadas no âmbito da prostituição. E também era relativa à definição das identidades femininas, a partir do comportamento sexual vivido ou atribuído, uma vez que a casadoura ideal era a moça de família.

Representadas como moças de família, cujo corpo a esse grupo pertencia, as casadouras, contendo seus impulsos, através do autocontrole, deveriam civilizar a expressão da sexualidade masculina e levar o jovem enamorado ao casamento.

Seus corpos foram alvo do poder disciplinar, de violência simbólica e física, para que se tornassem corpos castos. Contudo, nesse processo, também foram erotizados e fruíram prazer. Conforme acentua Foucault, o exercício do poder sobre o corpo também implica sua sensualização e “benefício do prazer”.⁵²⁸

Nesse capítulo, busco indicar hierarquias e diferenças de gênero na construção de códigos de sexualidade e sua relação com a conformação da casada.

3.1 PROVAS DE MASCULINIDADE

⁵²⁷ A respeito da coerção da sexualidade no sentido da heterossexualidade, ver SWAIN, Tania Navarro. Para além do binário: os queers e o heterogênero. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 87-96, 2 sem. 2001.

⁵²⁸ FOUCAULT, 1988, p. 52.

Para muitos homens das gerações estudadas, as primeiras experiências sexuais ocorreram na infância com outros meninos/rapazes ou com animais. Outros as viveram na adolescência com empregadas domésticas e com mulheres mais velhas. Outros ainda perderam a virgindade com prostitutas, em muitos casos, a pedido do pai, pois a iniciação sexual masculina, de forma ativa, era um ato ao qual se atribuía a assunção da condição de homem.⁵²⁹

Experienciar relação sexual com uma mulher era uma ação que constituía a masculinidade hegemônica,⁵³⁰ uma prova de que o menino/rapaz, de fato, era um homem. Importa destacar que a virilidade recorrentemente percebida como característica natural da sexualidade masculina é uma construção social e cultural que a aprisiona em padrões tão rígidos como os que incidem sobre a feminina. Os padrões são o que se diferenciam entre si, variando no tempo e no espaço.⁵³¹ Ademais, a sexualidade é também uma construção delineada em função da sociedade e da cultura⁵³², através da qual são elaboradas diferenças e hierarquias de gênero.⁵³³ Se, no caso das moças, a manutenção da virgindade era um símbolo de pureza, um ideal que deveria ser perseguido até o casamento; no caso dos rapazes, a aprendizagem sexual era uma exigência, uma vez que deveriam ser potentes e viris. A experiência sexual com mulheres era uma forma de afastar o fantasma da homossexualidade.⁵³⁴

Tal era a importância do exercício da sexualidade na construção da identidade de homens que viveram o período em estudo, que a necessidade de expressá-la rompeu com o ideal de circunscrever o sexo à esfera privada, característico do processo civilizador⁵³⁵, que informou a produção das subjetividades nas décadas em estudo. Com efeito, parte dos homens dos segmentos mais elevados se permitiu narrar experiências sexuais, em memórias e em romances escritos, a partir de memórias, como também forneceram informações dessa natureza, para que constassem em biografias. Este é o caso de Simplício de Sousa Mendes, magistrado, intelectual e jornalista, membro da Academia Piauiense de Letras. Simplício era

⁵²⁹ Acerca da relação entre sexualidade e identidade masculina, ver NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995; DAMATTA, Roberto. Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. In: CALDAS, Dário (Org.). *Homens: comportamento sexual*. São Paulo: Ed. SENAC, 1997. p. 31-50.

⁵³⁰ Acerca dessa noção, ver CONNELL, 1995.

⁵³¹ ENGEL, Magali. História e sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 299.

⁵³² A respeito da sexualidade como construção social e cultural, ver FOUCAULT, 1988; WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *Pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 35-82; PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, 2001, p. 125-150; BOSON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁵³³ BOSON, 2004.

⁵³⁴ DAMATTA, 1997.

⁵³⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

conhecido como *bamba da zona* e chamado por seus desafetos de *caçador de curicas*. Segundo A. Tito Filho, Simplício era assim denominado porque não rejeitava adversários políticos e por ser especializado na conquista da “mulataria apetitosa”.⁵³⁶

Em biografia escrita por Lili Castelo Branco,⁵³⁷ a partir do depoimento de Simplício Mendes, a sexualidade é um dado bastante ressaltado em sua trajetória. Observa-se, através da narrativa, sua identificação com seu pai, Mariano Mendes. O pai é descrito como um homem que, em meio às relações escravistas, não se casa, relacionando-se continuamente com diversas mulheres, dentre elas, escravas. A imagem tecida na biografia é a de um homem sensual, de temperamento quente, que vivencia incessantemente o desejo sexual, que sente necessidade de conquistas contínuas e que se alegra em expô-las.

Em memórias, que têm um papel na construção das identidades pessoais e grupais,⁵³⁸ referências a intercurso emergem quando da construção da imagem do memorialista, atestando sua condição de homem. Literalmente homens afirmam o vínculo entre heterossexualidade e masculinidade. Eis, por exemplo, trecho de *As Mamoranas estão florindo*, de Moura Rego.

[...] ao aproximar-me da casa da Firmina, ouvi a voz do Antônio Dionísio falando alto no terreiro. Escondi-me detrás de um pé de jatobá, à margem do caminho, para ouvir. Ele perguntava à cunhada quem tinha feito mal a ela. E lembrava que quando morava em sua companhia, na Suçuarana, falou-se de caso com um namorado. Ela negou. Naquele tempo não houve nada. A primeira vez tinha sido mesmo comigo. Aquela confissão, àquela hora e naquela situação, me deixou feliz. Valia como uma afirmação de minhas qualidades de homem.⁵³⁹

Essa confissão de Moura Rego possibilita dizer que a dimensão relacional da sexualidade, defendida por Roberto DaMatta, ao refletir sobre a construção da identidade masculina, a partir da brincadeira *tem pente aí?*⁵⁴⁰ caracteriza o período em estudo. Para se sentirem homens, os homens precisavam de atestado concedido pelas mulheres. Era através do relacionamento com as mulheres que homens afastavam o fantasma da homossexualidade, provando a si mesmos que eram heterossexuais.

⁵³⁶ TITO FILHO, A. O saudoso bamba da zona. In: CASTELO BRANCO, Lili. *Vida romanceada de Simplício de Sousa Mendes*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1987. p. 2.

⁵³⁷ CASTELO BRANCO, L., 1987.

⁵³⁸ CATOGRA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.p.15; LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 83, nov. 1998; POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212, 1992,

⁵³⁹ REGO, Raimundo de Moura. *As mamoranas estão florindo*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p. 180.

⁵⁴⁰ DAMATTA, 1997.

A sensação de sentir-se homem era mais intensa, quando da iniciação de uma virgem. É o que se infere da confissão de Moura Rego e do fato de ser comum, quando um rapaz mantinha relações sexuais com uma virgem, contar a experiência no universo dos pares. Essa atitude tinha o intuito de demonstrar que era mais homem que seus amigos. Georges Bataille, em *O erotismo*, argumenta que o ato sexual tem valor de proeza, que é acentuado, quando se trata de uma virgem.⁵⁴¹

Martins Napoleão, em 1927, representa a virgindade como terra selvagem e a associa à vida, à luminosidade, ao alento, ao vigor e à alegria. O que permite inferir que colhê-la era um ato idealizado e desejado.

Virgindade

Pareces nascida de um tronco de árvore,
fugida das matas, emersa de um rio,
banhada no sol de alegria dos trópicos.

És clara e cantante: pareces viver
da seiva das plantas, do riso das coisas.
Alegras a vista. Se a gente vê,

cansado do longo caminho da vida,
és melhor do que a água, num golpe de sede,
bebida na fonte, na concha da mão.⁵⁴²

Pedro S. Ribeiro, nas obras *Vento geral*, *A divisa* e *Club dos Diários* – mistos de romance e memória⁵⁴³ – veiculou representações dos corpos femininos e do masculino, bem como do intercurso que, também, indicam a importância da vivência da sexualidade na construção da identidade masculina.

Nas referidas obras, os diálogos entre personagens masculinos são momentos em que as experiências sexuais são socializadas e exibidas. A referência às práticas sexuais reafirma e assegura a condição de homem. Pedro S. Ribeiro protegido pelo alibi do gênero romance, que permite ao autor retratar cenas eróticas, “por mais que sejam biográficas”, como práticas “que dizem respeito aos personagens”, inscreveu com liberdade formas de perceber o corpo sexuado, que informaram práticas de homens e mulheres, no período em estudo. Através de

⁵⁴¹ BATAILLE, Georges. *O erotismo*. 3. ed. Lisboa: Edições Antígona, 1988.

⁵⁴² REGO, Benedito Martins Napoleão do. *Cancioneiro geral: 1920-1976*. [Teresina: COMEPI, 1981]. v. 1, p. 109.

⁵⁴³ RIBEIRO, Pedro S. *Vento geral*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1996; RIBEIRO, Pedro S. *A divisa*: romance. Teresina: EDUFPI, 1993; RIBEIRO, Pedro. *Club dos Diários*. Teresina: Halley, 2003; DIAS, William Palha. Club dos Diários, de Pedro da Silva Ribeiro. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, n. 61, ano LXXXVI, p.109-112, 2003; NUNES, M. Paulo. Discurso de recepção proferido pelo acadêmico M. Paulo Nunes. In: RIBEIRO, Pedro da Silva; NUNES, M. Paulo; LUSTOSA, Oton. *Discursos acadêmicos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001. p.31-49.

sua linguagem desnuda permite inferir a importância da exibição erótica e do enquadramento em uma sexualidade ativa, na elaboração da masculinidade hegemônica.⁵⁴⁴

Em *Vento geral*, o desejo sexual tanto é atribuído à prostituta quanto à mulher jovem. A personagem Calu, após deixar de ser virgem, “passou nas armas uma dezena ou mais no mofumbal atrás da sua casa.”⁵⁴⁵ Os homens de Uruçuí, por sua vez, deviam a Jesus, dona do cabaré Babilônia, “na cama, o passo inicial, feito a capricho e, em certos casos, a pedido dos pais”.⁵⁴⁶ A personagem Gercina é descrita como jovem cheia de vida, que, não satisfeita pelo marido, fazia a alegria dos garanhões.⁵⁴⁷ Sinhá, por sua vez, “se meteu com os machos pelo viço, o calor da idade...”⁵⁴⁸. O autor refere-se ainda às chamadas *moças ariscas*, que eram aquelas que não sabiam controlar seus corpos. E, se as mães relaxassem o controle, seriam obrigadas a realizar casamentos apressados.

Na mesma obra, paralelamente, o corpo feminino é visto como corpo apropriado e corpo desejante, que se abrasa, ardendo de prazer. O corpo de Marcelina, por exemplo, é um corpo a apropriar. Jovem criada na casa de Laura e Dioclécio é apresentada como “uma boa comida”. Eis o trecho: “Ele próprio, Dió, cobiçava a menina: uma boa comida, certamente... As pernas grossas, o corpo cheio e os peitos fornidos; um pecado à vista...”⁵⁴⁹

No romance, *A divisa*, as jovens são qualificadas de fegosas. O personagem Vicença era mãe “de quatro moças, cada qual mais fegosa – um fogareiro, dizia o Honorato”. A mãe mantinha as filhas sob olhar atento “contra o inimigo, o risco natural de apanhar uma filha no viço com os machos de olhos nos cabaços ainda preservados; a duras penas, se diga de passagem”. Janoca, morena faceira, “De carne e osso, no vigor dos seus dezoito anos, dúvida nenhuma a assaltava, no primeiro descuido, abriria ao Zé as suas pernas sem consideração de padre ou de altar”.⁵⁵⁰

No trecho, veicula-se a ideia de que o corpo feminino é um corpo desejante, contido através do cuidado, do esforço da mãe. Para que o corpo jovem feminino não se unisse ao masculino seria necessário recorrer a mecanismos de controle. A cultura precisaria domar a natureza, pois não seriam homem e mulher a se unir, mas macho e fêmea. Eis o que Pedro S. Ribeiro expressa a partir do personagem Vicença: “Macho e fêmea, depois de esquentados –

⁵⁴⁴ SANT’ANNA, Affonso Romano de. O erotismo nos deixa gauche? In: DRUMOND, Carlos de Andrade. *O amor natural*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 7-14.

⁵⁴⁵ RIBEIRO, P., 1996, p. 123.

⁵⁴⁶ Ibid., p. 102.

⁵⁴⁷ Ibid., p. 25.

⁵⁴⁸ Ibid., p. 229.

⁵⁴⁹ Ibid., p. 247.

⁵⁵⁰ Ibid., p. 47.

calor de entrepernas -, não consideram o pormenor da hora e do local”.⁵⁵¹ Em outro trecho, através da conversa entre Astrogildo e Francelino, diz: “Fêmea, quando cresce num macho se deita em urtiga, abre as pernas e não sente a coceira”.⁵⁵²

O corpo da jovem também é um corpo a procriar. Eis o comentário de Germana, sobre Marcelina: “[...] a menina pelo que vejo está no ponto... Amadureceu... Bem aparelhada e se rebolando como anda, demora pouco; apanha barriga e não custa”.⁵⁵³

Na obra de Pedro S. Ribeiro, o corpo masculino, por sua vez, é significado como o corpo marcado pelo sexo. O homem estaria sempre disponível à cópula, pronto para se apropriar do corpo feminino na primeira oportunidade. Em *Vento geral*, o autor atribui à sexualidade masculina caráter ativo e dominador. O homem é descrito como agente, ele *derruba, apanha, destampa, introduz, come*. Para que o ato sexual aconteça, o homem conquista e desperta o desejo feminino, e a mulher, por sua vez, aquiesce. O intercurso é fruto da sedução ou da violência masculina. É um exercício de dominação. O corpo feminino, mesmo qualificado como desejante, seria sempre um corpo a apropriar. Eis o trecho em que os personagens Climério e Dioclécio conversam acerca do possível envolvimento do segundo com Gercina: “A cidade afirma que tu comes a fêmea e não fica bem tanta gente passar por mentirosa simplesmente por que tu costuras as calças do marido”.⁵⁵⁴ Em outro trecho em que Joaquim e Milton referem-se a Jandira, lê-se que:

- Falando em meretriz, aquela menina do Afonso, a mais nova, deu com os burros n’água.
- A Jandira?
- A Jandira.
- Quem foi que destampou?
- O Zé Ferreira⁵⁵⁵

Ao homem, o autor atribui a responsabilidade pela prostituição feminina. Iniciada pelo homem fora do casamento ou de sua expectativa, o caminho da mulher seria a prostituição, pois a moça tornar-se-ia mulher decaída, prostituída, avariada. A meretriz Cleonice, disputada por Climério e Dioclécio, segundo o autor, foi “lançada no mercado pelo João Cardoso, Agente dos Correios”.⁵⁵⁶

⁵⁵¹ RIBEIRO, P., 1993, p. 48.

⁵⁵² Ibid., p. 82.

⁵⁵³ RIBEIRO, P., 1996, p. 268.

⁵⁵⁴ Ibid., p. 21.

⁵⁵⁵ Ibid., p. 304.

⁵⁵⁶ Ibid., p. 21.

Através do personagem João Miguel, o filho de Dioclécio, que foi flagrado mantendo relações sexuais com sua professora⁵⁵⁷, Pedro S. Ribeiro atribui a potência sexual não ao gênero, mas à família. Para Laura, mulher de Dioclécio, o filho copiava o pai. Buscando defender-se de Laura, Dioclécio, afirmava, por sua vez, que o fogo do rapaz havia sido herdado da família da mulher. Isto porque metade dos rebanhos deixados pelo coronel Cândido Rocha havia sido gasto pelos herdeiros no sustento de amantes e de bastardos. O velho Zé Vertunes, irmão do coronel, “aos setenta anos de idade, cego, não respeitava as netas. Quem passasse por perto usando saia, atacava no ato”.⁵⁵⁸

Na percepção do autor, uma moça e um rapaz, caso a moça não fosse vigiada, chegariam ao intercuro, uma vez que um corpo feminino e um masculino estariam sempre na iminência de se unir, guiados pela natureza e pelo impulso predador masculino.⁵⁵⁹ A sexualidade, em sua escrita, é representada como força da natureza, como instinto, que só poderia ser contido pela constante vigilância das mulheres.

A fragilidade moral feminina era também uma representação veiculada em sua obra. As mulheres não seriam capazes de controlar seus corpos. Sendo necessário, portanto, o controle dos pais, quando solteiras e dos maridos, quando casadas.⁵⁶⁰

Por outro ângulo, o autor narra encontros que demonstram a ruptura com velhos estereótipos, como, por exemplo, o da frigidez feminina, que no século XIX, embasava-se no saber médico.⁵⁶¹ O personagem Lindalva,

Ao impacto, dolorido, a princípio, e violento, seguiu-se a sensação deliciosa; meia vertigem embaçando a vista, lhe turbando os sentidos... De volta à casa, muda e feliz, recolheu-se à rede e, quase à madrugada, com os galos a cantar, mantinha-se acordada, a espreguiçar-se molemente e predisposta a repetir o ato, com vagar, em lugar isolado, sorvendo gota a gota a bebida e explodir, por fim, embriagada. Faria sim... A mãe que se danasse.⁵⁶²

Moça que copulou é significada como moça que caiu, moça que se perdeu. É a caça capturada pelo caçador. Em contrapartida, o homem é aquele que ocasionou a queda feminina, é aquele que a dominou, que se apropriou de seu corpo.

⁵⁵⁷ RIBEIRO, P., 1996, p. 133.

⁵⁵⁸ Ibid., p. 133.

⁵⁵⁹ Ibid., p. 83-84.

⁵⁶⁰ Ibid., p. 83-84.

⁵⁶¹ ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004b. p. 342.

⁵⁶² RIBEIRO, P., 1996, p. 139.

Moura Rego, em *As mamoranas estão florindo*, compartilha essa representação. No trecho em que o autor narra encontro cujo desfecho foi o primeiro contato sexual entre Lenita e Dino, lê-se:

A festa do Mutum ajudou a firmar o namoro com a Lenita. Agora não tinha dúvida de que para ela cair só faltava uma oportunidade. E esta veio. Marcamos encontro nos fundos de uma capoeira, aonde ela iria com uma preta creio que colher batata ou aipim. Sairia pretextando ir ao riacho, que passava perto, e ficaríamos a sós alguns instantes. Quando me dirigia ao local combinado, espingarda ao ombro como se fosse caçar, encontrei Senhô que regressava do canavial da Lagoa no seu burrinho. Perguntou-me sorrindo:
 - Encontrou alguma caça?
 Respondi que não. E ele:
 - Garanto que mais adiante vai encontrar.
 Logo cheguei à capoeira, onde Lenita já me esperava. Contou que ao atravessar a estrada rumo ao riacho deu com Senhô. Antes que lhe dissesse alguma coisa, foi logo cortando caminho:
 - Bença, ti Senhô.
 Só então compreendi a malícia dele.⁵⁶³

O ato sexual seria uma relação de dominação, em que o homem impera e a mulher cede, em que fora dos laços do casamento, o homem reforçaria sua identidade enquanto a moça tornar-se-ia mulher perdida.

Essas representações, ao circularem, afirmavam masculinidade e o poder masculino. A exibição erótica emergente em momentos de sociabilidade masculina tinha a função de mostrar ao grupo o poder do falo, através da fala, e também potencializá-lo, uma vez que o falo era reforçado discursivamente. O discurso sobre sexo veiculado entre homens funcionava em prol da afirmação de uns em detrimento de outros, pois a masculinidade hegemônica era relativa às disputas entre os pares. Além da rejeição de comportamentos considerados femininos, os homens deveriam demonstrar uma “virilidade permanente no desempenho sexual”.⁵⁶⁴

Quanto mais intensa a apropriação do corpo feminino, melhor dizendo, quanto mais enfático o discurso acerca da capacidade de atribuir o sentido de caça ao corpo feminino, mais amplo o desejo de se afirmar no universo dos pares, de mostrar que era homem. E, por outro ângulo, mais intensa a coletivização do prazer através da fala⁵⁶⁵ e de fomento do desejo

⁵⁶³ REGO, R., 1985, p. 137.

⁵⁶⁴ BOSON, 2004, p. 28.

⁵⁶⁵ A respeito da socialização do prazer através da fala, ver MAFFESOLI, Michel. *O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação corpo e socialidade*. Porto Alegre: Sulina, 2005. p. 29-46.

sexual. Importa destacar, conforme Michel Boson, que “a construção social tem um papel central na elaboração da sexualidade humana”.⁵⁶⁶

A afirmação de virilidade mediante a fala, que a obra de Pedro S. Ribeiro, inscreve no campo da linguagem, remete a tensões, medos e ansiedades em relação ao ato sexual e ao corpo feminino. Inscrevê-lo nos termos de um corpo a apropriar e afirmar que, no intercuro, o homem subjuga e domina são também formas de lidar com esses sentimentos-sensações, despertados por uma sexualidade relacional na qual a mulher afirma a potência e a heterossexualidade masculina. É uma forma através da qual o homem busca domar a insegurança diante desse corpo que verifica e atesta o seu, cobrando-lhe virilidade e consumação do ato sexual. Era uma forma de significação que o potencializava, para que se relacionasse com aquela cujo corpo seduzia e, ao mesmo tempo, despertava o terror diante da possibilidade de aniquilamento do ser, que a fusão dos corpos também enseja.⁵⁶⁷

A obra de Pedro S. Ribeiro indica, em leitura a contrapelo, que o corpo feminino também era percebido como assustador – um profundo abismo, o qual os homens tinham obrigação de enfrentar e nele mergulhar. Martins Napoleão sintetizou essa característica da sexualidade relacional que norteou as relações de gênero, no período, ao dizer que “de mulher ninguém escapa: nem os anjos e os demônios”.⁵⁶⁸ A fusão –, em que o sentido, segundo Georges Bataille, é a busca de uma continuidade perdida, uma vez que homens e mulheres seriam seres descontínuos⁵⁶⁹ – fascinava e amedrontava o gênero cujo desejo sexual era condição fundamental à conexão dos corpos. Importa destacar que ao homem eram cobradas potência e virilidade.

O ponto mais problemático, no que tange aos códigos de sexualidade, era erotizar os rapazes e, ao mesmo tempo, conter seus corpos em relação às virgens, especialmente, as dos segmentos mais elevados. Era ensinar “de que maneira, quando e com quem agir sexualmente”.⁵⁷⁰ Com esse intuito, nas famílias de classe alta e média, buscava-se conter o erotismo das moças de família e o desejo masculino em relação à virgem. A expectativa dominante em relação aos rapazes era a de que se tornassem homens de moral, o que quer dizer: homens que não iniciassem moças fora dos laços do casamento, homens que não se deixassem capturar pelas armadilhas do *sexo fraco*.

⁵⁶⁶ BOSON, 2004, p.13.

⁵⁶⁷ Acerca da questão, ver BATAILLE, 1988.

⁵⁶⁸ REGO, Benedito Martins Napoleão do. *Cancioneiro geral II 1920-1976*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2003. v.2. p.322.

⁵⁶⁹ BATAILLE, 1988, p. 14.

⁵⁷⁰ BOSON, 2004, p.13.

As casadouras eram percebidas de forma ambígua, nesse aspecto. Eram vistas como presas indefesas que poderiam cair nas garras de um rapaz ou de um homem sem escrúpulos, que as tornariam decaídas. E também como moças, que, propiciando o usufruto do corpo, os enlaçariam nas teias do casamento, pois quem deflorava atentava contra a honra da família e dos homens que a compunham. Sua obrigação era casar.

Tanto a educação quanto a ameaça reprimiam o avanço masculino sobre as virgens, ensinando aos homens a classificar as mulheres em para casar e para ter vida sexual. Os rapazes das classes alta e média eram encaminhados à prostituição e, tacitamente, era legitimado ou mais tolerado que se relacionassem, sexualmente, com mulheres pobres.

Dentre os católicos, que eram a maioria da população de Teresina, havia a valorização do ideal do jovem casto, ainda que a castidade fosse vista apenas como um ideal remotamente realizável, dada a percepção de que a sexualidade masculina era *naturalmente* ativa, pouco suscetível a freios. Em textos publicados no jornal *O Dominical* por membros da União de Moços Católicos (U.M.C.), criada em 1949, por Dom Severino, alguns jovens pertencentes a esse apostolado defendiam a moral e os costumes. Em Conselhos a um amigo, C. A., por exemplo, argumentava:

Outro dia, conversávamos com um moço católico sobre assuntos espirituais. Ele nos mostrava grande desejo de tornar-se verdadeiramente católico; para isso, porém via-se diante de obstáculos não pequenos: precisava vencer-se a si mesmo, no meio de um mundo onde só há corrupção. Por causa disso, gostaria de que a religião não se opusesse aos seus gostos e tendências naturais, e não exigisse tantos sacrifícios da parte dos homens fracos por natureza.

Este jovem, convencido da verdade e elevado pela Graça aos primeiros degraus da Fé, encontra agora novas dificuldades, ou seja, vê a realidade da luta que terá de manter para continuar de pé até o fim. O atroz combate da carne, os preconceitos do mundo e os ardis constantes do demônio são os inimigos que tem à frente.⁵⁷¹

Para algumas famílias, a expectativa era a de que os jovens fossem, acima de tudo, tementes a Deus e zelassem por sua formação cristã. Esperava-se que fossem ordeiros, cientes e cumpridores de seus deveres para com Deus, a pátria e a família; que tivessem coragem para enfrentar os desafios e as *tentações do carne*. Defendendo esse ideal, o jornal *O Dominical* criticava os jovens que, seguindo os passos de pais e mestres, após assistir à Santa Missa, deleitavam-se nas casas de prostituição.⁵⁷²

⁵⁷¹ C. A. Comentários: conselhos a um amigo. *O Dominical*, Teresina, ano 17, n. 20, 21 maio 1950. Página da União de Moços Católicos, p. 4.

⁵⁷² JOSEPH, Mr. Lições do centenário. *O Dominical*, Teresina, ano 16, p. 3, 31 ago. 1952.

Em textos publicados no jornal *O Dominical*, representativo da visão daqueles que defendiam a contenção dos costumes de forma mais rígida, argumentava-se que, aqueles que se deixavam seduzir pelos prazeres, não agiam como homens, uma vez que homem que é homem saberia conter seus impulsos, saberia domar seus caprichos. Nessa perspectiva, o conceito de homem engendrava a capacidade de controle, de discernimento, de poder de escolha. Assim, lembrava-se que o homem verdadeiro não poderia ser capturado pelas armadilhas das más companhias, nem de Eva, pois nunca deveria ser domado pelo *sexo fraco*, uma vez que era o *sexo forte*.

Contudo, se esse conceito de homem já pressupunha o poder de discernimento, de escolha, é recorrente o argumento de que os jovens só conseguiriam superar as tentações do dia-a-dia e viverem como verdadeiros cristãos, se buscassem a força em Cristo. Se, através do sacramento da Eucaristia, buscassem se fortalecer constantemente. Lembrava-se que aquele que se fortalecesse em Cristo, através da comunhão, poderia superar a tentação de sucumbir aos desejos da carne, mantendo a castidade até o casamento, como também vivenciando a sexualidade no âmbito da conjugalidade. Para Maria José, “[...] O jovem que comunga com frequência, não pode dizer como os derrotados, que é impossível a castidade, porque o Mestre lhe mostra a verdade e o fortalece...”⁵⁷³

Mesmo dentre os membros da U.M.C., não havia consenso quanto à defesa da castidade masculina. Considerando a sexualidade masculina como naturalmente ativa, alguns jovens católicos defendiam que se frequentassem prostitutas de maneira discreta, estariam cometendo um pecado perdoável, sem grandes prejuízos para a manutenção dos bons costumes, uma vez que a discrição impedia a visibilidade de seus atos. Outros jovens questionavam essa postura, considerando-a adultério, advertindo aos pares que assim procediam, que estavam em grave pecado. Procuravam mostrar que a castidade era fundamental na construção da identidade do jovem católico e que, visível ou não, frequentar prostituta era um pecado grave que deveria ser contido, através da oração e da comunhão. Seria em Deus que os jovens deveriam encontrar forças para resistir aos desejos da carne.

Ambas as perspectivas rebatiam a concepção corrente de que homem que é homem tem uma sexualidade ativa e torna-a visível no universo dos pares, com o objetivo de se mostrarem viris e potentes.

Mesmo entre aqueles que se subjetivavam enquanto católicos, predominava a ideia de que era aceitável que os homens frequentassem as casas de prostituição, desde que, na

⁵⁷³ MARIA, José. Eis um milagre... *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 16, 23 abr. 1950. Página da União dos Moços Católicos, p. 4.

constituição de suas imagens enquanto homens, suas práticas sexuais ilícitas não estivessem visíveis.

Assim, se o ideal era que se mantivessem castos até o casamento, admitia-se também, que, não alcançando este patamar, ao menos fossem homens honrados, no sentido de saber respeitar as moças, de não iludi-las com falsas promessas de casamento, de não levá-las à prostituição, de saber identificar e separar as filhas de Eva, das filhas de Maria.

Se, de fato, a castidade fez parte da experiência de homens dessa geração, não é possível identificar, o que é possível dizer é que alça a condição de ideal apropriado por alguns homens que viveram a juventude nos anos 1940, para tecer uma narrativa de si, conforme identifiquei durante a realização de entrevistas.

Ademais, importa destacar que a medicina social em atuação na construção das desigualdades e diferenças de gênero, desde o século XIX, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo,⁵⁷⁴ nesta, nos anos 1920, passou a recomendar a castidade para os jovens. Segundo Maria Izilda Santos de Matos, nessa década, as representações masculinas tendiam a ser negativas e o discurso normatizador passou a ser mais dirigido para os homens. “Movido pelo instinto puramente sexual, o homem transgressor da moral precisaria ser reeducado, retornando para o seio da família.”⁵⁷⁵

Possivelmente, a defesa do ideal de castidade, através do saber médico também tenha se desencadeado, em Teresina, uma vez que, nos discursos de literatos e bacharéis que problematizavam as relações de gênero, na cidade, nas primeiras décadas do século XX, encontram-se difundidas ideias médicas.⁵⁷⁶ E, nos anos 1920, com o despontar da institucionalização da saúde pública, os médicos passaram a exercer controle sobre a

⁵⁷⁴ Ver RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; SOARES, Luiz Carlos. Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da prostituição carioca no século XIX. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986; ENGEL, Magali G. O médico, a prostituta e os significados do corpo doente. In: VAINFAS, 1986, p. 169-190; SOIHET, Rachel. É proibido não ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, 1986, p. 191-210; SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989a; SOIHET, Rachel. Mulheres ousadas e apaixonadas – uma investigação em processos criminais cariocas (1890-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 199-216, ago/set. 1989b; COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989; RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001; ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004a; ENGEL, 2004b, p. 322-361; MATOS, Maria Izilda Santos de Matos. *Âncora de emoções: corpos, subjetividade e sensibilidades*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

⁵⁷⁵ MATOS, 2005, p. 60.

⁵⁷⁶ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Famílias e escritas*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005a.

população, através do combate às doenças venéreas.⁵⁷⁷ Mais ampla difusão do saber e do discurso médico, contudo, data dos anos 1930, quando médicos que atuam, na cidade, trabalham pela difusão da higiene e da puericultura, entre as mulheres, conforme abordarei no quinto capítulo.

O usufruto da sexualidade fora do matrimônio, considerado na época, uma necessidade, um imperativo da *natureza*, que havia dotado o homem de grande desejo sexual, ia contra o ideal de castidade, o que, conseqüentemente levava à discrição e à hipocrisia acerca das práticas sexuais masculinas ilícitas. Membros das classes alta e média, que se identificavam como homens civilizados, contidos e polidos,⁵⁷⁸ primaram pela discrição acerca das práticas sexuais vividas fora dos laços do matrimônio. Em nome de um ideal civilizatório, procuraram delinear uma imagem de homens de respeito.

Pelas memórias que compuseram parte do *corpus documental* da pesquisa, é possível dizer ainda que uma parcela dos homens dos segmentos mais abastados incorporou a sexualidade como uma dimensão privada. Assim, ao construírem uma imagem de si para a posteridade, não a expuseram, silenciando acerca de práticas lícitas e ilícitas. Este foi o caso, por exemplo, de Leônidas de Castro Melo.⁵⁷⁹ Outros, por sua vez, cobriram com o manto do silêncio, apenas a sexualidade vivida no casamento, conforme o fez Raimundo Moura Rego.⁵⁸⁰

No plano das disputas entre os homens, a valorização da castidade, rebate a ideia de que homem que é homem tem sexualidade ativa, pela noção de que homem que é homem não se deixar capturar pelas armadilhas do *sexo fraco*. Isto porque o homem verdadeiro teria o poder de discernimento, sabendo controlar seu corpo e seus desejos, subjetivando-se enquanto homem de moral. A disputa pela afirmação da masculinidade via sexualidade ativa era transferida para a capacidade do homem em exercer poder sobre as mulheres, impedindo que o *sexo fraco* domasse o *sexo forte*, mantendo sua posição dominante. Acerca dessa questão, é bastante elucidativo o texto de D. Frei Henrique, citado por Carlos M. J. Alencar, no artigo *Sede homens de moral*. Em certo trecho lê-se:

Não, não vos direi por me parecer desnecessário – que deveis ser Homens de Moral Irrepreensível. Não vos direi que deveis detestar o vício que mata a

⁵⁷⁷ MELO FILHO, Antônio. *Teresina: a condição da saúde pública na Primeira República (1889-1930)*. 2000. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000. p. 134-140.

⁵⁷⁸ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades plurais. *Unisinos*, n. 2, v.9, p. 85-95, 2005b.

⁵⁷⁹ MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho: 'memórias' à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI, 1976.

⁵⁸⁰ REGO, R., 1985.

felicidade, dando em troca um gozo baixo e passageiro. Não vos direi que deveis detestar o vício que destrói a energia, degrada a virilidade e a robustez do Homem, e, por conseguinte, das nações. Não vô-lo direi – porque já o sabeis – que é justamente neste ponto que se mostra o verdadeiro homem, o homem de energia, que tem força para vencer as suas paixões apetites inconfessáveis.

Sabeis muito bem – não é necessário que vô-lo diga ou lembre que pertenceis ao sexo forte, e que deveis mostrar a força respeitando o fraco.

O homem que se diz do sexo forte, mas que se deixa escravizar pelas seduções – quando criminosas do sexo fraco, a que sexo pertencerá?

Cercai de veneração a mulher, caros afilhados para que um dia possais encontrar uma mulher digna de vós.⁵⁸¹

Em textos publicados no jornal *O Dominical*, entre o final dos anos 1940 e a década de 1950, que expressam a visão de homens e mulheres católicos, a maioria membros das classes alta e média, em Teresina, a sexualidade masculina era considerada ativa, enquanto a feminina, ora passiva, ora ativa. As mulheres eram consideradas passivas, quando vistas como jovens iludidas, que sucumbiram à falta de escrúpulos dos homens, que mediante promessas de casamento, de casas montadas, se deixavam seduzir por homens que não honravam sua condição de homens. Eram ativas, quando encarnavam a sedução, quando desenvolviam armadilhas, quando, por meio de promessas de gozo e de felicidade, capturavam os homens, ao encarnar Eva.

Alguns rapazes, além de se deixarem seduzir pelas mulheres que eram percebidas como filhas de Eva, poderiam seduzir as castas filhas de Maria. Os investimentos sociais para manter a castidade feminina até o casamento nem sempre propiciavam tal intento. Moças e rapazes envolvidos pelo erotismo, exacerbado pela contenção dos costumes, em casos-limites chegavam ao intercuro – uma grave transgressão. O que, por sua vez, quando não era silenciado, se tornava um escândalo social, que reforçava a disciplina que incidia sobre o corpo feminino, buscando transformá-lo em corpo de família, cujo usufruto deveria ocorrer após a sacralização do casamento.

Para as mulheres, o que dava direito ao exercício da sexualidade era o matrimônio. A iniciação sexual fora desse espaço legítimo implicava desqualificação social. Aquelas que usufruíam o corpo fora desse espaço legítimo, quando seus atos se tornavam visíveis, eram objeto de intensa condenação moral, especialmente, as prostitutas. A constante difusão do ideal de pureza feminina pelo discurso, formação e educação católicos, o impacto dos costumes sobre as práticas das novas gerações e o respaldo do saber médico, inscrito no campo da ciência, instituíam diferentes formas de significação das sexualidades femininas e

⁵⁸¹ ALENCAR, J. Carlos M. Sede homens de moral: VII. *O Dominical*, Teresina, ano 19, n. 14/55, 3 abr. 1955, p. 3.

masculinas, bem como a incidência do poder disciplinar sobre os corpos femininos, para que se tornassem corpos ajustados à sexualidade legítima.⁵⁸² As expectativas e ações das famílias mais abastadas era a de que as meninas se transformassem em moças de família, mantendo-se virgens até o casamento, conforme abordarei a seguir.

3.2 MOÇAS DE FAMÍLIA

Segundo Raimundo Nonato Monteiro de Santana, nascido em 1926, não se usava em seu tempo de juventude a expressão *moça virgem*, pois ser virgem já era uma qualidade da moça. Ser moça era sinônimo de ser virgem, pois o termo mulher já pressupunha iniciação sexual.⁵⁸³

Essa condição, no entanto, longe de ser determinada pela natureza, era uma produção da cultura para a qual corroboravam socialização familiar, educação formal e controle social. A produção de corpos castos era resultante da atuação do poder disciplinar,⁵⁸⁴ posto em prática, sobretudo, na família e na escola, bem como da violência física e simbólica⁵⁸⁵. Conforme demonstrou Rachel Soihet, o corpo feminino também era um lugar de violência.⁵⁸⁶ Corpos castos eram também fruto da aprovação e da premiação, resultantes da obediência. Os corpos femininos não eram disciplinados apenas através da condenação e da punição da transgressão, a valorização familiar e social daquelas que eram consideradas moças inseridas nas prédicas sociais, também os conformava.

Exemplifica a ação da violência física acontecimento a que se reportou o entrevistado. Eis a narrativa:

[...] o Adail, que era muito religioso, comungava, sabia tudo de igreja, tudo! Lá em casa era quem sabia mais. Um dia eu me lembro, ele acadêmico de medicina, veio lá da cozinha ou da dispensa, não sei, aí minha irmã Maria de Jesus estava sentada assim... Podia ter uns cinco dedos entre um joelho e outro. Nesse tempo, as mulheres tinham o cuidado de baixar a saia, ainda hoje tem... E, naturalmente, ele viu uma nesguinha da calça dela. Partiu de

⁵⁸² Acerca do poder disciplinar, ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁵⁸³ SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007. p.17.

⁵⁸⁴ FOUCAULT, 2000.

⁵⁸⁵ Sobre a noção de violência simbólica, ver BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 10-15.

⁵⁸⁶ SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar da violência. *Projeto História*, São Paulo, n.25,p.269-289, dez. 2002.

lá, vermelhinho, pegou... Bateu com tanta força, juntando os joelhos de minha irmã, que saiu sangue!⁵⁸⁷

O acontecimento acima relatado mostra que, no período em estudo, os irmãos se sentiam responsáveis por observar as expressões do corpo de suas irmãs e, ao mesmo tempo, por produzir ações que visassem manter esses corpos castos e contidos, considerando-se, assim como o pai, defensores da moral e dos bons costumes na família. Investidos de poder no seio familiar, muitos irmãos, além de vigiar as irmãs, também poderiam puni-las, caso seus atos ou gestos fossem desaprovados.

Eu sou do tempo em que o irmão homem... Se ia a um baile e os pais não poderiam ir, você tinha que prestar atenção em suas irmãs e tinham regras! Se ela fosse dançar colada, eu chegava e tirava. Isso não aconteceu comigo, nem com os outros, mas era assim.⁵⁸⁸

Vigiar e punir,⁵⁸⁹ contudo, não eram verbos conjugados apenas pelos pais e irmãos, tratava-se de um poder compartilhado também pelas mães. É o que se pode compreender, a partir da leitura da carta de uma mãe publicada no jornal *O Nordeste*, em 3 de julho de 1920.

Tenho uma filha de quinze anos, inteligente e muito viva, que deveria estar ainda como interna no colégio das boas Irmãs Catarina, mas que, segundo o costume da terra, vai aos bailes e dança. Dança, aliás, muito, mas com um certo recato. Tem ordens minhas e de meu marido, muito severas para se não deixar asfixiar pelos rapazes. Caso contrário, ela está avisada de que voltará, internamente para o colégio por mais dois ou três anos. O receio do castigo e ainda mais um certo regimento de educação que adotamos, fazem com que a minha filhinha a quem acompanho sempre a todas as reuniões que comparece, não se exponha ao ridículo, vítima da chacota, da irreverência, da maldade do sereno desapiedado e da perversidade das línguas mais ferinas.⁵⁹⁰

Além das ordens, das ameaças e da ação em si, o olhar e os gestos atuavam na produção do pudor e do recato feminino. A esse respeito lembra uma entrevistada que seu pai fiscalizava ínfimas expressões das filhas. Em suas palavras: “Papai era uma pessoa que até o jeito que a gente olhava, ele fiscalizava, ele olhava assim. Quando ele olhava, a gente já notava, sabia que estava mal sentada, que era para se ajeitar. Nada de pancada!”⁵⁹¹

⁵⁸⁷ SANTANA, 2007.

⁵⁸⁸ SANTANA, 2007.

⁵⁸⁹ FOUCAULT, 2000.

⁵⁹⁰ M...SENHOR redator. *O Nordeste*, ano 1, n. 32, p. 5, 3 jul. 1920.

⁵⁹¹ ALBUQUERQUE, Maria. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

Essas situações mostram que a violência física e simbólica de que era alvo o corpo das mulheres da classe alta e média era operacionalizada no seio familiar e não se restringia à ação masculina, uma vez que as mães e, possivelmente, as irmãs mais velhas, as punham em prática.

Circulando pela cidade, participando do lazer ou integrando-se às redes de sociabilidade, o corpo feminino era objeto de rigoroso exame e controle. Posturas corporais eram consideradas indícios de experiência sexual. O jeito de olhar, de sorrir, de sentar-se, de andar, os gestos, as roupas eram fontes de comentários. No sereno das diversões, durante as conversas e em encontros fortuitos, ora reputava-se, ora difamava-se. Através do burburinho, de meias-palavras, de fofocas construía-se a má fama, tanto daquelas que não se inseriam nas prédicas sociais, quanto das jovens que, a despeito de incorporar valores dominantes, não o demonstravam através de ínfimos gestos. Sempre na iminência da difamação, as jovens deveriam ter os cuidados com a roupa, os adereços e os comportamentos, principalmente, quando do namoro e do noivado.

Corpos e atos eram contidos pelos fantasmas da prostituta⁵⁹² e da *mal falada*. Margareth Rago, ao estudar a dimensão simbólica da prostituição, em São Paulo, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, defende que o fantasma da prostituta foi fundamental na incorporação do ideal de mulher direita. Em Teresina, no período em estudo, também identifiquei através das entrevistas realizadas que a imagem da prostituta impunha limites às ações femininas no espaço público, aos comportamentos e gestos. A incorporação de códigos dominantes, seja no âmbito da representação de si, seja no âmbito das práticas, era impulsionada pela ameaça de ser qualificada de prostituta, de *rapariga*.

Contudo, esse não era o único espectro que assombrava as moças, pois pairava também sobre elas o da *mal falada*. A *mal falada* era aquela que ousava, era aquela que, através de suas práticas, contestava os preceitos dominantes. A *mal falada* era aquela que flertava com vários rapazes; aceitava o namoro rapidamente; namorava por namorar, saía sozinha com o namorado; trocava constantemente de namorado; deixava-se asfixiar nos bailes; assumia posição ativa na conquista; não respeitava horários; concedia intimidades ao namorado, dentre outros comportamentos. A representação da *mal falada* atuava como contramodelo, para que as moças se transformassem em *moças de família*.

A lei protegia somente as moças consideradas honestas. O que significa dizer que estavam sob sua tutela aquelas que atualizavam os comportamentos e os valores condizentes

⁵⁹² Acerca da atuação do fantasma da prostituta na produção da mulher direita, ver RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

com a moral tradicional. Em sentença de crime de defloramento publicada no *Diário Oficial* em 5 de outubro de 1940, o juiz Sátiro Nogueira afirma categoricamente que “A tutela da lei protege apenas as raparigas recatadas e pundonorosas, não as que se comprazem de ser levadas na onda de desregramento e perversão de costumes da sociedade moderna”.⁵⁹³

Na oportunidade, o juiz resolveu absolver Manuel Rosa da Silva, acusado de deflorar Corina Machado Freire. Justificou sua posição, argumentando que Corina não comprovou devidamente sua menoridade, requisito fundante do crime de defloramento. Em seguida, argumentou que não houvera ocorrência de sedução, outro elemento do crime de sedução. Isto porque demonstrara desenvoltura ao falar das relações sexuais. Para o juiz,

[...] a ofendida é rapariga que pouco apreço tem pelo recato ou pelo pudor que são as mais belas prendas das moças honestas. Quem assim procede, deixando-se prazerosamente levar pelo primeiro que a requesta, não pode ter-se em conta de honesta. É, bem ao contrário, uma libertina, uma perversa que, por isso mesmo, não pode invocar proteção legal. Como bem o disse o des. José Duarte, a sedução somente colhe nas suas malhas artificiosas as raparigas recatadas e pudonorosas. Funda-se a lei em uma razão tipicamente social, e daí o não poder ser invocada para tutelar relações sexuais que são índices de desregramento, de perversão de costumes.⁵⁹⁴

Julgada a partir do conceito de moça honesta, a *ofendida* tornou-se ré e o réu o *ofendido*. Julgando Corina, a partir desse conceito, o juiz reafirmou a virgindade, o pudor e a castidade enquanto pré-requisito da casadoura. Seu posicionamento é também pedagógico, pois delinea a moça honesta, ao dizer o que ela não deve ser.

Essas ações e discursos que buscam produzir corpos castos também permitem perceber tensões entre expectativas sociais e práticas. São indicadoras de microresistências⁵⁹⁵, que corroíam o tecido social e a norma por dentro. Se era necessário demonstrar, recorrentemente, que as moças deveriam se manter virgens, é porque havia moças que não se mantinham, é porque as práticas, nem sempre, condiziam com as expectativas sociais. Os costumes, como memória que moldavam comportamentos, precisavam ser reafirmados, constantemente.

As memórias e a literatura produzida acerca do período tornam possível vislumbrar representações de moças que não atualizaram o ideal que norteava os comportamentos. Na memória da infância de Raimundo Nonato Monteiro de Santana ficaram registrados dois casos de moças que perderam a virgindade fora do casamento. Eis sua narrativa:

⁵⁹³ SATIRO, Nogueira. Juízo de Direito da 1ª Vara. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 224, p.3, 5 out. 1940.

⁵⁹⁴ SATIRO, Nogueira. Juízo de Direito da 1ª Vara. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 224, p.3, 5 out. 1940

⁵⁹⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 5. ed. 2000. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Agora a esse tempo, eu ouvi duas histórias só, de moças que se perderam. Uma nunca mais foi gente! A família poderosa de lá, não vou citar nomes! Eu era menino pequeno... O camarada desapareceu! Dizem que mandaram fazer de madeira de lei, alça de ferro e botaram ele vivo, era inverno, desceu o Jenipapo, desceu o rio Longá, foi esbarrar no Parnaíba e, naturalmente, desceu para o oceano, morreu eu acho!⁵⁹⁶

Provavelmente a experiência de *se perder* fosse mais comum do que indicam os depoimentos. Importa destacar que um depoimento oral é uma fonte em que o sujeito registra acontecimentos que lhe permanecem significativos. Conforme enfatiza Lowenthal, a maioria das experiências é esquecida, uma vez que é necessário esquecer quase tudo o que foi visto. Isto porque “somente o esquecimento nos possibilita classificar e estabelecer ordem no caos”.⁵⁹⁷ A memória, portanto, não é sinônimo de passado. Importa destacar que ela não retém todos os acontecimentos vividos e que a narrativa do passado não corresponde ao passado vivido. Ela enseja uma representação do passado, atravessada pela dialética lembrança/esquecimento.⁵⁹⁸ Ademais, as entrevistas também são marcadas pelas escolhas do narrador, que seleciona o que vai ou não contar e pelos silêncios que incidem na construção das memórias coletivas, que são as memórias dos grupos, nos quais se situa o indivíduo e em relação aos quais a memória individual é construída.⁵⁹⁹

Quando uma moça de família perdia a virgindade ou engravidava, geralmente, pouquíssimas pessoas tinham conhecimento do fato. Seu ato, significado como *mau passo*, era silenciado, tornando-se assunto proibido.⁶⁰⁰ Havia uma ação deliberada da família, para que seu ato fosse esquecido. Buscava-se neutralizar o acontecimento, através do uso do silêncio, para que o *mau passo* de uma filha não manchasse a família e as outras mulheres do núcleo familiar. O silêncio também envolvia outras práticas que fugiam à norma como o aborto, o adultério feminino e a separação. A honra era um valor preservado pelo silêncio das práticas que a maculavam.

Essa ação incidia na memória da família e nas memórias coletivas e individuais, uma vez que as memórias individuais são elaboradas nos quadros sociais da memória, permanecendo coletivas. Em outros termos, a memória individual é também uma memória

⁵⁹⁶ SANTANA, 2007.

⁵⁹⁷ LOWENTHAL, 1998, p. 95.

⁵⁹⁸ CATOGRA, 2001; LOWENTHAL, 1988;

⁵⁹⁹ Sobre o conceito de memória coletiva, ver HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006

⁶⁰⁰ SANTANA, 2007.

dos grupos nos quais o indivíduo se insere.⁶⁰¹ O que significa dizer que os silêncios que compõem as memórias coletivas marcam também a memória individual. As lembranças que permaneceram acerca de moças que *se perderam*, portanto, são aquelas relativas aos casos que o manto do silêncio não conseguiu encobrir.

Como a honra da família dependia da manutenção da honra feminina, em casos de iniciação sexual fora do casamento, procurava-se realizá-lo para que *o erro* fosse reparado, o que implicava esquecer o *mau passo*, uma vez que a casada não tinha passado. O valor atribuído ao casamento e aos homens possibilitava que o passado da casada fosse elidido.

Nas famílias em que havia mulheres separadas procurava-se não dar visibilidade ao fato. Integradas ao seio familiar, era comum viverem como se fossem celibatárias. A esse respeito Mundiquinha Machado lembra que conviveu bastante com uma tia de uma de suas amigas, que era separada, e desconhecia o fato, a despeito de ser íntima da família.

Com um tempão, mesmo, muito tempo, já depois até de velha, viu, foi que eu soube que ela era separada. Imagine como era, eu pensei que ela era uma coroa, ela vivia lá, não casou não, e ninguém sabia o que foi que aconteceu, a gente só sabe por ouvir falar, e eu, coisa de eu ouvi falar, eu não dou muito crédito, que eu não tenho certeza.⁶⁰²

Como a imagem dos segmentos mais elevados era de classes respeitáveis, detentoras de bons costumes, na verdade, buscava-se silenciar todas as práticas que fugiam à norma. Transgressões, tais como iniciação sexual fora do casamento e gravidez, aborto e adultério se transformavam em histórias guardadas a sete chaves. A esse respeito importa destacar que homens e mulheres entrevistados relataram que as práticas transgressoras, comumente, eram muito veladas. Acentua, por exemplo, Yara Vilarinho, que “era muito escondido. Era muito difícil de a gente saber. Era muito escondido!”⁶⁰³ O que indica que essas práticas se tornavam segredos de família.

Lucila Reis Brioschi e Maria Helena Bueno Trigo, refletindo acerca das categorias segredo, ocultamento e silenciamento, a partir do conceito de poder simbólico, conforme Pierre Bourdieu, sugerem que “o ocultar e o omitir determinados fatos ou condutas,

⁶⁰¹ HALBAWACHS, 2006, p. 31.

⁶⁰² MACHADO, Raimunda Ribeiro. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

⁶⁰³ OLIVEIRA, Yara Maria de Sousa Vilarinho. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

mantendo-os em segredo é uma prática desenvolvida na luta pela preservação ou apropriação do poder simbólico”.⁶⁰⁴

A preocupação da família em silenciar práticas dessa natureza pode ser compreendida também em função das características de Teresina, no período em estudo. Em Teresina, a despeito do crescimento urbano verificado na década de 1950, caso as transgressões cotidianas não fossem silenciadas, tornavam-se assunto corrente na cidade, espalhando-se, uma vez que as pessoas que compunham os segmentos mais abastados, geralmente, se conheciam. José Elias Martins de Arêa Leão, nascido em 1939, lembra que a “cidade era muito pequena, por isso tudo se sabia, quando acontecia um escândalo social, por exemplo, imediatamente a cidade inteira sabia”.⁶⁰⁵

O silêncio em torno das práticas que fugiam à norma era ainda relativo à importância que a família tinha na dinâmica da constituição dos casais e na qualificação de seus membros. Homens e mulheres não eram julgados e percebidos somente enquanto indivíduos, o pertencimento familiar era avaliado. O indivíduo fazia parte do grupo e a má conduta de um, marcava o outro. Práticas de mulheres e de homens que quebravam a norma desqualificavam os membros da família. Considerava-se que os filhos e filhas poderiam repetir os atos de pai e de mãe e também que as irmãs e os irmãos teriam comportamentos semelhantes. Yara Vilarinho, em trecho de sua entrevista em que destaca como sua mãe procedia em relação às escolhas dos filhos e das filhas, acentua:

Dizia: eu oriento assim, se eu conhecia a família e via que a mãe tinha traído o marido, ou que tinha um primo que era assim... Olha, você vai entrar na família, assim, assim, assim... Se previna, você pode ter esse problema!

[...]

Se você tivesse um namorado ali, a mãe ia dizer: olhe, o avô dele fez isso, assim e assim, você pode ter uma pessoa, você está disposta a ter, a viver com este problema, porque pode aparecer. Tinha mãe que dizia: você não vai, você acabe com este casamento ou então saia de casa, não fale mais comigo! Aquela história toda, ‘porque eu não quero aquele povo na minha família’. Outros, não! Porque na minha família se dizia, assim: você resolve, é você quem vai viver, eu quero é que você saiba, se você achar que pode relevar, está bom. Se você achar que não pode! Mas sempre tinha essa conversa, era a primeira coisa que se ouvia, fulano é assim e assim, ele é de família tal, a irmã dele fez isso no passado, o avô dele foi um ladrão. As coisas eram desse jeito. A família era mesmo a célula base da sociedade daquele tempo! Qualquer coisa do passado vinha à tona.⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena Bueno. Da discricção à publicidade: ensaio para pensar a família na atualidade. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. São Paulo: Annablume, 2002. p. 134.

⁶⁰⁵ LEÃO, José Elias Martins de Arêa. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

⁶⁰⁶ OLIVEIRA, 2007.

O enquadramento nos valores morais dominantes era um elemento de distinção das famílias, que, no mercado matrimonial, constituía um bem simbólico, operante na dinâmica da constituição de novos casais.

As práticas que corroíam a norma eram significadas de maneira a não questionar os valores dominantes no âmbito simbólico. Uma moça que deixava de ser virgem era uma moça que *se perdeu*, *que decaiu*, não era uma moça independente, que tinha domínio de seu corpo e de sua sexualidade. Mesmo quando as mulheres faziam uso de seu corpo, a concepção dominante é de corpo apropriado. A sexualidade não era significada como um direito feminino. Uma mulher que traía o marido, ao descobrir que o mesmo mantinha uma relação extraconjugal, não era vista como uma mulher que, ressentida, resolveu ser dona de seu próprio corpo, mas como uma adúltera que não desempenhou a contento o seu papel de esposa.

Por sua vez, as representações de moça de família e de casada honesta, eram usadas em benefício de quem transgredia, encobrendo as práticas que fugiam à norma. Sob a imagem de mulheres respeitáveis, algumas poucas mulheres pertencentes aos segmentos mais abastados puderam se singularizar,⁶⁰⁷ no que diz respeito aos valores dominantes relativos ao corpo e à sexualidade, na medida em que puderam experimentar o amor e sexualidade fora dos laços conjugais. Mesmo transgredindo a norma, ao se representar, o comum era dizer-se a partir da norma. Se as práticas não se confundiam com a norma, a maneira como, geralmente, eram tecidas as narrativas de si se processa em seus quadros. Assim, representar-se como moça de família e casada honesta era um mecanismo que poderia propiciar a manutenção da respeitabilidade, a despeito da vivência de práticas transgressoras. Sob o manto simbólico da norma era possível burlá-la.

Filhas dessa cultura, as mulheres dos segmentos mais abastados que viveram a juventude no período tinham clareza acerca da importância de construir sua imagem social dentro da norma. Com efeito, o silêncio em torno das práticas que fogem à norma incide nas memórias relativas ao período em estudo.

Em decorrência da relação entre honra feminina e honra familiar e da crescente importância atribuída à privacidade, em entrevistas e memórias, parte das mulheres que fugiram à norma não são citadas, ou quando o são, não são feitas referências aos seus nomes. O que indica a importância da privacidade, na conformação das subjetividades, no período em estudo, e também o valor atribuído à norma, na construção da representação pessoal e

⁶⁰⁷ A cerca da noção de singularização, ver GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 25-68.

familiar. Eles também marcaram outras fontes. Na genealogia da família Pires Ferreira, elaborada por Edgardo Pires Ferreira, o autor acentua que, quando da elaboração do trabalho, não recebeu documentos relativos a casos de separação, desquite ou divórcio e nem de pai ou mãe solteiros.⁶⁰⁸

Quando não eram silenciados, adultérios femininos, intercuro e gravidez fora do casamento e paixões por homens casados tornavam-se escândalos. As referidas práticas eram percebidas, então, como erro ou pecado, ação vergonhosa, leviana, indecente, que perturbava a ordem moral vigente. No universo das sociabilidades através de comentários, de admoestações e de punição estigmatizava-se quem os praticava.

O escândalo punha o nome da solteira, da casada ou da viúva que transgredia em circulação pela cidade. A vida, os atos, os amores tornavam-se objetos de múltiplos comentários, que destruíam reputações, conceito social e dignidade.

Certamente, mesmo homens e mulheres que mantinham experiências semelhantes em segredo e aqueles que eram co-autores de práticas que fugiam à norma, socialmente, condenavam e maculavam imagens de mulheres cujos atos tornavam-se escândalos.

O escândalo, ao desqualificar a família, por sua vez, fomentava a necessidade de disciplinar as mulheres, uma vez que a respeitabilidade familiar era dependente dos comportamentos femininos, praticados ou atribuídos. A condição de família respeitável delineava-se pelo controle da sexualidade feminina. Nos segmentos mais abastados, o corpo feminino era um corpo da família. A expressão *moça de família* denota esse pertencimento. Com efeito, as admoestações de que eram alvo as práticas transgressoras, que se tornavam visíveis, corroboravam para que as moças se subjetivassem como moças de família e, posteriormente, casadas honestas.

O ideal de manutenção da castidade até o casamento intervinha, inclusive, na difusão do saber acerca do corpo e da sexualidade. Por serem o recato e o pudor características atribuídas às moças de família, pais, parentes e instituições de ensino procuravam interditar à jovem o tema sexualidade. O interesse das famílias era que desconhecêssem o assunto ou conhecessem apenas o necessário para se manterem puras. Como os segmentos mais abastados no período tinham, sobretudo, formação católica, incidia a noção de pecado sobre

⁶⁰⁸ FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. v.3, t. 1. São Paulo: Livraria Correia do Lago, 1993. p. XXIII.

as práticas sexuais. Mostrava-se às moças que o ato sexual só era considerado lícito no âmbito do casamento, uma vez que o casamento santificaria o encontro dos corpos.⁶⁰⁹

Em vez de fomentar o saber, buscava-se produzir a ignorância. Nesse sentido, o desconhecimento sobre corpo e sexualidade valorizava a moça, enquanto abordar o tema fomentava dúvida acerca de sua conduta. Educava-se a jovem para que mantivesse discrição acerca dessas questões.

Assim, nem todas as leituras eram permitidas. Qualquer obra que fosse considerada ousada era proibida. Nas residências em que havia biblioteca, as jovens não tinham acesso livre. Era comum que os pais lessem os livros antes de suas filhas. No Colégio Sagrado Coração de Jesus toda e qualquer leitura que sugerisse sexo era vetada.⁶¹⁰

O sexo era valorizado como segredo. Assim, indagações acerca do tema não eram encorajadas. Segundo Yara Vilarinho, que nasceu em 1923,

Se a gente perguntasse, diziam que era falta de pudor, que aquilo... Tudo que a gente tinha que aprender era com o marido. Naquele tempo a educação era assim. Tinha que aprender era com o marido, quem não casasse não precisava saber. E quem casasse aprendia com o marido, não era como hoje.⁶¹¹

Acrescenta a entrevistada que

a gente casava nua e crua. Não se falava nisso. Era um tabu. Era um tabu. Você podia casar com 30 anos, você não sabia o que era uma relação sexual. Você não sabia o que você podia fazer numa noite de núpcias. Nada, você não aprendia nada. Pelo menos no meu meio foi assim, aqui no Piauí era assim.⁶¹²

Questionada se havia recebido alguma informação sobre o corpo e a sexualidade, outra entrevistada, nascida em 1932, contou:

Olha, lá na minha casa, não. Na minha casa era muito assim, muito... Era um negócio que não se falava muito não! Mas já no colégio já tinha aquelas aulas que já diziam alguma coisa, mas muito pouco. Às vezes tinha livro assim que a gente comprava, se quisesse saber mais alguma coisa, mas não

⁶⁰⁹ CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: F.C.M.C., 2003.

⁶¹⁰ CARDOSO, 2003.

⁶¹¹ OLIVEIRA, 2007.

⁶¹² OLIVEIRA, 2007.

propriamente como é hoje. [...] Um livro que eu li é ‘Minha filha entra no mundo’. [...] Mas, mesmo sobre educação sexual, não tinha não.⁶¹³

Devido à formação familiar, à educação formal, ao controle social, ao medo de engravidar e à noção de sexo como pecado, a experiência dominante dentre as moças dos setores mais abastados foi incorporar a virgindade, o pudor e a contenção dos comportamentos, fosse subjetivando-se a partir desses valores, fosse apropriando-se deles para construir a imagem pública de si, representando-se como moças direitas, de família.

Ainda que, nos anos 1920, uma mulher como Ercília Cobra⁶¹⁴ ousasse qualificar, em sua escrita, a virgindade como inútil, no Piauí, não encontrei registros que contestassem, no âmbito da linguagem, esse valor. Nos discursos literários e memorialísticos, a virgindade é percebida como um requisito da casadoura. Mesmo em relação a mulheres pobres, associadas ao mundo da prostituição, a manutenção da virgindade era representada como prática importante.⁶¹⁵ O que não significa dizer que esse valor não fosse contestado. Como lembra Roger Chartier,

Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição.⁶¹⁶

A contestação da virgindade enquanto valor delineava-se nas vivências, no cotidiano afetivo-sexual. Eram em encontros e momentos fugazes que a burla aos valores impostos pela norma se processava, quando algumas jovens ousavam se perder no encontro frenético dos corpos. Contudo, discursivamente, essa ruptura era negada. Mesmo aquelas que eram classificadas como *faladas*, questionavam essa forma de representação, inscrevendo-se como moças direitas, de família.

Se a ignorância era um dos requisitos da moça casadoura, havia certa produção de saber acerca do corpo e da sexualidade. Através do contato furtivo com a prostituição, das sociabilidades, das leituras e do cinema, as jovens colhiam algumas informações e fruíaam prazer.

Ainda que entre o início do século XX e o ano de 1940, o crescimento demográfico de Teresina tenha sido inferior ao de outras cidades do Estado,⁶¹⁷ a capital foi marcada pela

⁶¹³ ALBUQUERQUE, 2007.

⁶¹⁴ COBRA, Ercília Nogueira. *Virgindade inútil e anti-higiênica*. São Paulo: [s.n.], 1927.

⁶¹⁵ RIBEIRO, P., 1993.

⁶¹⁶ CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p.42, 1995.

intensificação da urbanização e pela ampliação de seu espaço urbano.⁶¹⁸ No âmbito desse processo, no centro da cidade e nos limites urbanos delineou-se uma rede de prostituição.⁶¹⁹

Cabarés e casas nos quais se praticava o comércio da libido situavam-se na proximidade de *casas de família*. Conseqüentemente, ainda que muitos pais e mães desejassem que suas filhas fossem mantidas na ignorância, quanto ao corpo e à sexualidade, isso não era possível em face da dinâmica urbana. Durante o período em estudo, era recorrente a publicação de matérias em que pais solicitavam das autoridades que disciplinassem prostitutas e cabarés, uma vez que vinham dando visibilidade a práticas que desabonavam a moral e os bons costumes.

Em 30 de outubro de 1920, Jônatas Batista publicou em seu jornal *O Nordeste* uma carta do poeta Antonio Chaves, solicitando da polícia providências no sentido de conter a ousadia das prostitutas. Dizia a carta:

Meu caro Jônatas,

Já é tempo de clamores em teu jornal contra o fato revoltante que dia-a-dia vai se alastrando em Teresina, com visível ofensa aos nossos costumes de povo civilizado. Refiro-me à audácia crescente e inqualificável das meretrizes que infestam a nossa bela capital, numa promiscuidade triste e denunciadora da nossa indiferença criminosa.

Escrevo-te, meu amigo, seriamente revoltado com o que se está passando no trecho da rua Coelho Rodrigues, onde resido.

Já não posso, nessas noites horríveis de calor excessivo, sentar-me com a minha família na porta de nossa casinha, porque na casa que lhe fica defronte, como na que lhe fica ao lado, moram duas dessas sujeitas, que são das mais petulantes, sendo que a primeira delas, todas as noites reúne na sua porta um grupo de quatro a cinco companheiras, numa constante algazarra contando cada qual, em voz alta e sem nenhum respeito aos vizinhos, as suas aventuras amorosas e libertinas, com gargalhadas cínicas e ditos imorais. Ora, um tal estado de cousas não pode e não deve continuar sem um protesto enérgico da parte sã da sociedade teresinense.⁶²⁰

Em 13 de abril de 1926, eram pessoas moradoras na rua Santa Luzia que denunciavam “o abuso inqualificável de diversas meretrizes que se reúnem naquela rua e suas adjacências à noite, em companhia de tipos desocupados, a praticarem uma assuada infernal, acompanhado de palavras indecentes com verdadeiro escárnio das famílias ali residentes”.⁶²¹

⁶¹⁷ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998a.

⁶¹⁸ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob fogo*: modernização e violência policial em Teresina. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

⁶¹⁹ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer*: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970). 2006. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Teresina, 2006.

⁶²⁰ CARTA. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 48, p. 6, 30 out. 1920.

⁶²¹ QUEIXAS e reclamações. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 76, p. 4, 13 abr. 1926.

No início dos anos 1930, as famílias continuavam se queixando da presença de cabarés nas áreas residenciais. Em 25 de maio de 1932, em nome das famílias residentes na rua Senador Teodoro Pacheco, o jornal *A Liberdade* denunciava Rosa Banco, proprietária de um famoso cabaré, durante os anos 1930 e 1940. Segundo a matéria, as práticas vivenciadas nesse espaço de comercialização da libido causavam intranquilidade e desassossego às famílias. Isto porque “horribéis e indescritíveis cenas noturnas que começando lá, entre portas fechadas, vem quase sempre desenrolar-se nas ruas, com gritos, ameaças, tiros, imoralidades e indecências proferidas em alta voz, entre as casas de famílias”.⁶²²

Havia áreas habitadas quase, exclusivamente, por prostitutas, como era o caso da zona da Bertolina, em 1925. Mesmo, assim, as poucas famílias lá residentes sentiam-se incomodadas, queixando-se de cenas de “imoralidade e pouca vergonha”.⁶²³

O grande incômodo das famílias se dava diante do que consideravam “cenas de imoralidade”, “cenas de pouca vergonha”, “enxorrada de palavrões imundos”. Tratava-se de mal-estar diante da visibilidade de práticas ilícitas, bem como do saber veiculado. Havia receio de que as “filhas de família” tomassem conhecimento do mundo da prostituição e produzissem saberes acerca do corpo e da sexualidade. Era o receio de que o convívio próximo com a prostituição pudesse desvelar o mundo das práticas sexuais, em cuja ignorância as famílias queriam manter as filhas.

Esse mal-estar é expresso ainda nas memórias de J. Miguel de Matos, nascido em 1923.⁶²⁴ O memorialista, à época da infância e da adolescência, residia com a mãe, as irmãs e os irmãos, em área de intensa prostituição. Ao rememorar o passado, lamenta o fato de suas irmãs terem sido criadas nessa área, como também o de sua mãe trabalhar como costureira para meretrizes. Isto porque pelo tipo de trabalho que a mãe mantinha, dava-se, necessariamente, o convívio com prostitutas e com seu mundo.

O período em estudo é também de ampliação nas formas de socialização feminina. As meninas/moças passavam a ser socializadas a partir da inserção nas formas de lazer, na escola e, posteriormente, em alguns casos, no mercado de trabalho. Essa ampliação implicou também a urdidura de redes de sociabilidades através das quais circulavam informações. Um dos espaços privilegiados de difusão desse saber fragmentário era a escola. Era comum meninas/moças obterem informações a respeito do corpo e da sexualidade nas instituições de ensino.

⁶²² COM VISTAS à polícia. *A liberdade*, Teresina, ano 5, n. 138, p. 2, 25 maio 1932.

⁶²³ CASOS policiais. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVII, n. 10, 11 jan. 1925.

⁶²⁴ MATOS, João Miguel de. *Pisando os Meus Caminhos*. Teresina: [s.n.], 1969.

Outra forma de obtenção de saber se dava a partir de conversas segredadas com mães, parentas, amigas que casavam ou mulheres casadas do universo de relações sociais da moça. Na difusão das informações acerca da sexualidade, a casada parece ter uma função importante. As mais ousadas poderiam solicitar da amiga recém-casada que relatasse a noite de núpcias. Possivelmente, pelo fato de procedimento dessa natureza não ser visto com bons olhos, muitas famílias não eram favoráveis ao convívio muito próximo de moças e de casadas.

A leitura era também um meio através da qual as jovens adquiriam saber. Importa destacar que obras clássicas da literatura brasileira circulavam nas instituições de ensino e no interior das casas de classe alta e média, inclusive, as da escola realista, que, na avaliação de Marcelo Bulhões, são leituras do desejo que estimulam o prazer erótico.⁶²⁵ E, a despeito da interdição às moças das leituras que expressassem erotismo, algumas moças driblavam-na e fruía leituras proibidas. A jovem Célis Portela, por exemplo, foi leitora da obra de Jorge Amado, de forte conotação sexual.⁶²⁶ Ao considerar as críticas recorrentes do jornal *O Dominical* às más leituras, aos maus livros, bem como a defesa da educação sexual, é possível afirmar que a leitura de obras proibidas pela família e pela Igreja não era uma prática incomum.

No caso das leitoras, ainda que não disponha de registro acerca da incitação erótica despertada por leituras, é possível sugerir que clássicos da literatura brasileira propiciaram certa *educação dos sentidos* a moças, a exemplo do que ocorria com rapazes que viveram a juventude no período em estudo.⁶²⁷ A esse respeito é revelador o seguinte episódio rememorado por um entrevistado:

Quando eu li aquele livro, aquele primeiro romance realista... Uma história de sexo! A personagem foi despertando, sentindo... Um dia ela sentiu uma pressão tão forte no sexo, que estava de pernas fechadas, quando eu olhei para mim eu estava apertando os joelhos!⁶²⁸

Livros e revistas pornográficas também propiciavam saber e incitavam o desejo. Produtos culturais elaborados e divulgados pelo mercado editorial carioca desde o final do século XIX,⁶²⁹ eram consumidos em Teresina. Embora esses produtos fossem classificados

⁶²⁵ BULHÕES, Marcelo. *Leituras do desejo: o erotismo no romance naturalista brasileiro*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.

⁶²⁶ NUNES, Célis Portella. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2002.

⁶²⁷ GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud: educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁶²⁸ SANTANA, 2007.

⁶²⁹ EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

como leitura exclusiva masculina,⁶³⁰ já que as mulheres eram percebidas como seres frágeis em termos morais, é possível que algumas moças no recorte em estudo tenham tido acesso a esses produtos culturais, uma vez que circulando no universo da casa, provavelmente, estiveram ao alcance de mãos femininas, que em momentos de burla os fruíram.

A ênfase nas interdições, por sua vez, implicava algum saber, como também levava as jovens a olhar para o próprio corpo. Olhar aguçado pela valorização de práticas de esporte e pela cultura da beleza, que desponta nos anos 1920.⁶³¹

Considerando que o cinema, desde as décadas iniciais do século XX, era um produto amplamente consumido, em Teresina, desde os segmentos mais abastados aos populares,⁶³² é lícito afirmar que o cinema constituía um espaço privilegiado de *educação dos sentidos*. Isto posto, tanto através das imagens veiculadas pelas fitas quanto nos próprios recintos em que as fitas eram projetadas.

Muitos meninos/rapazes aprendiam acerca do corpo e da sexualidade nas salas de projeção, enquanto outros aprendiam através de leituras, do contato com os pares, bem como mediante experiência sexual em si. Contudo, mesmo dentre os rapazes, a ignorância habitava. Acerca dessa questão, explica um entrevistado:

Se você falar com certos homens do meu tempo, para eu lhe dizer como era... a gente era tão ignorante nisso, tão ignorante nisso, que eu já rapazinho, eu pensava que a abertura na mulher era assim [na horizontal] e toda gente pensava, e não é, coisa muito diferente. Pois bem, também não é na vertical. A gente não sabia de nada, às vezes a gente casava e não sabia de nada. E na primeira vez... a aprendizagem era mútua.⁶³³

Carla Bassanezi, ao estudar a relação homem/mulher nos anos 1950, através das revistas femininas, também acentua que os rapazes estavam sujeitos a desinformação e a ausência de diálogo acerca da sexualidade humana.⁶³⁴ Contudo, o sentido atribuído à ignorância ou à desinformação masculina era diferente da feminina. No universo dos rapazes, cuja masculinidade hegemônica é forjada mediante disputas, a ignorância os tornava menos homens em relação aos demais. O saber era indicativo de experiência sexual e esta era/é uma das bases da construção da identidade masculina. No caso das moças, o saber era um indício de experiência sexual e isto poderia colocá-las sob suspeita, mesmo dentre as amigas, uma

⁶³⁰ EL FAR, 2004.

⁶³¹ SCHPUN, Mônica Raísa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: SENAC, 1999.

⁶³² QUEIROZ, 1998a.

⁶³³ SANTANA, 2007.

⁶³⁴ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p.620.

vez que havia controle mútuo. O ato de falar acerca do sexo e de revelar muito saber sobre o tema eram atitudes que propiciavam o enquadramento na categoria de moças faladas.

A despeito disso, sensualidade e erotismo eram também atributos das moças de família, conforme enfatizo a seguir.

3.3 CORPOS EROTIZADOS

Máquina de sonhos e de simbolização do amor, o cinema impulsionou transformações nos corpos e nas aparências. Nos anos 1920, suas estrelas, símbolos de beleza, de beleza branca⁶³⁵, desejadas pelos homens, deixavam as mulheres fascinadas por seu brilho e, por isso, as imitavam, transformando-se em mediadoras culturais, alterando a moda e os padrões de consumo.

Os modelos usados por belas estrelas eram copiados e reproduzidos pelas mulheres em diversas partes do mundo. As revistas especializadas em moldes e figurinos difundiam os modelos usados pelas estrelas. Nas revistas femininas, as imagens de belas estrelas e a veiculação de figurinos representando os trajes por elas usados difundiam o consumo desses periódicos. Em *Vida Doméstica*, por exemplo, era possível encontrar em todas as edições, crônicas sobre as estrelas e astros de cinema, onde eram exibidos os últimos modelos de Hollywood. E, em geral, na margem inferior das páginas em que eram apresentadas, havia o anúncio de uma casa de modas que produzia os figurinos, no Rio de Janeiro. Na Rua do Ouvidor, n. 143, por exemplo, as leitoras do periódico poderiam adquirir as novidades em *Hollywood modas*.⁶³⁶

Para aquelas que não tinham possibilidade de adquirir novidades da moda nas casas indicadas, era possível copiar os modelos veiculados nas páginas da revista. De periodicidade mensal, a revista publicava uma crônica de modas, em que figuravam os últimos modelos, os tecidos adequados para confeccioná-los e as ocasiões em que deveriam ser usados. Em Teresina no período em estudo (1920-1960), publicações dessa natureza eram ofertadas nos jornais locais.

⁶³⁵ SHOCHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno de identidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 23, p. 11-54, 2004.

⁶³⁶ HOLLYWOOD, a ditadora da elegância feminina. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, out. 1935. Não paginado.

Após a Primeira Guerra Mundial, a moda tornou-se mais simples e funcional, libertando o corpo feminino.⁶³⁷ Considerando os parâmetros da época, em que o corpo ainda era muito encoberto, a moda o desnudava. Nos anos 1920, as saídas subiram à altura dos joelhos, os decotes cresceram, os vestidos se tornaram mais estreitos e colados ao corpo, desvelando partes do corpo feminino antes encobertas, enquanto os cabelos foram encurtados pelo corte a *la garçonne*. Como reação a essas mudanças, a moda foi um tema problematizado e associado à decadência moral e à masculinização feminina.

Em Teresina, assim como em muitas cidades do Brasil e do mundo, sob a sedução do cinema e de seus astros e estrelas, as novidades da moda eram incorporadas pelas mulheres dos setores mais abastados e, considerando-se a avaliação de Elias Martins, pelos homens e pelas mulheres pobres. Em suas palavras:

A moda, rainha das estações, copiada da tela, ergueu-se no ímpeto da paixão, arrastando seu luminoso carro todas as classes e idades, sem distinção de sexos, tristes cativos do novo conquistador.

Os árbitros da elegância, de nomeada universal, são escolhidos entre as atrizes de notável beleza, com desprezo pelas conveniências morais, apanhando as fitas os infinitos estratagemas do amor ora no impudente desafio das bacantes, ora na nívea cobertura dos véus.⁶³⁸

Os jornais dão notícias de mulheres trajando “vestidos ao joelho, mangas aos ombros, ou sem elas, de rasgados decotes, axilas à vista e seios à mostra, muito colados e estreitos”. E, ainda mais, de “cabelo debastado, a *la garçonne*”. Vestir-se conforme as tendências da moda era identificar-se com a modernidade e a juventude. E no universo dos segmentos mais abastados não segui-la era considerada uma exceção, como era certa Mademoiselle X, referida por uma cronista,

Vestidos curtos, colados ao corpo, cabelos a *la garçonne*, decotes, são futilidades que vivem em completo desacordo com as suas ideias.

[...]

Na realidade, mademoiselle é uma figura bonita, simpática, atraente. Tem, porém os cabelos compridos, como no tempo dos nossos avós. Usa-os enrolados, formando o que usualmente chamamos de cocó.

Os seus vestidos, apesar dos conselhos das modistas, são sempre compridos, sem nenhum decote. E é na doce ilusão de que a moda antiga venha a ter para a sociedade o mesmo atrativo de outrora, que vive mademoiselle.

Ilusão que punge, que fere, como uma língua viperina.⁶³⁹

⁶³⁷ LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁶³⁸ MARTINS, Elias. *Fitas*. Teresina: Imprensa Oficial, 1920. p. 35-36.

⁶³⁹ IRIS. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 77, p. 4, 8 abr. 1926.

Nesse período, a Igreja Católica estava investindo na catequização feminina através do culto ao Sagrado Coração de Jesus, da ação de congregações marianas e mediante educação formal. Importa destacar que em 1906 foi instituído em Teresina o Colégio Sagrado Coração de Jesus, popularizado como Colégio das Irmãs, com o intuito de formar as filhas dos setores mais abastados conforme a moral católica. Para aquelas que eram filhas de Maria não se admitia o uso de trajes modernos. É, portanto, nesse universo que se faz presente a maior resistência às novidades da moda.

Carlos Pena Botto, capitão dos Portos no Piauí, entre novembro de 1929 e agosto de 1930, que se considerava afeito aos hábitos norte-americanos e europeus, deixou registro interessante acerca da incorporação dos trajes modernos e de sua relação com a Igreja Católica. Em suas palavras,

As modas não ficavam extremamente distantes daquelas das grandes cidades, das do Rio, por exemplo, a exceção das adotadas pelas ‘filhas de Maria’. O bispo de Teresina era muito severo com as ‘filhas de Maria’, e, o que é muito mais para admirar, - era obedecido. Tinham proibição de dançar, de usar trajes modernos, deviam rezar muito e muito, confessar e comungar com grande frequência, etc.

Eram um pequeno número, contudo. Quanto às moças não pertencentes a essa congregação, o regime era o das saias curtas e dos cabelos, idem. Possuíam a meiguice, a ‘coquetterie’ e o encanto, apanágios das filhas do Brasil.⁶⁴⁰

As críticas à moda, nos anos 1920, expressavam o repúdio ao que era considerado desnudamento do corpo, com o encurtamento das saias e avanço dos decotes e o luxo, tido como excessivo, diante da pobreza do meio. O mal-estar relativo à moda, no que tange ao desnudamento do corpo em relação ao padrão anterior, não é uma característica local, mas uma reação mais geral em face à homogeneização das aparências sob o impacto do cinema e da importação de figurinos. Mesmo feministas que reivindicavam direitos para as mulheres, no período, opunham-se ao que denominavam exageros da moda e ao *melindrosismo*. Em periódicos como *Vida Doméstica* e *Revista Feminina*, dos anos 1920 a meados dos anos 1930, era comum a publicação de crônicas e artigos criticando a moda contemporânea.

Um dos aspectos que causava mal-estar era a sensação de que a nova moda estabelecia a confusão das aparências femininas e masculinas,⁶⁴¹ pois o corte do cabelo a *la garçonne* era visto como masculinização feminina. Essa prática era considerada uma afronta a um dos princípios fundantes da sociedade de então, a busca de distinção nítida entre o feminino e o

⁶⁴⁰ BOTTO, Carlos Penna. *Meu exílio no Piauí*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. p.134-135.

⁶⁴¹ ALONSO. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVII, n. 260, p. 4, 13 nov. 1925.

masculino. Era uma sociedade que dividia o mundo em masculino e feminino, procurando demarcar fronteiras e oposições claras, ao instituir os lugares de homem e de mulher.

As mulheres casadas e as mais velhas, quando adotavam as novas modas, eram acerbamente criticadas e, às vezes, ridicularizadas.⁶⁴² Essa postura tem por base a ideia de que a vaidade deve ser apanágio da mulher jovem, da casadoura, e não da casada.

Do ponto de vista das relações afetivas, as reações à nova aparência feminina eram ambivalentes. Alguns homens lamentavam o desnudamento do corpo feminino, enquanto outros – e esta parece ser a reação dominante – eram seduzidos. Em janeiro de 1927, lembrava um cronista que as mulheres deveriam voltar a usar saias compridas, “encobrendo o que não deveria ser mostrado”. Em suas palavras: “mulheres e mistérios devem ser dois substantivos sinônimos”.⁶⁴³

Na crônica *A culpa é dos homens*, Camélia demonstra indignação diante das críticas à mulher moderna. Argumentava a cronista que aquelas que não encurtavam as saias, não usavam vestidos colados, não cortavam o cabelo a *la garçonne*, nem usavam pintura eram consideradas pelos homens “matutas e atrasadas”. Com efeito, as mulheres teriam incorporado estas novidades para agradar aos homens. Muitos homens, fascinados pelo brilho daqueles trajes, então tidos por indecentes, chamavam a atenção das esposas.

Outrora o chefe de família dava exemplos nobres e velava pela reputação da mulher e das filhas, esclarecendo quando se afastavam da virtude, fazendo-as ver e refletir suas inconveniências que dali resultariam. Atualmente há deles que não se envergonham de levar para o lar as anedotas e modos dos cabarés onde passam as noites, que não se envergonham de chamar a atenção da esposa para o traje, pouco decente, da senhora X, gabando-lhe o bom gosto, etc. Queixam-se depois da decadência dos costumes, por quê? As mulheres têm razão; a culpa é dos homens se elas não marcham no antigo caminho reto, que tão suave e divinamente, as conduzia à sua glória e ao seu triunfo.⁶⁴⁴

No período, grandes eram os murmúrios que envolviam aquelas que estavam adotando novos gestos, jeitos e trejeitos, bem como trajes, pinturas e comportamentos. Seduzindo, fascinando e horrorizando homens e mulheres cujas identidades foram formadas, a partir de outro modelo cultural, as mulheres, ora qualificadas como modernas ora como melindrosas,

⁶⁴² LEO-JAZZ. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 65, p. 4, 23 mar. 1927.

⁶⁴³ A. N. Vida Social. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 8, p. 4, 12 jan. 1927.

⁶⁴⁴ CAMÉLIA. Vida social: a culpa é dos homens. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 97, p. 4, 5 maio 1926.

eram o centro dos olhares e dos comentários. Indignada com o fato, em 5 de janeiro de 1927, Camélia acentuava:

Acredita, fico horrorizada do que ouço, do que presencio:
As nossas atitudes, as nossas palavras, as nossas danças, as nossas *toilettes*, tudo, enfim, são motivos de críticas as mais ferinas. Por que será? Despeito? Inveja? Vingança? Força de hábito? O meio, as lições práticas da vida, são tudo na formação do caráter. Mas, minha amiga, tenho para mim que não é nada disso: falta de ocupação e sem esta, falta de assunto, eis tudo. Se não falarem dos outros, das pessoas a quem devam, mesmo, grandes favores, dos próprios parentes, embora, quais os objetos para entreter uma palestra?⁶⁴⁵

A contenção dos costumes tornava possível atribuir sensualidade e erotismo a um conjunto variado de gestos, jeitos e trejeitos. A postura do corpo, o modo de andar, de sentar, de olhar, os usos de maquiagem, o vestuário (tecidos, cores e modelos) expressavam a libido.

Sensualidade e erotismo associados à moda definiam a melindrosa. Trata-se de uma representação que indica a continuidade da atribuição da sensualidade e do erotismo às mulheres brancas e dos segmentos mais elevados, presente em romances publicados no início do século XX. Ela possibilita perceber que sensualidade e erotismo fincavam-se como elementos inerentes às mulheres, em geral, uma vez que as brancas abastadas somavam-se às negras, mulatas e brancas pobres, há muito tempo erotizadas.⁶⁴⁶

Rachel Soihet, ao estudar representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e a primeiras décadas do século XX, mostra que, na cidade, o erotismo ia se tornando cada vez mais explícito em mulheres de todas as cores e segmentos.⁶⁴⁷ Sueann Caulfield, por sua vez, destaca que um grupo de juristas, na referida cidade, nos debates acerca da honra sexual, na década de 1920, argumentava que o sistema de justiça criminal deveria proteger a virgindade da mulher moderna. Eles recorriam a “Freud para defender a teoria de que mesmo as mulheres honestas possuíam instintos sexuais, ainda que latentes, e que a sedução poderia, portanto, ser interpretada como uma reação física e não simples consequência de uma promessa de casamento”.⁶⁴⁸ O que ocorria, em Teresina, portanto, era o desdobramento, em uma cidade pequena e periférica, de uma experiência que se tornava cada vez mais visível, em cidades que se metropolizavam, como o Rio de Janeiro.

⁶⁴⁵ ESMERALDA. Minha amiga. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 3, p.4, 5 jan. 1927.

⁶⁴⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006; FREYRE, Gilberto. *Sobrados & mucambos*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006; SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. In: SOIHET, Rachel; ATOS, Maria Izilda S. de. (Org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 177-198.

⁶⁴⁷ SOIHET, 2003, p. 195.

⁶⁴⁸ CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.p. 163-164.

A emergência da representação da melindrosa indica também o uso de táticas⁶⁴⁹, pelas moças, no delineamento de um espaço de liberdade e de expressão do desejo, uma vez que se intensificavam, no período, as tentativas de disciplinar seus corpos, para que exercessem a sexualidade no espaço do casamento. Importa destacar que o recorte em análise se caracteriza por uma crescente normalização.

A melindrosa era descrita como uma mulher sensual e sedutora, que agradava e prendia, a partir de seus gestos, jeitos, trejeitos e concessões. Elias Martins, em *Fitas*, lamentava que “o mestre, ao invés de fortalecer a disciplina, desatreia o carro das paixões, silenciando sistematicamente sobre a ordem moral, aberta a represa do sensualismo na melindrosa [...]”⁶⁵⁰.

As melindrosas atraíam, seduziam e despertavam o desejo masculino. O impacto de sua sensualidade sobre os homens foi flagrado em crônicas e em poesias. No jornal *A imprensa*, em outubro de 1926, por exemplo, lê-se:

Melindrosa
Delicioso perfil de ânfora grega,
corpo leve a ondular sob o vestido justo
que mal leve vela o busto,
ei-la que chega,
leve e garrida,
para a festa de cores na Avenida.

- Figurinha de um biombo japonês
toda feita de ritmos e de curvas,
que sortilégio empregas tu que turvas,
os olhares dos homens – que nem vês!
esses olhares que te vão empós,
como um desejo balbuciado a meia voz?

- Seus lábios devem ter um gosto bom de ameixa,
diz me um amigo ao lado.
E outro, em surdina, diz: - Cheira a, ó e a pecado...
E ela passa... ai vai, rua afora, mas deixa
a imagem do seu corpo e um pouco de sua graça
no desejo dos homens por que passa...⁶⁵¹

As melindrosas eram vistas de forma ambivalente. Ao mesmo tempo em que eram consideradas encantadoras, sedutoras, inebriadoras, eram qualificadas de fúteis. Ilustra bem esta ambivalência crônica publicada em fevereiro de 1927, denominada *Adoração*.

⁶⁴⁹ Acerca da noção de tática, ver CERTEAU, 2000, p. 97-102.

⁶⁵⁰ MARTINS, E., 1920, p. 26.

⁶⁵¹ PADILHA, Leão. Melindrosa. *A imprensa*, Teresina, n. 145, p. 3, 7 out. 1926.

Adorável e magnífica melindrosa! Há no teu corpo de serpe, o ritmo das músicas bárbaras. Na tua boca nacarada, vive a volúpia das auroras sanguíneas. Nos teus olhos, a sede inquieta de novas sensações, de luzes fortes, intensas, berrantes como as tuas idéias abstratas. Em ti, tudo é graça que se esvoaça na tua boca de coral. Em ti, tudo é sonho que se desfaz como espirais de perfumados incensos. Em ti, tudo é mentira. Até o teu sorriso, minha adorável e frágil criatura. E não sei porque ele prende, fascina tanto os homens! É que tens em teu corpo a magia dos falsos adivinhos. Mas, não passas de uma louca. És fútil demais. Contudo, eu te admiro. Acho-te interessante, encantadora mesmo, porque és frívola, louca, sobremodo volúvel. Enfim, minha melindrosa, o teu todo é de uma ânfora delicada, em cujo côncavo repousa a adoração dos homens...⁶⁵²

A atribuição de sensualidade e erotismo às mulheres mais abastadas, que se torna visível nos anos 1920, através da representação da melindrosa, não é um elemento novo. No início do século XX foram publicados romances que já inscreviam personagens sensuais e eróticas. Clodoaldo Freitas (1855-1924) publicou, em 1908, no *Diário do Maranhão*, o romance *Coisas da vida*, que tinha como fulcro central os amores do jovem Plínio, estudante de Direito, em Recife. Situado no final do século XIX, o romance ambienta-se, simultaneamente, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Piauí. E delineia um conjunto de personagens jovens, belas, transbordando de desejo, que se permite usufruir prazer, nos braços do jovem Plínio. Em 1908/1909, Clodoaldo Freitas, ao revelar uma dimensão de sua fantasia e, que era também coletiva, representa os corpos das moças e das casadas dos segmentos mais abastados como desejados, sensuais, ardentes e desejanter.⁶⁵³

Abdias Neves, entre 1901 e 1902, escreveu o romance *Um Manicaca*, publicado, em 1909, que foi considerado pela crítica da época⁶⁵⁴ e por A. Tito Filho⁶⁵⁵ um romance que retratava os costumes, em Teresina, na virada do século XX. O enredo do romance desenvolve-se em torno da personagem Júlia, que, apaixonada por Luis Borges, um rapaz abaixo de sua condição social, é obrigada pelo pai a casar com um homem mais velho e viúvo. Jovem, bela, cheia de vida e de vigor sexual, Júlia transforma o marido em um manicaca – homem mandado pela mulher. E, inconformada, com o casamento que lhe fora imposto, foge com Luis Borges, de quem se tornara amante.

⁶⁵² AMILCAR. Adoração. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 30, p. 4, 6 fev. 1927.

⁶⁵³ FREITAS, Clodoaldo. *Coisas da vida*. Imperatriz: Ética, 2009.

⁶⁵⁴ MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense: horizontes de leitura e crítica literária: (1900-1930)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

⁶⁵⁵ TITO FILHO, A. *Um manicaca: documento de uma época*. In: NEVES, Abdias. *Um manicaca*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p.13-19.

Júlia é descrita como uma mulher jovem cheia de vida e desejo sexual. Em certo trecho, eis como Abdias a caracteriza:

Bonita e inteligente, exercia sobre todos uma dominação abusiva que o pai, longe de combater, estimulava satisfazendo-lhe os mínimos desejos. Afizera-se ao namoro das reuniões onde imperava, e quando abandonou o colégio, aos quinze anos, vinha, completamente, desiludida, sabendo, pelas conversas da escola, que o amor não fica, somente, no mórbido platonismo dos olhares e dos apertos de mão em quadrilha. Toda a forte carnção da sua radiosa adolescência fremia pela brutalidade do amor realizado.⁶⁵⁶

Sensualidade e erotismo passavam a ser atributos das mulheres jovens, independente da cor e da condição social. Essa forma de perceber a corpo feminino se mantém ao longo do período. Martins Napoleão, provavelmente no final dos anos 1950, no poema *Coral*, inscreve o corpo da mulher como desejado, de forma genérica.⁶⁵⁷ Em *Elegia da Lapa dos pecadores*, lê-se:

[...]
 Povoei de sonhos as ruas
 nas longas noites sozinhas.
 Tinha vontade amar
 donzelas e raparigas,
 em carne dentro de mim.
 [...]
 Amei precoces meninas
 que iam depois para casa
 fulgurando como arcanjos
 dentro da tácita noite.
 E eu escrevia o mais puro
 soneto da minha vida.⁶⁵⁸

No caso das mulheres dos segmentos mais privilegiados, apenas o corpo da menina não é inscrito como corpo sensual e desejado. A percepção da infância como idade específica da vida,⁶⁵⁹ difusa no social, propiciava que fossem vistas como expressão da inocência. O que não ocorria em relação às mulheres pobres, em tenra idade erotizadas.⁶⁶⁰

A sensualidade e o erotismo, para homens que viveram a infância e a juventude nos anos 1920 e 1930, era um atributo da moça. Francisco Miguel de Moura, nascido em 1933,

⁶⁵⁶ NEVES, 1985, p. 33.

⁶⁵⁷ REGO, B., 2003, v. 2, p.298-99.

⁶⁵⁸ Ibid., p.322.

⁶⁵⁹ CASTELO BRANCO, P., 2005a.

⁶⁶⁰ SANTOS, Gerusa. *Entrevista concedida a Bernardo Pereira de Sá Filho*. Teresina, 2005.

captou essa sensualidade com sensibilidade, em *Aqui, a moça*. Nesta poesia, a *mal sentada* é associada à vida, pois dela brota energia que remoça e potencializa o velho.

Há, sim, quem possa se livrar do tempo,
E dos seus males, mas por pouco, embora:
E quando então se arranja um passatempo
e ri do tempo enquanto o tempo chora.

Se a moça ‘mal sentada’ se demora
na calçada, sorrindo, por exemplo,
então se pede a Deus e até implora
que aquele espaço seja um novo tempo.

Tempo não morre e suicídio ignora.
Mas se acaso morrer, renasce e enflora
na imagem da moça ‘mal sentada’.

Sinal do bem, ‘a moça’ até se cora,
e nos remoça como fosse outrora.
Pois viva a moça, o renascer da vida!⁶⁶¹

A *mal sentada* foi uma imagem que ficou registrada na memória de homens nascidos nos anos 1920 e 1930. Contrariando o estereótipo da professora assexuada, a *moça mal sentada*, às vezes, era uma jovem normalista, que além de ensinar as primeiras letras, despertava os sentidos de seus alunos. Sentar-se mal sentada foi um gesto descuidado de algumas professoras, que ficou gravado na memória de meninos e de adolescentes e que, possivelmente, alimentou seus primeiros amores.

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950 expressões como *moça de reputação duvidosa*, *sem juízo*, *intitulada*, *danada*, em síntese, *falada*, presentes na documentação pesquisada inscrevem no campo da linguagem, o usufruto do corpo e da sexualidade pelas moças e indicam a persistência da erotização do corpo feminino. Através das entrevistas e de romances que se reportam a esse período, foi possível inferir que as jovens classificadas a partir dos referidos termos eram aquelas que exerciam práticas, que esgarçavam a norma no que tange ao corpo e à sexualidade.

Essas formas de nomear as moças indicam a pluralidade das práticas. Se havia moças que se comportavam conforme as prédicas da moral dominante, apresentando-se como *moças direitas*, *de família*, existiam, também, aquelas que se permitiam burlar as normas, ignorando a pecha de *falada* que buscava estigmatizar seus comportamentos. Ademais, havia ainda aquelas que vivenciavam os comportamentos atribuídos à falada, mas que, operando com as

⁶⁶¹ MOURA, Francisco Miguel de. *Sonetos escolhidos*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2003. p.142.

classificações normativas, apresentavam-se como *moças direitas*, transgredindo sob o véu protetor dessa representação.

Conforme Foucault, a incidência do poder disciplinar que buscava produzir corpos dóceis também punha em funcionamento uma “dupla incitação: poder e prazer”. Em seus termos:

Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, estreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, escandalizar ou resistir.⁶⁶²

Com efeito, transgredir ínfimas regras dava prazer e, ao mesmo tempo, inscrevia a moça que as praticava na categoria de mal faladas. Uma das entrevistadas, nascida em 1936, lembra que uma de suas colegas de trabalho, na Prefeitura Municipal de Teresina, no início dos anos 1950, era muito criticada por usar saias muito justas, comportamento considerado muito liberal, à época. Apesar da crítica, a jovem mantinha o mesmo comportamento. Acrescenta ainda a entrevistada que uma de suas vizinhas, em baile de carnaval no Clube dos Diários, ousou entrar com uma fantasia de bailarina muito nua para os padrões da época, o que causou escândalo.⁶⁶³

Outras jovens burlavam a norma através de práticas mais discretas. Conforme abordei no segundo capítulo, a expectativa social era que as moças não exercessem a conquista e nem mantivessem intimidades durante o namoro. Eram educadas para não se comportarem de maneira que indicassem seus desejos, bem como para não explorar o corpo e a sexualidade nessa etapa do processo de formação de casais. Contudo, apesar da educação recebida, algumas moças ignoravam o dever ser e vivenciavam experiências fora da norma. Certas moças se permitiam ser *atiradas*, fosse para conquistar o rapaz desejado, fosse para estabelecer amizades. Uma vizinha de Mundiquinha Machado, que foi embora para o Rio de Janeiro, costumava voar pela cidade, na companhia de cadetes, o que também escandalizava. É uma prática que, para uma sensibilidade formada a partir de outra normatividade, é inócua, mas no início dos anos 1950 era uma ousadia, uma conduta mal vista.⁶⁶⁴

Outras, por sua vez, exploravam o corpo em encontros fugazes, em namoros e noivados. No final dos anos 1940, o beco dos Correios, hoje rua Sete de Setembro, o espaço situado

⁶⁶² FOUCAULT, 1988, p. 52-53.

⁶⁶³ MACHADO, Raimunda Ribeiro. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

⁶⁶⁴ MACHADO, 2008.

atrás da Igreja de São Benedito e a parte superior da praça Pedro II eram lugares que permitiam namoro aconchegante e que tornavam *falada* a jovem que os frequentasse.⁶⁶⁵ Isso acontecia porque, nesses espaços, bem como em outros logradouros escuros, os casais usufruíam prazer, bolinando-se mutuamente.

Em 1947, muitas famílias reclamaram à polícia que nas praças Landri Sales, João Luís Ferreira, Rio Branco e na parte superior da Pedro II, aconteciam atos atentatórios à moral pública.⁶⁶⁶ Em 22 de maio, um cronista reclamava providências da polícia, pois as praças estariam sendo transformadas, “a partir das dezenove horas, em autênticos lupanares, centros onde se praticam as mais baixas e torpes ações”.⁶⁶⁷

As burlas no namoro que tornavam a moça falada não diziam respeito apenas à fruição de prazer e exploração do corpo, também se relacionavam ao escolhido. Algumas, além de namorar rapazes desconhecidos, ousaram namorar homens casados.⁶⁶⁸

A regra que impunha manutenção da virgindade até o casamento e a classificação feminina, a partir da sexualidade, em moças de família, faladas, casadas, adúlteras, amasiadas e prostitutas, através das quais as mulheres eram punidas e/ou gratificadas, não impedia a fruição do prazer. As memórias relativas ao período em estudo, afloradas em conversas informais, permitem afirmar que, além da bolinação, algumas moças, especialmente nos anos 1950, se permitiam práticas sexuais que não pusessem em risco a virgindade física. Situando-se, simultaneamente, na norma e fora dela, pois mantinham a virgindade, exigida pelo casamento e fruía-se prazer fora dos laços do matrimônio.

A constante valorização da virgindade intensificava o desejo em relação à transgressão. Quanto mais ampla a fiscalização, o controle e o espreitamento, mais prazerosa a transgressão. O poder que disciplinarizava os corpos também incitava o prazer, como mostra Foucault.⁶⁶⁹ Com efeito, a fiscalização, o controle, ao valorizar o usufruto do corpo, também impulsionava a antidisdisciplina, ao tornar prazeroso, enganar e burlar. Era possível mesmo situar-se, ao mesmo tempo, na norma e fora dela, como nos casos em que as moças de família viveram experiências de intercurso com preservação da virgindade.

Certamente era considerando essa possibilidade erótica, durante o namoro e o noivado que, em Teresina, se atribuía a pecha de *falada* a moças que rompiam promessas de casamento. A esse respeito, conta uma entrevistada:

⁶⁶⁵ MACHADO, 2008.

⁶⁶⁶ AGUIAR, Eurípedes C. de. Chefia de Polícia. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 234, p. 3, 12 jun. 1947.

⁶⁶⁷ TERESINA: cidade lupanar. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 226, 22 maio 1947.

⁶⁶⁸ OLIVEIRA, 2007.

⁶⁶⁹ FOUCAULT, 1988.

Também quem acabava o noivado não valia nada mais, porque no noivado tinha toda intimidade. E eu não sei qual era essa intimidade que achavam que tinha, porque não andavam só. Só era eu, tu e ela. Era com uma pessoa da família. Era sempre assim. Eu nunca vi uma noiva andar aqui à toa em Teresina.⁶⁷⁰

O fato de as moças se tornarem *faladas*, após ruptura de noivado, por sua vez, fomentava a vigilância e o controle dos pais em relação às filhas, pois ser declarada *falada* era uma forma de desqualificação. Inculcar recato e pudor e interditar que as filhas se mantivessem sozinhas com namorados e noivos eram mecanismos utilizados para evitar as temidas e desejadas intimidades.

Os investimentos para que as moças desenvolvessem o autocontrole, na percepção de muitos homens e mulheres, não era suficiente para evitar intimidades e mesmo o intercuro, pois representavam o sexo como uma força desregrada que tragava os corpos, fundindo-os. Com efeito, o encontro de uma moça e de um rapaz, sem a presença de um terceiro, era considerado um momento de perigo, no qual os corpos, certamente, encontrar-se-iam. Solidão a dois sugeria sexo.

O usufruto da sexualidade e a sugestão de exploração erótica delinearão formas de classificação feminina e relações de poder, bem como a instituição de hierarquias. As mulheres eram punidas e/ou gratificadas, a partir das formas como eram percebidas em termos de experiência sexual.

A *moça direita* era objeto de aceitação e valorização social, enquanto a *falada* alvo de críticas e de admoestações. O enquadramento feminino nessas categorias também desencadeava o mecanismo de incitação do poder e do prazer. Tanto se perceber em termos de moça direita quanto de mal falada desencadeava poder e prazer. No primeiro caso, ao se representar dentro da norma, a moça era reconhecida e valorizada. Ela era gratificada pelos bons comportamentos. Ademais, situava-se acima da *mal falada*, possuindo respaldo para vigiar, apontar e revelar as transgressões da outra. Esta, por sua vez, exercia poder e prazer negando a representação que lhe era imposta e transgredindo nos interstícios da norma.

A valorização pessoal feminina era relativa à sexualidade. O respaldo social dependia de as moças se manterem virgens ou aparentarem ser, se solteiras, e fiéis ou supostamente fiéis aos maridos, se casadas. Se as práticas sexuais não correspondessem à imagem, esta era fundamental à respeitabilidade pública. Enquadrar-se na norma e/ou ser percebida, a partir da condição de mulher direita, era um capital simbólico importante.

⁶⁷⁰ MACHADO, 2008.

De fato, as práticas de algumas mulheres não correspondiam à imagem de si. Dominando a *arte do fraco*,⁶⁷¹ solteiras, viúvas e casadas delineavam, discursivamente, uma significação do eu, que se distanciava das experiências vivenciadas, silenciando desejos, encontros e prazeres.

Caso a iniciação sexual, a vivência sexual fora dos laços do matrimônio e o adultério não fossem provados mediante flagrante ou gravidez, os murmúrios poderiam ser rebatidos a partir da apropriação das representações⁶⁷² da *moça de família*, da *viúva casta* e da *casada honesta*. Na construção da imagem pessoal, as mulheres cujas práticas não correspondiam ao esperado usavam essas representações a seu favor, bem como a referência a uma característica da cidade no período em estudo – o controle da vida alheia. Nas fontes pesquisadas, é recorrente a referência ao provincianismo de Teresina, à maledicência, à fofoca e às cartas anônimas como forma de controle social. Como efeito, as mulheres consideradas suspeitas poderiam argumentar que os murmúrios não correspondiam à realidade, que, na verdade, a moça, a viúva ou a casada estava sendo injustiçada pelas más línguas. Ou, no caso das moças, que o *mau passo* era uma prova de amor, concedida sob a expectativa de casamento, a respeito da qual trato a seguir.

3.4 PROVAS DE AMOR E CASAMENTO

Além da contenção dos corpos femininos e masculinos, a cultura do período também estimulava rapazes e moças à produção da heterossexualidade e ao casamento. Valorizava-se o par. Isto é perceptível, por exemplo, em brincadeiras infantis características do período. Pelo conjunto de brincadeiras publicado na obra *Brincadeiras infantis*, de Áurea Queiroz, observo que através das ênfases nos desejos de beijar, de namorar, de casar e de ter filhos, buscava-se despertar a sexualidade dos meninos em relação às meninas e vice-versa. Em brincadeiras de roda, enaltecia-se a formação do par, cantava-se o amor, o casamento e o estar a dois. Um dos ideais expressos nessa forma de socialização é o enlace afetivo e erótico do homem e da mulher.⁶⁷³

⁶⁷¹ CERTEAU, 2000.

⁶⁷² Acerca dos conceitos de apropriação e representação, ver CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985; CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

⁶⁷³ QUEIROZ, Áurea. *Brincadeiras infantis*. Teresina: Halley, 2006.

Em Fauno Eterno, em 1927, Martins Napoleão expressou a angústia diante da possibilidade de solidão, bem como o desejo de compartilhar a vida com o outro gênero.

- ‘Ó vida! eu só não morro!...’ – Numa gruta,
Fauno, assoprando a sua flauta, sente,
Maravilhado como quem escuta
o mar e o vento, num rumor potente

qual o tumulto de titãs em luta,
a árida gruta encher-se, de repente,
com o som da flauta, com se uma bruta
onda de vento verdadeiramente

fosse, rasgando as carnes do oceano.
Fauno delira... A gruta é toda a terra...
E aquele desespero boreano,

como de ocultas árvores ao vento,
é, certamente, a alma das ninfas que erra
acima dele, sob o firmamento.⁶⁷⁴

A Igreja Católica, ao atribuir a finalidade última do sexo à procriação erotizava os corpos e produzia a heterossexualidade. Ao impor regras e formas de usufruto do corpo, elaborava proibições que valorizavam o corpo feminino, despertando o desejo de unir os corpos e de casar, uma vez que o casamento santificava o intercuro.

Simultaneamente, os costumes eram contidos e o erotismo estimulado. A exigência de castidade para as casaduras erotizava os corpos, fomentava o desejo e a fantasia.⁶⁷⁵ Ter a amada apenas em sonhos, protelar o encontro dos corpos mantinham viva a chama do desejo, aquecendo e, ao mesmo tempo, angustiando a espera.⁶⁷⁶ Martins Napoleão, em 1927, expressou o tormento, a ânsia e a dor que poderiam regá-la, em Canto do novo Fauno.

I
(Ária matinal)
Numa lascívia inconcebível, salto
do meu leito de folhas machucado
pela noite de insônia. Solto um brado,
agitado de grande sobressalto.

Despenho-me, depois, bradando do alto
monte em que vivo como encarcerado,
e, na carreira pelo descampado,
estiro-me, distendo-me, no assalto

⁶⁷⁴ REGO, B, [1981], v. 1, p. 31.

⁶⁷⁵ Ibid., p. 29.

⁶⁷⁶ Ibid., p. 32-35.

desta lascívia indômita. Persigo,
em gritos, em soluços, em gemidos,
toda a beleza do meu sonho antigo.

Interminavelmente corro... corro,
com os longos braços brancos estendidos
no gesto triste de pedir socorro...⁶⁷⁷

As namoradas e noivas eram vistas como sensuais e desejadas. O desejo que envolvia a futura esposa foi captado com sensibilidade pelo poeta Francisco Miguel de Moura, em *Sonetos da paixão*.

SEXTO

Sinceramente é esta que me quer,
sabe da alegria e da tristeza,
da dor, da fome, e sabe do mister
que o amor reclama: o fogo, a aspereza.
Esporeei a mula pela estrada
e resolvi o que não se resolve
em um ano: falar com o senhor padre
para casar a gente logo-logo.
E ele? Não concordou com meu delírio.
- Assim como quem foge não se faz,
Tem que ‘correr os banhos’ e vestir-se.
E sob o olhar de Deus, ó meu rapaz.
- Não, seu padre, não posso resistir”
- Filho, não caia aos pés de Satanás.

SÉTIMO

Foi assim que cortamos o destino
e na cidade próxima nos casamos
com dinheiro tomado a conhecido.
Fui eu ficando a trabalhar no ofício:
- ‘Ajudado por Deus e por Rosinha,
A minha conta pagarei um dia.
Faço a fazenda do patrão crescer,
e ninguém sabe por que aqui se escondem
Rosinha e eu e a felicidade,
[...].⁶⁷⁸

Se na aprendizagem da masculinidade hegemônica os homens deveriam separar sexo e afeto, as duas correntes do amor, a sensual e a terna, como Freud as denominou,⁶⁷⁹ confluíam.

⁶⁷⁷ REGO, B., [1981], v. 1, p. 32.

⁶⁷⁸ MOURA, 2003, p.142.

⁶⁷⁹ GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1990.

Quem amava deseja fundir-se ao outro: o intercurso era expressão de amor. A esse respeito, em trecho de *Coral*, expressa Martins Napoleão:

Sumir, apagar-me em teu corpo, como no vestido
tua forma se escondeu.
Completamente fundido

em ti, dissolvido em tua
carne, assim, de trama em trama,
para além da pele nua,
tal como numa outra chama
loucamente se insinua.

Como na mitologia,
um ser ambíguo compor:
Só assim eu poderia
matar-te de meu amor,
morrendo de poesia.⁶⁸⁰

No Pós-Segunda Guerra Mundial, a sugestão do contato sexual como ato de amor foi difundida por produtos culturais. No periódico *Grande Hotel*, fotonovela publicada no Rio de Janeiro, a partir de 1947, e lida por parte das mulheres de classe média, as heroínas em nome do amor entregavam-se aos seus amados fora dos laços do matrimônio. Por isso, possivelmente, a Igreja Católica qualificava o periódico como desagregador da moral e dos bons costumes, desaconselhando sua leitura.⁶⁸¹

Na produção literária local tanto masculina quanto feminina, essa forma de significar a relação sexual também emerge. Na obra *a Vela e o temporal*,⁶⁸² de Alvina Gameiro,⁶⁸³ em nome do amor, a heroína vivencia experiência sexual com o namorado antes do casamento. Essa também foi a experiência do casal Nazinha e Leandro, personagens da obra *Pacamão*, de Assis Brasil.⁶⁸⁴ Essa literatura tornou visível sensibilidade, então difusa no social.

A. Tito Filho, que foi Delegado de Trânsito e Costumes, em 16 de maio de 1947 e 7 de janeiro de 1948,⁶⁸⁵ lembra que

[...] no tocante a costumes, o trabalho se mostrava um pouco desenvolvido.
Minha delegacia instaurava processos pelo chamado defloramento de

⁶⁸⁰ REGO, B., 2003, v.2, p. 299.

⁶⁸¹ REVISTAS e jornais que nenhum católico pode ler. *O Dominical*, Teresina, ano 17, n. 1/53, p. 2, 4 jan. 1953; REVISTAS e jornais que nenhum católico pode ler. *O Dominical*, Teresina, ano 17, n. 52/53, p. 3, 25 dez. 1953.

⁶⁸² A primeira edição da obra data de 1957.

⁶⁸³ GAMEIRO, Alvina Fernandes. *A vela e o temporal*. 2. ed. Brasília: Gráfica Santa Clara, 1996.

⁶⁸⁴ BRASIL, Assis. Pacamão. In: _____. *Tetralogia piauiense*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2008. p. 345-454.

⁶⁸⁵ TITO FILHO, A. Jogo, muito jogo. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 343, p. 1, 4 maio 1948.

garotas, fiscalizava forrós, cabarés, resolvia casos de vizinhança, enfim instaurava os inquéritos respectivos, quando necessário. Nesse tempo as garotas já estavam sapecas, na classe alta, na classe média, como na classe chamada dos pobres. Nesta última havia constante desvirginamento, ou quebra de cabaço, da forma que se dizia na linguagem de esquina. Particpei como delegado de exame nas três classes sociais; no todo 73 meninas, durante um ano, se deitaram na cama da delegacia [...]⁶⁸⁶.

Em 22 de maio de 1947, um/a cronista, na defesa da moral e dos bons costumes, apelava à polícia, para que coibisse atos que desabonavam os bons costumes. Em sua avaliação, a cidade estaria vivendo um momento de degradação moral, pois nas praças e nas ruas, após as dezenove horas, as famílias deparar-se-iam com o “desenrolar de colóquios amorosos que atentam contra a moral pública e ferem a suscetibilidade da sociedade teresinense”.⁶⁸⁷

Casas, automóveis, franjas da cidade, sítios, ruas escuras e praças eram lugares em que eram experienciadas essas provas. Conforme o/a cronista referido/a, em maio de 1947, as praças Landri Sales, Rio Branco e João Luís eram os principais focos de amores indecorosos.⁶⁸⁸

Contraletura de matérias veiculadas no jornal *O Dominical* também indica que o encontro dos corpos fora dos laços do matrimônio era uma possibilidade, a despeito da valorização da virgindade e dos medos da gravidez e do desamor. Em 1951,⁶⁸⁹ nas páginas do periódico lamentava-se o fato de muitos casais não chegarem castos ao altar. Por outro ângulo, a defesa da necessidade de educação sexual, que se tornou nítida nos anos 1950, tinha o objetivo de limitar a sexualidade ao casamento.

Nesse período, o jornal *O Dominical*, incorporando uma preocupação da Igreja nesse contexto, transcreveu um conjunto de artigos do Pe. Álvaro Negromonte. O referido padre acreditava que a educação sexual era fundamental, para que moças e rapazes vivenciassem a moral cristã. No artigo O Problema da adolescência VIII, acentuou que a educação sexual “quer preparar o homem para respeitar a Lei divina e a própria natureza das coisas. A sua finalidade é conservar homens e mulheres virgens até o matrimônio e castos na vida conjugal”.⁶⁹⁰ No referido artigo, advertia o padre que, se a educação sexual não fosse

⁶⁸⁶ TITO FILHO, A. *Crônicas*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, [1990?]. p. 40.

⁶⁸⁷ TERESINA: cidade lupanar. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 226, 22 maio 1947.

⁶⁸⁸ TERESINA: cidade lupanar. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 226, 22 maio 1947.

⁶⁸⁹ AOS NOIVOS. *O Dominical*, Teresina, ano 15, n. 52, p. 3, 30 dez. 1951.

⁶⁹⁰ NEGROMONTE, Álvaro (Pe.). O problema da adolescência VIII. *O Dominical*, Teresina, ano 16, n. 44, p. 3, 9 nov. 1952.

ministrada pelos pais e pelos membros da Igreja, os jovens e as jovens a aprenderiam fora dos preceitos defendidos pela Igreja Católica. Segundo Negromonte,

A própria natureza diz que o instinto existe para a procriação. E se impõe concluirmos que contra a procriação é antinatural a função. A natureza humana exige não uma procriação a modo dos animais, mas uma procriação racional, que garante a educação dos filhos: o que só se consegue no casamento monogâmico e indissolúvel. Daí: são ilícitas as relações sexuais fora do matrimônio e as que, dentro do matrimônio, impedirem a procriação.⁶⁹¹

Com efeito, essa abordagem do tema iniciação sexual, expressa a tentativa da Igreja de esclarecer aos/as fiéis os significados por ela atribuídos à sexualidade. É uma estratégia no sentido de fazer atuar o poder disciplinar sobre os corpos femininos e masculinos, na medida em que, ao produzir saber acerca do sexo, visava desenvolver o autocontrole, o domínio de si e encaminhar a sexualidade para o âmbito da conjugalidade. E, nesse campo, significá-la através da ideia de que o fim último da *função sexual* é a procriação.

Além de esclarecer acerca da sexualidade aceitável, através dos discursos veiculados no periódico, observa-se a preocupação em apresentar aos/às fiéis a maneira como a Igreja concebe o namoro, o amor, o matrimônio e a família. Essa preocupação parece fundamentar-se na percepção de que a família estava em crise e a moral e os bons costumes estavam ruindo diante do avanço da modernidade. Fatos que tornariam urgente a intervenção da Igreja, no sentido de orientar e conter o rebanho. A esse respeito, adverte Dom Avelar Brandão Vilela: “ou faremos a restauração da família, dentro das bases cristãs, ou vê-la-emos descer nas fortes enxurradas da desagregação e da morte”.⁶⁹²

Essas escritas indicam as tensões que permeavam a questão dos encontros dos corpos femininos e masculinos fora dos laços do matrimônio nos anos 1950, bem como a reação da Igreja diante do consumo de produtos culturais que transformaram o amor e a libido em mercadorias.

Possivelmente debatendo a percepção do intercuro como expressão de amor, muitas mães lembravam às filhas que os rapazes não casavam com aquelas que *se entregavam*, que, na verdade, se um rapaz, de fato, amava uma jovem, a respeitava, o que significa dizer que procurava resguardá-la até o casamento. Assim, aquele que pedia provas de amor, estaria

⁶⁹¹ NEGROMONTE, Álvaro (Pe.). O problema da adolescência VIII. *O Dominical*, Teresina, ano 16, n. 44, p. 3, 9 nov. 1952.

⁶⁹² VILELA, Brandão Avelar (Dom). O programa de 1950. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 20, p. 6, 21 maio 1950. [Publicado em Petrolina, em 12 de abril de 1950].

provando não amar a jovem. Essa não era uma concepção defendida apenas pelas mães, ora rapazes, ora moças a compartilhavam, conforme identifiquei através das entrevistas.

Da mesma forma que amar desencadeava o desejo de fundir os corpos sem a legitimidade do casamento e sua consumação era uma experiência possível, amar também protelava o usufruto do desejo para o casamento. Ter a virgem na noite de núpcias era também uma projeção desencadeada pelo ato de amar. A imagem da virgem habitava o coração masculino.⁶⁹³ Havia a percepção de que a mulher objeto do amor é pura, virgem e imaculada. Em *Hermelinda*, publicada em 1923, por exemplo, lê-se:

Oh! Virgem bela, inocente e amorosa
A' quem dedico o meu sincero amor,
De olhar divino, faces cor de rosa
Virgem singela, amo-te com ardor!

Quando te vi, tão bela e tão formosa,
Na Igreja a Deus orando com fervor
Eu vi em ti ó virgem extremosa,
Um sorriso terno, calmo e tentador!
Desde então, ó virgem, te dediquei
Um puro afeto, forte, que consola,
A minha mocidade... Eu te amei!

Nesta alegria que tenho hora a hora
De sentir em tua boca a alva corola
Do amor, sinto-me reviver, senhora.⁶⁹⁴

Em *Verdadeiro amor*, de 1939, diz o poeta:

Quando fores, mulher imaculada
A inspiração de um pobre pensador,
Não procures zombar do seu amor,
Nem desdenhar de sua voz magoada,

Pois ele vive sempre, imerso em dor,
E, tu, visão fatal, santa adorada,
És com certeza a pérola banhada
No sofrimento atroz do sonhador
[...]⁶⁹⁵

Possuir a virgem noiva somente na noite de núpcias é um ideal que permeou a sensibilidade de muitos rapazes que viveram o período em estudo. Por um lado, ele indica que

⁶⁹³ QUIJUNHA. A Felicidade. *O Arrebol*, Teresina, ano IX, n. 45, p. 2, 21 set. 1923.

⁶⁹⁴ QUIJUNHA. *Hermelinda*. *O Arrebol*, Teresina, ano IX, n. 44, p. 3, 16 set. 1923.

⁶⁹⁵ VERSOSA, Expedito. *Verdadeiro amor*. *Piauí Novo*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 5, 11 jun. 1939.

a ausência do intercuro era um obstáculo que mantinha a paixão viva. Conforme acentua Denis de Rougemont, o obstáculo é alimento do amor-paixão. “Sem entraves ao amor, não há ‘romance’, acrescenta o autor.⁶⁹⁶ O cultivo do amor casto mantinha vivo o desejo, que deveria ser saciado no casamento. Por outro lado, remete para a incorporação da importância do casamento como ritual que sacralizava a sexualidade, tornando-a legítima.

Por sua vez, a referida forma de obstáculo do amor-paixão reforçava o tabu da virgindade feminina e a sua importância para o casamento. Importa destacar que, em geral, o rapaz esperava encontrar virgem a futura esposa. Não encontrá-la era motivo para repudiá-la. Quando indaguei a uma das entrevistas se as moças casavam virgens, eis a resposta:

Casavam. Todas. Olhe, eu tinha um tio, ele era casado. A mulher dele morreu, morava em São Luís. Ele se apaixonou por uma moça lá de Amarante. Ela era muito bonita, de uma família muito boa. Aí ele pediu a moça em casamento. A moça aceitou. Namorava ele, aceitou. O avô da moça, que ela não tinha pai, ficou feliz da vida. Noivaram, marcaram o casamento. Só que o padre de Amarante dizia que não fazia o casamento. Aí meu tio muito birrento queria saber porque o padre não fazia o casamento. Ele dizia: não faço o casamento, Sebastião, porque você vai se arrepender. Mas por quê? Não posso dizer. Aí pediu ao papai, o papai foi lá falar: mas padre Virgílio por que, o senhor não faz esse casamento? Ele disse ao papai: coronel, eu não faço o casamento porque eu sou um velho muito birrento. Não insista que eu não vou fazer. Aí ficou toda a família com raiva dele. Muita gente se zangou com ele. Por que, que ele não fazia? Aí ele veio para cá para Teresina, trouxe a moça e casou com ela. No dia do casamento, ela não era virgem. Ele ficou tão revoltado que deu nela. Quase mata a moça. Ele quase vai para a cadeia. Foi preciso o papai se valer de tudo para ele não ir para a cadeia. Foi uma afronta que ele achou! Aí foi, descobriram que ela já tinha se prostituído com esse rapaz lá. Esse rapaz foi contar para o padre Virgílio que ela não era mais moça. Por isso que o padre Virgílio não fez, mas não podia dizer porque ele tinha dito em confissão. Confissão ninguém pode dizer. Por isso que o padre não fazia o casamento. Ele quase mata a moça! Entregou a moça para o pai dela e foi embora para São Luís, nunca mais voltou por aqui. Tal a afronta! Com vergonha, com vergonha do povo, nunca mais pisou aqui em Teresina. Teresina era pequena. Todo mundo se conhecia. Para você ver como era.⁶⁹⁷

Assim, ressaltar que os rapazes não casavam com aquelas que não eram mais virgens era uma forma de disciplinar os corpos femininos e do mesmo modo um meio pelo qual se indicava normas e expectativas que regiam comportamentos. A virgindade feminina era um valor para os homens, ainda que alguns o dispensassem, em nome do amor ou da expectativa de ascensão social via casamento.

⁶⁹⁶ ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o Ocidente*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. p. 42.

⁶⁹⁷ OLIVEIRA, 2007.

Nos anos 1950, a exploração do corpo, sem intercurso, durante o namoro e o noivado, tornou-se mais comum, bem como as chamadas provas de amor, ainda que fossem experiências singulares. A ampliação das possibilidades de circulação feminina no espaço público, bem como maiores contatos entre moças e rapazes levavam rapazes a suspeitar da conduta da moça, especialmente, se fosse falada. Pedir a prova de amor era um meio através do qual os rapazes procuravam se assegurar da virgindade da moça, pois, geralmente, consideravam que tinham o direito de ser o primeiro. Era também uma forma de usufruir prazer fora do casamento e da prostituição. Parte dos rapazes considerava que, se a moça já havia concedido certas liberdades ao namorado ou noivo anterior, também poderia ser generosa com o atual.

Ademais, amor, sexo e erotismo enredavam-se. Amar era sinônimo de fusão dos corpos, de dissolução de uma carne em outra carne, de ânsia em transformar os corpos desejantes em um único corpo.⁶⁹⁸ Ternura, sensualidade e desejo eram elos do amor. Assim, aqueles que se amavam tinham o corpo invadido por doces sensações e, ao mesmo tempo, sentiam febris desejos. Pedir prova de amor era também um ato decorrente dessa forma de significar e sentir o amor. Em *Pulcra visão*, publicada em 1926, lê-se:

Que doce sensação meu ser invade.
Quando ao meu olhar é dado parar
Sobre o esplendor da tua mocidade,
- Que tem o anseio e a agitação do mar!...

Parece que a um mundo de radiosidade
Me transporto. E que febre de te amar,
Ter-te aos braços e louco te beijar,
Do teu corpo sorvendo a suavidade...

O teu corpo claro – ânfora de amor,
É rio estuante, cuja água em rumor,
Excita o pecado e febris desejos...

No teu régio encanto, ó Pulcra Visão!
Dá que eu, na loucura desta paixão,
Queime-te a boca com os meus longos beijos...⁶⁹⁹

Era uma forma de minimizar o sofrimento que causava a não consumação do desejo. Martins Napoleão, em *Noite*, torna visível a confluência da castidade, da volúpia e do sofrimento. Para o poeta, possuir só no pensamento desencadeava dor.

⁶⁹⁸ REGO, B., 2003, v. 2, p. 299.

⁶⁹⁹ ARAÚJO, Mário. *Pulcra visão*. *A Imprensa*, Teresina, ano I, n. 99, p. 3, 10 jun. 1926.

Noite

Arde, num rogo, a noite brasileira:
volúpia e castidade, amor violento
que a folhas verdes machucadas cheira,
e luz, e sonho, e sombra, e sofrimento.

E o vento, um monstro de lascívia... Inteira,
viva imagem dos sátiros é o vento,
atrás das ninfas, soltas na carreira,
que eles possuem só em pensamento...

Um perfume de rosas delirantes
sobe da terra... À sombra, como outrora,
rolam corpos de ninfas e gigantes...

E cai do céu, para onde o olhar transponho,
purificando a terra pecadora,
a luz, sorriso do infinito em sonho.⁷⁰⁰

A virgem pura era apenas uma das representações da amada. As imagens de Eva e Maria, símbolos fundantes a cultura ocidental, poderiam compor, simultaneamente, a representação da amada. Nesse caso, pureza e sensualidade poderiam se unir, conforme se infere da canção *Implorando*:

Oh! Minha bela querida,
Meu anjinho sedutor...
Vem com ternura dar vida,
A quem te ama com ardor,
Escuta a palpação
Vem depressa escutar,
O que sofre um coração
Que pelo teu amor vive a suspirar⁷⁰¹

Quando estímulo e desejo levavam as jovens a concederem as tão pedidas provas de amor e isto tinha visibilidade, a moça e sua família eram consideradas desonradas. Por ser a honra um valor, sobre o rapaz pairava a pressão, para que se casasse com a moça, para que sua honra e de sua família fossem restauradas.

Ainda que a resolução de conflitos dessa natureza no período em estudo fosse atribuição do aparelho policial e jurídico, havia o risco de os familiares da *ofendida* buscarem lavar sua honra com sangue. Continuava havendo a resolução de conflitos que envolvia a honra por meio da atuação familiar. Essa possibilidade não era característica específica de Teresina. Em

⁷⁰⁰ REGO, B., [1981], v. 1, p. 29.

⁷⁰¹ PINTASILGO. Implorando. *O Arrebol*, Teresina, ano IX, n. 39, p.2, 1923.

estudo sobre moralidade e modernidade, no Rio de Janeiro, entre 1918 e 1940, Sueann Caulfield mostra a importância que se atribuía à honra e sua relação com a construção do conceito de nação brasileira, bem como destaca o fato de ser comum que pais buscassem vingar o defloramento das filhas.⁷⁰² Conforme a autora,

a noção de honra da família não só foi mantida na legislação do século XX, como ganhou maior destaque depois de 1937, com a consolidação de Getúlio Vargas no poder. Depois de instaurar o Estado Novo, Vargas iniciou um esforço sem precedentes com o suposto objetivo de zelar pela moral pública e pelos valores de família, vinculando-os explicitamente à honra nacional.⁷⁰³

Andréa da Rocha Rodrigues, por sua vez, estudando a honra e a sexualidade infanto-juvenil em Salvador, entre 1940 e 1970, acentua que em Salvador, nos anos 1950, o crime de sedução suscitava assassinatos em defesa da honra da família.⁷⁰⁴

Em Teresina, figurava, no imaginário social, a ideia de que o rapaz que desonrasse uma *moça de família* acabaria casado ou morto. Difuso estava no social que o rapaz que desonrava uma moça contraía um débito, passando a dever a ela e a sua família, pois desonrá-la significava ferir a família e atacar a masculinidade de seus irmãos e de seu pai. Nesse sentido, a ação daquele que iniciava sexualmente uma virgem era uma ação que atentava contra um espaço masculino.

Relembrando seu tempo de juventude, João Clímaco de Almeida, nascido em 1910, acentua que, quando uma moça de família engravidava, fato que dificilmente acontecia, o procedimento “era casar. Engravidar era uma coisa séria naquele tempo. As duas famílias tinham que se entender e fazer o casamento⁷⁰⁵”. Caso não casassem

Aí dava uma inimidade para o resto da vida, que ninguém sabia as consequências. Era meio duro! Casavam e viviam e às vezes viviam muito bem. Ou mesmo que não vivessem. Se o pai da moça não aceitasse, nem que não vivesse, mas casar, casavam. E ele aí ia sustentar a moça ‘perdida’ com filho, com tudo, inimiga do sujeito que fez o mal, mas sem ter entendimento entre eles.⁷⁰⁶

Acentua Yara Vilarinho que

⁷⁰² CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

⁷⁰³ CAUFIELD, 2000, p. 27.

⁷⁰⁴ RODRIGUES, Andréa da Rocha. *Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970*. 2007. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007. p. 206.

⁷⁰⁵ ALMEIDA, João Clímaco de. *Depoimento concedido ao núcleo de História Oral da Fundação Cepró*. Teresina, 1989. p. 111.

⁷⁰⁶ ALMEIDA, J., 1989, p.112.

geralmente o rapaz nessa hora nem discutia, primeiro se não cumpria, matavam, né? Não ficava palitando os dentes, não. Já sabiam disso, senão cumprisse. Mas era, era um caso muito raro, era muito difícil. Primeiro a moça não se entregava. À força, não existia essa história de assalto, enganar, fulano levou para um lugar, não havia isso, ninguém enganava, nesse ponto os rapazes eram muito direitos. Nesse ponto era, não havia isso. Você podia confiar, tranquilo, e também o rapaz não tinha coragem de estar convidando moça para lugar nenhum, sozinha, porque tomava logo um fora, porque ninguém ia, ninguém aceitava.⁷⁰⁷

Leitura semelhante é a de Maria Albuquerque. Segundo a entrevistada, quando acontecia iniciação sexual ou gravidez, os envolvidos “casavam! Casavam! Principalmente se era moça da sociedade, dava um jeito, casava. Casava com o namorado. Era muito difícil ter uma pessoa que assumisse uma mãe solteira, no caso”.⁷⁰⁸

Augusto Castelo Branco a esse respeito narrou a história de uma prima, criada por seus pais como filha. Nascida em 1918, em 1936, aos dezoito anos, namorando um rapaz que trabalhava com exportação de peles silvestres para a Alemanha, a despeito da vigilância e dos conselhos recebidos, a jovem iniciou a vida afetivo-sexual fora dos laços do casamento. Eis a memória de seu primo acerca do ocorrido:

[...] ela trabalhava em um bazar na Praça Rio Branco, chamado Bazar Quatro e Setecentos ou era Mil e Setecentos. Era o valor das mercadorias da loja, ele conheceu ela lá e começaram a namorar, e aí ele começou a vir aqui em casa, todo dia, ali naquela esquina, toda noite vinha. Eu lembro porque eu ia também, ele levava bombom, sorvete, aquela coisa para nós, a gente gostava muito dele. Ela foi, ela terminou indo uma noite, ela acabou indo na casa dele, lá no Zungui, depois do hospital Getúlio Vargas. Ele morava sozinho ali, morava ali sozinho, ela foi para lá. Uma noite foi para casa dele, não sei se tinha carro, não lembro se tinha carro. Em me lembro, nessa noite, a polícia aqui nesse tempo era vigilante nessas coisas, o major Vaz, chamado, era vigilante, chegou aqui bateu na janela: ‘Sr. Tônico, Sr. Tônico’. Meu pai levou aquele susto, levantou. ‘Major Vaz mandou comunicar ao senhor que sua filha foi apanhada lá no Zungui com o Sr. _____. Estão todos os dois lá na delegacia’. O papai falou assim: espera aí, eu vou botar uma roupa aqui e vou já para lá. O dia tava quase amanhecendo, foi para lá, aí já foram tratar dos papéis do casamento. O major Vaz disse logo para o papai: vamos tratar logo porque esse rapaz aqui o pai dele é rico, tem avião, ele pode tomar um avião. Nesse tempo era assim, tinham essas coisas assim.⁷⁰⁹

⁷⁰⁷ OLIVEIRA, 2007, p. 50.

⁷⁰⁸ ALBUQUERQUE, 2007.

⁷⁰⁹ CASTELO BRANCO, Augusto. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

Com a intervenção da polícia, que também vigiava os passos das moças de família, o pai de Augusto Castelo Branco pôde assegurar o casamento de sua sobrinha. Importa destacar que a questão da manutenção da honra feminina se articulava à condição de classe. Por um lado, os homens mais poderosos eram também aqueles que tinham maiores possibilidades de manter a honra feminina e, em casos de iniciação sexual, impor o casamento como forma de reparação. Por outro lado, eram os que tinham maiores chances de escapar a essa imposição, quando eram eles que haviam propiciado a iniciação sexual fora do matrimônio.

A relação entre honra e classe também foi encontrada por Joana Maria Pedro, ao estudar as imagens femininas veiculadas na imprensa de Desterro/Florianópolis entre 1880 e 1923. Enveredando pelas relações de poder e dominação em jogo no período, a autora demonstra como a proliferação de imagens femininas idealizadas vinculava-se à crise econômica e política vivenciada na cidade, naquele contexto. Diante de um quadro de recomposição das elites, mediante a ascensão de comerciantes e armadores, a autora aponta conflitos e disputas entre famílias que compunham as elites e/ou aspiravam compô-las, nos quais os comportamentos femininos eram balizas fundamentais de distinção e delimitação. Segundo a autora, para as mulheres das famílias envolvidas nas disputas, “[...] a ‘honestidade’ teria que ser inquestionável. Qualquer ‘mau passo’, qualquer ‘deslize’ que as tornasse ‘faladas’, poderia eliminar sua família da arena política.”⁷¹⁰ Isto porque “a honra da família era um elemento frágil, que podia desqualificar os grupos em disputa. Como as mulheres eram as principais referências de honra familiar, seu comportamento precisava ser, antes de tudo, observado e delimitado”.⁷¹¹

Nem sempre a jovem casava com aquele com quem se iniciara sexualmente. Desamor e disputas econômicas, étnicas e simbólicas poderiam impedir a realização do enlace. Quando as questões de honra eram atravessadas por diferenças de condição social, de família, de idade e de etnia, poderiam ser dadas outras soluções que não fosse o casamento com aquele com quem a jovem havia vivenciado as primeiras experiências sexuais.

Um exemplo pode ser dado através da história de Raul e de Pedrina, personagens de O. G. Rego de Carvalho, na obra *Somos todos inocentes*, situada em Oeiras, em 1929, uma vez que o autor inscreveu uma trajetória afetivo-sexual possível, no período, tanto em Oeiras quanto em Teresina. Raul era um médico branco e filho de família importante, enquanto Pedrina era moça pobre e mulata, filha de um sacristão. Após namoro rápido, o casal manteve

⁷¹⁰ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas*: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1994. p. 58.

⁷¹¹ PEDRO, 1994, p. 61.

relações sexuais e Pedrina engravidou. Desejando casar-se com o rapaz, a jovem o interpelou:

- Raul, preciso falar com você. É urgente.
- O jovem, que há uma semana se ocultava dela, virou-se com a fisionomia contrafeita.
- Eu lhe disse que não viesse cá.
- Pedrina estremeceu ante o olhar severo com que a acolhia. Contorcendo as mãos, confessou-lhe tudo:
- Estou grávida.
- Eu sabia – respondeu Raul com impaciência, dando-lhe as costas.
- Não, não se vá agora! – ela tomou as rédeas nervosamente. *Você tem de casar comigo, Raul!*
- [...]
- Não me despreze, Raulzinho! Senão eu morro...
- Ele a fitou menos irritado, condoído um pouco de sua situação:
- Não se preocupe, que há remédio.
- Remédio, que remédio? – perguntou a jovem, confusa.
- Quando eu voltar do ‘Junco’ cuidaremos disso.
- Você então se casará? (Ela não sabia de outra solução.)
- Raul limpou o suor da testa e, vendo-a mais tranqüila, criou coragem:
- O aborto, menina! Cuidaremos disso quando eu voltar.
- A moça sentiu perder o ânimo:
- Abortar não é crime, Raul? E eu... eu não posso... Quero meu filho.
- Raul abaixou a vista, insultado diante da nobreza de sentimentos da rapariga.
- Você tem de escolher, Pedrina: o filho ou eu.
- Ela abaixou a vista. O desalento se estampava no rosto, quando respondeu, emocionada:
- Prefiro morrer, Raul. Mas não matar um inocente!
- Sem querer, ela feria o amor-próprio do amante:
- Aja como quiser. Uma cousa lhe asseguro: você não se casará comigo. Não sou de sua laia.⁷¹²

Raul só diz amar Pedrina como estratégia de sedução. O objeto de seu amor é Dulce, jovem de seu nível e de sua cor, por quem se enamorou ainda criança. O fato de Raul não aceitar casar-se com Pedrina, alegando *não ser de sua laia*, isto é, de sua condição social, econômica e étnica, aponta para uma característica do processo de constituição de casais no período em estudo: a exigência da condição de igualdade, conforme abordarei no próximo capítulo.

A despeito de Raul ter seduzido e engravidado Pedrina, uma virgem, a pobreza e a cor da jovem são considerados empecilhos para a realização do enlace. Isto porque, se o casamento deveria ter por base o amor, deveria ser um amor entre iguais. A referência à igualdade social, econômica, étnica emerge em diversas fontes como pré-requisito do

⁷¹² CARVALHO, O. G. de. Somos todos inocentes. In: _____. Ficção reunida. 2. ed. Teresina: CORISCO, 2001. p. 141-142.

casamento. É tal a importância deste princípio que se sobrepõe a um tabu recorrente no período – o da virgindade feminina.

Inclusive Dulce, jovem apaixonada por Raul, que prestou apoio incondicional a Pedrina, via o casamento como desfecho pouco provável. Em conversa com Pedrina, dizia Dulce:

- Só enxergo uma saída, Pedrina. Raul casar-se contigo. E sabes...- Dulce calou-se medindo as palavras. – Ele pertence a uma família com outros costumes... Não me compreendes? É do Sobrado. Vendo na amiga os mesmos argumentos que ouvira do amante, Pedrina começou a chorar.⁷¹³

Mesmo considerando torpe o ato cometido por Raul, seus familiares compartilham a visão do rapaz. Assim, seu avô, coronel Joaquim, para solucionar o problema, propõe arranjar um casamento para Pedrina com um jovem de sua condição.⁷¹⁴

Tratava-se de uma prática comum na resolução de conflitos dessa natureza e que persistiu em cidades do interior, até período mais recente, conforme identificou Vânia Vasconcelos, ao estudar relações afetivas das mulheres de Serrolândia (BA), entre as décadas de 1960 e 1980.⁷¹⁵

Essa solução envolvendo homens de condição social distinta aponta para as formas de dominação entre os homens e para a relatividade dos valores, quando atravessados pela classe e/ou pela etnia. Se, por um lado, a virgindade era uma exigência para o matrimônio; por outro lado, homens abastados poderiam impor a homens pobres que casassem com mulheres por eles iniciadas. Era uma estratégia, inclusive, utilizada por homens casados. Provavelmente ocorrida no final dos anos 1920, eis a história de Rosa, operária da Fábrica de Fiação e Tecidos, narrada por Orgmar Monteiro:

Um dia o diretor faz um passeio pela sala dos teares. Não era novidade. A inspeção do acabamento do tecido era rotina adotada pelo interesse do próprio objetivo comercial. Porém, de par havia o olhar do curioso descobrindo as pipiras de então ou atuais gatinhas em que curiasse. Dessa feita achou um tear parado. A tecelã devia ser novata. O físico raquítico denotava um corpo jovem em crescimento. A princípio viu só o prejuízo do tempo da máquina, sem funcionamento. Aproximou-se mais. A mocinha ficou atarantada. Ele foi carinhoso ao falar. Era do seu feitio falar manso. [...] A inexperiente tecelã levantou os olhos. O diretor via pela primeira vez aqueles belos olhos verdes. Notou na penumbra

⁷¹³ CARVALHO, O., 2001, p.144.

⁷¹⁴ Ibid., p.163.

⁷¹⁵ VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. *Evas e Marias em Serrolândia: representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990)*. Salvador: EGBS, Fundação Pedro Calmon, 2007.

do vasto salão, no local em que se achavam, que era alva, loura e bonita. Devia ter 15 a 16 anos. Quase infantil. Os seus instintos vibraram. A libido rugiu. E veio a pergunta.
 - Como te chamas?
 - Rosa
 - Está bem Rosa. O fio foi emendado. Continue.⁷¹⁶

Com a ajuda do foguista Marciano, funcionário da Fiação, o diretor seduziu Rosa. Durante três meses mantiveram um caso, até que Rosa engravidou. Sabendo da gravidez da operária, o diretor procurou solucionar o problema casando-a com João, outro funcionário da empresa. Por intermédio de Marciano, o diretor sabia que João era apaixonado por Rosa, e para fazê-lo esquecer o deslize e a gravidez da moça, promoveu-o e emprestou o dinheiro necessário para a compra de uma casa. Assim, Rosa e João casaram-se e, segundo Orgmar Monteiro, constituíram uma família exemplar.

Desfechos dessa natureza, além de resultado das relações de dominação entre os homens, poderiam ser, também, ocasionados pela dominação de mulheres abastadas sobre homens pobres.

Nas disputas masculinas em torno da honra, observa-se também a valorização da juventude em detrimento da velhice. O homem velho é visto como aquele que já não pode defender a honra das mulheres de sua família, permitindo o avanço de homens jovens em seu território.⁷¹⁷

Quando as jovens não casavam com os rapazes com quem haviam iniciado a vida sexual, havia a possibilidade de manter o silêncio acerca do fato, de modo a manter a imagem de moça de família, o concubinato, a prostituição e, remotamente, o matrimônio. As famílias mais abastadas procuravam proteger suas filhas da prostituição, seja mantendo a imagem de *moça de família*, seja arranjando casamento com homem de condição social inferior ou negando a maternidade, quando o amor dava frutos. No caso das mulheres pobres, a condição social tornava esses arranjos menos viáveis. Além disso, havia investimentos, para que se tornassem prostitutas.

Importa destacar que as prostitutas asseguravam a manutenção da castidade das moças de família. Embora condenadas e estigmatizadas pela moral católica, que norteava as práticas, as prostitutas exerciam uma função civilizadora⁷¹⁸. Eram elas, sobretudo, que propiciavam a iniciação e a aprendizagem sexual dos meninos/rapazes, bem como reforçavam o desejo e o

⁷¹⁶ MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: Edições Ioce, 1988. v. 3. p. 277-278.

⁷¹⁷ APELAÇÃO Criminal da Comarca de Amarante. *Diário Oficial*, ano 6, 12 dez. 1936. Diário da Justiça, p. 7-8.

⁷¹⁸ A respeito do papel civilizador da prostituição, ver MAFFESOLI, 2005; RAGO, 1991.

gosto heterossexual. E essa função era atribuída e realizada por mulheres pobres, majoritariamente. As fontes pesquisadas indicam que o exercício da comercialização da libido por mulheres de classe média era exceção e não regra.

Os mecanismos de autocontrole e de classificação que agrupavam as jovens em moças para casar e mulheres para se relacionar sexualmente eram atravessados pela condição social e étnica. Em linhas gerais, os jovens mais abastados escolhiam para casar as jovens do mesmo segmento social. Na prática, as mulheres que eram os maiores alvos de investida sexual dos rapazes eram as prostitutas e as moças pobres. O intercurso com *moças de família* era uma trajetória singular. E sua vivência implicava a obrigação de reparar o *erro*, através do casamento, embora nem sempre isto ocorresse, especialmente, se a moça estivesse situada, em termos sociais, econômicos e familiares, abaixo do rapaz.

3.5 REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUTA

Ao abordar o cotidiano e a pobreza em Teresina entre 1877-1914, Maria Mafalda Baldoino de Araújo, observa que mulheres pobres, casadas, solteiras e menores praticavam o meretrício. Em sua avaliação, a prostituição dessas mulheres estava diretamente relacionada com a pobreza, sobretudo com a necessidade de assegurar condições de sobrevivência.⁷¹⁹

Nos depoimentos, a prostituta emerge como a mulher pobre que se prostituiu ou foi prostituída, fosse pelas condições de sobrevivência, fosse por não incorporar os valores dominantes acerca do corpo e da sexualidade. João Clímaco de Almeida, nascido em 1910, acentua a esse respeito que, no seu tempo de juventude, poucas moças *se perdiam*.

Era muito raro! Era pouco viu! Só mesmo pessoas de nível baixo é que aqui acolá uma se perdia. Se perdia, quando amanhecia o dia ia pra 'zona'. Diziam: 'Fulana, se perdeu, tá na 'zona' hoje e pronto'. Abandonou a família e tal'. Mas sem culpar ninguém, sem dizer quem foi o autor, nem nada, já tinham vocação pra isso.⁷²⁰

⁷¹⁹ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. p. 61-62.

⁷²⁰ ALMEIDA, J., 1989, p.112.

Como a memória individual se constrói nos quadros sociais da memória,⁷²¹ o entrevistado registrou uma característica da sociedade na qual viveu a juventude – a predominância de prostitutas pobres, também indicada pelas demais fontes consultadas. Por ser a memória também uma reconstrução seletiva do passado, sujeita à dinâmica da lembrança e do esquecimento, é igualmente cabível que o entrevistado não tenha guardado lembranças acerca de moças de classe média que se tornaram prostitutas, uma das trajetórias possíveis à época.

Importa salientar ainda que, no período em estudo, a norma é difundida e imposta através de vários mecanismos. Ela se delineava através da socialização familiar, da escolarização, da formação religiosa e da indústria cultural. Com efeito, a autoimagem da classe média, que era alvo de múltiplos discursos normativos, era de segmento respeitável, defensor da moral e dos bons costumes, ainda que, muitas vezes, as práticas não correspondessem às representações. Isto implicou a busca de silenciamento das práticas que fugissem à moral ideal. Prática que impactou nas memórias coletivas. Por sua vez, as famílias desse universo social procuravam evitar que suas filhas praticassem a prostituição. O que explica as poucas referências a mulheres de classe média, que se tornaram prostitutas na documentação pesquisada.⁷²²

Nos romances *Estigmas*, *Beira rio beira vida* e *Vento geral*, mistos de ficção e memória, que se reportam ao recorte em estudo e que registram costumes da época, são veiculadas algumas representações das prostitutas e de suas relações com os clientes.

O romance *Estigmas*, de Francisco Miguel de Moura⁷²³ conta a história do advogado/juiz Ciro, respectivamente, em Conceição, Picos e Teresina. Na obra, a imagem da prostituta se delineia, a partir do personagem Maria das Graças/Gracinha. Desenvolvendo uma visão fatalista do mundo, o autor apresenta Gracinha como vítima do destino. A condição de prostituta é esperada e projetada no futuro da jovem. Gracinha, filha natural de dona Biela,

⁷²¹ HALBAWACHS, 2006.

⁷²² CASTELO BRANCO, A., 2007.

⁷²³ Francisco Miguel de Moura é poeta, romancista e crítico literário, pertence à Academia Piauiense de Letras. É funcionário aposentado do Branco do Brasil, nascido em 1933, na fazenda Cural Novo, à época pertencente ao município de Picos (PI), hoje município de Francisco Santos (PI). O autor começou a escrever o romance *Estigmas* em 1964. A primeira edição data de 1984. Na orelha da terceira edição, o autor acentua que começou a escrevê-lo na primeira pessoa até o capítulo 10, quando percebeu que estava escrevendo memórias, daí então resolveu reconstruí-lo na terceira pessoa. Rebatendo a leitura do escritor Manoel Lobato, argumenta que, na sua visão, a obra não é autobiográfica, nem memorialística, nem livro de contos, conforme supôs o referido escritor. Em depoimento publicado em 2008, o autor esclarece que entre 1967/1983 reescreveu e modificou a obra continuamente. Nesse texto, enfatiza: “O romance é uma auto-análise, tem a marca do memorialismo”. Ver MOURA, Francisco Miguel de. *Os estigmas*. Teresina. 3. ed. Teresina: Ed. Cirandinha, 2004. [Orelha]; MOURA, Francisco Miguel de. Depoimento. In: MOURA, Francisco Miguel de (Org.). *Fortuna crítica de Francisco Miguel de Moura*. Teresina: Ed. Cirandinha, 2008. p. 17; 294.

por mais que a mãe sonhasse com a filha professora normalista e bem casada e investisse em sua educação formal, na expectativa de que fizesse um bom casamento, não consegue vencer o destino.

O que parece determinar a prostituição na trajetória de Gracinha não é a pobreza em si, mas o fato de ser filha natural, de ser criada sem pai, de não ser uma *filha de família*, e como essa condição implica ser tratada como prostituta em potencial. As colegas da Escola Normal, os caixeiros-viajantes que se hospedam na pensão de sua mãe, Ciro, enfim, todos a percebem e a tratam como futura meretriz. As expectativas se materializavam, no cotidiano da jovem. Certo dia, Maria das Graças ouviu algumas colegas da Escola Normal, dizendo baixinho: “Ela não tem pai, é filha da puta, filha da puta é putinha”.⁷²⁴ Para Ciro, Gracinha era “Mocinha de hotel como as demais, até nos modos denota queda para o ofício. Tal mãe, tal filha. O destino é uma crueldade”.⁷²⁵ Nas entrelinhas, situa-se a percepção de que a respeitabilidade de uma casa é dada pela presença masculina, que cabe ao pai defender e assegurar a manutenção da honra da filha.

Ciro fora um menino pobre que almejava ser alguém. Natural do povoado Conceição, de onde migrara, primeiramente, para Picos e depois para Teresina, com o intuito de estudar. Em Teresina, formara-se em Direito, tornando-se juiz. Contudo, percebia-se como homem frágil, pobre coitado e humilhado, que só fazia escolhas erradas. Invasido por sentimento de inferioridade e sensível aos comentários que, porventura, despertasse, Ciro sentia-se abaixo das moças pelas quais se interessava. Cercando-se de receios, não se aproximava, embora sofresse com sua inércia.

Por conceber que devia favores a Ademar Santos, por tê-lo recebido em sua casa, em Picos, Ciro noiva com sua filha, Rosinha, a despeito de ver na escolha como um erro. Mesmo sem desejar, de fato, casar-se com a noiva, Ciro não se decidia pelo rompimento do compromisso. Morando em Teresina, deixa que o tempo e a distância operem o desenlace. O que, de fato, ocorreu. Certo dia, Rosinha enviou por portador a aliança de noivado.

Quando de sua mudança para Teresina, Ciro instalou-se na pensão de dona Biela. Convivendo com Gracinha, Ciro ver seu corpo se transformar, sentindo-se atraído pela jovem. Chega a pensar que é amor o sentimento que nutre por ela, mas deseja ardentemente que ela se transforme em prostituta. Ciro ver Gracinha decaída no futuro. E sua expectativa se concretizou. É então que Ciro consegue se relacionar com Gracinha. Sua *queda* no mundo da

⁷²⁴ MOURA, 2004, p. 147.

⁷²⁵ MOURA, 2004, p.72.

prostituição foi necessária para que Ciro se sentisse superior a ela. Ela precisava cair para reforçar nele seu poder de homem.

Francisco Miguel de Moura, na obra, capta uma função da prostituta – tornar possível a autoafirmação masculina e detonar o sentimento de poder e dominação. A personagem Gracinha, sobretudo, projeção de Ciro, permite que ele lide com complexos de inferioridade, na medida em que, na condição de *decaída*, corrobora para que se sinta forte, poderoso, dominador, ainda que se perceba como homem frágil e doente. Diante da Gracinha prostituta, conforme a moral dominante situada no último degrau da decadência feminina, Ciro eleva-se, uma vez que se alarga a hierarquia entre eles. Conforme observou Benedito Luz e Silva, “Ciro faz de tudo para vê-la fracassar. Isto porque, no fracasso da mulher, ele encontra uma maneira de autoafirmar-se”.⁷²⁶

Essa possibilidade de autoafirmação masculina através da prostituta é também percebida por Assis Brasil, no romance *Beira rio beira vida*, por meio do personagem Luiza. Em certo trecho, rememorando seu passado, Luiza pondera: “Era bem isso: eles se sentiam superiores, porque simplesmente a usavam, ou viam que existia gente mais miserável na sua trilha”.⁷²⁷ Nessa obra, contudo, a afirmação não é específica ao homem que se sente fraco e insignificante, mas aos homens, em geral, que compram os prazeres da prostituta.

As prostitutas inscritas, nessa obra, assim como Gracinha são frutos do destino. A prostituição é percebida como um caminho inexorável, marcado pela pobreza. Prostituir-se era a vida possível para diferentes gerações de mulheres do cais, em Parnaíba. Era um meio de sobrevivência.

Nascido em Parnaíba, em 1932, Assis Brasil escreveu a obra a partir de memórias da infância. Luíza fora uma mulher do cais que conhecera nessa idade da vida. Em entrevista concedida a Francigelda Ribeiro⁷²⁸, o autor conta que Luiza, seguindo o caminho trilhado por sua avó e, posteriormente, por sua mãe, fora prostituta, em Parnaíba. Ao resolver escrever a *Tetralogia piauiense*, no final dos anos 1950, lembrou-se da história de Luiza e produziu o romance *Beira rio beira vida* a partir dela.

Diferentemente, dos romances *Estigmas* e *Vento geral*, cujas prostitutas emergem, tangencialmente, a partir da interface que estabelecem com a vida de personagens principais, em *Beira rio beira vida* é o mundo das prostitutas do cais que é focado. Acreditando no poder de intervenção social da literatura, o autor denuncia, na obra, a exclusão social dessas

⁷²⁶ SILVA, Benedito Luz e. *Os estigmas*: crítica. In: MOURA, 2004, p. 176.

⁷²⁷ BRASIL, Assis. *Beira-rio, beira-vida*. In: *Tetralogia piauiense*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2008. p.104.

⁷²⁸ A PRÁXIS literária de Assis Brasil: entrevista com o autor da tetralogia piauiense. Entrevista concedida a Francigelda Ribeiro em 21/04/2006. Teresina, 2006. 1 DVD.

mulheres. Sua preocupação é demonstrar a marginalização social sofrida por elas, em Parnaíba.

É seu objetivo dar-lhes voz através de Luíza. Essa intenção materializa-se na estrutura da obra, pois é do ponto de vista de Luíza, personagem central, que a história é narrada. É a partir de suas lembranças, relatadas à filha Mundoca, que vão sendo delineados os demais personagens. Surgem, então, imagens de sua avó, também Luiza, e de sua mãe, Cremilda, bem como dos inúmeros marinheiros que passaram pela vida da mãe e da filha. Emergem lembranças da infância de Luíza, no armazém de sua mãe, ao lado de Jessé, menino criado por Cremilda, e dos marinheiros que sua mãe recebia com um sorriso nos lábios e jantares fartos. Os olhares dos homens e a observação comum: Luiza está “ficando fornida de carne”,⁷²⁹ também cintilam em sua memória. O sonho de sua mãe em ser industrial no cais, seu trabalho na fábrica de pilar arroz, que conseguira do velho Santana, através de artifícios de mulher-dama, a perda da fábrica, a tentativa de comprar uma casa em Parnaíba e os preconceitos que impediram a realização de seu intento, a partida de Jessé, Cremilda fazendo a vida em um barracão do cais, o amor de Luiza por Nuno, a gravidez, o retorno de Jessé e sua morte, são relembrados por Luíza e significados como episódios que a transformaram em prostituta. Em sua leitura, fora a vida e o destino que a levaram ao meretrício.

Através das lembranças e diálogos entre Luíza e Mundoca, Assis Brasil critica a dupla moral e percebe a prostituição das mulheres do cais como fruto da rígida hierarquia social e da segregação que incidia sobre elas. Conforme a leitura do autor, para essas mulheres, a respeitabilidade propiciada pelo casamento era sonho, projeto, fantasia que, em geral, não se concretizava.

Certamente, o compromisso com a crítica e a denúncia das desigualdades e das hierarquias que atravessavam a sociedade de Parnaíba e do Piauí, o tenham levado a privilegiar a imagem da prostituta vítima do destino e das injustiças sociais. A dimensão propriamente erótica não tem visibilidade na obra. A significação da prostituta é inscrita no quadro da norma que disciplinarizava as condutas no contexto ao qual se refere *Beira rio beira vida*, a primeira metade do século XX. Luíza ora se percebia como vítima do destino, ora como uma mulher que levava uma vida desregrada, desgraçada, suja. Isto é nítido no trecho em que relembra sua primeira menstruação e o diálogo estabelecido com a mãe.

- Minha calça está suja de sangue.
Ficou calada, deu a metade de um sorriso.
[...]

⁷²⁹ BRASIL, 2008, p.23

- Mãe, a minha calça...
 Me interrompeu, já bruta:
 - É assim mesmo, toda mulher tem isso, você agora já é uma mulher.
 Que eu poderia pensar, Mundoca?
 Cansei de ver **os pano** dela, a vida que ela levava, aqueles homens – juntava tudo que via com o tipo de vida que ela tinha. E de repente me via suja como ela.
 Juro, Mundoca, que pensei que só mulher da iguala de minha mãe tinha aquilo, que era como uma sina ou um castigo, uma espécie de marca. E eu fora atingida, minha vida seria igual à dela, quer quisesse ou não.
 Fiquei mais convencida disso quando tua avó, me vendo triste, marchando a seu lado, disse:
 - Sossega, Luíza, é assim mesmo, você agora já pode ter homem.
 [...]
 Ainda repetiu. Quando passamos no aterro, olhou para mim:
 - Agora você pode ter homem, besta. E até que pode ajudar sua velha mãe.
 Foi o que ela disse, Mundoca.⁷³⁰

Perceber-se enquanto vítima do destino, por sua vez, livrava Luíza do sentimento de culpa, levando-a a naturalizar a vida no meretrício. Era também a partir dessa forma de significar a sua trajetória que, na velhice, olhava de forma positiva o seu passado e criticava os valores dominantes.

Como poderia ter vergonha, Mundoca?
 Nunca conheci outra vida, tudo foi se ajeitando normalmente, acontecendo, acontecendo. Tudo parecia natural pra mim, não era de pensar muito.
 Talvez me envergonhasse se tivesse deixado o cais, o rio, os gaiolas, deixando minha mãe, Jessé, e fosse hoje uma senhora de respeito e endinheirada – talvez me envergonhasse mais com isso. Que tal? A mulher de seu Jacinto queria salvar você, ‘vou salvar ao menos esta’.
 Salvar de quê, Mundoca?⁷³¹

Através dessa forma de perceber a si mesma, Luiza escapa da incorporação do sentimento de culpa por estar fora da norma sexual e se inscreve positivamente. Contudo, contraditoriamente, nomeia sua família de *família maldita* e significa sua experiência e a de suas antepassadas, a partir de termos, como: sujeira, desgraça e miséria. Se, de um lado, considerava que teve uma “vida sincera e – que não acreditem – honesta”⁷³²; por outro lado, não nutria expectativas de que a vida de sua filha reproduzisse a sua. Luíza, ao rememorar sua vida, demarcava as diferenças entre suas práticas em relação a Mundoca e as de sua mãe em relação a ela. Enquanto Cremilda a estimulou e a preparou para o meretrício, Luiza se esquivara de agir assim. Ao mesmo tempo em que se representa como presa do destino, ela

⁷³⁰ BRASIL, 2008, p. 42.

⁷³¹ Ibid., p.35.

⁷³² Ibid., p.92.

interage, alterando-o, uma vez que sua filha Mundoca não vivenciou a vida tal qual a mãe e a avó. Luíza sentia o passado da mãe como fardo que determinava sua vida, mas agia, para que seu presente e seu passado não perpetuassem a *dinastia do cais*, a *família maldita*.

Mundoca não se apaixonou por um marinheiro, não engravidou, não perambulou pelo cais em busca de clientes, não sucedeu a mãe quando esta envelhecia e não mais atraía aos homens. Mesmo vencendo o destino, Luíza lamentava o fato de sua filha, quando envelhecesse, não ter uma filha e um passado para lembrar.

Ao representar o impacto da norma e seu consumo, na subjetividade de Luzia, Assis Brasil torna visíveis marcas da prostituição na conformação da prostituta que não eram características específicas das mulheres que comercializavam a libido, em Parnaíba. Elas também diziam respeito a trajetórias possíveis em Teresina. Embora a segregação e a estigmatização da prostituta, em Parnaíba, fossem mais densas que em Teresina, comercializar a libido era uma prática que marcava a subjetivação feminina, em ambas as cidades. Ela impunha uma forma de classificação – a prostituta – condenada e estigmatizada. Apesar de exercer uma função civilizadora e de propiciar condições, para que a sexualidade regular se instituisse, na santidade do matrimônio. Conforme a norma, a prostituta era a pecadora, aquela que tinha as marcas da queda, em seu corpo maculado.

Em *Vento geral*, a prostituição se delineia, a partir das experiências do personagem central, Dioclécio. Nessa obra, a prostituta é vista na perspectiva do cliente. Ela é a mulher que presta serviços sexuais aos homens, é a mercadoria desejada, pelo prazer que proporciona. Eis o trecho em que os personagens Climério e Dioclécio referem-se à dona do cabaré Babilônia:

A Jesus,⁷³³ pelos serviços prestados ao município, é, o que se pode chamar, uma autoridade. A linha masculina da cidade, quase toda, lhe deve, na cama, o passo inicial, feito a capricho e, em certos casos, a pedido dos pais. Sem nenhum exagero, a Jesus, na sua profissão, é uma cortesã de alto nível...⁷³⁴

A prostituta-mercadoria é aquela que constitui a fantasia do cliente, ela não é um sujeito, é um corpo que funciona em função do prazer do homem. No seguinte trecho, o autor expressa essa leitura.

Climério e Dioclécio tinham a mesma idade. Solteiros, conheceram-se os dois na Babilônia, o velho puteiro da Jesus, a Tanajura. Disputando ali um sangue-novo, a Cleonice, lançada no mercado pelo João Cardoso, Agente

⁷³³ Maria de Jesus.

⁷³⁴ RIBEIRO, P., 1996, p. 102.

dos Correios, quase foram aos tapas; e com justa razão, o produto valia o sacrifício. Jesus, em boa hora, evitou o conflito. Peça originária do Ribeiro, excelente estrutura, a Dionísia, avariada e expulsa de casa pelos pais há coisa de semanas, formou o par com a mocinha e, cessada a causa, firmou-se o armistício. Vincularam-se amigos.⁷³⁵

Perspectiva diferenciada emerge na entrevista de Gerusa Santos concedida a Bernardo Pereira de Sá Filho. Como a entrevista de história oral documenta a experiência do sujeito, registrando o vivido conforme foi concebido por quem viveu,⁷³⁶ permite identificar como Gerusa significou sua trajetória. Gerusa Santos nasceu em 1925 e morreu em 2005, aos 80 anos de idade. Ao longo de sua vida foi prostituta, proprietária e gerente de bordel.⁷³⁷ Nasceu em Teresina e era a única filha em uma família composto por sete filhos. Entre 11 e 12 anos de idade, Gerusa Santos tornou-se amante do dono do Grande Hotel, onde sua mãe trabalhava como lavadeira. Com o seu primeiro amante, Gerusa Santos conviveu seis anos. Aos 18 anos, tornou-se proprietária de um cabaré na Paissandu, bastante conhecido na década de 1940.⁷³⁸

Em sua entrevista, Gerusa Santos não se percebe a partir das representações veiculadas nas memórias e nos romances aos quais fez referência. A mulher que decaía a partir da ação masculina, a prostituta vítima do destino e a prostituta-mercadoria são representações ofuscadas pela representação da prostituta enquanto mulher, que exerce poder sobre os homens, mulher que, se prostituindo, auferiu prestígio e estabeleceu relações de amizade com homens poderosos. Ao longo da entrevista, Gerusa atribui positividade a sua trajetória e não se representa a partir da ótica da norma. Em sua narrativa, ressalta sua capacidade de seduzir, de manter amizade com homens importantes, de saber agradá-los, bem como de trabalho, ao destacar sua aptidão para agregar e manter muitas mulheres e de gerenciar bordéis a contento. Na verdade, Gerusa Santos mostra-se orgulhosa por ter sido dama da noite.

Sua casa, em sua leitura, era a que tinha mais mulheres, por tratá-las com educação. Seu bar vendia uma quantidade muito grande de bebidas. Nele, o cliente poderia encontrar o que havia de mais requintado. O salão de danças, por sua vez, era o mais animado, dançava-se muito. Os seus clientes eram da alta sociedade, filhos e pais de famílias tradicionais, políticos, médicos, bacharéis em direito, empresários e proprietários rurais.

⁷³⁵ RIBEIRO, P., 1996, p. 21.

⁷³⁶ ALBERTI, Verena, 1990 apud ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: _____. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 16.

⁷³⁷ CARVALHO, Lucielma Santos de. *Gerusa: “a dama da noite”*: lazer, boemia e prazer em Teresina, entre as décadas de 1940 e 1970. 2008. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Piauí, 2008. p. 29.

⁷³⁸ SANTOS, Gerusa. *Entrevista concedida a Bernardo Pereira de Sá Filho*. Teresina, 2005.

Indagada se era comum o fato de mulheres terem amantes fixos, respondeu: “A mulher que teve mais amante fixo fui eu”. Em relação ao seu primeiro amante, Gerusa não o percebe como o homem que a fez decair, mas como o homem que tudo lhe deu. Em seus termos: “Esse homem só não me deu o céu porque ele não podia dar, mas me deu tudo.” Ela se percebe como mulher que exerceu poder sobre os homens e que foi valorizada e prestigiada a partir desse exercício.⁷³⁹

A positividade que Gerusa Santos atribui a sua trajetória pode ser compreendida como a leitura de uma mulher, que, no inverno da vida, rememora com saudade a primavera de seus dias, pois a memória, como acentua Jacy Seixas também é composta por uma faceta involuntária e afetiva.⁷⁴⁰ Contudo, situando sua narrativa em relação à cultura da prostituição nas décadas de 1940 e 1950, na qual atuou, é possível iluminar uma das formas pela qual algumas mulheres pobres se sentiram gratificadas e reconhecidas.

Ao estudar a prostituição em São Paulo entre 1890 e 1930, Margareth Rago mostra⁷⁴¹ que no meretrício se configurou uma cultura diferenciada, com códigos, leis e práticas específicas. Ainda que a prostituição em Teresina, entre 1920 e 1960, não se caracterize pela sofisticação alcançada em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX,⁷⁴² no período em estudo, a prostituição se expandiu e se profissionalizou, na cidade. Ser prostituta, madame ou gerente de bordel eram atividades que poderiam ser rentáveis e prestigiadas, no mundo da prostituição.

Raimundinha Leite e Rosa Banco, importantes proprietárias de cabarés, contemporâneas de Gerusa Santos, ainda que despertassem muitas ansiedades, eram reconhecidas pelas atividades que desempenhavam no universo da prostituição. Donas de bordéis famosos, elas eram mulheres que fomentavam as redes de sociabilidades e solidariedades, que se forjavam no submundo da prostituição.

Dizer que foi a mulher que mais amantes teve, conforme o faz Gerusa Santos, revela formas de competição e de afirmação feminina no universo do submundo. Quanto mais amantes, quanto mais generosos fossem, quanto maior a capacidade de agregar clientes, de satisfazê-los; maior o prestígio da meretriz. Quanto mais meretrizes disputadas um cabaré

⁷³⁹ SANTOS, G., 2005.

⁷⁴⁰ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004. p.37-58; SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des) continuidade e projeção: uma reflexão (in) atual para a história? *Projeto História*, São Paulo, n. 24, p. 43-63, jun. 2002.

⁷⁴¹ RAGO, 1991, p. 167.

⁷⁴² SÁ FILHO, 2006.

pudesse manter, quanto mais famosos fossem seus bailes e sofisticado seu ambiente, maior o prestígio e o reconhecimento da proprietária e da gerente, na zona.

A prostituição abrigava as práticas licenciosas que contrariavam a exclusividade sexual que a norma impunha. Era um espaço em que eram vivenciadas práticas sexuais não canônicas. A caftina era aquela que conhecia gostos, desejos e segredos de seus clientes, inclusive, no que diz respeito às práticas homoeróticas, a respeito dos quais, os praticantes procuravam manter reserva, discrição e silêncio, sobretudo, se casados.⁷⁴³ Como a política também era vivenciada nos bordéis, especialmente, nos da Paissandu, as donas eram sabedoras da dinâmica política e dos conflitos. Esses saberes implicavam exercício de poder.

As donas de bordéis eram mulheres que tinham uma importância fundamental na dinâmica da prostituição. O sucesso do empreendimento dependia de sua perspicácia. As madames, como eram chamadas, procuravam manter sob controle as meretrizes, evitando que rejeitassem clientes e administrando os conflitos. Buscavam captar e manter a clientela. Assim, primavam, pela satisfação do cliente, buscando conhecer-lhes as preferências e mediando o contato entre o cliente e as meretrizes. Era atribuição delas, também, conter os ânimos dos frequentadores.⁷⁴⁴

Dada sua função de destaque no mundo da prostituição, estabelecia com as mulheres que exerciam a comercialização da libido, relações de poder, de dominação e de solidariedade. Muitas vezes, eram as conselheiras a quem recorriam as jovens que exerciam a profissão. Eram elas que ensinavam às recém-ingressas no submundo a se vestir, a se maquiar, a se tornarem mais sedutoras e a agradar aos clientes.⁷⁴⁵

Era com essas madames, que as prostitutas envelhecidas, que já não mantinham a comercialização da libido, pois o envelhecimento afastava os clientes, podiam contar. É tocante a solidariedade na morte, tal como relata Gerusa Santos. Em sua entrevista, ela conta que sempre que morria alguma mulher na zona da *Palha de Arroz*, de baixo meretrício, mandava confeccionar o caixão e acompanhava o enterro. Conforme sua entrevista, ela fora a responsável pelo enterro de muitas meretrizes que morreram na pobreza.⁷⁴⁶

A condição de madame também propiciava prestígio social. Gerusa Santos, Rosa Branco e Raimundinha Leite, dentre outras, eram muito conhecidas na cidade. Eram mulheres cujos nomes eram constantemente referidos nas rodas masculinas. Elas eram empresárias

⁷⁴³ SANTOS, G., 2005.

⁷⁴⁴ SANTOS, G., 2005; SÁ FILHO, 2006; SILVA, Maria Ambrósio da. *Entrevista concedida a Bernardo Pereira de Sá filho*. Teresina, 1999.

⁷⁴⁵ SANTOS, G., 2005; SILVA, 1999, SÁ FILHO, 2006.

⁷⁴⁶ SANTOS, G., 2005.

reconhecidas no seu ramo de negócio. Se na imprensa circulava uma imagem negativa das prostitutas, conforme abordarei a seguir, uma vez que eram responsabilizadas pelo desassossego das famílias e acusadas de explorar um comércio imoral, elas também eram vistas de forma positiva. Eram consideradas mulheres que sabiam se relacionar com os clientes, agradá-los. Eram consideradas mulheres corretas nos negócios e de trato agradável, conforme se identifica em trecho da entrevista de Joel Ribeiro da Silva:

Só me permita uma coisa, que a Gerusa e a Raimundinha e outras, todas elas eram mulheres de trato agradável, segundo disseram meus amigos e de respeitabilidade em negócios. Deixo o lado moral de lado, mas eram pessoas que não deviam a ninguém, e que emprestavam dinheiro e tratavam bem os clientes, e aos outros comerciantes, que até precisavam da proteção deles.⁷⁴⁷

Tal foi a importância que essas mulheres alcançaram na condição de madames que seus nomes e imagens figuram na memória dos homens que viveram a prostituição nas décadas de 1930 a 1950. E mesmo daqueles que não as conheceram.

A profissão de caftina era uma profissão que gratificava. Contam os familiares de Gerusa Santos que ela gostava muito de falar sobre os tempos em que trabalhou na Paissandu. Os ressentimentos de Gerusa não eram ressentimentos relativos à prostituição, mas das capturas dos valores da ordem em seu espaço. Seu ressentimento era ressentimento de amor malogrado.⁷⁴⁸

Se, por um lado, a prostituição era o espaço por excelência da desterritorialização do desejo, de linha de fuga da sexualidade conjugal; por outro lado, era também um espaço capturado pelas expectativas desse território.⁷⁴⁹ No universo da prostituição fluíam diversos afetos. Ocorria de mulheres que operacionalizavam a desterritorialização do desejo serem capturadas pelas teias do amor, no submundo.

Gerusa Santos foi uma delas, a dama da noite, de muitos amantes, amou um jovem rapaz, hábil dançarino de tango. Quando dançavam, recorda, “o tempo parava”.⁷⁵⁰ Dele teve uma filha e até o enviou ao Rio de Janeiro, para estudar. Após retornar para Teresina, eis a decepção de Gerusa: ele resolveu se casar com outra. Gerusa Santos interrompeu o casamento religioso e cortou o ex-amante no rosto. Sabendo das consequências de seu ato, no dia

⁷⁴⁷ RIBEIRO, Joel da Silva. *Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento, Laécio Barros Dias e Regianny Lima Monte*. Teresina, 2006.

⁷⁴⁸ CARVALHO, L., 2008.

⁷⁴⁹ RAGO, 1991.

⁷⁵⁰ SANTOS, G., 2005.

anterior, preparou carta para o Dr. Valter Alencar, pedindo que ele a defendesse. Relembrando esse episódio, conta:

Só cortei um homem, que foi esse, cortei foi casando! Na cara! Ele morreu com o ‘gezinho’ da Gerusa. [...] Foi na igreja, rapaz! O homem casando. Fui boazinha, firme como eu estou aqui. Cortei ele. Rasguei a noiva toda, mas é porque eu fiquei com raiva dela. Porque ela ia lá pra casa, dizendo que ia aprender a dançar tango, num sei o quê... Ele já tinha se casado no civil, em casa. Eu interrompi o casamento católico. Quem tava celebrando era o Dom Severino Vieira de Melo. ‘Ah você é uma amaldiçoada, amaldiçoada, não, rapaz! Você anda conversando besteira. Vou mandar o homem pro Rio de Janeiro estudar pra depois acontecer isso... Eu não queria que ele se casasse comigo, eu queria que ele me respeitasse. Eu sabia que ele não ia se casar comigo. Nesse tempo quem era o delegado era o major Pedro Basílio. Ele disse: Gerusa, eu não posso fazer nada. Eu sei que você não pode fazer nada, mas eu já tenho minha defesa.’⁷⁵¹

Gerusa Santos foi presa às seis horas da tarde e às dez horas estava em liberdade. Aconselhada a deixar Teresina, passou seu cabaré para Maria Aguiar e foi embora, em 1950, para São Luís. Retornou para a cidade somente, em 1957 e passou a trabalhar como gerente de cabaré. Segundo familiares de Gerusa, esse foi o homem de quem ela, de fato, gostou. Durante sua vida, nunca o perdoou por ter casado com outra.⁷⁵² Tal o impacto desse amor e de seu desfecho trágico, que lembrá-lo fazia aflorar fortes sentimentos e ressentimentos.

Outras contemporâneas de Gerusa Santos que obtiveram sucesso como madames também foram capturadas pelo amor. É recorrente nas memórias a referência a gigolôs nas zonas e lançar a eles a responsabilidade pelo final de vida miserável de Rosa Banco e de Raimundinha Leite. Maria Ambrósia da Silva, conhecida como Maria Tijubina, por exemplo, relembra:

Gigolô? Tinha demais! Pelo menos a Raimundinha Leite acabou com tudo... que tinha gigolô. E não foi só ela não. Foram muitas! Que hoje em dia morreram... Viveram na mão, de esmola, porque gastavam com gigolô. Raimundinha Leite era uma das mulheres que tinha o melhor cabaré do mundo. Acabou tudo com gigolô. Hoje em dia ele vive bem, no Rio. Nunca acendeu uma vela pra ela... Era casado com a filha do capitão _____. Foi embora. Acabou tudo... tudo! Quem era rica era ela. Era rica, ela, Raimundinha Leite, era rica. Acabou tudo por ele! [...] Deixou ela na mão... Devendo... Aí tomaram casa, tomaram cabaré... Tomaram tudo! [...] Uma tristeza!⁷⁵³

⁷⁵¹ SANTOS, G., 2005.

⁷⁵² CARVALHO, L., 2008, p. 44.

⁷⁵³ SILVA, M., 1999.

As relações afetivas no submundo da prostituição extrapolavam aquelas vivenciadas pelas meretrizes/madames e seus gigolôs. Mesmo constituindo o espaço de desterritorialização do desejo, de linha de fuga da conjugalidade,⁷⁵⁴ algumas relações vivenciadas no submundo eram capturadas pelas regras relativas à sexualidade legítima. Meretrizes cobravam fidelidade de seus amantes, disputavam entre si e brigavam por eles.⁷⁵⁵ Era comum que nos bordéis meretrizes mantivessem relações fixas com amantes específicos. Alguns chegavam a exigir, inclusive, fidelidade. Em alguns casos, simultaneamente, os homens fugiam da conjugalidade e procuravam aprisionar as mulheres. Explico. Muitos casados, respeitáveis pais de família, mantinham prostitutas em cabarés ou em casas montadas e esperavam fidelidade. Nesses casos, o amante exigia da meretriz, mulher pública, que viabiliza a coletivização do sexo, conforme Maffesoli, a exclusividade, a fidelidade, código normativo relativo à casada. Encontros que ocorreram nas zonas transformavam-se em concubinato e, em alguns poucos casos, em casamento.⁷⁵⁶

Essa captura de relações, na zona, por códigos que regiam a conjugalidade desencadeava muitos conflitos e episódios trágicos. Gerusa Santos reteve na memória a história de Lívia.

Ali na Paissandu, descendo direto, desse lado aqui era a casa da Raimundinha Leite, preste atenção. Tinha uma amiga muito bonita que assinava por Lívia que foi assassinada por um caminhoneiro. Eu tava jantando ali no Michel, que é desse outro lado, quando ele tava matando ela. Eu tava na calçada, ele deu mais de 50 facadas nela. Sabe por quê? Ela ficou por conta dele e se apaixonou demais e aí quando ele chegou, flagrou ela.⁷⁵⁷

Certamente a presença de códigos conjugais regendo comportamentos, na zona, também impulsionou crime ocorrido em 28 de março de 1952. José Soares da Silva, 38 anos, lavrador, na madrugada, bateu na porta do quarto em que residia Maria das Dores de Oliveira, no cabaré de Maria Aguiar. Segundo o cronista que narrou o delito,

Tanto bastou para que Francisco Domingos de Oliveira, piauiense, de 24 anos, solteiro, comerciante ambulante, [...] que se encontrava no referido quarto, empunhasse uma faca-peixeira e o agredisse, vibrando-lhe mortal ferimento [...].⁷⁵⁸

⁷⁵⁴ RAGO, 1991.

⁷⁵⁵ SANTOS, 2005.

⁷⁵⁶ SANTOS, G., 2005; CASTELO BRANCO, A., 2007.

⁷⁵⁷ SANTOS, G., 2005;

⁷⁵⁸ OCORRÊNCIAS policiais. *O Piauí*, Teresina, ano LXII, n.772, p. 3, 30 mar. 1951.

Por outro ângulo, as relações nascidas nos bordéis extrapolavam o espaço de origem. Se, por um lado, o bordel era um lugar de encontro de órgãos, de corpos desejan⁷⁵⁹; por outro lado, a meretriz não era apenas um corpo, estabeleciam-se relações entre pessoas. É o que conluo a partir do seguinte trecho da entrevista concedida por Augusto Castelo Branco.

O pior era quando a mulher te procurava onde você trabalhava, aí era terrível, começava a ficar sem vergonha, como se diz, procurava, ia atrás da gente [risos]. Procurava lá no cinema, depois lá na Singer, lá onde trabalhava. Eu ficava com muita vergonha, entendeu? De elas irem atrás de mim, não sabia fazer por onde, fazia, dava corda, dava oportunidade de elas irem atrás de mim. Eu ficava muito envergonhado por aquilo!⁷⁶⁰

O delineamento de relações afetivas, entre meretrizes e clientes, a despeito de a casadura ideal ser a *moça de família*, levou algumas prostitutas a migrar do campo da sexualidade desviante para a legítima. O desfecho de alguns amores nascidos nas zonas foi o casamento ou o concubinato. Se dentre as prostitutas figurava a leitura de que comercializar o corpo era preferível à condição de casada ou amasiada, também estava presente o desejo de casar. Sair da vida e se tornar uma mulher casada foi também um desejo acalentado. O casamento como valor permeava a cultura do período, informando, inclusive, a subjetividade das mulheres que se tornaram prostitutas. Contudo, casar com prostituta, nos segmentos mais privilegiados era uma trajetória singular. Nesse universo social, os afetos nutridos pelas prostitutas dificilmente transformavam-se em casamento. Os amores nascidos nas zonas, muitas vezes, eram mantidos através de uma vida dupla. Pais e maridos exemplares eram, comumente, amantes das mulheres pelas quais sentiam desejo e/ou afeto. Era somente para as mulheres respeitáveis que o usufruto do corpo era sinônimo de casamento.

3.6 HONRA E PRAZER

As mulheres que *caíam* e se prostituíam e as já enredadas no mundo da prostituição tornavam possível a manutenção da honra das famílias. O papel civilizador exercido pelas prostitutas era uma das condições que asseguravam que as moças de família se mantivessem virgens até o matrimônio. É recorrente, nas entrevistas, nos romances relativos ao período, bem como nas memórias, a referência à vivência sexual dos rapazes no universo das zonas.

⁷⁵⁹ RAGO, 1991.

⁷⁶⁰ CASTELO BRANCO, A., 2007.

Depois do *footing* na praça Rio Branco e, posteriormente, na praça Pedro II, após o toque de recolher do quartel da polícia, que soava às 9 horas, muitos rapazes se dirigiam à rua Paissandu ou Morro do Querosene, principais áreas de prostituição da cidade. Entre conversas, sorrisos e chistes perambulavam de bordel em bordel, deixavam-se estar nos salões de sinuca ou ficavam a olhar os pares dançando nos salões.⁷⁶¹ Outros ainda davam novos usos às praças e às franjas de Teresina, na companhia de prostitutas ou de mulheres de *reputação duvidosa*.⁷⁶² Muitos rapazes com os corpos despertados mediante fugazes contatos com as namoradas e noivas, efetivavam sonhos, desejos e fantasias com meretrizes.

Destacando a diferença entre as práticas contemporâneas e aquelas de seu tempo de juventude, Augusto Castelo Branco lembra que

naquele tempo, outra coisa que eu queria registrar era o seguinte: que a rapaziada, os rapazes usavam os cabarés, as prostitutas. Hoje é diferente! Nos cabarés na rua Paissandu, nesse tempo era assim. O pessoal ia procurar mulheres era na zona, naquele tempo era assim, não era como hoje que tem as namoradas, ia tudo para a zona. [...] Saía da namorada e ia para a zona, para os cabarés. Isso era comum.⁷⁶³

Quando indaguei às entrevistadas se sabiam que, geralmente, os rapazes afluíam para a zona, após o namoro, a resposta foi sim. A postura feminina dominante era mostrar-se ignorante acerca dessa prática e justificá-la. Acentua, por exemplo, Yara Vilarinho que as moças aceitavam esse procedimento dos rapazes porque sabiam que *eles necessitavam*, mas não desejavam e não podiam atendê-los. A resposta da entrevistada demonstra a incorporação da concepção da sexualidade masculina como *naturalmente* ativa e exigente, bem como da importância atribuída à honra feminina. A esse respeito importa acentuar que “a honra da mulher constitui-se em um conceito sexualmente localizado do qual o homem é o legitimador, uma vez que honra é atribuída pela ausência do homem, através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento”.⁷⁶⁴

Estava difusa no social a percepção de que as relações ilícitas eram imprescindíveis, para manter a castidade das jovens casadouras, porque davam vazão à sexualidade masculina, considerada exigente e sem freios.

⁷⁶¹ RIBEIRO, P., 2003, p. 155.

⁷⁶² TERESINA: cidade lupanar. O Piauí, Teresina, ano LVII, n. 226, 22 maio 1947; AGUIAR, Eurípedes C. de. Chefia de polícia. O Piauí, Teresina, ano LVII, n. 234, p. 3, 12 jun. 1947.

⁷⁶³ CASTELO BRANCO, A., 2007.

⁷⁶⁴ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, 2004, p. 389.

Durante o período em estudo foi recorrente a iniciação sexual masculina nas zonas. Os cabarés funcionavam como espaço de aprendizagem sexual, de consumação do desejo, de aprendizagem de códigos de masculinidade e de lazer

Os cabarés começavam a exercer fascínio sobre os homens, ainda na infância.⁷⁶⁵ Em *Tempos da memória*, A. Tito Filho, nascido em 1924, revela a atração que o cabaré exerceu sobre ele, ao acentuar: “[...] em 1937, de longe eu olhava o ‘Cai Nágua’,⁷⁶⁶ que já não era um mistério para a minha buliçosa pouca idade, mas era permanente convocação”.⁷⁶⁷ Cai Nágua, “o cabaré das garotas de segunda classe, perto do Parnaíba, que os meus olhos de adolescente desejavam, mas os cânones da época proibiam”.⁷⁶⁸

A despeito da proibição da frequência de menores de 18 anos aos prostíbulos, muitos adolescentes vivenciavam suas primeiras experiências sexuais em bordéis. Conforme Bernardo Sá, os adolescentes frequentavam, sobretudo, as áreas de baixo meretrício, como a Palha de Arroz, uma vez que o controle policial, nessas áreas era débil.⁷⁶⁹ Contudo, essa experiência também poderia ocorrer em cabarés situados em outros espaços, uma vez que a cidade era envolvida por uma rede de prostíbulos. O médico Clidenor de Freitas Santos, que nasceu em 1913, quando indagado a respeito da iniciação sexual, em sua geração, respondeu que acontecia “da maneira mais divertida e gostosa, tudo o que era estudante ia ao cabaré da Palmira que ficava em frente ao Liceu, ao lado da Maçonaria. O menino daquele tempo era um menino viril [...]”.⁷⁷⁰

Tendo nascido com a cidade,⁷⁷¹ o meretrício floresceu no período em estudo com a dinamização da economia piauiense, sob o impacto do extrativismo vegetal.⁷⁷² O período compreendido entre as décadas de 1920 e 1950 foi de intensa prostituição. Além das zonas da Paissandu e do Morro do Querosense, na Piçarra, que eram as maiores, do centro à periferia da cidade havia espaços de prostituição.⁷⁷³

⁷⁶⁵ A CIDADE. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 69, p. 3-4, 5 abr. 1946; TITO FILHO, A. Mais uma vez os menores. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 354, p. 4, 5 jun. 1948.

⁷⁶⁶ Esse cabaré, surgido no início dos anos 1930, funcionava no prédio da gerência da Companhia de Melhoramento da Navegabilidade do rio Parnaíba, então desativada. Situando-se na margem do Parnaíba, na Praça Deodoro, o cabaré passou a ter essa denominação em decorrência de brigas e arruaças lá iniciadas terem desfechos nas águas do rio. Ver MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: Ioece, 1987. v. 2, p. 161.

⁷⁶⁷ TITO FILHO, A. *Teresina meu amor*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p.23.

⁷⁶⁸ TITO FILHO, A., [1990?], p.5.

⁷⁶⁹ SÁ FILHO, 2006.

⁷⁷⁰ SANTOS, Clidenor de Freitas. *Entrevista concedida ao núcleo de História Oral da Fundação CEPRO*. Teresina, 1987.

⁷⁷¹ SÁ FILHO, 2006.

⁷⁷² QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. rev. Teresina: EDUFPI, 2006.

⁷⁷³ SÁ FILHO, 2006, p. 72.

No centro da cidade situava-se a área mais estruturada, a Paissandu, que conforme Edison Gayoso Castelo Branco, englobava desde o “cruzamento com a rua Firmino Pires até às margens do rio Parnaíba, passando pelas ruas Riachuelo e João Cabral.”⁷⁷⁴ Nessa área situavam-se os cabarés mais famosos, para onde se dirigiam os homens dos estratos mais elevados. Contrastando com a zona da Paissandu, encontrava-se a vizinha Barrinha, conhecida por *Palha de Arroz*. Prosseguindo no sentido sul, fervilhavam pequenos e pobres prostíbulos na Lucaia, no Barroirão, no Cajueiros, no Planalto da Vermelha e na Capelinha de Palha. Parte desses prostíbulos era aberta ao público, enquanto em outros se praticava prostituição dissimulada. No bairro Piçarra, situava-se a segunda maior zona, o Morro do Querosene. Seu eixo central era formado pelas ruas Santa Luzia e Tersandro Paz. Nas margens dos trilhos do trem, até a Estação Ferroviária, havia pequenos prostíbulos e, por trás da Estação, existia um aglomerado de prostíbulos muito pobres, conhecido por *Moio de Vara*. Seguindo a estrada de ferro, adentrando no bairro Mafuá, no rebaixamento dos trilhos, que se chamava “Corte”, situava-se um conjunto de pequenos cabarés, por uns denominado *Canal de Suez* e por outros *Caco de Vidro*. O círculo de prostíbulos ia se fechando com aqueles existentes no bairro Matinha e, por último, com o cabaré Cai N’água à margem direita do rio Parnaíba. Fora do referido círculo, havia ainda outros espaços de prostituição, o *Ralice* ou *Rala-Pau*, no bairro Matadouro; a *Emá*, situado no Morro do Urubu; o *Brasília*, no bairro Ilhotas e o *Purgal*, que ficava situado nas imediações do River Atlético Clube, local que viria a ser, nos anos 1960, o bairro São Cristovão.⁷⁷⁵

Era essa ampla rede de prostituição uma das condições que assegurava a manutenção da honra das famílias dos estratos mais elevados e também de famílias pobres.

Conforme já referido, a economia piauiense do início do século XX à Segunda Guerra Mundial foi impulsionada pelo extrativismo vegetal.⁷⁷⁶ E o rio Parnaíba, então navegável, era a principal via de escoamento e de ingresso de cera de carnaúba e da amêndoa de babaçu e de diversas mercadorias.⁷⁷⁷ Situada na margem direita do rio, a economia da cidade era impulsionada pela navegação fluvial. Na margem do rio situavam-se os portos, onde ancoravam as embarcações e nas imediações foram instalados os primeiros armazéns das companhias de comércio e exportação, bem como outros estabelecimentos comerciais. Nessa área, havia grande fluxo masculino. Circulavam homens de negócios, viajantes, timoneiros,

⁷⁷⁴ BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. *Theresina, Teresina*. Teresina: F.C.M.C., [199_]. Não paginado.

⁷⁷⁵ SÁ FILHO, p. 72.

⁷⁷⁶ QUEIROZ, T., 2006.

⁷⁷⁷ BARBOSA, Edison Gaysoso Castelo Branco. *Parnaíba: contribuição à história de sua navegação*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

caixeiros e estivadores. Foi também nessa área, sob o influxo da dinâmica econômica, que a zona de prostituição mais estruturada no período em estudo se configurou.⁷⁷⁸

Em 1924, com a cheia do rio Parnaíba, Teresina foi palco de uma grande enchente. O comércio então situado na beira do rio começou a ser transferido para as proximidades da Praça Rio Branco. No ano de 1926, outra enchente impulsionou esse processo. Com a concentração do comércio nas adjacências da referida praça, a faixa próxima ao rio foi reestruturada, tornando-se área portuária e boêmia. Orgmar Monteiro, em *Teresina descalça*, acentua que a rua Paissandu, em princípio, era uma área ocupada por armazéns, após a enchente de 1926, transformou-se em área de meretrício.⁷⁷⁹

Com o surto econômico propiciado pela exploração da Carnaúba, surgiram os primeiros cabarés, que além da comercialização da libido eram “clubes, incluindo apresentações artísticas, jogos, restaurante, pistas de dança e outras atrações”.⁷⁸⁰ No início dos anos 1920, um parente de Orgmar Monteiro, João de Oliveira Sousa, então sócio da empresa Fluminense de Navegação, sob o impacto das enchentes, retirou-se dessa empresa e, na expectativa de fazer um bom negócio, tentou abrir um cabaré de classe, a que deu o nome de *Bataclan*. Segundo Carlos Augusto Monteiro, o cabaré “ficava do lado esquerdo da rua de São José com a travessa do Banco. O ‘cabaret’, em pouco tempo decairia mesmo em ‘puteiro’, acabando com o sonho do empresário”.⁷⁸¹

Ainda nos loucos anos 1920, o padre que celebrou o casamento dos pais de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, deixou a batina e investiu no comércio da libido, abrindo um cabaré à rua da Estrela (Des. Freitas). Segundo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro: “Contam que ele sentava-se a uma mesinha, à porta do ‘estabelecimento’ batendo com o copinho na garrafa, conclamando os boêmios – seus novos fiéis – a vir tomar uns bons goles de cana...”.⁷⁸²

Investindo na comercialização do prazer, algumas mulheres se tornaram grandes empresárias. Segundo Orgmar Monteiro, à época das duas grandes enchentes de 1924 e 1926, havia chegado a Teresina, vinda de Belém, Rosa Banco, proprietária de pensão de mulheres. Encontrando desocupado palacete situado no cruzamento das ruas Paissandu e João Cabral, transformou-o em cabaré. Monteiro considera que Rosa Banco talvez tenha sido

⁷⁷⁸ SÁ FILHO, 2006.

⁷⁷⁹ MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: Iocce, 1988, v. 4, p. 336-337.

⁷⁸⁰ MONTEIRO, O., 1987, v. 2, p. 186.

⁷⁸¹ MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória 3: no tempo dos revoltosos (1921-1934)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993, v. 3, p. 166.

⁷⁸² MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p. 204.

a primeira industrial nessa especialíssima profissão por aqui e também serviu o seu exemplo para a plêiade de ‘pensões’ que substituíram o comércio no centro mais dinâmico que foi a rua Paissandu, - no trecho da beira-rio à rua Firmino Pires e daí espalhando-se ao derredor.⁷⁸³

Algumas donas de bordéis figuram na memória coletiva como mulheres que enriqueceram com a prática da prostituição. Circulava pela cidade que Rosa fora a primeira mulher a abrir conta corrente no Banco do Brasil, daí a alcunha de *Rosa Banco*.

Joel da Silva Ribeiro, em entrevista, rememora, por exemplo, que Raimundinha Leite

[...] e Geresa emprestavam dinheiro para o coronel Pedro Freitas. Quando Pedro Freitas precisava de dinheiro, três, quatro contos de réis, aperreado pra qualquer coisa, chamava um empregado de confiança dele e dizia vai lá, quem me disse foi o Auri Vaz de Carvalho, que era empregado dele. Vai lá na Geresa pra saber se ela tem. Eu nunca vi a Geresa, ela era a mulher mais rica de todas, elas eram ricas minha moça. Não eram... A Geresa recebia caminhões de cervejas, ela não comprava cerveja na praça pro dia seguinte não.⁷⁸⁴

Ao longo do período estudado, a função da prostituição transbordava a iniciação sexual masculina e a contenção do desejo, em vista a assegurar a honra das famílias. Os cabarés eram espaços em que múltiplas relações eram vivenciadas. Simultaneamente, eram espaços de lazer, de sociabilidades, de prazer e de perigo. Foi grande a importância dos cabarés na vida da cidade. Situados, sobretudo, em áreas específicas, em geral, recebiam o nome de suas proprietárias. Compunham os cabarés o restaurante, o bar, as mesas e o salão de danças.⁷⁸⁵

O cabaré era um espaço que funcionava em função do cliente. Madames, gerentes e meretrizes atuavam em vista a agradar os homens de diferentes idades e condições sociais que frequentavam a zona. A excelência no tratamento, contudo, era diretamente proporcional ao prestígio, ao poder e à condição econômica do cliente, quanto mais rico e mais importante, melhor o tratamento recebido.⁷⁸⁶

A vida noturna e boêmia de Teresina era vivenciada nos cabarés e nos bares instituídos nas zonas. Após as 9 horas da noite, quando a cidade adormecia, homens de diferentes faixas

⁷⁸³ MONTEIRO, O., 1987, v. 2, p. 163.

⁷⁸⁴ RIBEIRO, J., 2006.

⁷⁸⁵ Conforme Bernardo Sá Filho, no período compreendido entre 1930 e 1970, os cabarés de maior destaque na zona da Paissandu eram: Fascinação, Alabama, Imperatriz, Parnaso, Estrela, Ideal, Iorque e os cabarés que eram denominados pelos nomes de suas proprietárias ou gerentes, quais sejam: Rosa Banco, Raimundinha Leite, Maria Aguiar, Lourdes, Mercedes, Ângela, Geresa e Maria Maior. Os cabarés de maior destaque no Morro do Querose, segunda maior zona da cidade, eram: *O Poço*, *Casa Amarela*, *Raimundona*, *Maria de Picos*, *Sete Tabacos* e o mais popular o *Cabaré da Romana*. Cf. SÁ FILHO, 2006, p. 80; 84.

⁷⁸⁶ SANTOS, G., 2005; SILVA, 1999; SÁ FILHO, 2006.

etárias, situação civil e condição social dirigiam-se à Paissandu, ao Morro do Querosene e aos inúmeros cabarés que envolviam a cidade.⁷⁸⁷

Nesse período os cabarés em Teresina não apresentavam o mesmo requinte encontrado em cabarés de luxo em grandes cidades da região Sudeste.⁷⁸⁸ Em geral, os ambientes eram simples, embora houvesse investimentos para torná-los mais atraentes, sobretudo, em datas especiais.

Embora frequentassem os cabarés homens de diferentes condições sociais e econômicas, a zona da Paissandu, por ser a mais estruturada e a mais cara, era frequentada, sobretudo, pelos mais abastados.⁷⁸⁹

Na memória de muitos homens que viveram o período em estudo, ficaram registrados os bailes que ocorriam nos cabarés de maior destaque. João Clímaco de Almeida, nascido em 1910, reteve na memória os bailes realizados em famosos bordéis de sua juventude. Em sua percepção “eram bailes alinhados, bem feitos”. Em entrevista concedida ao Núcleo de História Oral, os cabarés de Gerusa, Rosa Banco e Raimundinha Leite, então as mais famosas caftinas, são lembrados como clubes. Em certo trecho acentua, “[...] depois eu já rapaz, era a Rosa, a Rosa Banco, era a Raimundinha Leite, era a Gerusa, eram essas. Antigamente tinham esses três clubezinhos ali”.⁷⁹⁰

Segundo o entrevistado, quando havia bailes no Clube dos Diários, muitos rapazes ricos, após a meia-noite, deixavam o então clube *da sociedade* e dirigiam-se para a zona. “A turma rica toda era assim. Dançava lá, dava a cota de presença e tal. E depois descia pro baixo, né. ‘Hoje tem um baile da Palmira, muito bom e tal, meia-noite eu chego por lá, onze e meia, quando me vir livre da sociedade’”.⁷⁹¹

Fomentando o prazer, o sonho e a fantasia, as proprietárias de cabaré, chamadas madames, promoviam bailes muito comentados nas rodas masculinas. Eram famosos os bailes verdes que ocorriam no salão de Rosa Banco. Os bailes eram assim denominados porque todos os participantes se vestiam dessa cor.⁷⁹²

Os aniversários das madames eram comemorados com grandes bailes. No aniversário de Gerusa Santos, três orquestras animavam os pares a bailar. Nessas ocasiões, todos aqueles que adentravam o bordel, eram saudados com números especiais.⁷⁹³

⁷⁸⁷ SÁ FILHO, 2006; CASTELO BRANCO, A., 2007.

⁷⁸⁸ SÁ FILHO, 2006.

⁷⁸⁹ SÁ FILHO, 2006.

⁷⁹⁰ ALMEIDA, J., 1989.

⁷⁹¹ ALMEIDA, J., 1989, p. 47.

⁷⁹² DOBAL, H. *Obra completa II*: prosa. Teresina: Corisco, 1999. p. 48.

⁷⁹³ SANTOS, G., 2005.

Esses bailes divertiam tanto aqueles e aquelas que adentravam o recinto dos salões quanto os que os observavam do lado de fora. A assistência não oficial comum a diversos eventos – o sereno – também ocorria nas zonas. Boa parte desses assistentes, nesse caso, era composta de rapazes menores de 18 anos, cuja entrada nos cabarés era proibida. Segundo João Clímaco de Almeida,

Eles ficavam lá no escuro, no sereno, mas de longe. Não podiam chegar nem perto da porta (menores de dezoito anos). Porque a polícia chegava e recolhia tudo e mandava deixar na casa dos pais. Eles tinham medo.⁷⁹⁴

Na infância, Orgmar Monteiro foi um serenista. Rememorando o cabaré *Bataclan*, que funcionou nos anos 1920, conta que

Menino ainda, já com uns sete anos, fugia com outros à noitinha, da casa do meu avô, enquanto meus pais distraídos com demais adultos liam ou conversavam. Eu e colegas maiores e empregadas domésticas íamos até lá perto para espiar. As circunstâncias favoreciam a que lá nos encontrássemos olhando da rua aquela azáfama de homens e mulheres dançando, ao som estridente da música ao vivo, ou indo e vindo do restaurante às salas de jogos.

[...]

O que víamos pelas janelas abertas eram pares dançando; roletas em que os jogadores jogavam; mesas com jogadores de baralho; às vezes no salão havia cantores, mágicos e prestidigitadores. A platéia na rua em expectância. Por momentos o sereno era grande.⁷⁹⁵

Compunha também o sereno os maiores de dezoito anos que não tinham condições de ingressar e permanecer nos cabarés. Importa destacar que, especialmente, nos cabarés mais afamados, o custo de uma noite de prazer era alto. O contato sexual obedecia a um ritual. Em geral, não era imediato. Os homens que chegavam aos prostíbulos eram convidados a sentar e incentivados a beber. A orientação das gerentes era que as meretrizes fomentassem o consumo. Somente no adentrar da noite, deveriam se dirigir à alcova. É revelador o seguinte trecho da entrevista de Augusto Castelo Branco, nascido em 1926, no qual descreve os cabarés no início dos anos 1940. Eis a narrativa:

a gente chegava lá eram aqueles salões, tudo na beira do rio, aqueles salões de dança, para dança, e aquele salão cheio de mulher, a gente chegava, sentava ali, e depois a gente ia chamando, começava a chamar, fulana, e vinha para seu lado, e tomava cerveja com você até dez, meia noite, duas

⁷⁹⁴ ALMEIDA, J., 1989.

⁷⁹⁵ MONTEIRO, O., 1987, v. 2, p. 157-8.

horas da manhã. Depois levava ela para os quartos, quando ela..., e quando davam 5 horas da manhã, você se dava no rumo de casa [...].⁷⁹⁶

No período em que o entrevistado se tornou frequentador dos bordéis da Paissandu, um dos atrativos continuava sendo os bailes. Nesse período eram famosos os cabarés da Raimundinha Leite e o de Maria Aguiar. Assíduo no salão de Raimundinha Leite, o entrevistado acentua: “esse eu gostava muito de lá. Eu dançava a noite toda. Desde a hora que chegava até de manhã, tinha orquestra. Não é como hoje, era instrumental mesmo. Era uma orquestra”.⁷⁹⁷

Entre bailes, jogos, bebidas e comercialização da libido desenvolviam-se múltiplas sociabilidades. Os cabarés eram espaços de convívio de homens de diferentes idades, no qual conversavam, discutiam política, negócios, bem como eram trocadas experiências e se desenvolvia a aprendizagem de códigos de masculinidade. No recinto dos bordéis, rapazes disputavam meretrizes, afirmando-se em detrimento de outro, homens mais velhos se exibiam diante dos mais novos, contavam vantagens, demonstravam o poder que, supostamente, exerciam sobre as meretrizes. Outros abordavam o tema sexualidade, mostrando aos ouvintes que eram experientes no assunto. Nesse procedimento, reforçavam a masculinidade.

Na efervescência noturna da zona a política era vivenciada. Vitórias eram comemoradas na Paissandu. Mágoas decorrentes de derrotas eram afogadas sob luzes coloridas. Conchavos eram tramados e solidariedades reforçadas. Em *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina 1952*, o poeta H. Dobal lembra que “foi em um cabaré que dois jovens políticos festejaram, estrondosamente, as suas candidaturas a importantes cargos da administração pública”.⁷⁹⁸

Margareth Rago, estudando a prostituição e os códigos de sexualidade feminina em São Paulo, entre 1890-1930, demonstra que a prostituição era um espaço de desterritorialização do desejo, de linha de fuga da sexualidade conjugal. Em Teresina, a prostituição também tinha essa função. Isto é perceptível através da literatura de ficção produzida acerca do período. Situado na Teresina da década de 1940, o romance *Palha de Arroz*, de Fontes Ibiapina, torna visível essa dimensão das relações de gênero, através do personagem dr. Leovigildo. Assíduo na zona da Palha de Arroz, dr. Leovigildo era conhecido por suas práticas sexuais, pois sua fantasia era amar a três. Fosse o trio composto por ele e duas mulheres ou então com a presença de mais um homem. Em vários trechos do romance, Fontes faz referência aos gostos

⁷⁹⁶ CASTELO BRANCO, A., 2007.

⁷⁹⁷ CASTELO BRANCO, A., 2007.

⁷⁹⁸ DOBAL, 1999, p. 47-48.

de Leovigildo. Eis aquele em que Parente conversando com Maria Preá, meretriz que morava na Palha de Arroz, indaga a respeito das práticas licenciosas do doutor:

- É verdade que ele só fica com uma mulher tendo outra assim perto?
- É. Pra ficar passando a mão nas vergonhas da outra. [...] Tem ainda mais: quando está bem bebaço, chega a levar até um homem para o tal serviço.
- Outro homem?!
- Que que tem! Só pra pegar. Eu também já pego. Que é bom, lá isso é.
- E há homem que se preste a isso?!
- Há, sim. Tem um estudante do Liceu que é freguês dele nesse assunto. Certo dia, levou foi um médico – o dr. Teobaldo. Sim que este estava pregado de tão bêbado. Mal se deitou, foi logo roncando que nem um porco. Ai nós fizemos o serviço, os dois pegando nas partes do dr. Teobaldo.⁷⁹⁹

Margareth Rago, no referido estudo, mostra que a realidade da prostituição é vivenciada como fantasia. Em Teresina, essa forma de experienciar o real nesse universo explica em parte um dos achados da pesquisa. O fato de em memórias e depoimentos a prostituição relativa ao período emergir, sobretudo, relacionada ao prazer, ainda que a violência seja um elemento constituinte das relações na prostituição, conforme demonstra a autora.⁸⁰⁰ Nessas fontes, a violência é referida de forma eufemizada.

O que nomeia o submundo da prostituição, especialmente, a zona da Paissandu, é o prazer do sexo, o encanto, a sedução, o sonho, a fantasia, os brilhos, as cores e a alegria. A prática da comercialização da libido em si e a desumanização que envolve essa prática, uma vez que há o consumo de partes do corpo, é suavizada. Na percepção de H. Dobal, a relação não era propriamente um comércio, pois para “o sucesso faz-se preciso certa dose de corte de galanteio”.⁸⁰¹

Ainda segundo o poeta,

Um velho piauiense, que atingiu alta posição em um dos poderes da República e que há anos não vinha a seu Estado, perguntava a seu sobrinho como era a vida noturna em Teresina. O rapaz, profundo conhecedor, com a experiência de muitas noites de ronda pelos lugares mais secretos, se excedia em detalhes. O figurão não continha o entusiasmo: ‘Nem em Paris, meu filho! Assim nem em Paris!’ Talvez no seu entusiasmo estivesse muita saudade da terra e da mocidade, talvez estivesse sendo sincero, porque, na cidade, participam do seu sentimento quase todos os solteiros e muitos casados.⁸⁰²

⁷⁹⁹ IBIAPINA, João Nonon Fontes. *Palha de arroz*. 4. ed. Teresina: Corisco, 2004. p. 152-53.

⁸⁰⁰ RAGO, 1991.

⁸⁰¹ DOBAL, H., 1999, p. 47.

⁸⁰² *Ibid.*, p. 47

Tal era o prazer que Augusto Castelo Branco sentia na zona da Paissandu, que em certo trecho de seu depoimento, confessa: “[...] Eu mesmo era viciado, ia todo dia. Só faltava segunda-feira e não sei nem por que [risos]. Ficava sempre com aquilo na cabeça, né?”⁸⁰³

Também expressa o impacto de sentimentos e sensações vivenciadas na zona o seguinte trecho de entrevista com o médico Euvaldo Angeline, nascido em 1934.

Rapaz, mas era bom demais [...] eu era morto e vivo em cabaré... rapaz, mas eu adorava aquela vida. Tem uma passagem gozada de cabaré. É o seguinte: cabaré não é lugar de briga, cabaré é lugar de amor, você põe o pé num batente de cabaré, lá de dentro uma voz pergunta: meu bem, o que é que você quer? Em casa: isto é hora, irresponsável, tu não deixou o leite do menino. Cabaré era um ambiente sadio... ninguém brigava em cabaré, não, uma loucura! Era bom demais!⁸⁰⁴

A importância da prostituição na iniciação sexual e na construção da identidade masculina, na fruição do prazer e nas sociabilidades tornava as práticas vivenciadas nos espaços de prostituição complementares ao casamento. Era muito comum o fato de muitos homens, após o matrimônio, continuarem assíduos frequentadores de prostíbulos. Ademais, às interdições que cercavam o enlace com prostitutas – trajetória singular no período em estudo – levou muitos homens a nutrir amores nascidos nas zonas, através de uma vida dupla. A prostituta ou a ex-prostituta era, muitas vezes, transformada em teúda e manteúda. Nesses casos, a prostituição era um elemento constitutivo do casamento.

Os sentimentos despertados pelas zonas eram plurais e contraditórios. Através de matérias veiculadas na imprensa, é possível dizer que a comercialização da libido, além de prazer, alegria e euforia, detonava medo e angústia. Sentimentos que permitem acentuar a ambivalência da sociedade, em estudo, em relação à prostituição. Simultaneamente, a prostituta e a prostituição exerciam um papel civilizador, imprescindível, à constituição da família, e eram percebidas como ameaça à sociedade.

Nas matérias veiculadas nos jornais, ao contrário das memórias, em que o prazer, a alegria e a fantasia qualificam a prostituição, torna-se visível a violência que permeava as relações vivenciadas no âmbito da comercialização da libido. Essa fonte expressa que diversas eram as formas de violência experienciadas nas zonas, bem como os personagens nelas envolvidos. Em 18 de julho de 1951, por exemplo, o jornal *O Piauí* noticiou que na madrugada do dia anterior as famílias residentes na rua Paissandu, na proximidade da pensão

⁸⁰³ CASTELO BRANCO, A., 2007.

⁸⁰⁴ SILVA, Euvaldo Angeline da. *Entrevista concedida a Bernardo P. de Sá Filho e Maria de Fátima Martins*. Teresina, 2000 apud SÁ FILHO, p. 67.

Santa Rosa, situada na rua Rui Barbosa, acordaram sobressaltas sob tiroteio envolvendo policiais e três motoristas presos no meretrício.⁸⁰⁵

Na tarde do dia 5 de setembro de 1957 ocorreu trágico acontecimento. A jovem meretriz Maria do Socorro, de 18 anos, foi ceifada pela violência de seu amante. Maria se relacionava com o viúvo Francisco de Assis Almendra, de 68 anos. Após uma discussão, o amante da jovem, “tendo lançado mão de um canivete e, avançando sobre a vítima, veio a produzir golpe mortal, na garganta [...]”.⁸⁰⁶

Decorrido pouco mais de um mês, outra jovem, de 19 anos, foi morta por um cliente, no cabaré “Maroca”, no bairro Piçarra. Maria do Socorro Santana, tratada por Socorrinha, foi assassinada pelo funcionário público José de Sena Pedreira.⁸⁰⁷

Nas matérias publicadas nos jornais, a prostituição é vista como ‘comércio de imoralidade’ e de ‘miséria humana’. Não há, contudo, nessas matérias, a defesa de sua extinção. Lamentava-se a presença de casas de prostituição no seio das famílias, do mesmo modo que se criticava a postura das “mulheres de vida livre”, considerada desregrada e desagregadora dos valores morais. Em geral, a intenção dessas matérias era incitar a interferência da polícia no sentido de retirar cabarés das áreas residenciais, bem como disciplinar as prostitutas. Era a visibilidade das práticas ilícitas que incomodava aos cronistas e às famílias. Nessas fontes, as “mulheres de vida livre” eram consideradas as responsáveis pela prostituição, não se percebendo a prostituição como dinâmica relacional, que, além dos clientes, envolve uma rede complexa de prostitutas, caftinas, cafetões e profissionais da noite.⁸⁰⁸

Conforme matérias veiculadas nos jornais, as prostitutas eram responsabilizadas pelo “desassossego” das famílias, por fazer entrar no universo familiar palavras indecentes, que feriam o pudor das *mulheres de família*. As prostitutas eram consideradas as responsáveis pela “pouca vergonha”, que invadia o seio familiar.

Através dessas fontes, é possível inferir que a intenção era que as prostitutas não afrontassem as famílias, recebendo discretamente seus clientes. Do ponto de vista da norma, essas mulheres, inclusive, eram hierarquizadas, a partir da visibilidade que davam à prática. Aquelas que comercializavam o corpo de forma dissimulada eram menos desvalorizadas que aquelas que a exerciam de forma explícita.⁸⁰⁹

⁸⁰⁵ TIROTEIO noturno. *O Piauí*, Teresina, ano LXI, n. 715, p. 1, 18 jul. 1951.

⁸⁰⁶ NA POLÍCIA e nas ruas. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 6, n. 530, p. 10, 8 set. 1957.

⁸⁰⁷ SEGUNDA Promotoria Pública de Teresina. *O Estado do Piauí*, ano 1, n. 51, p. 4, 30 nov. 1957.

⁸⁰⁸ RAGO, 1991.

⁸⁰⁹ SANTANA, 2007.

Em 11 de janeiro de 1925, noticiou-se que Francisco Menezes deu queixa à polícia contra Maria Leocádia da Silva e Vicença Virgolina de Souza. O motivo, segundo a matéria, era porque em disputa por um cachorrinho,

[...] no auge da cólera dirigiam uma à outra tudo que lhes saía do bucho, numa enxurrada de palavras imundas. Apurado o caso, a polícia mandou recolher ao xadrez Maria Leocádia que, toda nervosa, perguntando o nome da autoridade, parecia ameaçá-la com uma vingança.⁸¹⁰

Em maio de 1932, apelava-se à polícia, para que o cabaré de Rosa Banco passasse a se localizar em espaço menos inconveniente, para manter o sossego e a tranquilidade dos lares. Na matéria, a crítica incidia nos transtornos causados em decorrência de em torno da Paissandu, residirem famílias que durante à noite, acordavam em face de cenas trágicas, de “imoralidades torpes, proferidas em altos brados”.⁸¹¹

Em 1947, muitas famílias reclamaram na Chefia de Polícia de atentados ao pudor, praticados à luz do dia, na avenida Maranhão, e à noite nas praças Landri Sales, Rio Branco, João Luís Ferreira e Pedro II (na parte superior). Com o intuito de contê-los, em 9 de junho de 1947, o chefe de polícia Eurípedes C. de Aguiar, determinou o fechamento dos botequins às 23 horas, a proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, severa vigilância da circulação de meretrizes na avenida Maranhão, proibição de trânsito de meretrizes, no horário das 19 às 24 horas, nas praças referidas e nas ruas, que não fossem localizadas nas zonas, bem como vigilância das praças públicas.⁸¹²

As zonas eram vistas como lugares de imoralidade, onde apareciam revólveres reluzentes e se viam cenas “trágicas e infernais”.⁸¹³ Certamente, essa era a visão dos mais conservadores. Orgmar Monteiro, ao lembrar dos cabarés em sua época de infância e de adolescência, passadas nos anos 1920 e 1930, acentua que havia adultos recatados. Para esses, as práticas vivenciadas nos cabarés eram “despudor, sem-vergonhice, pecado”.⁸¹⁴ Martins Napoleão, no início dos anos 1940, também inscreve a prostituição como pecado, em última oferenda àquela que jazia.

A última oferenda

Como o ouro vil,

⁸¹⁰ CASOS Policiais. *O Piauí*, Teresina, ano 37, n. 10, 11 jan. 1925.

⁸¹¹ COM VISTAS à polícia. *A liberdade*, Teresina, ano 5, n. 138, p. 2, 25 maio 1932.

⁸¹² AGUIAR, Eurípedes C. de. Chefia de polícia. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 234, p. 3, 12 jun. 1947.

⁸¹³ COM VISTAS à polícia. *A Liberdade*, Teresina, ano 5, n. 138, p. 2, 25 maio 1932.

⁸¹⁴ MONTEIRO, O., 1987, v. 2, p. 158.

cujo brilho é um empréstimo da luz,
pagaram-te a beleza maculada
que se dissipou aos poucos no pecado.

Trago-te agora,
para a viagem noturna,
quando todos os amantes têm medo de ti,
como última oferenda,
uma lágrima pura,
uma rosa esfolhada
e um poema sem palavras...⁸¹⁵

A prostituição como enfermidade do corpo físico e da sociedade, elaborada no campo da medicina social, no Rio de Janeiro, a partir da década de 1840,⁸¹⁶ quando emergiu um discurso racional acerca do sexo, não era a chave de leitura, a partir da qual se lia a comercialização da libido, em Teresina. Na cidade, a moral católica a enquadrava, sobretudo, como pecado e comércio da miséria humana.

Independentemente de considerar relações fora do casamento como pecado, havia pais e mães que tinham receios diante da prostituição. O medo era de que seus filhos se viciassem nas zonas e nas práticas lá vivenciadas, tais como beber em excesso, jogar, enveredar pela vida boêmia, em detrimento da vida prática ou ainda ser tragado pela violência que lhes era característica.⁸¹⁷

Práticas experienciadas nas zonas poderiam desencaminhar o rapaz e impedi-lo de vivenciar os papéis que a sociedade lhe reservava no futuro – o de pai e de provedor familiar. A prostituição ainda que necessária para o desenvolvimento de um dos códigos de masculinidade hegemônico – a sexualidade ativa - era um perigo para o desenvolvimento de outro código igualmente fundante da masculinidade, que se hegemoniza no período – o trabalho.⁸¹⁸

Nas zonas, os rapazes corriam o risco de enveredar pelo caminho dos vícios e dos desregramentos, como o fez Carlos, personagem central do romance *O juramento*, de Lilizinha Carvalho. Diz a narrativa:

Na idade de transição, esses moços quase não tinham para onde ir e, influenciados, talvez pelo exemplo dos mais velhos que sabiam frequentar lugares duvidosos, procuravam imitar-lhes os hábitos. Quem sabe até para

⁸¹⁵ REGO, B., [1981], v. 1, p. 141.

⁸¹⁶ ENGEL, 2004b, p. 71-102.

⁸¹⁷ O CRIME do City Clube. *A Imprensa*, Teresina, ano 2, n. 154, p. 1, 30 out. 1926; A CIDADE. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 69, p. 3-4, 5 abr. 1946; TITO FILHO, A. Mais uma vez os menores. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 354, p. 4, 5 jun. 1948.

⁸¹⁸ MATOS, 2001; CASTELO BRANCO, P., 2005b.

poderem sentir-se verdadeiramente homens. [...] Ali, a fina flor da rapaziada passava as noites, ali começava a desvirtuar a encantadora visão do casamento e, ali também, aprendia a beber ao ponto de muitas vezes viciar-se. Carlos foi um deles. Não quis doutorar-se. Estudou apenas o necessário para conseguir uma situação melhor na sociedade. [...] Não ouvia conselhos e muito menos admoestações.⁸¹⁹

Se, por um lado, a prostituição era necessária para impedir que o caráter ativo atribuído à sexualidade masculina levasse os rapazes a desonrar as *moças de família*, assegurando a manutenção do tabu da virgindade feminina como pré-requisito para o casamento; por outro, era também um espaço que punha em xeque a atualização do modelo de masculinidade delineado como normativo, na modernidade, uma vez que o jovem corria o risco de não constituir família e nem se tornar um trabalhador integrado à dinâmica do mercado.⁸²⁰ A fruição do prazer e o amor vivenciado, nas zonas, ameaçavam a formação do bom trabalhador e do pai de família. Com efeito, se a necessidade de aprendizagem sexual e de proteção da castidade das casaduras impulsionava os rapazes às zonas, a expectativa de que se tornassem trabalhadores responsáveis, pais e provedores familiares cerceava a frequência às zonas.

Augusto Castelo Branco, relembando sua juventude, acentua que seu pai não ficava satisfeito, quando ele voltava da zona tarde da noite. Na verdade, esse seu procedimento era motivo de conflitos. Em suas palavras:

Quando chegava aqui meu pai não deixava a porta encostada, e nem dava a chave, você tinha que chegar e bater na porta. Era a dona Feliciano, era quem vinha atender. Ela, às vezes, cinco horas da manhã, coitada, ela ficava de plantão para meu pai não ver, para não acordar e não se zangar conosco. [...] Aí fazia isso, a farra chamada, chegava de manhã em casa, três, quatro vezes na semana. [...] ‘Oh! Augusto você arruma sua mala, seus troços e vai embora! Você não quer me obedecer, já falei para você não chegar de manhã em casa. Arruma sua mala e vai embora!’ Vixe Maria! Foi o maior vexame da minha vida! Eu comecei foi a chorar, eu devia ter uns 17, 18 anos por aí. Não tinha nem 18, tinha nem 18. Aí minha mãe falou: Tônico, disse, deixa o Augusto, ele não vai mais fazer isso e tal, dispensa ele! Ele não tem para onde ir, para onde é que ele vai? Aí foi aí que ele se acalmou. Disse: pois tá, dessa vez ta dispensado, mas logo não faça outra! Mas aí eu continuei fazendo, chegando de manhã, nunca parei de fazer.⁸²¹

Por parte de empregadores do comércio havia também a preocupação em saber se seus empregados eram viciados nas zonas, se eram assíduos frequentadores das casas de prostituição. Sobre aqueles que tinham vida sexual muito explícita, nas zonas, recaía a

⁸¹⁹ CARVALHO, Lilizinha Castelo Branco de. *O juramento*. Teresina: [s.n.], [198-].

⁸²⁰ Acerca da relação entre trabalho e identidade masculina, ver MATOS, 2005; MATOS, 2001; CASTELO BRANCO, P., 2005b; NOLASCO, 1995.

⁸²¹ CASTELO BRANCO, A., 2007.

suspeita de que estariam roubando o patrão. Conforme depoimentos de homens que viveram a juventude nesse período, os rapazes que frequentassem as zonas não eram vistos com bons olhos e, caso quisessem permanecer nos seus empregos e crescer profissionalmente, deveriam ser discretos quanto às idas aos prostíbulos.

A desconfiança em relações aos rapazes pobres frequentadores assíduos das zonas pode ser compreendida também a partir das práticas que se desenvolvem em torno da prostituição, como o jogo, as bebidas e as brigas. Considerava-se que as sociabilidades vividas pelos homens pobres nas zonas os desencaminhariam do universo do trabalho e também da condição de cidadão honesto. As zonas punham em risco o desejo de disciplinar os rapazes pobres via mercado de trabalho.

Essa desconfiança não recaía apenas sobre os rapazes pobres que trabalhavam no comércio em Teresina, também é identificada, a partir da experiência de outros rapazes que viveram nas principais cidades comerciais do Estado. A esse respeito, José Bruno dos Santos, que trabalhou em Amarante, na década de 1950, conta o seguinte: “Eu receava frequentar esses ambientes. Cidade pequena, empregados do comércio que visitam as zonas de meretrício logo são acusados de furtar o patrão. Frequentava-se discretamente.”⁸²²

A zona era considerada também um lugar de perigo para os rapazes, uma vez que poderiam perder a vida, como foi o caso de José Fernandes de Carvalho, natural de Santo Antonio de Balsas do Maranhão. O rapaz, migrando para Teresina em busca de melhores condições de sobrevivência, empregou-se como garçom na pensão “Raimundinha”, tornando-se querido pela clientela. De garçom responsável e querido, transformou-se em um bebedor inveterado. Essa transformação, conforme matéria veiculada em jornal, em grande medida foi fruto de sua paixão por Maria Veras, inquilina da pensão “Rosa”.

O próprio título da matéria que narra a história de José Fernandes de Carvalho já aponta para o perigo atribuído às zonas. As zonas são consideradas um lugar de sangue, um lugar em que os jovens podem se tornar vítimas de paixões desenfreadas e encontrar a morte. Eis o título da matéria: “*uma cena de sangue no ‘bast-fond’ da cidade – um jovem de 21 anos vítima de uma paixão desvairada que o levou ao suicídio...*”. Atribuição que, muitas vezes, correspondia à realidade, uma vez que a violência era um elemento constituinte das relações vivenciadas nas zonas e nos seus entornos.

Em torno das relações experienciadas nas áreas de prostituição, os meninos/rapazes também poderiam aprender vivências sexuais não canônicas – as relações homoeróticas. Isto

⁸²² SANTOS, José Bruno dos. *Transpondo barreiras*. 2.ed. Teresina: COMEPI, 1999. p. 97.

porque essas relações eram constitutivas das relações sexuais vividas nas áreas de prostituição no período, como demonstra Bernardo Sá Filho.⁸²³

Na verdade, o tema homossexualidade tem pouca visibilidade no período. O jornal *O Piauí*, em 14 de fevereiro de 1952, o redator defendia a demissão do professor que ministrava aulas na Escola Cristo Rei e Supletiva no povoado Elesbão Veloso, alegando ser de conhecimento público o fato de o professor alimentar amores por rapazes daquela cidade.⁸²⁴

Nas entrevistas realizadas com mulheres, as entrevistadas apontam o desconhecimento dessas práticas e a não visibilidade no universo de suas relações. Trata-se de um tema masculino, que os entrevistados abordam de forma tangencial, evidenciando a existência de poucos homens que viviam práticas homoeróticas de forma visível. As relações homoeróticas femininas é um tema ainda mais velado.

Os medos e visões negativas acerca da prostituição ao que parece pouco impacto tinham sobre a dinâmica dos bordéis. Durante o período em estudo, os cabarés eram muito frequentados.⁸²⁵ Homens de diferentes condições sociais, civil e etária, diariamente, se faziam presentes em diversos bordéis espalhados pela cidade. H. Dobal chega a dizer no início dos anos 1950, que talvez os cabarés fossem o maior centro de atração da cidade.⁸²⁶

Embora percebida de maneira ambivalente, uma vez que era desejada e temida, a prostituição era parte constituinte da sociedade do período. A cidade diurna convivia tensamente com a noturna, cujo coração pulsante era as áreas de prostituição, sobretudo a Paissandu.

Na verdade, o que me parece mais problematizado não eram as práticas ilícitas em si, mas o excesso, o risco de não conter a fruição do prazer. Tratava-se do risco de perder-se no gozo e na orgia. A visibilidade também era uma questão importante, pois muitos consideravam que relações licenciosas deveriam ser discretas e vivenciadas fora do universo da família. Defendendo, assim, a discrição e o isolamento da prostituição em relação à família.

Quanto aos amores ilícitos, isto implicava mantê-los sob discrição e zelar para que não convivessem com a família. Na já citada carta de Antonio Chaves, em que o poeta solicitava a ação da polícia para coibir o que chamou o “abuso das meretrizes”, o autor critica os

⁸²³ SÁ FILHO, 2006.

⁸²⁴ COM vistas aos senhores pais de família de E.Veloso – Valença do Piauí. *O Piauí*, Teresina, ano LXII, n. 759, p. 3, 14 fev. 1952.

⁸²⁵ RUA infernal. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 230, p. 3, 31 maio 1947.

⁸²⁶ DOBAL, 1999, p. 48.

homens que frequentavam a casa de prostitutas durante o dia, por considerar desrespeito para com as mulheres honestas.

Mas, não é estranhável que elas assim procedam, porque homens de inteiras responsabilidades (inclusive casados), homens que deveriam trabalhar pelo levantamento do nível moral de nossa terra, são os primeiros a frequentar em plena luz do dia, dando-lhe assim grande importância e tornando-as, por essa forma, cada vez mais ousadas.

Outros pais de filhas moças e casadas, vêm palestrar à noite com tais sujeitas, sentados juntos na porta da rua, esquecidos talvez de que as suas filhas, respeitáveis por todos os títulos, não gostariam que outros praticassem tais desrespeitos com elas.⁸²⁷

A despeito da grande rede de prostituição que cercava a cidade, nem sempre a vida sexual masculina extraconjugal ocorria nos cabarés. Muitas famílias conviviam com as relações desregradadas tanto pela proximidade com a prostituição pública, da qual se queixava Antônio Chaves, quanto no âmbito da casa. Em Teresina, no período analisado, as relações ilícitas eram vivenciadas nos lugares de comercialização da libido, nas ruas, nas praças, nos becos, nos terrenos incultos, sob a convivência da vegetação, e nas casas de família.

Entre as décadas de 1920 e 1950, a família abrigava agregadas, empregadas, crias da casa, de maneira que, em geral, era ampla a circulação feminina nesse espaço. Muitas vezes, os meninos/rapazes desvelavam o corpo feminino, a partir do contato com mulheres mais velhas agregadas à família, ou ainda mantinham relações sexuais com as empregadas e/ou com as criadas. Ao rememorar sua infância, J. Miguel de Matos, nascido em 1923, lembra que despertou para o sexo, em casa, ao ver a *cria de casa*, uma jovem negra, tomando banho. Sua sexualidade floresceu, na adolescência,

[...] vendo Conceição, num fim de tarde, de costas, murando as aberturas de um banheiro de buriti, em um banho que tomava diariamente àquela hora vizinha da noite. Com os olhos cheios do corpo de Conceição, senti estranha sensação, transmitida pela curiosidade de pequeno Édipo.⁸²⁸

Múltiplas eram as experiências eróticas vivenciadas nesse espaço. Os corpos dessas mulheres eram olhados e bolinhados com e sem consentimento. Algumas se exibiam, conquistavam e fruíam toques furtivos e relações sexuais, enquanto outras eram seduzidas ou ainda obrigadas a manter relações sexuais. Clidenor de Freitas Santos em entrevista, quando

⁸²⁷ CARTA. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 48, p. 6, 30 out. 1920.

⁸²⁸ MATOS, J. Miguel. *Pisando meus caminhos*: memórias da infância e da adolescência. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1969. p. 95. O autor nasceu em 1923, em Floriano. Em 1929, sua família mudou-se para Teresina, onde passaram a residir.

indagado se era comum, em sua época, as criadas/empregadas “serem usadas pelos filhos dos patrões para a prática sexual”, respondeu o seguinte:

Claro, eu posso dar exemplo próprio. Todo dono de casa, todo cidadão de certo nível tinha sempre meia dúzia de mucamas (empregadinhas) que serviam de estímulo sexual para os seus filhos. Em me lembro muito bem das aventuras com as criadas de minha mãe, elas diziam: ‘vou dizer para dona Maricota, ameaçavam dizer para minha mãe’.⁸²⁹

Na leitura de A. Tito Filho, “as funcionárias domésticas, mocinhas morenas, que o povo denominava curicas, [...] Sempre perdiam o cabaço para o filho-família, o moço dengado”.⁸³⁰

A despeito de A. Tito Filho e Clidenor de Freitas Santos terem registrado uma experiência erótica recorrente no período, é necessário relativizar suas memórias. Importa destacar, que alguns depoimentos também indicam que os soldados exerciam forte atração sobre as empregadas domésticas.⁸³¹ A parte superior da Praça Pedro II, como já destacado, era um dos principais pontos de encontro, entre empregadas domésticas e soldados. Certamente, parte das empregadas viveu suas primeiras experiências afetivas nos braços desses homens, tenham sido sob bençãos do casamento ou não.

Por outro lado, é importante destacar que quanto à questão dos relacionamentos afetivos sexuais entre empregadas domésticas/crias de casa, conviviam perspectivas diferentes. Se ora pais, ora mães aceitavam que essas mulheres prestassem serviços sexuais, outros pais e outras mães criticavam e coíbiam esse modelo de relacionamento, projetando, inclusive, sobre essas mulheres as expectativas dominantes em relação ao corpo e à sexualidade.⁸³²

A percepção de que as empregadas domésticas ou as criadas não compartilhavam os valores dominantes acerca do corpo e da sexualidade também recorrente exacerbava o clima erótico da casa, pois as referidas mulheres, desde meninas-moças, eram vistas como disponíveis sexualmente. Elas eram percebidas como mulheres de reputação duvidosa. Sobre as empregadas pairava a suspeita de prostituição. Em matéria publicada no jornal *O Nordeste*, de 17 de julho de 1920, cujo intuito era coibir “namoros escandalosos” no mercado público, cita-se, paralelamente, “mulheres da vida alegre” e empregadas. Eis um trecho da matéria:

⁸²⁹ SANTOS, C., 1987, p. 35.

⁸³⁰ TITO FILHO, A. *Crônicas*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, [1990?]. p.5-6.

⁸³¹ CASTELO BRANCO, J., 2007; MACHADO, 2008; SILVA, E., 2000 apud SÁ FILHO, 2000.

⁸³² MONTEIRO, C., 1993, v.3.

Pede-nos pessoa criteriosa que levemos ao conhecimento dos senhores intendente municipal e dr. chefe de polícia o fato seguinte, que se reproduz diariamente, no mercado público:

- Reúnem-se ali indivíduos pouco cerimoniais, cujo fim único e exclusivo é fazer namoro escandaloso e indecente com as mulheres da vida alegre e criadas que vão às compras. Acrescenta quem nos pede para divulgarmos tais fatos que, se as coisas continuarem dessa maneira, muito em breve não há senhora que possa ir ao mercado público de Teresina.⁸³³

Essa percepção perdurou no período em estudo e englobava outras mulheres pobres. A. Tito Filho rememorando seus tempos de juventude, diz: “**Pipiras**⁸³⁴ e **curicas** – uma delícia. Sambavam noite toda, no forró quente, namoravam pelas ruas escuras – e a gente não sabia se eram. Hoje se sabe.”⁸³⁵

Essa dúvida que não calava em A. Tito Filho e em muitos outros homens de sua geração relaciona-se à dinâmica da prostituição no contexto e à maneira como era significada. Era difundido no social que a mulher que mantinha relação sexual fora dos laços do casamento era prostituta. Moça, casada e prostituta eram três substantivos que nomeavam diferentes estados em relação à sexualidade, mas não abarcavam a diversidade das práticas. No contexto em estudo, ser prostituta tornou-se uma profissão inserida na dinâmica capitalista, uma vez que se configurou um mercado de oferta e de consumo da libido. Ao longo do recorte analisado ampliou-se a prática de prostituição na cidade e o cabaré constitui-se enquanto negócio rentável, que proporcionava lazer e comercialização do prazer sexual. Nesse processo, muitas mulheres comercializam o corpo e assumiam a identidade de prostituta, oferecendo-se, sobretudo, nas zonas.

Contudo, a vivência da prostituição não se restringia à atuação das profissionais do sexo, pois havia também prostituição dissimulada, velada, praticada por muitas mulheres que não se representavam nem assumiam a identidade de prostituta. Eram mulheres casadas, separadas, viúvas, amasiadas e solteiras, que, ocasionalmente, comercializavam o corpo, mas se representavam como casadas honestas, viúvas castas, separadas castas e moças. Essas mulheres, portanto, eram e não eram prostitutas, uma vez que comercializavam a libido, mas não se identificavam enquanto meretrizes.

Por outro lado, era corrente a percepção de que mulheres pobres que trabalhavam como lavadeiras, empregadas, engomadeiras e operárias complementavam a renda com o exercício da prostituição. Percepção que ora correspondia às práticas, ora não. Importa destacar que a prostituição, de fato, era um meio de sobrevivência de mulheres pobres como atividade

⁸³³ NO MERCADO público. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 34, 17 jul. 1920.

⁸³⁴ O termo diz respeito às operárias da Fábrica de Fiação e Tecidos.

⁸³⁵ TITO FILHO, A., 1974, p. 24, [grifo do autor].

principal ou complementar. Mulheres que, quando jovens foram prostitutas, com a diminuição dos clientes, passaram a trabalhar como empregadas, lavadeiras, engomadeiras, etc. Outra trajetória possível foi deixar o meretrício com a maternidade. Este foi o caso de Dionísia, que, ao nascer sua filha, resolveu trabalhar como empregada doméstica. No início dos anos 1940, trabalhou na casa dos pais de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro.⁸³⁶

No universo da casa, a dúvida entre o ser e o não ser, que inquietava os homens, desencadeava uma tensão entre desejo e violência, bem como relações de poder e dominação entre o feminino e o masculino. Isto porque, por um lado, a desconfiança masculina em relação às empregadas produzia assédio cuja contrapartida poderia ser a sugestão simultânea de estar e não estar disponível, aquiescedora de envolvimento erótico mútuo. Vale lembrar que em parte das histórias de relações afetivo-sexuais no âmbito da casa havia interesses, tanto por parte do homem quanto da mulher. Ademais, o desejo também desencadeava violência simbólica e, às vezes física, quando as mulheres envolvidas não desejavam ou não correspondiam ao jogo erótico.

Em relação à segunda possibilidade, importa destacar, conforme Roger Chartier, que uma norma cultural não está restrita a um único recorte social,⁸³⁷ pois mulheres pobres incorporavam valores atribuídos às *moças de família*, percebendo-se a partir dessa representação. Com relação à virgindade enquanto valor, parecer da Corte de Apelação, publicado no *Diário Oficial*, em dezembro de 1936, permite mostrar sua incorporação. Através dessa fonte, soube que, no dia 30 de abril de 1936, Joaquina Cabral do Nascimento, solteira, 18 anos, matou Manuel Esperança, amante de sua irmã mais velha, chamada Rosa. Descobri, igualmente, que a acusada foi absolvida, uma vez que o crime foi considerado pelo júri um caso de legítima defesa. Pelo que consta nos autos, conforme citado no parecer, na noite do dia 30, Joaquina

precisando sair um instante de casa, se encontrou com Manuel Esperança, o qual se achava recostado à parede que dava para o lado detrás da casa; que Joaquina, então, perguntou a Esperança o que ali fazia, tendo este respondido que nenhum negócio tinha com ela e que desejava apenas entrar na casa, retrucando ela que de maneira alguma poderia ele ter ingresso na sua casa e que, se insistisse nesse propósito, iria acordar seu velho pai; que, não sendo atendida por Esperança que lhe dissera não fazer conta do velho, Joaquina entrou em casa, indignada, e, momentos depois, voltou, trazendo oculta uma faca de ponta; que, ao voltar, notou que Esperança se tinha retirado para o outro lado da casa, no oitão, e para ali se dirigiu e, insistindo com ele para que se retirasse, foi novamente desobedecida, pelo que, em

⁸³⁶ MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. *Rua da Glória 4: o tamanho de uma esperança* (1935-1945). Rio de Janeiro: [s.n.], 1993. v.4.

⁸³⁷ CHARTIER, 2002, p. 68-69..

precipitação, empurrou-lhe com a faca que trazia [...]. As testemunhas atestam o exemplar comportamento da acusada e atribuem ao ofendido maus costumes, notadamente o vício da embriaguez e o de gostar de gabar-se das mulheres alheias. A primeira testemunha informa ter ouvido da acusada que havia dado uma facada em Manuel Esperança, motivada por já anteriores raivas que mantinha contra ele, diante da conduta que há muito vinha ela vítima mantendo ilegalmente com a sua mana mais velha (Rosa). Duas testemunhas do sumário referem-se ao fato de gabar-se o ofendido de que já havia vencido as resistências de Rosa e que teria igualmente de vencer as de Joaquina.⁸³⁸

Um dos elementos que justificam a facada que Joaquina deu em Manoel Esperança era o fato de manter relação ilícita com sua irmã e de insinuar-se para ela. É um caso que demonstra que mulheres pobres também incorporaram a noção de honra e de defesa da honra. Importa destacar ainda que Rachel Soihet, ao estudar um conjunto de processos-crime no Rio de Janeiro, mostrou que dentre as mulheres desse segmento social o casamento era um valor.⁸³⁹

A citada fonte também permite identificar que em uma mesma família poderia haver aceitação e negação dos valores dominantes, como indicam as posturas de Joaquina e a de sua irmã Rosa.

As representações ambivalentes acerca das empregadas, das criadas e das *pipiras* e as ações por ela impulsionadas, por sua vez, fomentavam a dinâmica da prostituição. Essas mulheres eram estimuladas a se prostituírem, o que, de fato, muitas fizeram, fosse por estímulo, fosse por desejo e escolha.

O ideal de pureza feminina implicava a aceitação tácita e o estímulo por parte de famílias de condição mais elevada, para que seus filhos vivenciassem experiências sexuais com as empregadas e mulheres pobres em geral, preservando aquelas de sua condição social. Circulavam, portanto, investimentos, para que moças pobres se tornassem prostitutas.⁸⁴⁰ Isso, por sua vez, não incidia apenas sobre elas, pois também eram estimuladas as defloradas, as separadas e as viúvas jovens e pobres. No caso das viúvas e separadas, a ausência masculina era interpretada como possibilidade de acesso ao corpo feminino.

Como deflorar uma virgem era um ato que reforçava a masculinidade, solteiros⁸⁴¹ e casados exerciam a sedução, o poder e o prestígio para viver essa experiência fora dos laços do matrimônio. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, nascido em 1927, acentua que seu

⁸³⁸ APELAÇÃO Criminal da Comarca de Amarante. Diário Oficial, ano 6, 12 dez. 1936. Diário da Justiça, p. 7-8.

⁸³⁹ SOIHET, 2004, p.368

⁸⁴⁰ OLIVEIRA, Elias. Defloramento. *O Piauí*, Teresina, ano XXXII, n. 465, p. 2, 7 abr. 1921; CUNHA E SILVA. Pelos nossos subúrbios. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 371, p. 1, 24 jul. 1948.

⁸⁴¹ OLIVEIRA, Elias de. Defloramento. *O Piauí*, Teresina, ano XXXII, n. 465, p. 2, 7 abr. 1921.

pai Raimundo Leão Monteiro, não era dado a profissionais do sexo, um de seus gostos era *desencaminhar* moças.⁸⁴² Lembra José Elias Martins Area Leão, nascido em 1939, que,

Até a década de cinquenta por aí assim, o homem era um verdadeiro coronel, que dominava, que mandava, que tinha as meninazinhas que eles pegavam e faziam primeiro, depois passavam adiante ou mandavam para os cabarês.⁸⁴³

Através das sentenças de crime de defloração publicadas na imprensa, observo que a justiça, por sua vez, somente assegurava o casamento de reparação da honra, quando o acusado era solteiro, se a moça se enquadrasse no ideal de *moça direita*. Em fevereiro de 1921, por exemplo, a justiça impronunciou queixa contra José Cícero de Alencar, acusado de crime de defloração, porque julgou que a sedução não fora o impulso que levou a jovem a consentir a relação sexual. Os elementos que caracterizavam o crime de defloração eram a cópula completa ou incompleta, a condição de virgem, a menoridade e o consentimento através de sedução, fraude ou engano. Segundo o juiz Elias de Oliveira, no caso, os três primeiros requisitos estavam comprovados, quanto o quarto carecia de prova, pois

A ofendida, depondo que o acusado, que a namorava, na ocasião em que ela fora à Farmácia Cruz, onde o mesmo era empregado, este lhe ordenou que entrasse para o seu quarto de dormir e lá o esperasse. Ela acedeu. Em seguida, o acusado, dirigindo-se para onde ela o fora esperar, abraçou-a, beijando-a, e, deitando-a na rede, a deflorou, tendo prometido apenas alugá-lhe um quarto, aconselhando-a procurar um homem que a tomasse por amante.

Evidencia-se, daí, perfeitamente, que não houve sedução. A ofendida consentiu livremente que o acusado, com ela, tivesse relações sexuais.⁸⁴⁴

Socializando prazer e afirmando masculinidade, muitas vezes, o rapaz com quem a moça havia experienciado as primeiras relações sexuais, dava publicidade ao fato, tornando visível sua condição de deflorada. Quando não, os homens de sua família e de sua rede de relações o faziam, pois *colocar uma mulher na vida* era um ato que dotava o homem de prestígio, dentre os pares. E, expressá-lo, era uma forma de socializar o prazer.

A moça pobre deflorada, que não casava, passava a ser moça *perdida* e era alvo de constante assédio masculino. O. G. Rego de Carvalho, em *Somos todos inocentes*, através do personagem Pedrina inscreve essa característica da cultura do período. Quando os homens de

⁸⁴² MONTEIRO, C., 1993, v. 4, p.375.

⁸⁴³ LEÃO, 2008.

⁸⁴⁴ OLIVEIRA, Elias de. Defloração. *O Piauí*, Teresina, ano XXXII, n. 465, p. 2, 7 abr. 1921.

seu convívio social descobriram que Pedrina não era mais virgem e que estava grávida passaram a tratá-la como prostituta em potencial.

O bodegueiro, que há tempos a cortejava, sentiu-se com ciúmes e reclamou o débito. ‘Diga ao doutor que venha liquidar a conta. Não sustentarei mulher para os outros’. Nenzinho, que também a cobiçava, passou a segui-la, e até varou a cerca do quintal, uma noite dessas: ‘Deixa eu entrar, Pedrina. Só quero hoje; amanhã não te procuro mais’. O próprio Dendém, um garoto de treze anos em quem confiava, amiudou as aparições nas horas ermas, e tentou beijá-la quando ela ia para o banheiro, quase nua:
- Que é isso, Dendém!⁸⁴⁵

Mesmo aqueles que, em termos legais, eram considerados defensores da moral e dos bons costumes, poderiam assediá-las. Quando delegado de Trânsito e Costumes, em Teresina, no final dos anos 1940, A. Tito Filho rememora que amou muitas caboclas em casas de palha. Elas figuravam como vítimas em processos-crimes, nos quais seus pais ou responsáveis recorriam à justiça para que sua honra fosse reparada. Em suas palavras:

Nesse tempo as garotas já estavam sapecas, na classe alta, na classe média, como na classe chamada dos pobres. Nesta última havia constante desvirginamento, ou quebra de cabaço, da forma que se dizia na linguagem de esquina. Participei como delegado de exame nas três classes sociais; no todo 73 meninas, durante um ano, se deitaram na cama da delegacia, abriram as coxas e o médico Hugo Bastos olhava o negócio e atestava os rompimentos. Eu e o escrivão Matias Melo Filho assistíamos ao exame debaixo de muita perturbação de sentidos. Era bom, delicioso ver a coisa bem de perto. De modo geral as defloradas, no correr do inquérito, passavam pelo nosso crivo, meu e do Matias, que nós não éramos deste mundo. Não sei se Hugo Bastos também se metia na aventura de amor sem perigo de polícia. Ainda hoje me encontro com caboclas de cabelo branco e que amei em casebres de palha. Eu e outro perito na mesma safadeza [...].⁸⁴⁶

A queda feminina ocasionava festejo masculino, pois era mais uma mulher disponível no mercado das relações extraconjugais. Quando uma mulher caía, sua chegada nas zonas era muito festejada. Era mais um corpo circulando na fruição do prazer. Nessas ocasiões, a notícia espalhava-se pela cidade.

As meretrizes também estimulavam outras mulheres a ingressarem na dinâmica da prostituição. As proprietárias de prostíbulos tinham um papel importante, na medida em que buscavam renovar a oferta feminina em seus empreendimentos. Mesmo aquelas que não eram proprietárias incentivavam o ingresso, uma vez que a função de prostituta também era vista como gratificante e prazerosa.

⁸⁴⁵ CARVALHO, O., 2001, p.180.

⁸⁴⁶ TITO FILHO, A. Polícia. In: _____. *Crônicas*. Teresina: [s.n.], 1990. p. 40.

Soma-se a isso o impacto da prostituição no imaginário feminino. A prostituição exercia fascínio sobre muitas mulheres. Para algumas, a condição de prostituta era mais atraente e sedutora que a de casada ou amasiada. Maria Ambrósia da Silva, que foi prostituta em Teresina, nos anos 1950, por exemplo, na companhia de algumas amigas fugiu de casa aos 13 anos e ingressou virgem no meretrício, em Parnaíba. Em suas palavras:

Eu fui para o cabaré mocinha. Não sei nem com quem foi [risos]. Eu saí porque minha madrasta era muito ruim. Meu pai, minha mãe morreu, meu pai ficou viúvo, minha madrasta era ruim. Aí eu tirei meu time! [...] Moça pro cabaré, e não só eu como nós fomos... Eram bem umas três.⁸⁴⁷

O desejo e o gosto pela prostituição certamente marcaram muitas histórias de meretrizes. Gerusa Santos em sua entrevista a esse respeito enfatizou:

Eu fazia porque eu queria mesmo, né? Eu era danada. Eu era danada! Ave Maria! Danada que não valia um reboque [risos]. É tanto que o Garrincha me chamava a dama da noite, porque eu ficava com aqueles loucos pelo meio da rua, da rua São José para a rua Paissandu.⁸⁴⁸

Margareth Rago⁸⁴⁹, ao analisar os romances produzidos por mulheres acerca da prostituição, mostra que ela era percebida como uma possibilidade de fuga de uma sexualidade cada vez mais circunscrita ao universo conjugal. Possivelmente, essa percepção também fosse comum a meretrizes, em Teresina, no período estudado.

Maffesoli em *Os mistérios da conjunção* argumenta que a prostituição é “o mecanismo de circulação generalizada do sexo”. Nela ocorre a interação profunda entre indivíduos. É um espaço no qual o indivíduo se integra no coletivo, uma vez que a sexualidade é vivida nessa dimensão.⁸⁵⁰ Certamente, essa condição de corpo coletivo, público, exercera fascínio e sedução sobre mulheres que se tornaram meretrizes.

Sob o peso da contenção dos costumes e, ao mesmo tempo, da incorporação do exercício da sexualidade como elemento fundante na construção da identidade masculina hegemônica, configuravam-se práticas ambivalentes em relação ao corpo e à sexualidade feminina. Por um lado, o poder disciplinar incidia sobre corpos assegurando a manutenção da virgindade e a regulação da sexualidade através do casamento; por outro lado, práticas e discursos de mercado, jurídicos e afetivo-sexuais, bem como escolhas pessoais configuravam

⁸⁴⁷ SILVA, M., 1999.

⁸⁴⁸ SANTOS, G., 2005.

⁸⁴⁹ RAGO, 1991.

⁸⁵⁰ MAFFESOLI, 2005, p. 41.

a prostituta, que, por sua vez, era uma das condições de existência das virgens e das esposas castas.

O papel civilizador que exerciam, contudo, não era capaz de limitar a transgressão ao campo da prostituição. Ela espreitava a família e as mulheres que deveriam se sujeitar à condição de corpos de família. A prostituição, somada à disciplina que incidia sobre as moças, as estratégias de produção de ignorância, o saber restrito sobre o corpo e a sexualidade, a que fiz referência, não eram capazes de impedir que algumas *moças de família* dessem um *mau passo*, perdendo a virgindade fora do casamento e/ou engravidando. Do mesmo modo, não impediam que algumas casadas fossem infiéis aos seus maridos, conforme abordarei no quarto capítulo.

Através da documentação pesquisada e das narrativas ouvidas, surgiram referências a moças que se iniciaram sexualmente fora do casamento, que casaram grávidas, que fizeram abortos e de casadas adúlteras. Dentre algumas mulheres dos segmentos mais elevados, a sexualidade foi vivida para além da legitimidade. A incidência do poder disciplinar sobre os corpos, conforme argumenta Foucault, punha em circulação a relação poder/prazer.⁸⁵¹ Quanto maior o controle, a cobrança e a fiscalização, maior o prazer em burlar e enganar.

As representações de moça de família, bem como a de casada poderiam funcionar como manto protetor, permitindo burlar a norma e se representar dentro dela, na construção da imagem pública de si. Sob seus mantos, algumas mulheres puderam dar vazão a seus sentimentos, construindo trajetórias sexuais e afetivas fora das prédicas sociais. Através da imagem de mulheres respeitáveis, algumas poucas mulheres pertencentes a importantes famílias puderam se singularizar,⁸⁵² no que diz respeito aos valores dominantes relativos ao corpo e à sexualidade, na medida em que puderam experimentar o amor e sexualidade fora dos laços conjugais.

O casamento era uma instituição que, em alguns casos, legitimava amores e frutos ilícitos, uma vez que no contexto em estudo a paternidade era presumida. Uma vez convivendo com o marido, os filhos e filhas da casada eram filhos do esposo.

⁸⁵¹ FOUCAULT, 1988.

⁸⁵² GUATARRI; ROLNIK, 1986.

4 DO SONHO DE AMOR À INFELICIDADE

A vida da gente se resumia ao romantismo, ao sentimentalismo. [...] Todo mundo era muito romântico. Você tinha um namorado... Eu tinha mesmo uma amiga, ela tinha um namorado, ele foi estudar em um estado, não me lembro qual foi, se foi no Pará? E ela passou dez anos esperando por ele. Só fazendo carta, só fazendo carta. Só se comunicavam por carta, quando ele voltou, casou e foram muito felizes. Muito felizes mesmo. E era muito feliz, ela não ia a baile, ela não frequentava. Isso era comum. Não era caso isolado, era comum. Toda moça fazia isso. Dava muito valor ao romantismo, à paixão, ao amor, a essa coisa.⁸⁵³

O amor romântico enquanto valor e o enredamento entre amor e casamento, a que Yara Vilarinho faz referência, era fruto da cultura, na qual a entrevistada foi formada. Através de brincadeiras, da prosa, da poesia, do cinema, da música, de revistas femininas e de discursos e práticas católicas, veiculavam-se representações desse amor, que o conformavam. Nas sociabilidades, no lazer e na religiosidade circulavam formas de significá-lo, que o transformavam em um ideal.

O amor romântico envolveu de forma crescente a espera feminina pelo matrimônio, bem como possibilitou o delineamento de uma história compartilhada, que enlaçava os enamorados. Segundo Anthony Giddens, “o amor romântico é um jogo contra o futuro, uma orientação para o controle do tempo futuro por parte das mulheres”.⁸⁵⁴ A conclusão do autor aplica-se à conjuntura em estudo, uma vez que esse amor, incorporado por muitas mulheres, as levou a projetar a realização afetiva no casamento, para o qual se sentiram impulsionadas.

⁸⁵³ OLIVEIRA, Yara Maria de Sousa Vilarinho. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

⁸⁵⁴ GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993. p. 67.

É, pois, acerca da relação entre amor e casamento e como esta delineava a casada, que trata este capítulo. Primeiramente, busco, através da análise da poesia de Benedito Martins Napoleão do Rego,⁸⁵⁵ enfatizar representações e formas de sentir o amor romântico. Em seguida, viso demonstrar como esse amor se integrou ao processo de formação de casais, bem como ressaltar conflitos e tensões em torno das escolhas afetivas e matrimoniais femininas e masculinas. Constituem, igualmente, os objetivos deste capítulo, indicar possibilidades de ascensão social através do casamento, o matrimônio enquanto obrigação feminina, os conflitos e a sexualidade conjugais.

4.1 FORMAS DE SENTIR

Importante papel exerceu a literatura na difusão do amor romântico. O romance e a poesia constituíram, no Ocidente, canais, através dos quais o amor romântico foi veiculado.⁸⁵⁶ Em Teresina, no período em estudo, a leitura de romances, de poesia e de periódicos era um dos meios que punha em circulação representações desse amor.

Nas três primeiras décadas do século XX, o negócio do livro compunha-se de edições particulares, de autores do Estado e da venda de livros didáticos e obras literárias nacionais e estrangeiras, notadamente de escritores portugueses. Somando-se ao comércio livreiro, a imprensa era mediadora da leitura, uma vez que colaborava na difusão da produção literária local, bem como incentivava os leitores e leitoras a adquirir e ler as obras recém-chegadas, no Estado.⁸⁵⁷

Através de agentes ou firmas comerciais instaladas em Teresina, o público leitor também tinha acesso a periódicos publicados em outros lugares, sobretudo, no Rio de Janeiro. Em 1916, *O malho*, *Fon-Fon*, *Careta*, *Seleta*, *Tico-Tico*, *Guerra Européia* e *Rainha da Moda* eram ofertadas através do *Correio de Teresina*.⁸⁵⁸ No início dos anos 1920, Corina Cunha,

⁸⁵⁵ Benedito Martins Napoleão do Rego – Martins Napoleão – nasceu na cidade de União, em 1903, falecendo, no Rio de Janeiro, em 1992. Bacharel em Direito, foi professor, poeta, ensaísta, crítico literário e jurista. Exerceu os cargos de secretário de educação, de interventor federal e de consultor jurídico do Banco do Brasil. Ver GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003. p. 328; 1970 – MARTINS Napoleão. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v. 1, edição especial, p. 19-23, 1974.

⁸⁵⁶ ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o ocidente*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

⁸⁵⁷ MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense: horizontes de leitura e crítica literária: (1900-1930)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

⁸⁵⁸ *Ibid.*, p. 112-113.

esposa de Higino Cunha, representava a *Revista Feminina*, em Teresina. Nesses anos, moças e rapazes eram ainda leitores do *Jornal das Moças*. Nos anos 1930, *O Cruzeiro* e *Vida Doméstica* eram, também, leituras correntes, na cidade.

Algumas mães de entrevistados nascidos nos anos 1920 e 1930 foram leitoras de romances. Raimundo Nonato Monteiro de Santana⁸⁵⁹ acentua que sua mãe leu todos os bons romancistas de sua época. Célis Portela, por sua vez, lembra que a sua era muito romântica e fruía muito prazer na leitura de romances, acerca dos quais constantemente estabelecia comentários.⁸⁶⁰

Maria Teresa Santos Cunha, em *Armadilhas da sedução*, ao estudar os romances de M. Delly, supõe que, dado o encantamento que despertaram, os romances tiveram um papel importante na educação das mulheres de classe média urbana, entre as décadas de 1930 e 1960, propiciando o “desenvolvimento da sensibilidade e do imaginário românticos”.⁸⁶¹ Segundo a autora, nesses romances, “as estórias narradas privilegiavam o amor como sentimento todo poderoso, capaz de vencer barreiras e fazer a heroína, em geral órfã ou ‘enjeitada’, casar com o herói, aristocrata e rico”.⁸⁶²

Em Teresina, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, contexto em que o universo de leitoras havia se expandido, graças à expansão da escolarização feminina, parte das jovens das camadas mais elevadas era leitora de M. Delly. Yara Vilarinho, por exemplo, leu toda a coleção. Alguns desses romances eram, inclusive, permitidos no Colégio das Irmãs, quando não considerados muitos ousados pelas freiras. Muitas moças também foram leitoras dos periódicos *Jornal das Moças*, *Vida Doméstica* e *Grande Hotel*, que incorporaram o amor romântico enquanto produto, especialmente *Grande Hotel*, primeira fotonovela publicada no país.

Um valor na sociedade em estudo, o amor romântico fora uma das principais fontes da escrita poética. Benedito Martins Napoleão do Rego, poeta nascido em 1903, ao longo de sua obra, publicada entre os anos 1920 e 1970,⁸⁶³ abordou recorrentemente o tema. Em seus

⁸⁵⁹ SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

⁸⁶⁰ NUNES, Célis Portela. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2002.

⁸⁶¹ CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 126

⁸⁶² *Ibid.*, p. 35.

⁸⁶³ Sua obra poética foi reunida em *Cancioneiro Geral I e II*. Integram os volumes as seguintes obras: *Copa de ébano* (1927); *Poemas ocultos* (1930); *Poemas da terra selvagem* (1940); *Caminhos da vida e da morte* (1941); *Poemas humanos e divinos* (1942); *O prisioneiro do mundo* (1943); *Opus 7* (1953); *O oleiro cego* (1956); *Tema, coral e fuga* (1966) e *A casa inacabada* (1981). Ver REGO, Benedito Martins Napoleão do. *Cancioneiro geral: 1920-1976*. [Teresina: COMEPI, 1981]. v. 1; REGO, Benedito Martins Napoleão do. *Cancioneiro geral II 1920-1976*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2003. v.2.

versos, o amor é representado como valor, ascese e sentimento onipotente, que une e funde os amantes.

Em sua poesia, Martins Napoleão, como era conhecido, elaborou uma leitura da alma de seu tempo. Através de sua poética, é possível situar representações do amor romântico e formas de sentir que permearam as sensibilidades nas décadas de 1920, 1930 e 1940, período em que o poeta residiu em Teresina.⁸⁶⁴

Na poesia publicada, nesse período, o poeta inscreveu no campo da linguagem sensações e sentimentos despertados pelo amor, especialmente a dor e o sofrimento. Em Saudade, expressou:

É toda de lágrimas esta elegia de amor,
porque somente a lágrima alivia a dor.

É feita de lágrimas, toda embebida de pranto,
esta elegia que eu não sei se choro ou canto.

Lividamente, a noite cai por sobre a natureza,
como um rosto infeliz, curvo sobre a tristeza.

Distante, além das nuvens, longe, além da vida,
sinto que vive alguém. Sinto-lhe a alma querida

no infinito, vagando sozinha, à procura de alguém,
- à procura de alguém, sem encontrar ninguém...

Pálida chama, ainda guardando a forma corporal,
tendo-lhe ainda o esplendor, sem já lhe ter o mal,

no meio da alegria lírica do Paraíso,
não lhe ilumina o rosto a aurora de um sorriso...

Ela sente, por certo, saudade da terra distante,
pois me quis muito mais do que Beatriz a Dante.

Porque ainda sou poeira, porque ainda esplendo,
alma pura, alma livre, em êxtase ascendendo,

eu não posso fundir-me, como numa outra flama,
na unidade do Amor, com esta alma que me ama.

E é por isso de lágrimas esta elegia de amor,
porque somente a lágrima alivia a dor...⁸⁶⁵

⁸⁶⁴ O poeta deixou Teresina, em 1946, quando passou a residir no Rio de Janeiro.

⁸⁶⁵ REGO, B., [1981], v.1, p. 17.

Martins Napoleão, percebendo o amor como fusão de duas almas, registrou, em 1927, nesta elegia, a tristeza causada pela ausência e pela saudade do ser amado, bem como a dor da alma amante, diante da impossibilidade de se unir à amada. Ele remete ao amor vivido como dor e sofrimento. A ênfase nessa forma de experienciar o amor é recorrente em sua poesia, pois, para o poeta, amor e sofrimento andam juntos. Amar implicava sofrer.

Em sua poética, plurais eram os sofrimentos transformados em palavras. A morte da amada⁸⁶⁶, sua ausência/indiferença, o desengano, o desencontro, o não cumprimento da promessa de formação do par, sua desintegração, o sonho e o amor perdidos faziam aflorar o sofrimento e a dor.

No poema *Nessun maggior dolore*, a dor maior era aquela que o invadia o amante, ao lembrar-se do sonho morto e do amor perdido.

A dor maior não é de certo, Dante,
de recordar os tempos mais felizes
nos dias de miséria lancinante,
como, poeta doloroso, dizes.

Ainda é felicidade a desse instante
que lembra frutos onde há só raízes.
No coração e na alma soluçante
há muito mais profundas cicatrizes.

Porque a lembrança da aventura antiga,
quando ressuscitada na saudade,
é ferida que um bálsamo mitiga.

Poeta, se queres o maior gemido,
a dor que não tiveste e que me invade,
lembrem-te o sonho morto e o amor perdido.⁸⁶⁷

Em sua poesia, Martins Napoleão, através de palavras-sentimentos torna visível o vazio, a angústia, o peso, o aniquilamento, o abalar do coração, suas cicatrizes e feridas, o dilaceramento e a sensação de morte que atravessavam o enamorado, ao perder a amada ou ao se deparar com a quebra de um laço que sonhava eterno. Ele expressou a ferida aberta na alma do amante, diante da morte da amada, das promessas e das expectativas de dias felizes. Inscrevendo, assim, a irrupção de noites densas, marcadas por tristeza, melancolia, tormento, sufocação e estilhaçamento íntimo.

⁸⁶⁶ REGO, B., 2003, v.2, p. 172; 260.

⁸⁶⁷ REGO, B., [1981], v.1, p. 65.

Em *Capitulação*, publicado em 1942, Martins Napoleão, ao confessar em versos um amor vivido como lembrança, expressava a dor de não tê-lo realizado.

Eu entrego a minha alma ao teu suplício,
como os antigos mártires e santos
se entregavam a Deus no sacrifício.

Miseras dores, convulsivos prantos,
angústia de soluços abafados,
sonhos ocultos, lânguidos quebrantos,

escuta agora. São meus próprios brados,
meus gritos abafados noutros gritos,
tão fundamentalmente no íntimo guardados.

Ouve-me agora; escuta-os, infinitos
como não há no coração dos poetas,
nem nos clamores de selvagens ritos.

Recolhe as minhas lágrimas secretas,
hoje que reconheces o teu erro
e pelo amor perdido em vão te inquietas.

Sofri demais neste árido desterro,
Exílio de tua alma iluminada,
em chão de sangue e pranto, chama a ferro.

Inutilmente te buscava em cada
coisa: no céu, na terra, longos dias,
e até na claridade da alvorada.

Como se não soubesse que vivias
dentro de mim, no coração, bem junto,
misturada com as minhas agonias...

- Ouve, por Deus! Amo-te muito, muito.⁸⁶⁸

O poeta mostrava que o presente saturava-se de passado, uma vez que a dimensão afetiva da memória⁸⁶⁹ fazia transbordar as sensações de tempos idos, no presente vivido. Lembrava o poeta que, perdido o amor, restavam lembrança e amargura. Em *Eclesiastes*, poema de 1941, a esse respeito, versava:

[...]
Uma mulher, porém, que cruzou meu caminho,
nunca pude esquecer...

⁸⁶⁸ REGO, B., [1981], v.1, p. 202.

⁸⁶⁹ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004. p.37-58.

Pior que os vinhos
e a fascinação das pedras e das rosas,
ela derramou no meu coração
a amargura de séculos de séculos.⁸⁷⁰

A permanência do amor na lembrança e os sentimentos e as sensações que essa forma de vida fazia aflorar, em momentos de emergência da memória involuntária, foram transformados em poesia. Em *Diante de uma rosa murcha*, de 1942, lê-se:

Que me podes dizer, se tudo o que me dizes
no teu perfume antigo, e tudo o que me trazes
hoje à lembrança, abrindo velhas cicatrizes,
são farrapos de sonho e agonias de frases?

Que me podes dizer de tudo quanto ouviste,
na sua intimidade amorosa, senão
que o mundo é mau, o amor é louco, a vida é triste,
e a angústia universal cabe num coração?

Se eu pudesse saber que Ela me sente perto,
no silêncio da noite em que a febre a consume,
e em que sua alma, tal uma flor no deserto,
se despeta, enchendo de perfume...

Se eu pudesse saber que uma lágrima sua,
vinda do coração para os olhos cansados,
uma lágrima só, como um raio de lua,
torna os seus olhos de repente iluminados...

Se eu pudesse saber... Mas, afinal, que importa
que o sol morrendo doire uma terra vazia,
se não ressurgue nunca uma esperança morta,
só porque a toque a asa de luz da fantasia?...⁸⁷¹

Esse amor-memória, elevando-se do passado, novamente, poderia preencher o presente.
É o que revelava o poeta, em *Ressurreição*, em 1941:

Onde só pensamentos te acharão,
em terra estranha, sob céu incerto,
não te podia imaginar tão perto
de mim, tão dentro do meu coração.

Vejo-te, em sonho... Com certeza são,
estes, teus olhos, sob que desperto
como ao riso do sol no céu aberto.

⁸⁷⁰ REGO, B., [1981], v. 1, p.130.

⁸⁷¹ *Ibid.*, p.199.

E, ai! não me digam que este sonho é vão!

Depois de tantos e tão longos anos,
e sobejas razões de esquecimento
que fazem de esperanças desenganos,

sinto, afinal, que te amo como outrora,
com o amor misturado a sofrimento,
que é o amor que fica pela vida a fora.⁸⁷²

No amor “se cristaliza[va] o universo na dor”.⁸⁷³ Assim, Martins Napoleão sintetizava o amálgama amor/sofrimento, em *Sonho e sombra*. Adensando as relações entre esses sentimentos-sensações, no poema *Camonianos*, o poeta acentuava que o amor, temeroso divo, infligia com tal intensidade sofrimento, que matava as poucos quem o resistisse.

V

Se a mim me perguntares por que vivo,
direi que vivo porque Amor o quer:
Que ele, porque tem alma de mulher,
não se contenta em nos ter cativo

Embora todo sofrimento ativo
do espírito infeliz onde estiver,
nada demove o temeroso divo,
que mores penas pede, se o puder!

E pois que de esses modos Amor usa,
que sendo amigo faz como inimigo,
e onde um dardo atirou, mais dardos cruza

para, aos poucos, matar quem o suporte
não vos espante de tratar comigo
de tal maneira que me adie a morte.⁸⁷⁴

Em *Norturno II*, sensível à densidade da experiência amorosa, Martins Napoleão situava no campo da linguagem a combinação tristeza/alegria, a idealização, o sonho e a fantasia que permeavam o mundo daqueles que amavam.

A dor, mais forte do que a morte, eleva,
através dos espaços, a minh'alma,
tácito fumo branco em meio à treva.

Tonta do sol do mundo, no alto espalma,
como um pássaro, as asas e procura,
dentro da noite, a solidão e a calma.

⁸⁷² REGO, B., [1981], v.1, p. 200.

⁸⁷³ Ibid., p. 78.

⁸⁷⁴ Ibid., p. 81.

Longe da humana pobre criatura,
ela procura a sua semelhança
na imensidade da distância escura.

O amor a guia, como uma criança
guiando um cego, o amor, lágrima e riso,
que é só na terra quem o céu alcança.

No fundo dos espaços, de improviso,
sobre um trono de nuvens fulgurante,
iluminada pelo seu sorriso,

como se fosse Beatriz de Dante,
surge à minh'alma a aparição d'Aquela
por quem subira ao páramo distante,

como, através do mar, lenho de vela.
Minh'alma, então, perdeu toda tristeza
diante daquela criatura bela,

a quem de súbito se tornou presa,
formando um corpo só, tal era o amor!
Naquele mudo instante de beleza,

naquele instante desesperador,
porque o sonho aguardava a realidade,

choramos juntos, diante do Senhor,
uma lágrima de felicidade.⁸⁷⁵

Nessa representação do amor, o poeta unia sensualidade e ternura, corpo e alma, santificando o encontro das almas em um só corpo, ao situá-las diante do Senhor. O poeta expressava a fugacidade do momento feliz e o inscrevia como desesperador, por se encontrar na iminência de a realidade substituir o sonho que envolvia os amantes e os possibilitava experimentar, na terra, o que só alcançariam no céu. Assim tornando convergentes o humano e o divino.

Ao transformar sensações e sentimentos em palavras, Martins Napoleão permite indicar o papel do sonho e da fantasia na vivência do amor. É tal a importância que o poeta o significou como uma bênção vital.⁸⁷⁶

Quando as sombras me apagarem,
e a treva encher meus olhos,
não fui em que morri:
Foram meus sonhos que se acabaram.⁸⁷⁷

⁸⁷⁵ REGO, B., [1981], v.1, p. 18.

⁸⁷⁶ Ibid., p.195.

Em *Eterna canção*, poema que integra a obra *Copa de ébano*, publicada em 1927, a idealização, a fantasia e a expectativa eram o que mantinham o poeta preso a um sonho de mulher. A amada, mulher que o poeta desconhecia e passava ao longe, era envolvida por suas projeções e promessas, despertando-lhe tristeza, sofrimento, ansiedade e doçura.

Tenho um mistério n'alma e em segredo na vida,
tal na história imortal do soneto de Arvers.
Numa grande paixão, triste e desiludida,
como ele eu vivo preso a um sonho de mulher.

Passa, longe de mim, vaga e desconhecida.
E eu tenho tanta coisa a dizer-lhe, se vier...
Mas penso que não sabe ou, como Margarida,
Indiferentemente esfolha um mal-me-quer.

Escondo no silêncio a glória do seu nome
e na renúncia extingo o amor, qual se não fosse
uma chama fatal que dentro me consome.

Busco, para esquecê-lo, uma angústia maior,
como se não soubesse, afinal, quanto é doce,
e quanto amargaria esquecê-lo, Senhor!⁸⁷⁸

Em *Mors-amor*, um de seus *Poemas ocultos*, de 1930, Martins Napoleão confessou que, através do olhar da amada, sentia-se em outros mundos, aqueles dos amantes, nos quais experienciava um pouco do paraíso perdido. Sonhos e fantasias eram os meios que o transportavam a esses mundos-paraísos.

Sinto-me às vezes noutros mundos, diante
do teu olhar, em que afinal diviso
um pouco do perdido paraíso.
E apenas ao milagre desse instante,

reúno a beleza do universo errante,
mundos de pedra que materializo
sob o poder mortal do teu sorriso
que me governa como um deus distante.

Sinto-me em novas terras ideais,
como numa ascensão, transfigurado
por essa luz interior em que aís,
e sonhos, e esperanças, num transporte,
e o amor, num canto, e as almas, num noivado,

⁸⁷⁷ Ibid., p. 171.

⁸⁷⁸ REGO, B., [1981], v.1, p. 72.

se uniram para a vida e para a morte.⁸⁷⁹

Na expressão das sensações e sentimentos que atravessavam o amante, além de mostrar a ação do sonho, da esperança e da fantasia na elaboração de mundos específicos dos enamorados, o poeta remete para a vivência do amor como prática antissocial. Isto porque indica que os amantes criavam mundos para si, em que a interação ocorria, apenas, na relação entre Um e Outro e em que Um desejava transformar-se no Outro, através da união das almas no corpo. Afastando-se, assim, do âmbito das relações sociais. O poeta também expressava a dimensão relacional do sentimento amoroso, uma vez que era no encontro do amante e da amada, sob seu poder, que o amante poderia divisar um universo de delícias.

Na poesia de Martins Napoleão, a amada possuía múltiplos atributos e poderes, exercidos sobre o amante. Ela era senhora, mulher que poderia ressignificar a percepção de mundo, a sensibilidade e os sentimentos daquele que a amava. Era aquela que poderia transportá-lo para um mundo aprazível, de vitalidade, de conforto, de beleza e de gozo e, assim, o tornava cativo. Ela era um ser único, singular. Em *Balada de um olhar inigualável*, eis o que confessou o poeta:

Digam-me embora que o universo é cheio
de maravilhas sobrenaturais,
Digam-me embora, digam! que eu não creio
e, ante os seus olhos, não creerei jamais!
Inutilmente pelo céu brilhais,
estrelas mortas! nem a luz do luar
é, na glória das noites tropicais,
profunda e bela como o seu olhar.

Cintile, embora, pela terra, o veio
d'água, partido em feixes de cristais.
Pode a terra trazer, do ignoto seio,
toda a fulguração dos minerais –
pedras que finjam verdadeiros ais
de sombra, em luz a se cristalizar...
Brilhem embora: não há nada mais
profundo e belo do que o seu olhar.

Voem as almas, num supremo anseio,
acima das esferas siderais.
Desçam, depois, aqui, que não receio
haja outra luz de brilhos imortais
que aclare tanto, que ilumine mais:
não é sequer a lâmpada do altar,
nem um farol, em meio aos temporais,
profundo e belo como o seu olhar.

⁸⁷⁹ Ibid., p. 74.

Oferenda:

Esta balada, trêmulo, receio
 não seja digna de vos ofertar:
 não vejo nada, desta vida em meio,
 profundo e belo como o vosso olhar.⁸⁸⁰

A amada também tinha o poder de infligir dor, angústia, ansiedade, tristeza, ódio e a sensação de morte. Esse despertar de sentimentos e sensações ambivalentes foi expresso no início dos anos 1950, em “Odi et Amo”.

Aqueles negros olhos com que Amor,
 contraditório ser, me tem cativo,
 aquelas doces noites, por quem vivo,
 como podem causar tamanha dor?

Nem sei que estranho frio, ou que calor,
 têm, que me fazem morte e redivivo,
 mágoa que mesmo em si traz lenitivo
 e vem do que não sei se é graça, ou horror.
 [...] ⁸⁸¹

Ao desvelar cartografia de afetos que fluía do amor, o poeta a exprimia, incorporando elementos do imaginário religioso. Em sua leitura da vida amorosa, a fusão dos corpos era experienciar na terra o que pertencia ao céu. Os mundos dos amantes eram percebidos como fragmento do paraíso e o instante-vivência em que o amante ingressava nesses mundos, milagre, através do qual o amante captava o sublime. A irrupção de um amor latente na lembrança, por sua vez, era significado como ressurreição. Essa forma de traduzir vivências afetivas era também explicitada, no seguinte poema, em que, ao destacar os efeitos do amor, o poeta punha em evidência o seu poder criador e sua capacidade de alterar a percepção do mundo e a relação do amante com a vida.

O amor
 Beije a vida e fui divino, amando,
 (A terra, cheia de homens imortais,
 quando se ama, rebenta em roseirais,
 o próprio firmamento iluminando...)

No espaço, como um cântico, me expando,
 sem saber exclamar o dó dos ais,
 desconhecendo as maldições fatais
 e a angústia do soluço miserando.

⁸⁸⁰ REGO, B., [1981], v.1, p. 75.

⁸⁸¹ REGO, B., 2003, v.2, p. 263.

Sou mais fecundo do que a terra é rica:
da minh'alma, que é árvore ilusória,
pendem os sonhos em pesada carga.

Mordo os frutos da Vida. E só me fica do
Amor um travo... O Amor, irmão da glória,
é como o louro, cuja folha amarga.⁸⁸²

A vida, a alegria, o contentamento, o desconhecimento da dor, da angústia e da maldição e, contraditoriamente, a amargura, brotam do amor, nessa lira. Nela o poeta indica transformações nas formas de sentir e perceber o amor, no decorrer da experiência amorosa, pois o sentimento que, no momento de sementeira, o tornou divino, expandido e fecundo, quando dos frutos, deixou-lhe apenas um travo. Atravessado por (des) encantos experienciados e/ou captados, a partir da vivência de homens e das mulheres de seu tempo, Martins Napoleão inscreveu, assim, a sujeição do amor à passagem do tempo.

Plurais eram as modalidades de amor escrituradas pelo poeta. Expressando as possibilidades do amor, ele o nominava feliz, infeliz, ideal, realizado, sonhado, perdido e verdadeiro. Em *Cantiga inacabada* emergiam o feliz e o infeliz:

Riso de luz na tormenta,
o amor feliz é como a vaga
que beija a praia, e se ausenta.
Mas o infeliz, aberto em chaga,
é uma chama sanguinolenta
que só a lágrima apaga.⁸⁸³

No poema, Martins Napoleão colocava em destaque a ambivalência do amor, ao situá-lo entre contrários. Luz e sombra, contentamento e tristeza, vida e morte eram também oposições que tornavam visíveis essa característica do amor, no seu poetar.⁸⁸⁴

O amor era significado na poesia de Martins Napoleão como sentimento poderoso, que capturava, subjugava e aprisionava aquele que amava, que o devorava, abrasava e poderia matar.⁸⁸⁵ Também era uma força onipotente que transformava o outono da existência em primavera, remoçando aquele que amava, ao inundá-lo de vitalidade e alegria. Em *Cântico dos cânticos*, expressava o poeta:

Só o amor, afinal, maior que o mundo,

⁸⁸² REGO, B., [1981], v.1, p. 40.

⁸⁸³ Ibid., p.71.

⁸⁸⁴ Ibid., p.77; 81.

⁸⁸⁵ Ibid., p. 78; 172.

obra milagres, porque pode tudo.
E eis por que, vindo o outono, ainda me iludo,
e ainda de estranhas músicas me inundo.

Sobe-me da alma um cântico profundo,
floração imprevista em chão desnudo.
Amor! Amor! ao teu chamado acudo
e remoço ao teu hálito fecundo!

Meu coração, de súbito, rebenta
em rosas vivas que se beijam, numa
sem-cerimônia de paixão violenta.

E brotam rimas, numa ronda louca,
à terra, ao céu, ao sol, à vida, em suma,
num revôo de pétalas, da boca.⁸⁸⁶

O amor era ainda sacrifício que modelava a alma, que a conformava e apurava o espírito:

III
Senhora minha, Amor é sacrifício
de renúncia, em que o espírito se apura.
Ponde reparo vós que em tal ofício
a alma se afina como a pedra dura.

Durma a estátua no mármore propício,
oculta em véus de pedra a forma pura:
Logo, porém, do bloco, no suplicio
do camartelo, o artífice a escultura.

Faz de tal sorte Amor, Senhora minha,
com as nossas almas, que desbasta, ao jeito
da idéia que o escultor pensada tinha.

Toma nas mãos o espírito mais forte,
e do coitado, às chamas de que é feito,
faz o que quer, bem que nos dê a morte.⁸⁸⁷

Martins Napoleão divinizava o amor. Inscreve-o como sentimento eterno, capaz de superar a morte. Em sua poesia o humano e o divino confluem. O amor pertencendo à alma e esta, ação do Criador, sobreviveria à morte do corpo.

[...]
Todo o rigor do teu poder suporte,
mas clamo, em pranto sobre o objeto amado,
que o amor não morre neste corpo morto.

⁸⁸⁶ REGO, B., [1981], v.1, p. 198.

⁸⁸⁷ Ibid., p.80.

Pois que és tu próprio da alma o criador,
e o amor é da alma, Pai, fica lembrando
que, morto o corpo, sobrevive o amor.⁸⁸⁸

Em *Último soneto*, o poeta indicava que a percepção do amor como imortal permitia que o sentimento fosse vivido como esperança, ao projetar para o futuro/além a concretização da felicidade prometida. Incorporando a crença de uma vida após a morte, o poeta transformava a falta do objeto amado em esperança de encontro e de felicidade eterna.

O verdadeiro amor não morre nunca.
E é por isso que eu vivo na esperança
de unir-me a ti na imensidão profunda,
como uma chama dentro de outra chama.

Longe do sonho desta vida, juntas,
deixando a sua vestimenta humana,
as nossas almas, transformadas numa,
passarão das estrelas lacrimantes

e, insensíveis à dor universal
que soluça no eterno movimento
dos astros, esquecidas do Passado,

poderão ser felizes para sempre.
Porque não pode ser que a vida acabe,⁸⁸⁹
e seja a vida o sonho de um momento.⁸⁸⁹

O poema também indica que, se uma vida poderia compor-se de muitos amores, somente o verdadeiro era promessa de superação da finitude e de vivência da felicidade eterna. Nessa forma de significar o amor, o poeta o idealizava, tornando-o um bem que possibilitaria lidar e superar a condição mortal.

Martins Napoleão se definia como neoclássico – “um clássico renovado e em permanente renovação: romântico no fundo e clássico na forma”.⁸⁹⁰ Em sua perspectiva, a função da poesia era inscrever no campo da linguagem as ondas de afeto que permeavam a interioridade do sujeito, transformando sentimentos e sensações em palavras. Para ele, o poeta era prisioneiro do mundo, um ser sensível que sentia a vida, suas tensões, angústias, alegrias e sofrimentos e os transformava em poesia, cuja função era confortar aqueles e aquelas que sofriam.

⁸⁸⁸ REGO, B., 2003, p. 199.

⁸⁸⁹ REGO, B., [1981], v.1, p. 172.

⁸⁹⁰ REGO, Benedito Martins Napoleão do, 1975 apud MORAES, Herculano. *Visão história da literatura piauiense*. 4. ed. Teresina: COMEPI, 1997. Tomo II. p. 80.

Martins Napoleão expressava formas de significar o amor romântico sedimentadas na cultura ocidental. As representações do amor como força onipotente, mais forte que o sujeito do amor e que o captura e aprisiona; a idealização do amor e da amada, o amor compreendido como complexo de sentimentos nos quais se inserem a dor, o sofrimento, a angústia diante da ausência e da perda da amada são formas de significar o amor romântico, características da cultura ocidental, conforme destaca Jurandir Freire Costa.⁸⁹¹ Isso indica a importância da literatura na expressão e conformação do amor.

Na transformação de sentimentos em palavras, Martins Napoleão empreendeu uma leitura de sua alma e de seu tempo, no qual sorveu formas de dizer e sentir de poetas que atingiram sua sensibilidade. A esse respeito em estudo sobre a trajetória de Martins Napoleão, Luis Mendes Ribeiro Gonçalves destaca:

[...] quando as primeiras expressões de sedução feminina sorriem ao adolescente, dá-se-lhe o encontro com os sonetos de amor de Petrarca, alvoroçando-lhe a alma em frêmitos jamais experimentados. Procura penetrar o verdadeiro sentido de tais versos, recolher-lhes a radiação, ouvir-lhes a musicalidade. E verifica que a própria alma, radiosa e florida, também desabotoa em poemas. Desde então, aos impulsos do coração em efusão ou sob angústia, arrebatado ou súplice, nunca deixou de ser-lhe a existência uma eclosão de poesia magnífica.⁸⁹²

Na época em que descobrira Petrarca, então estudante do curso secundário, em Belém, o adolescente Martins Napoleão também se tornou leitor apaixonado de Dante, seu mestre maior, na avaliação de Luis Mendes Ribeiro Gonçalves. Ainda na seara italiana, Martins leu com ardor Guido Cavalcanti, Leopardi, Stecchotti, Giovanni Pascoli, D'Annunzio, Pavese e Giovanni Papini, dentre outros.⁸⁹³

Em Belém, Martins Napoleão integrou uma rede de sociabilidades composta de jovens cultores da literatura. Ele e seus amigos acompanhavam o estudo do inglês com a leitura e tradução dos grandes poetas dessa língua. Contemplou, então, Shakespeare e no dizer de Luis Mendes Ribeiro Gonçalves, enterneceu-se “diante das vozes moduladas de Wordsworth, William Blake, Keats, Shelley, do americano T. S. Eliot, do negro contemporâneo Langston Hughes”. Sua predileção recaía ainda sobre Dante Gabriel Rossetti e sua legenda do amor.⁸⁹⁴

⁸⁹¹ COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude, nem favor: estudos sobre o amor romântico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

⁸⁹² GONÇALVES, Luis Mendes Ribeiro. Prefácio. In: REGO, Tasso Forte do. *Varões ilustres*. 2. ed. Teresina: COMEPI, 1983. p. 44.

⁸⁹³ *Ibid.*, p. 44.

⁸⁹⁴ *Ibid.*, p. 47.

Em carta datada de abril de 1975, Martins Napoleão destacava que era possível encontrar influência de Byron em seus versos e que talvez devesse a Keats e a Shelley um pouco da difusa melancolia presente em sua poesia. Acrescenta ainda que

Se constitui influência o deixar-me contaminar pela arte e pela beleza expressa por outrem, tenho dívidas para com todos os antigos e modernos que leio apaixonadamente. A Dante (o Alighiere), por exemplo, não lhe sendo nem mesmo discípulo remoto, colhi muito do meu estilo [...].⁸⁹⁵

Tanto em Byron quanto em Martins Napoleão, o amor era percebido como impulso vital à poesia. Byron o definia como a poesia da vida, enquanto Martins Napoleão repetiu várias vezes que deu em amor para receber em poemas. Contudo, esses poetas veiculavam visão divergente quanto à duração do amor. Em Byron o amor era um sentimento evanescente, fadado ao fim, como destaca Peter Gay⁸⁹⁶; em Napoleão, o amor era um sentimento que permanecia, conservando-se pela vida a fora. O que se esvaía era a felicidade, pois o amor que permanecia era amor misturado a sofrimento.

Peter Gay, estudando a contribuição dos românticos alemães, ingleses e franceses, dentre os quais, Shelley, Byron e Keats, na formação do individualismo emocional burguês durante o século XIX, demonstra que os românticos, embora não tenham instituído um movimento, criaram uma atmosfera fundante ao desenvolvimento da interioridade. A despeito da diversidade que os separava, os românticos emitiam uma mensagem singular: “a obsessão com a profundidade dos sentimentos”.⁸⁹⁷ Na música, na pintura ou na literatura, uma experiência comum que os envolvia era o ato de se voltar para o interior da alma, acrescenta o autor.⁸⁹⁸

Mergulhado nessa cultura da interioridade e embebido em sensações e sentimentos íntimos, Martins Napoleão, assim como os românticos, no século XIX, vivenciou o desejo de desvelar o coração, experimentando e interpretando o eu. E, ao fazê-lo, expressou seus sentimentos mais profundos e situou no campo da linguagem sensibilidades de seu tempo. E assim como Dante, Byron, Keats e Shelley o tocaram, conformando sua forma de sentir e de revelar a alma, Martins Napoleão, captando feridas abertas, tocou homens e mulheres no período em estudo.

⁸⁹⁵ REGO, B., 1975 apud MORAES, 1997, t. II, p. 81.

⁸⁹⁶ GAY, 1999, p. 110.

⁸⁹⁷ Ibid., p. 54.

⁸⁹⁸ Ibid., p. 49.

Martins Napoleão tanto captou sensibilidades difusas em seu tempo quanto difundiu o ideal do amor romântico. Intelectual atuante, em Teresina, entre as décadas de 1920 e 1940, Martins Napoleão foi professor dos principais estabelecimentos de ensino, na cidade. Durante três décadas, encantou alunos e alunas através de suas aulas de língua portuguesa e literatura e também mediante sua poesia. *Balada de um olhar inigualável* era recitado pela geração do poeta e nas seguintes, conforme destaca Wilson Brandão.⁸⁹⁹ Manuel P. Nunes, por sua vez, ressalta que “poeta de feição erudita e culta, Martins Napoleão era um dos poetas mais bem aceitos e declamados por nossa população”.⁹⁰⁰

O poeta, idealizando o amor, o representava como um grande bem, uma dádiva divina, um valor a ser cultivado.

4.2 ENTRE LIBERDADE DE AMAR E AVAL DA FAMÍLIA

Nos anos 1920, o amor como origem da verdadeira felicidade, uma das concepções caras aos românticos⁹⁰¹, permeava o social. Unindo dois corações, o amor correspondido era sinônimo de êxtase e de acesso a mais alta felicidade.

Um cronista de *O Arrebol*, jornal escrito por moças e rapazes, em 1923, percebendo o amor como afeto terno e sublime, assim se expressava:

Quando amamos com sinceridade e somos correspondidos com carinho, então tudo nos sorri! A natureza parece-nos em festa, como que a render um culto, uma homenagem a deusa do amor. A nossa existência afigura-se nos circundada de hosanas e de louvores e segue o seu curso habitual, por uma estrada alcatifada de pétalas de rosas! Oh! É belo! Como é belo! Saber-se amar! É quando sentimos a felicidade em toda a sua pujança e grandeza. De certo não me refiro a esse Amor passageiro e fútil que é o namoro, mas sim, a este Amor verdadeiro, este afeto terno e sublime que fascina e une dois corações! É neste momento que nos sentimos num êxtase misterioso de felicidade e amor enquanto que nas alturas os anjos executam com as suas harpas, trechos fascinantes e harmoniosos, a enaltecer e a honrar a magnitude do amor e, por conseguinte, a louvar a nossa própria felicidade!⁹⁰²

⁸⁹⁹ BRANDÃO, Wilson. O mundo poético de Martins Napoleão. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, p. 73-95, 1986.

⁹⁰⁰ NUNES, M. Paulo. Martins Napoleão. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, n. 61, p. 13, ano LXXXVI, 2003.

⁹⁰¹ GAY, 1999, p. 105.

⁹⁰² QUIJUNHA. A felicidade. *O Arrebol*, Teresina, ano IX, n. 45, p. 2, 21 set. 1923.

Ainda que o cotidiano do amor transbordasse o casamento, dentre as formas de significar o matrimônio, figurava o casamento como promessa de felicidade e de realização do amor. Captando sensibilidades e sentimentos difusos, contos e crônicas publicadas, nesses anos, deram visibilidade a essa forma de significar o matrimônio. Em trecho de conto publicado no jornal *O Arrebol*, em janeiro de 1924, por exemplo, lê-se:

João Lúcio tomou a mão da noiva e disse-lhe, numa alegria vibrante e comovida:

- Enfim. Eis o lugar de nossa felicidade...

Ela sorriu para ele e respondeu, enleada com voz trêmula e feliz:

- Sim. O lugar de nossa felicidade.

Tinham se casado naquele dia e ali estavam a realizar um sonho acalentado tantas vezes, tantas vezes repetido nos amorosos colóquios do noivado feliz.⁹⁰³

Para moças e rapazes casadoiros, “paraíso de delícias, céu constante de gozos e felicidades”,⁹⁰⁴ em que corações e corpos se completariam em uma paixão terna, eram formas de nomear o casamento. Em outubro de 1933, a *Revista Gleba* felicitava o Ten. Adroaldo Barbosa e a gentil senhorita Deuzuita de Carvalho Lopes, pelo noivado, e fazia votos que o casamento, “auspicioso doce” não se fizesse demorar muito.⁹⁰⁵ Amor e felicidade eram então promessas que envolviam o casamento. Casamento e amor que figuraram na cultura ocidental como rivais, conforme indicam os estudos de Denis de Rougemont e de Niklas Luhmann⁹⁰⁶, eram então inscritos na produção literária como aliados.

Outro indício do passado – entrevistas de história oral que significam o vivido a partir da perspectiva de quem viveu, – portanto, fonte saturada de subjetividade, permite destacar que homens e mulheres nascidos na década de 1920 e que se casaram entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950, ao narrar suas vidas, mostram que incorporaram essa representação do casamento. Raimundo Nonato Monteiro de Santana, nascido em 1926, viúvo, ao narrar sua história de amor com Magnólia, que se tornou sua esposa, em 1948, assim significava o enlace do casal.⁹⁰⁷ Recordando seu convívio com a esposa, rememorou:

É que quando eu chegava aqui, pro almoço, aqui em casa, ou de onde eu estava, em Brasília, eu dizia: minha doce linda mulher, cheguei! Meu doce

⁹⁰³ DICKENS, Carlos. Lua de mel. *O Arrebol*, Teresina, ano 10, n. 56, p. 2-4, 27 jan. 1924.

⁹⁰⁴ BATISTA, Jônatas. Astúcia de mulher. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVI, n. 88, p. 4, 16 abr. 1925.

⁹⁰⁵ NOIVOS. *Revista Gleba*, Parnaíba, ano 1, n. 6, p. 23, out. 1933.

⁹⁰⁶ ROUGEMONT, 1988; LUHMANN, Niklas. *O amor como paixão para a codificação da intimidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

⁹⁰⁷ SANTANA, 2007.

lindo amor! Uma coisa ou outra. Cheguei! Ela corria, nos abraçávamos, nos beijávamos, coisa de cinema mesmo nosso amor.⁹⁰⁸

Daise Castelo Branco Rocha de Vasconcelos, casada, em 1953, com o primo Pedro Vasconcelos Filho, na comemoração de cinquenta anos de casamento, ofereceu ao marido a obra *Vinho inebriante do amor*, cujo subtítulo é Bodas de ouro de Pedro e Daise: meio século de amor e cumplicidade.⁹⁰⁹ Memória do namoro, do noivado e do matrimônio do casal, a obra denota a importância do sentimento amoroso no casamento. No início do texto, Daise assim se declara a Pedro

Nosso amor é como o vinho
Na mesa da Eucaristia,
Transfigurado em carinho,
Só nos dá muita alegria.

Forte, lembra a justiça,
Leve, a pureza da criança.
Nossos desejos excita,
Vinho rubro da aliança.

Vinho branco da paz,
Que segurança nos traz,
É pra Baco o louvor.

Suave, generoso,
Divino, primoroso,
VINHO INEBRIANTE DO AMOR!⁹¹⁰

No prefácio à obra, o marido Pedro Vasconcelos Filho, ao rememorar o enlace, em 1953, destaca a felicidade que atravessou o casal, naquele momento: “Foi no dia 1º de março do ano de 1953 que desposi a querida prima Daise. Ainda bem me lembro – éramos jovens, bonitos, sonhadores e a felicidade vivia conosco”.⁹¹¹

Esses fragmentos, além de indicar que o amor era vivido como memória, expressam enredamento do amor e do casamento. O entrelaçamento do sentimento e da instituição foi fruto da confluência de um conjunto de fatores, quais sejam: o impacto do afeto nas relações entre pais e filhos e filhas,⁹¹² a emergência da possibilidade de escolha do cônjuge, o amor enquanto valor e a crescente importância do sentimento mútuo como base do matrimônio.

⁹⁰⁸ SANTANA, 2007.

⁹⁰⁹ VASCONCELOS, Daise Castelo Branco Rocha de. *Vinho inebriante do amor: Bodas de Ouro de Pedro e Daise: meio século de amor e cumplicidade*. Teresina: Gráfica Ipanema, 2003. p. 13.

⁹¹⁰ VASCONCELOS, D., 2003, p. 15, grifo da autora.

⁹¹¹ VASCONCELOS FILHO, Pedro. Prefácio. In: VASCONCELOS, D., 2003, p. 13.

⁹¹² A respeito desta questão, ver CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Famílias e escritas*. 2005. Tese

Os interesses e expectativas individuais em relação ao casamento somaram-se aos familiares. O casamento no período colonial e imperial fora, sobretudo, um mecanismo através da qual eram instituídas e mantidas hierarquias sociais mediante ajustes familiares. Ao estudar a relação entre família e poder no Piauí, no período colonial, Tanya Brandão⁹¹³ demonstrou a importância do casamento na configuração e manutenção da família de elite no Estado. O caráter elitista da família foi adquirido e preservado mediante a seleção dos cônjuges. Nesse período, a estrutura de poder tinha por base o grupo familiar, cuja urdidura processou-se por meio de laços matrimoniais, acrescenta a autora. Com efeito, um dos aspectos do sistema de casamento, no século XIX, era a endogamia. Nesse período, foi muito comum o casamento entre primos e entre tios e sobrinhas, para manter a coesão e a fortuna familiar.⁹¹⁴ As escolhas conjugais eram atribuição familiar. Cabia, sobretudo, ao pai escolher o futuro cônjuge das filhas e dos filhos. O prévio sentimento mútuo era então considerado de menor importância.

A incorporação do amor como requisito do casamento implicou transformação nas escolhas conjugais, uma vez que moças e rapazes passaram a compartilhar a escolha do futuro cônjuge com pais, mães e responsáveis. O que estava em jogo, contudo, era, especialmente, o poder das filhas em detrimento do poder dos pais, uma vez que as escolhas das filhas eram mais limitadas que a dos filhos.

No início do século XX, Abdias Neves, no romance *Um manicaca*, através do personagem Júlia, mostrava que matrimônios impostos seriam infelizes e poderiam resvalar em adultério feminino. O autor expressava o ponto de vista de uma parcela da sociedade, para a qual as escolhas efetuadas pelos pais em detrimento das filhas, eram inadequadas à formação do casal. O ideal, em sua perspectiva, era que houvesse livre escolha e os futuros cônjuges se unissem a partir de sentimento mútuo, pois casar com base no amor seria uma condição basilar ao equilíbrio e à felicidade do casal, bem como à fidelidade conjugal feminina.⁹¹⁵ Incorporando o amor romântico como sentimento importante na configuração dos futuros esposos, Abdias Neves, na referida obra, buscava intervir no social, defendendo o poder da filha, em detrimento do pai, na formação de novo casal.⁹¹⁶

(Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005a.

⁹¹³ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

⁹¹⁴ PIRES FERREIRA, Edgardo. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: os Castello Branco*. Parnaíba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, 2008.

⁹¹⁵ NEVES, Abdias. *Um manicaca*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

⁹¹⁶ CASTELO BRANCO, P. , 2005a.

Em estudo acerca da sexualidade, do amor e do erotismo nas sociedades modernas, Anthony Giddens argumenta que o amor romântico propiciou um duplo impacto sobre as mulheres. Ele teria, por um lado, contribuído para situar as mulheres no lar e, por outro, expressaria “um compromisso ativo e radical com o ‘machismo’ da sociedade moderna”.⁹¹⁷

Em Teresina, de fato, o amor romântico encaminhou as mulheres para o lar e colaborou para sujeição doméstica. Entrelaçado ao casamento, ele contribuiu para o triunfo da mulher mãe, esposa e dona-de-casa. Uma vez elevado à condição de valor, o amor romântico oportunizou que filhas compartilhassem a escolha conjugal com pais e mesmo impusessem seus desejos, em detrimento da família. Nesse sentido, é possível afirmar que amor romântico contribuiu para redefinir as relações de poder entre as filhas e os pais, bem como para a aquisição do direito de casar por amor.

A partir do relato de entrevistadas nascidas nas décadas de 1920 e 1930,⁹¹⁸ é possível acrescentar que o ideal igualitário que o amor romântico ensejava, além de contribuir para desligar o indivíduo de relações sociais mais amplas, conforme observou Giddens⁹¹⁹, possibilitou o questionamento da hierarquia no casamento e também a emergência de relações conjugais pautadas no companheirismo. O enredamento do amor romântico e do casamento permitiu a algumas mulheres estabelecer relações menos hierárquicas, na conjugalidade.

As primeiras décadas do século XX foram palco de casamentos com base no amor e de casamentos cujos cônjuges foram escolhidos e/ou impostos por pais, mães ou responsáveis. Tratava-se de um período marcado por múltiplas temporalidades.

Ao estudar a cultura de classe média, na Europa e nos Estados Unidos no século XIX, Peter Gay assinala que o costume era uma memória cultural que filtrava a experiência burguesa acerca do amor.⁹²⁰ Em Teresina, nos segmentos mais abastados o costume também exercia esse papel, uma vez que o amor entrou na seara do casamento, somando-se aos interesses de manutenção da coesão familiar, da fortuna e do prestígio.

Nas escolhas conjugais, é recorrente o amálgama de sentimentos e expectativas individuais e familiares. Na medida em que o sentimento mútuo ia constituindo uma das bases do casal, a família compartilhava a escolha dos futuros cônjuges com filhos e filhas. Cresciam as possibilidades de escolha individual, especialmente, femininas, sem que a família perdesse o poder de orientar a formação de novos casais.

⁹¹⁷ GIDDENS, 1993, p. 10.

⁹¹⁸ OLIVEIRA, 2007; ALBUQUERQUE, Maria. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

⁹¹⁹ GIDDENS, 1993.

⁹²⁰ GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1990. p. 88.

O amor entrava em cena sem romper, necessariamente, a exigência de igualdade entre os cônjuges. Delineava-se uma nova norma, em que o casamento deveria ser por amor, mas o amor deveria ser entre iguais.

O amor foi o sentimento que impulsionou a formação do casal Júlia e Gerson Edson de Figueiredo, em 1904. Natural de União, em 1896, o jovem Gerson Edison migrou para Teresina, instalando-se na casa de sua irmã Lidia, que era casada. Então, com 16 anos, ingressou, voluntariamente, na Companhia de Segurança Pública. Assim que regularizou sua situação na Polícia, transferiu sua mãe e sua avó para Teresina, mantendo-as sob seus cuidados.⁹²¹

À época, as festas religiosas nas três igrejas eram uma das formas de lazer dos jovens policiais. Novenas, quermesses, missas e procissões constituíam oportunidades para que olhassem as moças de família. Depois da passagem do século, em uma noite de novena na Igreja S. Benedito, antes que as rezas tivessem início, chamou a atenção do jovem Gerson Edison uma mocinha, que passeava no adro da Igreja, em grupo com jovens de sua idade. Tratava-se de Júlia Dias, a última filha do Capitão Ludgero.⁹²²

Possivelmente, o namoro teve início entre fins de 1901 e o início de 1902. O namoro progrediu com a ajuda da irmã e do cunhado de Júlia Dias, o casal Celecina e Abílio Veras. Gerson Edison se aproximou do casal e entre eles desenvolveu-se forte amizade. Com a ajuda do casal, a oposição do pai de Júlia, que era exigente quanto aos pretendentes das filhas, foi vencida.⁹²³

Em 1903, Gerson Edison foi graduado no posto de Alferes e designado para o cargo de delegado, em Parnaíba. Dessa cidade, o jovem, então noivo de Júlia Dias, enviou-lhe, em papel especial, com um ramo de violetas impresso no canto superior esquerdo, a carta a seguir transcrita⁹²⁴:

Julinha

Aqui estou desde o dia 25, como um pobre condenado em cuja masmorra não entra um raio de sol. Uma pessoa sobre quem desabasse uma montanha não ficaria mais esmagado do que eu. O que eu sinto nem eu mesmo sei dizer. Compreendo apenas que é uma dor extraordinária e quase sobre-humana; um sentimento indecifrável e indefinível. Não há expressões humanas capazes de definir o que eu tenho sofrido estes três dias, para mim mais longos do que as noites do inferno. Só tu mesmo, minha adorada

⁹²¹ MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da glória 2: as armas e as máquinas (1896-1921)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993, v.2, p. 25-26.

⁹²² MONTEIRO, C., 1993, v.2, p. 27-28.

⁹²³ Ibid., p. 35.

⁹²⁴ Ibid., p.40.

Julinha, poderá conceber o que eu sinto. Consulta ao teu coração cheio de ternura, conta as suas pulsações contínuas e saberás o que eu sofro.

Não terei forças para resistir até o dia 10, minha querida Julinha, até o dia 5 aí estarei a teu lado recebendo a luz vivificante d'esses teus olhos e o orvalho do teu riso terno e casto. Desde dia que daí saí, tenho estado a balbuciar uma prece fervorosa e ardente para que Deus te conserve sob a sua guarda e por isso creio que nada terás sofrido ainda.

A nossa graciosa Maria do Carmo ficou boa? Deus queira que sim. Adeus minha formosa Julinha, até breve. Saudades do

Teu extremíssimo
Gerson⁹²⁵

O casamento dos apaixonados noivos ocorreu no dia 30 de outubro de 1904, em Teresina. A cerimônia civil foi realizada na residência do casal Celecina e Abílio Veras.⁹²⁶

Casar por amor, segundo Aluízio Napoleão, foi também uma experiência vivida por seus pais, em Livramento, hoje José de Freitas. Em suas palavras:

A história do casamento de meus pais é das mais belas, pois revela o amor que os uniu desde o primeiro encontro. Foi o que se costuma chamar de amor à primeira vista. Realmente, em 1911, a filha do Intendente José de Almendra Freitas, da vizinha cidade de Livramento, de nome Matilde, foi, com algumas amigas e parentes, a uma festa religiosa em União. Vinha ela, a cavalo, com seu belo vestido que combinava com o seu lindo rosto, qual amazona formosa e ágil, com a frescura da juventude e a alegria sã das moças criadas no meio patriarcal piauiense, quando Hugo Napoleão a avistou. Seus olhares convergiam e ambos sentiram-se imediatamente atraídos um pelo outro. Nos bailes que se seguiram, nas comemorações religiosas do coração de Jesus, Hugo teve oportunidade de dançar e conversar com Matilde, sentindo os dois, daquele momento em diante, que se pertenceriam para sempre. Na casa de parentes, que Hugo freqüentava, Matilde ficava com a irmã Maria Vitória e algumas primas, e ali tiveram os dois namorados os seus primeiros momentos de convivência, trocando idéias e firmando, definitivamente, os sentimentos amorosos de que ambos se achavam possuídos.

Estávamos em junho de 1912. No dia 29, Hugo foi para Teresina com o seu tio Benedito do Rêgo Filho, então Presidente da Assembléia Legislativa Estadual, a fim de assistir à posse do Governador Miguel Rosa. [...] Benedito do Rêgo Filho, logo depois da posse do novo Governador, falou-lhe sobre a possibilidade de nomear o sobrinho Juiz Distrital do Termo do Livramento. O Governador, homem moço e de espírito jovial, que já sabia do namoro de Hugo com Matilde, pilheriou:

- Eu preferiria nomeá-lo Promotor da capital. É muito melhor...

Mas, obedecendo a Cupido, mandou lavar a nomeação de meu pai para Livramento, cargo que exerceu de julho de 1912 a fevereiro de 1913. Foi,

⁹²⁵ MONTEIRO, C., 1993, v. 2, p. 40.

⁹²⁶ Ibid., p.42.

ainda, seu tio Rêgo Filho quem fez o pedido de casamento ao Coronel José de Freitas.⁹²⁷

O casamento realizou-se a 12 de dezembro de 1913, na Igreja de Nossa Senhora do Livramento. O enlace uniu duas importantes famílias de Livramento e União. Os pais dos noivos, José de Freitas e Benedito José do Rego eram os líderes políticos de seus municípios, há muitos anos. O primeiro, desde a Proclamação da República; o segundo, há cerca de meio século.⁹²⁸

Na primeira metade do século XX, os parentes e as parentas, notadamente, primos e primas eram considerados por muitas famílias mais abastadas, pretendentes ideais. Através de genealogias e de notas de noivado e de casamento publicadas na imprensa, observa-se que, enlaces entre parentes e parentas foram muito recorrentes, sobretudo, até a década 1930.⁹²⁹

Alguns homens e mulheres dos segmentos mais abastados, incorporando o saber médico, passaram a compartilhar a ideia de que o casamento entre parentes próximos seria prejudicial à saúde da descendência, enfraquecendo a família.⁹³⁰ Isso, por sua vez, impulsionou enlaces fora da família, bem como a opção por não ter filhos, em se tratando de cônjuges consanguíneos.⁹³¹

Crença de cunho individualista, o amor romântico⁹³² se amalgamou a sentimentos gregários, como o de pertencimento a uma família, a um clã.⁹³³ A afirmação da individualidade não significava, necessariamente, ruptura com interesses e expectativas da família de origem, uma vez que o sentimento de pertencimento a esse grupo conformava o indivíduo. Assim, muitas vezes, as escolhas individuais eram também as familiares.

⁹²⁷ NAPOLEÃO, Aluizio. *Um lutador: Hugo Napoleão e sua época*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1992. p. 34-35.

⁹²⁸ NAPOLEÃO, 1992, p.35; NAPOLEÃO, Aluizio. *Meu avô José de Freitas*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986. p.79.

⁹²⁹ FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1990. v. 4; FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1992. v. 2; FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1993. v. 2, t. I; FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1992. v. 2, t. II; FERREIRA, 2008, v. 5.

⁹³⁰ CARVALHO, J. Coriolano. O último Carvalho de Almeida. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, p.81-93, 1949.

⁹³¹ MENDES, Maria Cecília da Costa Araújo. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2002.

⁹³² MACFARLANE, Alan. Amor: amor e capitalismo. In: _____. *A cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 158-189; CORBIN, Alain. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4. p. 503-562; SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1995.

⁹³³ Alvina Gameiro tornou visível essa forma de pertencimento, bem como a centralidade da família na definição da identidade feminina, no romance *A vela e o temporal*, publicado em 1957. Ver GAMEIRO, Alvina Fernandes. *A vela e o temporal*. 2. ed. Brasília: Gráfica Santa Clara, 1996.

Norbert Elias, em estudo acerca da relação entre a pessoa singular e a pluralidade de pessoas, questiona a antítese indivíduo versus sociedade e põe em cena diferentes relações que os envolve e permitem suas existências simultâneas. Segundo o autor, a sociedade não pode existir sem o indivíduo, nem o indivíduo sem a sociedade. Em sua perspectiva, a individualização é elaborada na relação com a sociedade na qual o indivíduo é formado e seu grau depende do nível da complexidade social. Incorporando como chave de leitura a ideia de um processo civilizador, Elias argumenta que quanto mais complexa a sociedade, maior o grau de individualização das pessoas adultas. Em seus termos: “[...] o avanço para uma nova forma dominante de um tipo mais complexo e mais abrangente de organização humana caminha de mãos dadas com uma nova mudança e um padrão diferente de individualização”.⁹³⁴

Em estudo acerca da distinção entre indivíduo e pessoa, no Brasil, Roberto DaMatta mostra que o sistema de relações pessoais é um dado estruturante da sociedade brasileira. O universo social compõe-se, simultaneamente, de uma vertente pessoal e de outra individualizante. Nos termos do autor, no Brasil, “os sistemas globais, de caráter universal, são permeados pelos sistemas de relações pessoais”.⁹³⁵

A partir de referências a casos de nepotismo na Nova República, o autor enfatiza a permanência da família como valor, no Brasil. Conforme argumenta, é de tal importância deter um nome, pertencer a uma “boa família”, que esse pertencimento “vale por uma classificação social”.⁹³⁶ A avaliação de DaMatta contribui para a análise do período em estudo, uma vez que a família, além de valor, era uma forma de integração social basilar, na qual se ligava a pessoa singular. Com efeito, a ideia de indivíduo autônomo, desprovido de laços pessoais, fundamento da modernidade ocidental era objeto de consumo cultural,⁹³⁷ uma vez que, no contexto, a individualização, geralmente, não estabelecia a ruptura dos laços com a família. Os indivíduos eram formados em relação a suas famílias e se percebiam enquanto membros desse grupo. O indivíduo era enredado à família. Sobretudo, as mulheres. Com efeito, desejos e projetos individuais não excluía, necessariamente, expectativas familiares.

⁹³⁴ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b. p. 139.

⁹³⁵ DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: _____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.247.

⁹³⁶ DAMATTA, Roberto. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Angela Mendes de et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço Tempo: UFRRJ, 1987. p. 115-136.

⁹³⁷ Acerca da noção de consumo cultural, ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 93-97.

Dentre membros de famílias tradicionais, a identidade individual incorporava a ascendência. Homens e mulheres se percebiam enquanto membros de um clã. Eis, por exemplo, como Daise Vasconcelos qualifica a si e ao marido Pedro Vasconcelos.

Eu, Daise, e Pedro, filhos das irmãs Laura e Maria (Baiinha) e de Lázaro Rocha e Pedro Vasconcelos, primos legítimos, portanto, nascemos e nos criamos juntos. Membros do conceituado clã dos Castelo Branco, do antigo povoado Peixe, hoje cidade de Nossa Senhora dos Remédios, fazíamos parte de uma imensa família formada dos pais, avós, irmãos, tios e primos, cujo patriarca era figura venerável do coronel Antônio do Rego Castelo Branco.⁹³⁸

A família era um valor de tal dimensão que a origem familiar qualificava moças e rapazes no mercado matrimonial. A condição de bom partido tanto para moças quanto para rapazes era tributária de qualidades familiares e individuais. A ascendência era levada em consideração. Quanto maior a fortuna e o prestígio da família, mais ampla a valorização dos filhos e das filhas no mercado matrimonial. Essa relação é bastante visível nas notícias sociais que circulavam na imprensa. Em notas de aniversário, de formatura, de noivado, de casamento, de falecimento e de missas de sétimo dia, rapazes e, sobretudo, moças eram distinguidos em função do prestígio e do respaldo econômico e social de que gozavam suas famílias. O nome era acrescido da filiação. A boa imagem social dos pais e das mães resvalava aos descendentes. Filhas e filhos eram herdeiros de patrimônio material e simbólico.⁹³⁹

Embora, no decorrer do período em estudo, a riqueza fosse cada vez mais valorizada, enlances entre membros de famílias ricas e de famílias empobrecidas eram possíveis, desde que as últimas tivessem nome. Mesmo empobrecidas, famílias de nome mantinham o orgulho e o brio. Tratava-se de um patrimônio simbólico que qualificava seus filhos e filhas no mercado matrimonial. Em um presente de decadência, o esplendor do passado e a ascendência eram

⁹³⁸ VASCONCELOS, D., 2003, p. 19.

⁹³⁹ Eis alguns exemplos: NOIVADOS. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 245, p. 4, 7 nov, 1926; CASAMENTOS. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 284, p. 4, 28 dez. 1926; ENLACE Maria de Nazareth Pereira da Silva – Odilo Costa Filho. *Diário Oficial*, Teresina, ano 12, n. 6, p. 16, 9 jan. 1942; ENLACE Almerinda Rego Monteiro – José Virgílio. *Diário Oficial*, Teresina, ano 12, n. 7, p. 16, 10 jan. 1942; ANIVERSÁRIOS. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 331, p. 3, 30 mar. 1948; SOCIAIS: casamento. *O Dominical*, Teresina, ano 15, n. 5, p. 6, 4 fev. 1951; SOCIAIS: casamento. *O Dominical*, Teresina, ano 17, p. 4, 28 jun. 1951; O RETRATO da semana. *Jornal do Piauí*, n. 430, 2 set., p. 6, 1956; O RETRATO da semana. *Jornal do Piauí*, Teresina, n. 435, p. 3, 15 set. 1956; O RETRATO da semana. *Jornal do Piauí*, Teresina, n. 438, p. 3, 30 set. 1956.

retomados pela memória para valorizar-se.⁹⁴⁰ Assim, em muitos enlaces, o nome e o sangue pesavam mais que a riqueza.⁹⁴¹

O amor romântico entrou em cena imiscuindo-se na endogamia familiar. Assim, para o tema em estudo, é válida a afirmação de Roger Chartier: “[...] a definição de novas regras de conduta sempre devem ceder ou negociar com as representações arraigadas e as tradições partilhadas”.⁹⁴²

Dentre muitas trajetórias possíveis, exemplifica essa mescla a história conjugal de Felon Castelo Branco e de parte de seus descendentes. Em 02 de fevereiro de 1901, Felon contraiu matrimônio com sua prima Ana Fortes Castelo Branco. Contudo, a felicidade do casal durou pouco, pois em 09 de maio de 1901, Ana foi colhida pela morte. Vivenciando uma nova masculinidade,⁹⁴³ caracterizada pela incorporação do amor, Felon, impulsionado por dor e saudade, escreveu trinta e cinco poemas, dedicados a Ana e em seu aniversário de morte, publicou o livro *Ano de luto*. No ano seguinte, em 07 de junho, Felon casou-se com a prima e cunhada Lina Fortes Castelo Branco.⁹⁴⁴ Amor e expectativas familiares motivaram o primeiro casamento de Felon. O segundo, por sua vez, possibilitou manter os laços instituídos nas primeiras núpcias.

A primeira filha do casal Felon e Lina recebeu o nome de Ana Fortes Castelo Branco, em homenagem à primeira esposa. Em 1927, seguindo a tradição da família, Ana contraiu matrimônio com seu primo Odon Fortes Castelo Branco. O casal frutificou-se em três filhos, dentre eles, Walter Castelo Branco, que se casou com sua prima Maria Dulce Castelo Branco, em 1955. Os pais de Maria Dulce, Cristino Couto Castelo Branco e Dulcila Santana Castelo Branco eram primos entre si.⁹⁴⁵

O amor enredava-se ao casamento, porém não estabelecia, necessariamente, uma clivagem radical entre as experiências de mães, pais e filhos e filhas, pois, em muitos casos, diferentes gerações de uma mesma família, formaram-se, entre parentes próximos. A novidade residia na maior possibilidade de escolha que rapazes e, sobretudo, moças passam a deter, bem como na transformação das estratégias familiares.

A construção de uma narrativa amorosa vai ganhando força em detrimento da imposição. Pais, mães, tias, tios, nomeavam de noivos meninos e meninas, construindo, discursivamente, o interesse e fomentando o afeto e o erotismo entre primos e primas. Muitas

⁹⁴⁰ CARVALHO, J., 1949.

⁹⁴¹ SANTANA, 2007.

⁹⁴² CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 47.

⁹⁴³ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades plurais. *Unisinos*, n. 2, v.9, p. 85-95, 2005b.

⁹⁴⁴ CASTELO BRANCO, 2005a, p.165-166.

⁹⁴⁵ PIRES FERREIRA, 2008, v. 5, p. 196-197.

famílias que pertenciam aos segmentos mais abastados eram proprietárias rurais, donas de fazendas situadas na zona rural de Teresina e no interior do Estado. As fazendas eram lugares de encontros, de brincadeiras, em que eram estabelecidas relações de amizade entre primos e primas, que eram, muitas vezes, transformadas em bem-querer e em desejo de casar.

As relações entre os primos e primas também eram favorecidas pelas visitas aos parentes. Tratava-se de uma forma de sociabilidade difusa, que possibilitava momentos de aproximação daqueles e daquelas sobre os quais recaía expectativa de casamento.

O possível futuro casal, algumas vezes, já formava um par desde a infância. Álbuns de família são os testemunhos dessa aproximação. Fotografias da infância em que primos e primas aparecem juntos, na juventude, eram ressignificadas por pais, mães, tios, tias com o intuito de estabelecer o passado amoroso do futuro casal. Além disso, na idade de casar, as qualidades, as afinidades, o gosto da família, a beleza do par, a satisfação e a felicidade familiar eram elementos ressaltados e que impulsionavam a formação do casal.

Expressa a importância do amor na configuração de enlaces entre primos e primas, fragmentos da história do casal Daise e Pedro Vasconcelos, constituído, em 1953. Filhos das irmãs Laura e Maria, os primos Daise, nascida em 1933, e Pedro, nascido em 1924, se relacionaram desde a infância, sendo criados juntos. Daise e Pedro encontravam-se nas terras do avô, Antônio do Rego Castelo Branco, no povoado Peixe, hoje, cidade de Nossa Senhora dos Remédios, onde Daise residia. Os Vasconcelos, mesmo residindo em Miguel Alves e, posteriormente, em Teresina, visitavam constantemente a família no referido povoado. As visitas constituíam oportunidades, nas quais, os primos se encontravam, brincavam e construía um bem-querer.⁹⁴⁶

Em 1947, após a morte de seu pai e a pedido dele, Daise deixou o povoado Peixe, com destino a Teresina, com o objetivo de estudar. Instalando-se na residência dos parentes Dirce e João, Daise prestou Exame de Admissão no Colégio das Irmãs, conseguindo aprovação. No ano de 1948, enquanto Daise cursava a primeira série do Ginásio, Pedro terminava o curso Científico no Liceu Piauiense e ajudava o pai e os irmãos na Farmácia Vasconcelos. Em Teresina, os primos sempre se viam. O contato e o relacionamento eram mantidos. E, algumas vezes, Pedro, então um “rapaz bonito, de físico atlético, cabelos e olhos castanhos, nariz bem-feito”⁹⁴⁷ e muito paquerado pelas moças, acompanhava Daise ao Colégio das Irmãs.

Em 1949, enquanto Daise cursava a segunda série do curso ginásial, Pedro estudava o primeiro ano do curso de Farmácia, em Recife. À época eram apenas primos. O namoro foi

⁹⁴⁶ VASCONCELOS, D., 2003, p. 19-20.

⁹⁴⁷ Ibid., p. 20.

iniciado nas férias situadas entre o final e início dos anos 1949-1950, no povoado Peixe. Nos termos de Daise Vasconcelos:

Era 1º de janeiro (1950). No final de uma bela tarde, voltava da igreja com familiares, quando soube da chegada do moço no povoado. Descera de vapor o Rio Parnaíba até a cidade natal de Miguel Alves. Dali, chegou ao Olho-d'Água dos Azevedos, onde lhe deram cavalo selado a capricho e competente pajem. Antes mesmo de chegarmos em casa, alguém já dava palpite de um possível namoro entre nós. Fiz que não ouvia. Como se daria isso? Perguntava-me. Pedrinho, mancebo fino, universitário na capital pernambucana, com várias pretendentes, inclusive outras primas, namorar menina-moça interiorana, estudante de colégio de freira e que ainda brincava de boneca?⁹⁴⁸

Na ocasião, o interesse de Pedro por Daise foi evidenciado de forma explícita por um beijo roubado.

Um beijo roubado, quando dormia no sofá da varanda, selou seu interesse por mim. Sempre desconfiada, procurava não demonstrar nada de especial com relação ao Pedrinho. Contudo, familiares percebiam algo, principalmente da parte dele. Certa feita, rumo à igreja, tia Amália, na porta de sua casa, saiu-se com esta: ‘Vocês estão se gostando?’ Foi o suficiente para que eu saísse correndo, pulasse a cerca do jardim e não comparecesse mais à reza.⁹⁴⁹

Sob o estímulo da família, o namoro foi selado por cartas de amor. Em carta de 27 de fevereiro de 1950, Pedro declara seu amor e pede Daise em namoro. Eis trecho da carta:

Prezada Daise,
[...] dirijo-te a presente carta, que de certo marcará época na história de minha vida, da nossa vida. Há dias pretendia escrever-te neste sentido, muito embora tenha certeza que carta desta natureza não é de teu grado, capaz mesmo de te fazer pular cercas, ou passar dias sem dar bolas a ninguém. Peço-te porém que não faças nada disto e procures me dá razão. É que prezada prima, antes de viajar, muito desejaria saber se é verdade existir de ti para mim, o que existe de mim para ti. Uma amizade, além da amizade de primos, um sentimento que ultrapasse a intimidade parentesca que sempre existiu entre nós, entre nós todos da família. Esta é inalterável e imorredoura. A outra de que falo ‘Diabinha’, já te dedico muito tempo, sem ninguém sequer suspeitar. Tal amizade agora aumentou e aumentou muito de mim para ti, a ponto de eu ousar te escrever assim, aliás, isto não é ousadia, é verdade, e como tal deve ser dita [...] Fiz o possível, Daise, quanto aí na minha última estadia, para te fazer claro, não por palavras (pois temia rompimento por tua parte), mas por gestos e outros artifícios, fiz demais (a ponto de me tornar antipatizado), fiz demais, repito, e creio que deixei

⁹⁴⁸ VASCONCELOS, D., 2003, p. 21.

⁹⁴⁹ Ibid., p. 21.

patente, bem claro, este meu querer por ti. [...] ‘Diabinha’, responde esta carta, lembra-te do prometido, só esta eu imponho, invés de impor eu peço, só esta porque ela será a decisão, e qualquer que seja tua resposta, qualquer que seja a opinião sobre a amizade que te dedico, mesmo que eu venha a ganhar um NON, palavra conhecida tua, tão conhecida nossa, mesmo assim, prometo ser o que sempre fui para ti o primo íntimo e brincalhão, pelo menos tentarei. Assim Daise, com essas palavras, simples mais verdadeiras, fico ansioso à espera de tua resposta. Escreves como quiseres e ainda uma vez prometo, não sofrerá alteração a intimidade que, pelo parentesco e brincadeiras, sempre nos uniu.⁹⁵⁰

Embora Pedro desejasse saber a resposta de Daise, antes de viajar para Recife, o rapaz só a conheceu depois de chegar à cidade, através da carta escrita em 23 de março de 1950, em que a prima, após ter-lhe pedido um tempo, dá seu “sim”. Depois da troca de cartas, o namoro perdurou por dois anos. As missivas foram o principal meio pelo qual os enamorados o cultivaram, pois poucos foram os encontros. O noivado foi oficializado, por correspondência, em 1º de março de 1952, no aniversário do noivo. O casamento civil realizou-se em 28 de fevereiro e, no dia seguinte, 1º de março de 1953, a cerimônia religiosa.

Nas primeiras décadas do século XX, a expectativa de que o sentimento amoroso impulsionasse a formação do casal convivia com a ideia de que o amor era um sentimento que deveria ser cultivado pelos cônjuges, após o matrimônio. Ademais, o casamento era um mecanismo que reforçava as alianças e relações entre famílias em condições de igualdade. Com efeito, muitos enlaces eram realizados sem que o amor envolvesse, previamente, os futuros cônjuges. Este foi o caso do primeiro casamento de João Gonçalves Vilarinho, pai de Yara Vilarinho. Provavelmente, em 1908, João casou-se com uma jovem chamada Maria, por escolha paterna. Não foi o amor que impulsionou a formação do casal, mas o fato de a futura noiva encontrar-se órfã. Quem conta fragmentos desse enlace é Yara. Em suas palavras:

O primeiro casamento foi assim: ela tinha doze anos, os pais combinaram e ainda teve mais isso: o papai cumpriu. O pai da primeira mulher do papai faleceu e quando ele estava morrendo, ele chamou o pai do meu pai e pediu que ele casasse os dois filhos dele, mais velhos, com as duas filhas dele, tinha duas filhas, mulher, que elas iam ficar sem pai e sem mãe, sozinhas no mundo. Aí meu avô Joaquim prometeu: não se preocupe que eu faço o casamento delas com meus filhos. Casaram.⁹⁵¹

Anos após o enlace, a morte ceifou Maria, e João, em segundas núpcias desposou outra Maria, aquela que foi a mãe de Yara. Da união nasceram três filhos. Contudo, poucos anos conviveu o casal, uma vez que, no final dos anos 1920, novamente, João perdeu a esposa.

⁹⁵⁰ Ibid., p. 125.

⁹⁵¹ OLIVEIRA, 2007.

Sensibilizada com a sorte das sobrinhas e do sobrinho, Laura Rosa, irmã de Maria, que, à época era noiva, terminou o noivado e casou-se com João.

Já estava de casamento marcado quando a mamãe morreu, ela simplesmente acabou o noivado, porque não ia deixar os sobrinhos dela abandonados, aí foi e se casaram. Foi uma madrasta espetacular, até hoje eu ainda a chamo de mãe, nós éramos três, foi muito boa, uma verdadeira mãe. E existiam muitos desses casos.⁹⁵²

Na década de 1950, uma das irmãs de Yara morreu, deixando cinco filhos. Outra irmã se casou com o cunhado, que era seu padrinho. Assim, na família da entrevistada, em duas gerações, casais se formaram para manter laços familiares e assegurar uma nova mãe para crianças órfãs.

Embora entre as décadas de 1920 e 1950 tenha se espreado a percepção de que o amor era de fundamental importância na formação do futuro casal, eram plurais os sentimentos e as razões que o configuravam. O desejo de reforçar amizades e alianças entre famílias, de manter laços familiares estabelecidos em primeiras núpcias, de instituir uma família para moça órfã ou desamparada, de cuidar de sobrinhos e sobrinhas e de dar outra mãe a filhos e filhas órfãos formou casais.

O amor não realizado por um rapaz poderia levar uma moça a casar-se com outro. Edith Leão Monteiro, fruto do segundo matrimônio de Sérgia Rocha com Santídio Monteiro, casou-se, em 1929, com o primo João de Oliveira Sousa. Durante o ano de 1928 e parte de 1929, Edith passou uma temporada no Rio de Janeiro com o tio Antônio Martins e suas meio-irmãs, filhas do primeiro casamento de sua mãe. Nessa passagem pelo Rio, namorou um jovem oficial gaúcho de D. Pedrito, que serviu no Forte de Copacabana, por quem nutriu um grande amor. Nas palavras do sobrinho Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro: “Desse namoro minha tia nunca se esquecerá, pois tanto eu, como sua filha Salete, ouvimos sua saudosa narrativa sobre esse amor do passado”.⁹⁵³

No final do ano de 1929, aos trinta anos, Edith permanecia solteira. De volta a Teresina, a moça passou a ser assediada pelo primo João Souza, que, para conquistar a prima fazia serenatas à porta da casa da moça. João estava viúvo pela segunda vez. Suas falecidas esposas eram irmãs, filhas do senador Flexa, político paraense.⁹⁵⁴ Em Teresina, desde 1922, João

⁹⁵² OLIVEIRA, 2007.

⁹⁵³ MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da glória 3: no tempo dos revoltosos (1921-1934)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993. v. 3, p. 230.

⁹⁵⁴ MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. *Rua da Glória 4: o tamanho de uma esperança (1935-1945)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993. v. 4, p. 325.

procurava um novo matrimônio. Edith, além de prima em segundo grau, era comadre de João. A moça era madrinha de Otto, o único filho dos dois casamentos de João. Guardando lembranças do amor vivido no Rio de Janeiro e sem esperança de vir a casar-se com o jovem militar, Edith aceitou a proposta do primo. O casamento ocorreu a 10 de dezembro de 1929, na Igreja das Dores.⁹⁵⁵

A inserção da família nos espaços de lazer, as sociabilidades, a maior circulação feminina no espaço público, a escolarização e o ingresso feminino no mercado de trabalho, estreitaram as aproximações entre moças e rapazes, ampliando as possibilidades de namoro e, conseqüentemente, de escolha conjugal. Foram se expandindo enlances entre membros de famílias consideradas iguais em detrimento dos casamentos entre parentes próximos.

Maiores possibilidades de contato e de aproximação de moças e de rapazes no espaço urbano não desencadearam drástica ruptura no poder da família, no âmbito das escolhas conjugais. Isto porque foi se tornando prática pouco comum a escolha do cônjuge pelo pai, mãe ou responsável, mas as famílias continuavam avalizando ou não as escolhas das filhas e dos filhos, ainda nos anos 1950.

Importa acentuar que a escolha conjugal era generificada. Havia diferenças quando se considerava as possibilidades de escolhas femininas e masculinas. A interferência familiar sobre as escolhas masculinas era menor. Em decorrência das diferentes formas de socialização e dos papéis que os homens deveriam desempenhar, os rapazes gozavam de maior liberdade. A formação masculina, em muitos casos, ensejava sair da casa paterna e migrar para outra cidade para dar continuidade aos estudos ou para buscar trabalho. Isso implicava maior liberdade em relação à família, que se expressava na escolha conjugal.

Não significa dizer, contudo, que a família não interferisse nas trajetórias afetivas masculinas. Sutil e decisiva intervenção de um avô, somada à de uma prima, romperam os laços construídos pelos enamorados Zeneide Figueiredo e Augusto Conde, no início dos anos 1920. Traíndo um segredo de família, quem narra o ocorrido é Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, sobrinho de Zeneide. Em suas palavras:

A jovem Zeneide enredou-se muito em seu namoro com o jovem Augusto Conde. E quando, logo mais, o rapaz partiu para estudar no Rio de Janeiro, firmaram um compromisso de esperar para tornar-se noivos. Por causa desse compromisso – e afastar as tentações – deixou de ir às festas e não ingressou na Escola Normal.

[...]

⁹⁵⁵ MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p. 233-4.

Os namorados correspondiam-se com regularidade. Até que o rapaz passou a reclamar da falta de cartas. Reclamações que se continuaram sem que a moça pudesse atinar com a razão, pois continuava a escrever semanalmente como sempre o fizera. As cartas do rapaz rarearam até desaparecer. Durante algum tempo permaneceu o mistério. Só depois de decorrido algum tempo seria explicado.

Aconteceu que a prima Noca (Justina) filha de tia Marocas Fernandes, que ficara viúva do Sr. João Ferreira Gomes, que era funcionário dos correios. [...]. A título de ajuda, a viúva recebeu a concessão de instalar em sua residência uma agência postal para recebimento de cartas. Era uma prática vigente na época, essa concessão a particulares.

[...] Um dia Dulce estava em casa da prima quando esta pediu-lhe que apanhasse algo numa tal gaveta. Ao fazê-lo Dulce percebeu um maço de cartas que, pela caligrafia e destinatário, percebeu tratar-se de toda a série de cartas da irmã Zeneide endereçadas ao namorado. Ficando ali na esquina a agência da prima Noca, Zeneide a ela recorria para postar as cartas. Em confiança dava a tarifa dos selos sem preocupar-se em colocá-los pessoalmente já que a correspondência ficaria ali até a passagem do serviço de coleta das agências para o Correio Central. [...]

Após algum tempo juntou-se o outro lado da moeda. Diante da ausência de cartas o rapaz pedira ao avô para que indagasse o que estava acontecendo. Este, que não via com bons olhos um casamento do neto com moça pobre, filha de viúva, respondeu ao rapaz que o melhor seria que ele esquecesse a moça pois fora informado de que ela estava noiva de um sargento da Polícia...

Assim, sem combinação a prima da moça e o avô do rapaz desataram o laço que os dois jovens haviam dado para unir os seus destinos. [...] Além da perda de tempo, os anos de espera, a desilusão foi o que restou. E esta frustração marcaria a moça para o resto da vida.⁹⁵⁶

A interferência familiar sobre as escolhas masculinas também é expressa por Assis Fortes. Nascido em 1938, conta:

Aos dezesseis anos de idade, arranjei uma namorada dois anos mais velha do que eu. Era uma bonita moça, cortejada por todos os bons partidos da época. Após dois anos de relacionamento, meus pais aproveitaram o convite de meu tio Zezito Boavista e me deportaram para o Rio de Janeiro.⁹⁵⁷

Até os anos 1950, as fontes consultadas indicam a permanência do poder e da importância da família na condução dessas escolhas. Contudo, as moças que viveram a juventude, nesses anos, gozavam de maior liberdade de circulação no espaço urbano, bem como de negociação com suas famílias.

Desde o namoro, pais, mães, irmãos e parentes ora corroboravam, ora procuravam impedir que pares se constituíssem. Nas festas do Centenário, em 1922, Júlia Figueiredo, por

⁹⁵⁶ MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p.115-117.

⁹⁵⁷ MAGALHÃES, Dina. *Os segredos do sucesso de pessoas bem-sucedidas*. Teresina: Halley, 2002. p.34.

exemplo, pôs fim à alegria das filhas, uma vez que uma delas se aproximou de um rapaz que não era bem visto pela mãe.

A sua presença nos bailes e sua vigilância tornava apta a viúva a julgar o comportamento dos rapazes e ao dirigir-se a uma festa as filhas ficavam sabendo quais aqueles que deviam ser recusados. [...]

Na programação do Centenário houve três bailes seguidos no prédio da Prefeitura Municipal. Ao dirigir-se ao primeiro deles D. Júlia recomendou à Zeneide que evitasse dançar com o Júlio Leão. No meio da festa ela pilhou os dois dançando. Acabado aquele número, D. Júlia juntou as filhas, assustadas sem atinar com a causa, e pôs-se a caminho de casa. [...] Ao atravessarem a praça (Marechal Deodoro) emparelharam com o Cel. Cavour Miranda que fizera o mesmo com suas filhas, porque uma delas dançara com um rapaz fora do agrado do pai.⁹⁵⁸

Nos anos 1940, Yara Vilarinho, ao sair para um baile, previamente, era avisada, pelo pai, acerca dos rapazes com os quais não deveria dançar, sob pena de voltar mais cedo para casa.⁹⁵⁹ Moças da mesma geração de Yara mantinham uma lista, um caderninho, com o nome dos rapazes com os quais não deveriam dançar, para não macularem suas imagens ilibadas.⁹⁶⁰

A percepção de que as mulheres pertenciam às famílias e o risco de mácula de seus corpos, no jogo de aproximação de moças e de rapazes, justificavam a maior incidência do poder familiar sobre as escolhas femininas. Estava difuso no social que pais e mães, pelo saber e experiência adquiridos, bem como pelo conhecimento das famílias estavam aptos a conduzir e/ou avaliar as escolhas matrimoniais, especialmente, das filhas.

À medida que a escolha familiar foi se tornando uma prática pouco comum, quando havia interesse que certa moça casasse com certo rapaz, ora pai, ora mãe, ora parentes criavam condições para a aproximação, bem como atuavam na construção discursiva de enredo amoroso. Eram intérpretes de bem-querer e do desejo de casar.

Era comum destacar as qualidades da moça ou do rapaz e de sua família de origem. A ênfase no prestígio familiar, condição social e econômica, bem como a compatibilidade de nomes e de valores era recorrente. Isto posto com o intuito de despertar o interesse, a simpatia e o amor.

As ações da família confluíam para que os filhos e as filhas casassem com bons partidos. O nome, o prestígio, a situação econômica e social da família, somado-as à beleza,

⁹⁵⁸ MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p.114-115.

⁹⁵⁹ OLIVEIRA, 2007.

⁹⁶⁰ PINHEIRO, Cristiane; MORAES, Sana. Seu Cornélio: o homem do pão de queijo. SAID, Gustavo (Org.). *Entre rios: perfis e cenários de Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2003. p. 29.

ao comportamento, à educação recebida, bem como à expectativa de que correspondessem ao ideal de feminino e do masculino vigentes, qualificavam o partido ideal.

Considerava-se que as mães eram, particularmente, hábeis na seleção dos candidatos ideais. Com efeito, no período, circulava a representação da mãe alcoviteira, o que, na verdade, configura uma injustiça em relação a pais, tias, tios, parentas e parentes, pois todos eles exerciam constantemente esse papel.⁹⁶¹

Para que os casamentos ocorressem entre iguais, corroboravam mecanismos de segregação social nos espaços de lazer e de sociabilidade. Na percepção dos contemporâneos e das contemporâneas, a cidade dividia-se em dois segmentos sociais: os de sociedade e os pobres. As classes alta e média compunham os de sociedade, circulando e interagindo nos mesmos espaços. A dinâmica dos divertimentos e das sociabilidades favorecia o encontro das jovens desses segmentos com rapazes dos mesmos níveis sociais. Os espaços de lazer e de sociabilidades possibilitavam o encontro daquelas e daqueles considerados iguais, bem como de moças e rapazes pertencentes às classes alta e média. Nos anos 1920 e 1930, importa lembrar que eram comuns os saraus e festas familiares, cuja participação dependia da rede de relacionamentos. Os bailes em casas de família e no Clube dos Diários eram formas de agregar as pessoas desses universos sociais. O espaço do *footing* na Praça Rio Branco e, posteriormente, na Praça Pedro II, era também segregado.

As escolhas conjugais eram um mecanismo, através do qual se buscava manter a hierarquia social, econômica e étnica, bem como fomentar a ascensão social. O prestígio da família era conservado através da seleção dos membros, entre parentes e, entre os filhos e filhas de famílias consideradas iguais. Se o casamento passava a unir corações, deveria enlaçar nome, prestígio, tradição e fortuna. Normativamente, a união dos corações dependia da possibilidade desses outros enlaces. Muitas trajetórias individuais correspondiam à norma. Rapazes bons partidos atraíam moças em igual condição. O príncipe deveria desposar a princesa e vice-versa.⁹⁶²

As famílias cujos filhos e filhas se enamoravam julgavam-se. Nome, origem, tradição, formação, comportamento dos familiares e fortuna eram mutuamente avaliados. A aceitação familiar, geralmente, dependia da percepção de que eram famílias compatíveis nos termos referidos. Sobretudo, na classe alta, mais fechada que a média.

Essa característica da cultura era mesmo ressaltada em momento de conquista. Eis um caso. No início dos anos 1920, a jovem Graci Figueiredo namorava Luís Rocha Santos. Era

⁹⁶¹ RIBEIRO, Pedro S. *Club dos Diários*. Teresina: Halley, 2003.

⁹⁶² CORREIA, Genu de Aguiar Morais. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

moça de *boa família*, de classe média quanto aos valores, mas pobre, em termos econômicos. Sua mãe, Júlia Figueiredo, era viúva do Major Fiscal Gerson Edson de Figueiredo, assassinado, em 1912, no governo de Miguel Rosa. O rapaz era militar e filho de uma tradicional família da cidade de Picos. À época em que namorava Luís Rocha, Graci foi abordada por aquele que seria seu marido, Raimundo Leão Monteiro. Esse

Insistindo em substituí-lo dizia a Graci que o militar era comprometido com uma prima em de Picos, moça muito rica, e que não casaria com uma moça pobre como era ela. Com a volta do cadete para o Rio ele insistiu no assédio.⁹⁶³

Eis a leitura de Carlos Augusto Monteiro, acerca das possibilidades das filhas de Júlia Figueiredo, sua avó, no mercado matrimonial em Teresina e do casamento de sua mãe, ocorrido, em 1925:

A grande verdade é que na sociedade de Teresina daquela época – como talvez por toda a região do Meio Norte e Nordeste – a passagem do namoro ao noivado, se impregnava de um indisfarçável interesse, cujo jogo econômico presidia as normas para se chegar ao contrato de casamento. Embora ‘de boas famílias’ era difícil para uma moça filha de viúva, sem renda e posição de destaque político, encontrar um marido. Seria preciso um caso especial ‘de amor’ para que um rapaz viesse a superar essas barreiras. O caso de Mundico Leão deve ter sido de amor. Ou pelo menos uma disposição de teimosia. Acostumado a obter tudo o que desejava, deve ter-se dado conta de que o único meio de chegar à cama com a filha de D. Júlia Figueiredo seria pela porta do matrimônio.⁹⁶⁴

A racionalidade relativa ao dote, que, por muito tempo, fez parte do processo de constituição de novos casais,⁹⁶⁵ estava presente no mercado matrimonial. As moças eram qualificadas a partir do prestígio, do nome e do poder econômico de suas famílias. Pertencer a família antiga, radicada no Estado há muitas gerações, branca e/ou supostamente branca, possuir parentes de destaque, em termos políticos e econômicos, as reputava. Em notas sociais, bem como de noivado e casamento, moças e noivas são referidos em relação à família a que pertenciam. Não eram percebidas enquanto indivíduos, anônimos, mas como pessoas

⁹⁶³ MONTEIRO, C., 1993, v.3, p.124.

⁹⁶⁴ MONTEIRO, C., 1993, v.3, p.126.

⁹⁶⁵ Acerca do declínio do dote, ver NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

que, no presente, representavam a ascendência, que as prestigiava. Não se trata de uma característica específica dos anos 1920, uma vez que se mantém nos anos 1950.⁹⁶⁶

O prestígio familiar ou de um de seus membros favorecia o acesso ao emprego, na capital e no Estado. O Estado era um grande empregador e o acesso a ele era mediado pela influência política e/ou pelas relações com aqueles que poderiam influenciar as decisões. Quando um rapaz se integrava em uma família de prestígio, ampliavam-se as condições de exercício do papel de provedor familiar, pois os esforços da família da moça confluíam, para situar em boa colocação o novo membro, ingresso via casamento. As relações estabelecidas pelo matrimônio poderiam possibilitar o exercício do papel que cada vez mais a sociedade reservava aos homens – o de provedor familiar.⁹⁶⁷

No caso das moças, é possível acentuar que, além do peso da família, da possível herança, compunha também a condição de bom partido a formação e a educação recebidas. A condição de normalista qualificava as jovens no mercado matrimonial. A partir da segunda metade da década de 1920, cresceu o número de matrículas na Escola Normal. Estudar o curso normal passou a se configurar a trajetória comum das moças das classes média e alta. Para as jovens de classe média, deter o diploma de normalista a cotava no mercado matrimonial. A formação recebida a dotava de meios para exercer os papéis de mãe, esposa e dona-de-casa a partir de preceitos modernos e também o exercício profissional. Como as normalistas iniciavam suas carreiras pelo interior do Estado, algumas casaram nas cidades, nas quais iniciaram suas vidas profissionais.⁹⁶⁸

Uma vez que as masculinidades eram plurais, as moças também eram valorizadas no mercado matrimonial, a partir da possível condição de provedoras. Se havia homens que se percebiam enquanto provedores familiares, incorporando a ideia de que eles eram os responsáveis pela manutenção da família, como foi, por exemplo, o caso do Major Fiscal

⁹⁶⁶ NOIVADOS. O Piauí, Teresina, ano LX, n. 245, p. 4, 7 nov. 1926; CASAMENTOS. O Piauí, Teresina, ano LX, n. 284, p. 4, 28 dez. 1926; ENLACE Maria de Nazareth Pereira da Silva – Odilo Costa Filho. *Diário Oficial*, Teresina, ano 12, n. 6, p. 16, 9 jan. 1942; ENLACE Almerinda Rego Monteiro – José Virgílio. *Diário Oficial*, Teresina, ano 12, n. 7, p. 16, 10 jan. 1942; ANIVERSÁRIOS. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 331, p. 3, 30 mar. 1948; SOCIAIS: casamento. *O Dominical*, Teresina, ano 15, n. 5, p. 6, 4 fev. 1951; SOCIAIS: casamento. *O Dominical*, Teresina, ano 17, p. 4, 28 jun. 1951; O RETRATO da semana. *Jornal do Piauí*, n. 430, 2 set., p. 6, 1956; O RETRATO da semana. *Jornal do Piauí*, Teresina, n. 435, p. 3, 15 set. 1956; O RETRATO da semana. *Jornal do Piauí*, Teresina, n. 438, p. 3, 30 set. 1956.

⁹⁶⁷ CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Mulheres, escolarização feminina de terceiro grau e mercado de trabalho em Teresina*. 1998. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1998.

⁹⁶⁸ MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *Entre letras e bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

Gerson Edison de Figueiredo;⁹⁶⁹ havia também aqueles que consideravam que as mulheres também deveriam ser responsáveis pela manutenção da prole. Se havia homens que esperavam que suas esposas deixassem de trabalhar após o matrimônio; outros não se opunham ao trabalho feminino. Os salários das esposas também mantinham a família.

Para as mulheres, a condição de bom partido era fundamental ao casamento. Aquelas que não dispunham dos requisitos que a transformavam em bons partidos tinham maiores dificuldades em casar. A beleza, a juventude, a condição de normalistas e o fato de pertencer a *boa família*, ainda que pobre, eram capitais simbólicos importantes nos arranjos matrimoniais.

Contudo, algumas moças ricas, de família de prestígio não casaram por não encontrar pretendentes considerados à altura do nome, da origem, do prestígio e do *status* socioeconômico de suas famílias. O corpo feminino funcionava como princípio hierarquizador. Percebido como corpo da família, conforme denota a expressão *moça de família*, o corpo feminino somente deveria ser entregue a um marido que estivesse à altura do grupo.⁹⁷⁰ Assim, a hierarquia que atravessava as relações sociais impunha barreiras à aproximação de moças e rapazes, bem como à formação de casais.

Algumas filhas, por sua vez, mesmo enamoradas de rapazes não aprovados por suas famílias optaram pela fidelidade familiar. Importante destacar que, na construção da identidade feminina, o pertencimento à família e o amor filial eram incorporados e, às vezes, eram sentimentos que se sobrepunham ao amor romântico.

No período em estudo, em famílias tradicionais, moças e rapazes casadouros subjetivavam-se incorporando o amor romântico e o sentimento de pertencimento à família.⁹⁷¹ Em algumas histórias esses sentimentos foram aliados; em outras, rivais. Ora o primeiro preponderou; ora, o segundo.

Ademais, o amor também era representado como sentimento entre iguais. Para aqueles e aquelas que incorporavam essa representação, a condição de igualdade já era um requisito do sujeito do amor.⁹⁷² Importa destacar, a partir de argumento desenvolvido por David Le Breton, que os sentimentos e emoções

nascem de uma relação com um objeto, da definição, pelo sujeito, da situação em que se encontra, ou seja: eles requerem uma avaliação, mesmo que seja intuitiva e provisória. Essa última baseia-se sobre um repertório

⁹⁶⁹ MONTEIRO, C., 1993, v. 2, p. 45.

⁹⁷⁰ Sobre a importância do corpo na definição da hierarquia, no Brasil, ver DAMATTA, 1987, p.199-201.

⁹⁷¹ Sobre a relação família/subjetividade, ver VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA *et al*, 1987, p.79-87.

⁹⁷² COSTA, J., 1999.

cultural que distingue as diferentes camadas de afetividade, misturando as relações sociais e os valores culturais ativados pelos sentidos.⁹⁷³

Perceber o outro como inferior era uma barreira ao envolvimento afetivo. A noção de lugar atravessava as relações afetivas. Embora membros das classes alta e média circulassem, comumente, nos mesmos espaços de lazer e sociabilidades, alguns rapazes antes de se aproximar de uma moça, efetivavam autojulgamento, avaliando se estavam à altura ou não da pretendida e, assim, julgavam se o lugar ocupado por eles e sua família era compatível ao das moças.

Importa destacar que a dinâmica do mercado matrimonial desqualificava os homens menos favorecidos em termos sociais e econômicos, uma vez que a própria ideia dominante de homem no período já pressupunha a capacidade de prover e de se projetar, socialmente. Casar com um homem de prestígio, reconhecido, que tinha capacidade de manter a família, sozinho, era sinônimo de bom casamento.⁹⁷⁴

A condição de bom partido era generificada. Os papéis que os homens e as mulheres deveriam desempenhar também a compunham. Como se tratava de uma sociedade em que a família era um valor, bons partidos também eram moças e rapazes que prometiam desempenhar a contento os papéis familiares. Os rapazes deveriam escolher moças que demonstrassem condições de ser boas mães, esposas e donas-de-casa. Enquanto as moças deveriam escolher rapazes que demonstrassem condições de ser bons maridos, pais e provedores familiares. Nome, origem, prestígio familiar somavam-se à expectativa de que as moças e os rapazes pretendidos atualizassem os ideais de gênero, em vigor.

Na berlinda situava-se o comportamento. No caso das moças, os rapazes deveriam escolher aquelas que eram *de família* em detrimento das *faladas*. A casadura deveria ser aquela de bom comportamento. A qualificação de *moça de família* pressupunha conduta, conforme as expectativas dominantes, senão, nas práticas, pelo menos no âmbito da imagem pessoal visível, socialmente.

A pecha de *mal falada*, além de fantasma que funcionava em prol da contenção das atitudes femininas, criava dificuldades para as moças no mercado sentimental. Quando um rapaz namorava uma *mal falada* sua família e grupo de convívio encarregavam-se de enfatizar a má fama da escolhida, atuando contra a formação do casal.

⁹⁷³ BRETON, David Le. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.114.

⁹⁷⁴ MACHADO, Raimunda Ribeiro. *Depoimento concedido a Elizângela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

A desqualificação feminina a partir do comportamento, contudo, dependia da existência de outros capitais simbólicos⁹⁷⁵, que a jovem porventura detivesse. Era inversamente proporcional ao nome, ao prestígio e à fortuna da família, bem como à formação. Quanto menores esses capitais, maior a desqualificação. Portanto, era na classe média que a pecha de *mal falada* produzia maior impacto.

Beber, jogar e frequentar cabarés eram atos compartilhadas por muitos rapazes e que integravam a socialização masculina. Tratava-se de práticas associadas à condição de homem. Experienciá-las constituía uma marca de masculinidade. Contudo, se, por um lado, atestavam a condição de homem; por outro lado, eram percebidos como ameaças à ordem familiar. Quanto mais excessivas essas práticas, mais eram ameaçadoras. Considerava-se que as sociabilidades e os prazeres compartilhados em torno desses hábitos punham em risco à assunção das responsabilidades do homem casado.

A documentação pesquisada indica tentativas de normalização do acesso dos rapazes, sobretudo, dos menores à bebida, ao jogo e aos cabarés. A despeito disso, eram largamente consumidos pelos homens, inclusive, menores. Muitas sociabilidades eram compartilhadas em torno dos vícios.

Vários estudantes deixavam de frequentar as aulas para jogar. No início do ano de 1946, os lugares mais frequentados por eles eram o Café Avenida, o Bar Carvalho, o Café Mangueira e o “Chico Doca”. Segundo um cronista, nesses estabelecimentos, alguns rapazes passavam o dia apostando, no jogo.⁹⁷⁶ As preferências dos adolescentes eram o bilhar e o *snooker*.⁹⁷⁷

Em meados de 1948, o jogo era amplamente praticado na cidade em clubes, bares e casas particulares. Segundo A. Tito Filho,

Da Praça Rio Branco à Piçarra, da Piçarra às imediações da Praça Landri Sales, desta à rua Areolino de Abreu. Das frestas das janelas e das portas, saem os minúsculos focos das luzes denunciadoras. Em tudo domina o silêncio, impera o sussurro. Poucas vezes reboia uma gargalhada. Ouve-se bem o ruído de mãos trêmulas traçando o baralho. Poker. Bacarat. Pif-paf.⁹⁷⁸

Um conjunto de preceitos compunha o bom comportamento masculino. O bom rapaz não deveria ter vícios. Isto significa dizer que não fosse viciado em jogo, que bebesse moderadamente, que fosse discreto quanto a frequência a cabarés. Ademais, deveria ser

⁹⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 133-161.

⁹⁷⁶ S.S. Em defesa da mocidade. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 34, p. 1, 13 jan. 1946.

⁹⁷⁷ TITO FILHO, A. Jogo, muito jogo. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 335, p. 6, 11 abr. 1948.

⁹⁷⁸ TITO FILHO, A. Jogo, muito jogo. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 335, p. 6, 11 abr. 1948.

honesto, cumpridor dos deveres de cidadania, estudioso, respeitador e bom filho. No trato social deveria ser polido, cortês e contido.

Ser bem comportado era um capital simbólico que valorizava o rapaz no mercado matrimonial. Quando o rapaz tinha um bom comportamento, mesmo que sua família não fosse conhecida ou de destaque social, as qualidades individuais poderiam compensar a ausência de capitais simbólicos e materiais relativos à família. Era um capital de tal importância que permitia vencer resistências impostas pela família da moça.⁹⁷⁹

A presença feminina no lazer e nos espaços de sociabilidades, em geral, ocorria na companhia de membros da família da moça. Pai, mãe, irmãos, irmãs e parentes observavam e avaliavam o rapaz que se aproximava. A origem e o comportamento do rapaz eram averiguados. A família procurava saber se era um rapaz honesto, trabalhador, estudioso, responsável e de *boa família*. Em Teresina, mesmo nos anos 1950, marco final do período em estudo, as pessoas que compunham a classe alta e média se conheciam, o que favorecia o conhecimento da origem dos rapazes. Além disso, o bom e o mau comportamento eram de conhecimento público.

O ideal de bom partido era rapaz filho de *boa família*, formado, proprietário ou bem empregado, bonito e de bom comportamento. No universo das práticas, contudo, plurais eram os pretendentes. Se havia rapazes que eram percebidos como partido ideal, havia aqueles que o eram em parte. Raimundo Leão Monteiro, por exemplo, o pretendente de Graci Figueiredo, era um rapaz de *boa família*, que, nos anos 1920, tinha fama de moço rico, requisitos de um bom partido. Contudo, seu comportamento estava longe de ser aquele que uma mãe esperava do futuro marido de uma filha. Mesmo sendo uma viúva pobre, Júlia Figueiredo não queria que sua filha namorasse o rapaz. O mau comportamento do pretendente o desqualificava aos seus olhos. Segundo Carlos Augusto Monteiro,

D. Júlia via com apreensão o assédio do jovem Mundico. A volta da Alemanha dava-lhe uma espécie de aura de ‘moço rico’, e inegavelmente de boa família. A mãe era uma Area Leão. O Major Santídio era muito bem conceituado e estimado na cidade. Mas não havia dúvidas de que o rapaz era um dodivanas. As estórias que corriam sobre ele eram bem conhecidas.⁹⁸⁰

Eis uma referência aos comportamentos do jovem Mundico Leão Monteiro, que causavam apreensão a D. Júlia:

⁹⁷⁹ ABREU, Irlane Gonçalves de. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2002.

⁹⁸⁰ MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p. 127.

Não era rapaz de namoricos decentes com as filhas da família. Suas pretensões eram diretas e as abordagens visavam a cama. Seus domínios, além das mocinhas incautas do subúrbio (e das fazendas) eram as casas de mulheres-da-vida e as ‘pensões’. Ali se produziram muitas farras memoráveis, seguidas de quebra-quebra, na zona do meretrício, à beira do rio.

Houve um quebra dos diabos noite passada na zona. Quem foi? – O Mundico Leão. Quem? O Mundico do Major Santídio. Ali principiava a legenda do jovem que de Mundico Leão, passaria progressivamente a ser designado como Mundico Santídio.⁹⁸¹

Quando Graci era assediada por Mundico, surgiu em sua vida um ideal de *bom partido*. Era um médico da terra, radicado no Sul, que voltara para Teresina e estava prestando serviços à Secretaria de Saúde. Era sério e respeitador estando pelos trinta anos. Segundo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro,

Graci costumava dizer que não acreditava que o médico, de alta posição, quisesse casar com ela. Imaginava que ele queria um passa-tempo enquanto estivesse servindo em Teresina. Parece mais certo que para uma mocinha de 18 anos um pretendente passado dos trinta não oferecesse atrativo.⁹⁸²

Graci não investiu no médico bom partido. A despeito da fama de rapaz doidivanas e da oposição de sua mãe, a jovem casou-se com Mundico. A trajetória da jovem Graci permite indicar a presença de tensões entre as aspirações femininas e as da família, quanto ao pretendente ideal. Embora o comportamento do rapaz fosse considerado de fundamental importância à realização de um bom casamento, nem sempre as moças o observavam. A beleza do rapaz, a alegria do encontro, a empatia, a atração sexual poderiam sobrepor-se à exigência de bom comportamento.

Considerando o fato de em revistas femininas os conselheiros matrimoniais criticarem ferrenhamente o envolvimento de moças e rapazes, a partir da beleza e da atração física, destacando a necessidade de se levar em consideração outros elementos, é possível inferir que esses elementos interferiam no momento da escolha conjugal.⁹⁸³

Em relação a essa questão, os comportamentos individuais não eram considerados suficientes para avaliar os candidatos e candidatas ao matrimônio. Os desempenhos de seus pais e de suas mães marcavam a maneira como filhos e filhas eram apreciados no mercado matrimonial, bem como a legitimidade social do par. Encontrava-se difusa a ideia de que

⁹⁸¹ Ibid., p. 77.

⁹⁸² MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p. 127.

⁹⁸³ PINTO, Wladimir. Noivado. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, ago. 1938; COMO deveriam ser escolhidos noivo e noiva para se obter uma união feliz e duradoura. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, out. 1942, p. 10-12.

filhos e filhas herdavam dos pais e das mães, além de características físicas, as morais. Assim, filho do bom pai, bom pai seria; filha de boa mãe, boa mãe seria. A recíproca também era verdadeira.

Importa destacar que, no que diz respeito a essas hierarquias, o amor era tanto percebido como um sentimento que as questionava quanto um sentimento entre iguais. Essas formas de representar o amor, por sua vez, ora ocasionavam encontros e possibilitavam a formação de casais, ora produziam desencontros, impedindo que casais se constituíssem.

4.3 AMORES SINGULARES

Quando o pai, a mãe ou ambos consideravam que os filhos e as filhas deveriam casar com pessoas de nível semelhante, e os filhos ou filhas apaixonavam-se por pessoas consideradas inferiores, seja em termos de família, de condição social, econômica ou étnica, desencadeavam-se conflitos entre pais e filhos e filhas.

O pertencimento à família, incorporado por moças e rapazes dos segmentos mais abastados e a lealdade e submissão que esse sentimento impunha embatiam-se com o amor. Ora, moças e rapazes se vergavam à decisão da família, abrindo mão de casar com quem amavam; ora se opunham a ela.

Memórias e produção literária que registraram costumes indicam que o amor representado enquanto sentimento que ignorava barreiras e regras levou algumas moças e rapazes a questionarem hierarquias sociais e étnicas, ora casando-se, ora compondo casais com base em relações consensuais.

Em nome do amor aconteceram enlaces entre pessoas de condição social e/ou étnica distinta, bem como uniões consensuais envolvendo pessoas que já haviam sido casadas. Se, nos segmentos mais abastados, a individualização configurava-se em relação à família enquanto valor, no período em estudo, foram possíveis trajetórias singulares,⁹⁸⁴ em que homens e mulheres se opuseram a suas famílias e aos valores dominantes.

A esse respeito, José Lopes dos Santos acentua que seu pai, no final dos anos 1910, apaixonando-se por uma mulata, casou-se sem o consentimento de sua família. Conforme

⁹⁸⁴ GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986; ELIAS, 1994b.

rememora, uma de suas tias, à época do casamento de seus pais, afirmara que “preferia morrer leprosa a ver seu irmão casado com uma negra!”. Mesmo assim o casamento foi realizado.⁹⁸⁵

Em 1896, uma viúva, de 31 anos, mãe de cinco filhas, escandalizou a família, os vizinhos e amigos. Uma pioneira no exercício do direito de amar, apaixonando-se por um rapaz 12 anos mais novo e mulato, Sérgia, filha do Alferes João Paulo de Area Leão, enfrentou a oposição de parte de seus irmãos e casou-se, em 1898, com Santídio Monteiro. Quem narra essa história é o neto do casal Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Aos 15 anos, sob escolha paterna, a menina-moça Sérgia contraiu matrimônio com o cunhado de seu pai, o Capitão Joaquim Alves da Rocha. Em 1896, logo após enviudar, decidiu zelar pessoalmente seus bens e de suas filhas. Desde os tempos do pai de Sérgia que as fazendas do Alto Longá, suas maiores fazendas de gado, apresentavam problemas de limites de terras, bem como roubo de rebanho.⁹⁸⁶ Sérgia decidiu resolver a situação. Antes do final do ano de 1896, seguiu para essas fazendas do Alto Longá “com grande comitiva de negros de confiança, mucamas e as filhas, para vistoriar os seus bens”.⁹⁸⁷

A decisão de administrar pessoalmente seus bens e de suas filhas, que escandalizara sua família, os vizinhos e os amigos, tornou possível um romance que causaria ainda maior indignação. Com o intuito de conhecer e demarcar as terras que lhe pertenciam, Sérgia instalou-se com a comitiva, na fazenda O Bonito. Nessa fazenda, encontrou-se com o jovem Santídio Monteiro, o agrimensor, que, contratado por intermédio de seu irmão, Capitão Cicinato, iria assentar os limites de suas propriedades. Santídio, então com 19 anos, era um homem de grande porte com mais de um metro e oitenta de altura, moreno, cabelo grosso e fartos bigodes em ponta. Segundo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Sérgia, que tivera no Capitão Joaquim Rocha um senhor bondoso, que a protegia e mimava, na liberdade da viuvez, desabrochou para o amor, ao conhecer o jovem Santídio Monteiro.⁹⁸⁸ E, no convívio diário, “A fazendeira seduzia o medidor de terras que não pedia a Deus outra coisa”.⁹⁸⁹

Medidas as terras no Longá, Sérgia retornou ao sítio Santo Antônio, onde residia. Era ainda necessário medir as terras do Berlingas, situadas no município de Valença. Sob a necessidade de demarcar essas terras, o contato entre Sérgia e Santídio se estendia. Entre 1897 e 1898, o contato entre a fazendeira e o agrimensor estreitou-se e o romance se tornou visível. Eis como Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro situa seu impacto:

⁹⁸⁵ SANTOS, José Lopes dos. *A academia e a cadeira* 27. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1994. p. 43-44.

⁹⁸⁶ MONTEIRO, 1993, v. 2, p. 80.

⁹⁸⁷ *Ibid.*, p. 83.

⁹⁸⁸ *Ibid.*, p. 83-84.

⁹⁸⁹ *Ibid.*, p. 86.

Se a decisão de cuidar das posses já havia escandalizado a todos, o romance de D. Sérgia foi estupeficante. Aquela mulher ficara maluca. Sobrepueram-se três agravantes seríssimas na conduta da fazendeira, filha do alferes João Paulo de Area Leão, um homem tão rigoroso que parecia inadmissível que uma filha sua pretendesse quebrar as normas sociais vigentes. Em primeiro lugar a brevidade da viuvez. Bem o marido (que os vermes ainda não haviam destruído o cadáver) baixara no túmulo e a viúva – por ele qualificada de ‘inconsolável’ – já procurava substituto. [...] O segundo aspecto era a diferença de idade. A mulher, enlouquecida, deixava-se seduzir por um rapaz 12 anos mais moço que ela, quase podendo ser seu filho... E isto era a prova mais eloquente e irrefutável do interesse e das más intenções do espertalhão... Por fim, e talvez o mais grave, a filha do Alferes João Paulo, viúva de um Rocha, queria unir-se a um mestiço, um belo rapaz mas visivelmente mulato, como sua mãe, uma tal Nhá Vicência, quase negra, sobre cuja fidelidade conjugal ao português que subia e descia o rio, pairavam dúvidas... Realmente era demasiada loucura ao mesmo tempo. D. Sérgia enlouquecera sem dúvida.⁹⁹⁰

Parentes e amigos procuraram demover Sérgia do intento de casar-se com Santídio, mas não conseguiram êxito. Os irmãos mais próximos, Cicinato e Afro Area Leão, não a estimularam nem se declararam contra o enlace. Contudo, os irmãos mais moços José Marques e Antônio Martins, que estudavam em Fortaleza e no Rio de Janeiro, se opuseram ferrenhamente ao matrimônio.

Amigos do marido falecido, diante da decisão da viúva, enviaram cartas e telegramas aos irmãos mais novos de Sérgia, que eram também sobrinhos do Capitão Joaquim Rocha, seu falecido marido. Na iminência do casamento de Sérgia, os irmãos José Marques e Antônio Martins, pessoalmente, procuraram convencer a irmã a desistir do casamento, considerado uma loucura. Tanto expuseram as razões contrárias ao enlace quanto ameaçaram tomar-lhes as filhas. Nada conseguiram. Sérgia manteve sua decisão e casou-se com Santídio.

Indignados com a teimosia da irmã, José Marques e Antônio Martins tomaram as cinco meninas de Sérgia a seus cuidados, cindindo a família. José Marques interrompeu os estudos no Ceará, era fazendeiro e não tinha vocação para profissão liberal.

Talvez por já ter alguma inclinação ou aguçado algum sentimento pela necessidade prática ante a situação, resolve desposar a menina mais velha Adélia Carolina. Malgrado o elevado grau de consanguinidade, casam-se assim um primo – em primeiro grau – ao mesmo tempo que tio, com a menina moça de dezessete anos.⁹⁹¹

⁹⁹⁰ MONTEIRO, 1993, v. 2, p. 83-84, p.86.

⁹⁹¹ Ibid., p. 88.

Os irmãos decidiram se afastar com as sobrinhas para bem longe. E após vender parte de seus bens e regularizar aqueles pertencentes às sobrinhas, compraram uma fazenda no lugar Pedra Lisa, no Sul de Minas Gerais. O casal José Marques-Adélia Carolina e as quatro irmãs desta instalaram-se na referida fazenda, enquanto Antônio Martins voltou ao Rio de Janeiro para concluir o curso de engenharia.

No intenso frio do planalto sul mineiro, uma das filhas de Sérgia, Mariquinha, chorava constantemente, desejosa de voltar para junto da mãe. “Mostrar-se-ia tão rebelde e teimosa quanto a mãe e tanto reclamou, e tanto bateu o pé que foi mandada de volta ao Piauí”.⁹⁹²

Os fragmentos dessas histórias de vida permitem destacar, em primeiro lugar, que diferentes sentimentos e razões mobilizavam as ações de mulheres e homens, no período, no que diz respeito ao casamento; em segundo lugar, a convivência, às vezes, na mesma família, de diferentes temporalidades e trajetórias, no que diz respeito ao amor. Em seu primeiro casamento, Sérgia não escolheu o marido, casara-se com o homem designado pelo pai. O segundo foi fruto de sua escolha pessoal, com base no amor nutrido por Santídio.

O segundo casamento de Sérgia, despertando múltiplos sentimentos e ressentimentos, desencadeou outro enlace na família, entre sua filha Adélia Carolina e seu irmão José Marques. Se o amor romântico habitava o coração dos futuros cônjuges, certamente, somava-se ao desejo de conservar o patrimônio, o nome da família e a memória do capitão Joaquim Alves da Rocha, pai de Adélia e tio de José Marques. Assim, o casamento de Sérgia, por amor, ensejou a formação do casal José Marques/Adélia Carolina para manter a coesão e a herança (i) material da família.

José Marques e Adélia Carolina foram pais de um filho, que recebeu o nome do avô, Joaquim, e de uma filha, chamada Francisca. O casamento durou pouco, uma vez que o marido faleceu muito moço, meados dos anos 1910, quando a família residia no Rio de Janeiro, em uma chácara no Meier. Adélia, seus filhos e as irmãs Judith e Otília Rocha ficaram ao encargo de Antonio Martins de Area Leão.

Segundo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, a cisão na família, então dividida em dois núcleos, não implicou inimizade e separação irremediável. Os laços familiares foram mais fortes que os ressentimentos, ainda que o irmão Antonio Martins de Area Leão nunca tenha escondido o desagrado pelo casamento da irmã.⁹⁹³

Fragmentos da história de Francisco Miguel permitem perceber que a liberdade de escolha a que se permitiam algumas mulheres, no final dos anos 1920, ainda despertava fortes

⁹⁹² Ibid., p.89.

⁹⁹³ MONTEIRO, 1993, v. 2, p. 102.

ressentimentos na família. No lugar Poção, município de Amarração, Francisco Miguel casou-se, no início do mês de novembro de 1927, com uma irmã de Laurentino de Brito, contra a vontade deste. Laurentino, que era pessoa abastada, inconformado com o casamento da irmã, contratou um agente de segurança pública para matar o cunhado, mediante a quantia de um conto de réis. O episódio foi noticiado pela imprensa nos seguintes termos: “dirigindo-se à residência de Francisco Miguel, em companhia de outros indivíduos ali chegou o sargento Melo, à meia noite e, batendo à porta, foi recebido por aquele, travando-se então, forte conflito, do qual resultou a morte de um companheiro do alvejado [...]”.⁹⁹⁴

Os dados relativos a esse crime foram publicados em matéria veiculada no jornal *A Imprensa* em novembro de 1927. O caso relatado constitui-se em situação-limite, no que diz respeito aos interesses individuais e familiares. Embora não haja dados quanto à condição social de Francisco Miguel, como o redator atribuiu a condição de abastado somente a Laurentino de Brito, pode-se sugerir a possibilidade de casamento de uma moça de posses e de um rapaz pobre. Aparentemente, o casamento contra a vontade de Laurentino foi interpretado como um atentado a sua honra, uma invasão de seu espaço.

Diante da tensão entre as escolhas individuais e as demandas familiares, era comum a imposição da escolha da moça e do rapaz através das fugas. Durante o período em estudo as fugas foram recorrentes. Quando a família não aceitava o enlace ou caso houvesse expectativa de que isso pudesse acontecer, muitos enamorados da primeira metade do século XX repetiam gestos e atos de seus antepassados, fugindo para casar.⁹⁹⁵ Yara Vilarinho, que nasceu em 1923, lembrando seu tempo de juventude, explica o procedimento da fuga.

Naquele tempo era, quando a moça queria casar com um rapaz e os pais por alguma razão não queriam, combinavam de fugir, aí tal hora iam buscar. Na minha família mesmo tem um caso, uma prima minha, ela era muito apaixonada por um rapaz e deram muito certo, viveram muito tempo e foram muito felizes, mas os pais não queriam por causa de briga por fazenda, ele também era branco, com condições sociais iguais as dela, mas não queriam por causa de briga de fazenda, de política, de confusão. Aí ele: pois só tem um jeito, a gente foge! Está certo! Arrumou uma trouxa, pulou a janela, engraçado ele nem ficou só com ela nessa noite, ele a levou para a casa do irmão dele. Dormiram lá na casa do irmão, com a mãe, com a mãe do rapaz, dormiu no quarto com a mãe. Mas o pai disse: agora casam, agora tem que casar. E era o que eles queriam. Casaram, mas foram muito felizes toda vida. Ela disse: se eu não tivesse feito isso, tinha casado com outro que eu não gostava e hoje era infeliz, e ele foi muito bom para ela. Agora isso aí

⁹⁹⁴ MAIS um crime. *A Imprensa*, Teresina, ano 3, n. 323, p. 4, 29 nov. 1927.

⁹⁹⁵ FREYRE, Gilbert. *Sobrados & mucambos*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006b; FALCI, Miridan Knox. *Mulheres do sertão nordestino*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 241-277.

acontecía muito, era muito comum, era comum acontecer isso aí. O casamento saía, na hora. Não tinha conversa.⁹⁹⁶

A fuga forçava a aceitação do enlace porque punha em xeque o princípio fundamental da sociedade em estudo, a honra. Mesmo que não tivesse havido intercurso entre os enamorados, a suspeita maculava a moça e sua família. Nesses casos, em geral, considerava-se o casamento o meio de resolução do impasse. Além da fuga, o intercurso era outro mecanismo usado para forçar a aceitação de um casamento não aprovado pelos pais.

Era também um mecanismo utilizado por enamorados que não poderiam se casar, em virtude da inexistência de divórcio. Eis um caso. José Alves Veras, nascido em 1892, foi enviado pelos pais para Liverpool, lá se licenciando em Inglês. Em 1914, tangido pela guerra retornou a Teresina. No ano seguinte, o jovem que era conhecido por Zuca, abriu o Colégio 24 de Janeiro e casou-se com Leonor Soares.⁹⁹⁷ O casamento, porém, foi de pouca duração, pois o casal se separou.

Professor de inglês e de francês, Zuca Veras ministrava aulas de francês às moças do sobrado dos Veloso, situado na praça João Luiz Ferreira. Zuca apaixonou-se por uma de suas alunas, Nair de Castro, filha de uma importante família. Apaixonados e impedidos de se casar, uma vez que Zuca era legalmente casado, os enamorados tramaram a fuga.

Antes da fuga, havia murmúrios na cidade acerca do namoro de Zuca e Nair. Francisco José dos Santos e Silva, cunhado de Zuca, conhecido por Santinho, ouviu comentários acerca desse namoro e comunicou ao sogro, Abílio Veras, o que a cidade murmurava.

Para Santinho era inadmissível que o cunhado, um homem ‘casado’, se atrevesse a engrajar-se com uma moça de ótima família como era a do seu amigo Sinval de Castro. Avisou Santinho a Abílio que o seu dever de lealdade ao amigo Sinval exigia que o avisasse do que ouvira. E assim o fez. O velho Sinval ficou alarmado. Botou a filha Nair em confissão e esta, veementemente, negou tal envolvimento com o professor de francês. Uma grossa e despropositada calúnia. O pai, arrependido ante o pranto da filha, pediu-lhe perdão e deu o caso por encerrado.⁹⁹⁸

Enquanto a cidade murmurava, Zuca e Nair executavam meticulosamente plano de fuga. Zuca encerrou as atividades do Colégio 24 de Janeiro, saldando compromissos e regularizando a situação dos discentes e docentes. Além disso, mandou cavar na chácara de seus pais, que ocupava uma quadra inteira da rua da Estrela, uma fossa próxima a uma das edículas no pomar. Após despachar os trabalhadores, Zuca, pessoalmente, forrou-a com

⁹⁹⁶ OLIVEIRA, 2007.

⁹⁹⁷ MONTEIRO, 1993, v. 3, p. 100.

⁹⁹⁸ MONTEIRO, 1993, v.2, p. 130.

esteiras e atravessou a abertura com travessões de madeira, sobre os quais colocou pilhas de lenha. Eis o lugar que abrigaria o casal, quando a família da moça tomasse conhecimento da fuga. “Uma pequena passagem camuflada por feixes de lenhas, facilmente removíveis, servia de entrada ao esconderijo”.⁹⁹⁹

Após o planejamento da fuga e a construção do esconderijo, Zuca comunicou ao pai a decisão de recomeçar a vida ao lado de Nair. Diante da firme resolução de seu filho, Abílio Veras o apoiou. Quando a família de Nair tomou conhecimento da fuga da filha, o casal foi procurado por toda a cidade. Seu pai Cel. Sinval acompanhado do genro Antonio Veloso e da polícia vasculhou, inclusive, as casas dos parentes do rapaz. Escondido no interior da chácara, no buraco forrado por esteiras, o casal não foi encontrado.

Uns dois ou três meses estiveram ocultos na residência dos pais de Zuca. Nesse período, cessadas as buscas, o casal deixou Teresina com destino a Belém, onde residiu, no período compreendido entre o começo do ano de 1924 e o início dos anos 1940, quando Zuca, Nair e os filhos e filhas transferiram-se para o Rio de Janeiro. Eis o último lance do casal, em Teresina, narrado por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, primo de Zuca.

[...] uma noite, recolhidas as cadeiras das rodas que se formavam às calçadas, à rua da Estrela, três caboclos, de chapéu de palha e alpercatas, surrão às costas e varas de pescar ao ombro se dirigiam calmamente à beira do rio Parnaíba. Mais tarde três mulheres, saias rodadas ao chão, mantilhas sobre os ombros e trouxas de roupa às costas, desceram também à beira do rio. Os caboclos eram Zuca, ladeado por um dos irmãos e um primo. As mulheres eram Nair, Mãe Celé e sua filha Doninha. Reunidos à beira-rio, o casal tomou um bote descendo o rio até a fazenda Iracema. No dia seguinte, de madrugada, a cavalo, foram alcançar a estrada de ferro em estação bem distante daquela da Vila das Flores para pegar o trem para São Luís. De lá tomaram o navio que os conduziu à Belém do Pará.¹⁰⁰⁰

Segundo Carlos Monteiro,

O escândalo produzido naquela Teresina da primeira metade dos anos vinte foi indescritível, traumatizando as famílias Castro e Veloso. Os preconceitos eram de tal monta que moça da família Castro Veloso teve noivado rompido, algo de inconcebível nos dias de hoje. O que ressalta o ato de coragem do casal que soube lutar pela sua felicidade.¹⁰⁰¹

⁹⁹⁹ Ibid., p. 132.

¹⁰⁰⁰ MONTEIRO, 1993, v.2, p. 132.

¹⁰⁰¹ Ibid., p. 132.

A fuga, no entanto, era uma situação-limite. Moças e rapazes faziam uso de outras estratégias e táticas,¹⁰⁰² com o intuito de casar com quem amavam. O pai de Yara Vilarinho, por exemplo, em 1950, em princípio, não aceitou seu casamento com aquele que viria a ser seu marido. O pai justificava sua posição alegando que o pretendente era de fora do Estado, de família desconhecida. Eis como o impasse foi resolvido e a jovem Yara pôde casar-se com quem escolheu.

Meu pai não queria o casamento. Eu disse: ai papai, eu não vou casar com quem o senhor quer. Quem vai viver sou eu, não é o senhor. Terminou deixando. Ele não queria porque não conhecia, porque o Severino não era daqui. [...] E ele só deixou..., mas quando eu me casei, eu esperei ele dar o consentimento. Ele aceitou, ele deu o consentimento. [...] Mas porque o meu irmão era militar e ele tinha um irmão que era militar, também. O irmão do meu marido era capitão e o meu irmão era major. E coincidiu que eles foram trabalhar em Minas Gerais. O irmão dele, em Minas, e o meu irmão, também. Só que não era na mesma cidade, mas o comandante da região era o mesmo. O comandante, que era general, morava na cidade que meu marido morava, era vizinho de lá e conhecia todo mundo. Aí o papai fez uma carta, nesse tempo não tinha telefone, fez uma carta para o meu irmão contando a história, que eu queria me casar com um rapaz, mas ele não queria, ele não achava bom porque ele não conhecia, era da Paraíba e tinha família em Minas e queria saber, aquela história toda! Aí meu irmão pediu para o papai perguntar para mim de que família ele era, como era, e tal e tal –, porque o papai sabia que ele tinha um irmão militar –, perguntasse o nome desse irmão, que ele ia procurar ter informação. Aí assim ele fez. Aí foi lá, pediu permissão ao general para ir a Minas e o general perguntou o porquê, aí ele disse. Aí o general perguntou como era o nome dele, aí ele disse. ‘Meu filho, se eu tivesse uma filha mulher eu ia dar de presente pra esse rapaz. São umas criaturas maravilhosas!’ Colocou no céu. Ele foi quem fez a carta. Disse: não, eu faço questão de escrever essa carta para seu pai. Aí o próprio general fez uma carta para o papai. Ainda hoje eu tenho essa carta. Foi como o papai aceitou, ficou sossegado, e nos deixou casar, mas era uma novela.¹⁰⁰³

A história do casamento da entrevistada nos permite indicar outra característica do contexto. A possibilidade de diálogo entre pai e filha. Se o pai se julgava no direito de escolher ou indicar com quem a filha deveria casar, em parte das famílias, as filhas tinham condições de expor seus sentimentos e interesses, como foi o caso da entrevistada.

Na década de 1950, o poder dos pais nas escolhas conjugais continuava recorrente. Nessa década também foi comum o impasse entre filhas, filhos, pais e mães. Mundiquinha Machado, que nasceu em 1936, por exemplo, casou em 1957, contra a vontade de sua mãe, à época, viúva. Lembra a entrevistada que essa também foi a experiências de outras jovens de

¹⁰⁰² Acerca das noções de tática e estratégia, ver CERTEAU, 2000, p. 97-102.

¹⁰⁰³ OLIVEIRA, 2007.

suas relações próximas.¹⁰⁰⁴ Sua mãe justificava a oposição alegando que os costumes e a educação das famílias não eram compatíveis.

Além de impulsionar quebras de hierarquias sociais e étnicas, o amor era um sonho capaz de levar homens e mulheres a se contrapor a outras normas e convenções sociais. Explico. O grande investimento da Igreja Católica sobre as mulheres, no período em estudo, aproximava as mulheres dos padres. Nesses contatos, em alguns casos, além de compartilharem sentimentos religiosos, vivenciavam o amor romântico e, capturados por ele, alguns padres romperam os votos. Essa foi a história de um parente de Genu Morais. Um sobrinho de seu avô, Helvídio Clementino de Aguiar, que tendo estudado em Roma, retornou para Teresina, em 1936, quebrou os votos em nome do amor. Trabalhando em Natal, hoje, Monsenhor Gil, o padre conheceu uma jovem por quem se apaixonou. Conforme registrado na memória da família, nutrindo fortes sentimentos pela moça, o padre retornou a Teresina para conversar com o bispo Dom Severino. Segundo Genu Morais, contava-se, na família, que o padre teria dito ao bispo que “estava com tendência de se apaixonar pela moça”. Dom Severino, por sua vez, teria ordenado ao padre que ele voltasse e vencesse as tentações. Contudo, foram *as tentações* que o venceram, pois fugiu com a amada para casar.¹⁰⁰⁵

José Elias Martins Arêa Leão, nascido em 1939, também reteve na memória lembrança de um casamento entre uma moça muito devota e um ex-padre. Em seus termos: “lembro de uma beata, que ajudava um sacerdote muito importante e conseguiu tirá-lo do sacerdócio. Ele deixou a batina e depois se casou com ela. Ele se casou com ela porque o Vaticano permitiu, houve a anulação dos votos”.¹⁰⁰⁶

Permaneceu na memória da cidade a história do padre Alberto Freitas Santos. O referido padre foi diretor do Colégio São Francisco de Sales e mantinha sob sua tutela uma jovem que estudava no Colégio Leão XIII. Apaixonando-se por ela, padre Alberto rompeu os votos e casou-se.¹⁰⁰⁷ Acontecimento muito comentado na cidade foi objeto de matéria publicada no jornal *O Piauí*, no qual o cronista destacava que o ex-padre, em ato que estarreceu a comunidade religiosa e teresinense, abandonou as ordens monásticas e contraiu matrimônio, para viver “um legítimo romance de amor”.¹⁰⁰⁸

Se amor e casamento eram aliados, o amor também justificava a ruptura dos laços matrimoniais e a formação de um novo casal com base em relações consensuais. Eis o que

¹⁰⁰⁴ MACHADO, 2008.

¹⁰⁰⁵ CORREIA, G., 2008.

¹⁰⁰⁶ LEÃO, José Elias Martins Arêa. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

¹⁰⁰⁷ LEÃO, 2008.

¹⁰⁰⁸ UMA história de amor. *O Piauí*, Teresina, ano LXI, n. 709, p. 1, 23 jun. 1951.

aconteceu a certo poeta e professor, cujos fragmentos de sua história pessoal são lembrados por Yara Vilarinho.

Ele era casado, mas antes dele se casar com essa, ele teve uma paixão muito grande por uma moça, mas não deu certo. Ela foi embora para o Rio e lá ela se casou com outro. E ele casou com outra aqui. Depois de muito tempo, ele foi trabalhar no Rio e se encontrou com ela... Aí voltou. Dizem que ele voltou com ela! Aí não afirmo porque eu não sei.¹⁰⁰⁹

História semelhante experienciaram um médico e sua afilhada.

[...] Ele era padrinho dela. Ela morava... Ela era uma mocinha do interior, muito bonita, que era afilhada dele e da mulher dele. E então ela pediu para vir estudar aqui. Aí a mulher dele aceitou, era afilhada dela e botou ela dentro de casa. Tratava como filha. Eles tinham uma loja. Ela botou na loja, para ela ajudar, na loja. Ela estudava o ginásio, aí começou a namorar ele. Aí ele deixou a mulher por causa dela. Aí foi morar em outra casa, com ela. Mas foi um escândalo, foi um escândalo. Porque Teresina toda só falava nisso. Lugar pequeno... Então era uma coisa horrorosa!¹⁰¹⁰

O casamento como sacramento era uma representação do matrimônio recorrente e matriz de práticas sociais. A união de um homem e de uma mulher por laços sagrados santificava e legitimava o amor do casal. Enlaçados no altar, somente a morte deveria separá-los. Contudo, mesmo incorporando essa representação de casamento, homens e mulheres se permitiram dissolvê-lo, amando no pecado,¹⁰¹¹ uma vez que o amor poderia ser vivido como sentimento incoercível, que quebrava vínculos santificados. No início dos anos 1940, Martins Napoleão inscreveu essa possibilidade em *Fuga*.

Não me prendas nos teus braços, porque minha alma não está comigo.
Não me retenhas mais com palavras e gestos:
não me faças odiar as tuas lágrimas.

Não me acuses de cruel na tua cólera,
nem de ingrato no teu ciúme:
eu preciso partir para o perdido amor,
o único amor de minha vida,
como para o descanso e o alívio de um oásis.

Não me condenes porque eu seja assim:
Há em mim uma necessidade incoercível de cantar,
e o canto, infelizmente, só tem raízes no Amor.¹⁰¹²

¹⁰⁰⁹ OLIVEIRA, 2007.

¹⁰¹⁰ OLIVEIRA, 2007.

¹⁰¹¹ REGO, B., [1981], v. 1, p. 135.

¹⁰¹² Ibid., p.134.

Embora envolvida pelo manto do amor, sentimento então valorizado, a formação de novos casais a partir da ruptura do matrimônio, para homens e mulheres de formação católica era um pecado, que ofendia e questionava um preceito religioso. Aqueles e aquelas que ousavam romper com a instituição sofriam preconceitos, sobretudo, as mulheres, percebidas como filhas de Eva. No início dos anos 1940, a amante do referido médico, por exemplo, foi impedida de entrar em uma festa no Clube dos Diários, por não ser casada.

Houve uma festa no Clube dos Diários e ele era sócio. E ele foi, chegou lá com ela, não deixaram entrar não! Ele entrava só, mas com ela, não. Ele morava com ela, como casal. Não entrou não! [...] E ela era uma senhora direita, até gostava dela. Muito bonita! Uma mulher linda! Um bom comportamento. Só vivia com ele, não era casada com ele, mas ela não namorava ninguém. Vivia com ele, vivia como esposa. [...] Então, quando ele foi para o clube, não teve jeito, foi barrado mesmo. Brigou, brigou, quase puxava revólver, mas não entrou não! E era sócio! Só entrava sócio.¹⁰¹³

Por amor, homens pertencentes às classes média e alta não se casaram no seu universo social, vivendo em relações consensuais com mulheres pobres. Foi comum, no período em estudo, par formado por solteirão e sua protegida. Em sua entrevista, Mundiquinha Machado, nascido nos anos 1930, reteve na memória histórias de solteirões que viveram com suas amadas nas décadas de 1940 e 1950.¹⁰¹⁴

No início do período em estudo essa também era uma trajetória possível. Importa destacar que nos anos 1920, Lucrécio Dantas Avelino, juiz de Direito, mantinha relacionamento com Antonia Bandeira, mulher pobre, que lhe prestava serviços domésticos. O juiz residia sozinho em casa, que ficava situada em praça hoje denominada Demóstenes Avelino, enquanto Antonia Bandeira morava em casa de propriedade de Lucrécio Avelino, situada a dois quarteirões da praça.

O relacionamento teve fim com o assassinato do juiz, em 1927, quando este estava com 42 anos.¹⁰¹⁵ Através da obra, *O assassinio do juiz federal*, de Higinio Cunha, de 1928, em que o autor aborda o assassinato e suas causas, é possível perceber que a história do juiz e de Antonia Bandeira era de conhecimento público e gozava de aceitação social. A partir da obra e da documentação anexa¹⁰¹⁶, infere-se que, no final dos anos 1920, para os homens, era

¹⁰¹³ OLIVEIRA, 2007.

¹⁰¹⁴ MACHADO, 2008.

¹⁰¹⁵ CUNHA, Higinio. *O assassinio do juiz federal dr. Lucrécio Dantas Avelino*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1928. p.5.

¹⁰¹⁶ O assassinio do dr. Lucrécio Avelino: artigos publicados na 'Imprensa' desta capital, ns. 343 e 347 de 4 de janeiro a 2 de fevereiro de 1928; Discurso do senador Eurípedes de Aguiar, pronunciado na sessão do Senado Federal de 12 de setembro de 1928; Superior Tribunal de Justiça: Habeas Corpus n. 132; Relatório do Sr.

comum e aceitável que um solteiro mantivesse uma amante. Nessa documentação, as poucas referências a esse romance não denotam estranhamento, nem crítica social. Mesmo em relação a Antônia Bandeira, as referências são respeitosas. Ela é citada como a mulher protegida por Lucrécio, que gozava de sua intimidade e estima.

O início do século XX foi palco de outra história de amor envolvendo uma mulher pobre e um homem de grande destaque, trata-se do romance de Álvaro Mendes, que foi governador do Piauí (1904-1907) e de Maria dos Anjos. Durante muitos anos, o casal viveu maritalmente. Sentindo a saúde ameaçada e estando Maria dos Anjos, viúva, Álvaro Mendes decidiu casar-se. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que, quando criança conheceu Maria dos Anjos e a ouviu contar sua história a narrou na obra *Rua da glória*.

Com a maior nitidez e a mais viva recordação relembro uma visita que ela nos fez durante a qual narrou a minha mãe a sua romanesca existência. Desde o seu casamento mal sucedido com um sargento de Polícia, tuberculoso e mau caráter que a fez sofrer na cidade de Floriano onde servira. [...] Eu ouvia a tudo fascinado, sobretudo porque D. Dos Anjos era de uma vivacidade e um poder de narração realmente extraordinário. O grande lance final, sobretudo, era emocionante. Passara-se na escada do Palácio do Governo, o velho, na Praça Mal. Deodoro. Naquele dia havia ocorrido uma tragédia no rio: duas irmãs haviam se afogado nas águas agitadas do Parnaíba. Ela ocorrera à sacada para ver passar o triste cortejo com os corpos das moças que haviam sido resgatadas às águas. Ela estava absorta e com pena das moças. Nisso o Governador acercou-se dela e segurando-a pelos ombros propôs-lhe casamento. Já entristecida pela tragédia das afogadas, aquela proposta a perturbou mais ainda e ela rompeu num profundo pranto, o que assustou o Governador. Levou tempo para que ela pudesse se controlar e explicar o seu agradecimento. E ela terminava a narrativa com muito 'brio'. 'E, assim, minha filha (dirigindo-se à minha mãe) o Dr. Álvaro, da sua posição do mais alto posto deste Estado desceu as escadarias do Palácio do Governo para oferecer a uma rapariga pobre como eu, o seu braço e tornou-me como legítima esposa'. Uma tal história de amor não poderia ser esquecida e... a reproduzo aqui em homenagem àquela grande dama.¹⁰¹⁷

Essas referências permitem afirmar que as críticas sociais incidiam com maior veemência sobre os casais constituídos a partir da ruptura do casamento, uma vez que afrontavam uma instituição valorizada recorrentemente. Por sua vez, o solteirão e sua protegida, era um modelo de relacionamento que, simultaneamente, situava-se na norma e fora dela. Tratava-se, geralmente, de uma ligação que envolvia hierarquia, uma vez que,

Secretário da Polícia; Denúncia Oferecida pelo Dr. Eurípedes de Castro Melo, promotor de Justiça Criminal, desta capital; Discurso pronunciado pelo deputado Antonino Freire na sessão da Câmara Federal de 19 de setembro de 1928; A sentença de pronúncia proferida pelo integro magistrado dr. João Alves dos Santos Lima, digno juiz de Direito da Vara desta capital. Ver CUNHA, H., 1928.

¹⁰¹⁷ MONTEIRO, 1993, v. 3, p. 52.

comumente, o homem pertencia a estrato social mais elevado. A norma em configuração, no período, primava pela formação de casais considerados iguais, em termos de nome, de sangue e de condição social. Com efeito, casamentos desiguais eram desestimulados. Assim, por um lado, amando uma mulher considerada inferior nos termos referidos e mantendo-a como protegida, reafirmava-se o casamento como uma instituição que une homens e mulheres iguais, incorporando convenções sociais; por outro lado, contrariava o ideal de formação de casais, através do casamento.

Contudo, em nome do amor, esse ideal também era rompido, ainda que em casos-limites. Na classe média, outra trajetória possível era o casamento com mulheres cuja ligação nasceu nas zonas. Essa foi experiência vivida por um parente de Augusto Castelo Branco, relatada em sua entrevista.¹⁰¹⁸ Nesse caso, por amor, além das condições de igualdade referidas, o homem desconsiderava a pureza sexual feminina como requisito do casamento.

O amor do casal e o matrimônio elidiam o passado sexual da mulher. Uma vez casada e inserida nas prédicas de boa esposa, a mulher deixava de ter passado. Em meados dos anos 1940, um casal forasteiro principiou nova vida em Teresina. Tratava-se de um par formado por uma conhecida proprietária de um bordel em Fortaleza e de um viajante comercial. Segundo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro,

Era uma belíssima mulher que, apaixonando-se por um jovem viajante comercial, e após sustentá-lo no início da carreira, resolveu abandonar a vida que levava e vir principiar nova vida em outra cidade. Foi uma bela estória de amor, louvada por muitos em Teresina, onde o casal foi bem acolhido e respeitado, vivendo honestamente e criando os filhos no meio da melhor sociedade.¹⁰¹⁹

Esses fragmentos de histórias de vida e amor demonstram possibilidades de homens e de mulheres de reelaborarem em proveito próprio a ordem dominante. Mostram, ainda, que os sujeitos tinham meios para criarem lugares de liberdade e possibilidades de escolha.

As regras que orientavam a composição dos casais, mobilizando ações de homens e de mulheres, no tempo, impossibilitaram que algumas moças e rapazes se unissem. O jovem João Paulo Leão Monteiro, no início dos anos 1920 apaixonou-se perdidamente por uma bela morena de olhos negros, mas sua mãe, que era viúva, não consentiu o casamento. Sofrendo com o amor malogrado, o rapaz até então moderado, enveredou pela farra, passando noites

¹⁰¹⁸ CASTELO BRANCO, Augusto. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

¹⁰¹⁹ MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p. 269.

nos cabarés e a fazer serenatas à amada.¹⁰²⁰ O amor infeliz e as práticas vivenciadas em nome dele prejudicaram sua saúde. Em 1928, buscando recompor a vida, noivara com outra jovem e fazia planos para casar. Os planos, contudo, não foram concretizados, pois uma tuberculose o ceifara, em 15 de novembro do referido ano.¹⁰²¹

Nem sempre as jovens e os jovens conseguiam casar com aqueles que desejavam. Muitas vezes as desigualdades sociais, econômicas, étnicas e simbólicas impuseram-se. Yara Vilarinho reteve um caso dessa natureza. Eis a narrativa:

Eu me lembro que tinha uma família lá, não vou dizer o nome porque não interessa pra ninguém, um rapaz namorava uma menina desde o grupo, ele era louco por ela e ela por ele, quando ele já estava com uns 22 anos, quis casar, a família dele bateu o pé: ‘você não vai casar com fulana porque o avô dela era negro’. ‘Ah, mas ela não tem nada de negro’. ‘Mas os filhos podem nascer’. O rapaz ficou tão revoltado que saiu lá de Amarante, foi morar em outro estado. Aí ela também ficou. Uma irmã dela casou com um rapaz do Rio, ela foi morar no Rio, aí ela foi também. Mas era um amor tão grande, que até depois que ele já tinha casado e ela também já tinha casado com outro, voltaram a Amarante e se encontraram, e ele era viúvo já e ela estava separada, sei que ela estava lá, só! E ele tentou uma relação com ela, e ela: quero não porque eu já tenho minha vida, já sofri muito; agora aquilo já acabou, agora já não dá mais certo. Também nunca mais se encontraram, quer dizer, nunca se uniram, ela foi embora para o Rio e ele até morreu há pouco tempo. Mas só porque o avô dela era moreno, era negro, a família achou que não podia. Dizia logo, casar com fulano, negro, era uma coisa assim, era uma mancha irreparável. Não pensavam nas qualidades da pessoa. Isso aí não existia não. A diferença era muito grande!¹⁰²²

Para muitos homens e mulheres, o casamento de uma moça branca com um rapaz mulato ou de uma moça mulata com um rapaz branco, ainda que não houvesse distinções econômicas, continuava sendo inaceitável, uma vez que feria um valor defendido dentre os segmentos privilegiados a hierarquia social e étnica.

A percepção do casamento como mecanismo que assegurava a manutenção das hierarquias sociais e étnicas continuava fundamentando relações sociais e impedindo a formação de casamentos mistos. Desconsiderar essa função do casamento, para homens e mulheres que compartilhavam essa percepção, era uma afronta que deveria ser revidada à altura. Era preciso colocar aquele ou aquela que ousava querer casar com moça ou rapaz branco ou supostamente branco, no lugar que lhe era devido. Nesse caso, o casamento misto era visto como descensão social. Importa lembrar que o reconhecimento social era marcado

¹⁰²⁰ Ibid., p. 202.

¹⁰²¹ Ibid., p.229.

¹⁰²² OLIVEIRA, 2007.

pelo nome, pela origem, pela riqueza e pela cor. Em face da miscigenação da população, havia nítida preocupação com a manutenção da cor branca. Miridan Falci acentua que, no século XIX, as avós preocupadas com o branqueamento da família, quando sabiam que as netas estavam de *namoro firme*, indagavam: “*minha filha, ele é branco?*”.¹⁰²³ No período em estudo, embora o sistema de casamento houvesse se transformado, em relação ao século passado, conforme venho destacando, em muitas famílias a pergunta era recorrente. Importa acrescentar que não eram apenas os homens que eram alvos de preconceito racial, as mulheres negras e mulatas, também. Era aceitável o encontro dos corpos de homens brancos e mulheres negras ou mulatas, desde que fora dos laços do matrimônio.

Para muitas famílias, impedir enlace misto não era considerado preconceito, era uma ação para manter a ordem, a hierarquia e a posição social da família. Na obra *Vento geral*, o autor expressa uma reação possível à expectativa de casamento dessa natureza, através da personagem dona Vitalina. Senhorinha, apaixonada pelo mulato Trajano, alimentou a esperança de que a mãe pudesse autorizar o casamento, impulsionando o pretendente a pedir-lhe a mão. Eis a reação de sua mãe:

Vermelha, qual um pimentão e alheia aos presentes, inclusive o marido, que tentou intervir, dedo em riste nos olhos do rapaz, respondeu-lhe a matrona:

- Olha, Trajano, vai longe, muito longe a distância entre o gado que te vendo e meu pai e a mão da Senhorinha. Cometeste um erro de pessoa... Tenho, ali na cozinha, quatro ou cinco moças, negras todas elas, mas solteiras... Se te agrada uma delas, põe de lado a vergonha e diz o nome. Eu faço o casamento com as honras da casa. Quanto à minha filha, tira, desde já, o cavalo da chuva e desaparece antes que eu perca a paciência.

Trajano Lopes, humilhado, retirou-se. Dona Vitalina, a suspeitar da filha, então presente, interrogou-lhe:

- Me conta, Senhorinha, tu deste confiança a este cabra?

- A pergunta por quê?

- Ele não pediria a tua mão sem quê nem mais... Vamos, desembucha!

- Realmente... Autorizei o Trajano, sim, a lhe falar. Respondeu-lhe a filha, aborrecida, controlando-se dentro do possível. Mas, com este escarcéu, eu lhe peço um favor...

- Diga, Senhorinha...

- Não me venha, amanhã ou depois, com o seu candidato à minha mão. Não estou disponível... Por favor, não esqueça. E retirou-se em seguida alheia à resposta.¹⁰²⁴

É necessário destacar a complexidade dessa sociedade. Fruto de uma sexualidade interétnica¹⁰²⁵ era/é mestiça, o que significa dizer que parcela daqueles e daquelas que se

¹⁰²³ FALCI, 2004, p.243.

¹⁰²⁴ RIBEIRO, Pedro S. *Vento geral*: romance. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1996. p. 16.

¹⁰²⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006a; FREYRE, 2006b; VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA,

representavam como brancos, na verdade, eram mestiços/as. Em decorrência desse modelo de sexualidade, em uma mesma família havia “brancos” e mulatos. Acrescente-se que, ainda no século XIX, configuraram-se possibilidades de ascensão de homens mulatos, como mostra Gilberto Freyre.¹⁰²⁶ No Piauí, essa também foi uma trajetória experienciada por alguns.¹⁰²⁷

Importa destacar que não havia apenas uma forma de classificação social,¹⁰²⁸ no período. Família, profissão e fortuna qualificavam homens negros e mulatos no mercado matrimonial. Somavam-se também prestígio e comportamento. Com efeito, o preconceito em relação à cor poderia ser minimizado por capitais financeiros e simbólicos detidos pelo pretendente. Na documentação pesquisada, pude perceber que algumas moças de nome e tradição, brancas ou supostamente brancas, se casaram com homens negros e mulatos.

Entrevistados e entrevistadas registraram na memória casamentos entre homens e mulheres de condição étnica distintas, bem como conflitos entre os desejos individuais e as expectativas familiares.

4.3 ASCENSÃO SOCIAL E OBRIGAÇÃO

Embora fosse constantemente valorizado o casamento entre homens e mulheres considerados iguais, o casamento era também um mecanismo de ascensão social feminina e masculina.¹⁰²⁹ O enlace de um casal poderia ser motivado, simultaneamente, pelo amor e por outras razões e sentimentos que incluíam a realizações de sonhos relacionados à ascensão social e econômica. A despeito da entrada do amor, na esfera do casamento, a instituição mantinha-se atrelada à materialidade da vida.

A exigência de igualdade de condições econômicas, sociais e étnicas comumente era compensada por outros capitais simbólicos, quando se tratava do casamento de mulheres

Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1. p. 221-274.

¹⁰²⁶ FREYRE, 2006b, p. 710-775.

¹⁰²⁷ TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; GONÇALVES, W., 2003; RAMOS, R. Insigne vultu piauiense. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, p.117, 1939.

¹⁰²⁸ Acerca da variedade de formas de classificação social, no Brasil, ver DAMATTA, 1997, p.187-259.

¹⁰²⁹ Em estudo sobre o casamento e o divórcio no Maranhão entre 1750/1850, Maria da Glória Correia demonstrou que a composição dos casais orientava-se pelo princípio de igualdade. Segundo a autora esperava-se que moças e rapazes casassem em famílias compatíveis. Mais que proporcionar ascensão, o casamento constituía um meio para manter as hierarquias sociais e étnicas, conforme a autora. Ver CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Do amor nas terras do maranhão: um estudo sobre o casamento e o divórcio entre 1750 e 1850*. 2004. Tese (Programa de Pós Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

jovens e homens velhos. Nesses enlaces, o capital feminino era a juventude e a beleza e o masculino a capacidade de prover e de produzir ascensão social via casamento.

Desconfiava-se, contudo, da potência sexual do homem velho, pois se acreditava que homem velho não satisfaria uma mulher nova. O temor era que casamentos entre um homem bem mais velho e uma mulher jovem, propiciassem infidelidade conjugal feminina. No Rio de Janeiro, esse tipo de leitura vinha sendo propalada pelo discurso médico, desde a terceira década do século XIX. Conforme os higienistas, deveria haver compatibilidade de idades, para que o risco de adultério fosse minimizado no casamento.¹⁰³⁰

Essa visão foi defendida na literatura do início do século, em Teresina. Abdias Neves procurou mostrar em *Um manicaca*, através da personagem Júlia que a sexualidade da mulher nova não poderia ser satisfeita por um homem velho.¹⁰³¹ No período em estudo, essa forma de significar o casamento de um homem mais velho com uma mulher jovem estava difusa no social.

Havia oferta de homens mais velhos no mercado matrimonial, especialmente, viúvos. A mortalidade materna, em decorrência de parto, era um dos fatores que favorecia novos casamentos díspares em termos de idade.

A oferta de viúvos no mercado sentimental constituía possibilidade de ascensão social para jovens pobres. A esse respeito, Henriqueta Pinheiro da Silva¹⁰³² conta que sua mãe, com a ajuda de uma comadre, casou a sua irmã mais velha, na década de 1920, com um viúvo bem sucedido. Conforme a entrevistada, a irmã

Casou logo porque minha mãe vivia muito apertada. Nós éramos pobres, casou-se com um viúvo, era até um viúvo rico, tinha uma mercearia muito grande assim, tinha a madrinha dela, chamava Luzia, perguntou para minha mãe: Ana, vamos casar a Julia com esse viúvo aqui em frente? E minha mãe disse: vamos. E daí casaram. O viúvo era muito rico, tinha muitas casas aqui em Teresina.¹⁰³³

Viúvas também casaram com homens de condição social e étnica considerada inferior. Como destaquei, essa foi uma experiência vivida por Sérgia Rocha e Santídio Monteiro, casados em 1898. Santídio Monteiro, ao casar-se com Sérgia ascendeu socialmente, passando à condição de fazendeiro.

¹⁰³⁰ COSTA, J., 1989.

¹⁰³¹ NEVES, 1985.

¹⁰³² SILVA, Henriqueta Pinheiro da. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

¹⁰³³ SILVA, H., 2007.

Ao narrar a aproximação de seus avós Sérgio e Santídio, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, atribuiu o desabrochar para o amor apenas à sua avó:

Agora, ao ver este moço medidor de terras sentia algo que nunca experimentara antes. Um estranho apelo, uma força que a atraía como um ímã atrai a agulha. Ao experimentar a sensação de liberdade, D. Sérgio via-se desabrochar para o amor.¹⁰³⁴

Se para a avó, casar era a possibilidade de viver o amor que desabrochara em seu peito, para o avô, era uma grande oportunidade que a vida lhe oferecia. Certamente, além da delicadeza da viúva, a expectativa de se tornar fazendeiro e de experienciar as benesses dessa posição, o impulsionaram ao matrimônio.

As posses dos pais não foram suficientes a fazê-lo estudar o necessário e preparar-se para realizar o seu sonho de construir coisas, estradas, pontes e o lançaria ao mundo das máquinas com as quais – graças à sua intuição – estava cada vez mais familiarizado, descobrindo-lhes o funcionamento e os segredos do seu desempenho. Estava na força da idade. Idade de pensar em casar e constituir sua família. O destino parecia sorrir-lhe colocando no seu caminho aquela delicada viúva – cheia de filhas, era verdade – mas também cheia de terras, de bois,... Dava para perceber-se que não era tola, de deixar-se enganar. Era bem mais velha do que ele mas o seu aspecto miúdo e delicado não deixava transparecer tanto aquela diferença. Parecia que o trabalho naquelas fazendas do Longá era a grande oportunidade de sua vida. Era preciso saber aproveitar a ocasião.¹⁰³⁵

Desaparecido o dote, a ideia de que a mulher deveria contribuir, materialmente, para a formação do novo casal, circulava no social, favorecendo a aceitação de rapazes brancos ou supostamente brancos que prometiam progredir. Em algumas famílias de prestígio, quando as filhas se interessavam por rapazes nessas condições, houve aceitação dos pretendentes. Rapazes brancos ou supostamente brancos com formação superior puderam casar com moças de condição social e econômica superior.

Em 1931, foi instituída a Faculdade de Direito do Piauí, possibilitando ascensão dos rapazes mediante educação superior. A formação superior, a cor e o bom comportamento eram capitais simbólicos que compensavam o menor prestígio e/ou status econômico da família do pretendente.

Por quase trinta anos, o ensino superior ministrado no Estado limitou-se à Faculdade de Direito, uma vez que a Faculdade Católica de Filosofia, segunda instituição de ensino superior, só foi instituída em 1957. Com efeito, muitos rapazes dos segmentos sociais mais

¹⁰³⁴ MONTEIRO, C., 1993, v. 2, p. 85.

¹⁰³⁵ MONTEIRO, C., 1993, v. 2, p. 84-85.

destacados migravam para cidades, como Salvador, Belém, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Fortaleza para continuar os estudos. Muitos não retornavam e outros, quando voltavam a Teresina, às vezes, estavam comprometidos, o que diminuía as chances de casamento das moças do mesmo universo social.

Importa destacar que, desde o final do século XIX, rapazes abastados vinham casando fora das famílias de origem, com moças de outros Estados, conforme pude identificar ao estudar a genealogia das famílias Pires Ferreira e Castelo Branco.¹⁰³⁶

A condição de honesto, de trabalhador, de bom rapaz era valorizada. Ela poderia favorecer a aceitação do pretendente em família de condição social mais elevada. Essa foi a trajetória de José Belisário da Cunha. O rapaz nasceu, em 1886, era filho legítimo de Benedito José da Cunha e de Filomena Rodrigues da Silva. O pai morreu cedo e José Belisário da Cunha, conhecido por Pombo, tornou-se arrimo da mãe viúva. José Belisário conheceu o major Santídio Monteiro em um trabalho realizado pelo agrimensor, em Regeneração. O major Santídio Monteiro se afeiçãoou ao rapaz e propôs que este viesse morar em Teresina, para trabalhar com ele.

O rapaz aceitou o convite, transferindo-se à cidade. Instalou-se com sua mãe em uma casa modesta, ao tempo em que passou a trabalhar com o major Santídio, tornando-se seu braço direito. Trabalharam juntos durante muitos anos. Inclusive, no serviço de topografia e canalização do sistema de abastecimento de água de Teresina, em 1905.

No contato com a família do major Santídio, José Belisário aproximou-se de Mariquinha, enteada e comadre do major. Nasceu entre eles um romance. Mariquinha Rocha, nascida em 1883, era um bom partido, rica, fina e fazendeira, mas permanecia solteira. Filha do primeiro casamento de dona Sérgia, Mariquinha ajudou a cuidar dos irmãos e da irmã, frutos do segundo enlace de sua mãe. Após o nascimento do último filho, em 1905, dona Sérgia passou a sofrer de glaucoma, aos poucos perdendo a visão. Enquanto isso, a filha assumia os encargos da mãe no que dizia respeito aos cuidados da casa e dos irmãos e irmã.

Em 1916, através da seguinte carta, José Belisário, pediu a mão da moça em casamento.

Exma. Sra. D. Sérgia Monteiro
Principio dizendo a V. Excia que sou o primeiro a conhecer, não ter títulos que me recomendem a Vossa Benevolência, quando mais a vossa estima. Entretanto a estima que mutuamente exista entre mim e Vossa Digna filha a Exma. Sra. D. Mariquinha Rocha leva-me, muito respeitosamente, vir a vossa presença por meio desta humilde cartinha pedi-la em casamento.

¹⁰³⁶ FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco*. São Paulo: Livraria Correia do Lago, 1992. v. 2; FERREIRA, Edgardo Pires. *Os Castello Branco: a mística do parentesco*. Piauí: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba; São Paulo: Linear B Gráfica e Editora, 2008. v. 5.

Vosso Servo respeitador
 José Belisário da Cunha
 Teresina, 10 de fevereiro de 1916.¹⁰³⁷

A despeito de ser o pretendente pobre, certamente, considerando as muitas qualidades do rapaz e a sua própria experiência pessoal, D. Sérgia, deixou a decisão a cargo da filha. A moça aceitou o pedido de casamento.

A respeito desse noivado, eis o que conta Carlos Augusto Monteiro:

A aproximação e namoro, inclusive o noivado dos dois teria lances de novela. Primeiro porque naquela época uma moça a partir de 21 anos já era considerada ‘solteirona’. Depois pela diferença de ‘nível social’ ou qualquer coisa que se tome por este arraigado preconceito. Até a amante do Major Santídio palpitava sobre o caso e alertava para o ‘despropósito do casamento de uma moça fina, rica, fazendeira, com um rapaz humilde, um peão de obras que principiara como ‘balizeiro’. Onde já se viu?’¹⁰³⁸

Dois anos após o noivado, em 1918, um acontecimento trágico talvez tenha levado Mariquinha a romper o noivado e a partir para o Rio de Janeiro. Sua irmã Júlia Virgínia, em visita à mãe, deixou a menina Myrtes, sua filha e afilhada de Mariquinha, para passar uma temporada em Teresina. A menina adoeceu subitamente e morreu a 4 de julho de 1918.

Desiludido com o rompimento do noivado, Belisário casou-se. Sua mulher veio a falecer no primeiro parto. O rapaz casou-se novamente e sua segunda mulher teve o mesmo destino que a primeira, morrendo durante o parto. Mariquinha Rocha retornou a Teresina e reatou o noivado. O casamento foi celebrado na Igreja das Dores e registrado no cartório a 18 de abril de 1922.¹⁰³⁹

No período em estudo, o ideal de igualdade orientava a composição dos pares, pois a expectativa dominante era a de que os futuros cônjuges fossem compatíveis em termos econômicos sociais, culturais e étnicos. Contudo, o universo das escolhas era mais complexo, uma vez que o amor também era um sentimento que ignorava diferenças de classe, de condição social e de etnia. Conseqüentemente, muitos casais se configuraram a partir do ideal de igualdade; outros, não. Alguns homens e mulheres que, em primeiras núpcias, casaram-se conforme a expectativa dominante; em segundas núpcias, compuseram casais desiguais. O casamento, por sua vez, era um mecanismo através do qual tanto se mantinha a hierarquia social quanto possibilitava ascensão social e econômica.

¹⁰³⁷ MONTEIRO, C., 1993, v. 2, p. 269.

¹⁰³⁸ MONTEIRO, C., 1993, v. 2, p. 268.

¹⁰³⁹ MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p. 68.

Dada a possibilidade de ascensão masculina via casamento, a figura do caça-dotes, compreendida como aquele que busca uma noiva de família importante em termos sociais e econômicos, estava inscrita no imaginário do período.¹⁰⁴⁰

O casamento também era percebido como forma de proteção social feminina. Era a instituição que embasava a formação de uma nova família e que assegurava um lugar para as filhas, quando da morte dos pais. Era um meio através do qual a sobrevivência lhes seria assegurada, uma vez que a função de provedor familiar era atribuída, sobretudo, ao homem. A esse respeito, Mundiquinha Machado, que nasceu em 1936, lembra que, quando uma jovem casava, os pais diziam: “ah minha filha agora está amparada”, “graças a Deus amparei minha filha! Casei minha filha!”.¹⁰⁴¹

No romance *O juramento*, Lilizinha Castelo Branco de Carvalho, através da personagem D. Rosa, também atribui ao casamento essa função. O fato de uma mulher ter marido é sinônimo de estar amparada na vida. D. Rosa sabedora da antipatia de seu genro, José, por ela

[...] fazia que não entendia as grosserias que lhe dirigia sempre que a encontrava. Bondosa, a tudo desculpava. O que importava é que tratasse a filha com carinho e a respeitasse. Ademais, ela tinha marido, não estava desamparada... Se tivesse ido atrás de conselhos, não havia casado e, quem sabe, viesse a precisar do genro. Felizmente, seu Aragão era louco por ela, dava-lhe conforto e, o que é mais importante, apoio em tudo que lhe dizia respeito.

Assim, sentia-se realizada e não ligava as implicâncias do genro e da filha.¹⁰⁴²

Certamente, assimilando essa forma de conceber o casamento, muitos pais consideravam que casar era a melhor opção para as mulheres. E, não desejando que suas filhas permanecessem solteiras, impuseram o matrimônio. O casamento, portanto, era também uma obrigação feminina.

Tratava-se de uma instituição, a partir do qual as mulheres eram hierarquizadas. A imagem da casada era idealizada e a mulher nessa condição significada em termos positivos. Ela era vista como aquela mulher que, através do casamento pôde se realizar e alcançar reconhecimento e prestígio social. A casada era a mulher que dera frutos, vivenciando o que a sociedade cada vez mais lhe reservava – a condição de mãe, de esposa e dona-de-casa.

O enaltecimento da casada tinha por função evitar o descentramento da identidade feminina, vinculada ao casamento e à maternidade, bem como reforçar o poder masculino.

¹⁰⁴⁰ RIBEIRO, P., 1996, p. 18-19.

¹⁰⁴¹ MACHADO, 2008.

¹⁰⁴² CARVALHO, Lilizinha Castelo Branco de. *O juramento*. Teresina:[s.n.], [198-]. p. 17.

Era um meio através do qual a ordem simbólica ideal era reafirmada e o homem engrandecido. A casada era elevada em detrimento da solteira. Esta sobreposição decorria da presença masculina legitimada pelo matrimônio. A casada era valorizada em função do marido. E, em contrapartida, situada no topo da hierarquia feminina, uma vez que a condição de casada era inscrita como a mais respeitável para a mulher.

A casada, portanto, reforçava o ideal de complementaridade entre os gêneros, preponderante na conjuntura em estudo. Já a celibatária fendia o que era projetado como ideal das relações de gênero, posto que poderia ser definida como a mulher que se inseriu na esfera pública, a partir do trabalho, da liberdade, da racionalidade e da autonomia, prescindindo do homem.

A leitura de Anthony Giddens, de que “o poder do homem está baseado na cumplicidade das mulheres” é, portanto, adequada para o período em estudo, uma vez que muitas mulheres se subjetivaram a partir da condição de casada.¹⁰⁴³

A casada era o modelo a seguir, enquanto a solteirona, o contramodelo. A solteirona, conforme perfil delineado por Matias Olímpio, em 1921, era uma mulher envelhecida, feia, contrariada, de gênio maldoso, de curiosidade enfermiza, de má língua, causadora de intrigas, achacada por doenças imaginárias e que só pensava em casar. Enclausurada em triste celibato, abandonada no vazio de uma alma “insaciada e anelante”, a solteirona seria digna de dó.¹⁰⁴⁴

Edmo, em 1926, a descreveu como mulher nevrótica, beata e feia. Para o cronista, a solteirona seria a mulher que passou pela vida, que não cumpriu a nobre missão feminina – a de mãe, que não realizou o sonho de toda mulher – o casamento. E, mesmo passados os anos casadouros, ainda nutriria a expectativa fixa de um dia consumá-lo. Em seus termos:

É mesmo um pouco desolador passar pela vida e no meio do perfume, da beleza, do tom e da harmonia e não se embeber nela com o ímpeto de Dionísio.

É o caso da solteirona. Porque a missão da mulher na terra é a maternidade. E se assim não acontece, ela, como a árvore ingrata, não deu a sua sombra a seres vivos e não floresceu os seus galhos e não sazou os seus frutos.

[...]

É o caso de uma solteirona que conheci. Não se espantem com a sua idade. Quase quarenta e cinco anos! É quase nevrótica, feia, beata, cheia de uma feroz castidade. Pois bem. Na sua meninice uma sibila vagabunda fez três predições sobre a sua vida, entre as quais a do seu casamento.

¹⁰⁴³ GIDDENS, 1993, p. 148.

¹⁰⁴⁴ OLÍMPIO, Matias. Traços e perfis: a solteirona. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 3, v. 3, f. 1, p. 178-184, 1921.

Com aquela idade e vendo as duas outras predições casualmente compridas, ela ainda esperava, tombando quase para a idade valetudinária, pelo matrimônio, pelo milagre inesperado, como uma coisa lógica e fatal.¹⁰⁴⁵

Nessa representação, a condição de *quase nevrótica* indicava a incorporação, pelo cronista, de elementos do saber médico difundido no período. Nos anos 1920, valorizando a sexualidade conjugal, médicos se opunham ao celibato masculino e feminino, argumentando que, no caso dos homens, os celibatários seriam propensos à prostituição, enquanto as mulheres, nesse estado, estavam mais sujeitas a transtornos físicos e emocionais.¹⁰⁴⁶

Matias Olímpio, em conferência proferida, em 1921, na Escola Normal, permite inferir que a relação entre celibato feminino e doenças circulava, no social. Em seus termos: “Contra o celibato, sei que se arguem muitos malefícios: o nervosismo, a neurastenia, a melancolia, moléstias assaz, pouco distintas”.¹⁰⁴⁷ O que indica que o saber médico, revestido de caráter científico, era apropriado nas disputas que produziam a casada, ao estabelecer a relação entre celibato e doença. Para se livrar do nervosismo, da neurastenia e da melancolia, receitava-se o casamento.

A personagem Elza, do romance *Pacamão*,¹⁰⁴⁸ de Assis Brasil, fora descrita como mulher incompleta, por não ter amado, por não ter sido complementada por um homem.¹⁰⁴⁹ Em *Vento geral*, de Pedro S. Ribeiro, a personagem Senhorinha era desqualificada, por permanecer solteira. A mãe a criticava, constantemente, por não se conformar como o fato de a filha não querer casar. Sua imagem era negativa, somente pelo fato de permanecer solteira. Em certo trecho do romance, Doca Vertunes, seu cunhado, discordando de Senhorinha, pelo fato de ela defender Dioclécio, também cunhado, em disputa pela fazenda Valverde, diz: “- É nisso que dá mulher solteira... Na falta dos filhos por criar, lhe sobra tempo para meter o bico onde não deve”.¹⁰⁵⁰ Os atos de Senhorinha eram julgados e denegridos somente pelo fato de ser solteira. Através da personagem, o autor veicula a percepção de que mulher fora dos laços do matrimônio não tem valor.

Essas representações visavam instituir hierarquias entre solteiras e casadas, impelindo as mulheres ao matrimônio, uma vez que as representações são produtoras de estratégias e

¹⁰⁴⁵ EDMO. Vida social: solteironas. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 33, p. 4, 10 mar. 1926.

¹⁰⁴⁶ MATOS, Maria Izilda S. de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003.p.118

¹⁰⁴⁷ OLÍMPIO, Matias. Resposta às críticas feitas à Reforma do Ensino. In:_____. *Ensaio, discursos e conferências*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1959. p. 238.

¹⁰⁴⁸ A primeira edição do romance data de 1969.

¹⁰⁴⁹ BRASIL, Assis. Pacamão: In:_____. *Tetralogia piauiense*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2008. p. 345-454.

¹⁰⁵⁰ RIBEIRO, P. 1996, p. 63.

práticas, conforme mostra Chartier.¹⁰⁵¹ Conseqüentemente, buscavam instituir o ideal de sociedade em que o casamento era a base da família e a família a base da sociedade. Eram formas de violência simbólica, através da qual a casada instituía-se.

Incorporando essas representações, muitas filhas, pais e mães consideravam que as mulheres alcançavam *status* social, através da condição de casada. O fato de não casar era percebido como um fracasso pessoal. Lembra Yara Vilarinho que o casamento

Era o assunto, não tinha muita coisa para se falar, não. Não tinha outra coisa para se falar! Aquelas, as poucas que conseguiram estudar como eu, não! A gente levava uma vida diferente, viu? Conversava outras coisas, muita coisa de cultura, coisa de guerra, coisa de música, de literatura e muitas outras coisas. Mas o normal ficava só naquela, em curso primário mesmo, que a moça só falava em casamento, só falava em namoro, em casamento, sonhando isso e aquilo. Arquitetando coisas. Girava em torno do príncipe encantado. Era... Tudo se resumia nisso. Primeiro, para essas cabecinhas, se elas não casassem, não tinham feito nada na vida. Viviam sonhando, fazendo brincadeiras. Ave Maria! A maior festa era no São João, fazendo aquelas brincadeiras.¹⁰⁵²

Essas formas de classificar o feminino, contudo, sofriam a concorrência de outras, que, igualmente, era matrizes de diferentes práticas. A celibatária era significada como aquela mulher que conseguiu escapar ao casamento e à respectiva tutela de um marido, preservando sua liberdade. Em debate acerca da condição de solteirona, eis o posicionamento defendido pela cronista Acácia, em fevereiro de 1926:

A mulher muitas vezes não se casa por achar mais nobre viver sem a dependência do homem. Ah, e quanto é superior esta mulher, cujo ideal é viver liberta, viver para o lar abençoado dos pais, sem depender de nenhum tutor!
Nem todas as mulheres nasceram para o casamento, e é até uma blasfêmia se dizer que o ideal da mulher é casar. Não digo que muitas vezes não tenham esse ideal, vendo nele a felicidade em pleno céu azul, mas há tantas que o consideram como a sua própria condenação.¹⁰⁵³

Áurea, personagem de *Vento geral*, de Pedro S. Ribeiro, enquadrava-se no perfil expresso pela cronista. Diante do assédio do primo Júlio, que a queria sua mulher, o rejeitava por achar que, no sertão, a mulher quando se casava, perdia a liberdade.¹⁰⁵⁴

¹⁰⁵¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

¹⁰⁵² OLIVEIRA, 2007, p.90.

¹⁰⁵³ ACÁCIA. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 212, p. 4, 24 fev. 1926.

¹⁰⁵⁴ RIBEIRO, P., 1996, p. 39.

Odeth Vieira da Rocha, nascida em 1917, percebendo-se enquanto mulher emancipada e comunista, através da personagem Carmina, seu *alter ego*, expressou crítica semelhante. Carmina, estudante da Escola Normal, no início dos anos 1930, no último ano do curso conheceu Jessé por quem se apaixonou. Contudo, mesmo amando-o, decide-se por não casar. Em sua visão, a mulher quando casava perdia a liberdade. Em face da impossibilidade de exercer a profissão, se casada, Carmina, optou pela manutenção da liberdade.

Minhas colegas namoravam já com o fito de casarem-se, ser donas de casa, cuidar dos maridos e dos filhos. Pensava diferente. Não me acostumaria ser prisioneira de um homem, de um lar, cuidando dos filhos.

Namorei o Jessé, rapaz bem sucedido na vida, dono de um escritório de representações. Engraçou-se de mim era bem intencionado, queria casar. Levou-me para conhecer sua mãe, senhora rica e preconceituosa. Jessé era um partidão. Falava muito no nosso futuro. Um dia me disse:

- Quando casarmos, Carmina, você não vai ser professora, vai mudar de vida, viver para mim e cuidar dos nossos filhos. Quero ter muitos filhos, educá-los dentro dos padrões da minha família.

Daquele dia em diante fiquei a pensar:

- Será que vou aguentar ser prisioneira de Jessé?

Vou não.

O casamento para mim é como um contrato de escravidão, principalmente nessa sociedade nobre de Teresina. Os maridos são verdadeiros senhores, donos absolutos das mulheres. Nessa, não caio. Casada com Jessé perderia minha liberdade de andar sozinha, de cumprir meu projeto de professora no sertão. [...] Amava-o mas a minha liberdade estava acima desse amor.¹⁰⁵⁵

Nessa perspectiva, a solteira era, então, aquela mulher que teve possibilidade de escolher entre casar e não casar, optando pela última possibilidade.

Um dos medos do período era o de que as mulheres deixassem de desempenhar suas funções familiares, visto que essa possibilidade era considerada desencadeadora do desordenamento social e do projeto de nação, conforme ênfase no quinto capítulo. Com efeito, através das representações da casada e da solteirona, procurava-se conter a ânsia de liberdade e de autonomia feminina, bem como encaminhar as mulheres para o casamento. Enquanto as representações positivas da solteira demonstram o reconhecimento de outras identidades femininas, para além do casamento.

Nos anos 1920, a identidade profissional, era outra forma de reconhecimento social feminino. Desde a criação da Escola Normal Oficial, em 1910, a figura da professora normalista passou a ser valorizada. Em 1919, no segundo número da recém-criada Revista da

¹⁰⁵⁵ ROCHA, Odeth Vieira. *Maranduba*: memória do Nordeste contada de viva voz. De mãe para filho, de avó para neto para que não se percam nossos começos e tropeços. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Sindical, 1994. p. 190-191.

Academia Piauiense de Letras, as diplomadas foram homenageadas por Fenelon Castelo Branco. Em *A turma*, lê-se:

Esta turma é pequena, mas seleta
Na conduta exemplar e no saber;
Seguiu durante o curso a linha reta
Do grato cumprimento do dever.

Na Escola teve a estréia mais correta;
Promissor foi o seu alvorecer;
E agora desse curso toca à meta,
Transbordante de glória e de prazer.

Chovam bênçãos do Céu sobre essa turma,
Seja sempre florido o seu destino,
E o bom anjo, a guiá-la, jamais durma!

Forme sempre uma estrela aurifulgente,
Astro, constelação no nosso ensino,
A espalhar toda a luz do sol nascente.¹⁰⁵⁶

Principal atividade desempenhada pelas mulheres das classes alta e média, nas primeiras décadas do século XX, exercer a função de professora poderia propiciar prestígio, afeto e reconhecimento social. Nas memórias acessadas no decorrer da pesquisa em foco, a figura da professora, geralmente, era lembrada com afeto e carinho. Eficiência, dedicação e zelo são termos associados às professoras. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, ao lembrar sua professora na Escola Modelo, Adelaide Fontenele, destaca que era competente, exigente, reconhecida na cidade pela inteligência e pelo saber. Em 1935, quando ingressou na referida escola, a professora Adelaide tinha 43 anos e era solteira. Eis a imagem que Carlos Monteiro delinea dessa mulher:

D. Adelaide e eu nos gostamos desde o início, mas sem que fosse uma paixão. Eu percebia que tinha que dar um desconto, pois ela sabia-me filho de uma colega, que a escolhera para ser minha professora, exatamente por a saber exigente e competente. Ela era uma solteirona, um tanto comedida, discreta, ou pelo menos não tão efusiva ou espalhafatosa quanto algumas professoras. Nossa amizade foi crescendo com a convivência, eu gostando dela como mestra e ela, de mim, como aluno.¹⁰⁵⁷

A condição de professora possibilitava às mulheres permanecer solteiras, livrando-se, assim, da tutela do casamento. Em memórias e entrevistas sobreviveram imagens de notáveis

¹⁰⁵⁶ CASTELO BRANCO, Fenelon. Escola Normal do Piauí: diplomadas de 1918. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 2, n. 2, p. 169, 1919.

¹⁰⁵⁷ MONTEIRO, C., 1993, v. 4, p.25.

professoras, que não casaram. Yara Vilarinho, por exemplo, reteve, na memória, a lembrança da professora Corina, que a entrevistada qualificou de “muito culta” e afamada.¹⁰⁵⁸

As professoras eram mulheres prestigiadas pelo exercício profissional. Nos anos 1920, desde a formação à conclusão do curso, era ressaltada a importância da função de ensinar. Através de discursos proferidos por paraninfos e normalistas quando das solenidades de formatura, publicados na imprensa e na *Revista da Academia Piauiense de Letras*, é possível inferir que à profissão de professora era atribuída positividade tanto pelas alunas quanto pelos professores e professoras. Ser professora era, então, prestar um grande serviço à pátria, era uma ação, através da qual, a mulher contribuía para o engrandecimento da nação. Conforme destacou a normalista Elisa Gonçalves, em 1924, ser preceptora era um nome elevado.¹⁰⁵⁹

Em saudação às professoras de 1924, Levy Silveira, enfatizava a importância da profissão de professora, lembrando às normalistas: “Abraçastes não há dúvida, a mais digna e a mais nobilitante das profissões, porque são preceptores os maiores benfeitores da humanidade.”¹⁰⁶⁰

No trecho seguinte, lê-se:

Nós cremos nas vossas aptidões, na força e nos talentos femininos, cremos na inteligência lúcida e criadora da mulher, cremos que a mulher guarda no seu peito a pureza de muitas regenerações futuras, cremos que à educação devemos a posição nobre que a mulher vem imprimindo em todas as camadas sociais [...].¹⁰⁶¹

Tal era a importância atribuída à função de professora normalista, nas primeiras décadas do século XX, que, através da proposta de reforma da instrução pública, encaminhada pelo governador João Luiz Ferreira à Assembléia Legislativa, em 1921, o Estado procurava reservar o magistério primário às celibatárias e às viúvas.¹⁰⁶² Desde a criação da Escola Normal Oficial, a expectativa era que a inserção das normalistas no sistema escolar, pudesse transformar o panorama educacional piauiense marcado por atraso e altos índices de analfabetismo. De seu empenho enquanto educadoras dependeria a cidadania e o futuro da pátria. Contudo, no início dos anos 1920, a inserção das normalistas, no sistema escolar, não havia produzido os resultados esperados, o Estado, então, passava a exigir que as professoras se dedicassem exclusivamente aos alunos e alunas, ao tentar proibir o acesso das casadas ao

¹⁰⁵⁸ OLIVEIRA, 2007.

¹⁰⁵⁹ GONÇALVES, Elisa. *Discurso*. Teresina, 1923.

¹⁰⁶⁰ SILVEIRA, Levy. Palavras de saudação. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVII, n. 4, 4 jan. 1925.

¹⁰⁶¹ SILVEIRA, Levy. Palavras de saudação. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVII, n. 4, 4 jan. 1925.

¹⁰⁶² CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: F.C.M.C., 1996.

magistério. As noções de sacerdócio e de missão patriótica eram acessadas, na tentativa de ampliar o empenho das professoras em relação à profissão, em detrimento do casamento.¹⁰⁶³

Na ocasião, Matias Olímpio, um dos principais defensores do magistério como sacerdócio incompatível com o casamento, mostrava-se favorável ao celibato das professoras e contestava a associação entre celibato e propensão a doenças, difusa no social. Em seus termos:

ESCANDE informa que não ‘se encontra uma só observação, em que a continência seja o fato etiológico evidente de qualquer delas [nervosismo, neurastenia e melancolia] e em que o culto a Venus determine a sua cura’. O que está hoje cientificamente verificado, é que se não conhece uma só moléstia produzida unicamente pela continência.¹⁰⁶⁴

A proposta de limitação do magistério às celibatárias não foi aceita. As casadas continuaram exercendo a profissão. Professoras casadas, além do reconhecimento profissional, gozavam de respeito no meio intelectual da cidade. Este o caso de Maria Isabel Gonçalves Vilhena (Neném Vilhena), que além de professora era poetisa e cronista.¹⁰⁶⁵

No início dos anos 1940, algumas mulheres foram lembradas não pela condição de mãe, esposa e dona de casa, mas por atividades profissionais. Esse foi o caso da professora Firmina Sobreira Cardoso. Nascida em Teresina, em 1879, Firmina foi educada em São Luís. Nessa cidade, formada na Escola Normal e aluna de grande destaque, foi preceptora dos filhos de Benedito Leite e catedrática da Escola Modelo. Da capital mudou-se para Flores, hoje, Timon (MA), onde se casou e dirigiu uma escola pública. Diante de pedido de Antonino Freire, então governador do Estado, retornou à terra natal, para organizar e dirigir a Escola Modelo. Foi também professora e diretora da Escola Normal.¹⁰⁶⁶ Em 1942, Cristino Castelo Branco, em texto publicado na *Revista da Academia Piauiense de Letras*, destaca a importância da professora Firmina Sobreira para a educação no Piauí e sugere que sua memória seja referenciada à altura de sua atuação. Eis como se refere à professora:

Professora das mais ilustres, deve-lhe inestimáveis serviços a instrução pública. Introduzindo os novos métodos, os novos programas, a nova orientação pedagógica, arejando e humanizando o ensino, FIRMINA SOBREIRA é, no Piauí, o marco inicial de todo o progresso escolar verificado nessa unidade federativa. [...]

¹⁰⁶³ OLÍMPIO, Matias. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

¹⁰⁶⁴ OLÍMPIO, 1959, p. 238.

¹⁰⁶⁵ MONTEIRO, C., 1993, v. 4, p. 29.

¹⁰⁶⁶ CASTELO BRANCO, Cristino. Firmina Sobreira. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, n. 20, ano XXVI, p.12-14, dez. 1943.

Essa mulher inteligentíssima, essa educadora insigne, essa piauiense que reais e inolvidáveis serviços prestou à sua terra e à sua gente, merece uma consagração especial. Não basta pôr-lhe o nome no frontispício das escolas agrupadas do Poti-Velho. [...] A sua atuação notabilíssima em prol do ensino público no Estado requer homenagem à altura dessa atuação. Não seria demais o busto em bronze dessa mulher benemérita na sala de honra de uma das Escolas em que pontificou.¹⁰⁶⁷

Algumas poucas mulheres, incorporando outros desejos e forjando novas identidades, desde o começo do século, vinham se inserindo em áreas até então de domínio masculino. No período em estudo, ainda que de forma bastante incipiente, cresceu a presença feminina no ensino superior e as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, conforme abordei no primeiro capítulo. Isso oportunizou a uma fração de mulheres permanecer solteira e ser respeitada a partir da atividade profissional.

A solteira era também representada como aquela mulher que dedicou sua vida a dar assistência aos pais, ou que ajudou a criar os irmãos e irmãs, os sobrinhos e sobrinhas, ou ainda, que se tornou a mãe de seus alunas e alunos, vivenciando uma maternidade simbólica.

No período em estudo, havia disputas pelo trabalho feminino. As atividades desempenhadas pelas mulheres na gestão do mundo da casa e na assistência às crianças, aos idosos e aos doentes, eram imprescindíveis à dinâmica da vida cotidiana, uma vez que a casa permanecia enquanto espaço de reprodução e proteção social. Ela era ainda o lugar privilegiado da gestão da vida e da morte. O parto, a assistência aos doentes e a morte, em ambiente hospitalar, apenas despontavam.

Com efeito, nem todas as mulheres de uma família eram incentivadas a casar. Algumas eram desestimuladas em função dos múltiplos papéis que exerciam na família. Filhas solteiras eram as responsáveis por fazer companhia e a assistir os pais, na velhice, e também os demais membros da família, que necessitassem de cuidados. Rememorando a Teresina dos anos 1920 e 1930, Lili Castelo Branco, lembra, a respeito: “Dr. Helvídio, pai de Eurípedes de Aguiar, que foi nosso governador, era velhinho, morava com as filhas que não casaram, moças bonitas, grande conceito de honestidade e a dispensarem ao pai viúvo todo o carinho; não lhe tocava uma mosca”.¹⁰⁶⁸

Como era alto o índice de mortalidade materna, em decorrência de parto, muitas vezes eram as solteiras que se responsabilizavam pelo cuidado e pela criação de sobrinhos e sobrinhas. Esse foi o caso de uma conhecida de Yara Vilarinho que não casou para cuidar dos

¹⁰⁶⁷ CASTELO BRANCO, C., 1943.

¹⁰⁶⁸ CASTELO BRANCO, Lili. *A misteriosa passageira*. Teresina: [s.n., 1986]. p. 60.

filhos e filhas de sua falecida irmã.¹⁰⁶⁹ A individualização feminina a partir da família, mesmo para aquelas que permaneceram solteiras, se manteve.

Essa forma de individualização tanto impulsionava o casamento quanto o impedia ou postergava. Mariquinha Rocha, nascida em 1883, casou-se somente em 1922, quando a irmã e os irmãos do segundo casamento de sua mãe, ocorrido, em 1898, já estavam criados. Segundo seu sobrinho Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Mariquinha Rocha, “foi moça caseira, sem muitas festas e vida social. Restringia-se a agitada vida da casa da rua Santo Antônio onde os garotos atraíam muitos outros à casa”.¹⁰⁷⁰

Henriqueta Pinheiro da Silva, nascida em 1915, conta que não foi estimulada a casar, que, na verdade, seu pai impôs obstáculos à aproximação de possíveis futuros maridos. Tornando-se senhorita de idade, a trajetória da entrevista é ilustrativa das possibilidades de vida da mulher solteira, no período em estudo. Ingressando no mercado de trabalho como auxiliar de enfermagem, no recém-inaugurado Hospital Getúlio Vargas, Henriqueta sustentou seu pai, na velhice. Além disso, ajudou a criar seus sobrinhos-netos, após a morte do pai das crianças, bem como cuidou de um de seus irmãos, quando doente.

Além de sobrinhos e sobrinhas e dos pais, as solteiras cuidavam e, muitas vezes, tornavam-se a mãe de parentes e de parentas, bem como de afilhados e de afilhadas. A circulação de crianças e a transferência de maternidade, prática comum no período, eram favorecidas pelo exercício da maternidade pelas solteiras. Pais e mães de proles numerosas costumavam dar filhos e filhas para ser criados por outras famílias ou por mulheres solteiras.

Teresina concentrava a prestação de serviços na área da educação. Conseqüentemente, migravam para a cidade meninos e meninas, moças e rapazes, com o intuito de dar continuidade aos estudos. Em muitos casos eram as mulheres que haviam permanecido solteiras que recebiam e cuidavam de parentes e de parentas, que vinham do interior do Estado, para estudar.¹⁰⁷¹

Dentre as que permaneceram celibatárias, muitas eram professoras, que, valorizando a educação escolar, investiram esforços e recursos na formação de parentes e de parentas, bem como de afilhados e afilhadas. A professora Corina, por exemplo, que hospedou Yara Vilarinho durante o período que a entrevistada cursou o Científico no Liceu Piauiense, por exemplo, proveu a educação de afilhada, que também se tornou professora.

¹⁰⁶⁹ OLIVEIRA, 2007.

¹⁰⁷⁰ MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p. 101.

¹⁰⁷¹ MACHADO, 2008; OLIVEIRA, 2007.

4.5 DE AMOR E ÓDIO

A formação dos casais era impulsionada por diferentes razões e sentimentos. Conforme visto, o amor, o desejo de manter laços familiares e posição social, a expectativa de ascensão, o desejo de formar uma família e de assegurar a sobrevivência, enlaçou casais.

Com o enredamento do amor e do casamento, a expectativa de satisfação emocional, envolveu o matrimônio. Experimentar uma vida de bonança, de alegria e de beleza, ao lado de um marido compreensivo era um sonho expresso pelas mulheres nos anos 1920¹⁰⁷². Segundo a cronista Eglantine, ser amada, possuir um lar e um marido leal, compreensivo e bom eram desejos que impeliam a mulher ao casamento.¹⁰⁷³

Na imprensa, nesses anos, as mulheres expressavam o anseio de ser a companheira do homem, bem como de uma relação mais igualitária. No jornal *O Nordeste*, em 3 de julho de 1920, lê-se:

é mister que a mulher, pela sua cultura e sã razão procure incutir no ânimo do homem que a esposa que ele leva para sua casa não é mais a boneca para os seus prazeres e exhibições, nem tão pouco a escrava a quem se impõe todos os deveres; mas a mulher companheira, a amiga com quem ele deve contar tanto nos bons como nos maus dias da fortuna.¹⁰⁷⁴

Higino Cunha, em *Educação feminina e regime conjugal*, captando essa nova sensibilidade, permite inferir que se tratava também de expectativa acalentada por parte dos homens. Nesse texto, Cunha defende um modelo de casamento menos hierárquico, em que a mulher fosse companheira do homem na ventura e na adversidade, compartilhando com ele “gozos inefáveis do talento e do querer”.¹⁰⁷⁵

Diante da irrealização dessas projeções, surgiam insatisfações e novas formas de representar o casamento. Jônatas Batista, atento observador dos costumes, as registrou na peça *Astúcia de mulher*, encenada em 1925, através da personagem Laura. Infeliz com o procedimento de seu marido Jorge, que antes de completar seis meses de casado, a deixava sozinha enquanto ia farrear, Laura lembrava, desolada, o que lhe dizia sua tia Juliana: “Do casamento só o que presta é esperar por ele e... e.... nada mais”, ao que Laura acrescentava:

¹⁰⁷² BERENICE. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 36, p.4, 13 fev. 1926.

¹⁰⁷³ EGLANTINE. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 49, p.4, 4 mar. 1926.

¹⁰⁷⁴ SINHÁ. Cartas femininas. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 32, p. 4, 3 jul. 1920.

¹⁰⁷⁵ CUNHA, H., 1924, p. 49.

“O resto é o que vejo, o que sinto: - carícias, rápidas e fugazes, depois o isolamento, a clausura entre quatro paredes...”¹⁰⁷⁶

Casada aos 18 anos e já insatisfeita com o enlace, Laura considerava que o casamento era uma prisão e associava a condição da mulher à de escrava.

Louca que eu fui casando-me nesta idade. Quanto mais preciso de viver, de gozar, de ter liberdade e alegrias, eis que me atiram para um cárcere, disfarçado em lar feliz, para uma prisão com alcova de luxo, para o isolamento constante e desesperador. É horrível!... E, por cima de tudo, as melhores pilhérias, as mais parvas brincadeiras de mau gosto são para nós, as mulheres, que, em verdade, nada mais somos do que escravas, rotuladas com o título pomposo e hipócrita de ‘senhora’.¹⁰⁷⁷

Feminista, Jônatas Batista, além de defender o sufrágio feminino e a ampliação das possibilidades de inserção social para as mulheres, criticava as desigualdades entre homens e mulheres no casamento. Eis o que expressava, através de Laura:

Para que essa disparidade de direitos conferidos ao homem, dando-lhe um sem número de regalias absurdas, enquanto se nega, à mulher até mesmo a liberdade de pensar livremente, por si própria, sem inspiração de outrem? Então meu marido tem a vantagem de viver nos cafés, nos bailes, nos teatros, nos clubes, nas cervejarias, todos os dias e todas as noites, enquanto a mim se me não permite nem mesmo chegar á janela, três vezes por dia, sem que a bisbilhotice parva e imbecil da vizinhança me lance logo os mais perversos olhares. [...] Entendo, porém, que deve haver mais justiça, mais equidade. Se isso é feminismo, estou com o meu sexo: - sou feminista.¹⁰⁷⁸

Em seguida, acrescentava:

Por que somente ao marido é dado ampliar o mais que pode a liberdade desproporcional que lhe concede a sociedade? A eles – os homens – tudo; a nós mulheres – quase nada ou coisa nenhuma. Ora, isso revolta!..¹⁰⁷⁹

Jônatas Batista questionava a reclusão da casada e os amplos direitos concedidos ao marido. Nos anos 1920, parte das mulheres dos segmentos sociais mais abastados frequentava os espaços de lazer e de sociabilidades. Passeios no jardim da praça Rio Branco, bailes, cinema, fazia parte do dia-a-dia de muitas jovens. Contudo, muitas mulheres, quando casavam, deixavam de fruir o lazer, uma vez que era comum o fato de os homens isolarem as

¹⁰⁷⁶ BATISTA, Jônatas. Astúcia de mulher. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVI, n. 88, p. 4, 16 abr. 1925.

¹⁰⁷⁷ BATISTA, Jônatas. Astúcia de mulher. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVI, n. 88, p. 4, 16 abr. 1925.

¹⁰⁷⁸ BATISTA, Jônatas. Astúcia de mulher. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVI, n. 88, p. 4, 16 abr. 1925.

¹⁰⁷⁹ BATISTA, Jônatas. Astúcia de mulher. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVI, n. 88, p. 4, 16 abr. 1925.

esposas no lar e continuarem circulando, nos mesmos espaços, que frequentavam quando solteiros.¹⁰⁸⁰

H.P.F também era um crítico das liberdades dos maridos. Refletindo sobre o casamento, era contrário a vários comportamentos recorrentes, quais sejam: o gasto das economias, que deveriam ser usadas na educação dos filhos em saraus, clubes e nos “bailes de mulheres perdidas” e no “álcool impiedoso”.¹⁰⁸¹

Desilusão, ingratidão, infelicidade, angústia, desprezo eram substantivos que nomeavam sentimentos e sensações vivenciados por muitas esposas.¹⁰⁸² Mesmo dentre aquelas que, quando casaduras, percebiam o casamento como lugar de amor e de felicidade, depois de casadas, o significavam como lugar de infortúnio, de desgraça, de desamor. Esse foi o caso da cronista Berenice.

É verdade que tive ilusões na vida. Eu acreditei numa vida de bonança e de beleza, com um marido que me compreendesse também. Eu posso dizer que por experiência própria, que é uma verdadeira desgraça para uma donzela, casar-se com um homem que não a compreenda, que com ela não tenha afinidades espirituais.¹⁰⁸³

Por sua vez, Acácia indagava:

E que felicidade poderá haver no casamento, se os melhores maridos são os que menos nos compreendem e os maiores apologistas do divórcio? Deve ser atroz para a mulher que casa supondo encontrar no jovem que escolheu para companheiro, o esposo dedicado, o amigo leal e suceder o contrário. Ouvir sempre a sua eterna cantilena. Antes não me tivesse casado, casar é bom, não casar é melhor.¹⁰⁸⁴

Conforme a visão expressa por contemporâneos e contemporâneas, o desencanto e a insatisfação feminina em relação ao casamento decorreriam do exercício dos papéis reservados para as mulheres, na família, das dificuldades de assumir o lugar de casada, do fosso entre o marido do sonho e o marido real e das desigualdades e hierarquias entre os gêneros no casamento.

¹⁰⁸⁰ H.P.F. Queres casar? *O Arrebol*, Teresina, ano IX, n. 40, p. 1-2, 26 ago. 1923.

¹⁰⁸¹ H.P.F. Queres casar? *O Arrebol*, Teresina, ano IX, n. 40, p. 1-2, 26 ago. 1923.

¹⁰⁸² PALAVRAS de Maria a suas filhas: deveres como esposa. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 244, p. 1, 6 nov. 1926.

¹⁰⁸³ BERENICE. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 36, p. 4, 13 fev. 1926.

¹⁰⁸⁴ ACÁCIA. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 212, p. 4, 24 fev. 1926.

Higino Cunha, atento a essa insatisfação, dentre as mulheres dos estratos sociais mais elevados, expressava a angústia e os medos que ela despertava nos maridos. Escrevendo a partir do lugar de esposo, acentuava:

As donzelas sonham com um mundo cor de rosa, com um marido idealizado nos romances, com a perenidade das festas deslumbrantes que têm costume freqüentar, desde a casa paterna. Casam-se por vaidade no delírio de uma valsa ou num colóquio festivo e passageiro como um sonho. Depois de terem percorrido o sétimo céu da lua de mel numa vertigem de alguns meses, descem pouco a pouco a terra da vida positiva: o governo da casa e os cuidados da prole. A decepção é incalculável e fatal. Ainda que o marido seja rico e possa satisfazer todos os caprichos da mulher, mesmo assim ele não deixa de perder o encanto primitivo, tornando-se homem vulgar, cujos defeitos se patenteiam de modo insuportável. [...] O aborrecimento da mulher por tudo quanto pertence à casa, principalmente ao marido, cuja vontade obedecida na lua de mel, parece agora tirânica e intolerável, é consequência necessária da educação que lhe deram em companhia de seus pais. Se o marido é pobre e não pode satisfazer as exigências da esposa, a situação agrava-se ainda mais penosamente. O paraíso de venturas dos primeiros tempos passa a ser o inferno recôndito, onde se debatem angustiosamente duas vítimas sem remédio! Em qualquer dos casos, a mulher assim educada, chegada ao estado descrito, constitui um tormento para o marido, um perigo para a família, uma presa fácil para os conquistadores, que conhecem por instinto e por experiência o momento estratégico e sabem aproveitá-lo em sagacidade inexcedível. A posição do marido é sempre a de uma pessoa infeliz, tendo diante de si o espectro de um destino esmagador. [...] Nenhum homem possui a perspicácia genial necessária para conter, pela astúcia e pela fiscalização secreta, sem choques violentos, os desígnios sombrios de um gênio feminino em plena revolta contra os deveres conjugais.¹⁰⁸⁵

Diante da percepção do desencanto feminino em relação ao casamento e aos maridos e do risco de adultério, Higino Cunha propunha uma educação feminina que tornasse as mulheres aptas a desempenhar as funções de mãe, esposa e dona-de-casa. Seu desejo era o de que, desde a casa paterna, as mulheres fossem disciplinadas para as exigências da gestão da casa e para assumir os deveres do casamento.

A despeito de o divórcio ter sido problematizado, no período, o matrimônio permaneceu um laço indissolúvel, uma vez que predominou a posição antidivorcista, mantendo-se o desquite em detrimento do divórcio. Sob a alegação de que o divórcio representaria a dissolução dos costumes e da família, base da sociedade, homens e mulheres reafirmaram recorrentemente a necessidade fundante de manter o caráter indissolúvel do casamento.¹⁰⁸⁶

¹⁰⁸⁵ CUNHA, H., 1924, p.39-40.

¹⁰⁸⁶ MENDES, Simplício. *O divórcio*. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 112, p. 1, 17 jul. 1926; MENDES, Simplício. *O divórcio*. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 113, p. 1, 20 jul. 1926; MENDES, Simplício. *O divórcio*.

Assim, se o amor unia homens e mulheres, o desamor, o desencanto e ódio habitavam a casa de muitos casados. O casamento era também lugar de infortúnio, de tragédia, de dor e de ódio.¹⁰⁸⁷ Sob a aparência de felicidade, às vezes escondia-se amargura e solidão. Higinio Cunha percebendo o casamento como lugar de infelicidade, torna visíveis dores e angústias vividas pelo casal. Em seus termos:

Quanto casal, aparentemente feliz, esgota até as fezes o cálice da amargura numa desgraça irremediável? Dois gênios incomunicáveis, mas obrigados a representarem a comédia do casamento que os esmaga, quanto mais se esforçam por fingir em público uma felicidade irrisória e mortificante!¹⁰⁸⁸

No início dos anos 1950, Oliveira Neto criticando aqueles que eram contrários ao divórcio, especialmente, a Igreja Católica, torna possível apontar que o ódio regou muitas histórias conjugais.

Conhecemos inúmeros casais que, desavindos, brigados, vivem no lar, por motivo de religião ou por simples satisfação à sociedade. A mulher, inimiga cruel do marido, vai à Igreja diariamente, reza e volta à casa, onde recebe o dinheiro da despesa, cuida dos filhos e se finge de satisfeita para as visitas. O homem entra para as refeições que faz às pressas, cuida dos negócios no escritório e se distrai como entende. Alta noite, entra, dorme sozinho em quarto, isolado, e medita sobre as aventuras amorosas do dia seguinte.¹⁰⁸⁹

Ao identificar que o desejo de realização amorosa transbordava o casamento, quando esse não correspondia a sonhos e desejos acalentados, católicos procuravam interferir no social, dizendo às mulheres como deveriam agir no casamento. Em *Palavras de Maria* a suas filhas, texto publicado em 1926, que expressava visão recorrente entre as famílias católicas, que eram a maioria, em Teresina, acentuava-se:

Tornando-se esposa, a mulher deve se compenetrar de que a seu esposo devem pertencer todos os seus afetos, todos os seus carinhos da sua alma, e de que seus olhos não devem ver senão a ele, e nunca fitarem a outro homem, senão com o pensamento puro, sem o menor sentimento inconfessável.

[...]

A Imprensa, Teresina, ano 1, n. 114, p. 1, 22 jul. 1926; MENDES, Simplício. *O divórcio*. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 115, p. 1, 24 jul. 1926; TIBÉRIO. [Divórcio]. *A Liberdade*, Teresina, ano 5, n. 153, p. 4, 15 nov. 1932.

¹⁰⁸⁷ MENDES, Simplício. *O divórcio*. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 113, p. 1, 20 jul. 1926; MENDES, Simplício. *O divórcio*. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 114, p. 1, 22 jul. 1926; MENDES, Simplício. *O divórcio*. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 115, p. 1, 24 jul. 1926; TIBÉRIO. [Divórcio]. *A Liberdade*, Teresina, ano 5, n. 153, p. 4, 15 nov. 1932.

¹⁰⁸⁸ CUNHA, H., 1924, p. 41.

¹⁰⁸⁹ OLIVEIRA NETO. Divórcio e desquite. *O Piauí*, Teresina, n. 730, p. 6, 7 out. 1951.

Cuidado, pois filhas minhas, não vos deixeis arrastar nem à admiração pela beleza, pela plástica, pelos atrativos de um homem, seja ele quem for, pois se assim o fizerdes, já a falta está cometida, perante Deus, o supremo e justo julgador.¹⁰⁹⁰

Era com o intuito de conter a insatisfação feminina e a ameaça de adultério a ela associada, que se ressaltavam os deveres da esposa. Lembrava-se que o dever da mulher como esposa era grave e santo, que, mesmo diante do sofrimento e do desamor, as esposas não deveriam agir da mesma forma que seus maridos, rompendo a fidelidade conjugal.

Para conter o ressentimento feminino em face da não concretização das promessas de felicidade associadas ao casamento, o discurso católico, por um lado, prometia recompensas celestes; por outro lado, acentuava que aquelas que não procedessem de acordo com o dever seriam objeto de desprezo.

Ah! filhas e esposas que sabem suportar com heroísmo e com abnegada coragem os seus infortúnios conjugais, tornam-se grandes e sublimes aos olhos de Deus, ao passo que a que se revolta, e que possuída de ressentimento, procura vingar-se, imitar o esposo e faltar aos seus deveres, rebaixa-se, desce da sua dignidade, torna-se merecedora do desprezo, porque na sua alma não existe a fibra da moral e da virtude, faltava-lhe a envergadura das grandes almas dispostas ao sacrifício.¹⁰⁹¹

Seria necessário, ainda, transferir o ideal de felicidade da conjugalidade para a maternidade, a fim de que as esposas se livrassem das *tentações dos amores impuros*.

Envoltas nesse pálio sacrossanto que se chama maternidade, e, fortalecida pelo dever, a esposa terá força de resistir a todos os arrastamentos, a todas as seduções dos amores impuros, que a assediarem perante o abandono do esposo.¹⁰⁹²

Essas fontes indicam a existência de um mal-estar difuso, de uma insatisfação com o casamento, uma vez que muitos *príncipes viravam sapos*. Igualmente, apontam para a vivência do amor como sentimento subversivo, que, frustrado, propiciava às mulheres a crítica ao casamento e aos lugares tradicionalmente ocupados por elas. Daí porque era comum se chamar a atenção das casadouras para as responsabilidades relativas ao casamento, bem

¹⁰⁹⁰ PALAVRAS de Maria a suas filhas: deveres como esposa. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 244, p. 1, 6 nov. 1926.

¹⁰⁹¹ PALAVRAS de Maria a suas filhas: deveres como esposa. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 244, p. 1, 6 nov. 1926.

¹⁰⁹² PALAVRAS de Maria a suas filhas: deveres como esposa. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 244, p. 1, 6 nov. 1926.

como para a necessidade de aliar o amor a outros critérios, no momento da escolha do cônjuge.

A tentativa de disciplinarização das condutas femininas não foi, contudo, apanágio dos anos 1920. Através de educação familiar, formal e religiosa, bem como mediante leituras de revistas femininas e de romances,¹⁰⁹³ mulheres nascidas nas décadas de 1920, 1930 e 1940 foram alvo de discursos e práticas que buscavam transformá-las em mães, esposas e donas-de-casa ideais.

Nos anos 1920, era perceptível que, da promessa de felicidade conjugal, quando a moça se transformava em senhora, só restavam deveres e obrigações em relação ao marido e aos filhos e filhas. Estava difuso no social que o “dever é a grande força em que se devem escudar todas as esposas, que veem fenecer seus ideais de felicidade conjugal”.¹⁰⁹⁴ Era o que Maria dizia a suas filhas por intermédio da Igreja.

Para algumas mulheres, dever, submissão, sofrimento, angústia, jaula, limite e morte eram os sinônimos de casamento. Com efeito, para algumas era preferível a condição de solteira a de casada. Em fevereiro de 1926, expondo sua opinião a respeito das solteironas, Berenice, argumentava que elas eram mulheres superiores

[...] que repelindo muitas vezes situações magníficas, partidos vantajosos deixam-se ficar numa situação que não é esquerda, nem humilhante, livre de qualquer tutela, donas de suas ventas, como se costuma dizer, e sem a pressão esmagadora do homem. É errado dizer que todo o desejo de uma mulher, a sua vaidade mais cara, a sua aspiração mais imperiosa é o casamento. [...] Eu admiro a mulher que, repudiando partidos, vendo a falsidade dos doirados e ouropéis, encerra-se consigo mesma, com a sua alma, com a sua visão interior e assim vive feliz acima de qualquer desejo absorvente, livre do domínio de desejos possíveis e naturais, liberta dos perigos das sensações.¹⁰⁹⁵

A insatisfação feminina em relação ao casamento, não era nos anos 1920 peculiaridade teresinense. Em estudo sobre moral sexual e escrita feminina no Brasil entre 1900-1932, Margareth Rago enfatiza que, na escrita feminina no período, a união conjugal era vista como

¹⁰⁹³ BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; BASSANEZI, Carla Beozzo. *Mulheres dos anos dourados*. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 607-639; CUNHA, M., 1999; CARDOSO, Elizangela Barbosa Cardoso. *Entre o tradicional e o moderno: os femininos em Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, 2007. Digitado.

¹⁰⁹⁴ PALAVRAS de Maria a suas filhas: deveres como esposa. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 244, p. 1, 6 nov. 1926.

¹⁰⁹⁵ BERENICE. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 36, p. 4, 13 fev. 1926.

fonte de infelicidade para a mulher.¹⁰⁹⁶ Susan Besse, por sua vez, ao abordar a modernização das relações de gênero, entre 1914 e 1940, em São Paulo e no Rio de Janeiro, mostra que durante o pós-guerra a controvérsia em torno do casamento se fazia presente no discurso público. Diz: “pela primeira vez, reconheceu-se amplamente que o casamento era uma instituição cheia de conflitos em que maridos e mulheres assumiam frequentemente papéis adversários”.¹⁰⁹⁷

Em Teresina, o ingresso feminino na imprensa, o aumento do nível de escolarização e a identificação com o feminismo tornaram possíveis a expressão da insatisfação e do ressentimento das mulheres em relação ao casamento. Contudo, o debate acerca do casamento, na cidade, não assumiu a mesma dimensão verificada no Rio de Janeiro e em São Paulo. A problematização da família e do casamento foi promovida, predominantemente, pelos homens, que atentos ao feminismo e à dinâmica das relações de gênero na Europa, nos Estados Unidos, no Rio de Janeiro e em São Paulo, bem como às demandas feministas difusas na cidade, refletiram acerca dessas instituições, ora se identificando como feministas, ora assumindo a posição de críticos ferrenhos do movimento. Nesse processo, procurando intervir no ordenamento social, através da escrita.

Teresina, integrando-se, periféricamente, à dinâmica capitalista, não foi palco de transformações rápidas e avassaladoras, como ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma cidade pequena, que não foi marcada pela intensificação da urbanização e da industrialização. Capital do Estado, cidade de funcionários públicos e comerciantes, sua dinâmica econômica era impulsionada pelo setor público, grande empregador, e pelo comércio, movimentado pela navegação do rio Parnaíba e pelo extrativismo vegetal, que impulsionava a economia piauiense. Para as mulheres eram restritas as possibilidades de escolarização e de ingresso no mercado de trabalho, ainda que se configurassem, conforme enfatizei no primeiro capítulo.

A crítica ao casamento não foi característica específica aos anos 1920. Com o refluxo do feminismo e a censura que incidiu na imprensa, a partir de 1937, esse tipo de questão perdeu visibilidade pública. A imprensa deixava de ser um canal através do qual o ressentimento em relação ao casamento era expresso. Em Teresina, durante o Estado Novo somente o *Diário Oficial* circulou com regularidade.

¹⁰⁹⁶ RAGO, Margareth. A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil, 1900-1932. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 28-44, 1994.

¹⁰⁹⁷ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 41.

A crítica, embora não fosse visível, no referido suporte, permeava o cotidiano. O casamento era desqualificado mediante a observação da condição da casada, das relações conjugais dos pais, dos parentes e de pessoas próximas; através da escuta dos ressentimentos da casada e da expressão de posicionamentos contrários ao casamento.

Anthony Giddens,¹⁰⁹⁸ Gilles Lipovetsky¹⁰⁹⁹ e Colin Campbell¹¹⁰⁰ demonstram que os ideais do amor romântico na cultura ocidental incidiram, especialmente, sobre as mulheres, conformando a identidade e a subjetividade feminina. Em Teresina, a incorporação das expectativas de realização desse amor, no casamento, possibilitou que as mulheres também agissem a favor da subversão das relações de gênero. Na vivência das frustrações, do desencanto e do desengano, que a não concretização dos sonhos de amor ensejou, parte das mulheres criticou as relações de gênero tal qual estabelecidas, favorecendo a configuração de trajetórias singulares em relação ao casamento. Para algumas mulheres, o casamento deixou de ser a principal forma de colonização do futuro. Descentrando a subjetividade do matrimônio, algumas optaram por permanecer solteiras.

Sobretudo, nos anos 1950, mulheres casadas e mães de família desvalorizaram o casamento, impulsionando suas filhas a investirem na autonomia, na educação formal e na profissionalização.¹¹⁰¹

Diante da não concretização do amor romântico, o casamento foi representado como instituição que favorecia apenas aos homens. Em face da insatisfação desencadeada pela clivagem entre o sonho da casadoura e o cotidiano da casada, a limitação das mulheres ao casamento, à maternidade e ao lar, que a incorporação do amor romântico motivou e ajudou a manter, conforme atestam Giddens¹¹⁰² e Lipovetsky,¹¹⁰³ passou a ser questionada.

É possível afirmar que, por um lado, o amor romântico situou as mulheres nos lugares prescritos, uma vez que em seu nome muitas aceitaram viver em função do casamento, do marido e dos filhos, respaldando relações hierárquicas. Por outro lado, também contribuiu para o descentramento do modelo de mulher mãe, esposa e dona-de-casa, modelo embasado no ideal romântico, incitando o questionamento de hierarquias e desigualdades de gênero.

¹⁰⁹⁸ GIDDENS, 1993.

¹⁰⁹⁹ LIPOVETSKY, Gilles. *Sexo, amor e sedução*. In: _____. *A terceira mulher*. São Paulo Companhia das Letras, 2000. p. 17-98.

¹¹⁰⁰ CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

¹¹⁰¹ CARDOSO, 2003; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

¹¹⁰² GIDDENS, 1993.

¹¹⁰³ LIPOVETSKY, 2000.

Importante destacar que o amor romântico foi construído com base na distinção entre os papéis e funções femininas e masculinas.¹¹⁰⁴ No âmbito da definição da diferença sexual, que, conforme Scott,¹¹⁰⁵ é um fenômeno que só se estabelece na política, o amor romântico ensejou cultura amorosa produtora de diferença sexual.

Essa cultura, por sua vez, espalhando-se no decorrer do período em estudo, permitiu crescente ampliação da comunicação e da intimidade entre parte dos casais. Igualmente, oportunizou que uma parcela das mulheres avaliasse suas relações e expressasse o desejo de um relacionamento mais igualitário e afetivo, desencadeando, assim, tensões e transformações nas relações afetivas, notadamente, nos anos 1950.

Pelos depoimentos, memórias e romances que registraram os costumes do período em estudo (1920-1960), observo que as relações conjugais ultrapassavam a lógica do marido dominador e da mulher submissa. A despeito de o homem ser considerado o chefe da família e de o Código Civil de 1916 sustentar essa posição, múltiplas eram as situações que se configuram. Havia tanto mulheres submissas aos maridos, quanto àquelas que exerciam poder sobre eles, controlando-os. Entre a submissão e o controle delineavam-se disputas, cumplicidades e relações de força no âmbito do casal.

Nas memórias tanto é recorrente a representação do marido demônio, quanto da mulher satânica.¹¹⁰⁶ Se muitas mulheres se submetiam à prepotência do marido, convivendo com violência física e simbólica, outras demandavam e buscavam estabelecer relações mais igualitárias e, em certos casos, as mulheres se sobrepunham aos maridos.¹¹⁰⁷ Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro lembrando as atitudes de sua mãe e de sua tia Gersila acerca dos maridos, destaca: “Ao contrário de minha mãe, temerosa, quase submissa à prepotência do meu pai, [tia Gersila] tratava o marido de igual para igual, se não comandasse até mais que ele. Este era pessoa educada e gentil. Carinhoso com a mulher e os filhos”.¹¹⁰⁸

Em fevereiro de 1927, Esmeralda inscrevia a imagem de um homem dominado pela mulher, ao mesmo tempo em que criticava o poder por ela exercido. Na crônica, lê-se:

¹¹⁰⁴ GIDDENS, 1993; LIPOVETSKY, 2000.

¹¹⁰⁵ SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002. p. 17.

¹¹⁰⁶ OLIVEIRA NETO. Divórcio e desquite. *O Piauí*, Teresina, n. 730, p. 6, 7 out. 1951.

¹¹⁰⁷ Eni de Mesquita Samara, ao estudar a família em São Paulo, no século XIX, acentua que mulheres provenientes de diversas camadas sociais trouxeram conflitos para o casamento, tanto provocados por rebeldia quanto por insatisfação. Ver SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p.105.

¹¹⁰⁸ MONTEIRO, C., 1993, v. 4, p. 349.

Ele, alto e gordo. Ela, raquítica, cheia de tiques nervosos e governando-o em absoluto. Maricas, ou melhor, manicaca, no sentir de Abdias Neves, ao escrever interessante livro de críticas aos costumes piauienses. [...]. No dia em que consegue uma pequena licença para um passeio é um dia de festas. Começam cedo os preparativos. Inquieto, vem a porta, entra, completando a toaleta aos poucos, num vai e vem contínuo, ansioso, a todo o momento consultando o relógio, pelo momento de partir, tal qual criança gulosa na expectativa de um bom manjar. Humilde a mais não poder, parte afinal com ordens severas. Não sejam elas cumpridas e já sabe: descompostura, choro, ataque...¹¹⁰⁹

Em seguida, acrescentava:

A mulher não pode, não deve governar o marido. Compete-lhe o governo da casa e dos filhos, até a idade em que precisem passar para a orientação superiora, sendo ao mesmo tempo, guiada com ponderações sensatas e meigas. No caso, contrário, penso, é ridículo.¹¹¹⁰

Caso o pseudônimo Esmeralda proteja uma mulher, esse vestígio do passado permite apontar, por um lado, a incorporação pelas mulheres de relações hierárquicas e desiguais no seio do casal, uma vez que Esmeralda limita atuação do poder feminino ao universo da casa e dos filhos e filhas, até certa idade. Implícito está que o chefe da casa deve ser o homem, cabendo a ele o domínio último da família. Por outro lado, indica a pluralidade das mulheres e das práticas, no que diz respeito ao exercício de poder, uma vez que mesmo não devendo governar o marido, algumas mulheres o faziam, utilizando como instrumentos ações e representações então consideradas femininas. É possível inferir que os tiques nervosos legitimam o uso do descontrole e do choro para exercer poder sobre o marido. O histerismo e a sensibilidade extrema atribuídos às mulheres funcionavam, então, como representações que viabilizam o exercício do poder.

Em uma sociedade que legitimava a hierarquia e as desigualdades entre homens e mulheres, essas faziam uso das *artes do fraco*,¹¹¹¹ utilizando a imagem de descontrolada, de histérica, de doente e de frágil para exercer poder. A fragilidade era transformada em força.

Durante a vida do casal as relações de poder e dominação também poderiam passar por transformações. A conjugalidade não era estanque, estava sujeita à mudança. Alguns maridos que no início da vida conjugal eram prepotentes e tinham vida dupla, após o nascimento dos filhos e das filhas poderiam mudar de postura, tornando-se bons pais e bons maridos. O marido mulherengo da juventude poderia ser sucedido pelo marido calmo, na velhice. Os

¹¹⁰⁹ ESMERALDA. Manicaca. *Piauí*, Teresina, ano LX, n. 39, p. 4, 17 fev. 1927.

¹¹¹⁰ ESMERALDA. Manicaca. *Piauí*, Teresina, ano LX, n. 39, p. 4, 17 fev. 1927.

¹¹¹¹ CERTEAU, 2000.

personagens Laura e Dioclécio Martins, de *Vento geral* expressam essa possibilidade do real. Dioclécio, ao envelhecer, cegou e não pôde mais agir como o fizera na juventude. Para Laura, restou na velhice o marido “comportado, talvez pela doença e ciente, como ele afirmava, de que certas coisas não se fazem levado pela mão dos outros”.¹¹¹² Enquanto outros poderiam trilhar a trajetória contrária, tornando-se também pais de outras famílias formadas com base em laços consensuais.

No período em estudo, estreita-se o convívio entre homens e mulheres, em face das condições de vida urbana e da ampliação das formas de socialização feminina. Embora, ao longo de todo o período em estudo, se buscasse instituir diferenças nítidas entre o feminino e o masculino, a partir de um ideal de complemento na diferença, alguns homens nascidos nos anos 1910, 1920 e 1930 conviveram com mulheres nas sociabilidades, no lazer, nas escolas, nos colégios e no mercado de trabalho. E, nesse convívio, traçaram-se, certamente, relações menos hierárquicas.

No âmbito conjugal, o controle de natalidade vivenciado na conjuntura em estudo, conforme destaque no quinto capítulo, além de expressar o desejo das mulheres em limitar a prole, é revelador de cumplicidade entre parte dos casais, bem como do poder das mulheres. Isto porque um dos métodos de contracepção utilizados era o coito interrompido, que, conforme mostra Flandrin, “foi praticado quando as mulheres estiveram em condições de poder convencer os homens a praticá-lo”.¹¹¹³

Na poesia, homens destacavam o poder de que se investia a mulher amada. E, desde o início do século, na escrita masculina acerca do amor, uma das formas de representar a esposa era como a mulher amada. Essa representação tornou-se visível, sobretudo, na poesia, que registrou a saudade do esposo, diante da esposa morta. Em 1927, Da Costa e Silva publicou a obra *Verônica*, escrita sob o impacto da perda de sua mulher Alice. Nos poemas que compõem a obra, o poeta “canta a morte da amada”, “a perda e a solidão”.¹¹¹⁴ Em *De mãos postas*, expressa:

Eu te bendigo, porque a tua vida,
Iluminada de esperança e amor,
Trouxe a felicidade à minha vida.

Bendita sejas, pelo teu amor!

¹¹¹² RIBEIRO, P., 1996, p. 96.

¹¹¹³ FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995, p. 233.

¹¹¹⁴ SILVA, Alberto da Costa e. Da Costa e Silva. In: SILVA, Francisco da Costa e. *Antologia*. 3. ed. Teresina: COMEPI, 1982.

Eu te bendigo, porque a tua morte,
Iluminada de saudade e dor,
Me traz a glória para além da morte...

Bendita sejas, pelo meu amor!¹¹¹⁵

A percepção da esposa enquanto mulher amada a dotava de valor e de respeito, pois através do amor, hierarquias eram questionadas e redefinidas, na conjugalidade, a favor de relações mais igualitárias. Do mesmo modo, a valorização da mulher enquanto mãe tornou possível o exercício de poder no seio do casal e da família.

Conforme o Código Civil de 1916, a manutenção do lar deveria ser de responsabilidade do marido e da mulher. Desde o final do século XIX, contudo, o papel de provedor familiar era considerado atributo do masculino, estabelecendo-se a relação entre masculinidade e trabalho.

No período em estudo, delineavam-se possibilidades plurais em relação à questão da manutenção da família. Embora, normativamente, essa atribuição fosse considerada masculina, no universo da classe média, as mulheres também foram provedoras. Muitas exerceram esse papel pela incapacidade dos maridos em prover a casa. Enquanto outras o fizeram pela identificação com o trabalho produtivo. Michelle Perrot, em estudos acerca de solteiros e celibatários na França, no século XIX, acentua que, nesse período, o celibato era o preço pago pelas mulheres para obter promoção social mediante o trabalho.¹¹¹⁶ Em Teresina, no recorte em estudo, a conciliação entre trabalho e casamento era uma possibilidade, uma vez que a gestão da casa e a maternidade eram transferidas ou compartilhadas com outras mulheres.

Se havia maridos que exigiam de suas esposas que deixassem de trabalhar após o casamento, bem como esposas que aceitavam ou desejavam dedicar-se, exclusivamente, à casa, havia aqueles que consideravam que a esposa deveria exercer o papel de provedora da família. A condição de provedora foi experienciada por uma parcela das mulheres de classe média e por muitas mulheres pobres. Essa condição ora era compartilhada com o marido, ora era, exclusivamente, feminina.

Mesmo sem exercer um trabalho formal, muitas esposas compartilharam o papel de provedor da família, através do trabalho realizado, em casa. Mundiquinha Machado, nascida em 1936, por exemplo, quando casou era funcionária da Prefeitura Municipal de Teresina.

¹¹¹⁵ SILVA, F., 1982, p.149.

¹¹¹⁶ PERROT, Michelle. À margem: solteiros e solitários. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 301.

Deixou o emprego para acompanhar seu marido, que havia sido aprovado em concurso dos Correios, na cidade de Uruçuí. Mediante a costura, a entrevistada contribuía para o provimento das necessidades da família.

[...] eu tinha um ateliê de costura, costurei muito, ajudando o marido e a casa toda. É assim, me dei muito, me entreguei demais à casa, a esse trabalho porque eu queria ter um dinheiro pra mim. No meu ponto de vista, eu era uma profissional muito boa, eu era muito bem aceita e também era professora de corte-costura, todo mundo que aprendeu corte-costura comigo aprendeu pelo menos o básico.¹¹¹⁷

Embora não houvesse uma relação direta entre trabalho remunerado, condição de provedora e relação igualitária, em alguns casos o fato de trabalhar contribuía para o questionamento da hierarquia conjugal. Além disso, a origem familiar da esposa, o nome e o poder de sua família também eram evocados para impor respeito e auferir poder.¹¹¹⁸

Em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, a legislação incorporou mudanças nos costumes que vinham se delineando desde os anos 1920. O Estatuto alterou o Código Civil em vigor desde 1916. A lei passou a assegurar uma demanda feminista presente desde os anos 1920, a personalidade civil completa feminina dentre e fora do casamento.¹¹¹⁹ Na família, da condição de tutelada pelo marido, a mulher passava à condição de colaboradora.¹¹²⁰

Os conflitos conjugais emergiam por diferentes motivos. A insatisfação feminina diante dos encargos dos papéis de mãe, esposa e dona-de-casa, ciúmes, educação dos filhos, trabalho feminino, a administração dos bens, relações com o grupo de parentesco, não adequação masculina aos papéis prescritos eram fontes geradoras de inúmeros conflitos.

Eles eram acirrados também em decorrência de ser o casamento um valor, bem como um vínculo indissolúvel. Os costumes o reforçavam e a legislação impedia a quebra do laço, uma vez que o desquite não possibilitava um novo enlace legítimo. Muitos casais, incapazes de assumir a ruptura do matrimônio, permaneciam juntos, transformando a conjugalidade em lugar de rancor, de desamor e de fomento do ódio. No decorrer da vida conjugal, a esposa-musa poderia se transformar em musa do ódio. Em 1924, Jônatas Batista, expressou essa metamorfose, na seguinte poesia:

¹¹¹⁷ MACHADO, 2008.

¹¹¹⁸ OLIVEIRA, 2007.

¹¹¹⁹ SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

¹¹²⁰ BASTERD, Leila Linhares. *Permanência ou mudança? O discurso legal sobre a família*. In: ALMEIDA, Angela Mendes de et al. *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987. p. 103-114.

Musa do ódio
 A minha musa, outrora, era tão mansa,
 Tão ingênua, tão viva e tão faceira...
 Tinha nos olhos verdes a esperança,
 Nos lábios tinha uma canção brejeira...

Era alegre, contente e, assim, criança,
 Tinha modos de bela feiticeira...
 No coração, jamais, uma vingança
 Teve guarida, embora passageira...

Rindo, levava a vida descuidosa,
 Vendo tudo sereno e cor-de-rosa,
 Através de mil sonhos coloridos!...

Hoje se fez, por mal dos meus pecados,
 Irritada e infeliz, dentes cerrados
 Na tortura dos ódios mal contidos...¹¹²¹

Orgmar Monteiro que nasceu, em 1918, ao relembrar sua infância, por exemplo, acentuou que, por muitas vezes, ouviu sua avó materna recriminar seu avô por ele ter vendido a fazenda Angelim de Baixo, herdada por ela em sucessão legítima. Em suas palavras:

Na intimidade dos meus avós maternos ouvi por diversas vezes acrimoniosas acusações dela, a ele, pela venda da fazenda Angelim.
 - Este homem vende tudo que temos.
 - O que havia de fazer, Cota, furtavam tudo. As criações e até o gado. Não encontrei quem desse mais. Você não queria, mas nossos filhos chegaram e concordaram. Foi resolvido a contento de todos. Você fala sem razão.¹¹²²

Se durante o namoro era comum que as moças aceitassem a dupla moral sexual, uma vez que era exigido delas a manutenção da virgindade, quando casadas, as relações ilícitas vivenciadas pelos maridos, geravam conflitos. Muitas esposas expressavam seus ressentimentos e buscavam conter os amores ilícitos de seus maridos. Umas chegavam a contratar pessoas para vigiar os passos do esposo, como o fez a esposa de um dos diretores da Fábrica de Fiação e Tecidos, no início do século XX. Sabendo que o marido, então diretor comercial, estava se envolvendo com uma das operárias, pagou ao fogueira Marciano, também operário da Fiação, para que o espionasse. Segundo Orgmar Monteiro, que narra o caso,

O homem fazia as suas visitas rápidas à sua banda de esteira e voltava ao escritório. Mesmo assim quando punha o pé no batente da sua casa ouvia o relatório da esposa: tempo e hora do colóquio com a amante.

¹¹²¹ BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p. 97.

¹¹²² MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: IOCE, 1988. v. 5, p. 445.

Negava.
A afirmativa era categórica.¹¹²³

Diante da traição do marido, por não se conformar com a liberdade masculina no casamento, algumas respondiam às saídas noturnas dos esposos com brigas e discussões. Em alguns casos, chegaram a ir atrás dos maridos na *zona*. Gerusa Santos, que foi proprietária e gerente de cabaré nas décadas de 1940 e 1950, relembra que uma jovem esposa foi buscar o marido em seu estabelecimento. Quando ela chegou, seu marido estava acompanhado da amante, chamada Baiana. Para manter a paz, Gerusa interveio a favor da esposa e disse ao cliente: “rapaz vai embora com tua mulher! Deixa de coisa! Aí ele foi.”¹¹²⁴

Em meados dos anos 1920, em Parnaíba, uma tia de Buggy Brito também foi atrás de seu marido, na zona. Eis a narrativa do sobrinho:

Se ele saía do lar às seis horas da tarde, logo após o jantar, a esposa julgava que ele não devia passar de 10 horas da noite; uma palestra com um amigo ou uma partida de bilhar no clube não devia durar além do normal... e, se passava, era porque havia enfuca... Nas duas vezes que aconteceu ele não chegar em casa até às 10 horas da noite, a tia Letice resolveu ir procurá-lo e determinou que eu fosse com ela; eu serviria de companhia e talvez pudesse ajudá-la em alguma dificuldade no caminho; assim, ela armou-se com um revólver do marido e fez com que eu a acompanhasse. O tio Tunas estava numa espécie de *cabaret* ou pensão de ‘mulheres da vida alegre’ [...]. Letice arrancou-o de lá (Tunas estava dançando no momento em que ela chegara ao *cabaret*) puxando-o pelo braço e lançando-lhe admoestações severíssimas; o fato não deixou de gerar um mal-estar entre os presentes, ou melhor, uma espécie de escândalo.¹¹²⁵

Práticas como a de Letice, a despeito de causar escândalo no seio da família, eram práticas de mulheres casadas de classe média. Escandalizar era um verbo conjugado por elas. Algumas ousaram revidar o adultério masculino na mesma moeda. Essa foi uma experiência vivida por uma prima de Augusto Castelo Branco em meados dos anos 1940.¹¹²⁶ Ao descobrir que o marido estava tendo um caso com a secretária, ela o traiu com o médico da família. Outras ainda respondiam com violência à violência desencadeada pelo marido. Esta, por exemplo, foi a experiência de uma das mulheres da família de Yara Vilarinho. Segundo a entrevistada, uma de suas tias, irmã de sua mãe, era uma mulher que não aceitava as diferenças entre homens e mulheres, que não admitia que o homem casado tivesse maior liberdade que a esposa. E, em decorrência disso,

¹¹²³ MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: IOCE, 1987. v. 2, p. 275.

¹¹²⁴ SANTOS, Gerusa. *Entrevista concedida a Bernardo Pereira de Sá Filho*. Teresina, 2005.

¹¹²⁵ BRITO, Antonio Buggy. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977. v. 1. p. 216.

¹¹²⁶ CASTELO BRANCO, A., 2007.

um dia, ela estava com seis meses de casada. Era casada com... E o marido dela foi para festa, bebia, era cunhado do governador, então tinha aquela história: fazia o que queria porque era cunhado do governador. Era como hoje, ainda hoje existe. O pessoal acha que é mais importante do que os outros. Eu sei que um dia ele chegou tarde em casa e foi brigar com ela, né? [...] Depois de uma semana, ele fez a mesma coisa. Chegou em casa bêbado, de novo. Ele falou, ela respondeu, ela falou de novo. Disse para ele não fazer aquilo, que ela ia fazer também. Eu sei que eles começaram uma briga. Eu sei que no meio da briga ele deu um tapa nela e ela pegou uma cadeira, jogou nele e quebrou três costelas dele [risos]. Arrumou, arrumou a roupa dela e foi para a casa do pai dela e nunca mais voltou. [...] Ela nunca mais voltou. Agora isso escandalizou a cidade inteira.¹¹²⁷

Sair de casa, abandonar o marido, era também uma das práticas das mulheres pobres, que, diante dos maus tratos e das dificuldades de vivência, optavam por deixar o marido. Esta foi a história de Ana Pinheiro dos Anjos, a mãe de Henriqueta Pinheiro da Silva. Ana nasceu em Crateús (CE), migrou para Teresina no início do século XX ainda criança, em decorrência da seca que castigava seu Estado. Em Teresina, casou-se com um viúvo, tornando-se mãe de duas filhas. Pouco tempo após o casamento, a jovem Ana enviuvou. Casando-se, novamente, não foi feliz em seu casamento. Conforme Henriqueta, o novo marido de sua mãe era “irresponsável”, “preguiçoso”, bebia muito e brigava com a esposa. Embora da relação tenha nascido um fruto, Ana separou-se do marido. Posteriormente, Ana passou a viver em relação consensual com um funcionário dos Correios. Da relação, nasceu-lhe uma filha. Novamente, a morte levou o companheiro de Ana. Encontrando um novo companheiro, Ana passou a viver com ele, concebendo mais três filhos. Dentre eles, Henriqueta.¹¹²⁸

Como é possível observar na trajetória de Ana, diante dos conflitos conjugais, as mulheres tinham condições, à época, de reconstruir suas vidas, a partir de outras relações. Fato que não era típico das mulheres pobres. Era também uma trajetória possível no universo da classe média. Orgmar Monteiro, em *Teresina descalça*, acentua que uma de suas tias casou-se cedo sem a aprovação dos pais. O enlace não foi feliz. Dois anos depois, o casal estava separado. Mas sua tia reconstruiu a vida casando-se, novamente, no religioso.¹¹²⁹

Os avós paternos de Bugyja Brito, Benedito e Umbelina, no final do século XIX, viveram em relação consensual. Seu avô casou-se com Firma, mas, diante da suspeita de adultério, separou-se. Na impossibilidade de contrair novas núpcias, passou a viver consensualmente com Sílvia, que era filha de índios. Falecendo a companheira, em 1881,

¹¹²⁷ OLIVEIRA, 2007.

¹¹²⁸ SILVA, H., 2007.

¹¹²⁹ MONTEIRO, O., 1988, v.5, p. 471-472.

Benedito passou a viver com Umbelina, com quem não pôde casar, uma vez que Firma, sua legítima esposa, ainda vivia e também pelo fato de Umbelina ser igualmente casada. Casando-se aos 18 anos, Umbelina foi abandonada pelo marido, com quem teve um filho.¹¹³⁰

Assim, os conflitos conjugais e seus desdobramentos levavam, às vezes, à desagregação dos casais legalmente constituídos, bem como à formação de novos casais e de famílias com base em relações consensuais.

A hierarquia e a violência eram características das relações conjugais. Era comum o fato de os homens responderem com violência à contestação de suas posturas e comportamentos. Quebrar pratos, copos, puxar toalhas de mesa, jogar comida no chão eram práticas masculinas, diante de contestações.

A violência fazia parte do cotidiano de muitos casais. Experiências possíveis acerca dessa questão são referidas na ficção, uma vez que, sem o compromisso de falar a verdade e, por isso, sem ferir a cultura da privacidade, em delineamento, no período em estudo, a ficção expressa com mais liberdade os conflitos, tornando-os visíveis. Um exemplo pode ser dado através da novela de Clodoaldo Freitas, *O jogador*, em que o autor critica o jogo. Eis o trecho em que narra o retorno de Salomé, o jogador, ao lar, após dias fora de casa:

[...] O jogo era sua paixão dominante. Em roda do tapete verde passava horas, dias, semanas, meses inteiros, esquecido do mundo, de tudo. Quando aparecia, em casa, depois dessas ausências, havia trovoadas medonhas. D. Juliana assanhava-se e fervia o rolo, mais feio, que não acabava sempre em pancadaria, graças a benigna intervenção da Sinhá. O pobre Salomé sentava-se amuado numa rede armada na sala de jantar; a Sinhá sentava-se junto dele matando-lhe cafuné. Era o consolo desse homem que não se consolava com as alegrias domésticas. Assim corria-lhes a vida.¹¹³¹

O Salomé começou a perder e em pouco tempo seus recursos, que não eram grandes, se esgotaram. Reinou, então, entre ele e d. Juliana, o verdadeiro inferno, as brigas mais deploráveis, escandalosas, porque ele vinha desabafar com a mulher os dissabores da sua desdita. Não tendo mais crédito a recorrer, o Salomé lançou mão das jóias e objeto de valor da família.¹¹³²

As coisas estavam neste pé. Lutas domésticas e lágrimas enchiam de tristeza esta nobre família. O Salomé re-chafurdava, de dia para dia, nos marnéis do vício. Entregou-se ao copo, irmão siamês do baralho e, nos seus acessos balhicos, esbordoava a infeliz d. Juliana, não poupando sequer a inocente Sinhá. Os filhos metiam-se na luta em defesa das duas mulheres. O Salomé gritava, os amaldiçoava, e, como um energúmeno, ameaçava levar tudo a pau. Era um horror a vida deles.¹¹³³

¹¹³⁰ BRITO, 1977, p.37.

¹¹³¹ O JOGADOR. *Correio do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 560, p. 2, 13 jan. 1923.

¹¹³² O JOGADOR. *Correio do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 560, p. 2, 13 jan. 1923.

¹¹³³ O JOGADOR. *Correio do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 361, p. 2, 15 jan. 1923.

A violência também tem visibilidade em ações de desquite. Em artigo publicado por Leonel P. B. Martins, advogado de Maria do Socorro Moura Daniel, em ação dessa natureza movida contra Augusto César Daniel, o advogado faz referência aos maus tratos e espancamentos a que a sua cliente havia sido submetida.¹¹³⁴

Em situações-limite, os conflitos conjugais chegavam a um nível de violência cujo desfecho era a morte. Em 3 de setembro de 1925, por exemplo, o jornal *A Imprensa*, publicou apelo de Anderson de Castro Soares, para que a morte de sua irmã Lídia não ficasse impune. Lídia, que residia em Currealinho, no Maranhão, foi morta, após ingerir láudano e ter o corpo incendiado por seu marido, Bernardino dos Santos Marinho, tabelião público interino, de Currealinho. Lídia pertencia, segundo o cronista, “a uma das melhores famílias” do Estado do Piauí, e havia casado contra a vontade de sua família.¹¹³⁵

A doutora Márcia Cruz, que foi professora da Escola de Educando Artífices, na década de 1910, em Teresina, foi assassinada em Timon (MA), no lugar São João, em 22 de setembro de 1951, por Ciriaca Barradas. A autora do crime acusou Francisco de Melo Lima, marido de Márcia Cruz de ser o mandante do assassinato. Acusado por Ciriaca Barradas e Severino Vieira Sales, Francisco de Melo Lima foi incluído como réu no processo criminal.¹¹³⁶ Segundo versão do homicídio publicada no jornal *O Piauí*,

Declarou então Ciriaca Barradas que a 22 de setembro em sua residência, no lugar São João, Francisco de Melo Lima, vulgo Marrocos, disse que em consequência de desinteligência entre ele e sua esposa, Dona Márcia Cruz, esta ameaçou no dia seguinte vir a Teresina para rasgar o testamento que havia feito em benefício de Marrocos. Lembrando então Marrocos da existência de uma rixa antiga entre Ciriaca e Dona Márcia, mandou que quando as duas fossem prestar contas, caso Márcia tratasse mal a Ciriaca, esta a matasse. As compensações seriam as seguintes: usufruto da propriedade ‘São João’, por três anos, Cr\$ 15.000,00 em mercadorias, Cr\$ 5.000 em dinheiro e mais a promessa de livrar Ciriaca e seu marido Severino Vieira de Sales da cadeia.¹¹³⁷

O exercício da violência física e simbólica, no seio do casal, não era apanágio masculino. Muitas esposas usavam de vários ardis para agredir seus maridos, tais como brigas, recriminações, desqualificação, bem como a visibilidade da distância entre os ideais de masculinidade e as práticas, de fato, ou supostas de seus maridos. Algumas esposas

¹¹³⁴ MARTINS, Leonel P. B. A juíza mandou ouvir o capitão. *Jornal do Piauí*, ano VII, Teresina, n. 616, p. 6, 20 jul. 1958.

¹¹³⁵ UM MARIDO monstro. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 8, p. 4, 3 set. 1925.

¹¹³⁶ O CRIME no lugar São João. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 3, n. 348, p. 12, 10 jul. 1955.

¹¹³⁷ O CRIME de Timon. *O Piauí*, Teresina, ano LXII, n. 764, p.3, 2 mar. 1952.

humilhavam os maridos dando visibilidade pública à incapacidade de desempenhar o papel de provedor familiar, por exemplo. Outras evidenciavam a incúria paterna. Demonizar a imagem do marido era uma prática recorrente. Na visão masculina, as esposas tinham o poder de difundir a versão acerca dos conflitos conjugais que lhes era favorável, desqualificando o marido no seio da família e nas relações sociais.¹¹³⁸

Circulava no social uma imagem negativa de masculinidade. Era recorrente a percepção de que homem *não prestava*, sobretudo, dentre as mulheres. O homem seria insidioso, não confiável e enganador. Assim, a mulher estaria sempre correndo o risco de ser enganada, traída e abandonada. Essa imagem era usada por parte das mulheres para desqualificar seus maridos.

Outras tornavam visível o poder que exerciam sobre eles. O exercício desse poder era percebido no discurso masculino como uma afronta, como prática que desqualificava o homem. A expressão *manicaca* era utilizada para nomear o marido submisso à mulher. A esse respeito, em texto acerca do divórcio e do desquite, em princípio palestra proferida em 1951, por Oliveira Neto, lê-se

Há homens que nasceram errados, isto é, com vocação para serem mulheres e se adaptam mansamente a certas condições humilhantes e vexatórias. Tenho um amigo, cidadão inteligente e culto, trabalhador e honesto, prudente e bom, que se casou com uma moça espalhafatosa, gritadeira, ciumenta, briguenta e escandalosa, a quem ele se submeteu docilmente. No fim de cada mês, recebe os avultados vencimentos do cargo e os entrega, bem contados, sem faltar um centavo, à esposa arrogante. E toda vez que entra na Repartição uma comissão angariando dinheiro para qualquer festa beneficente, ele corre ao telefone e discar para a mulher: ‘meu bem, está aqui uma comissão da alta sociedade, pedindo donativos para Nossa Senhora, quanto assino na lista? E ela, depois de recriminações azedas, responde: ‘Ponha Cr\$ 20,00, que eu mando já o Luizinho deixar’. E o miserável humilhado, cabisbaixo, pega a caneta, subscreve a lista e pede à comissão que demore um momentinho, que esqueceu a carteira em casa, mas já telefonou pedindo. E os colegas que conhecem a história há mais de vinte anos, ficam rindo do pobre manicaca.¹¹³⁹

Ser dominado pela mulher era um medo difuso no social, que ora correspondia a práticas conjugais, ora não. A esposa que dominava, subjugava e humilhava o marido era imagem presente no imaginário.¹¹⁴⁰ Oliveira Neto a denominava de satânica.¹¹⁴¹

¹¹³⁸ CUNHA, H., 1924, p. 40.

¹¹³⁹ OLIVEIRA NETO. Divórcio e desquite. *O Piauí*, Teresina, n. 730, p. 6, 7 out. 1951.

¹¹⁴⁰ ESMERALDA. Manicaca. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 39, p. 4, 17 fev. 1927.

¹¹⁴¹ OLIVEIRA NETO. Divórcio e desquite. *O Piauí*, Teresina, n. 730, p. 6, 7 out. 1951.

Satânica, escandalosa, briguenta, ciumenta, espalhafatosa, gritadeira, arrogante eram adjetivos que qualificavam a esposa e que indicam tanto a violência simbólica de que as esposas eram alvo quanto o exercício dessa violência por elas.

Além dessa modalidade, esposas também praticavam a violência física. Na memória coletiva ficaram registradas referências a mulheres que batiam em seus maridos. Algumas ousaram encomendar suas mortes, enquanto outras os mataram com suas próprias mãos. Em 27 de dezembro de 1956, comentando crimes praticados, no Rio de Janeiro, por mulheres contra seus maridos, Creusa Mendes acentuava que, em Teresina, recentemente uma esposa, no bairro Vermelha, havia matado seu marido arremessando-lhe uma mão de pilão.¹¹⁴² Meses antes, em junho de 1956, uma menina-moça de 15 anos, poucos dias após seu casamento serviu ao marido refrigerante acrescido de forte dose de formicida, ceifando-o.¹¹⁴³

Para além de situações-limite cujo desfecho poderia ser a separação ou a morte, no dia-a-dia do casal, a dor, a mágoa, o ódio e o ressentimento que também alimentavam a conjugalidade poderiam envolver os filhos e as filhas. Era comum o fato de as mulheres buscarem o apoio dos filhos e das filhas em detrimento do marido, re-equacionando as relações de poder. Em alguns casos, as mulheres conseguiam tecer uma rede de dominação sub-reptícia, através da qual controlavam os maridos. Alguns filhos, por sua vez, se sentiam defensores e cúmplices das mães diante da tirania dos pais/maridos.¹¹⁴⁴

Contudo, no âmbito da família, parece haver diferentes formas de delineamento das relações de força. Filhos e mães poderiam se unir contra o pai, como também a filha poderia tomar o partido do pai. No romance *a Vela e o temporal*,¹¹⁴⁵ a protagonista, ao achar que a mãe fora uma adúltera, considerou que, de fato, ela deveria morrer.

Os conflitos também decorriam da inserção na família de um dos cônjuges. Uma das entrevistadas, no momento da entrevista, já viúva, lembrando sua vida conjugal acentua que sua vida de casada foi marcada pelo companheirismo e pela compreensão. As dificuldades enfrentadas diziam respeito à adaptação à família do marido. Quando a entrevistada casou-se, sua sogra era viúva e tinha uma filha solteira. O combinado com o marido era que sua mãe ia morar com o novo casal e sua irmã moraria com o outro irmão, no entanto, passaram a residir com o casal tanto a sogra quanto a cunhada. Ao longo da vida conjugal, a entrevistada manteve relação cordial com a sogra, mas conflituosa com a cunhada.¹¹⁴⁶

¹¹⁴² MENDES, Creusa. Sinal dos tempos. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano IV, n. 460, p. 3, 30 dez. 1956.

¹¹⁴³ TRAGÉDIA em Picos. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano IV, n. 411, p. 4, 24 jun. 1956.

¹¹⁴⁴ MONTEIRO, C., 1993, v. 4.

¹¹⁴⁵ GAMEIRO, 1996.

¹¹⁴⁶ ALBUQUERQUE, 2007.

Um dos fatos que compensavam um mau esposo era a observância do papel de provedor familiar. Exercer a contento esse papel era um dado muito valorizado no contexto. Exercício, que, inclusive, justificava o autoritarismo do marido. A esse respeito, Henriqueta Pinheiro da Silva acentua que uma de suas irmãs não foi feliz no casamento, pois o marido era muito ciumento e provocava brigas por pequenos motivos. A entrevistada acentua como compensação o fato de o cunhado entregar todo o seu ordenado para a irmã administrar, além de poupá-la do serviço doméstico, uma vez que tinha à época de casada três empregadas. Conforme a entrevistada, “ela não fazia quase nada em casa. Ela tinha três empregadas, tinha cozinheira, a copeira e uma pessoa para lavar e passar. Ele não era tão ruim, né? Porque brigava, brigava, mas tinha esse cuidado com ela”.¹¹⁴⁷

Outra forma de compensação era a projeção social da casada, sobretudo, quando esposa de um homem bem sucedido, possibilidade captada no romance *Pacamão*, de Assis Brasil, através da personagem Zuleica. Mesmo quando não concordava com as decisões do marido, Bento, Zuleica se conformava. Quando Bento decidiu que o filho Darcy iria estudar no Rio de Janeiro, uma forma de exílio, por ter tirado nota zero em todas as disciplinas ministradas no Instituto São Luís, em Parnaíba, Zuleica, embora contrariada, aceita a decisão do marido, na “perspectiva de aparecer mais uma vez como a esposa de um homem rico, importante, que tinha um filho estudando fora”.¹¹⁴⁸

4.6 SOB O SIGNO DA AMEAÇA

Em estudo acerca do saber médico e da prostituição, no Rio de Janeiro, entre 1840 e 1890, Magali Engel, dialogando com Michel Foucault, aborda a emergência de uma *ciência sexual*, que, elaborando um discurso racional sobre o sexo, produziu normas que incidiram sobre os comportamentos, dentre as quais o casamento como espaço legítimo de vivência do prazer.¹¹⁴⁹

Conforme argumenta Jurandir Freire Costa, nesse contexto, em nome da raça e da nação, os higienistas legitimaram a sexualidade no casamento, desqualificando as sexualidades periféricas. Para esses médicos, os homens deveriam casar entre 24 e 25 anos e

¹¹⁴⁷ SILVA, H., 2007.

¹¹⁴⁸ BRASIL, 2008, p.350.

¹¹⁴⁹ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

as mulheres entre 18 e 20 anos, uma vez que, conforme argumentavam, os enlaces de mulheres jovens e de homens velhos punham em risco, tanto o futuro da prole quanto a honra masculina. Isto porque, o enfraquecimento dos órgãos reprodutores masculinos poderia levar as mulheres ao adultério. Exaltando a sexualidade conjugal, acreditavam que homens velhos não satisfaziam a mulheres jovens.¹¹⁵⁰

Em Teresina, a valorização da sexualidade do casal, ensejada pelo saber médico, no início do século XX, era difundida através da literatura. Abdias Neves, formado pela Faculdade de Direito de Recife, em 1898, publicou em 1909, a obra *Um manicaca*, romance em que registrou costumes na cidade, no crepúsculo do século XIX. Nessa obra, o literato criticava o enlace entre uma mulher jovem e homem velho, modelo de casamento recorrente no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Através dos personagens Júlia e Antônio de Araújo, o literato procurava mostrar que enlaces dessa natureza tinham por desfecho tanto a transformação do marido em *manicaca* quanto da esposa em adúltera.

Uma mulher jovem e saudável precisaria casar com um homem igualmente jovem, que tivesse condições de satisfazer as exigências de seu corpo, tornando-a mãe. Júlia, moça bela e jovem apaixonou-se por Luís Borges, um guarda-livros, foi impedida de casar com o rapaz. Pedro Gomes, pai de Júlia, por considerar o pretendente abaixo da filha, não o aceitou por genro. Para forçar o pai a realizar o enlace, Júlia entregou-se ao namorado, iniciando-se, sexualmente. A despeito disso, Pedro Gomes, não consentiu o casamento. Impôs à filha Antônio de Araújo, um viúvo de trinta e três anos, seu sócio.

Antônio de Araújo, desejando possuir o corpo da bela Júlia, bem como a fortuna que supostamente herdaria, a desposou, apaixonando-se pela esposa. Insatisfeita e inconformada com o marido que o pai a obrigara a aceitar, Júlia tornou-se amante de Luís Borges e se transformou em uma mulher tirânica para com o marido.

Júlia era inscrita como uma vítima da imposição de seu pai e da ganância de Antônio de Araújo. A responsabilidade por sua condição de adúltera era remetida ao pai e ao marido. Ela decorria do fato de ter sido obrigada a casar com um homem velho e doente. Júlia, na efervescência de seus dezoito anos, necessitaria de um marido de vinte anos

e o que lhe fora imposto pela vontade paterna estava em condições de adotá-la como filha. Precisava de um homem são, e o pai, não quisera atendê-la, havia lhe dado um moribundo, para quem a sepultura escancarava, como numa gargalhada de zombaria, a boca desdentada. Precisava de um marido que lhe fizesse conhecer as doçuras e as tristezas, os prantos e os risos, as

¹¹⁵⁰ COSTA, J., 1989.

alegrias e as desventuras da maternidade, e o seu estava quase reduzido à impotência pela moléstia.¹¹⁵¹

Ao lado do amor, a sexualidade realizada, na conjugalidade, emergia, na obra, como uma condição de fidelidade conjugal feminina. O prazer, no casamento, era inscrito como parte integrante da instituição. Para o literato, o casamento poderia ser a “Canaã dos sonhos, ou o desmoronar de todas as aspirações”.¹¹⁵² Um casamento sem amor, que enlaçava uma mulher jovem e um homem velho, em sua perspectiva, situava-se na segunda condição. O casal ideal deveria ter idade próxima, se unir com base na afeição e vivenciar o prazer legítimo sob o véu da privacidade.

Abdias era também um defensor da instituição da privacidade e da intimidade do casal. O casamento deveria ser o lugar legítimo do sexo, mas sua vivência deveria ser velada. O casal “como solidão fusional, fechada sobre si mesma”, que emergiu na Europa no século XIX,¹¹⁵³ despontava, em Teresina, no início do século XX, enquanto ideal, na escrita do literato.

Os vestígios do passado que se transformaram em fontes dessa pesquisa indicam que, Abdias Neves, registrou, em sua escrita, uma sensibilidade que começava a se difundir, na classe média – a sexualidade do casal como dimensão privada, íntima. Isto porque essa sexualidade é um tema pouco visível no corpus delineado nesta pesquisa.

Nas memórias, são frequentes referências à felicidade do casal, à qual é possível atribuir, também, ajustamento sexual, uma vez que sexualidade realizada era uma expectativa em relação ao casamento, no contexto em análise. Jean-Louis Flandrin, em estudo acerca das famílias, na Europa, especialmente, na França, entre os séculos XVI e XVIII, em relação às famílias contemporâneas, afirma que, no século XX, os teólogos reconheceram a legitimidade da dimensão carnal na vida conjugal. Os teólogos, em seus termos, “fazem da união carnal dos esposos a manifestação característica do amor conjugal e condenam de certo modo como sacrilégios, as uniões a que o amor não preside”.¹¹⁵⁴

Moura Rego, nascido, em 1911, em *As mamoranas estão florindo*, ao se referir aos seus pais, conta que, a despeito da família de sua mãe não desejar o enlace, “o casamento foi realizado, e nunca se ouviu falar de casal que se tivesse ajustado melhor.”¹¹⁵⁵ João Paulo dos

¹¹⁵¹ NEVES, 1985, p. 80.

¹¹⁵² Ibid., p. 123.

¹¹⁵³ Ibid., 1985.

¹¹⁵⁴ FLANDRIN, 1995, p. 170-171.

¹¹⁵⁵ REGO, Raimundo de Moura. *As mamoranas estão florindo*: romance. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

Reis Velloso, por sua vez, ao rememorar seus pais, acentua que o pai era apaixonado pela mãe e era considerado o único marido fiel na cidade de Buriti dos Lopes:

[...] papai tinha fama de ser o único marido fiel à mulher, em Buriti. A verdade é que papai era apaixonado por mamãe. Meu pai foi apaixonado por minha mãe a vida inteira, mesmo depois que ela faleceu, em 1948, aos 38 anos. Eu tinha 17 anos. Meu pai nasceu em 1900, minha mãe exatamente 10 anos depois, em 1910. Ele morreu com 94 anos, ainda estava bem aos 92, mas nunca mais se casou.¹¹⁵⁶

Yara Vilarinho relata que rapazes que se tornaram maridos, em sua geração, eram educados para iniciar sexualmente suas esposas. Na leitura da entrevistada, havia zelo e cuidado quando das primeiras experiências sexuais das virgens/esposas de modo a não comprometer a vida conjugal.¹¹⁵⁷

[...] geralmente, os homens procuravam ser educados. Pelo menos nós éramos 360 e tantas internas, aí depois que saíamos do internato era que nos correspondíamos, nos encontrávamos, conversávamos, e de todas que se casaram, eu não soube de nenhuma que foi decepcionante, não. Porque os homens também eram bem mais educados, eles faziam questão de tratar a gente com mais delicadeza. Sabiam que não entendíamos de nada. Então, por isso, era uma coisa muito lenta, não faziam uma coisa brusca no primeiro dia. A mulher não era deflorada no primeiro dia, nunca! Até porque os homens não eram assim tão mal educados, não era só estuprando. Não existia nem isso! Não existiam essas coisas... Só que o homem era limitado, se comportava bem, principalmente, recém-casado, porque ela não fazia nada, porque não sabia de nada. Era normal, não existiam essas coisas do homem ser tão violento, não.¹¹⁵⁸

A despeito dessa possibilidade, é possível que a maneira como se delineavam os códigos de sexualidade, no contexto, tenham criado, dentre parte dos casais, dificuldades de relacionamento sexual. A esse respeito é importante destacar que a forma como se processava a *educação dos sentidos*¹¹⁵⁹ dos homens e das mulheres casadas era muito distinta.

Dada a feminização do catolicismo, as mulheres recebiam maior influência dos dogmas católicos que os homens. Nesse sentido, parte das mulheres que viveram a juventude no período em estudo foi alvo da noção de sexo como pecado. Se algumas não incorporaram essa perspectiva, certamente outras, sim. Ademais, diante de um regime de natalidade marcado por altas taxas de nascimento e de morte materna, havia também a associação entre sexo e morte.

¹¹⁵⁶ D'ARAUJO, Maria celina; CASTRO, Celso (Org.). *Tempos modernos*: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004. p.12-13.

¹¹⁵⁷ OLIVEIRA, 2007.

¹¹⁵⁸ OLIVEIRA, 2007.

¹¹⁵⁹ GAY, 1989-1990.

Assim muito, provavelmente, mulheres em Teresina fizeram o amor, “raramente com prazer, muitas vezes com o receio de engravidar”.¹¹⁶⁰

Raimundo Nonato Monteiro de Santana, nascido em 1926, ao relembrar sua infância conta que ouviu uma senhora dizendo a outra: “meu marido, nem rapariga tem”. Sua interpretação era a de que a dupla moral era aceita de tal maneira que as mulheres achavam natural que os maridos tivessem uma vida sexual fora do casamento. É uma leitura possível, pois, de fato, era comum que homens casados mantivessem casos e amantes. Contudo, essa memória pode ser indicativa de desajustes sexuais. É provável que noites de núpcias violentas comprometessem a vida sexual do casal, uma vez que circulam, na memória coletiva, referências à brutalidade de maridos em noites de núpcias.

Importa destacar que, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, na Europa, os médicos procuravam evitar que os esposos brutalizassem suas mulheres na noite de núpcias, conforme mostra Laure Adler.¹¹⁶¹ No Brasil, nos anos 1950, a inabilidade dos esposos quando da iniciação sexual das mulheres fora tema de conselheiros matrimoniais. No periódico *Vida Doméstica*, um conselheiro matrimonial orientava aos futuros maridos que tivessem zelo e cuidado na iniciação sexual de suas esposas. O texto destacava que maridos brutalizavam suas esposas na noite de núpcias, assim comprometendo a vida conjugal.¹¹⁶² Se alguns homens eram cuidadosos na iniciação sexual de suas esposas, outros, certamente, não agiram da mesma forma. A conversa rememorada pelo entrevistado pode apontar para o fato de algumas mulheres sentirem constrangimento pelo fato de ter de cumprir suas obrigações conjugais, esperando que seus maridos se satisfizessem com prostitutas. Provavelmente, a prostituição constituía um elemento constitutivo do casamento tanto em decorrência da dupla moral reinante, quanto pela associação entre sexo, pecado e morte, que, certamente, incidia na vida sexual de parte das esposas. Para muitas esposas, deitar na cama significava correr grandes riscos de engravidar e de morrer. Não cumprir as obrigações conjugais poderia ser uma experiência prazerosa.

Denis de Rougemont, em *O amor e o Ocidente*, afirma que o amor-paixão assume a forma do adultério. A centralidade do adultério nas literaturas ocidentais, o sucesso e satisfação que decorrem das obras que abordam o tema e a paixão com que alguns procuram condenar a prática são indicativos “dos sonhos com que sonham os casais”, acrescenta o

¹¹⁶⁰ ADLER, Laure. *Segredos de alcova: história do casal (1850-1930)*. [Lisboa]: Terramar, 1983. p. 11.

¹¹⁶¹ ADLER, 1983, p. 38.

¹¹⁶² TIO Romeu. Vida sentimental: o casamento. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 11, mar. 1953.

autor. Ao avaliar o casamento como dever e conveniência, o autor sugere que o adultério, de fato, é um elemento intrínseco à instituição.¹¹⁶³

As fontes que compõem a pesquisa em foco não permitem testar essa hipótese, mas possibilitam dizer que várias ameaças cercavam o casal e sua sexualidade. Tratava-se de uma sexualidade em perigo na casa e na rua. Na casa, pelas empregadas, agregadas, afilhadas e cunhadas; na rua, as prostitutas, as separadas, as casadas, as solteiras e dada a interpenetração entre o rural e o urbano, até os animais a ameaçavam.

A valorização da manutenção da castidade até o casamento e o desejo de afastar as relações ilícitas do âmbito da casa, recorrentes no período em estudo, orientavam algumas práticas, a despeito disso, o erotismo as permeava. Esse espaço abrigava relações lícitas e ilícitas. Além da vida sexual com os filhos das famílias para as quais trabalhavam, algumas empregadas domésticas também mantinham relações sexuais com os patrões.

A literatura produzida por homens e mulheres que viveram a juventude na conjuntura em estudo tornou visíveis essas relações. Na obra um *Rio de águas barrentas*, de José Ribamar de Oliveira¹¹⁶⁴, por exemplo, Rita das Graças, prostituta pela qual se apaixonou Luisinho da Conceição, foi iniciada sexualmente por seu patrão. Órfã aos dez anos de idade, Rita das Graças passou a ser criada pela patroa de sua mãe, dona Nazira.

A patroa, dona Nazira, resolveu proteger a filha da cozinheira de muitos anos. Levou-a para casa, para criá-la como empregadinha e babá dos filhos do casal. Dona Nazira gostava muito dela. Até os quinze anos a sua vida correu maravilhosamente, mas, de repente, o marido da patroa começou a grelar os seus peitinhos arrebitados e perseguiu-a pelos cantos da casa, para boliná-la. Desde os primeiros arrancos do patrão tentou esquivar-se, fugir dos agarramentos. Até chorava muito quando chegava no seu quarto, pois sentia medo daquelas apalpadelas do Jamil, no seu corpo de menina-moça. Com o tempo ela foi amolecendo, perdendo o medo e terminou se perdendo.¹¹⁶⁵

Francisca Ferreira, em decorrência de maus-tratos recebidos da madrasta, migrou de um lugarejo próximo à cidade de Valença para Teresina, para a residência de sua irmã Genoveva, então casada. Chegando à cidade, a jovem empregou-se na residência de José Santiago Frazão e, “por sua inocência é enganada e seduzida pelo patrão”. O fruto da sedução fora um filho

¹¹⁶³ ROUGEMONT, 1988, p.17.

¹¹⁶⁴ OLIVEIRA, José Ribamar. *Rio de águas barrentas*. [S.l.: s.n.], 1989.

¹¹⁶⁵ OLIVEIRA, 2007.

nascido em 1918. Alguns anos depois, Francisca engravidou de um novo patrão, dando a luz, em 1922, à menina Maria Francisca.¹¹⁶⁶

Com relação às cunhadas, pode-se dizer que, a composição de uma família conjugal somente com pai, mãe e filhos era apenas uma trajetória possível. Era muito comum no universo da classe média, família composta pelo casal, os filhos e filhas, parentes e agregados e, em alguns casos, com a presença de cunhadas. O convívio diário, a valorização da condição de casada em detrimento da de solteira, a percepção da cunhada como possível substituta da esposa, às vezes, levava ao envolvimento amoroso da cunhada com o cunhado.

Um indício desse tipo de relacionamento – vivenciado tanto nos segmentos mais abastados quanto nos populares – pode ser encontrado no parecer do juiz Sátiro Nogueira, diante da acusação de defloração contra Manoel Rosa da Silva. No caso, o juiz decidiu pela absolvição do acusado. Um dos elementos apontados pelo réu, em sua defesa, foi o fato de a ofendida haver sido deflorada por um cunhado.¹¹⁶⁷

Através de genealogias, entrevistas e notas de casamento e noivado publicadas, na imprensa, pude observar que ainda era uma prática recorrente o casamento de cunhados com cunhadas, especialmente, nas primeiras décadas do século XX.¹¹⁶⁸ Em caso de viuvez, as cunhadas figuravam como as prováveis futuras esposas. Como a mortalidade materna em decorrência de parto era alta, às vezes, a própria esposa, quando grávida, já apontava a parenta ou a pessoa com quem esperava que o marido casasse, caso morresse. As irmãs eram preferencialmente indicadas, especialmente, se havia filhos e filhas.

A despeito da rigidez dos costumes, algumas solteiras, sob o manto da castidade, permitiam-se experienciar o corpo e a sexualidade, envolvendo-se com homens solteiros e casados. Em *Rua da glória*, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro faz referência a uma mulher solteira de importante família, que, nos anos 1930, além de manter casos eventuais, intermediava os encontros de uma das mulheres de sua família, que era casada, com um irmão de seu pai. Nos termos de Monteiro: “Apesar de solteira – ou porque já solteirona, sem esperança de casamento – tinha também seus casos. Dizia-se até mesmo que era um dos

¹¹⁶⁶ MONTEIRO, Maria Francisca Monteiro de Souza. *Reminiscências de uma vida aos 85 anos*. Teresina: Gráfica do Povo, 2007. p. 10.

¹¹⁶⁷ NOGUEIRA, Sátiro. Juízo de Direito da 1ª vara: crime de defloração. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 224, p. 3,4,6, 5 out. 1940.

¹¹⁶⁸ FERREIRA, 1990, v. 4; FERREIRA, 1992, v. 2; FERREIRA, 1993, v. 2, t. I; FERREIRA, 1992, v. 2, t. II; FERREIRA, 2008, v. 5.

muitos casos extra ou avulsos do Major Santídio”.¹¹⁶⁹ Yara Vilarinho em sua entrevista também acentua que solteiras namoravam homens casados.¹¹⁷⁰

No período em estudo, a principal indústria de Teresina era a Fábrica de Fiação e Tecidos. Criada no final do século XIX, a fábrica atravessou a primeira metade do século XX, constituindo-se em um dos principais espaços de trabalho para mulheres pobres, especialmente nas primeiras décadas do século XX. Atuando no ramo têxtil, área de emprego feminino, a Fiação empregava muitas mulheres, tornando-se além de espaço de trabalho, lugar de encontros, afetos e amores clandestinos. A esse respeito, Orgmar Monteiro conta em suas memórias de infância e adolescência, passadas entre os anos 1920 e 1930, que um dos diretores da Fiação “tomou-se de amores por uma operária. Era rabicho duro”, acrescenta o autor.¹¹⁷¹

A ampla rede de prostituição que se configurou, em Teresina, entre as décadas de 1920 e 1950, era em grande medida sustentada pelos casados. A documentação pesquisada indica que a frequência de homens casados às zonas de prostituição era uma prática bastante disseminada. É possível mesmo dizer que a prostituição era um elemento constitutivo do casamento.

A despeito da demanda feminista por alterações no Código Penal, para que fosse estabelecida a igualdade de tratamento de homens e mulheres enlaçados no adultério e na prostituição, o Código em vigor assegurou que apenas o adultério feminino fosse passível de punição. Para os homens, a punição só estava prevista em caso de manterem concubina “teúda e manteúda”, ou seja, quando estivesse em risco o patrimônio familiar.¹¹⁷²

Mesmo sendo prevista a punição, nesses casos, muitos pais de famílias respeitáveis eram também pais daquelas que não eram qualificadas a partir desse adjetivo. Além das experiências sexuais ocasionais no universo das zonas, parte dos casados mantinha amantes fixas, com as quais tinham filhos e filhas.

Não era apenas a sexualidade da esposa que sofria ameaças, em menor proporção isso ocorria ao esposo. O prazer, a sedução, a alegria, o intenso uso do corpo que qualificavam a prostituição além de capturarem homens casados poderiam envolver mulheres na mesma condição. Esse foi o caso de Juvência Maria da Conceição, que, em meados dos anos 1930,

¹¹⁶⁹ MONTEIRO, C., 1993, v. 3, p. 264.

¹¹⁷⁰ OLIVEIRA, 2007.

¹¹⁷¹ MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: IOCE, 1988. v.3, p. 274.

¹¹⁷² SOIHET, 2006, p. 92.

deixou o marido e ingressou na prostituição. Adotando o nome de Judite Silva, migrou para Fortaleza, tornando-se proprietária do cabaré *Oitão preto*.¹¹⁷³

Além de enveredar no universo da prostituição, algumas mulheres casadas ousaram romper os votos de fidelidade conjugal. O adultério feminino ocorria, sobretudo, dentre as pessoas do grupo de convívio. Em geral, eram homens que tinham acesso a casa ou que mantinham algumas relações com a casada, tais como parentes, amigos do casal, vizinhos e médicos da família.

A infidelidade feminina era objeto de intenso controle social. Homens e mulheres observavam os procedimentos das casadas, uma maior aproximação, um contato mais íntimo, frequência assídua masculina a casa, gestos, jeitos e trejeitos eram interpretados como indícios de traição.

Para dar ciência ao marido, casos reais e supostos eram murmurados, comentados e, às vezes, expressos através de cartas anônimas.¹¹⁷⁴ Diante de suspeitas ou provas de adultério, era comum que os homens reagissem agressivamente, buscando lavar suas honras com sangue. Contudo, havia também maridos que assumiam atitude temporizadora, aceitando a infidelidade de suas mulheres ou ignorando a traição sofrida.¹¹⁷⁵ Principalmente, se eram homens velhos casados com mulheres jovens. Possivelmente, por considerar e sentir que a jovem potencializava, revigorava e remoçava o velho.

Nessa idade da vida, homens também reagiram, de forma violenta, ao adultério e às incursões de outro homem na seara do esposo. Em 21 de janeiro de 1954, o *Jornal do Piauí* noticiou que no dia dezessete do referido mês, às 15 horas, à rua Sete de Setembro,

O sexagenário Pedro José de Sousa matou com facadas, que atravessaram o corpo da vítima, Francisco Bernardo do Nascimento, vulgo Chico Padeiro, de 21 anos de idade.

[...]

Chico Padeiro dirigiu gracejos à esposa de Pedro José de Sousa, e este, não se conformando com as desculpas que recebeu, arrancou a sua faca e, de surpresa, varou o corpo da vítima pelo lado esquerdo.¹¹⁷⁶

Higino Cunha permite inferir, através do estudo *Educação feminina e regime conjugal*¹¹⁷⁷, publicado em 1924, que a possibilidade de adultério era um fantasma que

¹¹⁷³ SOARES, Wilson da Silveira. Francisco de Araújo Fortes reivindica para si a herança de uma das suas amantes. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 6, n. 506, p. 5 e 7, 26 maio 1957; SOARES, Wilson da Silveira. Francisco de Araújo Fortes reivindica para si a herança de uma das suas amantes. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 6, n. 510, p. 7 e 9, 9 jun. 1957.

¹¹⁷⁴ NEVES, 1985; CASTELO BRANCO, Lili. *Vida romanceada de Simplicio de Sousa Mendes*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1987.

¹¹⁷⁵ MONTEIRO, C., 1993, v. 4, p. 256.

¹¹⁷⁶ MATOU por ciúme. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 3, p. 231, p. 1, 21 jan. 1954.

angustiava maridos, ao dizer que as casadas “sonham uma existência bem diversa da que vão encontrar. Desiludidas, procuram no adultério esse passatempo divino que o marido prosaico não lhes soube dar, mas que encontraram no amante poético [...]”.¹¹⁷⁸

O adultério feminino punha em xeque a honra masculina, bem como questionava a masculinidade. O fato de a esposa ter se tornado uma adúltera colocava sob suspeição a potência sexual, exigida do marido. Em torno do adultério feminino delineavam-se disputas de masculinidade hegemônica. Manter relações sexuais com a mulher do outro projetava quem o praticava, pois o tornava mais homem que o marido traído. Era um desejo difuso no imaginário masculino, que, quando concretizado reforçava a masculinidade do amante, em detrimento do marido.

Tal era a importância da fidelidade da esposa para a manutenção da honra e o respaldo da masculinidade do marido que homens que se identificavam com o ideal civilizatório, urbanos e educados, pertencentes aos segmentos mais elevados da sociedade, eram capazes de reações agressivas quando outro homem se insinuava na esfera conjugal, mesmo que não houvesse adultério. Em 1933, ocorreu um caso dessa natureza. Circulava pela cidade que o Desembargador Simplício Mendes havia assediado a esposa do professor Leopoldo Cunha. Sentindo-se ferido em sua honra, Leopoldo atirou em Simplício na praça Rio Branco.¹¹⁷⁹

O assédio era interpretado como prática que arranhava a honra do marido. A ousadia do outro, ao insinuar-se na esfera conjugal era suficiente para que o marido ofendido reagisse agressivamente. No caso referido, Simplício Mendes não foi ferido, mortalmente, recuperando-se. A defesa de Leopoldo Cunha a cargo de Higino Cunha, seu pai, alegou legítima defesa, auferindo a absolvição do acusado. O assédio que teria sofrido a esposa do acusado não foi referido no processo. Foi silenciado. Higino procurou demonstrar que Simplício Mendes vinha agredindo Leopoldo Cunha e que, na verdade, sua reação ocorreu em defesa própria.¹¹⁸⁰

Em 14 de agosto de 1951, no bairro Piçarra, em nome de sua honra, um homem pobre, o leiteiro Manoel de Sousa Nascimento matou sua mulher e o amante. Segundo matéria publicada no jornal *O Piauí*, o marido flagrou a esposa com Severino Batista, um pernambucano solteiro, que residia próximo ao casal. Na matéria, lê-se:

¹¹⁷⁷ Primeiramente publicado em 1899 no jornal *O Norte*, por considerar válidas as idéias defendidas, publica-o, novamente na Revista da Academia Piauiense de Letras, em 1924.

¹¹⁷⁸ CUNHA, H., 1924, p. 39-40.

¹¹⁷⁹ CASTELO BRANCO, Lili. *Vida romanceada de Simplício de Sousa Mendes*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1987.

¹¹⁸⁰ CUNHA, Higino. *A defesa do professor Leopoldo Cunha*. Teresina: Imprensa Oficial, 1934.

O infeliz esposo, cheio de ciúme e de ódio não deu tempo aos dois amantes para uma fuga covarde, sacou da faca que trazia consigo e vibrou os primeiros golpes certos. Severino foi ferido quando procurava transpor a porta da desonrada alcova e Maria do Nascimento caiu mortalmente ferida com uma grandiosa punhalada pelas costas, pagando momentos depois, com a própria vida o preço de sua infidelidade conjugal.¹¹⁸¹

Contudo, nem sempre o desfecho do adultério feminino era trágico. O marido diante dessa ousadia da esposa poderia aceitar ou ignorar a ruptura dos votos de fidelidade conjugal, proferidos pela esposa, mantendo o casamento e a paz conjugal. Exemplifica essa possibilidade caso ocorrido em 1938, narrado por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, envolvendo seu pai e uma vizinha da família, residente na rua da Glória.

Começou tudo normalmente. Em casa havia o Paulinho; nos vizinhos havia duas meninhas maiores que ele. As babás começaram a encontrar-se na rua; as crianças fizeram amizade; os pais acharam graça. Passaram a freqüentar-se. Mundico passou a relacionar-se com o marido, que era bem mais velho que a mulher. Esta fez amizade com minha mãe. Trocavam agradinhos. Minha mãe bordava-lhe toalhas. As meninas presenteavam o Paulinho. Em pouco tempo a geladeira de casa (uma Westinghouse) passava para a casa do vizinho. Negócio vantajoso que Mundico fizera. Logo mais compro outra. Mamãe saía com a vizinha às compras. A cidade murmurava. A rua toda já sabia do caso, menos minha mãe.¹¹⁸²

[...]

Desta temporada de amor resultaria o nascimento de uma criança para atestar efetivamente o romance. E a tempestade iria desencadear-se. Mas apenas do nosso lado já que o vizinho aceitaria tudo com a maior inocência e ignorância da infidelidade da mulher.¹¹⁸³

A condição de casada, que era a mais respeitável para a mulher, protegia a casada infiel. Geralmente os comentários não eram explícitos, mas murmurados. Com relação às cartas anônimas que, algumas vezes, denunciavam os deslizes das casadas, estas poderiam ser consideradas fruto da maledicência daqueles e daquelas que não tinham ocupação.

Uma casada sobre quem recaísse a suspeita de adultério continuava respeitável até que se provasse o contrário. E a prova só era dada através de uma gravidez em que não se pudesse atribuir a paternidade ao marido ou em caso de flagrante. Era comum, inclusive, em caso de o amor adúltero dar frutos, dar-se o nome do marido ao filho do amor ilícito, para instituir paternidade simbólica. No plano da narrativa, construía-se a paternidade, ressaltando-se semelhanças físicas e de caráter. Assim, o fruto do amor ilícito era envolto pelo véu do casamento e da legitimidade.

¹¹⁸¹ MINÊS, Raimundo. Cena de sangue no bairro Piçarra. *O Piauí*, ano LXI, n. 735, p. 4, 16 ago. 1951.

¹¹⁸² MONTEIRO, C., 1993, v. 4, p. 254.

¹¹⁸³ *Ibid.*, p. 256.

Quando pertencente à classe alta, a casada infiel era protegida também por sua condição social, atribuindo-se a acusação de adultério à maledicência e à ousadia dos caluniadores. Com efeito, a casada adúltera às vezes não perdia a condição de grande dama.

No âmbito das disputas, as representações femininas ideais e desviantes eram usadas, uma vez que, se dentre as mulheres, havia solidariedade, havia do mesmo modo rivalidades, relações de poder e de dominação. Ao casar, a mulher ingressava em outra família, às vezes, com costumes diferentes dos seus. Embora em todo o contexto a juventude fosse valorizada enquanto idade da vida, em detrimento da velhice, as mulheres mais velhas exerciam poder sobre as mais novas. No âmbito da família, as relações sogra/nora, cunhadas/cunhadas, cunhadas/parentas poderiam ser de amizade, de solidariedade e de conflitos. E nesses conflitos entre mulheres, algumas se apropriavam da representação de *mulher direita*, ao mesmo tempo em que negavam àquelas que eram seus desafetos, a mesma condição.

A fidelidade da nora poderia ser colocada em suspeição pela família do marido. No início do período analisado, isso poderia acontecer em decorrência dos choques entre práticas tradicionais e modernas. Nas décadas de 1920 e 1930, algumas mulheres casadas tiveram como sogra e sogro homens e mulheres que viveram a juventude no final do século XIX, formados conforme outro padrão de relações de gênero. O período em estudo era caracterizado por transformações na vida das mulheres de classe média e alta em relação a gerações anteriores. Em face da integração de Teresina à dinâmica capitalista, a cidade modernizou-se, como também se alteraram padrões de consumo e a relação feminina com a esfera pública.

A casada que saía com muita frequência, a casada que expressava alegria, a casada bela e jovem poderia ser objeto de suspeita de adultério apenas pelas qualidades e estados d'alma, principalmente, se casada com um marido bem mais velho.

O consumo de moda e de cosméticos alterou a imagem e a identidade da mulher casada. A beleza e o cuidado com o corpo passaram a ser considerados obrigações, para assegurar a felicidade conjugal, prometida pelo ideário de amor romântico.

Aquelas que se subjetivaram a partir dessas novas demandas conviviam em um universo em que esta não era a única expectativa em relação à casada. No mesmo universo social, permaneciam aqueles e aquelas que consideravam que entre a solteira e a casada deveria haver uma distância nítida quanto aos comportamentos e expressões do corpo.

A solteira poderia ser bela e produzida. A beleza era um capital usado nas disputas do mercado sentimental. Isto porque se considerava que a construção do corpo belo obedeceria a uma demanda relacional. Assim, a mulher não se arrumaria para si, mas, para conquistar um

homem. O corpo arrumado era indício de interesse afetivo-sexual. Indica essa característica do período cena descrita no romance *Pacamão*, de Assis Brasil. Em uma noite, Nazinha surge arrumada e maquiada para o jantar. Seu pai a olha e interpreta que a jovem precisa casar.¹¹⁸⁴

Em relação à casada, conviviam duas expectativas. A primeira dizia respeito à obrigação de se arrumar e manter-se bela, difundida pelos produtos culturais e pelas propagandas para fomentar o consumo. A segunda, que a casada assumisse postura diferenciada em relação à solteira, o que significa dizer que a casada deveria investir suas energias no cuidado dos filhos, filhas e do marido.

Miridan Falci, abordando a condição da casada de elite no século XIX, argumenta que, ao casar, a mulher deveria ser vista somente pelo marido. A mulher casada passava a “se vestir de preto, não se perfumava mais, não mais amarrava seus cabelos com laços ou fitas, não comprava vestidos novos”, pois o que a dotava de valor na sociedade era a condição de mulher honesta, expressa pelo recato, pela procriação de muitos filhos e filhas e pelo desempenho de suas funções no lar. Nesse sistema, mulheres de 30 anos, perdiam rapidamente seus traços de beleza, tornando-se descuidadas e obesas, conforme acrescenta a autora.¹¹⁸⁵

Nos anos 1920, mulheres e homens formados a partir desses valores eram pais, mães, sogros, sogras, avós, avôs daquelas que estavam sendo alvo da cultura da beleza enquanto obrigação da casada. E, certamente, também transmitiram suas concepções de mundo e de relações de gênero, uma vez que a experiência vivida era um elemento importante na sociedade em estudo, a despeito da valorização da juventude em detrimento da velhice enquanto idades da vida.

Em um mesmo universo social conviviam temporalidades distintas, bem como concepções de gênero. A casada bela, alegre e expressiva poderia ser compreendida como a casada com postura de solteira. Expressividade, alegria, beleza, exuberância quando muito nítidos na casada poderiam despertar suspeita de adultério. Isso porque havia uma associação entre a alegria da casada e o adultério. Em *Vento geral*, nas imagens de casada delineadas pelo autor, a casada alegre era a casada adúltera.¹¹⁸⁶

As casadas também eram significadas como mulheres disponíveis sexualmente para os rapazes. Em *Somos todos inocentes*, dona Nini lamentava o fato de o filho Raul ter se envolvido com uma virgem, acentuando que não se importaria, se o caso fosse com uma

¹¹⁸⁴ BRASIL, 2008.

¹¹⁸⁵ FALCI, 2004.

¹¹⁸⁶ RIBEIRO, P., 1996.

casada.¹¹⁸⁷ Em *Vento geral*, essa concepção era, igualmente, veiculada. Conforme é possível perceber, a partir do seguinte diálogo entre os personagens Climério e Dioclécio.

A cidade comenta as andanças da fêmea à tua oficina e outras mais, que ninguém vê, depois das oito, quando os gatos são pardos, e debita a tua magrém¹¹⁸⁸ ao sacrifício. Maneira um pouco, Dioclécio...

- Gente maldosa e desocupada isto sim... Mas, que vale a pena, bem que vale. Nenhuma das meninas da Jesus, na Babilônia, chega aos pés da mulher. O Romualdo, porém, meu primeiro freguês no Uruçuí, fico desarmado. Questão de honra e de apreço.

- Honra, Dioclécio, uma ova!... Eu não te conheço? Confessa, homem! A cidade afirma que tu comes a fêmea e não fica bem tanta gente passar por mentirosa simplesmente porque tu costuras as calças do marido. Como tu, a Gercina costura para fora... E não falta freguês.¹¹⁸⁹

A casada que, supostamente, *costurava para fora* era representada como uma mulher sensual, que competiria com as prostitutas. Gercina, por exemplo, era qualificada por Pedro S. Ribeiro como uma mulher que, “quando cresce num macho, vai às vias de fato”.¹¹⁹⁰ A personagem era descrita como uma mulher jovem, vigorosa e cheia de vida.

Tanto para aquelas que, de fato, traíram, quanto para as que *ganharam a fama, sem deitar na cama*, o procedimento dominante era negar, era apresentar-se como mulher honrada e fiel, injustiçada pelas más línguas. As mulheres que fugiam à norma apropriavam-se das formas de controle para defender-se e, através da narrativa de si, construíam uma imagem que se distanciava da prática vivida.

As mulheres dos segmentos e gerações estudadas foram ensinadas a manter silêncio acerca do corpo e da sexualidade, uma vez que expressar desejo e saber eram práticas tidas como desqualificadoras. Com efeito, o silêncio acerca dos amores ilícitos funcionava em causa própria. No caso de adultério, quando silenciado e, veementemente negado, a ruptura dos votos de fidelidade poderia ser considerada maledicência. Por sua vez, contraargumentar, acusando pessoas ou a cidade de maledicentes para se defender da acusação de adultério era possível, porque a murmuração atravessava as relações de gênero, no período.

Essa *arte de fazer*¹¹⁹¹ permite refletir acerca dos usos das representações. Durante o período em estudo, o ideal de pureza feminina foi constantemente retomado. No discurso católico voltado, sobretudo, para as mulheres, a referência basilar era Maria, símbolo de

¹¹⁸⁷ CARVALHO, O. G. de. Somos todos inocentes. In: _____. *Ficção reunida*. 2. ed. Teresina: Corisco, 2001. p. 141-142.

¹¹⁸⁸ Magreza.

¹¹⁸⁹ RIBEIRO, P., 1996, p.20-1.

¹¹⁹⁰ Ibid., p. 20.

¹¹⁹¹ CERTEAU, 2000.

abnegação, pureza e santidade. Pela pesquisa, observa-se que, se por um lado, Maria foi uma referência para mulheres, que se constituíram enquanto mães, esposas e donas-de-casa; por outro lado, Maria foi um símbolo apropriado por *Eva*, na medida em que sua referência foi capturada quando da construção de imagem respeitável. A imagem de Maria funcionou como um manto protetor através do qual a casada pôde deitar-se na cama ilícita, eximindo-se da fama de casada infiel. Foi também um símbolo que protegeu amores nutridos e vividos por padres.

Sobre mulheres casadas que frequentavam a Igreja Católica assiduamente recaía a suspeita de traírem seus maridos; as solteiras também não escapavam de comentários erotizadores. Aquelas que eram muito devotas poderiam ser suspeitas de manterem casos com padres, de nutrirem paixões secretas. Em sua entrevista, Genu Moraes lembra que se comentava na cidade que um famoso sacerdote, muito atuante nas décadas de 1940 e 1950, e uma beata que o servia, além dos sentimentos religiosos, compartilhavam práticas eróticas.¹¹⁹²

¹¹⁹² CORREIA, G., 2008.

5 EM NOME DA DIFERENÇA

Eu sou mãe/professora. Não sou professora/mãe. Minha obrigação primeira é com os meus filhos. Sempre tive isso na minha cabeça. [...]

Trabalhei mais como professora porque comecei a me encher de filhos. Aí tive que ir deixando a bioquímica porque tinha que passar o dia em laboratório e eu não entregava meus filhos para empregada. Eu tinha muito medo de resultar em uma educação toda errada. Terminei deixando bioquímica completamente. Quando já estava com uns quinze anos de trabalho, já não fazia mais nada na área de bioquímica, apenas dava nome à farmácia e fiquei só sendo professora, porque o Colégio das Irmãs era pertinho de minha casa, aí todo intervalo de aula eu ia olhar os meninos. Os 10 minutos que eu tinha de intervalo, os professores ficavam conversando na sala, e eu ia, na minha casa, olhava os meninos e voltava. [...] Lucrei mais, meus filhos gostam muito de mim, me dão tanto alegria, não tem nenhum assim que tenha errado na profissão, que tenha feito besteira! Graças a Deus, não! Hoje me dão muito orgulho. Eu acho que foi um sacrifício que eu fiz. Sacrifiquei minha carreira, mas ganhei. Hoje eu estou usufruindo daquilo que eu plantei, porque meus filhos têm justamente a educação que eu gostaria que eles tivessem. [...] Eu sempre dei mais valor à vida de família do que à vida profissional.¹¹⁹³

Esse trecho do depoimento de Yara Vilarinho, que nasceu em 1923 e se formou, em Farmácia, indica o modo como a entrevistada conciliou suas identidades de mãe e de profissional, bem como a maior importância atribuída à primeira em detrimento da segunda.

A escolha pessoal de Yara é um fruto da cultura na qual se tornou mulher. No período compreendido entre a década de 1920 e 1950, em que Yara nasceu, se profissionalizou, casou e se tornou mãe, circularam diferentes formas de significação do feminino, bem como se forjaram várias identidades. Apesar disso, foi reafirmado constantemente através da formação familiar, escolar, religiosa, bem como em produtos culturais voltados para o público feminino, que, ser mulher é ser mãe.¹¹⁹⁴

¹¹⁹³ OLIVEIRA, Yara Maria de Sousa Vilarinho. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

¹¹⁹⁴ BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Tese. 1999 (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1999; SERPA, Leoni Teresinha Vieira. *A*

A significação do feminino, a partir da maternidade, era uma das características do contexto em estudo (1920-1960). A cultura ocidental que forjou poucas vias positivas, para representar as mulheres, conforme atesta Thébaud,¹¹⁹⁵ nessa conjuntura, as positivou, principalmente, através da maternidade. A experiência de Yara Vilarinho, portanto, expressa forma de subjetivação conformada por escolhas femininas e pelo impacto da significação da mulher, centrada na maternidade.

Nesse capítulo procuro mostrar através de fragmentos de discursos veiculados, na imprensa, as representações que conformaram a mulher-mãe, no período em estudo, e também indicar a difusão de preceitos médicos no campo da maternidade, uma das mudanças na conjuntura abordada.

5.1 MULTIFACES DA MÃE

No início do século XX, as representações que estabeleceram a maternidade enquanto experiência definidora da feminilidade, em Teresina, eram reafirmações de formas de significar o feminino, caras à cultura ocidental. Tanto o pensamento filosófico do século XVIII acerca da mulher¹¹⁹⁶ quanto discursos científicos produzidos no século XIX foram apropriados, no contexto, com o intuito de instituir a mulher-mãe, conforme indicam algumas crônicas de Clodoaldo Freitas, publicadas em 1911.

A partir da crônica O Feminismo, é possível inferir que a definição da mulher-mãe defendida pelo autor tinha por base o modelo dos dois sexos, instituído no Ocidente, a partir do século XVIII, como mostra Thomas Laqueur. Segundo o autor, no modelo pré-iluminista havia apenas um sexo. Homens e mulheres eram classificados mediante um “grau de perfeição metafísica”. A mulher era um homem menos perfeito, invertido.¹¹⁹⁷

máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003; CARDOSO, Elizangela Barbosa Cardoso. *Entre o tradicional e o moderno: os femininos em Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, 2007. Digitado; FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mãe e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

¹¹⁹⁵ THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p.10.

¹¹⁹⁶ CASNABET-CRAMPE, Michele. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto Afrontamento, 1994. v.4, p. 396-406.

¹¹⁹⁷ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 19.

A definição de homem e de mulher não se embasava em diferenças orgânicas de um e outro sexo. “Ser homem e ser mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural”. O gênero, categoria cultural, no modelo de sexo único era considerado o fator primário, *real*. O sexo, “uma categoria sociológica e não ontológica”.¹¹⁹⁸

Na Europa, no século XVIII, distinguiram-se mais claramente o fato da ficção, a ciência da religião e a razão da credulidade. As “formas complexas onde as semelhanças entre corpos, e entre corpos e o cosmo, confirmavam uma ordem de um mundo hierárquico foram reduzidas a um único plano: a natureza”.¹¹⁹⁹ Como fruto dessa mudança epistemológica e também de disputas entre homens e mulheres, em torno do poder, emergiu uma nova forma de interpretar o corpo. Em vez de um, passaram a existir dois sexos incomensuráveis e opostos, incorporados ao corpo.

A mulher deixara de ser uma versão menor do homem e se transformou em uma criatura radicalmente diferente. Seus órgãos reprodutivos passaram a ser o fundamento da diferença. Delineou-se uma divergência biológica radical e os papéis das mulheres passaram então a ser percebidos como decorrência da *natureza* feminina.¹²⁰⁰

A partir de meados do século XIX, no Brasil, a medicina teve um importante papel na construção da alteridade feminina. Notadamente, a ginecologia e a obstetrícia. Ana Paula Vosne Martins,¹²⁰¹ em estudo acerca da constituição dessas especialidades, mostra como o saber médico instituiu uma identidade comum para a mulher e, ao mesmo tempo, fez de seu corpo a base através da qual essa identidade inscrevia-se.

Com o acesso a um saber relativo ao corpo feminino, antes restrito às mulheres e em meio a embates que permearam a construção de um saber científico, acerca desse mesmo corpo, ginecologistas e obstetras ligaram o destino das mulheres a seus corpos. Afirmaram, no campo do saber científico, que as mulheres estavam destinadas pela natureza ao exercício da função reprodutiva, tornando seus corpos “fundamento de identidade e de devir”.¹²⁰²

No início do século XX, em Teresina, nas disputas pela hierarquização do social, essa forma de perceber a identidade feminina era reafirmada com o intuito de produzir diferenças e desigualdades de gênero. A redefinição das relações de poder defendida pelos feminismos, ainda que a reivindicação das mulheres por direitos de cidadania não se manifestasse

¹¹⁹⁸ LAQUEUR, 2001, p. 19.

¹¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 191.

¹²⁰⁰ *Ibid.*, p. 189.

¹²⁰¹ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

¹²⁰² MARTINS, 2004, p. 16.

enquanto movimento, em Teresina, desencadeava a definição da mulher enquanto *naturalmente* mãe. Clodoaldo Freitas, assim a inscrevia:

A mulher não tem o vigor intelectual e o vigor muscular do homem. A natureza conformou-a, diversamente de nós, para a maternidade. Psicologicamente, histologicamente de conformação diferente da nossa, a mulher tem gostos, aptidões diferentes dos nossos.¹²⁰³

Clodoaldo Freitas, situando as diferenças entre homens, no campo da natureza, justificava e defendia diferenças produzidas culturalmente. Definindo a maternidade como função imutável, que a mulher deveria cumprir, por ser um desígnio biológico – a manifestação de uma lei natural – buscava limitar as mulheres à maternidade e ao âmbito doméstico. Em suas palavras: “A natureza preparou a mulher para o lar, onde é bela, grande, incompatível”.¹²⁰⁴

Leitor da filosofia iluminista francesa e dos filósofos naturalistas do século XIX, Clodoaldo Freitas,¹²⁰⁵ na defesa da maternidade enquanto prática definidora da feminilidade, apropriava-se, por um lado, do saber científico; por outro, recorria à religião para desenvolver seus argumentos. A maternidade era a manifestação de uma lei natural e também uma expressão divina.

A mulher mãe, que é mãe, transforma-se em templo digno de todas as adorações. A maternidade é o prolongamento da obra eterna de Deus criador, no amor infinito pela humanidade sempre moça e formosa.¹²⁰⁶

Para o intelectual, a maternidade era a fonte de valorização e de reconhecimento social feminino. Quanto maior o número de filhos, mais ampla a importância feminina.

Eu só admiro a mulher na santidade do lar, tratando da família. Quanto maior é o número de filhos que uma senhora cria com desvelo e solicitude, mais a considero sábia e santa. Adoro a esposa, a mãe, a irmã, a filha, mas olho sempre com prevenção invencível para essa espécie de macho, que não quer se conformar com os deveres do seu sexo. [...] ¹²⁰⁷

¹²⁰³ FREITAS, Clodoaldo. O feminismo. In: _____. *Em roda dos fatos*. Teresina: F.C.M.C., 1996. p. 71.

¹²⁰⁴ *Ibid.*, p. 71.

¹²⁰⁵ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998a. p. 207.

¹²⁰⁶ FREITAS, Clodoaldo. Um infanticídio. In: FREITAS, 1996, p.93.

¹²⁰⁷ *Ibid.*, p. 71.

Em contrapartida, aquelas que não desejavam ter filhos, bem como as que buscavam ampliar as formas de inserção social, para além do casamento e da maternidade, eram desvalorizadas. A maternidade era uma referência, a partir da qual as mulheres eram hierarquizadas. Se, a condição de mãe dotava a mulher de reconhecimento social, subjetivar-se sem incorporar a função de reprodutora era objeto de contestação e de desprestígio.

Em um contexto em que as demandas por educação e trabalho eram anseios femininos, a representação da mulher-mãe era reafirmada tanto por aqueles que buscavam limitar as mulheres aos papéis de mãe, esposa e filho quanto por homens e mulheres que consideravam fundamental a inserção feminina no mercado de trabalho. Ela visava reforçar a importância da maternidade, evitar que as mulheres se subjetivassem sem incorporar a condição de reprodutora e, ao mesmo tempo, legitimar a educação e a ampliação da inserção feminina na esfera pública.

Clodoaldo Freitas reafirmava que a função natural e divina da mulher era ser mãe e também propunha a redefinição desse papel. Em sua perspectiva, ser mãe não era apenas dar um grande número de filhos à sociedade, mas também educá-los, transformá-los nos cidadãos ideais da república sonhada. Republicano histórico, defensor da republicanização da república,¹²⁰⁸ Clodoaldo embasava a república do desejo em um projeto de sociedade, em que a redefinição do papel da mãe era central.

A mãe deveria ser aquela que tinha muitos filhos e os educava para o bem da pátria. Ela deveria ser a principal responsável pela formação e socialização das novas gerações. Em sua leitura, a criança era naturalmente má. Sua transformação em um ser útil, socialmente, dependia de um árduo trabalho de conformação. Trabalho que deveria ser desempenhado, especialmente, pela mãe. A criança era uma pedra bruta que deveria ser lapidada, desde tenra idade, para que fossem contidas as tendências antissociais que a constituíam. Caberia, especialmente, à mãe inculcar moral e religião à criança, transformando-a através da educação e do exemplo em homens e mulheres civilizados, que, no futuro, deveriam atuar pelo bem da pátria.

[...] No pequenino ser, que vai desabrochando, botão precioso da flor perfumosa da existência, há germes hediondos, idiossincrasias funestas, tendências fatais, que se manifestam irresistivelmente, precocemente, horrivelmente.

A criança, ao contrário do que geralmente se pensa, é má e perversa, ingrata e sanguinária, invejosa e colérica. Nela existe superlativamente o mais estúpido egoísmo.

¹²⁰⁸ Acerca das idéias, formação e trajetória política de Clodoaldo Freitas, ver QUEIROZ, T., 1998a; QUEIROZ, Teresina. *História, literatura e sociabilidades*. Teresina: F.C.M.C., 1998b.

[...]

A criança, que não tem moral, que não tem religião, vive como que em mundo à parte, preocupada com os seus instintos pessoais e materiais, sem outro sentimento além do gozo e do prazer dos sentidos!

A história das crianças criminosas, assassinas, cleptomânicas, é extensa e desoladora. Na criança imperam as fatalidades das tendências hereditárias, sem a suavidade da educação, o coercitivo da razão.

Mas diante da criança assim, um bloco de pedra bruta, que urge aperfeiçoar e conformar, é que se tornam grandes e belos o dever e as responsabilidades dos pais. Em geral, nós temos, na vida inteira, alguma coisa que dura sempre, nela depositada pela alma santa de nossa mãe! Quanto devo à minha mãe, verdadeira mulher forte do Evangelho!¹²⁰⁹

Clodoaldo Freitas compreendia que o futuro da sociedade dependia da ação das mães. A dedicação extrema aos filhos era inscrita como prática imprescindível à socialização das novas gerações e, respectivamente, ao futuro da pátria. Imbuída dessa tarefa civilizadora e patriótica, as mães deveriam ter nos filhos o centro de suas existências.

Os filhos, realmente, deviam ser as jóias preciosas, a moral, a devoção, a ciência, tudo no mundo para uma mulher. Preparar de uma criança tão débil, tão defeituosa, tão má, e, entretanto, tão bela e tão querida, um homem que seja útil ou grande na sua pátria, que melhor felicidade para um coração materno! Mas, na educação da mulher, não entra, como base, esse dom natural da maternidade.¹²¹⁰

Ao mesmo tempo em que procurava restringir a mulher ao espaço privado, o intelectual estendia a maternidade à esfera pública, uma vez que, atuando como mãe educadora, a mulher daria uma contribuição imprescindível à pátria. Clodoaldo Freitas reconhecia na maternidade uma função social.

Assumindo o lugar de crítico da sociedade moderna, Clodoaldo Freitas era ferrenhamente contrário ao feminismo, conforme indiquei no primeiro capítulo. A despeito disso, incorporou uma das principais demandas do feminismo maternalista – uma das correntes do feminismo ocidental – o reconhecimento da maternidade enquanto função social.¹²¹¹

A associação que Clodoaldo Freitas elabora entre a maternidade e pátria deve ser compreendida em campo mais vasto de redefinição do lugar e das funções femininas, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no Brasil e de sua relação com a construção da nacionalidade. Em múltiplos discursos a mulher-mãe fora ressignificada em

¹²⁰⁹ FREITAS, Clodoaldo. Jesus e as crianças. In: FREITAS, 1996, p. 175-177.

¹²¹⁰ FREITAS, 1996, p. 73.

¹²¹¹ BOCK, 1995, v. 5.

função da sociedade e da nação. A maternidade informada por princípios racionais e científicos tornou-se basilar ao desenvolvimento nacional.¹²¹²

Em trabalho acerca da contracepção, do aborto e do infanticídio, no Rio de Janeiro, no início do século XX, Fabíola Rohden, ao analisar teses apresentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mostra, que desde o final do século XIX, os médicos vinham redefinindo o papel de mãe. Segundo a autora, no discurso médico, a função de reprodutora

[...] ganha novos contornos em virtude de uma preocupação médica mais acentuada com a questão do aperfeiçoamento da raça e progresso da nação. Através da medicina, a mulher parece ser convertida em um instrumento determinante da evolução da espécie e do futuro da pátria. Ela adquire quase um novo *status* mas continua tendo o destino definido a partir da vida privada e da reprodução.¹²¹³

Maria Martha de Luna Freire, por sua vez, em estudo acerca do discurso maternalista, no Brasil, nos anos 1920, através da análise dos periódicos *Vida Doméstica* e *Revista Feminina*, mostra o estabelecimento de uma aliança entre mulheres, mães e médicos, da qual resultou a ressignificação da maternidade, a partir de preceitos médicos – a maternidade científica. Articulado princípios científicos da puericultura, principal ferramenta de ação médica, e argumentos elaborados pelos movimentos feministas, atribuiu-se às mulheres, enquanto mães, a responsabilidade pela formação dos futuros cidadãos.

No começo do século, Clodoaldo Freitas considerava que a produção de subjetividades adequadas ao mundo moderno e ao ideário republicano só seria possível através do trabalho das mães. Para o intelectual, embora a maternidade fosse considerada um dom natural, a educação, que, em sua visão, era fundamental à formação da criança, conforme os desígnios da pátria, deveria produzir a mulher-mãe. A natureza feminina deveria ser conformada pela cultura. Mesmo sendo considerada *naturalmente* mãe, a mulher teria que ser educada para a maternidade.

A defesa da educação para a maternidade como complemento do instituto maternal, presente na escrita de Clodoaldo Freitas, foi recorrente e dominante na Primeira República. Ela permeou as propostas de educação das mulheres, no Brasil, no contexto, conforme acentua Maria Martha de Luna Freire.¹²¹⁴

¹²¹²ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003; FREIRE, 2009.

¹²¹³ROHDEN, 2003, p. 184-185.

¹²¹⁴FREIRE, 2009, p. 116.

Uma vez que uma das importantes funções da mãe era transformar a criança, pedra bruta, em um ser útil, a mãe deveria operar na instituição de diferenças e hierarquias de gênero, na medida em que era seu papel produzir homens e mulheres, que pudessem atualizar as expectativas sociais. A mãe deveria engendrar tanto cidadãos responsáveis, cumpridores de seus deveres e futuros pais de família, quanto novas mães abnegadas, vigilantes e cumpridoras de suas funções de reprodução e socialização.

Clodoaldo defendia a instituição de esferas separadas para homens e mulheres, inscrevendo nas mulheres a função de atuar em prol dessa ordem. Na medida em que significava a mulher como mãe, restringindo-lhe o acesso à esfera pública, atribuía-lhe poder para moldar a subjetividade masculina de modo a encaminhar os homens para esse universo. Na vida privada, a mulher contribuiria com a pátria, mediante o trabalho de produção de subjetividades pautadas nas distinções de gênero.

Para Clodoaldo, a educação feminina deveria reforçar as diferenças entre os gêneros, conformando a mulher-mãe. E, esta, por sua vez, ao atuar na socialização e formação do caráter das crianças, deveria encaminhar desde tenra idade os meninos para o exercício do trabalho, da cidadania e da função de pai de família, e as meninas para a maternidade. Através de uma experiência de individualização centrada no outro, a mãe deveria propiciar condições para que a filha se constituísse enquanto mulher, a partir dela.

O ideal de maternidade com o qual Clodoaldo se identificava implicava a redefinição das relações de poder no seio da família, pois ao tempo em que limitava a mulher aos papéis tradicionais femininos, valorizava-a a partir da maternidade, vislumbrando novos poderes sobre a educação dos filhos e das filhas, o que, por sua vez, alteraria as relações de poder entre pai e mãe. A mulher-mãe idealizada por Clodoaldo Freitas compartilharia com o pai o poder em relação aos filhos.

Leônidas de Castro Melo, nascido em 1897, ao rememorar sua infância, na cidade de Barras, lembra que seu pai

No trato com a família fazia questão de ser obedecido, de ser realmente o chefe. Nisso era exagerado. Nada se resolvia, nada se fazia sem a sua audiência, o seu consentimento. Fomos pois criados e educados em regime um tanto patriarcal, de austeridade e disciplina.¹²¹⁵

¹²¹⁵ MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho*: 'memórias' à feição de autobiografia. Teresina: COMEPI: 1976. p. 25.

Na família de Lêonidas, conforme rememora, o poder e a autoridade eram apanágio paterno. Conforme o modelo de mulher-mãe expresso na escrita de Clodoaldo Freitas, a mãe, símbolo de amor, também deteria autoridade e poder. A mãe deveria ser a principal responsável por nutrir, cuidar, zelar e educar os filhos e, em decorrência disso, o exercício de suas funções seria revestido de poder.

Isto implicava o compartilhamento das decisões em relação aos filhos, o que se distanciava do padrão no qual foi educado o menino Leônidas, no início do século XX, no qual o pai atuava como chefe da família e como a única pessoa que poderia tomar alguma decisão em relação aos filhos.

Para Clodoaldo Freitas, o poder sobre os filhos, por outro ângulo, também se desdobrava em disciplina, pois imbuída da função de educar meninas e meninos conforme a moral e a religião, através de atos e exemplos, a mulher-mãe deveria enquadrar-se na moral dominante. Na visão do autor, subjetivar-se enquanto mãe era um ato que assegurava um lar honrado.

A mulher que se lembrar que, desonrado o lar, desonra, antes de tudo, os filhos, que os filhos, mais tarde, sabendo da sua vergonha, hão de se envergonhar de tê-la por mãe, não daria o passo fatal. E nisto é, principalmente, que devia consistir o amor materno!¹²¹⁶

O amor materno, na perspectiva de Clodoaldo, tanto era um sentimento universal, presente nos humanos e nos demais animais, quanto um sentimento cultivado. Expressá-lo significava viver em função dos filhos; pensar em sua felicidade, em primeiro lugar; desdobrar-se em extremos cuidados; dedicar-se para que os filhos e filhas se tornassem bons cidadãos e boas mães, no futuro. Era também conter o corpo, os desejos, limitando a sexualidade ao casamento. E, em caso de *queda*, viver em função dos filhos, pois a criança enquanto bênção de Deus santificaria as culpas das mães.

Na sua fraqueza e na sua ignorância, a mãe é uma providência viva, que não descansa e não tem vida própria, embevecida no amor do filho. Esse amor é o laço misterioso que une a alma materna à alma dessa criança, a quem transmite, em carícias, toda a seiva bendita de seu coração, todos os eflúvios de sua alma. O amor de mãe tem alguma coisa de divino, porque se parece com a divindade na extensão, na bondade, na pureza e na infinidade. Quem pode limitar-lhe as expansões e a intensidade? O amor materno é o único sentimento humano que não tem refulhos, não tem egoísmo, não teme

¹²¹⁶ FREITAS, 1996, p. 177-178.

sacrifícios, não mede obstáculos. É de todos os afetos o mais universal e tão belo no homem como nos animais.
O filho é o paraíso das mães.¹²¹⁷

Clodoaldo Freitas via no amor materno um sentimento imprescindível à sociedade, na medida em que considerava que do amor incondicional da mãe pelo filho, dependia a transformação da criança em adulto. Exaltando-o, o intelectual expressava no começo do século XX, uma forma de perceber esse sentimento caro à cultura ocidental, conforme mostra Elisabeth Badinter.¹²¹⁸

Segundo a autora, no último terço do século XVIII, na França, o amor materno, como conceito novo, surgiu como valor “ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade”. A nova associação entre as palavras amor e materno eram sintomas de uma revolução das mentalidades, que modificaria o estatuto da mulher, ao mesmo tempo em que engendraria um mito que permaneceu vivo duzentos anos mais tarde: “o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho”.¹²¹⁹

Tal era a idealização do amor materno e da importância atribuída à maternidade por Clodoaldo Freitas, que o autor atribuía santidade, inclusive, à mulher-mãe, que tivesse concebido fora dos laços do matrimônio, ainda que o sentido dominante de mãe fosse o de uma mulher casada com filhos legítimos. Em sua perspectiva, a maternidade era um valor que se sobrepunha à honra. Considerava, portanto, o infanticídio uma prática injustificável. Rebatendo a justificativa do infanticídio em nome da manutenção da imagem de mulher honrada, argumentava:

Eu não desculpo, confesso, essas hediondas covardias da alma humana. Procurar encobrir um crime com outro maior, procurar no infanticídio uma porta falsa para salvar a coroa postiça da virgindade, preferir ser assassina a ser mãe, mesmo com todas as maldições sociais, é o que considero indigno de um ser humano. Mesmo nos casos fora da lei, a maternidade é sempre santa para mim.

[...] Que horrendo desvio moral é esse que oblitera, na mulher, o sentimento sublime da maternidade e impele-a a afogar com os dedos crispados os primeiros vagidos do filho ao nascer.¹²²⁰

¹²¹⁷ FREITAS, 1996, p. 93.

¹²¹⁸ BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

¹²¹⁹ Ibid., p. 145.

¹²²⁰ FREITAS, 1996, p. 93.

A crítica dos costumes que Clodoaldo Freitas elaborou nas crônicas citadas se relacionava com o ideal de República, por ele defendido. Para que a república, que, na prática era uma negação dos valores republicanos, se transformasse na república ideal, era necessário que a mulher se subjetivasse enquanto mãe de família e que suas ações fossem voltadas para o bem da pátria. Pela pátria, a mulher deveria formar as novas gerações. No universo privado, a mulher-mãe deveria criar condições que favorecessem o bem público, formando meninos e meninas que pudessem ser respectivamente cidadãos ativos e passivos.

A definição, idealização e valorização da mulher, a partir da função reprodutora, expressa na escrita de Clodoaldo Freitas, não fora uma característica específica das primeiras décadas do século XX. Clodoaldo Freitas expressara um ideal de feminino e de relações de gênero, que norteou práticas, no decorrer do período em estudo (1920-1960).

Através da educação formal, da socialização familiar, da formação religiosa e das leituras, a mulher foi representada como mãe e a maternidade inscrita como prática definidora da feminilidade. Importa destacar que a individualização feminina a partir da maternidade é uma das marcas do contexto em estudo.

Nos anos 1920, a inserção feminina na esfera pública e a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, percebidas como ameaças à maternidade, desencadeou discursos que reafirmavam que o papel feminino por excelência era o de mãe, ao mesmo tempo em que aquelas que não eram percebidas como boas mães sofriam estigmatização social. No jornal *A Imprensa*, em fevereiro de 1926, por exemplo, lê-se: “A mãe que não cumpre fielmente a sua missão, não é digna desse nome, é um trambolho em casa, um perigo para a sociedade”.¹²²¹

Dom natural e missão eram formas de significar a maternidade, a partir das quais se avaliava o desempenho das mães. Prover a educação moral e religiosa dos filhos e das filhas era responsabilidade materna. Inculcar valores e disciplina, adestrar, instituir os vínculos familiares eram atribuições da maternidade. Inscrevendo uma sensibilidade difusa no social, um homem ou uma mulher acentuava, em discurso veiculado na imprensa, que

Como mãe [a mulher] deve ter um grande cuidado da educação moral, religiosa e civil dos filhos.

Uma mãe deve ser incansável no cuidado dos filhos, não deve ser negligente, nem roubar o tempo em visitas e passeios inúteis, deixando os filhos em companhia de criadas e de pessoas suspeitas.

A casa é uma escola, e a mãe de família é a mestra, não deve fiar-se somente nos professores: deve educar, aconselhar, ensinar!

A casa é um templo e a mãe, uma sacerdotisa. Os primeiros sentimentos de religião, de temor de Deus, de caridade para o próximo, de amor filial, deve

¹²²¹ MISSÃO da mulher na família. *A imprensa*, Teresina, ano 1, n. 50, p. 1, 6 fev. 1926.

inspirá-los aos filhos. Deve ensinar-lhes a doutrina e habituá-los a recitarem as orações da manhã e da noite.

Uma boa mãe de família dever ser religiosa, fiel ao marido, humilde, santa e estar sempre em harmonia com o chefe do lar doméstico. Quanta prudência, quanta atividade, quantos sacrifícios não lhe são necessários.¹²²²

Nos anos 1920, as demandas feministas pelo sufrágio e pela igualdade de condições de acesso à educação e ao trabalho, bem como as possibilidades que se concretizavam, com a inserção feminina em áreas então de domínio masculino, despertaram o medo e a reação antifeminista em homens e mulheres que consideravam ameaçado o exercício da função de mãe, à época, percebida como basilar à família e à sociedade. Nesse contexto, a mulher é representada como *naturalmente* mãe, com o intuito de buscar conter e suprimir outras formas de identificação feminina, para além da maternidade e do casamento obrigatórios.

A representação da maternidade como função patriótica fora operada também nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Sobretudo, durante o Estado Novo, a relação entre maternidade e pátria se adensara, conforme pude perceber nos discursos publicados no *Diário Oficial*. Nessa conjuntura, a adoção de políticas públicas de saúde e o discurso médico que circulava no social valorizaram a mulher enquanto mãe e, ao mesmo tempo, a definiram, sobretudo, enquanto procriadora.

Sob o impacto da vulgarização do saber médico, que começava a se processar, na cidade, notadamente, a partir dos anos 1930, à função de se reproduzir em muitos filhos, bem como de educá-los, somavam-se as obrigações de incorporar a puericultura na criação da prole. A sobrevivência da criança e o melhoramento da raça eram considerados tributários da inclusão de saberes modernos pelas mães.

Conforme o ideal de maternidade que se delineava, a mãe deveria, pessoalmente, nutrir, zelar, cuidar e educar os filhos e filhas, de forma racional e científica. A expectativa que as mães fossem educadas com base em princípios racionais expressa por Higino Cunha, em 1899,¹²²³ ao destacar a importância do saber pedagógico e da economia doméstica, na formação feminina, passava a englobar a higiene e a puericultura. Tratava-se da emergência, em Teresina, de um ideal de maternidade científica, que emergiu, no Brasil, na Primeira República.¹²²⁴ Esse modelo consistia na educação feminina para maternidade, mediante

¹²²² MISSÃO da mulher na família. *A imprensa*, Teresina, ano 1, n. 50, p. 1, 6 fev. 1926.

¹²²³ CUNHA, Higino. A educação feminina e o regime conjugal. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano VII, p. 37-52, 1924.

¹²²⁴ FREIRE, 2009.

orientação médica, com o intuito de conformar as práticas das mães, a partir de princípios científicos.¹²²⁵

Na avaliação de Maria Martha Luna Freire, que estudou o discurso maternalista, a partir da análise dos periódicos *Vida Doméstica* e *Revista Feminina*, nos anos 1920,

O desenvolvimento da revista como gênero específico de periódico forneceu condições de possibilidade para a construção e difusão do discurso maternalista nas primeiras décadas do século XX. A partir da dimensão compartilhada de modernidade, as revistas – particularmente as revistas femininas – conformaram o ambiente de circulação cultural necessário e adequado para a divulgação do ideário da maternidade científica e vulgarização dos princípios de puericultura.¹²²⁶

Em consulta a esses periódicos, encontrei referências na seção de correspondência da *Revista Feminina* (1913-1936) a assinantes, no Piauí, nos anos 1920. Nos jornais de circulação local, identifiquei reproduções de matéria veiculadas, originalmente, na citada revista e também referências à comercialização do periódico *Vida Doméstica* (1920-1963), em Teresina, a partir dessa década. Com base nesses indícios, considero que o ideário de maternidade científica, que começou a ser veiculado na cidade, através do estudo da disciplina higiene, na Escola Normal, a partir de 1910, foi reforçado, nos anos 1920, pela leitura desses periódicos, a despeito do reduzido número de leitoras.

Em Teresina, a ênfase na necessidade da mãe deter conhecimentos relativos à puericultura, só se tornou visível, na imprensa local, nos anos 1930, quando médicos que trabalhavam na cidade começaram a difundir a necessidade de incorporação desse saber à maternagem.

Nesse contexto, a imprensa passou a difundir o discurso médico, atuando em prol da redefinição da maternidade, através da inclusão de noções de higiene e de puericultura. Ação compartilhada por professoras e visitadoras sanitárias, a partir de 1939, quando estas profissionais passaram a integrar o serviço de saúde pública.

No discurso oficial, de professores, professoras e médicos, desde os anos 1930, as noções de pátria e de raça associaram-se à infância. O futuro da pátria e o aprimoramento da raça, considerado uma das condições para o desenvolvimento do país, eram percebidos como dependentes da resolução dos problemas que assolavam a criança. E a alteração da condição da criança, por sua vez, tributária da educação das mães para a maternidade, a partir de

¹²²⁵ APPLE, 1987 apud FREIRE, 2009, p. 21.

¹²²⁶ FREIRE, 2009, p. 246.

preceitos científicos. A mãe era convocada a se tornar uma aliada do médico, em nome da saúde dos filhos e da respectiva grandeza da pátria.¹²²⁷

A vivência da maternidade, a partir da incorporação da higiene e da puericultura era considerada uma necessidade pública, na medida em que o crescimento da população e sua saúde eram vistas como basilares ao desenvolvimento do país. O desejo de ampliar a população e, especialmente, de assegurar a vida e a saúde das crianças passava pela redefinição da maternidade.

Especialmente nas comemorações da Semana da Criança, instituídas no início dos anos 1930, professoras e médicos ressaltavam a importante função patriótica que as mães deveriam desempenhar. Em 1936, acentuava o médico Vaz da Silveira que

Dar filhos fortes à sua terra é a mais nobre manifestação do patriotismo da mulher [...]

Poderá a mulher concorrer para ter filhos fortes?

Respondemos afirmativamente, uma vez que obedeça ela às regras estabelecidas pela Eugenia, que é ‘a parte da higiene que utiliza todos os conhecimentos científicos que venham a contribuir para melhorar física e mentalmente as gerações futuras. Entre as medidas aconselhadas, figura, em primeiro lugar, a que se prende à escolha do futuro esposo que não deve ser um homem doente. Em alguns países civilizados já se vai tornando obrigatório o exame pré-nupcial, com excelentes resultados.

Depois disso, merece atenção o período de gravidez: desde que apareçam os primeiros sinais, torna-se de toda conveniência ser consultado o médico [...]. A consulta ao médico não deve ser feita apenas uma vez; mas, sim, periodicamente, durante a gestação, até o nascimento do futuro cidadão que há de trazer vivas e palpitantes as aspirações de nacionalidade.¹²²⁸

A preocupação com a população, que já se manifestava no pensamento intelectual brasileiro desde o final do século XIX, ganha densidade, nas primeiras décadas do século XX, especialmente na era Vargas. A quantidade e a qualidade da população tornam-se questões importantes, conforme enfatiza Rohden.¹²²⁹ Segundo a autora,

As especialidades médicas dedicadas à mulher e à reprodução assumiam como meta fundamental melhorar a produção de cidadãos e dessa forma se constituíram como aliadas do Estado. A defesa da soberania e do futuro da nação envolvia o ‘aperfeiçoamento’ de sua população. Nesse quadro, as idéias eugênicas de melhoria da raça, de forma mais ou menos explícita,

¹²²⁷ CORREIA, Antônio M. Aprenda a defender seu filho: conselhos indispensáveis às senhoras grávidas. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 275, p. 7, 11 dez. 1937.

¹²²⁸ SEMANA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 230, p. 12, 13 out. 1936.

¹²²⁹ Ibid.

eram conjugadas com a valorização da natalidade e uma preocupação médica mais acentuada com a mãe e a criança.¹²³⁰

Em Teresina, as questões que envolviam a população e a proteção da infância, se tornaram visíveis, sobretudo, na década de 1930. O Estado, que desde o início dos anos 1920, vislumbrava a necessidade de estabelecer uma demografia-sanitária, começou a efetivá-la, precariamente, em 1920, a partir dos registros das pessoas que procuravam os serviços médicos oferecidos no Posto Sanitário. Em 1935, no governo de Leônidas de Castro Melo, foi criado o Departamento Estadual de Estatística, bem como se intensificou a sistematização de dados relativos à população. Além da estatística demográfico-sanitária, o registro da evolução da população, do número de crianças nascidas vivas e mortas, de óbitos e de casamentos, era de interesse do Estado.¹²³¹

Representando o Estado e aliando-se a ele, médicos, professoras e professores, embebidos de ideal patriótico, refletiam acerca da questão da infância e da população. Em 1943, o professor Martins Napoleão considerava a questão da criança como o problema básico de uma nação. Em seus termos:

O amparo, que se lhe dá, constitui um modo de salvar as nações e, por isso mesmo, tudo que se prende à sua higiene física e alimentar, defesa, proteção e preservação, está na ordem-do-dia de todos os programas de governo e planos de educação, saúde, assistência e trabalho.

O despertar dessa consciência, que assim trata objetivamente do futuro, é uma das mais belas e sadias lições do presente, tão cheio de conflitos e inquietações para os adultos.¹²³²

No mesmo ano, o médico Sebastião Martins de Araújo Costa, assim se expressava:

Problema vasto e complexo, do mais alto interesse social e econômico, constituindo, hoje, no mundo civilizado, a coluna mestra de qualquer organização sanitária, é o da proteção à infância e à maternidade.

Povo nenhum pode crescer e prosperar se não o resolver convenientemente. A Pátria que o posterga não tem raça definida, forte e sadia, mas sub-raça.¹²³³

¹²³⁰ Ibid., p. 208.

¹²³¹ OITO anos de governo: a administração Leônidas Melo no Piauí: maio de 1935- maio de 1943. Rio de Janeiro: Centro Piauiense, 1943. p. 47.

¹²³² NAPOLEÃO, Martins. A criança: problema básico. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 127, p. 3, 16 out. 1943.

¹²³³ PALESTRAS feitas ao microfone... *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 127, p. 4, 16 out. 1943.

Em fevereiro de 1944, o *Diário Oficial* noticiava a apresentação de um trabalho pioneiro na Associação Piauiense de Medicina, de autoria do médico Paulino de Barros, acerca do crescimento geométrico da população.

O Dr. Paulino de Barros apresentou um trabalho sobre ‘Crescimento geométrico da População em Teresina’, trabalho de alta estatística, muito interessante em medicina sanitária, porque constitui a base de todo levantamento estatístico-sanitário que aquele ilustre higienista está levando avante pela primeira vez em nosso meio.¹²³⁴

Em nome do crescimento da população e da redução da mortalidade infantil, os médicos defendiam a necessidade de educação das mães, a partir dos preceitos da higiene e da puericultura. Essa percepção não era apanágio de médicos que atuavam em Teresina, na verdade, tratava-se de uma convicção compartilhada pelos puericultores desde o início do século XX, conforme acentua Ana Paula Vosne Martins, em estudo sobre a atuação da Liga Baiana Contra a Mortalidade Infantil, nesse período. Segundo a autora,

Desde o início do século XX os congressos voltados para a infância, realizados na Europa ou no continente americano, já tratavam da educação técnica que as mães deviam receber, orientadas pelos médicos, enfermeiras, visitadoras e parteiras.¹²³⁵

Também mulheres que atuavam na educação sanitária poderiam orientar as mães, conforme expressam a trajetória profissional, em São Paulo, de Maria Antonieta de Castro, educadora sanitária, bem como as pesquisas de sua autoria realizadas nas décadas de 1920 e 1930.¹²³⁶

A elevação da questão da criança à condição de problema nacional e o convívio com altas taxas de mortalidade¹²³⁷ e morbidade infantil propiciavam a mobilização de médicos,

¹²³⁴ ASSOCIAÇÃO Piauiense de Medicina. *Diário Oficial*, Teresina, ano 14, n. 13, p. 28, 1 fev. 1944.

¹²³⁵ MARTINS, Ana Paula Vosne. Entre a benemerência e as políticas públicas: a atuação da liga baiana contra a mortalidade infantil no começo do século XX. *Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 54, 2005.

¹²³⁶ ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. A educação sanitária como profissão feminina. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 69-104, 2005.

¹²³⁷ No início dos anos 1920, nas mensagens apresentadas à Câmara Legislativa pelo governador João Luiz Ferreira conta que a estatística sanitária, considerada deficiente, registrou um número maior de óbitos, que de nascimento. Em 1920, 292 nascimentos e 349 óbitos. Em 1923, foram registrados 467 óbitos, dos quais 217, de crianças. Entre 1935 e 1941, números oficiais acerca de nascidos vivos e de mortalidade infantil entre 0 a 1 ano, respectivamente: 1935 (277 nascimentos e 292 mortes); 1936 (287; 222); 1937 (271; 207); 1938 (426; 202); 1939 (1712; 222); 1940 (1205; 179 mortes); 1941 (474; 237). Ver: ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1921. Teresina: Tipografia d’O Piauí, 1921. p. 41. ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1924. Teresina: Tipografia d’O Piauí, 1924. p. 10; OITO anos..., 1943, p. 47. .

professores, professoras e jornalistas na defesa da difusão de noções de higiene e de puericultura. Compartilhando formas de pensar a questão da infância com pediatras e puericultores que estavam à frente do programa de assistência materno-infantil desenvolvido pelo Departamento Nacional da Criança, como Olinto de Oliveira, esses profissionais consideravam esses saberes imprescindíveis à saúde da criança e, conseqüentemente, ao futuro da pátria. Em 1935, um jornalista avaliava:

Numa época em que as cogitações eugênicas e de formação racial chegam a constituir um capítulo da própria ciência política ou sociológica, é de ver que o cuidado da criança, a observância dos preceitos de higiene e de educação maternal que tanto concorrem para a sua perfeita formação no período delicado da fixação orgânica, se torna cada dia mais relevante, atendendo a uma necessidade coletiva que parte de um apelo mais frisante do interesse público. Em nosso meio, em que é tão grande a proliferação de crianças e mesmo a ignorância de normas essenciais de higiene infantil, a introdução e uma assistência especializada traria consideráveis benefícios.¹²³⁸

Dr. Olavo Correia Lima, pediatra, considerava a puericultura a formação maternal da mulher. Em agosto de 1940, ressaltando a importância de as moças adquirirem conhecimentos de higiene e de puericultura, argumentava: “para a criança, não há melhor higienista que a mãe, nem melhor enfermeira”.¹²³⁹ Anos depois, no artigo *Como construir um Brasil sadio*, o médico Oscar Clark, defendia que

O ensino prático de puericultura deveria ser para as moças o que é o serviço militar para os rapazes. Os cursos para as mães, instituídos nas escolas municipais dos países altamente civilizados, deram tão bons resultados que os pais reclamaram cursos idênticos para eles.¹²⁴⁰

O alto índice de mortalidade infantil, que então assolava o país era considerado, em grande medida, fruto da ignorância e da negligência das mães.¹²⁴¹ Com efeito, havia dentre os médicos a intenção de promover a modificação das práticas costumeiras de criação da prole, difundindo entre as mães saberes modernos. Através da participação nas comemorações da Semana da Criança, bem como de palestras e da escrita os médicos procuraram interferir na educação das mães, com o intuito de minimizar a morbidade e mortalidade infantil.

¹²³⁸ HIGIENE, educação e saúde da criança. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 411, p. 1, 8 mar. 1935.

¹²³⁹ CURSO de puericultura na Escola Normal. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 185, p. 5, 17 ago. 1940.

¹²⁴⁰ CLARK, Oscar. Como construir um Brasil sadio. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 24, p. 301-313, 1947

¹²⁴¹ FURTADO, Rocha. Aprenda a defender seu filho. *O Momento*, Teresina, ano 5, n. 477, p. 1, 14 nov. 1937.

Em março de 1935, quando Adauto de Resende, pediatra e membro da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, no Rio de Janeiro, visitava o Piauí, sua terra natal, a direção do jornal *O Tempo* solicitou ao médico que redigisse um conjunto de artigos sobre o tema.¹²⁴² Nos artigos, o autor abordou a higiene, a educação e a saúde da criança. No primeiro texto enfatizou o papel da mãe e, em seguida, as características do recém-nascido e os cuidados requeridos, o prematuro, a alimentação da criança, a alimentação natural e a artificial, as noções de higiene geral e a educação das crianças.¹²⁴³

No artigo inaugural da série, intitulado Mãe, o médico lamentava o fato de as mães deterem poucos conhecimentos acerca das noções gerais de puericultura. Lembrava que, em decorrência disso, cometiam graves erros prejudiciais à saúde dos filhos e isto era um grande mal social. Propunha, então, como medidas para minorar a situação de ignorância das mães e os respectivos males por ela causados, o desenvolvimento do interesse por aprender, a oferta de cursos práticos e gratuitos de puericultura, palestras, conferências e propagandas na imprensa, bem como leitura de livros sobre o assunto. Em sua avaliação não havia por parte de pais e responsáveis o interesse em mandar ensinar às suas filhas o essencial em matéria de criação dos filhos. Na verdade, os pais estariam apegados a “preconceitos nocivos” e a “ideias arcaicas”, fato que causava danos às novas gerações. Com efeito, argumentava ser necessário que

[...] ao menos as jovens que estão em condições sociais privilegiadas, reconheçam a importância destas cousas e quando escolherem o noivo meditem também na grande responsabilidade que as espera, e escolham igualmente o processo mais fácil, de acordo com o meio e as possibilidades, de aprenderem a criar os seus futuros bebês como manda a higiene e a puericultura.

Darão à Pátria, desse modo, filhos sadios e homens úteis!

Concorrerão assim para a felicidade de seu lar e para o engrandecimento do Brasil!

Só assim serão verdadeiramente mães perfeitas, no que de mais sublime e nobre faz evocar este nome!¹²⁴⁴

¹²⁴² HIGIENE, educação e saúde da criança. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 411, p. 1, 8 mar. 1935.

¹²⁴³ REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: a mãe. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 412, p. 1 e 4, 9 mar. 1935; REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: o recém-nascido. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 413, p. 1 e 4, 11 mar. 1935; REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: o recém-nascido. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 414, p. 1 e 4 e, 12 mar. 1935; REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: o recém-nascido. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 415, p. 1 e 2, 13 mar. 1935; REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: o prematuro. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 416, p. 1 e 2, 14 mar. 1935; REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: a alimentação das crianças. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 417, p. 1 e 2, 15 mar. 1935; REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: alimentação artificial. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 418, p. 1 e 4, 16 mar. 1935; REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: noções de higiene geral. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 419, p. 1 e 4, 18 mar. 1935; REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: noções de higiene geral. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 420, p. 1 e 2, 19 mar. 1935

¹²⁴⁴ REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: a mãe. *O Tempo*, Teresina, noa 3, n. 412, p. 1, 9 mar. 1935.

Em 1937, a Sociedade Piauiense de Medicina e Cirurgia divulgou uma série de estudos de médicos atuantes na cidade. Intitulado *Aprenda a defender seu filho*, o conjunto de trabalhos foi publicado no jornal *O Momento* e no *Diário Oficial* e visava fornecer às mães informações então consideradas fundamentais ao bom desenvolvimento da criança. Conselhos indispensáveis às mulheres grávidas, os primeiros cuidados ao recém-nascido, como se evitar sífilis congênita, como alimentar as crianças, o calor e a diarreia, difteria ou crupe, a educação física infantil, o trabalho visual da criança foram temas abordados nessa série de trabalhos.¹²⁴⁵ Em 14 de novembro de 1937, o médico Rocha Furtado, que viria a ser governador do Estado (1947-1951) dissertou acerca da alimentação das crianças. Defendia, na oportunidade, que os erros na alimentação eram um dos grandes responsáveis pelo alto nível de mortalidade infantil e para detê-la seria necessário instituir o aleitamento materno até o sexto mês de vida do bebê, uma vez que seria a alimentação correta. O ideal, conforme argumentava, era que fosse fixado o horário das mamadas e que ocorressem de três em três horas. Quando a mãe não tivesse leite, deveria recorrer ao médico especialista em crianças, para que este lhe prescrevesse um regime alimentar apropriado à produção láctea. Após o sexto mês, o bebê deveria passar à alimentação mista. Para o médico, era imprescindível que as mães amamentassem seus filhos e filhas, que os criassem de forma racional. Isto porque a situação das crianças no Brasil e no Piauí era considerada muito grave, devido ao alto índice de mortalidade infantil. Segundo a pediatra Rosa Amélia Tjara, nos anos 1940-50, mais de 300 crianças morriam antes do primeiro ano de vida, dentre 1000 nascidas vivas.¹²⁴⁶

Em dezembro de 1937, Dr. Lineu Araújo, mediante trabalho publicado no *Diário Oficial*, procurava prevenir a sífilis congênita – considerada a doença de maior malefício à nova vida, em gestação. Segundo o médico, a referida doença era a responsável por muitos abortos e também por um conjunto vasto de doenças que acometiam as crianças, tais como: vômitos, convulsões, estrabismo, lesões graves de pele e das mucosas, alterações do esqueleto, meningite sífilica, paralisias, processos inflamatórios do cérebro e da medula, cegueira, dentre outras. Como medidas preventivas para evitar tão danosa doença, Dr. Lineu propunha os tratamentos dos futuros cônjuges, dos pais antes da gravidez e o da mulher grávida. Na oportunidade, acentuava que o conhecimento dos meios para evitar essa forma de sífilis, seu emprego e difusão, deveria ser de todos, bem como relacionava a prevenção da doença ao futuro da nação. Em seus termos:

¹²⁴⁵ COUTO, Durvalino. Aprenda a defender seu filho. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 270, p. 1, 4 dez. 1937.

¹²⁴⁶ FRANÇA, Rosa Amélia. História da Dra. Rosa Tjara França – a primeira médica. In: SANTOS JÚNIOR, Luiz Ayrton (Org). *História da medicina no Piauí*. Teresina: Academia de Medicina do Piauí, 2003. p. 35.

Todos têm o dever de conhecê-los, usá-los e difundi-los, por amor a si próprio, à família e à raça. E oxalá que todos assim o façam e se compenetrem de que, num ambiente como o brasileiro, em que a sífilis é confessada quase com orgulho, a solução do problema da lues congênita é bem um imperativo de salvação nacional.¹²⁴⁷

Para o médico, em nome da vida e da saúde dos filhos, bem como da pátria, que precisava de braços fortes para se desenvolver, homens e mulheres deveriam se aliar aos médicos e pôr em prática as prescrições para combater a sífilis congênita. Daí, depreendo que, embora a responsabilidade pela saúde da criança – futuro da pátria – fosse atribuída, sobretudo, às mães, os pais também eram chamadas a contribuir, para que seus filhos nascessem fortes e saudáveis, bem como para a melhoria da raça.

A propaganda de medicamentos, apropriando-se das ideias veiculadas acerca do que então se considerava a forma adequada de criar filhos e filhas, reforçava a importância da higiene e da puericultura. Eis o que se lê em anúncio veiculado no *Diário Oficial*, em 26 de maio de 1936:

A situação da infância melhora

[...]

A propaganda sobre a maneira correta de alimentar o bebê já conseguiu atingir grande número delas sobretudo as que vivem nas capitais e cidades de maior população. É indispensável, entretanto, prosseguir nesta cruzada fazendo que aprenda a evitar as diarreias, responsáveis pela maioria dos óbitos dos lactentes, bem assim que não deixem de apelar para um médico especialista, logo que esta desordem se manifeste. Em geral, os pediatras prescrevem regime alimentar, os caseinatos de cálcio e o Eldofórmio da Casa Bayer. Este último devidamente não só combate a diarreia das crianças quanto dos adultos, com a propriedade de auxiliar a restauração da mucosa intestinal.¹²⁴⁸

Em outra propaganda dos comprimidos de Eldoformio, asseverava-se:

As mães devem instruir-se nos preceitos ditados pela higiene e pela puericultura. No dia em que, pelo menos a maioria das mães tiver conhecimento destas matérias, reduzir-se-ão ao mínimo as doenças e, conseqüentemente, a mortalidade infantil. [...] A higiene e a puericultura indicam as regras para a racionalização da alimentação, de suma importância sobretudo nos casos de alimentação artificial dos bebês. As mães devem, pois, procurar conhecer livros existentes sobre estes assuntos, bem como

¹²⁴⁷ ARAUJO, Lineu. Aprenda a defender seu filho: como evitar a sífilis congênita. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 286, p. 12, 24 dez. 1937.

¹²⁴⁸ A SITUAÇÃO da infância melhora. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 117, p. 7, 26 maio 1936.

freqüentar os departamentos de higiene infantil e receber as instruções necessárias.¹²⁴⁹

Nas propagandas de remédios, chamava-se a atenção das mães para a necessidade de se aliar ao médico, na defesa da saúde dos filhos e filhas, reforçando a necessidade de as mães obterem esses saberes. A expectativa era a de que criando filhos e filhas de forma racionalizada e com base na ciência, as mães pudessem dar à pátria homens e mulheres saudáveis, fortes e disciplinados.

Para desempenhar essa função, as mulheres também precisavam consumir produtos disponíveis no mercado. Em propaganda do Biotônico Fontoura, lê-se:

Aulas diárias, lições difíceis, estudos prolongados pela noite a dentro... ninguém poderá enfrentar vitoriosamente essa tarefa, sem músculos rijos, sangue rico e nervos retemperados. Lembre-se que da saúde de seu filho dependerá, em grande parte, a realização de seus sonhos. Auxilie-o a conseguir a ambicionada vitória, dotando-o de um organismo forte e resistente. [...] E a medicina nacional recomenda o BIOTÔNICO FONTOURA como o fortificante para todas as idades.¹²⁵⁰

A vivência da maternidade, conforme se expressava nas propagandas, requeria o conhecimento de medicamentos e de suas formas de uso, bem como o consumo de alimentos, de produtos higiênicos e de limpeza disponíveis. Argumentava-se, constantemente, que as mães deveriam trazer a casa limpa, arrumada e arejada, longe das impurezas que punham em risco a vida de seus filhos e filhas. Havia um nítido investimento na articulação entre o papel de mãe e a economia de mercado. O exercício do papel de mãe era enredado ao consumo de produtos das indústrias farmacêutica, alimentícia e de higiene, bem como de serviços médicos.

Nos periódicos voltados para as mulheres, comercializados em Teresina, nos anos 1930, como a revista *Vida Doméstica*, as leitoras também encontravam artigos assinados por médicos acerca de higiene e puericultura. Nesses textos, o alto índice de mortalidade infantil era atribuído à alimentação artificial e à ignorância das mães, bem como à transferência da maternidade¹²⁵¹ para outras mulheres. A respeito desse último aspecto nos anos 1920 e 1930, enfatizava-se que as mulheres dos setores mais abastados estavam mais preocupadas com luxo, lazer e a circulação no espaço público do que com criação dos filhos. Essa atitude era considerada danosa à saúde das crianças, na medida em que as mães entregariam os filhos e

¹²⁴⁹ A HIGIENE e as doenças da infância. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 57, p. 7, 12 mar. 1937.

¹²⁵⁰ ANTES a escola parecia um castigo... *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, 24, p. 30, 1947.

¹²⁵¹ Acerca da noção de maternidade transferida, ver COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 339-356, 2002.

filhas a mulheres mal preparadas e, às vezes, doentes. Com efeito, enfatizava-se a necessidade das mães assumirem elas mesmas a criação dos filhos, advogava-se a favor do aleitamento materno, considerado indispensável ao bem-estar e à saúde do bebê. Ademais, procurava-se demonstrar que a amamentação era também uma prática fundamental ao progresso e ao desenvolvimento da civilização brasileira, na medida em que o futuro do Brasil dependeria do desenvolvimento de crianças fortes e saudáveis.

Nos artigos veiculados na coluna *Mães felizes!*, assinada pelo Dr. Hans Langer, no início dos anos 1930,¹²⁵² um argumento recorrente era o de que a felicidade das mães dependia da saúde dos filhos. Por meio da coluna, portanto, apresentavam-se os procedimentos necessários para que as mães gerassem e mantivessem filhos e filhas saudáveis. Em primeiro lugar, caberia observar que ser mãe implicava ter grandes deveres, implicava saber que a criança era o fator de felicidade do lar. A mãe deveria dar assistência contínua ao bebê, deveria estar atenta ao seu desenvolvimento e observar as regras de higiene no cuidado e na alimentação infantil. Deveria sempre lembrar que amamentar e cuidar dos filhos era um trabalho racional. É ressaltado que, nos primeiros meses, a alimentação ideal era a natural e, caso não fosse suficiente, não deveriam substituí-la pela alimentação superficial. Acrescentavam que o correto era a alimentação mista.

No caso de alimentação mista, a mãe deveria fiscalizar o preparo do alimento. Tudo deveria estar sob sua vista. Seu olhar deveria ser sempre um olhar vigilante, pois a saúde de sua prole dependia da qualidade de seus atos. Ademais, as mães deveriam seguir os preceitos médicos.

Através desses discursos, procurava-se instituir a amamentação como uma prática obrigatória e também ampliar o papel de mãe, à proporção que a sobrevivência, a saúde e o bem-estar dos filhos e filhas eram considerados dependentes da especialização das funções maternas. Isto acarretava também o crescimento das responsabilidades femininas diante da maternidade. E, ao mesmo tempo, a tentativa de limitar o feminino à condição de mãe.

As ideias desenvolvidas por esses médicos retomavam argumentos semelhantes àqueles apontados por Jurandir Freire Costa para o século XIX¹²⁵³, a partir da terceira década. Para o autor, com a ascensão do poder médico, procurou-se limitar o feminino à condição de mulher-

¹²⁵² LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, abr. 1931; LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, maio 1931; LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, jun. 1931; LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, agosto 1931; LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, out. 1931; LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, nov. 1931; LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, dez. 1931; LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, jan. 1932.

¹²⁵³ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

mãe, através dos discursos que fomentavam a amamentação como meio de combate à mortalidade infantil.

A alimentação da criança, especialmente da lactente, era percebida como um grave problema brasileiro “a pedir a solução e a exigir de todos um pouco de boa vontade unido a uma parcela de atividade”.¹²⁵⁴

Em meados dos anos 1930, a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância iniciou uma campanha nacional pela alimentação da criança, em que o incentivo à amamentação era um dos objetivos. Desvelando as intenções da campanha, a Sociedade Piauiense de Medicina e Cirurgia, em 1938, acentuava:

Ignorância e miséria, eis os problemas básicos. O fundamento da campanha será, então, este: ‘instruir e dar’. As mães devem ser *diretamente instruídas*, mostrando-se-lhes os graves perigos da alimentação deficiente. São propósitos da campanha: incentivar a amamentação natural, promover o uso do leite como melhor alimento depois do desmame, promover o uso de alimentos com vitaminas, diligenciar para que toda criança receba alimento apropriado e em quantidade suficiente, bem alimentar nutrízes e gestantes, combater erros, preconceitos, incúria, pouco caso em matéria de alimentação.¹²⁵⁵

O exercício dessa função patriótica, por sua vez, redefinia o papel de mãe, na medida em que a boa mãe passava a ser aquela que seguia preceitos modernos e se sacrificava pelo filho em nome da pátria, da nação e da raça. E, do mesmo modo, reforçava que a principal função feminina é ser mãe. Com efeito, nas décadas de 1930 e 1940, a maternidade é valorizada tanto por seu papel na promoção da saúde dos filhos quanto pela importância atribuída à formação de uma população saudável e ao aprimoramento da raça. À maternidade era atribuída função pública – a formação das novas gerações para o bem da pátria.

Esse ideário sobreviveu à queda do Estado Novo. Em outubro de 1948, em uma crônica feminina publicada no jornal *O Piauí*, acentuava-se que dar filhos à pátria, bem como criá-los, zelá-los e educá-los eram as contribuições basilares que a mulher oferecia à sociedade. Isto porque do exercício a contento desse papel dependia o futuro do país e do Estado.

No instante trágico em que vivemos, com ameaças de guerra a nos tolher o pensamento cristão, com os perigos materialistas a nos rondarem a pátria, é que verdadeiramente sentimos quão importante é o papel da mulher na hora presente, missão educativa às gerações futuras, missão social e moral, humana, fraterna, tendo como bases a fraternidade solidariamente unida aos

¹²⁵⁴ APRENDA a defender seu filho. *Diário Oficial*, Teresina, ano 8, n. 17, p. 1, 22 jan. 1938.

¹²⁵⁵ APRENDA a defender seu filho. *Diário Oficial*, Teresina, ano 8, n. 17, p. 1, 22 jan. 1938.

interesses da coletividade, o papel da mulher é transcendental. Rondam os lares patricios muitas dificuldades. Urge amparar e proteger a criança. Urge cuidar de sua saúde moral e física. Vamos desenvolver suas aptidões naturais para que à criança seja dado um desvelo maternal, uma sombra da compreensão paterna, abrindo sua inteligência e amoldando seu espírito de modo particular útil á sociedade, uma hora grave para os destinos de todos os povos, não vos esqueçais, mães e pais do Brasil, de que, só formando filhos sadios e de caráter criterioso estareis salvando uma civilização. Não consintais, pois, que eles fracassem por falta de uma educação que os tornará em seres inúteis para a tarefa da grandeza do Brasil. Portanto, mulheres de minha terra, preparai-vos para o sagrado mister: no cumprimento dessa relevante missão, sereis compensados pela ventura de haverdes dado ao Brasil homens capazes, dignos de vós mesmos, e razão de vosso orgulho de mães do preparo e organização de vosso lar, voltando para tarefa nobilitante, depende em grande parte, o destino das sociedades. Tendes, sobre vossos ombros, um princípio basilar de vossa existência, um sagrado dever humano e fraterno. Criando, educando e zelando pelos vossos filhos, desde pequeninos; dentro dos luminares desígnios doutrinados por Jesus, estareis traçando uma lei da alta monta que se transformará em messe de reais benefícios para vós mesmas para nossos filhos e para a terra que nos viu nascer.¹²⁵⁶

No início dos anos 1950, através de trecho da palestra ministrada na Rádio Difusora de Teresina, por Maria de Lourdes Curi, quando da realização do Curso de Auxiliares de Puericultura, em 1951, é possível perceber que a valorização da mulher, a partir da relação entre maternidade, nação e raça, permanecia.

Terminando, quero fazer sentir ao povo piauiense que as alunas do curso de ‘Auxiliares de Puericultura’, estão bastante satisfeitas com o êxito que felizmente estão conseguindo, pois toda mulher, no pouco conhecimento de puericultura que adquire, torna-se mais conhecedora de si própria e do importante e grandioso papel que desempenha no mundo – ser mãe – e mais sabiamente poderá prestar ao filho ou à criança com quem for lidar, os seus valiosos e prestimosos serviços. Daí o deduzirmos que, a puericultura é tão importante que propagar os seus conhecimentos, é contribuir para o engrandecimento e perfeição de uma raça.¹²⁵⁷

Além do saber médico, difundido, sobretudo, a partir dos anos 1930, atuaram na conformação e valorização da mulher-mãe, o discurso e a formação religiosa, postos em circulação e em prática através da educação familiar, das associações pias, da escolarização e da leitura.

Além da formação católica recebida em casa, uma parte significativa das mulheres pertencentes aos segmentos mais abastados, no decorrer da conjuntura abordada, escolarizou-

¹²⁵⁶ CRÔNICA feminina. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 399, p. 4, 9 out. 1948.

¹²⁵⁷ CURSO de auxiliares de Puericultura. *O Piauí*, Teresina, n. 704, p. 3, 2 jun. 1951.

se no Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1906, cujo principal intuito era formar as moças a partir dos preceitos católicos.

Na conjuntura em que surgiu o Colégio, foram instituídos a Associação das Filhas de Maria e o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, que, ao longo do período em estudo, inculcaram preceitos da fé católica e atuaram na conformação da identidade feminina centrada na maternidade.¹²⁵⁸

A aproximação entre as mulheres e o catolicismo, intensificada no mundo ocidental, a partir da segunda metade do século XIX,¹²⁵⁹ se manifestara, em Teresina, desde as primeiras décadas do século XX. O apego de muitas mulheres à fé católica se expressava na frequência às missas, à comunhão, à confissão, aos retiros espirituais e às cerimônias de entronização do Coração de Jesus, nas residências das famílias católicas.¹²⁶⁰

Em 1937, a Diocese de Teresina fundou o jornal *O Dominical*, que circulou até o início dos anos 1970. A criação do periódico somava-se a outras tentativas de instaurar uma imprensa católica, no Piauí. No passado haviam circulado os jornais *A Cruz* (1890)¹²⁶¹ e o *Apóstolo* (1907-1912).

A emergência do jornal *O Dominical*, portanto, era mais uma tentativa da Igreja em vista a instituir uma imprensa católica, através da qual buscava interferir no ordenamento social, em face à modernização da sociedade. Interferência que, por sua vez, embasava-se no investimento nas mulheres para que se subjetivassem, a partir dos preceitos católicos e os difundissem.

Entre o final dos anos 1940 e a década de 1950, período que consegui acessar *O Dominical*, periódico de circulação semanal, apresentando dimensões informativas, formativas e combativas, este jornal publicava, além de textos locais, informações que circulavam em veículos católicos editados em outras cidades, trechos de livros, assim como notícias nacionais e internacionais relativas ao dia-a-dia da Igreja. Um de seus principais objetivos era sedimentar os valores cristãos no seio da sociedade, através da formação dos/as fiéis.

O Dominical era um instrumento que visava aproximar os católicos e as católicas da doutrina da Igreja, explicitando-a. Ademais, o jornal visava interferir no ordenamento social,

¹²⁵⁸ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Famílias e escritas*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005a

¹²⁵⁹ GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. v. 4. p. 199-238; FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1995. p. 139

¹²⁶⁰ CASTELO BRANCO, P., 2005a, p. 144.

¹²⁶¹ PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

posicionando-se contra a secularização dos costumes, combatendo aqueles que eram considerados então inimigos da Igreja – o comunismo, o espiritismo, a má imprensa, o mau cinema, os maus livros e as más revistas. Em linhas gerais, o periódico expressava a posição mais geral da Igreja no Brasil, acerca da expansão de outras crenças, da massificação da cultura e das ideologias políticas.¹²⁶²

Em *O Dominical*, entre o final dos anos 1940 e a década de 1950, a significação da mulher emerge enredada aos combates da Igreja contra o comunismo, o espiritismo, a má imprensa, o mau cinema e a modernização dos costumes. Pode-se dizer que os discursos que significavam a mulher situavam-se em contexto mais amplo de tomada de posição da Igreja diante do processo de dessacralização desencadeado na modernidade, sobretudo, no pós 2ª Guerra Mundial.

Através dos discursos veiculados, no periódico, entre 1948 e 1960, é possível indicar representações que nortearam a constituição da maternidade ideal, conforme os preceitos católicos, e que incidiram na formação feminina, no período.

A despeito das décadas de 1940 e 1950 se caracterizarem pela crescente participação das mulheres de classe média no mercado de trabalho, o modelo ideal de mulher inscrito nas páginas de *O Dominical* era semelhante àquele forjado no século XIX – a mãe, a esposa e a filha.¹²⁶³

Nos discursos veiculados no periódico, articulava-se feminilidade e maternidade. Ser mulher significava, acima de tudo, ser mãe. A condição de mãe definia e limitava a feminilidade. O papel de mãe era aquele que tornava positiva a condição feminina, que redimiria as mulheres e possibilitaria reconhecimento social e exercício do poder no seio da família.

Nesse contexto, o discurso católico reafirmava um ideal de mãe que permeava a cultura desde o início do século.¹²⁶⁴ Para Jônatas Batista, em 1907, mãe e Santa Maria eram expressões sinônimas. A santa mãe era doce, meiga e boa. Abençoava, protegia e vivia em função do filho. Em trecho da poesia Mulher, lê-se:

[...]

¹²⁶² Acerca da Igreja Católica, ver: BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Tomo III. p. 271-342. PIERUCCI, Antônio F. O; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido P. F. de. Igreja Católica 1945-1970. In: HOLANDA, 1995, p. 343-416.

¹²⁶³ GIORGIO, 1994, v. 4, p. 199-238.

¹²⁶⁴ CASTELO BRANCO, Pedro. A Igreja Católica e a redefinição das relações familiares e das identidades de gênero no alvorecer do século XX. In: NASCIMENTO, Alcides; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e historiografia*. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 361-384.

Mãe – terna amiga, doce alegria,
 Santa Maria, tão meiga e boa...
 Anjo da guarda, canto e poesia,
 Luz que irradia – Mãe que abençoa!...¹²⁶⁵

Durante toda a primeira metade do século XX, a manutenção dos valores morais da família foi uma das principais metas perseguidas pela Igreja. Com esse intuito, a Igreja estabeleceu uma rígida divisão de papéis femininos e masculinos no âmbito da família, defendendo que o sustento da casa era atribuição masculina, enquanto as mulheres deveriam cuidar dos filhos e do lar.¹²⁶⁶

A expectativa expressa, no periódico, era que as moças incorporassem os papéis familiares e vivenciassem o modelo da mãe cristã. É através desse objetivo que pode ser compreendida a recorrência à representação de Maria como referência da mãe católica.

Nas páginas de *O Dominical*, argumentava-se enfaticamente que Maria era a mãe de Deus e nossa.¹²⁶⁷ A co-redentora da humanidade. O modelo de perfeição feminina. O ideal de pureza e de beleza. Sinônimo de amor, de carinho, de abnegação. Mãe dolorosa, Maria era “a serena e grave doçura da maternidade, a majestade incomparável do sofrimento aureolado pela mais completa resignação”.¹²⁶⁸ Era, portanto, o exemplo a ser seguido e imitado.

A referência a Maria como paradigma da mãe católica, visava encaminhar as mulheres para o lar. Era uma estratégia que buscava limitar a participação feminina no espaço público, que buscava forjar a rainha do lar. Nos anos 1950, contexto em que a emancipação feminina era vista como realidade incorporada ao cotidiano feminino, a constante referência a Maria objetivava convencer as mulheres de que a emancipação havia sido um erro¹²⁶⁹. E, do mesmo modo, reafirmar a maternidade como traço definidor da feminilidade, como missão atribuída por Deus.

Nas décadas de 1940 e 1950, nas páginas do periódico, retomava-se argumento semelhante àquele defendido por Clodoaldo Freitas, nos anos 1910, ao defender que o lugar da mulher era o lar, que era nesse espaço que reinaria. A diferença entre um e outro discurso residia, na fundamentação. Enquanto Clodoaldo Freitas sustentava seus argumentos com base na ciência e na religião, nos discursos postos em circulação, em *O Dominical*, a definição da

¹²⁶⁵ BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p. 26

¹²⁶⁶ AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCILIO, Maria Luiza (Org.). *Família, mulher e sexualidade na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 101-134.

¹²⁶⁷ FRANCISCA. Maria, mãe de Deus e nossa! *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 18, 7 maio 1950. Página feminina, p. 3.

¹²⁶⁸ M.B.A. Maria, mãe das sete dores. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 37, p. 2, 17 set. 1950.

¹²⁶⁹ OS ERROS da emancipação feminina. *O Dominical*, Teresina, ano 19, n. 49/55, p. 2, 4 dez. 1955.

mulher, a partir da maternidade, delineava-se através da atribuição de missão divina ao exercício do papel de mãe.

Através do periódico, era dito à mulher católica que o melhor que poderia fazer na vida terrena era se dedicar com sinceridade, pureza e devotamento aos filhos e filhas e aos trabalhos de casa. Mediante a representação de Maria produzia-se o enaltecimento da maternidade. A referência a Maria a dignificava e transformava em missão divina, o que, por sua vez, dotava o feminino de positividade. A esse respeito, argumentava uma contemporânea:

Quão bela, confortadora, espinhosa e dignificante é a nossa missão de mãe da família! Deus a honrou de tal maneira que, por intermédio de uma Mãe, enviando à terra o seu Divino Filho, quis Ele realizar o prodígio de amor, que foi a Encarnação do Verbo.
Eis aí, caríssimas, o mistério da ação divina!
Deus humanizado a querer tirar sua origem de uma Mãe.
Que mais poderia dizer-vos para demonstrar quão dignificante se tornou para a mulher a sua maternidade!¹²⁷⁰

Essa forma de perceber a maternidade transcendia o discurso católico. Conforme infiro, a partir da poesia, a Virgem, de Martins Napoleão, publicada, em 1942. Eis o que expressou o poeta:

Aflita e doce mãe, alma orvalhada em mágoa,
como todas as mães de dolorosos filhos,
em teus olhos – dois céus cheios de estranhos brilhos –
uma constelação de lágrimas deságua.

Em teu seio de amor, com centelhas de frágua,
nossas cabeças más pendem como os junquinhos,
e recordamos esquecidos estribilhos
de penitência e dor, com os olhos rasos d'água.

És a melhor das mães, porque és a mãe das mães,
e resumes em Ti, pura, amorosa e doce,
suas ânsias fatais, esperanças e afãs.

E és a maior das mães, ó coração profundo,
pois teu Filho, afinal, foi o filho que trouxe
o infinito do céu à miséria do mundo.¹²⁷¹

O caráter divino e dignificante da maternidade engendrava a valorização feminina na família e gerava condições para o exercício de poder na instituição e na sociedade. As ações

¹²⁷⁰ APELO às mães. *O Dominical*, Teresina, ano 19, n. 37/56, p. 1, 11 set. 1955.

¹²⁷¹ REGO, Benedito Martins Napoleão do. *Cancioneiro geral: 1920-1976*. [Teresina: COMEPI, 1981]. v. 1, p. 228.

da mãe eram revestidas de legitimidade, na medida em que “[...] a mãe perante os povos é o ponto principal da vida, é a fonte da família, e chave da sociedade”.¹²⁷² A condição de mãe de família autorizava às mulheres a tomada da fala, o exercício de influência sobre os filhos, as filhas e os maridos. A mãe era a aquela que concedeu a vida aos filhos e às filhas, por intermédio de Deus. A mãe era aquela que cuidou, velou, educou e se sacrificou pelos filhos e filhas. E, por isso, merecia ser reconhecida e enaltecida. Se a mãe representava Deus na terra, os filhos e as filhas tinham o dever de escutá-la, de respeitá-la e de obedecê-la. Deviam reconhecer que a mãe era autoridade no lar. No âmbito conjugal, o marido também devia ouvi-la e respeitá-la, pois a sua esposa era a mãe de seus filhos e filhas e merecia reconhecimento, face ao exercício de uma função divina.

Em torno da maternidade configurava-se um campo, através do qual era possível exercer poder, auferir realização e prestígio social. A partir dos necrológios publicados no jornal, por exemplo, observo que o maior elogio concedido a uma mulher é o de mãe esmerada e abnegada. É o reconhecimento de que soube ser mãe, que, de fato, cumpriu seu papel na terra.

Em poesias e memórias, a maternidade vivida como missão e sacrifício era inscrita como experiência a partir da qual mulheres-mães eram valorizadas, reconhecidas, enaltecidas, amadas e lembradas. Jônatas Batista, no início do século, escrevendo a partir do lugar de filho permite inferir que o amor materno recebido era fonte de reconhecimento, de saudade e de amor filial.

A mulher-mãe, para o poeta, tinha um coração divino,

Que transforma a agonia
 Que o faz sangrar em rútilo clarão
 De bondade, de enlevo e de alegria...
 - Como eu vos choro, neste pranto eterno
 De saudade infinita, ó coração materno!¹²⁷³

Lucídio Freitas, em 1912, em poesia dedicada a sua mãe, expressou:

À minha mãe
 Que eu sempre encontre, Mãe, os teus fortes joelhos
 Para a frente abrigar dos labores daninhos,
 E sinta sempre a luz real dos teus conselhos,
 O teu amor, o teu sorriso e os teus carinhos!...

¹²⁷² TRINDADE, Maria da. Mães de hoje. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 38, 24 set. 1950. Página feminina, p. 3.

¹²⁷³ BATISTA, 1985, p. 89.

Fiz do teu nome ideal meus sacros evangelhos,
 Por ti lancei-me ao sol destes longos caminhos,
 Ao calor tropical dos seus risos vermelhos,
 Sangrando os pés no horror destes vales maninhos...

Quando me vêm ferir a baba vil do insulto,
 A mentira, a incerteza, a dúvida, a maldade,
 O martírio que abrasa, é o pranto que contrista,

Perto do meu olhar vejo florir teu vulto...
 Eis tu que vens ungir de afeto e de bondade,
 Guiando-me outra vez ao sol de outra conquista.¹²⁷⁴

Da Costa Andrade, no final dos anos 1920, por sua vez, escreveu:

À minha querida mãe
 Há muito não te beijo... ó mãe bondosa!
 mas esta alma saudosa
 vai descansar no céu do teu regaço,
 nos momentos de cisma e de cansaço...
 E, se eu morrer distante dos teus olhos,
 procura nos refolhos
 destes versos sem brilho,
 e encontrarás meu coração de filho.¹²⁷⁵

Conforme os preceitos católicos, cumprir o dever na terra significava, por sua vez, adequar os filhos e as filhas à norma acerca do feminino, do masculino e de suas relações. Nesse sentido, o reconhecimento feminino dependia de sua adequação e das novas gerações ao plano normativo, dependia de sua capacidade de formar homens e mulheres em acordo com as prédicas católicas e sociais. O poder feminino na família era considerado de natureza disciplinar.¹²⁷⁶ Seu exercício visava produzir corpos dóceis, que reproduzissem os papéis de gênero e os valores religiosos. Cabia às mulheres instituírem, na família, as diferenças entre o feminino e o masculino. As mães deviam ensinar os filhos a serem homens e as filhas a serem mulheres. Delimitando, portanto, as esferas de ação masculinas e femininas.

No que tange à relação entre as gerações, um dos objetivos do poder materno era disciplinar as filhas, buscando reproduzir nas novas gerações os papéis vivenciados na geração anterior. Cobrava-se que as filhas agissem segundo as mães agiram. Boas mães deveriam engendrar futuras boas jovens mães. Se Maria deveria ser a primeira referência para todas as mulheres, o segundo modelo a seguir, no caso das jovens, era o de suas próprias

¹²⁷⁴ FREITAS, Lucídio. *Poesia completa*. Teresina: APL/UFPI, 1995. p. 65.

¹²⁷⁵ ANDRADE, José Severiano da Costa. *Rosal da vida e outros poemas*. Teresina: F.C.M.C, 1996. p. 12.

¹²⁷⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

mães. As mães eram referências fundantes, sobretudo, das noivas, pois era observando suas mães, seu exemplo de amor e de dedicação, que as jovens deveriam preparar-se para formar um lar cristão, para o exercício da sagrada função da maternidade. As mães deveriam demonstrar às filhas que a maternidade santificava a mulher, deveriam advertir às filhas que a primeira referência a seguir era Maria; em seguida, os seus próprios exemplos. Nesse sentido, uma das funções da boa mãe era procurar assegurar que suas filhas seguissem o seu modelo. Era procurar educar as filhas para que soubessem ser além de boas filhas, boas mães e esposas.

A representação da boa mãe era um instrumento que promovia a culpabilização feminina. Pensar as mulheres enquanto mãe significava dizer que as mulheres valiam a partir da educação dos filhos e das filhas, que seu sucesso era expresso pela conformação dos filhos e das filhas aos preceitos sociais. Nesse sentido, se os filhos ou as filhas adotavam práticas que fugiam à norma, a culpa era considerada da mãe, que não soubera educá-los, que não desempenhou a contento o papel que a sociedade lhe reservou. E, uma vez internalizada, a representação da boa mãe despertava o sentimento de culpa por não ter conseguido educar os filhos e filhas como deveria.

O que constituía uma boa mãe católica? Conforme os discursos veiculados, era a mãe abnegada, resignada, amorosa, pura. Era a mãe que, acima de tudo, se preocupava com a formação religiosa dos filhos e das filhas. Era a mãe que não deixava ao pároco essas funções, mas que aproveitava os primeiros lampejos de inteligência dos filhos, para ensinar os mandamentos da lei de Deus e da Igreja. A boa mãe era aquela que velava pelo bem-estar e se preocupava com o futuro dos filhos e das filhas, que adivinhava seus pesares e alegrias. Era aquela que partilhava a dor e a alegria, que confortava.

A mãe católica era uma mulher que deveria possuir vigor, disposição, poder de reflexão, ser simples, satisfazer-se com a felicidade daqueles que amava e se estremecer com o gemido de um filho. A mãe católica deveria colocar a família, os filhos e as filhas no centro de sua vida. Deveria reinar em seu lar. Só deixaria a casa para ir à Igreja e para os afazeres relativos ao bom exercício dos seus papéis familiares.

Ser uma boa mãe católica era ter sensibilidade diante das diferentes idades da vida. Era saber expressar o conselho e a postura correta para cada idade. Na primeira infância, momento de formação do caráter, deveria saber ser enérgica. Durante a adolescência deveria ter compreensão para com a independência do filho, não se tornando ciumenta. Depois do

casamento do filho, deveria ser discreta, confiar nos cônjuges e não dar conselho ao filho para que se contrapusesse ao cônjuge. Devia amar a ambos.¹²⁷⁷

Ademais, em um contexto em que Igreja Católica objetivava re-cristianizar as famílias e defendê-las contra os males modernos, para ser uma boa mãe, as mulheres deveriam combater veementemente o comunismo, o espiritismo, o protestantismo, o mau cinema, a má imprensa, os maus livros, as más revistas e as más companhias.¹²⁷⁸ Isto porque, na concepção da Igreja, eram males que ameaçavam a família e a formação das novas gerações.

Nesse sentido, importa ressaltar que, como no modelo católico de mulher, as mulheres desempenhavam um papel central na família, o embate da Igreja contra a secularização, a difusão de outras crenças e de ideologias políticas, tinha nas mulheres uma das bases. As mulheres eram consideradas armas, através das quais se buscava conter a proliferação do comunismo, do espiritismo, do protestantismo e a degradação moral desencadeada pelos produtos maléficis da indústria cultural.

Em um mundo que se configurava sob o impacto da indústria cultural, em que o cinema, as revistas, os livros veiculavam representações de mundo e de gênero, a Igreja Católica percebia que estava perdendo espaço e procurava usar as mulheres no seio da família, para se contrapor ao que considerava danoso à formação feminina e masculina.

Isto implicava, por sua vez, uma re-significação do papel de mãe, na medida em que seu exercício se ampliava, passando a englobar a defesa da família contra aqueles que a Igreja considerava os opositores da religião católica.

O delineamento da boa mãe católica expressava a ansiedade dos membros da Igreja diante das transformações porque passava a vida das mulheres, nas décadas de 1940 e 1950. Era constante a percepção de que as mulheres já não eram mais as mesmas, que as mães contemporâneas se distanciaram das mães de outrora. Argumentava-se que as mães contemporâneas não estariam desempenhando a contento a sua missão divina. As mães estariam se descuidando da formação do caráter das filhas e dos filhos. Estariam facultando ao

¹²⁷⁷ AS IDADES do amor materno. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 42, p. 33, 22 out. 1950.

¹²⁷⁸ MOVIMENTO familiar cristão. *O Dominical*; REVISTAS e jornais que nenhum católico pode ler. *O Dominical*, Teresina, ano 17, n. 52/53, p. 3, 25 dez. 1953; BRANDÃO, Ascânio (Mons.). Açougues do pudor. *O Dominical*, Teresina, ano 17, n. 37/53, p. 4, 13 set. 1953; CARTA aberta à mãe brasileira. *O Dominical*, Teresina, ano 20, n. 8/56, p. 4, 19 fev. 1956; COLÉGIOS não católicos. *O Dominical*, Teresina, ano 17, n. 5/53, p. 4, 1 fev. 1953; NEGROMONTE, Álvaro (Pe.). Máquinas de corrupção da infância. *O Dominical*, Teresina, ano 16, n. 29, p. 4, 27 jul. 1952; BARROMEU, Carlos (Pe.). O pudor. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 22, 4 jun. 1950. Página feminina, p. 3; TRINDADE, Maria da. Mães de hoje. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 38, p. 3, 24 set. 1950. Página feminina, p. 3; MENSAGEM das mulheres russas às mulheres de todo o mundo. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 18, 7 maio 1950. Página feminina, p. 3. Do jornal “Santuário de S. Francisco”, de 15/03/1950; UM LAR MODERNO. *O Dominical*, Teresina, ano 15, n. 3, p. 6, 21 jan. 1951. Transcrito. PAIS!.. Cuidem dos filhos. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 14, n. 34, p. 5, 27 ago. 1950..

cinema a formação das crianças. Além disso, não estariam observando seus filhos e filhas, não se preocupando com as suas companhias. Advertia-se essas mães, consideradas cristãs, apenas no título, de que deveriam desempenhar o seu papel de anjo do lar, pois seria “junto à mãe que os filhos devem aprender sua educação moral”.¹²⁷⁹ Isso permite indicar que o discurso católico era alvo de consumo cultural.¹²⁸⁰

Condenava-se, também, o que a Igreja considerava o pecado da restrição do número de filhos e filhas. Segundo os discursos proferidos, as mães contemporâneas estariam controlando a natalidade, desrespeitando a função do matrimônio – gerar e criar filhos e filhas. A essas mulheres, a Igreja lembrava que essa prática era um pecado, que o controle da natalidade era aceitável apenas através da abstinência. Embora se admitisse que as mulheres enfrentassem grandes dificuldades para exercer o papel de mãe, que a rotina era extenuante e exigia sacrifícios e abnegação. Essas dificuldades eram consideradas, inclusive, um dos elementos que tornava sedutor o controle da natalidade.¹²⁸¹

É válido lembrar que se trata de um tempo de alta taxa de natalidade em parte das famílias, mesmo no âmbito da classe média e da alta. Na dinâmica cotidiana, muitas mulheres estavam sujeitas a altas taxas de natalidade, de mortalidade infantil, bem como de morte materna em decorrência do parto. A respeito das dificuldades encontradas pelas mães, lê-se

Nas grandes cidades acham-se as mães de família sobrecarregadas com as dificuldades de uma vida que se tornou muito dura... pela falta de auxiliares, pelas filas, pelos preços crescentes e a maior parte das vezes em desacordo com os seus recursos.

Ouçamos a opinião de uma.

Hoje em dia uma Mãe cristã média, com muitos filhos, dificilmente é essa figura saltitante, risonha, contente, dos filmes otimistas. No fundo, a vida é lhes uma grande canseira....¹²⁸²

Diante dessa percepção, o discurso católico reforçava constantemente o significado da maternidade enquanto missão divina para convencer as mulheres a vivenciarem esse papel. Além disso, a referência à figura de Maria enquanto mãe de Deus e das cristãs e dos cristãos também objetivava fortalecer as mulheres, para que enfrentassem o seu difícil cotidiano. A esse respeito o seguinte texto é bastante expressivo:

¹²⁷⁹ TRINDADE, Maria da. Mães de hoje. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 38, 24 set. 1950. Página feminina, p. 3.

¹²⁸⁰ Sobre a noção de consumo cultural, ver CERTEAU, 2000.

¹²⁸¹ ÀS MÃES. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 20, 21 maio 1950. Página feminina, p. 3.

¹²⁸² AJUDA Familiar. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 44, 5 nov. 1950. Página feminina, p. 3.

Mãe... tu que és mãe, medita esta palavra,
 A mais divina!
 E saberás viver!
 E vencerás, é certo, esta rotina
 Que quer o teu élan à vida esmaecer...
 [...]
 Do amor na bela doação
 Haja em teu ser a doce ocupação
 Da alegria dos outros...
 Do bem-estar dos outros...
 É que certo sempre deve haver
 Muito mais alegria em dar que receber!... ¹²⁸³

A limitação da feminilidade à maternidade trazia, assim, como contrapartida a promessa de satisfação através da realização dos outros. Era através dos filhos, das filhas e do marido que a mulher deveria obter satisfação emocional. Sua vida deveria se desenvolver em função dos seus. Nesse sentido, conforme o ideário católico, a identidade e a vida feminina deveriam centrar-se nos filhos, nas filhas e no marido.

Pode-se dizer que os discursos que significavam a maternidade como missão divina visavam conter o alargamento dos interesses femininos, para além do casamento e da maternidade. Para parte das mulheres, casar e ter filhos eram, acima de tudo, obrigações e não um desejo. Para algumas, o desejo consistia no forjar de uma vida independente fora dos laços do casamento e da maternidade; para outras, em casar e não ter filhos ou ainda em decidir quantos filhos e filhas ter. Esses discursos visavam se contrapor aos anseios femininos de controlarem a concepção, diante de um quadro em que o controle de natalidade, à exceção da abstinência total ou periódica, era considerado pecado.

Um aspecto interessante desses discursos é que permitem perceber que as mulheres precisavam ser convencidas da beleza da maternidade. Isto demonstra que, a despeito de se ressaltar que a maternidade era a função natural da mulher, na verdade, era elaborada pela cultura, como já demonstrou Elisabeth Badinter.¹²⁸⁴ A retomada constante desses discursos expressa essa elaboração e o receio de que as mulheres descentrassem a identidade da maternidade e do casamento.

As críticas às mães também incidiam sobre outros comportamentos. Segundo discursos veiculados, muitas das mães contemporâneas, em vez de cuidar e educar os filhos e filhas conforme os valores católicos, na verdade, teriam se transformado em *bonecas de salões*. Seriam mães que, acima de tudo, desejavam divertir-se e suas principais virtudes estariam no fato de saberem enfeitar-se e agradar. Essas mães estariam seduzidas pela febre de gozos de

¹²⁸³ ÀS MÃES. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 20, 21 maio 1950. Página feminina, p. 3.

¹²⁸⁴ BADINTER, 1985.

prazeres que caracterizariam a modernidade. Nesse sentido, a ênfase na imagem de Maria, a divinização da maternidade, visava disciplinar aquelas mulheres que fugiam ao modelo de mãe que a Igreja Católica desejava instituir. O que indica, em leitura a contrapelo, outras maternidades possíveis.

O adensamento das atribuições maternas, conforme destacado, correspondeu ao delineamento de poderes sobre as crianças e os costumes. Responsável pela nutrição, cuidado, educação moral e religiosa, as mulheres-mães se tornaram as principais responsáveis pela disciplinarização das novas gerações. A mulher-mãe fora investida de um conjunto de funções civilizadoras, através das quais era possível exercer poder.

O poder exercido na conformação dos corpos e das novas subjetividades e o reconhecimento social de que eram alvo as mães contribuem para compreender porque muitas mulheres incorporaram a representação da mulher-mãe, subjetivando-se a partir da maternidade.

5.2 EM DEFESA DA CRIANÇA E DA PÁTRIA

No início do século XX, o feminismo maternalista na Europa e nos Estados Unidos exigia paralelamente a igualdade de direitos e o reconhecimento social da maternidade. Segundo Gisela Bock, a partir do final do século XIX, a luta das mulheres por direitos sociais e políticos esteve intimamente ligada à questão da proteção social. Antes da Primeira Guerra Mundial e, depois dela, a maior parte das reformas sociais tinha por intento o trabalhador, em detrimento das mulheres e das crianças, então alvos principais da ajuda aos pobres. As feministas de classe média que ingressavam nos movimentos feministas passaram a investigar a pobreza feminina e a se preocupar com a maternidade das mães solteiras, das esposas da classe operária, fossem elas empregadas ou não, das trabalhadoras das fábricas, bem como das viúvas pobres e das esposas abandonadas. Os movimentos centraram-se, então, mais do que antes, nos interesses das mulheres dos segmentos populares e na pobreza feminina. Partindo da preocupação com a maternidade das mulheres pobres, a reflexão das feministas que integravam essa corrente extrapolou para a maternidade em si, definindo-a como condição que unificava as mulheres. Da reivindicação dos direitos das mães pobres, os movimentos maternalistas passaram a reivindicar o direito de todas as mães. E, assim, “iniciaram, criaram

ou pelo menos influenciaram as reformas dos sistemas de protecção social [...], notadamente as que dizem respeito às mães e à maternidade”.¹²⁸⁵

No Brasil, o feminismo de Bertha Lutz e de suas companheiras, organizado na Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), afinado com as propostas mais inovadoras na época, no que tange ao trabalho feminino e à maternidade como fonte de direitos, pôs em discussão a problemática da maternidade, no conjunto de uma reflexão sobre a emancipação feminina. A defesa da maternidade e da infância situava-se no âmbito de um projeto mais amplo, no qual se buscava a emancipação feminina mediante o estabelecimento de iguais condições de acesso à educação e ao trabalho. Nos estatutos da FBPF, criada em 1922, o principal objetivo era promover a educação feminina, enquanto a proteção materno-infantil era o segundo.¹²⁸⁶

As ideias de Bertha Lutz abriram novos caminhos, no que diz respeito à liberdade econômica da mulher, como também visavam à instauração do Estado do Bem-Estar Social, conforme demonstra Rachel Soihet. Mediante a ação da FBPF, na Constituição de 1934 foram introduzidas a licença-maternidade de três meses com direito ao salário integral, a participação preferencialmente de mulheres na direção e administração de programas de assistência social (materno-infantil, trabalho feminino e organização do lar), bem como a exigência de apoio e proteção às mães e às crianças, em todos os níveis de governo, através de garantias legais e instituição de serviços especializados.¹²⁸⁷

Dentre as sugestões de Bertha Lutz que não foram incorporadas à Constituição estava a proposta de substituição dos ministérios por departamentos, dentre os quais o da *Maternidade, Infância e Lar* e também a proposta de reconhecimento da maternidade como fonte dos direitos de seguro maternal e pátrio poder.¹²⁸⁸ Com relação ao pátrio poder, grande foi a resistência à inovação proposta por Bertha, pois somente o novo Código Civil de 2002 estabeleceu a igualdade de posições entre o homem e a mulher nessa esfera.¹²⁸⁹

O trabalho da FBPF também se orientou no sentido de assegurar os direitos previstos na Constituição de 1934. As convenções realizadas nos anos de 1934 e 1936 reforçaram a necessidade de um programa que visasse consolidar e ampliar as conquistas previstas na lei. Nesse sentido, em 1936, a FBPF reivindicou que o governo criasse um Estatuto da Mulher.¹²⁹⁰ No mesmo ano, Bertha Lutz tomou posse como deputada federal e assumiu a presidência da

¹²⁸⁵ BOCK, 1995, v. 5, p. 436.

¹²⁸⁶ SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. p. 34.

¹²⁸⁷ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 189.

¹²⁸⁸ SOIHET, 2006, p. 67-69.

¹²⁸⁹ *Ibid.*, p. 71.

¹²⁹⁰ BESSE, 1991, p. 190.

Comissão Especial do Congresso para o Estatuto da Mulher. Seria do encargo desta Comissão regulamentar os dispositivos constitucionais relativos à proteção da maternidade e da infância, assegurando garantias à mulher enquanto mãe.¹²⁹¹

No anteprojeto que coube a Bertha Lutz realizar, para a referida Comissão, criava o Departamento da Mulher, que trataria dos assuntos referentes ao trabalho feminino, ao lar, à assistência social à mulher, à infância e à maternidade e também à previdência social. No que diz respeito à exigência de reforma da legislação ordinária pré-constitucional em virtude de a Constituição de 1934 contemplar igualdade entre homens e mulheres, seria estabelecido o Estatuto da Mulher.¹²⁹²

O Estatuto da Mulher não entrou em vigor, uma vez que o Congresso foi dissolvido, em 1937, antes de sua aprovação.¹²⁹³ As expectativas que as reivindicações da FBPF fossem considerada seriamente pelo Congresso foram frustradas. Com o golpe, que, em novembro de 1937, instaurou o Estado Novo, os canais, através dos quais, a FBPF exercia influência foram fechados e o movimento silenciado. Muitas das conquistas asseguradas pela Constituição de 1934 não foram implantadas, uma vez que a Constituição de 1937 retrocedeu quanto aos direitos das mulheres. No que diz respeito à proteção materno-infantil, não assegurava a presença feminina em programas públicos voltados para essa finalidade, nem obrigava o Estado a proteger a maternidade.¹²⁹⁴

Ocorreu, no Brasil, processo semelhante ao verificado em outras ditaduras, no período, em que “as reformas dos sistemas de proteção social centrados na maternidade foram muitas vezes considerados mais como uma proteção (paternalista) do que como direitos (maternalistas)”.¹²⁹⁵

A conotação paternalista que norteou as políticas sociais voltadas para a assistência materno-infantil foi expressa, por exemplo, na notícia acerca do decreto-lei n. 2024, que instituiu o primeiro programa de proteção materno-infantil, no Brasil, publicada no *Diário Oficial*, do Piauí, em Teresina. Na matéria, lê-se:

O decreto de proteção à maternidade, à infância e à adolescência traz para o país uma linda afirmação da inteligência de extraordinária lucidez, que guiou o Presidente do Brasil à sanção de sábias leis sociais, cheias [...] de fé nos destinos imutáveis da nacionalidade, de dignidade cristã e de bondade humanística.

¹²⁹¹ SOIHET, 2006, p. 64-66.

¹²⁹² Ibid., p. 71.

¹²⁹³ Ibid., p. 94.

¹²⁹⁴ BESSE, 1991, p. 189-193;

¹²⁹⁵ BOCK, 1995, v. 5, p. 438.

Criar para as mães e para as crianças favoráveis condições de vida, que permita àquelas uma sadia maternidade e a estas regular desenvolvimento físico e intelectual, saúde, bem-estar, alegria eis o que se propõe, através do decreto-lei sancionado, o excelso estadista que, preso àqueles princípios de grandeza cristã, felicita o Brasil.¹²⁹⁶

Durante a ditadura Vargas (1937-1945), a assistência à infância alçou a condição de problema nacional. Associando-se a noção de infância à de pátria e de raça, o futuro da pátria era então considerado como dependente do futuro da criança. Para que o Brasil se desenvolvesse, seria necessário resolver os problemas que afetavam à infância. No discurso dos médicos puericultores que compuseram o Departamento Nacional da Criança, órgão responsável pelo programa de assistência materno-infantil, era necessário defender a família, pois dela dependia a proteção da criança, futuro da pátria.¹²⁹⁷

O modelo de assistência proposto pelo Departamento Nacional da Criança (DNC) consistia, sobretudo, na criação de postos de puericultura, em que as mães deveriam receber instruções médicas a partir da gravidez, e no acompanhamento infantil à fase escolar. Quando nessa fase, meninos e meninas deveriam ser encaminhados à Casa da Criança, que era escola sob orientação médica.¹²⁹⁸ A organização de um sistema de proteção materno-infantil, em Teresina, nas décadas de 1930 e 1940, foi tributário, da implantação desse modelo de assistência.

A criação do Departamento Nacional da Criança foi um ponto de chegada em relação aos embates entre as propostas em jogo, acerca da assistência materno-infantil, nos anos 1930. Em 1923, foi criada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a Inspetoria de Higiene no Departamento Nacional de Saúde Pública. Em 1934, sob o impacto do espaço adquirido por uma burocracia de médicos puericultores no interior do aparelho estatal, a Inspetoria foi transformada em Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, com a atribuição de iniciar um programa de proteção materno-infantil de caráter nacional. À época a burocracia médica instituiu um programa de assistência para todas as mães e crianças, que competia com as propostas do movimento feminista¹²⁹⁹, voltadas para a maternidade, que, conforme destacado, situava a assistência materno-infantil em rol mais amplo de demandas a favor da emancipação feminina. Para as feministas, a maternidade deveria ser fonte de direitos; para os médicos

¹²⁹⁶ PROTEÇÃO à maternidade, à infância e à adolescência. *Diário Oficial*, ano 10, n. 46, p. 1, 26 fev. 1940.

¹²⁹⁷ PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. *Políticas sociais e corporativismo no Brasil: o Departamento Nacional da Criança no Estado Novo*. 1992. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992. p.7.

¹²⁹⁸ PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 165-198, 1999.

¹²⁹⁹ A respeito da política estatal de proteção materno-infantil, dos debates e projetos que se delinearão nos anos 1930, ver PEREIRA, 1992, p.88-149.

puericultores, as mães deveriam ser assistidas e educadas em função da criança. Enquanto na primeira proposta, a centralidade era dada às mães; na segunda incidia sobre as crianças.

Em 1937, a Diretoria foi transformada em Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, o que implicou aumento da importância na hierarquia burocrática. A esperança de instituir o Departamento da Mulher, previsto no Estatuto da Mulher, não se concretizou. As demandas feministas foram preteridas em favor do programa de assistência desenvolvido pelos médicos puericultores inseridos no aparelho do estatal. A proposta vencedora foi a que deu ensejo à criação do Departamento Nacional da Criança.

O Estado Novo reforçou o posicionamento da burocracia médica. Em 1940, a Divisão foi transformada no Departamento Nacional da Criança, diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde (MES). Adquirindo fundo próprio, o Departamento deu início a uma política nacional de proteção materno-infantil, embasada na divisão de atribuições entre o Estado e a sociedade, através da qual a mãe seria assistida em função da criança.¹³⁰⁰

Ao abordar problemas da infância e delinear políticas de proteção materno-infantil, o DNC defendia a necessidade de educação das mães e produzia um conjunto de práticas e discursos que atuavam no redimensionamento do papel de mãe, ampliando-o. Além da educação, a vida e a saúde de filhos e filhas eram consideradas dependentes da mãe.

Em Teresina, a discussão acerca dos problemas que afetavam a infância, especialmente, a questão da alimentação e sua relação com a mortalidade infantil, punham a vivência da maternidade e a formação maternal em debate. Médicos que atuavam na cidade, difundindo noção corrente entre os pediatras e puericultores, atribuíam o alto índice de mortalidade infantil, em grande medida à ignorância das mães. Os conhecimentos passados de mãe para filha, bem como aqueles adquiridos com mulheres mais velhas que detinham saberes populares sobre alimentação e criação da prole, eram considerados errôneos ou insuficientes.¹³⁰¹ Urgia pôr em prática “a imensa tarefa de educação higiênica”, formando as mães, para que transformassem suas práticas no que diz respeito à prole e, assim corroborassem, para que filhos e filhas crescessem saudáveis e fortes.

Que a mãe fosse higienista e enfermeira, eis o desejo médico e a política que incidiu sobre a formação das mães, fossem abastadas ou pobres. Independente da condição social, as mães eram conclamadas a rever suas práticas e a incorporar a higiene e a puericultura na

¹³⁰⁰ PEREIRA, 1992.

¹³⁰¹ CLARK, 1947

criação dos filhos e das filhas. Embora, certamente, as formas de apropriação desse ideal divergissem face ao lugar social.

Práticas modernas de criação de filhos e filhas foram sendo divulgadas através da escolarização via Escola Normal, da intervenção de enfermeiras visitadoras nos lares, do trabalho das enfermeiras diplomadas, da orientação médica no momento de consultas, da divulgação de informações pela imprensa, pelo rádio, em periódicos femininos, em palestras, e também mediante realização de cursos específicos. Através de diferentes canais, delineava-se uma pedagogia da maternidade que primava pela incorporação da higiene e da puericultura, na maternagem.

A cadeira de Higiene¹³⁰² fazia parte do currículo da Escola Normal Oficial, desde 1910.¹³⁰³ No currículo em vigor, a partir de março de 1932, no terceiro ano, as alunas da instituição deveriam estudar noções de higiene e de puericultura.¹³⁰⁴ Através dessa modalidade de escolarização, que constituía a trajetória escolar regular das moças dos segmentos mais abastados, elas entravam em contato com uma forma de saber considerada imprescindível, tanto à profissão de professora quanto ao exercício do papel de mãe.

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a difusão desses saberes resultou em grande medida do desenvolvimento de políticas de saúde pública e da organização de um sistema de proteção materno-infantil, desdobramento, na cidade, da política nacional de assistência à maternidade e à infância. Foi no âmbito desses processos que se iniciou a medicalização do parto e a aliança entre mães e médicos, em torno da conservação da saúde da criança.

A organização do serviço de saúde pública no Piauí teve início em 1920. Em 1921, foi criado o Posto Sanitário, sob a chefia do Dr. Crisipo Aguiar. Com o auxílio de um pequeno laboratório, iniciou-se o combate ao impaludismo e à verminose. O serviço de profilaxia à lepra e às doenças venéreas teve início em 1º de julho de 1923, quando o Estado firmou convênio com o governo federal. Mediante decreto n. 1053, de 30 de junho de 1929, a Diretoria de Saúde foi anexada ao Serviço de Saneamento Rural. No ano seguinte, os

¹³⁰² OLÍMPIO, Matias. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922. p. 61.

¹³⁰³ O médico Manoel Sotero Vaz da Silveira foi nomeado em 24 de julho de 1918 para ministrar a cadeira de Noções de História Natural e de Higiene. Ver OLÍMPIO, 1922, p. 179.

¹³⁰⁴ O programa de higiene abrangia a importância social da higiene, a higiene escolar, a saúde e a doença, as condições higiênicas do prédio escolar e da sala de aula, higiene física e intelectual, higiene dos(as) professores(as), instrução médica dos(as) alunos(as), professores(as) e do pessoal administrativo, luta contra a tuberculose, o alcoolismo e principais endemias do Piauí, e serviço de assistência médico-dentário dos escolares. Por sua vez, o programa de puericultura previa o estudo da importância social desse saber, natalidade e mortalidade infantil, higiene do recém-nascido, suas particularidade anatômicas e fisiológicas, alimentação, vacinação, desenvolvimento corporal na primeira infância, jogos infantis, recreativos e ginásticos, subalimentação e degeneração física e mental, evolução intelectual na primeira infância, disciplina na primeira infância e hábitos higiênicos, escolas maternais, jardins de infância e idade escolar. Ver ESCOLA Normal Oficial. *Diário Oficial*, Teresina, ano II, n. 63, p.3-4, 8 mar. 1932

serviços de Saneamento Rural e do Dispensário de Doenças Venéreas e Lepra foram extintos. Em 17 de outubro do mesmo ano foi instituído o serviço de Assistência Médica.¹³⁰⁵

Constatado o grande número de crianças acometidas de tracoma, em 12 de abril de 1930 foi instituído no Grupo Escolar José Lopes, o Posto Escolar Abreu Fialho, com o objetivo de atender exclusivamente os/as escolares.¹³⁰⁶

Em 1931, foi dada nova organização aos serviços de saúde pública no Estado. A Diretoria de Saúde Pública do Piauí passou a agregar os serviços prestados à população, subdividindo-se nas inspetorias de demografia, polícia sanitária e educação, de saneamento rural, de higiene escolar e de doenças venéreas e lepra. A primeira era responsável por inspecionar a higiene das habitações e pela profilaxia rural; a segunda e a terceira eram responsáveis pela profilaxia do impaludismo, da verminose, da tuberculose e do tracoma, pela inspeção e propaganda sanitária e pela visita aos escolares e a quarta pelo combate à lepra e às doenças venéreas.¹³⁰⁷ Nesse ano, assumiu a função de diretor da Diretoria de Saúde Pública o médico Francisco Freire de Andrade.¹³⁰⁸

A assistência hospitalar compunha-se, então, de quatro clínicas: médica, cirúrgica, obstétrica e de doenças mentais, as três primeiras a cargo da Santa Casa de Misericórdia e a última do Asilo dos Alienados.¹³⁰⁹ Não havia um serviço específico de proteção à infância e à maternidade. A intervenção pública sobre a infância ocorria mediante a ação das inspetorias acima mencionadas. Quanto à assistência médica à maternidade, na gestão de Landri Sales, como fruto do chamado aos interventores em prol da proteção materno-infantil, na mensagem de Natal, proferida por Vargas, em 1932, foi instalada uma enfermaria obstétrica, sob os cuidados do Dr. João Emílio Falcão, na Santa Casa de Misericórdia.¹³¹⁰

Nessa enfermaria eram atendidos, especialmente, casos complexos, uma vez que, nas primeiras décadas do século XX, os partos eram realizados em casa, por parteiras. Em geral, eram encaminhadas à Santa Casa de Misericórdia mulheres pobres e aquelas cujo parto apresentava complicações. Nessa última possibilidade, o parto era confiado ao médico, que,

¹³⁰⁵ CONDIÇÕES sanitárias, organização hospitalar e serviços de saúde no Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano II, n. 272, p. 1 e 4, 7 dez. 1932

¹³⁰⁶ MENSAGEM apresentada à Câmara Legislativa. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXXIX, n. 115, p. 5-6, 1 jun. 1930.

¹³⁰⁷ CONDIÇÕES sanitárias, organização hospitalar e serviços de saúde no Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano II, n. 272, p. 1 e 4, 7 dez. 1932.

¹³⁰⁸ EXPOSIÇÃO apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório [...]. *Diário Oficial*, Teresina, ano II, n. 61, p.1-3, 12 mar. 1932.

¹³⁰⁹ EXPOSIÇÃO apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório [...]. *Diário Oficial*, Teresina, ano II, n. 61, p.1-3, 12 mar. 1932.

¹³¹⁰ MARTINS, Ursulino de Sousa; PAZ, Renato Ferreira. História da maternidade São Vicente. In: SANTOS JÚNIOR, 2003, p. 127-130; LIMA, Olavo Correia. Semana da criança. *Diário Oficial*, Teresina, n. 125, p. 8, 12. out. 1943.

dependendo da necessidade praticava o parto fórcepe. O pioneiro nesse tipo de procedimento foi o médico Anfrísio Lobão Veras.¹³¹¹

No final dos anos 1920, realizou-se o primeiro parto cesariano na Santa Casa de Misericórdia. Segundo Humberto Guimarães, os obstetras João Emílio Falcão Costa e Antonio Maria Resende Correia, “juntos, na Santa Casa, realizam um parto à cesariana ao tempo em que também o faz outro médico piauiense radicado no Rio de Janeiro, por aqui de passagem, José Furtado Beleza, marcando assim, os três, o pioneirismo no Piauí, nessa intervenção para um parto de barriga aberta”.¹³¹²

Segundo os obstetras Ursulino Veloso de Sousa Martins e Renato Ferreira Paz, nos anos 1930, a intervenção obstétrica mais comum

era o fórceps e as versões por manobras internas, sob anestesia geral com éter ou clorofórmio. As mortalidades fetal e materna eram elevadas, principalmente a fetal, em virtude do medo de fazer-se uma cesariana, pelas infecções puerperais graves, quando não se contava com medicamentos indicados para tais situações [...]¹³¹³

A cidade não tinha maternidade. Havia o desejo da sociedade civil e a intenção do poder público de instituir no futuro um serviço dessa natureza.¹³¹⁴ Nos estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, publicados no *Diário Oficial* em 4 de fevereiro de 1932, estabelecia-se a criação de um Conselho Protetor de Mães pobres, cujo objetivo era concorrer para a fundação e posterior incremento da maternidade de Teresina. A Santa Casa previa contar com a solidariedade e o trabalho feminino na composição de recursos para a construção da maternidade, pois o conselho deveria ser composto por senhoras e senhoritas da elite local, eleitas pelo Conselho Administrativo. Além de contribuição mensal, as senhoras e senhoritas deveriam organizar quermesses, leilões, dias da flor, concertos musicais e outras festas, bem como angariar esmolas para a maternidade. E, mensalmente, deveriam recolher à Santa Casa de Misericórdia o valor angariado.¹³¹⁵

Na verdade, a Santa Casa não inovava quanto à forma de captação de recursos, uma vez que, no Brasil, foi comum o apelo ao trabalho voluntário feminino, para a manutenção de

¹³¹¹ GUIMARÃES, Humberto. História da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. In: SANTOS JÚNIOR, 2003, p.80.

¹³¹² Ibid., p.80.

¹³¹³ MARTINS; PAZ, 2003, p. 127.

¹³¹⁴ EXPOSIÇÃO apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório [...]. *Diário Oficial*, Teresina, ano II, n. 61, p.1-3, 12 mar. 1932.

¹³¹⁵ ESTATUTOS da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. *Diário Oficial*, Teresina, ano II, n. 30, p.10, 4 fev. 1932.

obras médico-sociais. As primeiras maternidades foram instituídas, no Brasil, no final do século XIX. Muitas delas foram criadas e mantidas por associações filantrópicas dirigidas por mulheres, conforme destaca Maria Lúcia Mott.¹³¹⁶ O trabalho filantrópico das mulheres, por exemplo, foi fundamental à construção e manutenção da maternidade Hilda Brandão, criada, em 1916, na cidade de Belo Horizonte.¹³¹⁷

Experiência pioneira na assistência materno-infantil coube à cidade de Parnaíba. Fruto da ação filantrópica, em 16 de janeiro de 1935,¹³¹⁸ o empresário Roland Jacob, com o intuito de homenagear a memória de sua esposa Suzanne Jacob, morta em 1933, instalou na referida cidade um lactário. Oficialmente, instituído em 16 de fevereiro de 1938, o Lactário Suzanne Jacob posteriormente passou a denominar-se Posto de Puericultura Suzanne Jacob.¹³¹⁹

O Lactário foi organizado e construído sob a orientação do Dr. Mirocles Veras. Quando de sua inauguração em 1938, dispunha de um ambulatório de higiene infantil, no qual atuavam o pediatra Equililérico Nogueira e enfermeiras diplomadas. E além do fornecimento de alimentação gratuita a certo número de lactentes, as mães recebiam “ensinamentos práticos de dietética”.¹³²⁰

No início das atividades do Lactário, conforme Marc Theophile Jacob,

[...] dava-se leite preparado em pequenas mamadeiras, cerca de seis para cada criança, feitas com leite em Pó Nestogeno, para algumas crianças, leite de gado para outras, mucilagem de arroz, tudo de acordo com prescrições de uma especialista em alimentação infantil que acompanhava o preparo dos alimentos, a higienização das mamadeiras, o peso das crianças e sua evolução, o que resultava em um trabalho muito grande que precisava começar muito cedo.¹³²¹

Em 1949, o então Posto de Puericultura Suzanne Jacob fornecia alimentação para 167 crianças e 120 lactantes. O serviço médico e dietético continuava a cargo do Dr. Equililérico Nogueira. Trabalhavam ainda na instituição uma diretora, duas auxiliares, duas serventes e

¹³¹⁶ MOTT, Maria Lúcia. Atendimento ao parto em São Paulo: o serviço obstétrico domiciliar. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. *Políticas e poéticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 113-123.

¹³¹⁷ MARQUES, Rita de Cássia. A maternidade Hilda Brandão de Belo Horizonte: medicina e caridade. *Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 157-172, 2. Sem. 2005.

¹³¹⁸ POSTO de Puericultura Suzanne Jacob. *Jornal de Notícias*, Teresina, ano 1, n. 19, p. 3, 2 jul. 1950.

¹³¹⁹ APRENDA defender seu filho: o Lactário Suzanne Jacob de Parnaíba. *Diário Oficial*, n. 34, p. 9, 12 fev. 1938.

¹³²⁰ APRENDA defender seu filho: o Lactário Suzanne Jacob de Parnaíba. *Diário Oficial*, n. 34, p. 9, 12 fev. 1938.

¹³²¹ JACOB, Marc Theophile. A pequena e brava família Jacob. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Gente de longe*. Teresina: Halley, 2006. p. 313.

uma visitadora. Roland Gabriel Jacob, Ivan Pessoa Martins e Luís Barros de Sousa compunham a diretoria do Posto.¹³²²

Quando da instalação do Lactário Suzanne Jacob, em Parnaíba, a Sociedade Piauiense de Medicina e Cirurgia, ao mesmo tempo em que se regozijava pela benemérita iniciativa de Roland Jacob, incitava os segmentos mais abastados de Teresina a agir de forma semelhante. Na matéria, lê-se:

Cada um pode, desde que medite sobre o alcance de tão elevado empreendimento, contribuir para a obra de incalculáveis benefícios: organização de serviço de higiene infantil. Ninguém se negará a dar um pouco de alimento às crianças que não o recebem suficientemente, expondo-se, deste modo, a toda sorte de doenças, tais como a tuberculose e outras, na certeza de que praticará ato profundamente humano e essencialmente meritório. [...] Parnaíba deu formidável impulso à campanha que se desdobra pelo Brasil no sentido de bem alimentar a criança. Pioneira do movimento no Piauí, compreendeu a magnitude do problema e o materializou com a fundação do lactário. E a iniciativa particular, no caso, começou o movimento que precisa ser continuado e avolumado – tudo indica – pela boa vontade dos que se interessam particularmente pelo bem da criança. Acresce que, em moldes muito mais modestos é possível, também aqui, levar-se a feito uma organização, que compense a falha de que nos ressentimos atualmente.¹³²³

Contudo, em Teresina, a vanguarda na implantação de serviços de assistência materno-infantil é do poder público. A assistência à infância e à maternidade foi, sobretudo, tributária da institucionalização da saúde pública na cidade e das políticas instituídas pelo Departamento Nacional da Criança. A partir de 1942, com a instalação da Legião Brasileira de Assistência, no Estado, a instituição também passou a atuar na assistência materno-infantil.

No final dos anos 1930, como desdobramento das políticas sociais de saúde desenvolvidas pelo governo Vargas, conformaram-se ações em prol da proteção da maternidade e da infância, em Teresina. Em 1934, o Departamento Nacional de Saúde (DNS) estabeleceu o modelo de centros de saúde na administração sanitária brasileira.¹³²⁴ No Piauí, em 1938, na interventoria do médico Leônidas de Castro Melo, foi criado o Centro de Saúde de Teresina, que incorporou o recém-instituído Serviço da Criança,¹³²⁵ também nascido no referido ano. Os serviços de pré-natal e de higiene da criança eram então prestados pelo

¹³²² POSTO de Puericultura Suzanne Jacob. *Jornal de Notícias*, Teresina, ano 1, n. 19, p. 3, 2 jul. 1950.

¹³²³ APRENDA defender seu filho: o Lactário Suzanne Jacob de Parnaíba. *Diário Oficial*, n. 34, p. 9, 12 fev. 1938.

¹³²⁴ CAMPOS, 2006, p. 237.

¹³²⁵ LIMA, Olavo Correia. Semana da criança. *Diário Oficial*, Teresina, n. 125, p. 8, 12. out. 1943.

Centro de Saúde de Teresina.¹³²⁶ Em 1939, no serviço de higiene infantil foram matriculados 716 infantes e 1.139 pré-escolares, bem como realizadas 7.124 consultas.¹³²⁷ Conforme relatório apresentado pelo interventor Leônidas Melo, em 1942, o serviço pré-natal atendeu 20.160 gestantes.¹³²⁸

André Luiz Vieira de Campos em estudo sobre o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), entre 1942 e 1960, argumenta que os centros de saúde “cumpriram um importante papel na consolidação do espaço público no Brasil, ao colocar, muitas vezes pela primeira vez, as populações rurais em contato com os representantes da autoridade estatal.”¹³²⁹ No que diz respeito à maternidade, a implantação de centros de saúde, no Piauí, foi uma das condições de difusão de noções de higiene e de puericultura, bem como de assistência e intervenção médica.

Constituindo um elo entre as mães e o centro de saúde, as visitadoras sanitárias, cujo papel era enaltecido desde os anos 1920 pelos puericultores,¹³³⁰ tiveram um papel importante na conformação das práticas das mães. Através do decreto n. 169, de 15 de março de 1939 foi instituído o primeiro curso de visitadoras de saúde pública. Como intermediárias entre o médico e a população, sua função principal era auxiliar a prática da medicina preventiva. A visitadora sanitária deveria ensinar noções de higiene infantil, de higiene escolar, de tuberculose, de doenças venéreas e contagiosas, bem como fiscalizar as condições higiênicas habitacionais e a efetivação das prescrições médicas pelas mães. Quando da instalação do curso, lembrava o Dr. Celso Caldas às futuras alunas que

Cabe ainda à visitadora de Saúde Pública o contato íntimo e amistoso com as famílias residentes em sua zona de ação. E aí é que terão dever e obrigação de acompanhar o desenvolvimento das criancinhas proporcionando às mães ensinamentos no terreno da dietética infantil, cuidados individuais, asseio corporal e medidas gerais e especiais de higiene. A preconização do aleitamento materno, não será decerto por elas esquecido. As gestantes serão encaminhadas aos consultórios de higiene Pré-Natal onde devem ser matriculadas e acompanhadas periodicamente durante a gestação até que seja terminado pelo período puerperal, ficando daí, por diante, o recém-nato sob vigilância da visitadora.

Os escolares serão, igualmente vigiados pelas visitadoras, e logo encaminhados aos serviços: dentário, olhos, nariz, ouvidos, garganta, dispensários, etc., se para isto houver necessidade.

¹³²⁶ DISCURSO pronunciado pelo Dr. Vaz da Silveira. *Diário Oficial*. Teresina, ano XI-53º da República, n.98, p.5, 6 maio 1941.

¹³²⁷ GOVERNO do Estado. Departamento de Saúde do Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 30, p. 2, 7 fev. 1940.

¹³²⁸ RELATÓRIO apresentando ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D. D. Presidente da República. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 153, p. 5-20, 14 dez. 1943.

¹³²⁹ CAMPOS, 2006, p. 238.

¹³³⁰ MARTINS, A., 2005, p.52.

[...] Os nascimentos terão um registro especial e cuidadoso, ficando, ainda, a visitadora responsável pelo comparecimento periódico das parteiras e curiosas, aos consultórios de Higiene Pré-Natal, onde receberão ensinamentos especializados.¹³³¹

Finalizado o curso, a partir do mês de setembro de 1939, as visitadoras passaram a integrar o serviço público de saúde.¹³³² No restante do referido ano, matricularam 41 gestantes no serviço pré-natal e 130 crianças no serviço de higiene infantil, além de 57 pessoas no serviço de tuberculose, 1 no serviço de lepra e 17, no de tracoma.¹³³³ Em 1942, as visitadoras cadastraram 451 gestantes no serviço pré-natal e 1.027 crianças no serviço de higiene infantil.¹³³⁴

Nos anos de 1942 e 1943, o Departamento de Saúde, com o objetivo de ampliar o quadro de visitadoras na capital e no interior, instalou novos cursos, o que se concretizou em 1943, teve duração de nove meses, nos quais foram ministradas as seguintes disciplinas: anatomia e fisiologia, parasitologia, patologia geral, higiene geral, pré-natal, infantil, pré-escolar e escolar, otorrino-oftalmologia, doenças transmissíveis, ética e organização.¹³³⁵

O curso foi frequentado também por professoras primárias. O então diretor de Ensino, o médico Vaz da Silveira, que já havia exercido a função de diretor do Departamento de Saúde, corroborando com as demandas do referido departamento, autorizou que as professoras primárias do quadro do Estado frequentassem o curso, com as vantagens a que faziam jus. Objetivava-se que as professoras primárias promovessem a educação sanitária entre alunos e alunas.¹³³⁶

Em 1936, o interventor Leônidas Melo iniciava a construção do Hospital Getúlio Vargas, que alteraria o panorama da saúde pública do Estado, na década de 1940, ao oferecer serviços nas diversas clínicas médicas, à exceção das neurocirúrgicas e psiquiatria.¹³³⁷ Inaugurado em 1941, e equipado por um ambulatório de pediatria, uma seção de hospital infantil e uma seção de maternidade,¹³³⁸ o HGV possibilitou a ampliação da assistência e da intervenção médica sobre a maternidade. A clínica obstétrica estava sob a chefia de João

¹³³¹ A INSTALAÇÃO do curso de enfermeiras visitadoras. *Diário Oficial*, Teresina, ano 9, n. 71, p. 1-2, 27 mar. 1939.

¹³³² AS VISITADORAS. *Vanguarda*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 8, 7 set. 1939.

¹³³³ GOVERNO do Estado. Departamento de Saúde do Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 30, p. 2, 7 fev. 1940.

¹³³⁴ RELATÓRIO apresentando ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D. D. Presidente da República. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 153, p. 5-20, 14 dez. 1943.

¹³³⁵ CURSO de visitadoras do Departamento de Saúde Pública. *Diário Oficial*, Teresina, ano XIII, n. 35, 3 mar. 1943.

¹³³⁶ CURSOS de visitadoras e de auxiliares de laboratório. *Diário Oficial*, Teresina, ano XIII, n. 41, p. 1, 17 mar. 1943.

¹³³⁷ MARTINS; PAZ, 2003, p. 128.

¹³³⁸ LIMA, Olavo Correia. Semana da criança. *Diário Oficial*, Teresina, n. 125, p. 8, 12. out. 1943.

Emílio Falcão Costa, que era assistido por Ursulino Veloso de Sousa Martins. Em 1943, a clínica passou a contar com mais um assistente, Renato Ferreira Paz. A partir de então, quando indicados, partos à cesariana passaram a ser mais frequentes, uma vez que os médicos já contavam com uma terapêutica mais eficiente, em razão do advento da penicilina.¹³³⁹

Ocupando quase toda a parte frontal do primeiro andar do hospital, a clínica compunha-se de duas enfermarias, uma sala de parto, uma sala para parturientes infectadas e de quatro apartamentos para pacientes pagantes.¹³⁴⁰ Apesar do funcionamento do Hospital, até meados dos anos 1950 o atendimento ao parto era feito, sobretudo, em domicílio e a maioria das mulheres era assistida por parteiras leigas.¹³⁴¹

Com relação às parteiras, a difusão da higiene e da puericultura possibilitou que práticas tradicionais e modernas se aliassem. Desde os anos 1920, além das parteiras leigas, havia também a assistência ao parto por parteiras diplomadas. Em 6 de dezembro de 1927, Maria José dos Santos, parteira diplomada, anunciava seus serviços no jornal *A Imprensa*, nos seguintes termos:

ENFERMEIRA E PARTEIRA – diplomada pela escola de Enfermagem e partos do Instituto de Assistência à infância da capital do Maranhão. Com longa prática na maternidade ‘Benedito Leite’, oferece serviços de sua profissão, a qualquer hora do dia e da noite.
Aceita chamada para o interior.
Residência – Rua Senador Pacheco, 4 – 30.¹³⁴²

A parteira Anália Silva Rios, encarregada do Lactário Suzanne Jacob, em Parnaíba, assim oferecia os serviços, em 1938:

Parteira na maternidade Dr. João da Rocha Moreira com grande prática em partos e puericultura, exercendo seus serviços na Capital do Ceará e ultimamente no Posto de Saúde Pública de Sobral como assistente e auxiliar dos Dispensários Sífilis Dietética, podem as dignas senhoras MÃES procurá-la do mês em diante, a fim de receber conselhos e exames necessários ao estado interessante e sobre os cuidados e alimentação de seu bebê.
Achando-se registrado seu Diploma nesta cidade, atenderá no desempenho de sua profissão a qualquer hora e localidades vizinhas com e sem condução própria.
Preços competentes – Rua Riachuelo n. 5.¹³⁴³

¹³³⁹ MARTINS; PAZ, 2003, p. 128.

¹³⁴⁰ Ibid., p. 128.

¹³⁴¹ Ibid., p. 129.

¹³⁴² SANTOS, Maria José Santos. Enfermeira e parteira. *A Imprensa*, Teresina, ano 3, n. 326, p. 4, 6 dez. 1927.

¹³⁴³ PARTEIRA. Almanaque da Parnaíba, Parnaíba, p. 330, 1939.

Em 1942, 15 curiosas, como eram chamadas as parteiras, compareceram ao serviço de higiene da criança para receber orientações médicas.¹³⁴⁴

A possibilidade de aliar práticas tradicionais e modernas não era peculiar às cidades de Parnaíba e Teresina. Em estudo já referido, André Luiz Vieira de Campos mostra que o SESP desenvolveu um projeto de modernização da saúde pública no Brasil, sustentado na qualificação de pessoal de saúde, na educação sanitária, na construção de uma rede integrada de unidades de saúde e na expansão dessa rede pelos departamentos estaduais de saúde. Inspiradas no modelo norte-americano, essas estratégias quando aplicadas no Brasil foram adaptadas à cultura brasileira, como mostra o caso revelador das parteiras.¹³⁴⁵ Embora fossem consideradas

‘mulheres ignorantes’ por grande parte dos médicos e enfermeiras graduadas, as ‘curiosas’ eram respeitadas nas suas comunidades e não podiam, simplesmente, ser ignoradas. Ao invés de excluí-las das tradicionais funções que desempenhavam, restrições eram relaxadas e alianças foram costuradas.¹³⁴⁶

Em Teresina, o prestígio e o trabalho das parteiras atravessam a primeira metade do século XX. A assistência médica ao parto e sua transferência para o espaço hospitalar foi se processando lentamente. O costume prevalecia sobre a desqualificação das parteiras, que já despontava no início dos anos 1920. A esse respeito, em suas memórias Lili Castelo Branco, conta:

Foi no sétimo mês de gravidez que fui visitar a tia Cota. Ela era uma das parentas que eu mais procurava. Ao correr das conversas, contei-lhe como fora o meu parto no Rio de Janeiro, o que sofri da enfermeira. Ela, muita sensata amiga, aconselhou-me:

- Olha, Lili, não queiras médico para te assistir, não há como uma boa parteira. Aqui perto conheço uma que já ‘aprou’ milhares de crianças em Teresina, não chega para quem quer. Se tu quiseres eu a mando lá, contratas com ela tudo... E olha, a Donana está só, ela poderá ficar contigo uns quinze dias, não gostas tanto dela?

[...]

Quando falei a meu marido ele disse:

- Se tia Donana vier ficar contigo será ótimo, ninguém de maior confiança, quanto a parteira não vou aceitar, tia Cota é mulher do tempo antigo, hoje não se usa mais tal gente, um parto, tu já o tiveste, não é brincadeira, ninguém deve facilitar...

Mas fiz questão absoluta e chamei a parteira que tia Cota me indicou. [...]

¹³⁴⁴ RELATÓRIO apresentando ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D. D. Presidente da República. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 153, p. 5-20, 14 dez. 1943.

¹³⁴⁵ CAMPOS, 2006. p. 222.

¹³⁴⁶ *Ibid.*, p.230.

Foi à tarde, quase seis horas, que a mulata gorda, simpática, chegou. Preparou-me, desinfetou a bacia para lavar a criança, tudo enfim. Heitor fumava no escritório, contrafeito, atento ao que fosse preciso, mal-humorado com a parteira. Às oito horas nasceu meu filho Cláudio. O parto mais feliz dos três que eu tive.¹³⁴⁷

As parteiras contavam com a confiança das parturientes e das mulheres da família. Nos anos 1920, a arte de partejar era exercida, predominantemente, por elas. Os médicos principiavam as atividades, nesse campo, vencendo a resistência das mulheres, que tinham pudor em expor seu corpo. Leônidas de Castro Melo, formado em medicina, em 1920, em suas memórias lembra o parto de sua cunhada Nina e indica essa resistência. Em suas palavras:

A mulher do meu irmão Otávio, Nina, estava grávida e esperava descansar por todo o mês de março. Muita gente pedira-lhe que ‘segurasse o menino até passar a festa’. Véspera à tarde ainda assistiu minha chegada, mas apenas terminaram os discursos, senti sinais de parto e tive de retirar-se. Não era o primeiro filho e a velha Margarida, a parteira, já experimentada e conhecida de toda a cidade, desde dia 1º passara a dormir em casa de Otávio, pois os partos de Nina aconteciam sempre à noite. Otávio foi chamado do baile. Minha cunhada, por natural acanhamento, comum nas senhoras piauienses, sobretudo a esse tempo, opôs-se a que meu irmão me chamasse. A velha Margarida lhe assegurara que tudo ia bem e o menino nasceria em paz. Mas o tempo passava e o menino não nascia. Foi precisamente à hora em que se realizava o banquete que a velha parteira desanimou e disse a meu irmão que o menino não podia nascer ‘porque estava morto’. Otávio correu à minha procura, entrou em nossa casa chorando alto, alarmado, dizendo que a mulher ia morrer. Acalmei-o. Pedi que o banquete continuasse mas me fosse dada a permissão para ir assistir à cunhada[...].¹³⁴⁸

Em casa de Otávio eu e meu pai fomos recebidos pela parteira que apenas nos viu foi dizendo:

- Não sei porque o menino não pode nascer, doutor. Nunca vi coisa assim. Já ta até saindo uma coisa preta (fezes da criança) em vez de sangue. Acho que o menino morreu, coitadinho!

Nada respondi, entrei e examinei minha cunhada, vi que a criança vinha em apresentação anormal, útero já cansado, contrações fracas. Imediatamente apliquei uma injeção de pituitrina, pratiquei massagens externas. Rapidamente as contrações se tornaram fortes, a criança nasceu.¹³⁴⁹

O pudor e a resistência feminina eram vencidos em casos complexos. O sucesso do médico, nesses casos, favorecia sua aceitação e a formação de uma clientela. Para Leônidas Melo, o êxito na assistência à cunhada oportunizou outros chamados.

¹³⁴⁷ CASTELO BRANCO, Lili. *Fases do meu passado*. Teresina: [s.n.], 1983. p. 93-94

¹³⁴⁸ MELO, 1976, p. 189.

¹³⁴⁹ *Ibid.*, p. 191.

Talvez pelo êxito que obtive no parto de minha cunhada, muito comentado na cidade, tive, durante os dias que passei em Barras, mais dois chamados para parturientes, casos, aliás, bem mais complicados: um, aborto, com grande hemorragia e retenção de placenta na esposa de Domingos de Pádua Fortes; outro, na esposa de Polidoro Veloso. Deus ajudou e em ambos também fui feliz.¹³⁵⁰

[...] certa vez fui chamado a Campo-Maior, pelo Sr. Ivan Pacheco, irmão do senador Sigefredo Pacheco, que estava com a esposa em perigo de vida, caso de parto. Graças a Deus, salvei-a. À hora de regressar para Teresina fui procurado pelo Sr. Lula Miranda que receava pela vida de uma filha que estava também em penoso trabalho de parto. Deus me ajudou e salvei também a parturiente.¹³⁵¹

Importa destacar também que, no início dos anos 1920, poucos eram os médicos que trabalhavam, em Teresina. Segundo Leônidas Melo, havia à época dez médicos, na cidade, dos quais apenas cinco exerciam a profissão. Tratava-se de João Virgílio, Benjamim Batista, Freire de Andrade, Anfrísio Lobão e João Emílio Falcão. Anfrísio Lobão era chamado apenas para partos. João Emílio também era parteiro.¹³⁵²

No início dos anos 1930, cresceu o número de médicos na cidade. Conforme a Diretoria de Saúde Pública, havia em todo o Estado 41 profissionais habilitados para o exercício da profissão de médico. Dentre os quais, 20 trabalhavam, em Teresina.¹³⁵³

Em 1937, o acompanhamento da mulher, a partir do início da gestação, era, sobretudo, um desejo médico. Dr. Antonio de M. Correa, buscando divulgar informações que pudessem atuar em favor da diminuição da mortalidade infantil e materna na cidade, acentuava:

O primeiro cuidado que uma senhora grávida deve ter é procurar o médico. Da falta de assistência médica durante a gravidez resultam frequentemente perigos quer para a vida, quer para a saúde tanto da mãe como do filho.¹³⁵⁴

À época, o acompanhamento da mulher, durante a gestação, ia se difundindo dentre os segmentos mais elevados, mas não era ainda uma prática consolidada. A partir de 1938, com a instalação de um serviço pré-natal no Centro de Saúde, o serviço público de assistência médica a partir do início da gestação foi sendo implantado, na cidade.

Quando o Hospital Getúlio Vargas começou a funcionar, abrindo espaço para o parto hospitalar, o medo das mulheres diante da possibilidade de parto no Hospital era comum.¹³⁵⁵

¹³⁵⁰ MELO, 1976, p. 191.

¹³⁵¹ Ibid., p. 195.

¹³⁵² Ibid., p. 195.

¹³⁵³ DIRETORIA de Saúde Pública. *Diário Oficial*, Teresina, ano 4, n. 3, 4 jan. 1934.

¹³⁵⁴ CORREIA, Antônio M. Aprenda a defender seu filho: conselhos indispensáveis às senhoras grávidas. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 275, p. 7, 11 dez. 1937.

Até então casos complicados eram encaminhados à Santa Casa de Misericórdia. Isso certamente favorecia a associação entre parto hospitalar e morte da parturiente.

Em Belo Horizonte, a despeito da instalação da maternidade Hilda Brandão, em 1916, a experiência de medicalização do parto não se firmou imediatamente. A maternidade atendia, sobretudo, mulheres pobres, pois havia resistências por parte das mulheres mais abastadas ao parto hospitalar. Conforme Rita de Cássia Marques, ele era “considerado indigno, típico de mulheres ‘vadias’, que, por não contarem com o apoio da família, tinham seus filhos pelas mãos de estranhos, numa maternidade”. Até a década de 1940, as parteiras e o parto domiciliar foram constantes, na cidade, acrescenta a autora.¹³⁵⁶

Mesmo em São Paulo, cuja recorrência de partos dessa natureza era mais ampla, acentua Maria Lúcia Mott que, até o final dos anos 1930, raramente o parto hospitalar era desejado pelas mulheres.¹³⁵⁷ Conforme a autora, entre o final dos anos 1930 e o começo dos anos 1940, os médicos recomendavam que o parto em domicílio fosse evitado, quando possível. Passava-se a primar pela internação das gestantes em maternidades. E o parto por muito tempo considerado um processo fisiológico para o qual o organismo feminino estava preparado, tornava-se “potencialmente perigoso, de caráter essencialmente médico”.¹³⁵⁸

O crescimento da demanda por parto hospitalar, no decorrer das décadas de 1940 e 1950, em Teresina, sugere que essa forma de perceber o parto estava se difundindo na cidade.¹³⁵⁹ Ainda que o caráter “potencialmente perigoso” atribuído ao parto não decorresse apenas da ressignificação operada pela intervenção médica. A relação entre parto e perigo dizia respeito também ao fato de ser comum a morte da mãe ou da criança, quando do parto ou decorrência dele.

Permeava a gravidez, o medo da morte e a lembrança de parentas e de conhecidas que haviam sido ceifadas, em trabalho de parto. O medo da morte em face do parto era vivenciado por parturientes, maridos, pais, mães, filhos, filhas, bem como parentes e parentas.¹³⁶⁰ A esse respeito, eis trecho da entrevista de Raimundo Nonato Monteiro de

¹³⁵⁵ NOGUEIRA, Lídy Tolstenko. *A trajetória da enfermagem moderna no Piauí: 1937-1977*. 1996. Tese (Doutorado em Enfermagem), Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. p. 82.

¹³⁵⁶ MARQUES, 2005.

¹³⁵⁷ MOTT, 2004, p. 116.

¹³⁵⁸ Ibid., p. 116.

¹³⁵⁹ MARTINS; PAZ, 2003, p. 128.

¹³⁶⁰ MELO, 1976; CASTELO BRANCO, L., 1983, ALBUQUERQUE, Maria. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007, SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007, OLIVEIRA, 2007; SILVA, Henriqueta Pinheiro da. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

Santana, acerca do nascimento de seu primeiro filho, no início dos anos 1950, na cidade de Campo Maior:

O primeiro nasceu em Campo Maior. Foi uma tragédia! Porque o médico dela eu não encontrei! Para você sentir a ignorância, no dia em que Magnólia sentiu muitas dores, eu saí atrás do doutor Antônio. Era um médico velho, solteirão, mas era competente, um sujeito que era Deputado Federal e conseguiu... Esse médico era competente, solteiro. Embora solteiro, mas era o médico da minha mulher. Pois bem, e quem foi na hora H? [...] Aí eu fui atrás de um médico que era uma cavalgada, como médico! Não sabia nada! O sujeito quase matava minha mulher e meu filho... e a mim! Só vou lhe contar a cena final. Cinco horas da manhã eu saí, fui chorar! Debaixo, lá no fundo do quintal tinha um pé de tamarindo, lá em casa, eu chorei muito ali. Trouxe essa moça! Olha o raciocínio da gente! Os pais dela me confiaram, trago para cá, vai... E no primeiro filho vai morrer! Aí voltei! Quando vou entrar, ele vai saindo do quarto que ele tava lá. E chegou: pois é, pois é, está difícil! Não sei, não sei! Acho que sua mulher está perdendo o menino. Acho que o menino está morto! Aí! Eu perdi as estribeiras! [...] Eu só vou lhe dizer o seguinte... Partir pra ele! Aí foi que ele: - com todo respeito, sou médico! Arregaçou as mangas! Vá lá em casa chamar minha mulher que é enfermeira! Porque esse bandido não disse antes! Eu saí correndo feito louco. A mulher veio, por certo, foi quem praticamente fez o parto, ajudada por minha cunhada, que tem 91 anos, hoje, está velhinha lá em Campo Maior e tudo. Quando o menino nasceu, nem chorou! Pegou assim... Eu me lembro bem... porque eu peguei, segurei a mão dela por trás, porque eu não me permitia ver nada de minha mulher. Por trás aqui e ela botou mesmo... só depois que eu vi.[...] Eu estava presente, mas não presenciei nada. Não! Todo tempo eu estava lá. Aí ela mordeu aqui e até que o menino veio. [...] Eu estava segurando ela por trás. Ela agarrada em mim aqui e com os dentes agarrada aqui [no peito], mas eu não sentia aquilo! Eu estava fora de mim, eu não sentia, sofria tudo aquilo! E então foi uma coisa horrível! Meu filho mais velho quase morreu! [...] E jogou lá o menino. Aí a minha cunhada disse – eu não ouvi, depois ela me contou – Dr. o senhor não vai dar uma injeção nesse menino? Não! Está morto! Está morto! Isso eu ouvi. O menino está morto! Está morto! Minha mulher devia ter ouvido também, já pensou a dor dela? Aí a Do Carmo pegou assim o menino e bateu umas palmadinhas. Aí ele esboçou um choro! Morto coisa nenhuma, doutor! O senhor providencie...! Aí a mulher dele... Ele nem aplicou. Quem aplicou foi a Do Carmo e a mulher dele. Aí o bichinho chorou! Senão tinha morrido! Se minha cunhada não tivesse lá e a mulher dele, o meu primeiro filho tinha morrido!¹³⁶¹

Nos anos 1950, ainda que assistência médica não significasse, necessariamente, sucesso no parto, como é possível inferir a partir do depoimento acima referido, essa assistência havia sido incorporada, sobretudo, nos segmentos mais elevados.

No início desses anos, a despeito do parto domiciliar continuar recorrente, o parto hospitalar já era uma prática experienciada por parte das parturientes. Yara Vilarinho, por exemplo,

¹³⁶¹ SANTANA, 2007.

durante os anos 1950, teve oito filhos, dos quais dois nasceram em casa e seis, na maternidade. A esse respeito, conta a entrevistada:

o primeiro filho eu entendi de ter um em casa, mas a criança estava atravessada, eu quase morria. Mas ainda tive dois em casa, tinha aquelas parteiras, a gente chamava, mas já tinha a maternidade, não era a de hoje, Evangelina Rosa, era mais simples. Tinham boas parteiras, também.¹³⁶²

No início dos anos 1950, a clínica obstétrica do Hospital Getúlio Vargas encontrava-se aquém da demanda. Ampliar a quantidade de leitos era uma das metas da LBA, no que diz respeito à assistência à maternidade, no Estado, no início de 1954. Conforme o obstetra Renato Paz, a procura por essa forma de atendimento tornava necessário a implantação de uma maternidade na cidade. É nessa conjuntura que, em 1954, o governo estadual instalou a primeira maternidade, a São Vicente, então com capacidade para 110 pacientes. Em decorrência da demanda, o número de internações era superior ao número de leitos.¹³⁶³

Sobretudo após a instalação da maternidade São Vicente, reforçou-se a assistência médica à maternidade e a medicalização do parto. Com a implantação da maternidade, ampliou-se o quadro de obstetras que assistiam às parturientes. Em 1943, três médicos prestavam atendimento na clínica obstétrica do HGV. A partir de 1945, quando João Emílio Falcão Costa eleito deputado estadual, afastou-se da clínica, esta esteve nas mãos dos médicos Ursulino Martins e Renato Paz. Na maternidade São Vicente, diante da crescente demanda, foram contratados os obstetras Gerson Mourão, José Pires de Oliveira, Aristides Almeida, José Ramos, Olavo Mendes e Teresinha Cordeiro. Em decorrência do aumento do número de parturientes, oriundas de Teresina e das cidades do interior do Piauí, do Maranhão e do Ceará, o prédio em que funcionava a maternidade foi ampliado, bem como o corpo clínico, que foi acrescido de 20 médicos, dos quais duas mulheres.¹³⁶⁴

Na assistência materno-infantil, o poder público contou com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, sob a mobilização da Segunda Guerra Mundial. Instituída a Comissão Central Estadual (CCE) da LBA esta passou a focar também a proteção materno-infantil, adotando as políticas desenvolvidas pelo Departamento Nacional da Criança.¹³⁶⁵

Na Semana da Criança, em 1943, a CCE formou, no dia 10 de outubro, a primeira diretoria da Comissão Central de Proteção e Amparo à Criança. A comissão compunha-se de

¹³⁶² OLIVEIRA, 2007.

¹³⁶³ MARTINS; PAZ, 2003, p. 127-130.

¹³⁶⁴ Ibid., p. 129.

¹³⁶⁵ SEMANA da Criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 125, p. 1-2, 12 out. 1943.

médicos de grande importância política e destaque social. O interventor, Leônidas Melo, era o presidente de honra; o prefeito de Teresina, Lindolfo do Rego Monteiro, presidente; Dr. Olavo Correia Lima, vice-presidente; Dr. Antônio Noronha de Almeida, 1º secretário; Dr. Helvídio Aguiar Ferraz, 2º secretário; Dr. Gerardo Vasconcelos, orador; Dr. Agenor Barbosa de Almeida, Dr. Francisco Almeida e Dr. Cândido Silva, diretores.¹³⁶⁶

Através do Decreto Lei n. 690, sancionado em 1º de julho de 1943, Leônidas Melo criou a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, anexa ao Instituto de Assistência Hospitalar do Piauí.¹³⁶⁷ No mesmo ano, nas comemorações da Semana da Criança, a LBA, no Piauí, sob a presidência de Maria do Carmo de Castro Melo, inaugurou a Casa da Criança. Em primeiro de dezembro de 1943, iniciaram-se na instituição os serviços do ambulatório de pediatria e puericultura e de creche. A Casa da Criança passou a compor-se, então, de um serviço de triagem, ambulatório de pediatria e puericultura, creche, lactário, jardim de infância e serviços auxiliares.¹³⁶⁸

Uma vez em contato com a instituição, a criança era examinada e medicada, enquanto as mães recebiam orientações dietéticas e conselhos higiênicos. Feita triagem, encaminhavam-se as crianças para os serviços oferecidos.¹³⁶⁹ A creche era o primeira implantada na cidade e deveria atender aos filhos e filhas das operárias, das lavadeiras e das cozinheiras. A expectativa era a de que as crianças passassem o dia inteiro na creche, recebendo alimentação e educação “sob rigoroso controle científico”. O lactário, igualmente pioneiro em Teresina, atendia 250 crianças, diariamente.¹³⁷⁰

Visitadoras de saúde compunham o quadro da instituição e eram responsáveis pela fiscalização social das crianças atendidas, observando, em seus lares, se as prescrições do ambulatório de pediatria e puericultura eram postas em prática pelas mães.¹³⁷¹

Embora o programa de proteção materno-infantil desenvolvido pelo Departamento Nacional da Criança fosse proposto para mães e crianças, independente da condição social,¹³⁷² a Casa da Criança atendia às crianças pobres. O trabalho desenvolvido pela instituição visava proporcionar assistência e conforto material e moral.¹³⁷³

¹³⁶⁶ SEMANA da Criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 125, p. 1-2, 12 out. 1943.

¹³⁶⁷ ATOS do Poder Executivo. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 85, p. 5, 3 jul. 1943.

¹³⁶⁸ CASA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 148, p. 12, 2 dez. 1943.

¹³⁶⁹ CASA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 148, p. 12, 2 dez. 1943.

¹³⁷⁰ CASA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 148, p. 12, 2 dez. 1943.

¹³⁷¹ CASA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 148, p. 12, 2 dez. 1943.

¹³⁷² PEREIRA, 1999.

¹³⁷³ LEGIÃO Brasileira de Assistência: Casa da Criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 14, n. 35, p. 1, 23 mar. 1944.

Em 1943, estavam sendo criadas condições para que a assistência materno-infantil se ampliasse nas cidades do interior do Estado. Conforme relatório apresentado pelo interventor estavam sendo construídos, nas cidades de Campo Maior e Barras, dois prédios para a instalação de postos de higiene. Em Campo Maior deveria funcionar no posto “um serviço de polícia sanitária, um laboratório e cozinha dietética”.¹³⁷⁴ Nas cidades de União, Pedro II, São João do Piauí, Bom Jesus, Piracuruca, Oeiras, Campo Maior, Porto Alegre, Picos, Valença e José de Freitas, as delegacias de saúde haviam sido transformadas em postos de puericultura.¹³⁷⁵

Após a queda do Estado Novo, a política de assistência materno-infantil implantada por Leônidas de Castro Melo teve continuidade. Em 2 de setembro de 1946, através do Decreto Lei n. 1307, foi instituído o Serviço de Assistência à Maternidade e a Infância (SAMI), diretamente subordinado ao Poder Executivo Estadual. Sua função era coordenar, controlar, fiscalizar e dirigir as atividades de assistência à maternidade, infância e adolescência no Estado.¹³⁷⁶ Em 1951, no mês de janeiro, a pediatra Rosa Amélia Tajra, a primeira piauiense a se formar em medicina, assumiu a diretoria do SAMI.¹³⁷⁷

Embora dependesse financeiramente do governo estadual, o SAMI, em 1952, mantinha dois postos de distribuição de leite em pó, recebido regularmente do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI). Beneficiando, assim, centenas de crianças. Com o auxílio do Departamento Nacional da Criança, adquirira, no período, uma camionete para serviços do Posto Volante de Puericultura, que atendia às crianças pobres residentes nos bairros mais distantes de Teresina.¹³⁷⁸

Em 1953, estavam funcionando postos de puericultura em outras cidades do Estado. Além do Posto Suzanne Jacob, em Parnaíba, pioneiro na assistência materno-infantil no Piauí, assistiam a mães e crianças o Posto de Puericultura da Sociedade Dr. Manoel Rodrigues e a Associação de Proteção à Infância Oeirense, em Oeiras; o Posto de Puericultura José Camilo da Silveira, em Floriano; o Lactário do Posto de Higiene Leônidas Melo, em Campo Maior e o Posto de Puericultura Marechal Pires Ferreira, em Barras. Esses postos à época eram subsidiados pela LBA, segundo matéria veiculada no *Jornal do Piauí*, em 1954.¹³⁷⁹

¹³⁷⁴ RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D.D. Presidente da República pelo interventor federal do Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. *Diário Oficial*, Teresina, ano XIII, n. 153, p. 5-20, 14 dez. 1943.

¹³⁷⁵ INTERVENTOR Leônidas Melo. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 63, p. 1-5, 7 maio 1943.

¹³⁷⁶ SERVIÇO de Assistência à Maternidade e à infância. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 327, 1952.

¹³⁷⁷ FRANÇA, 2003, p. 34.

¹³⁷⁸ SERVIÇO de Assistência à Maternidade e à infância. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 327, 1952.

¹³⁷⁹ A LEGIÃO Brasileira de Assistência no Piauí. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 226, p. 11, 1 jan. 1954.

A assistência materno-infantil que começou a ser implantada durante o Estado Novo contou com o apoio da sociedade civil. Situando a questão da assistência médica e social da criança como problema nacional, nessa conjuntura, o Departamento Nacional da Criança procurou mobilizar a sociedade em prol da defesa da infância. Em Teresina, o *Diário Oficial*, reproduzia as exortações do DNC, em que conclamava a população a compor o movimento pela assistência à infância.

Em outubro de 1943, divulgando a campanha daquele ano cujo tema era a criança abandonada, o *Diário Oficial* colocou em circulação o seguinte apelo:

O Departamento Nacional da Criança vem, ainda uma vez, convidar a população inteira do país a tomar parte neste movimento que não é só dever patriótico, mas também de humanidade e de comiseração pelos que sofrem.

[...]

Um caloroso apelo às principais autoridades, ao clero, aos médicos, aos juristas, às professoras, à população em geral, terá por certo em todo o país grande repercussão e trará resultados práticos consideráveis. É uma ocasião para renovarmos os nossos esforços em favor das crianças [...].

A obra gigantesca que temos diante de nós não pode depender somente da atividade oficial. É preciso que a iniciativa dos Governos receba o estímulo e a cooperação de todos, e especialmente das instituições particulares de proteção à infância, da classe médica, das escolas primárias, das sociedades vincentinas.¹³⁸⁰

Para que se delineasse uma rede de proteção materno-infantil, o Departamento apostava na articulação entre benemerência e ação oficial. Segundo Ana Paula Vosne Martins, esse modelo de política pública, implantada pelo governo federal a partir da década de 1940, inspirou-se na experiência da Liga Baiana Contra a Mortalidade Infantil, instituída em Salvador, em 1923, que, aliando benemerência e poderes públicos, logrou êxito na proteção materno-infantil, na cidade.¹³⁸¹

Essa parceria ideal era especialmente difundida nas comemorações da Semana da Criança, no mês de outubro, na semana do dia 12, quando o órgão, elegendo um tema de trabalho, procurava mobilizar a sociedade civil e divulgar suas ideias.¹³⁸² Em 1942, o Departamento Nacional da Criança elegeu como tema a boa alimentação e a melhoria da assistência materna e infantil.¹³⁸³

As comemorações da Semana da Criança, em Teresina, mobilizavam a cidade. Amplamente divulgadas pela imprensa oficial e pelo rádio, essas jornadas pela infância

¹³⁸⁰ SEMANA da Criança: política nacional de amparo à infância e à adolescência. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 127, p. 1, 16 out. 1943.

¹³⁸¹ MARTINS, A., 2005.

¹³⁸² PEREIRA, 1999.

¹³⁸³ SEMANA da Criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 125, p. 1-2, 12 out. 1943.

contavam com a presença de autoridades, médicos, professores, professoras, alunos, alunas, mães e crianças.

Durante as solenidades, médicos, professores e professoras debatiam problemas que assolavam a infância e procuravam mobilizar a sociedade civil, para que corroborasse com a proteção materno-infantil. Esses profissionais valorizavam a aliança entre a mãe e o médico, no cuidado da criança, e também colocavam em circulação noções de higiene e de puericultura.

Na Semana da Criança de 1936, por exemplo, era ressaltada a importância da higiene e da puericultura, para que as mães dessem filhos fortes e saudáveis à pátria.¹³⁸⁴ Nesse ano, expunha-se também demanda da sociedade civil pela melhoria das condições da infância. O médico José Epifanio de Carvalho conclamava o governo a construir uma maternidade, bem como criar na Santa Casa de Misericórdia uma clínica pediátrica, com serviço de ambulatório e enfermaria para crianças. Ademais, ressaltava a necessidade de criação de uma associação de proteção à infância.¹³⁸⁵

Durante o Estado Novo, as jornadas em favor da infância eram oportunidades em que o interventor buscava reforçar o regime, ressaltando as ações empreendidas em defesa e proteção da infância. Apropriando-se de uma demanda social, a ênfase na proteção da infância era um dos elementos de legitimação do estado autoritário.¹³⁸⁶

Antes da instauração do Estado Novo, as referidas comemorações já se manifestavam no cotidiano da cidade. Sob a influência da Cruzada Pró-Infância, instituída a partir do diálogo entre Pérola Byington e Maria Antonieta Castro, em 1931, comemorou-se em Teresina a Semana da Criança. Programa, por sua vez, elaborado no ano anterior por Maria Antonieta Castro, com o intuito de mobilizar a opinião pública acerca dos problemas enfrentados pelas crianças, e oficializado, em 1939.¹³⁸⁷

Na Semana da Criança, em 1931, no dia 11 de outubro foi proferida palestra sobre o dia do lactante pelo Dr. Pires Gayoso e pela professora Eliza Silveira.¹³⁸⁸ Em 1943, ao abordar o problema da criança Martins Napoleão destacava que, desde 1932, seguindo os organizadores da Semana da Criança, principalmente nos meios médicos e educacionais, vinha-se focando em conferências e reuniões a questão da infância.¹³⁸⁹

¹³⁸⁴ SEMANA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 230, p. 12, 13 out. 1936.

¹³⁸⁵ PALESTRA feita pelo Dr. José Epifânio de Carvalho. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 240, p. 6-7, 24 out. 1936.

¹³⁸⁶ A CIDADE. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 94, p. 3, 5 jun. 1946.

¹³⁸⁷ ROCHA, H., 2005.

¹³⁸⁸ SEMANA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 1, n. 227, p. 4, 12 out. 1931.

¹³⁸⁹ NAPOLEÃO, Martins. A criança: problema básico. *Diário Oficial*, Teresina, n. 127, p. 3-6, 16 out. 1943.

As ações para conformar as práticas de criação de filhos e filhas às demandas médicas não se restringiam à campanha pela amamentação e vulgarização de noções de higiene e puericultura através da imprensa, do rádio e das revistas femininas, bem como às orientações no momento das consultas, uma vez que algumas palestras e cursos de puericultura foram ministrados.

Durante as comemorações da Semana da Criança médicos, professores e professoras proferiam palestras, que, em geral, eram publicadas no *Diário Oficial* e transmitidas pelo rádio. No dia 12 de outubro de 1943, por exemplo, o médico Sebastião Martins de Araújo Costa proferiu palestra sobre puericultura que foi transmitida por meios radiofônicos.¹³⁹⁰

O piauiense Aduino Resende, médico pediatra do Departamento Nacional da Criança, ao visitar o Piauí, recorrentemente, proferia palestras em sua cidade natal, Piri-piri, e em Teresina. Em março de 1944, quando ocupava o cargo de chefe do ambulatório do DNC, em missão desse Departamento, abordou problemas de assistência à infância em duas palestras, uma no salão nobre da Associação Piauiense de Medicina, no Hospital Getúlio Vargas, e outra no auditório do Ginásio Oficial do Piauí. Na oportunidade, foi instalada no Teatro 4 de Setembro uma exposição fotográfica relativa à especialidade de Aduino Resende, que segundo o *Diário Oficial*, estava obtendo êxito, pois “está sendo visitada e justamente admirada por numerosas famílias de nossa melhor sociedade”. Ainda segundo o *Diário*, nessa visita ao Piauí, era pretensão do médico percorrer as principais cidades do interior do Estado.¹³⁹¹

Em julho de 1940, foi fundada no Rio de Janeiro, sob patrocínio do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil, a Escola das Mãezinhas. O estabelecimento educacional visava preparar as moças para o exercício da maternidade.¹³⁹² Em Teresina, desde o currículo instituído em 1932, o curso normal da Escola Normal Oficial contemplava noções de higiene e puericultura. Contudo, na prática cotidiana, as mães, na perspectiva dos médicos, não dispunham dos conhecimentos considerados necessários. Dr. Olavo Correia Lima, constatando em sua prática cotidiana, que a puericultura era desconhecida nos lares piauienses, sensível aos problemas que cercavam a infância, no mês seguinte à criação da Escola das Mãezinhas, no Rio de Janeiro, resolveu ministrar, em Teresina, na Escola Normal, um curso de puericultura, denominado Escola de Mãezinhas.¹³⁹³ Em sua avaliação, não eram

¹³⁹⁰ SEMANA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. ____, p. __, 14 out. 1943.

¹³⁹¹ DR. ADAUTO Resende. *Diário Oficial*, Teresina, ano XIII, n. 46, p. 12, 29 mar. 1943.

¹³⁹² FUNDADA A ‘Escola das mãezinhas’. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 159, p. 7, 17 jul. 1940.

¹³⁹³ CURSO de puericultura na Escola Normal. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 181, p. 10, 12 ago. 1940.

apenas as mulheres pobres que eram carentes de formação maternal, mas as futuras mães, em geral.

Iniciativa então pioneira, o curso teve por público alvo as alunas da 5ª série da Escola Normal. A expectativa do Dr. Olavo Correia Lima era a de que as futuras professoras se tornassem mães higienistas e enfermeiras, exercendo, na prática cotidiana, como mãe e/ou professora, os ensinamentos recebidos.

Através de matéria publicada no *Diário Oficial*, em que há o registro dos discursos da aluna Maria Augusta Soares Bastos e de Olavo Correia Lima, quando do encerramento do curso, fico sabendo que a frequência excedeu as expectativas. Em seu discurso Maria Augusta interpretando os sentimentos das colegas, acentuou:

Foi com a mais viva satisfação e interesse que assistimos a vossas sábias preleções, as quais versavam sobre assuntos da mais elevada importância em relação à família, à sociedade e à pátria, problemas do qual depende o alevantamento da nação, saúde do povo e a grandeza de nosso país estremecido.¹³⁹⁴

O curso contemplou, em 14 pontos, a abordagem dos seguintes assuntos: o conceito de criança e de mãe; noções de anatomia e fisiologia da criança; as características do recém-nascido; os cuidados requeridos pelo recém-nascido; limites em relação ao carinho; o estado nutritivo; a alimentação natural (apojadura do leite, horário das mamadas, posição do lactente, sucção e acidentes, o leite materno como alimento ideal e o desmame); a artificial (o leite de vaca, os tipos de alimentação artificial, horários, vantagens e desvantagens); a mista e a mercenária (hipoalimentação e escolha da ama); a dieta hídrica e a “rigorosa observação das prescrições do pediatra”; a alimentação do pré-escolar e do escolar; conceitos de infecção, imunidade e temperatura; profilaxia das infecções, vacinas, endemias e epidemias, sífilis e tuberculose; assistência à mãe e à criança; medidas do governo brasileiro na proteção à maternidade e à infância; a mãe e a criança pobres; morbosidade e mortalidade; higiene pré-natal e a vida no ginásio. A prática de banhos, envoltórios, temperatura, vestuário, preparo dos alimentos, ginástica, compressas, sinapismos, injeções e lavagens purgantes também compunha o programa.¹³⁹⁵

Nos anos seguintes, Dr. Olavo Correia Lima deu continuidade à difusão da puericultura. Em 28 de março de 1943, o *Diário Oficial* noticiava o recomeço das aulas de Curso de

¹³⁹⁴ ESCOLA Normal. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 259, p. 6, 23 nov. 1940.

¹³⁹⁵ CURSO de puericultura na Escola Normal. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 181, p. 10, 12 ago. 1940.

Mãezinhas na Escola Normal. Na oportunidade, o redator da matéria destacava que o curso era exclusivamente prático e ministrado gratuitamente pelo médico.¹³⁹⁶

Quando aluna do curso científico no Liceu Piauiense em meados dos anos 1940, Yara Vilarinho também foi aluna de um desses cursos. Em meados dos anos 1950, já casada e mãe, a entrevistada, que é formada em Farmácia, exerceu importante papel na difusão de modernas práticas de criação de filhos e filhas. No Colégio das Irmãs passou a ministrar aulas de puericultura. Nessas aulas, ensinava a

cuidar de criança. Ensinava desde quando a criança nasce o que, o que se pode fazer. Ensinava a dar banho na criança, como deve educar a criança, como se fazer a alimentação, a roupa da criança, como deve... Hoje não se ensina mais nada disso! Como deve ser a roupa da criança, sapato, até para trocar de roupa, trocar uma fralda. Porque naquele tempo não tinha fralda como as de hoje. Fralda você fazia de pano e tinha que prender na criança com broche. Então muitas vezes acontecia acidente, a pessoa ia prender com o broche e furava a criança. Até isso a gente aprendia. Aprendia era isso! Pegava um boneco, um bebê bem grande, e levava para a sala de aula. Chegava lá ia dar banho para ensinar como não deixar cair água no ouvido. Era uma coisa maravilhosa, mas também eu gostava demais! Ali eu não preparava, eu já sabia de cor e salteado. [...] Aprendia a observar assim a primeira doença da criança, se ela tinha febre, se ela tinha uma tosse, uma gripe, uma coisa assim para levá-la logo ao médico.¹³⁹⁷

Em 1951, devido a permanência de alta taxa de mortalidade infantil no Piauí,¹³⁹⁸ o Departamento Nacional da Criança e o do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) patrocinaram um Curso de Treinamento de Auxiliares de Puericultura, sob a responsabilidade de Rosa Amélia Tajra. A médica ministrou as aulas teóricas, enquanto as práticas ficaram a cargo de Dulce da Silva Soares, que era auxiliar social diplomada pelo Departamento Nacional da Criança.¹³⁹⁹

O objetivo do curso era formar mulheres que pudessem atuar no combate à mortalidade infantil. Com esse intuito, foram selecionadas alunas das principais cidades do Estado,¹⁴⁰⁰ atingindo o público de 35 alunas, das quais 25 eram bolsistas.¹⁴⁰¹

No mesmo período, o Serviço Social da Indústria (SESI), através dos clubes de donas-de-casa, organizados por seu serviço social, vinha difundindo a puericultura dentre as esposas

¹³⁹⁶ ESCOLA de mãezinhas. *Diário Oficial*, Teresina, n. 72, p. 5, 28 maio 1943.

¹³⁹⁷ OLIVEIRA, 2007.

¹³⁹⁸ CURSO de auxiliares de Puericultura. *O Piauí*, Teresina, n. 704, p. 3, 2 jun. 1951.

¹³⁹⁹ CURSO de auxiliares de Puericultura. *O Piauí*, Teresina, n. 704, p. 3, 2 jun. 1951.

¹⁴⁰⁰ Havia alunas oriundas de Teresina, Parnaíba, Floriano, Piripiri, Piracuruca, Pedro II, Amarante, Campo Maior, Barras, Oeiras, Picos e Uruçuí.

¹⁴⁰¹ CURSO de auxiliares de Puericultura. *O Piauí*, Teresina, n. 704, p. 3, 2 jun. 1951.

dos associados.¹⁴⁰² Entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950 funcionaram os clubes “São Francisco”, no bairro Matadouro, “Nossa Senhora do Carmo”, na Vila Operária e no bairro Piçarra os clubes “Morvan Dias de Figueiredo” e “Prof. Geraldo de Paula”.¹⁴⁰³

Os clubes funcionavam sob orientação de duas auxiliares sociais e tinham por finalidade “despertar nas sócias, o espírito de iniciativa, responsabilidade e colaboração”, como também promover educação doméstica das esposas dos beneficiários, através de aulas teóricas e práticas de economia doméstica, arte culinária, horticultura, puericultura, higiene, noções de enfermagem, arte decorativa e formação moral. O curso tinha duração de 6 a 8 meses.¹⁴⁰⁴

Em termos de formação médica, nas primeiras décadas do século XX, os médicos que atuavam no Piauí eram generalistas e praticavam a cirurgia. É somente nos anos 1930, que começam a chegar os primeiros especialistas em obstetrícia, dentre os quais João Emílio Falcão Costa e Antonio Maria Resende Correia. Humberto Guimarães registra ainda a atuação, nesse período, de Lindolfo Monteiro, pediatra e provedor da Santa Casa de Misericórdia, a partir dos anos 1920.¹⁴⁰⁵

No início dos anos 1930, o Centro Médico do Piauí (CMP), agregando médicos que trabalhavam na cidade, discutia problemas de saúde pública e buscava fomentar o conhecimento na área médica. Nesse período foi recorrente a publicação no *Diário Oficial* de notas relativas às atividades do CMP. Em reunião datada de 2 de junho de 1930, foram discutidos os seguintes trabalhos: tratamento de constipação intestinal pelas correntes de alta frequência (Dr. Pires Gayoso); algumas contra-indicações em oculística (Dr. Epifânio Carvalho); irite aguda sífilica (Dr. Oséas Sampaio) e profilaxia e tratamento da coqueluche (Dr. Sebastião Martins).¹⁴⁰⁶ Em 31 de março de 1933, convidava os associados para a sessão de 2 de abril, com o intuito de discutirem um caso de febre tífica confirmada por exame laboratorial.¹⁴⁰⁷

No final da década, o estudo dos problemas específicos da criança foi uma preocupação da Sociedade de Medicina e Cirurgia, conforme atesta o conjunto de trabalhos publicados na imprensa entre o final de 1937 e o início de 1938, já referidos.

Em dezembro de 1938, foi criada a Associação Piauiense de Medicina (APM), que, dentre seus objetivos, contava o incentivo ao aperfeiçoamento do saber médico. Distinguindo-

¹⁴⁰² De março de 1949 a março de 1952, 1.555 era o número de famílias matriculadas na Seção de Serviço Social do SESI e 5.638 era o número de matrículas de beneficiários. SERVIÇO Social da Indústria. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 397, 1952.

¹⁴⁰³ SERVIÇO Social..., 1952, p. 398.

¹⁴⁰⁴ SERVIÇO Social..., 1952, p. 398.

¹⁴⁰⁵ GUIMARÃES, 2003, p. 80.

¹⁴⁰⁶ CENTRO médico do Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXXIX, n. 115, p. 26, 1. Jun. 1930.

¹⁴⁰⁷ CENTRO médico do Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano III, n. 74, p. 8, 31 mar. 1930.

se de outras experiências de associações de medicina em Teresina e em Parnaíba, que tiveram vida curta, a APM, de sua criação ao início dos anos 1950 funcionou regularmente. E, em intervalos irregulares, logrou a edição da Revista da Associação Piauiense de Medicina, no qual eram publicados trabalhos de médicos da terra.¹⁴⁰⁸

A associação aspirava manter os profissionais da área integrados à renovação dos conhecimentos médicos. Com esse intuito, buscou-se formar uma biblioteca especializada. Em 1950, sua biblioteca contava com “algumas centenas de volumes, em livros e obras especiais, além de copioso acervo de folhetos e periódicos”. APM. contou com o auxílio financeiro do Governo Federal e de “numerosas administrações municipais”. Em 4 de fevereiro de 1948, através da lei estadual n. 101, foi-lhe atribuída utilidade pública.¹⁴⁰⁹

O médico cirurgião Rocha Furtado, que clinicou em Teresina nas décadas de 1930 e 1940, acentua em suas memórias que, com a ajuda do Dr. Zenon Rocha, também cirurgião, criou em Teresina o Núcleo de Estudos Cirúrgicos (NEC). O objetivo do núcleo era manter os médicos atualizados. Assim, o NEP além da assinatura de revistas nacionais, mantinha assinaturas de importantes revistas estrangeiras: *Lancet*, *Presse Médicale*, *The American Journal of Obstetric and Gynecology*, *The Journal of the American Medical Association*, *Surgery and Gynecology and Obstetric*.¹⁴¹⁰

Operando no Hospital Getúlio Vargas, aos sábados, após a visita nas enfermarias, os médicos que compunham o NEP se reuniam para transmitir uns aos outros os resumos das revistas lidas durante a semana. “Eram reuniões altamente proveitosas”, segundo Rocha Furtado.¹⁴¹¹

Com a inauguração do Hospital Getúlio Vargas em 3 de maio de 1941, impuseram-se as especialidades, dentre as quais a pediatria. O atendimento às crianças até então realizado, sobretudo, por clínicos gerais, formados principalmente pela Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, passou a contar com especialistas em pediatria.

Antônio Noronha de Almeida (1905-1949) foi um dos primeiros médicos piauienses com especialização em pediatria. No início dos anos 1940, foi nomeado médico do Estado, para atender exclusivamente crianças e inaugurou a Clínica Pediátrica do Hospital Getúlio Vargas. O médico generalista Antônio Tito Castelo Branco também atendia crianças.¹⁴¹²

¹⁴⁰⁸ ASSOCIAÇÃO Piauiense de Medicina. *Almanaque Cariri*, Teresina, 1952, p.256.

¹⁴⁰⁹ ASSOCIAÇÃO..., 1952, p.256.

¹⁴¹⁰ FURTADO, José da Rocha. *Memórias e depoimentos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1990.p.29.

¹⁴¹¹ FURTADO, 1990.p.29.

¹⁴¹² MACEDO, Antonio. *História da pediatria*. In: SANTOS JÚNIOR, 2003, p. 278-79.

Quando Rosa Amélia Tjara retornou para Teresina, em 1944, a cidade contava com o atendimento de quatro pediatras. No mesmo ano, nomeada médica especialista do Departamento Estadual da Criança, integrou-se ao quadro.

Através do atendimento, os pediatras e a pediatra, bem como os médicos generalistas que trabalharam em Teresina nos anos 1940 e 1950 tiveram um papel importante na difusão de noções básicas de higiene e de puericultura. Em 1942, foram prestados 7.416 conselhos de higiene infantil e prescrições dietéticas.¹⁴¹³ Rosa Amélia Tjara, por exemplo, solicitava que as mães comparecessem ao serviço de saúde, para que recebessem instruções acerca da alimentação, da higiene e da vacinação infantil, na oportunidade, enfatizava a importância do leite materno. Conforme explica a médica,

Existia, nesta época, de certa forma, ainda a necessidade de campanhas que viessem a valorizar o leite materno. Muitas vezes chegavam mães trazendo seus filhos com história de que o alimentavam com o ‘gomoso’, que era uma mistura de farinha de goma com açúcar. [...] Por falta de orientações, ou por problemas econômicos, essas mães traziam seus filhos com quadros graves de desnutrição.¹⁴¹⁴

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferecia aos associados assistência médica em ambulatório e no domicílio. Dentre as unidades oferecidas às usuárias, constavam os consultórios pré-natal, pediátrico e de puericultura. O primeiro destinava-se “à assistência médica, educacional e social da gestante, durante todo o período da gestação”. Neste consultório, além do acompanhamento da gravidez, eram “ministrados às mães os ensinamentos sobre preceitos e práticas fundamentais de Higiene Pré-Natal”.¹⁴¹⁵

No consultório de puericultura, procurava-se trabalhar com medicina preventiva. Assim, o médico, a enfermeira e a auxiliar social que trabalhavam nesse consultório buscavam estimular a “a prática das vacinações preventivas ao lado de um trabalho educativo”.¹⁴¹⁶ Entre março de 1949 e março de 1952, dentre as atividades do serviço médico destacam-se 112 atendimentos relativos a conselhos higiênicos; 181 conselhos dietéticos e 31 palestras educativas.¹⁴¹⁷

Anne Marie Sohn, estudando os papéis femininos no período entre as duas guerras na França e na Inglaterra, argumenta que a difusão da puericultura no período levou a maior

¹⁴¹³ RELATÓRIO apresentando ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D. D. Presidente da República. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 153, p. 5-20, 14 dez. 1943.

¹⁴¹⁴ FRANÇA, 2003, p. 34.

¹⁴¹⁵ SERVIÇO Social..., 1952, p. 402.

¹⁴¹⁶ SERVIÇO Social..., 1952, p. 403.

¹⁴¹⁷ SERVIÇO Social..., 1952, p. 404.

parte das mulheres ao abandono de práticas tradicionais e à incorporação de normas higiênicas na criação dos filhos e filhas. Segundo a autora, nessas duas décadas a imposição das normas modernas na criação das crianças a todos os meios sociais é um dado sem contestação.¹⁴¹⁸

É possível acentuar, a partir da insistência na importância do leite materno para o desenvolvimento e saúde da criança, bem como do argumento de que as mulheres não deveriam deixar de amamentar, mesmo que ocorressem dificuldades nos primeiros dias, a presença de resistências à imposição da prática como uma obrigação feminina.

O médico Sebastião Martins de Araújo Costa em palestra sobre puericultura, proferida em 1943, asseverava:

Há mulheres, principalmente as ricas e as grã-finas, que não amamentam, sob a falsíssima alegação de que a amamentação é prejudicial à saúde, quando, em verdade, a falta de amamentação ao seio é que traz prejuízos à saúde da mulher.¹⁴¹⁹

Possivelmente, por circular no social a ideia de que a maternidade envelhecia as mulheres, que a mulher que amamentava perdia seus encantos, em um contexto de valorização da beleza e da juventude enquanto idade da vida, parte das mulheres dos segmentos mais abastados se recusasse a amamentar.

Conviviam velhas e novas práticas. E ainda que os médicos defendessem a tutela das mães ao saber por eles detido, nem nas classes abastadas esse ideal era incorporado por todas. Rocha Furtado admitia que

Nas classes abastadas muitos pequeninos são vítimas das rotinas, da falta de compreensão das mães, que se consideram capazes de orientar a alimentação dos filhos, prescindindo dos conselhos médicos ou os desobedecendo, quando solicitados. É lamentável que isto aconteça entre pessoas que deviam ser civilizadas, mas acontece diariamente.¹⁴²⁰

Jacques Donzelot, ao abordar, a inserção do médico no seio da família, na França, entre o final do século XVIII e o século XIX, argumenta que se delineou, à época, uma aliança privilegiada entre a mãe e o médico, proveitosa para as duas partes. Por um lado, a partir do reconhecimento da utilidade educativa da mãe, a aliança promoveu a mulher lhe propiciando um novo poder na esfera doméstica; por outro lado, favoreceu que os médicos derrotassem “a

¹⁴¹⁸ SOHN, Anne-Marie. Entre duas guerras: os papéis femininos em França e Inglaterra. In: THÉBAUD, 1994, v. 5, p.128

¹⁴¹⁹ PALESTRAS feitas ao microfone... *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 127, p. 5, 16 out. 1943.

¹⁴²⁰ FURTADO, Rocha. Aprenda a defender seu filho. *O Momento*, Teresina, ano 5, n. 477, p. 1, 14 nov. 1937.

hegemonia tenaz da medicina popular das comadres”. Segundo o autor, a “importância dessa aliança parece, a partir do final do século XVIII, ser capaz de abalar a autoridade paterna”.¹⁴²¹

Maria Martha Luna Freire, em estudo acerca do discurso maternalista, articulado nos periódicos *Revista Feminina e Vida Doméstica*, nos anos 1920, mostra o delineamento de interesses eletivos entre mulheres, mães e médicos. O ideário de maternidade científica propalado por médicos e também pelas mulheres as dotou de um novo status. A maternidade foi revestida de uma função pública – a formação dos futuros cidadãos. Com efeito, as mulheres puderam melhorar a posição social, a partir do papel de mãe. Os médicos dedicados à higiene infantil, por sua vez, ao articularem à maternidade, princípios científicos, auferiram prestígio que se reverteu em reconhecimento e legitimação profissional.¹⁴²²

Em Teresina, o despontar da medicalização, a partir dos anos 1930, quando se intensificou a presença médica, contribuiu para a redefinição da maternidade e também para a valorização da mulher, a partir da condição de mãe. No contexto, os médicos generalistas e especialistas que trabalhavam, na cidade, buscavam legitimar um campo de atuação profissional, em uma conjuntura em que se sobrepunham práticas costumeiras em relação à saúde e à criação de filhos e filhas.

Paralelamente à difusão de noções de puericultura, os médicos buscaram instituir a presença médica, no campo da assistência materno-infantil, ressaltando constantemente a importância do acompanhamento médico desde a gestação. A legitimação e o reconhecimento do saber detido pelos médicos dependiam da transformação das práticas das mulheres, que, mesmo nos segmentos mais elevados, nem sempre estavam dispostas a abrir mão de práticas costumeiras.

Além de desobedecer aos conselhos médicos, muitas mulheres aceitavam a orientação de suas mães e de mulheres mais velhas em matéria de criação e educação dos filhos e filhas. Esta prática era veemente criticada por Adauto de Rezende. No artigo Mãe, lê-se que

Como complemento ao meu artigo de hoje, direi apenas duas palavras referentes a certos cuidados importantes, que toda mulher deve seguir no período de gestação.

A primeira coisa é rejeitar por completo os solícitos e quase sempre perigosos conselhos das célebres ‘entendidas’ em assuntos médicos. Estas andam por aí, em todos os lares, pululando e atacando com toda a sua virulência! Exercem uma influência notável em muitas famílias ao ponto de conseguirem afastar os conselhos do médico e implantar os seus! Às vezes são velhas ignorantes, de classe social inferior, que argumentam com a ‘experiência’ que adquiriram com os 14 filhos que tiveram (muitas vezes

¹⁴²¹ DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 24-25

¹⁴²² FREIRE, 2009.

morreu a metade), naqueles tempos em que se criavam garotos fortes de verdade, sem estas tolices que os doutores de hoje mandam fazer! A pobre mãe, desorientada, sem ter conhecimento exato de como vai fazer, principalmente se é o primeiro filho, vai aceitando sem medir as conseqüências, os disparatados conselhos da grande ‘entendida’ Quantos desastres!...¹⁴²³

Ao mesmo tempo em que eram difundidas modernas normas de criação de filhos, o saber e as práticas costumeiras permaneciam. Socializadas para a maternidade por mães, avós e parentas, muitas vezes iniciando-se em práticas de maternagem, ainda na infância, parte das mulheres que se tornou mãe no período em estudo, não prescindiu do saber que lhes foi transmitido por mulheres mais velhas.

Em torno dos cuidados com as crianças, estabeleciam-se sociabilidades entre as mulheres. O fato de mães, irmãs e parentas mais velhas assistirem as parturientes, e acompanharem os primeiros dias do recém-nascido possibilitava que saberes e práticas costumeiras fossem ensinados às gerações mais novas. Ademais, na tentativa de assegurar a saúde dos filhos, as mães trocavam informações, sugestões, receitas e indicações de remédios caseiros.

Remédios caseiros, chás, formas de alimentação tradicionais, conviviam com remédios e alimentos prescritos pelos médicos. Indicações de mães, irmãs, vizinhas, comadres eram seguidas juntamente com as prescrições médicas.

A conservação da criança e de sua saúde era um elo que unia mães e médicos. Contudo, não foi capaz de viabilizar uma aculturação feminina, no que tange à maternagem. Conviveram e imiscuíram-se novas e velhas práticas. O saber médico era consumido, culturalmente. As mães reelaboravam o saber recebido. Diante desse quadro, ao que parece, a tutela, propriamente dita, tinha pouco espaço, na medida em que o reconhecimento do trabalho médico era fruto do investimento na formação de uma aliada, em nome de um interesse comum: a conservação da criança e de sua saúde.

Mães, parentas, amigas também eram difusoras de novas técnicas e práticas de maternagem, efetivando a valorização do médico e corroborando para a reformulação dos padrões de conduta materna, como também para a legitimação do saber médico.

Dentre as mulheres pobres, importa destacar que a difusão da higiene, da puericultura e a valorização do médico fora tributária do trabalho das visitadoras sanitárias, iniciado a partir do final da década de 1930. E também daquele efetivado pelas auxiliares de puericultura, nos anos 1950.

¹⁴²³ REZENDE, Aduino de. Conselhos às mães: a mãe. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 412, p. 1 e 4, 9 mar. 1935.

Aparentemente os maiores êxitos dizem respeito à difusão da assistência médica durante a gestação e à aceitação do aleitamento materno. Yara Vilarinho que começou a ter filhos no início dos anos 1950 lembra que a alimentação da criança tinha por base o leite materno. A esse respeito, acentua a entrevistada:

naquele tempo todo mundo amamentava, amamentava muito! E todo mundo tinha leite. Era difícil uma pessoa não ter. Porque a gente tava procurando ter leite, tomando caldo de cana, tomava tudo que o povo dizia que era bom para ter leite. A gente fazia era aluar, mingau de milho. Era tanta coisa para criar leite, pra dar. [...] Só se fazia amamentar. [...] Agora havia já um leite, agora eu não estou lembrada do nome. Era só um tipo de leite que havia naquele tempo, mas era... A gente fazia aquele leite, mas era para completar a amamentação. Não é como hoje que você... Têm senhoras que não amamentam, quando nasce a criança, já é leite...¹⁴²⁴

A recorrente valorização do aleitamento materno, por sua vez, contribuiu para a permanência de uma prática bastante questionada pelos médicos – o aleitamento efetivado pelas amas-de-leite. A ausência de leite, problemas de saúde materna, desconforto da mãe em amamentar e o ingresso feminino no mercado de trabalho foram fatores que contribuíram para a permanência da figura da ama-de-leite até pelo menos meados dos anos 1950.

Além da contratação de uma ama-de-leite, a criança era provida de aleitamento materno, através das redes de amizade e sociabilidade estabelecidas entre as mulheres. Muitas vezes quando a mãe não tinha condições de amamentar por ausência de leite ou doença, parentas e amigas supriam as necessidades do recém-nascido. Yara Vilarinho, que teve oito filhos, por exemplo, amamentou a filha de uma amiga.

Quando você tinha pouco leite, ficava feito louca procurando uma pessoa que tivesse um filho também, que tivesse muito leite para lhe dar. Só que não era como agora que você vai para maternidade ou que a maternidade vai na sua casa, não! E aquele leite que é todo recolhido com certo asseio. Naquele tempo, não, você chegava, conhecia uma pessoa... Eu, por exemplo, amamentei uma menina, hoje ela é médica. Eu tinha leite e a mãe dela não tinha, e ela chegou lá em casa: oh, Yara, pelo amor de Deus, minha filha está se acabando de fome! Oh, menina traz todo dia!¹⁴²⁵

A aliança entre a mãe e o médico, no cuidado das crianças, que despontava nos anos 1920, na década de 1950, nos segmentos mais elevados encontrava-se consolidada. Ao longo do período em estudo cresceu a presença e a interferência médica na cidade. Adensou-se a presença médica na cena do parto, ainda que a maioria das mulheres continuasse a ser assistida por parteiras. O acompanhamento da gestante desde o início da gravidez foi também

¹⁴²⁴ OLIVEIRA, 2007.

¹⁴²⁵ OLIVEIRA, 2007.

uma prática que se institucionalizou, a partir do final dos anos 1930. Especialmente, a partir desse contexto, foram sendo difundidas noções de higiene e de puericultura, que redefiniram as práticas de maternagem. Contudo, sua difusão não promoveu, necessariamente, uma aculturação feminina, uma vez que as novas práticas conviviam com práticas costumeiras. Nos cuidados com a prole empregavam-se tanto saberes modernos quanto tradicionais.

5.3 ENTRE CONSTRANGIMENTOS E ESCOLHAS

A representação da mulher como mãe foi incorporada por muitas mulheres no período em estudo. A maternidade como obrigação afirmada através do discurso e da formação católica, de bacharéis e de homens e mulheres que escreveram na imprensa, assim como mediante a difusão do saber médico, atuou também na instituição da casada. Isto porque a contrapartida da maternidade como obrigação feminina era o casamento, uma vez que a mãe ideal era a mãe casada. O espaço legítimo da procriação era o casamento. Em termos normativos, para ter filhos biológicos, era imprescindível casar.

Através do casamento procurava-se regular a fertilidade. Assim, enquanto a fertilidade da casada era coroada e valorizada, a da solteira era controlada e punida. O usufruto da sexualidade no casamento era legitimado pela reprodução. Normativamente, casar implicava ter filhos, conforme explica Yara Vilarinho, nascida, em 1923,

Naquele tempo... Hoje a função do casamento é mais a de um acompanhante, você quer mesmo é uma companhia. Eu tenho mesmo uma filha que diz: eu não me caso. Não me caso. Só se for muito rico para eu viver viajando, só se for para viver viajando. Eu quero um compromisso só se for para viajar, senão eu não caso. Mas naquele tempo não era assim, não. Casamento era... Você casou e não teve filho, era muito triste. A função do casamento era essa daí e não tinha essa história de dizer... [...] Naquele tempo era assim, a principal coisa era casar e ter filho, a moça casava para isso.¹⁴²⁶

Raimundo Nonato Monteiro de Santana, da mesma geração de Yara, a respeito da questão acentua: “Naquele tempo, agente sabia que se tivéssemos relações, tinha que ter filho! A maneira como fui criado, ela também. Tivemos seis”.¹⁴²⁷

A natalidade não se configurava como uma questão privada e de interesse meramente individual, sobre ela incidiam interferências e interesses distintos. Ela era atravessada pela

¹⁴²⁶ OLIVEIRA, 2007.

¹⁴²⁷ SANTANA, 2007.

difusão e interferência do saber médico, por diferenças de gênero, pela religião e pelo Estado. A esse respeito, importa destacar que

as mudanças de atitude para com a limitação do número de filhos só podem ser entendidas quanto situadas no contexto tanto das condições econômicas e sociais como da evolução das preocupações de ordem religiosa, médica e filosófica.¹⁴²⁸

Informações acerca da composição das famílias, em Teresina, constantes nas genealogias das Famílias Pires Ferreira e Castelo Branco, em memórias, depoimentos e notas de falecimento, permitem destacar que havia variações quanto ao tamanho das famílias. Entre as décadas de 1910 e 1950, encontrei referências, nas referidas genealogias, de famílias cujo número variava de um a dezesseis filhos. Nos depoimentos há referência a famílias compostos até por vinte e três filhos.

Esse achado indica que, por um lado, havia mulheres submetidas a constrangimentos biológicos e, por outro, também se desencadeava, no contexto, o controle de natalidade. Mulheres e casais buscaram limitar o número de filhos. Crescei e multiplicai-vos! Dê filhos e fortes e saudáveis à pátria! Imperativos defendidos pela moral católica e pelo Estado – que assume uma política pró-natalista, no período em estudo¹⁴²⁹ – eram objeto de consumo cultural e de disputas.

Existiam tensões em torno do controle da reprodução. A população tornou-se uma questão importante para o Estado. Especialmente, no período Vargas, o desenvolvimento da nação era considerado dependente da quantidade e da qualidade da população. Assim, o Estado, sobretudo, através da política de saúde, ressignificou a maternidade como uma das bases da formação da nação.¹⁴³⁰

A postura pró-natalista defendida pelo Estado era reforçada pela Igreja, que procurava inculcar nos casais a ideia de que deveriam se multiplicar, bem como a noção de contracepção enquanto pecado.

Para os homens, tornar-se pai era uma prática que reforçava a identidade masculina. Segundo Raimundo Nonato Monteiro de Santana, quando nascia um filho:

Ah! A gente ficava era alegre. Aí você se sentia homem! Homem casado! Era pai! Olhava assim para cima. Era uma coisa! [...] Casar e não ter filho:

¹⁴²⁸ McLAREN, Augus. *História da contracepção: da antiguidade à atualidade*. Lisboa: Terramar, 1990. p. 10.

¹⁴²⁹ SOBRINHO, Délcio da Fonseca. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p.35-76.

¹⁴³⁰ RODHEN, 2003.

ave Maria! Ficava complexado! Os homens ficavam pensando que não eram homens! Era uma coisa interessante da época.¹⁴³¹

A condição de provedor familiar, atribuída ao homem, e as dificuldades de exercer esse papel, despertavam o desejo de limitar a prole. Quanto maior o número de filhos, maior a dificuldade de manter a família. Para muitos pais de classe média, uma prole numerosa era um grande encargo.

Havia tanto homens que não desejavam que os nascimentos fossem limitados, quanto os que tinham esse anseio. Com efeito, ora as perspectivas dos casais confluíam acerca da contracepção, ora não. Augusto Castelo Branco, acerca da questão, conta:

Eu mesmo tinha essa preocupação. Eu e a minha mulher tínhamos essa preocupação com o tamanho da família. Quando passou do primeiro para o segundo, do segundo para o terceiro, a gente começou a pensar, mas não tinha meio seguro, era coisa que não tinha segurança, a tabela falhava, não é?¹⁴³²

Dentre aqueles que consideravam necessário controlar e limitar os nascimentos havia os que consideravam que a contracepção deveria ser operada somente a partir de métodos naturais aceitos pela Igreja Católica. No caso, a abstinência total ou periódica, a partir do controle do período fértil.

Formadas a partir de preceitos católicos, muitas mulheres dos segmentos mais elevados submeteram-se a proles numerosas. Yara Vilarinho é um exemplo. Casando-se em 1950, durante dez anos, a entrevistada tornou-se mãe de seis filhos e duas filhas. A esse respeito, acentua que

naquele tempo tudo era pecado! Tem isso! Não podia usar uma pílula. Você não podia usar um método, você não podia nada, nada, nada! Só tinha um método que podia usar que não era pílula, mas eu era muito religiosa. Fui criada desde cedo... Minha mãe era muito religiosa, minha mãe morreu eu tinha quatro anos. Meu pai me internou. Fui para o internato de freira. Fiquei lá. Quando eu saí de lá, eu já tinha uns 17 anos. Pois é, toda aquela formação, para mim aquilo era pecado horrível. Eu não tinha coragem de fazer aquilo, e assim como foi comigo, foi com todas as outras daquela época. Todo mundo era assim.

Só se ouvia isso. Ficava com aquilo na cabeça, que tudo era pecado. Não tirava da cabeça aquilo não! [...] Tudo era pecado minha filha, se você tomasse uma pílula, você ia para o inferno. Porque naquele tempo toda mulher era educada principalmente para essa função de ter filho, de ser mãe, de casar. [...] Só existia era essa coisa de tabela, que não dava certo, comigo nunca deu certo. Só o que tinha! Não existia... Existia, mas só que ninguém usava, porque tudo era pecado. Se você fosse para o médico, o próprio

¹⁴³¹ SANTANA, 2007.

¹⁴³² CASTELO BRANCO, Augusto. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

médico dizia: não, a gente não bota isso não. Já tinha descoberto isso, já se falava, mas só que ninguém usava, tanto que as famílias eram numerosíssimas. No meu tempo teve gente que teve 23 filhos.¹⁴³³

A despeito do peso da formação católica nos segmentos mais abastados, o medo da morte durante o parto ou em decorrência dele e o nascimento de natimortos e de crianças com problemas de saúde, desencadearam práticas contraceptivas, para as quais corroborou a medicalização da contracepção, que desponta no recorte em estudo.

Especialmente, nas primeiras décadas do século XX, era alta a mortalidade de mães e de crianças. O médico Antônio M. Correia, em 1937, argumentando em favor do acompanhamento médico da gestante, desde o início da gravidez, acentuava a respeito:

É verdadeiramente alarmante o número de senhoras que perdem a vida, em nosso meio, em consequência de distúrbios e anomalias na gravidez e no parto. E infinitamente maior o número de crianças cuja morte durante a vida ultra-uterina, ao nascer, ou nos primeiros dias após o nascimento resulta da falta de assistência médica às mães durante a gestação.¹⁴³⁴

O aborto e a morbidade infantil ao que parece também eram altos. É o que infiro a partir da seguinte recomendação:

Convém salientar inicialmente a noção já um pouco difundida mas que, nem por isto, deve ser menos repetida: a sífilis é a causa maior dos abortos, monstruosidades, aleijões e muitos outros males que irão perturbar o desenvolvimento da criança e frequentemente acarretar conseqüências deploráveis para o resto da vida. É por isto que, diagnosticada a gravidez, a primeira preocupação deverá ser averiguar se há suspeita de sífilis dos pais para, por meio de um tratamento conveniente e bem orientado, evitar o aborto ou as várias manifestações com que a sífilis castiga os inocentes, vítimas da ignorância ou da inconsciência dos pais.¹⁴³⁵

Em muitas famílias, o final de um trabalho de parto era um momento de celebração da vida e também de chorar a morte. O poeta Francisco da Costa e Silva, que perdeu sua primeira esposa, Alice, em 1919; no poema *Os deuses lares*, de 1927, com sensibilidade referiu-se à dor que envolvia a nova vida, ao irromper trazendo a morte.

Benedito, meu filho, em teu sonho impoluto,
Que não possas prever, nem sentir, nem supor
Que, ao nascer, foste logo enfaixado de luto
E embalou o teu berço o anjo da minha dor.

¹⁴³³ OLIVEIRA, 2007.

¹⁴³⁴ CORREIA, Antônio M. Aprenda a defender seu filho: conselhos indispensáveis às senhoras grávidas. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 275, p. 7, 11 dez. 1937.

¹⁴³⁵ CORREIA, Antônio M. Aprenda a defender seu filho: conselhos indispensáveis às senhoras grávidas. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 275, p. 7, 11 dez. 1937.

Eu, que de cada filho o destino perscruto,
Fico a pensar em ti que, embora humano, por
Uma lei natural, tens sorte do fruto
Que, na ânsia de viver, causa a morte da flor.

Se no signo fatal que trouxeste medito,
Rogo a Deus, como pai, para te conceder
As virtudes e os dons do meu sonho infinito...

Se nasceste infeliz, deves feliz viver,
Para com fé e amor bendizer, Benedicto,
Aquele que morreu porque te deu o ser.¹⁴³⁶

Vivenciando esse quadro, parturientes mantinham na memória casos de morte materna em decorrência de partos e de abortos, uma vez que permanecia a lembrança de parentas ou conhecidas, mortas nessas circunstâncias. A gravidez e o parto eram envolvidos pelo medo da morte, que invadia tanto parturientes quanto maridos, pais, mães e parentes. Com efeito, mulheres que experienciaram partos complicados sentiram a necessidade de cessá-los ou ao menos limitá-los, para preservar a vida e a saúde.

Em suas memórias, Lili Castelo Branco conta que, após o nascimento de seu segundo filho, em 1922, por sentir muito medo dos partos, procurou, no Rio de Janeiro, um médico especialista em doenças de senhoras, com o intuito de buscar meios para evitar novas gestações. Durante a consulta, o médico indicou o uso de uma esponja, vendida por ele em seu consultório. Nos termos da autora:

[...] depois de explicar ao médico o medo que tinha dos partos, ele me disse:
- Há um processo que é muito usado na França, infalível mas trabalhoso. Trabalhoso porque exige muita higiene, cuidados que terão de ser observados sempre. A esponja. Se a usar conforme prescrições não terá filhos. Isso eu lhe asseguro...

A esponja, ele próprio a vendia no consultório, era uma bolinha redonda de onde pendia um cordão forte e comprido. Eu a usei, obedecendo às prescrições, seis anos seguidos, com absoluto êxito e tive a habilidade de esconder do marido, para não me desprestigiar, esse segredo, que até beneficia as senhoras que a usam.

Sete anos depois, engravidei novamente. Íamos para a fazenda, julguei que não fosse a esponja que me evitasse filhos, e então deixei-a. Logo no fim de um mês no **Foge Homem** [fazenda] engravidei do Heitorzinho. Aí compreendi o erro de ter deixado a esponja, mas era tarde...

Mais um filho que afinal foi um prêmio que Deus me ofereceu, pelo descuido. Daí por diante nunca mais deixei de usar a esponja e não concebi mais.¹⁴³⁷

¹⁴³⁶ SILVA, Francisco da Costa e. Verônica: In: _____. *Antologia*. 3. ed. Teresina: COMEPI, 1982. p. 142.

¹⁴³⁷ CASTELO BRANCO, L., 1983, p. 112, grifo da autora.

Nos anos 1920, a medicalização da contracepção era ainda muito incipiente. Ao que parece era necessário buscar assistência especializada no Rio de Janeiro para controlar a natalidade através de métodos artificiais, como a esponja.

A única referência que encontrei em relação à interferência médica, em Teresina, no campo da reprodução, nos anos 1920, diz respeito à profilaxia da sífilis, iniciada em 1923, quando o Estado firmou convênio com o governo federal. É a partir dos anos 1930 que começa a se adensar a interferência médica nesse campo.

Pelos trabalhos médicos publicados na imprensa, é possível inferir que a intervenção era justificada como ação profilática, especialmente, em relação à sífilis congênita. Incorporando preocupações eugênicas características do pensamento médico, no Brasil, à época, em Teresina, médicos atuaram na profilaxia de doenças em nome da saúde, do futuro da pátria e do melhoramento da raça.

A sífilis, bastante recorrente até os anos 1940, era um dos principais inimigos a enfrentar. Tratava-se de uma doença tão comum, que, as moças falavam no assunto, sem constrangimentos. Prática que chocou o militar Carlos Pena Botto, quando trabalhou, em Parnaíba, entre 1929 e 1930.

Outra coisa bastante chocante para mim, no início, era a maneira bastante despreocupada pela qual as moças falavam de ‘sífilis’!

É comum, em Parnaíba, quando se conversa com uma senhorita, ouvi-la dizer: - ‘ano passado tive um forte ataque de sífilis’, ou então: - estou tomando injeções de mercúrio, etc.

Falam do terrível *morbus* com santa ingenuidade como se se tratasse de um resfriado ou de uma dor de dentes.¹⁴³⁸

Desde o início dos anos 1920, a sífilis era considerada um dos grandes problemas que atingiam a cidade. Em 1922, na mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador João Luís Ferreira, a sífilis, as verminoses e o impaludismo eram tidos como os grandes flagelos que atormentam a população. Na mesma fonte, lê-se:

- Não podemos ainda, infelizmente, assinalar a existência de um arremedo sequer, de demografia sanitária, mas dos ligeiros dados colhidos no consultório do Posto Sanitário bem se pode ajuizar quão crescido é o número de indivíduos, que a sífilis rouba, diariamente, ao trabalho e à sociedade. Aborto, natimortos, inviáveis, imbecis, paralíticos, tabéticos, neurastênicos, epiléticos, toda essa comovente avalanche de destroços sífilicos, poderia ser favoravelmente diminuída por uma campanha tenaz e bem orientada.¹⁴³⁹

¹⁴³⁸ BOTTO, Carlos Penna. *Meu exílio no Piauí*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. p. 113.

No início dos anos 1930, ora representando o Estado, ora aliando-se a ele, em nome da necessidade de evitar a sífilis congênita e outras doenças que poderiam comprometer a gestação, a saúde da mãe e da criança, alguns médicos vinham defendendo que a mãe fosse assistida desde o início da gravidez. Com a institucionalização dessa prática, a partir de 1938, delinearum-se intervenções médicas no campo da contracepção.

A prevenção da sífilis congênita, considerada uma das principais responsáveis, pela morbidade e mortalidade infantil, passava pelo controle da natalidade. Em 1937, Dr. Lineu Araújo acentuava que a profilaxia dessa doença processava-se através dos tratamentos pré-nupcial, dos pais antes da gravidez e da mulher grávida. Lembrava o médico que, para evitar a doença, era imprescindível que os pais a tratassem antes de conceber um filho. A necessidade de tratamento antes da gravidez para uma prole saudável, portanto, implicava controle da concepção e, respectivamente, na difusão de métodos contraceptivos.

A preocupação com a saúde da prole também influenciou a reprodução em casamentos consanguíneos, recorrentes ao longo da conjuntura em estudo. Houve casos de casais que optaram por não ter filhos, com receio de que nascessem doentes. E também casais que evitaram novos nascimentos, após a morte recorrente dos frutos do enlace.¹⁴⁴⁰

Com o crescimento dos partos à cesariana, a partir dos anos 1940, quando os médicos passaram a dispor de uma terapêutica mais segura, as esterilizações passaram a ser mais frequentes. Conforme é possível inferir a partir da genealogia da família Pires Ferreira, em que há dados acerca de famílias compostas por dois e três filhos nascidos logo após o matrimônio, certamente, sob o impacto da pressão feminina para encerrar os nascimentos, uma vez que os médicos não cediam facilmente ao anseio de esterilização.¹⁴⁴¹

Com a comercialização da pílula anticoncepcional, a partir de 1962,¹⁴⁴² as casadas em idade fértil, passaram a dispor de um novo método, que possibilitava controlar a capacidade reprodutiva. A despeito dessa possibilidade, algumas preferiram a esterilização ao uso da pílula. Nascida em 1936, Mundiquinha Machado, que se casou, em 1957, tomou conhecimento do uso da pílula anticoncepcional no início dos anos 1960, quando uma de suas

¹⁴³⁹ ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1922. Teresina: Tipografia d'O Piauí, 1922. p. 31.

¹⁴⁴⁰ MENDES, Maria Cecília da Costa Araújo. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, maio 2002; VASCONCELOS, Daise Castelo Branco Rocha de. *Vinho inebriante do amor: bodas de ouro de Pedro e Daise: meio século de amor e cumplicidade*. Teresina: Ipanema, 2003.

¹⁴⁴¹ MACHADO, Raimunda Ribeiro. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008; OLIVEIRA, 2007.

¹⁴⁴² PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

comadres comentou que estava controlando a fertilidade mediante esse método. A entrevistada, embora fosse mãe de cinco filhas, não se sentia à vontade para usar o novo método. Em seu caso, quando do nascimento do sexto filho, em 1967, em um parto à cesariana, o médico que a assistiu efetivou a laqueadura de trompas. A mesma comadre, que vinha usando pílula, sugeriu que ela tivesse o filho mediante essa modalidade de parto e solicitasse ao médico que a esterilizasse. Segundo a entrevista, sua comadre havia dito:

Você não quer não fazer uma cesariana? Comadre? Você pede ao Alcenor para fazer, viu! Que teve uma cunhada dele, que ele fez só com dois filhos, fez a cesariana e ela só teve dois filhos. No começo não me disseram isso, porque senão eu poderia ter feito um cesário, mas os médicos não gostavam de fazer não.¹⁴⁴³

Aliança entre mulheres e médicos estabelecidas na medicalização da contracepção, somada ao apoio de amigas e de parentas possibilitou a parte das mulheres que tomassem decisões acerca do controle de natalidade, em detrimento dos interesses do cônjuge. Uma entrevistada, após o nascimento do quinto filho, com o auxílio de uma tia de seu marido, optou pela esterilização, a despeito de seu marido não desejar que os filhos cessassem. Submeteu-se a um parto à cesariana e solicitou que o médico a esterilizasse, sem que o marido soubesse.¹⁴⁴⁴

Vários motivos levavam as mulheres limitar o número de filhos. Além do medo do parto e da preocupação com a saúde da prole, já destacados, importa ressaltar que nos segmentos mais abastados, desde os anos 1920, a infância era percebida como uma idade específica da vida, que requeria cuidados especiais.¹⁴⁴⁵ Ademais, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a criança vista como dádiva e futuro da pátria fora constantemente valorizada, ao tempo em que a maternidade se tornou cada vez mais exigente, na medida em que os cuidados com as crianças passaram a se tornar incessantes.

A despeito da morte de crianças ser um fato recorrente, os pais e, especialmente, as mães não eram indiferentes à perda dos bebês. Memórias e depoimentos indicam a dor que atravessava pais e mães, quando da morte dos filhos. Augusto Castelo Branco, em seu depoimento, lembra da morte de sua irmã mais nova, em 1930, e da dor vivenciada pela família, notadamente, por sua mãe.

¹⁴⁴³ MACHADO, 2008.

¹⁴⁴⁴ SANTOS, Rita. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

¹⁴⁴⁵ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Com afeto e disciplina: a invenção da infância entre a literatura e a história. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz (Org.). *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: Edições Bagaço, 2005. p. 91-100.

A Teresinha viveu só nove meses. Naquele tempo não tinha penicilina, ela adquiriu uma infecção urinária, não houve remédio que a curasse, ela terminou morrendo. Ela amanheceu morta. Dormia todo mundo no mesmo quarto, eu, mamãe, papai, aí eu disse: mamãe, o que é que a Teresinha tem que está tão quietinha? Morreu, meu filho, a bichinha morreu! Aí começou todo mundo a chorar, aquela coisa toda. Antes de sair o enterro, [...] passavam assim uma escova nas mãos dela porque tinha uma dormência nas mãos, antes de sair o enterro. Sofreu muito mesmo, chorou muito, ficou muito triste. Ela viveu nove meses, parece que ela era de abril ou de maio. Ela morreu com nove meses de nascida.¹⁴⁴⁶

Como a saúde e a sobrevivência da criança passaram a ser cada vez mais relacionadas à atenção, cuidado e vigilância da mãe, certamente, mulheres-mães procuraram limitar os nascimentos, para se dedicar com mais afinco aos filhos que já tinham.

A maternidade fora se alargando, na medida em que novas atribuições a definiam. Além de dar à luz, ser mãe acarretava nutrir, criar, cuidar, zelar e educar a prole. Para vivenciar esse padrão de maternidade, era necessário reduzir o número de filhos. Possivelmente, essa foi a opção de parte das mulheres.

Importante destacar que, a despeito de a mulher ser significado predominante, como mãe, na classe média, no decorrer do período em estudo cresceu a participação feminina no mercado de trabalho, o que impactou nas taxas de natalidade.

O delineamento da beleza como obrigação feminina e a ideia de que a maternidade envelhecia a mulher, então difusas no social também desencadearam a contracepção. Conforme é possível inferir a partir do discurso médico e do discurso católico.

Quanto aos meios contraceptivos, havia o uso tanto de métodos naturais quanto artificiais. Eram mais comuns os métodos naturais como o aleitamento prolongado, abstinência e o coito interrompido. O uso de contraceptivos artificiais como a esponja e o dispositivo intra-uterino, bem como a laqueadura de trompas eram mais restritos.

O método que tem mais visibilidade na documentação pesquisada é o Ogino-Knauss,¹⁴⁴⁷ conhecido por tabela, que consiste na abstinência sexual quando a mulher se encontra no período fértil. No início dos anos 1950, essa forma de controle encontrava-se difundida dentre os segmentos mais abastados. O método que em meados dos anos 1930, era recomendado por médicos, no Rio de Janeiro, a partir de seleção dos casos, em princípio da década de 1950, era bastante recorrente em Teresina.¹⁴⁴⁸

¹⁴⁴⁶ CASTELO BRANCO, A., 2007.

¹⁴⁴⁷ Os estudos de Ogino e Knauss sobre a fisiologia da reprodução humana esclareceram pontos obscuros em relação à ovulação, indicando a existência de uma época de fecundidade e outra de esterilidade, no ciclo menstrual. RODHEN, 2003, p. 110.

¹⁴⁴⁸ RODHEN, 2003, p. 113.

Seu uso possibilitava que filhas tivessem uma trajetória reprodutiva bastante diferenciada daquela experienciada pela mãe. Este foi o caso de Maria Albuquerque. Sua mãe nascida, em 1909, casando-se aos 18 anos teve quinze filhos. Maria, por sua vez, é mãe de seis filhos. Maria, que se casou em 1950, aos 18 anos, controlava a natalidade através do emprego do método Ogino-Knauss. A aprendizagem do método, conforme informa a entrevistada processou-se através da leitura de um livro, adquirido por seu marido.¹⁴⁴⁹

A medicalização da contracepção ainda incipiente nos anos 1920 foi sendo ampliada no decorrer do período em estudo. Nos segmentos mais abastados adensou-se a assistência médica desde a gestação e também sua interferência no controle da natalidade.

A esse respeito importa destacar que o campo da reprodução nem sempre constituiu um espaço legítimo de intervenção médica. Sua legitimação, conforme mostra Fabíola Rohden, em estudo acerca da contracepção, do aborto e do infanticídio, no Rio de Janeiro, delineou-se, paralelamente, à transformação do sexo e da reprodução em assunto de Estado, nas primeiras décadas do século XX, quando, no Brasil, a ideologia nacionalista promovia uma preocupação acentuada com a população. Isto porque o “crescimento do número de cidadãos adquiria uma importância estratégica, tanto no que se refere à garantia da soberania, por meio do poder militar, quanto da implantação da atividade industrial e do mercado em larga escala.”¹⁴⁵⁰

Especialmente os médicos obstetras e ginecologistas, de forma cautelosa, passaram a abordar o tema. Estudando os *Annaes Brasileiros de Ginecologia*, a autora mostra que em meados dos anos 1930, havia

por um lado, uma investida na justificação da anticoncepção e, por outro, uma tentativa de restringir o seu controle ao médico, que não apenas teria a posse dos meios de intervenção, mas julgaria os casos em questão¹⁴⁵¹

Quanto ao aborto provocado, que estudos sobre contracepção têm demonstrado tratar-se de uma prática antiga e costumeira,¹⁴⁵² “muitas vezes a primeira linha de defesa contra uma gravidez não desejada”¹⁴⁵³, no que diz respeito às casadas não tem visibilidade na documentação pesquisada. Em conversas informais, chegaram-me referências a mulheres múltiparas que, na década de 1950, fizeram uso da prática para evitar novos nascimentos. E também de mulheres que, incorporando o ideal de beleza como obrigação feminina e a noção

¹⁴⁴⁹ ALBUQUERQUE, 2008.

¹⁴⁵⁰ ROHDEN, 2003, p. 106.

¹⁴⁵¹ Ibid., p. 112.

¹⁴⁵² PEDRO, Joana Maria (Org.). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

¹⁴⁵³ McLAREN, 1990, p. 15.

de que a maternidade envelhece a mulher, evitaram novos nascimentos através desse procedimento.

Como o aborto espontâneo era comum no período, sobretudo, em decorrência da sífilis, é possível que abortos ditos naturais fossem provocados, embora esta não seja a percepção expressa nas entrevistas. Yara Vilarinho, por exemplo, avalia a questão do aborto nos seguintes termos:

Havia [aborto]! Era muito raro, mas havia! Era muito raro. Havia aborto sem ser provocado, por doença, mas um aborto provocado por uma moça que não quis o filho por qualquer razão aí era muito difícil. Eu também não conheci nenhum caso. Encontrou um feto em tal lugar, nunca ouvi. Escuto agora de um certo tempo pra cá, que é só no que se fala. É nos lixos, é não sei aonde. Eu acho que mesmo naquele tempo, agüentava o filho até o fim.¹⁴⁵⁴

Nos segmentos mais elevados parece mais comum a provocação de aborto em caso de gravidez fora do casamento e também quando fruto de adultério, em situações em que não era possível atribuir a paternidade ao marido.

A valorização da maternidade, característica do período, não impedia que as mães que tinham filhos fora do casamento fossem estigmatizadas, socialmente. A maternidade enquanto valor entrava em disputa com a honra. Em alguns casos, o desejo de manter uma imagem de mulher honrada prevaleceu sobre a maternidade.

Mesmo as mães separadas eram alvo de preconceito. Maria Francisca Monteiro de Souza casou-se em abril de 1940 obrigada por sua mãe de criação, que, com receio de morrer, deixando-a solteira, lhe impôs um noivo. Mãe de seis filhos, abandonada pelo marido, tornou-se a responsável pelo cuidado e sustento da prole. Contando com a ajuda de sua mãe biológica no cuidado com as crianças e na realização de costuras manuais, Maria sustentava a casa através de seu trabalho como costureira. Em 1954, sabendo da inauguração do Sanatório Meduna, Maria procurou um emprego, na instituição. Na oportunidade, em que se qualificava para assumir o possível emprego, foi alvo de preconceito, por ser separada:

Soube que iria funcionar o Sanatório Meduna. Orientada por Cisalpina, minha prima, fui falar com Dr. Hugo Santana que compadecido com minha história, encaminhou-me até Dr. Clidenor Freitas Santos, proprietário do referido Hospital, e este me enviou para fazer um estágio no Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, [...] provando assim meu desempenho. A superiora do Psiquiátrico era uma religiosa da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria, e na época fez resistências para me aceitar, alegando eu ser separada do marido. Porém, Deus escreve certo por linhas

¹⁴⁵⁴ OLIVEIRA, 2007.

tortas, conforme Dr. Clidenor havia falado: fiz o estágio, saí-me bem, graças ao meu bom Deus, o sonho tornou-se realidade. Fui aprovada.¹⁴⁵⁵

A representação de mãe de família nem sempre rebatia a de separada. Além das dificuldades para conseguir um emprego, a mulher separada do marido, caso se envolvesse com outro homem ou tivesse filhos fora do casamento, poderia, inclusive, perder o emprego. A esse respeito, relembra Yara Vilarinho que a separada

Perdia até o emprego se fosse... Ela perdia o emprego! Se fosse provado, se alguém visse, se fosse provado que ela era separada e se ela namorasse outro, ela perdia até o emprego, se ela fosse empregada. Se ela fosse muito quieta, ficava no emprego, não perdia não. Mas geralmente uma mulher nova e separada procurava outro. Tinha que ficar... E os homens não respeitavam e, às vezes, nem ela, ela nem tinha culpa. Simplesmente eles não respeitavam. Eu conheci uma que foi posta para fora do emprego. [...] Porque ela separou e teve filho de outro cara. Foi posta para fora do emprego.¹⁴⁵⁶

Até a década de 1960, esse tipo de prática se manteve. Francisco Ferreira Ramos, no Memorial do Hospital Getúlio Vargas, destaca que no Hospital, não era contratada mãe solteira. Para trabalhar na instituição, as mulheres deveriam ser solteiras sem filhos ou casadas. Mesmo aquelas que viviam em relações maritais estáveis, não eram admitidas. Em sua pesquisa, encontrou referências a cinco casos de jovens funcionárias que engravidaram. Houve o caso de uma atendente de enfermagem que engravidou de um fornecedor do Hospital, que, por não se casar, perdeu o emprego.

As relações de trabalho no HGV, em alguns casos transformaram-se em relações afetivas, que deram frutos. No início dos anos 1950, uma atendente de enfermagem ficou grávida de um médico. Tratava-se de uma jovem normalista, de 19 anos, pobre, que, conforme relato de sua filha, se apaixonou por um belo médico, com o qual trabalhava. Após longo tempo de namoro, a jovem engravidou e o namorado, quando soube da gravidez da jovem, casou-se com outra, de seu nível social. O médico não foi penalizado, enquanto a atendente de enfermagem perdeu o namorado, o emprego e ciclo de amizades.

Gravidez durante o namoro também ocorreu a uma funcionária de serviços gerais. Identificado o estado de gravidez no quinto mês, o casamento foi realizado às pressas, sob a ação do chefe da manutenção do Hospital, que, certamente, procurava evitar a demissão da funcionária. Contudo, mesmo casada, a jovem perdeu o emprego.

¹⁴⁵⁵ SOUZA, 2007, p. 43.

¹⁴⁵⁶ OLIVEIRA, 2007.

Outra funcionária também engravidou. Queixando-se de dor abdominal, vômitos e desmaios, a atendente foi examinada e o médico que a assistiu diagnosticou apendicite. Novamente, atendida pelo Dr. Francisco Ferreira Ramos, este suspeitou que fosse gravidez. Como a jovem negava ter havido relação sexual, o referido médico pediu o auxílio do Dr. Francílio Almeida, especializado em obstetrícia, que confirmou o diagnóstico do colega, através de toque retal. Uma vez que a jovem afirmava ser virgem, foi sugerido exame de virgindade, realizado pelo Dr. Martinelle, que era médico legista da Polícia Civil. Confirmou-se a integridade do hímen.

A importância de se confirmar o diagnóstico se relacionava à sua gravidade, conforme expressa Dr. Francisco Ferreira Ramos, no seguinte trecho:

A história se espalhou logo pelos corredores e todos os setores do Hospital Getúlio Vargas. A essa altura o meu diagnóstico de suspeita de gravidez criou um mal estar frente a confirmação da virgindade da paciente. Eu mesmo cheguei a me questionar se não estaria errado, se não havia me precipitado na afirmação deste diagnóstico. Estava diante de uma situação muito grave de desconforto moral pelo erro: fazer o diagnóstico de gravidez em uma mulher virgem, que traria como conseqüências maiores afronta à honra e perda do emprego da paciente.

Foi sugerido que a paciente fosse examinada no dia seguinte pelo Dr. Zenon, chefe da Clínica Cirúrgica. Veio então uma nova intervenção do Dr. Martinelle, amadurecido e experiente profissional frente a estes problemas, muito comuns na Polícia Civil. Aprofundou o diálogo com a paciente e não tardou chegar a conclusão de que a paciente estava realmente grávida. Havia praticado vários atos de relação sexual sem penetração.¹⁴⁵⁷

A classificação feminina, a partir dos códigos de sexualidade e a desvalorização desencadeada pelo usufruto da sexualidade ilegítima, especialmente, quanto ela se tornava visível através de uma gravidez, bem como as punições que incidiam sobre as moças, as impeliavam ao aborto. Para manter a imagem de moças de família, de separadas e viúvas honestas, algumas mulheres recorreram à interrupção da gravidez, não assumindo a maternidade ilegítima.

As mulheres que engravidavam fora dos laços do matrimônio, quando não contavam com o apoio do pai ou engravidavam de homens comprometidos, vivenciavam situações extremamente complexas, nos quais os valores que conformavam suas subjetividades se chocavam. Os constrangimentos e as escolhas femininas eram atravessados pela valorização da maternidade e a significação da mulher enquanto mãe; por códigos de sexualidade, que implicavam em desclassificação feminina, a partir da experiência sexual ilegítima; pelo risco

¹⁴⁵⁷ RAMOS, Francisco Ferreira. *Memorial do Hospital Getúlio Vargas*. Teresina: Gráfica do Povo, 2003. p. 218-8.

de não contar com o apoio familiar; pelas restrições ao emprego de mães solteiras e pela possível ruptura com laços de sociabilidade e de integração social. Assim, para parte das mulheres que vivenciou essa experiência, o aborto foi a opção escolhida.

Mesmo entre mulheres cujo peso da formação católica era mais denso – as freiras, esta foi uma possibilidade. Uma das irmãs de caridade que atuava no Hospital Getúlio Vargas, engravidou de um médico. E, segundo Francisco Ferreira Ramos, o

Dr. Jurandi Mendes estava provisoriamente na chefia da clínica ginecológica, onde a chefe coordenadora era uma irmã de caridade. À noite fora chamado para atender uma paciente que estava passando mal. A paciente era a irmã coordenadora da clínica ginecológica e que apresentava metrorragia profusa.

Tomou a decisão de fazer a curetagem. Levou a irmã para o Centro Cirúrgico e fez uma curetagem em absoluto sigilo. No dia seguinte a notícia corria à ‘bandeiras despregadas’ pelos corredores e todos os setores do Hospital Getúlio Vargas.

Conversas, fofocas, um fuzuê agitava a vida daqueles que trabalhavam no Hospital.

Um escândalo comentado aos cochichos.

Por causa desse inusitado acontecimento Dr. Jurandi Mendes, constrangido, deixou o Hospital Getúlio Vargas para todo o sempre.¹⁴⁵⁸

A situação revela a complexidade dos embates, nos quais estavam situadas as mulheres que engravidavam fora do casamento, em um contexto em que a respeitabilidade pública e a inserção social estavam diretamente relacionadas ao controle da sexualidade. Tal era sua importância, que, nas escolhas individuais, fazer um aborto poderia sobrepor-se à opção de ter o filho e se tornar uma mãe solteira, a despeito da condenação social e religiosa que incidia sobre a prática. Ela indica também como a capacidade reprodutora das mulheres poderia ser vivida como pesado ônus, uma vez que responsabilidade e os preconceitos incidiam sobre elas, quando se reproduziam fora dos laços do matrimônio.

Além de aborto, em nome da honra, algumas mulheres também cometeram infanticídios. Conforme infiro a partir de alguns casos referenciados, na documentação pesquisada. Em 1920, o jornal *O Nordeste* registrou um fato pouco comum, na estatística criminal de Teresina, segundo avaliação do cronista. Uma viúva de trinta anos, mãe de dois filhos, que engravidara logo após a viuvez, matou o fruto do amor ilícito, após seu nascimento. Segundo o cronista, Maria Pereira Lima, conhecida por Maria Adriana,

Mulher trabalhadora e bem relacionada, mas de um temperamento sensual acima do comum, não pôde se manter honesta por longo tempo: cedeu às exigências de um dos muitos “d.d. Juans” que infestam a nossa capital. O

¹⁴⁵⁸ RAMOS, 2003, p. 220.

conquistador mal pressentiu que Maria Adriana estava grávida, pôs-se ao fresco, deixando-a entregue apenas ao remorso que a tortura.

A gravidez atingiu o seu último período, sem despertar grandes suspeitas, uma vez que Maria Adriana procurou fugir, o mais que lhe foi possível, dos vizinhos e conhecidos.

O crime monstruoso estava premeditado e, sábado último, Maria Adriana, sentindo os primeiros sintomas, trancou-se, sozinha, em casa, e mal a infeliz criança era atirada ao mundo a desnaturada mãe a estrangulava, matando-a por meio de asfixia, conforme o termo da autópsia feita pelos facultativos Afonso Ferreira, José Higinio e Sotero Vaz.¹⁴⁵⁹

Em 1926, no jornal *A Imprensa* noticiava-se que o corpo de uma criança do sexo masculino havia sido encontrado na praça 15 de novembro. Após autópsia foi constatado que a criança havia sido morta por estrangulamento. Plácida Maria da Conceição, viúva, de 23 anos, confessara o crime.¹⁴⁶⁰ Em 1927, foram abertos três processos de infanticídio na cidade, a respeito dos quais não disponho de mais informações.¹⁴⁶¹

O estatuto que as mulheres adquiriam através da maternidade era ressignificado em função dos códigos de sexualidade. A maternidade sem matrimônio, em vez de valorização social, poderia implicar grande drama pessoal e familiar. Embora o período em estudo se caracterize por uma postura pró-natalista por parte do Estado e da Igreja, havia um espaço legítimo para a procriação, que era o casamento. Se a casada mãe de muitos filhos era valorizada, o mesmo não ocorria à solteira, à separada e à viúva que tinham filhos fora dos laços do matrimônio. Nesses casos, o nascimento de filhos implicava desonra e estigmatização social. Na tentativa de evitá-las, algumas mulheres escolheram o aborto e o infanticídio.

Como era comum que mulheres solteiras assumissem a criação de sobrinhos e de sobrinhas, bem como de crianças órfãs, nem sempre a desonra era lavada com o sangue do fruto ilícito. Uma tática empregada pelas moças que engravidavam e não casavam, bem como por suas famílias, era negar publicamente a maternidade ilegítima. Nesses casos, as jovens escondiam a gravidez, confinando-se em casa, ou vivenciando-as em outras cidades. E, quando os filhos nasciam, eram apresentados como filhos adotivos da verdadeira mãe ou ainda como irmãos adotivos.

Apesar de uma gravidez fora do casamento gerar conflito e drama, na família, parte das moças também contava com o apoio familiar. A jovem atendente de enfermagem que engravidou de um médico teve sua filha e contou com a assistência de seus pais, que criaram

¹⁴⁵⁹ A MARIA Adriana. *O Nordeste*, Teresina, n. 8, p. 7, 17 jan. 1920.

¹⁴⁶⁰ NA POLÍCIA. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 102, p. 4, 17 jun. 1926.

¹⁴⁶¹ ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Matias Olímpio de Melo, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1928. Teresina: [Tipografia d'O Piauí], 1928. p. 10.

a neta como se fosse filha. Quando o namorado se casou com outra, a atendente, segundo sua filha,

cortou para todo o sempre relacionamento com meu pai, não aceitou sequer a citação do seu nome em qualquer conversa. Registrou-me com o nome de solteira, sem citar o sobrenome do meu pai. Não aceitou qualquer ajuda dele, embora ele tenha reconhecido a paternidade e tentado aproximação.

[...]

Chorou muito, durante muito tempo derramou-se em lágrimas, choro compartilhado com o choro do meu avô e da minha avó aumentando-lhe o sofrimento.

[...]

Meu avô materno, modesto funcionário público, assumiu a minha mãe com aquele coração de pai bondoso e avô carinhoso. Junto com minha avó me deram uma esmerada criação com muito amor.¹⁴⁶²

A dor da jovem atendente e de seus pais, rememorada por sua filha, não era uma experiência singular, uma vez que a gravidez e a maternidade fora do casamento eram vividos como drama. A condição de mãe, nessas circunstâncias, longe de ser valorizada e incentivada, era objeto, muitas vezes de conflitos familiares e de estigmatização social.

Quando a jovem engravidava fora do casamento era invadida pelo sentimento de vergonha. No caso referido acima, a jovem se isolou de amigos e amigas, ficando “voluntariamente confinada em casa”, sob a proteção de seus pais.¹⁴⁶³

A vergonha poderia persistir mesmo após o casamento, que tinha o poder de reparar a honra maculada, com a experiência sexual e a gravidez fora do casamento. A esse respeito, Yara Vilarinho reteve na memória, a primeira gravidez de sua professora, em Amarante. Nos termos da entrevistada:

Ela era até minha professora do grupo. Aí ele foi trabalhar em Parnaíba. Aí ela apareceu grávida. O que é que acontece: o pai dela falou com o pai do rapaz e disse que a filha dele tava grávida e que o filho era dele e que o filho tinha que casar. Aí o pai do rapaz escreveu pro filho. O filho disse que vinha casar. Marcou dois meses... Não sei... Sei que depois de dois meses ele veio..., casou! Você acredita que ele casou com ela e foi morar na casa dela? A família dela era muito boa, mas não era só ela que tinha condição não, ele também tinha. O dono da usina que ele trabalhava em Parnaíba era o mesmo dono da usina de Amarante. Aí transferiu o rapaz para Amarante. Ficou trabalhando lá. Ela deixou... Ela era professora formada. Deixou de dar aula. Ficou trancada em casa. Nunca mais apareceu em lugar nenhum enquanto ele ___! Ela não botava a cabeça na janela porque a janela nesse tempo era pra rua, né? Pra fachada. De noite! Nunca mais saiu! Ela foi sair na rua depois que o filho já tava com quase seis meses. Com vergonha porque engravidou, era pra casar. E casou! Eu toda vida fui muito assim...,

¹⁴⁶² SENHORA, Maria de Nossa apud RAMOS, 2003, p. 218.

¹⁴⁶³ SENHORA, Maria de Nossa apud RAMOS, 2003, p. 218.

adiantada... Pensava muito na frente, mas, meu Deus, ela já está casada então porque não sai? Às vezes eu ia lá: mas professora porque a senhora não vai continuar a dar aula, a senhora não está casada! Aí ela dizia: mas como é que o povo vai olhar para mim? Eu não quero olhar para ninguém. Ela passou mais de um ano trancada dentro de casa. Só botava a cabeça na porta de noite.¹⁴⁶⁴

Algumas moças além de ser invadidas pelo sentimento de vergonha, quando de uma gravidez ilegítima, perdiam o apoio dos pais. Houve casos em que as filhas foram expulsas de casa. Henriqueta Pinheiro, nascida, em 1915, a esse respeito, rememora: “Quando engravidava o pai botava para fora de casa. Não deixava ficar em casa. Era uma tristeza, né? O pai botava a filha para fora de casa porque tinha feito vergonha, engravidara sem ter casado”.¹⁴⁶⁵

A maternidade legítima, contudo, poderia se delinear antes do casamento. Explico. Sobretudo, até a generalização do uso da penicilina, a mortalidade era alta.¹⁴⁶⁶ Em decorrência disso, um grande número de crianças se tornava órfãs. Quem as protegia eram, especialmente, as madrinhas, as tias, as avós e as parentas mais próximas. Como as mulheres eram percebidas como *naturalmente* mães e muitas se subjetivavam incorporando essa definição era comum que mulheres solteiras em idade de casamento e também aquelas que já eram consideradas solteironas criassem crianças desamparadas. A mãe de Augusto Castelo Branco, Feliciano Castelo Branco, por exemplo, adotou uma sobrinha antes de casar. Nascida em 1918, a sobrinha era filha de seu irmão mais novo João Castelo Branco, que, havia perdido a mulher, com o impacto da gripe espanhola que assolou a cidade no pós Primeira Guerra Mundial.

Quando acabou a Primeira Guerra Mundial, a gripe Espanhola, essa gripe não sei por que matou muita gente aqui em Teresina, mamãe contava que saíam eram de carroça os defuntos para o cemitério, não tinha como contar. Aí a mãe dela, dessa moça, morreu. Chamava-se Teté, esposa do João Castelo, meu tio. E aí mamãe ficou com pena dela, ficou com ela para criar. Ela ficou com ela para criar. Meu pai aceitou. Naquele tempo meu pai ia casar com minha mãe, Feliciano, não podia dizer que não queria casar por causa da menina. A menina foi lá para casa. [...] Quando casou, já tinha a Aida.¹⁴⁶⁷

Adotar crianças órfãs ou desamparadas era um ato de caridade. Mulheres dos segmentos mais abastados criaram como filhos, inclusive, frutos de amores adúlteros de seus maridos.

¹⁴⁶⁴ OLIVEIRA, 2007.

¹⁴⁶⁵ SILVA, H., 2007.

¹⁴⁶⁶ O coeficiente de mortalidade por 1000 habitantes em Teresina, em 1935, era 13,4; em 1941, passou a ser 11,4. OITO anos..., 1943, p. 48.

¹⁴⁶⁷ CASTELO BRANCO, A., 2007.

Esse foi o caso da avó de Yara Vilarinho, que assumiu a criação dos filhos da amante de seu marido, após a morte da amante. Esta também foi uma experiência vivida por algumas mulheres da geração da entrevistada.¹⁴⁶⁸

A adoção de crianças também era desencadeada pelo fato de a esterilidade ser vivida como infortúnio. A dor causada pela incapacidade de reprodução era amenizada pela doação de crianças nascidas de outros ventres. Orgmar Monteiro, em suas memórias, conta que sua tia Lígia, que se casou provavelmente no início dos anos 1920, com um viúvo, pai de 2 filhos, não tendo filhos, criou 26 crianças. Na leitura do sobrinho fora uma compensação por sua esterilidade.¹⁴⁶⁹

Beatriz Pearce Paz, filha de Inhá Veras, segunda mulher do avô de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, depois que enviuvou, passou a morar em uma parte da casa da mãe, na companhia da menina Almeirinda, que adotara, por não ter tido filhos próprios.¹⁴⁷⁰

Mães e pais de um único filho ou de poucos filhos também adotavam. Este foi o caso dos pais de Orgmar Monteiro, que adoraram várias crianças, nos anos 1920. Segundo Orgmar,

O grande desejo de meus pais era que eu tivesse um irmão. Essa ambição levou-os a criarem e educarem muitas crianças. A maioria desses irmãos adotivos eram meus primos, principalmente, sobrinhos de minha mãe [...]. A primeira irmã foi a Leila, filha do meu tio Luiz. Desidratava. Uma diarreia rebelde ameaçava-lhe a vida. Os pais aflitos admitiam que estivesse morta. Sem cura. A minha mãe embrulhou-a nos cueiros e disse: - 'Fiquem chorando que farei o enterro. Mas, se sobreviver, será minha filha'.

[...]

Leila ficou boa. Sarou. Depois de um ano, gorda e bonita, fazendo gracinhas, adorada por todos e buliçosa, os pais levaram-na. [...] Ralaram. Sentiram. Choraram.

O meu tio João combinou com a sua mulher, a tia Santinha, e deram aos meus pais a pequenina Marita, com apenas um mês de idade. Voltou a alegria. A Leila seria esquecida. O destino foi imperioso. Estava escrito: *eu não teria irmãos*. Meus pais não teriam a filha que queriam. Eu não teria irmã. Convivera com crianças, muitas, mas sem afeto exclusivo de uma irmã. Aos sete meses Marita foi vitimada pelo sarampo. Veio a febre alta. Convulsão. Morte.

Choro, imprecações, protestos. Ficou a dor e o vazio. Ganharam a Iracema. Tinha uns três anos. Esta criou-se, deixando-nos quando se casou.

Na última gravidez da tia Santinha voltava ela a dizer que se fosse uma menina seria da minha mãe. Esta contraditava. Não aceitaria para que a criança não morresse.

Mas, há sempre um mas na vida, e esse foi a infecção puerperal, sem a salvadora penicilina, sobreveio a morte. Antes, minha mãe rendeu-se à

¹⁴⁶⁸ OLIVEIRA, 2007.

¹⁴⁶⁹ MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: Iocé, 1988, v. 4. p. 347.

¹⁴⁷⁰ MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. *Rua da Glória 4: o tamanho de uma esperança*. Rio de Janeiro: 1993, v. 4. p. 335.

evidência dos fatos, e comprometeu-se a criar a Marilita. Esta criança encheu-nos de alegrias. Minha mãe sentia-se realizada.¹⁴⁷¹

A adoção de crianças era tanto uma prática que propiciava às solteiras, às casadas sem filhos ou com poucos filhos, satisfação emocional enquanto mães, quanto assegurava o cuidado e a criação de crianças órfãs. A individualização feminina centrada na maternidade favorecia a proteção social da infância, em um contexto de grande mortalidade materna e paterna, como o fora as primeiras décadas do século XX.

Pais de proles numerosas costumavam doar filhos e filhas para parentes que não os tinham. Essa foi uma experiência vivida pelo casal Daise e Pedro Vasconcelos. A primeira filha do casal nasceu em 3 de agosto de 1954, no Hospital Getúlio Vargas, sob cuidados do Dr. Zenon Rocha. A menina cujo nome era Vânia Elisabeth faleceu, em 20 de abril de 1955. Em julho de 1956, em parto antecipado, Daise dava à luz a duas meninas natimortas, no HGV.

Em 1961, a irmã de Daise, Delma, grávida do nono filho, tentando amenizar a dor da irmã doou-lhe o rebento, ainda no ventre. Na carta que escreveu a Daise, ofertando-lhe o filho, pedia a irmã que procurasse se sentir grávida novamente.

Recebemos o menino oficialmente no dia 1º de março de 1962 e tratamos do termo jurídico da adoção. Só veio, porém, para nossa companhia a 21 de março. A casa se encheu de luz. Renovamo-nos. Passamos a viver em função do filho, que teve tudo o que poderíamos lhe oferecer.¹⁴⁷²

No período em estudo, havia circulação de crianças no interior dos segmentos mais elevados e também entre os segmentos populares e os elevados. Foi comum o fato de pais e mães doarem seus filhos e filhas a famílias mais abastadas, para que fossem criadas como filhas ou como agregados à família.

Para casais e mulheres pobres, especialmente viúvas, dar os filhos e filhas era uma estratégia de sobrevivência. Parentes, amigos e comadres, muitas vezes se responsabilizavam pela criação de parte das crianças órfãs de pai, sobretudo, se a prole era numerosa. Acolher crianças, nessa situação, era uma forma de solidariedade e de caridade.

Contudo, havia viúvas que preferiam manter os filhos. Esse foi o caso de Maria Virgínia das Neves, mãe de José Bruno dos Santos, nascido em 1925, em Conceição do Canindé, povoado da cidade de Paulistana. Falecendo o marido Raimundo Carmo dos Santos, em 1932,

¹⁴⁷¹ MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: Iocé, 1988, v. 5. p. 501-503

¹⁴⁷² VASCONCELOS, D., 2003, p.32.

foi feita uma reunião, na casa da viúva, para que fosse decidido o futuro dos filhos, conforme conta José Bruno:

Fez-se uma reunião na casa de minha mãe, para tomar uma decisão, com o comparecimento dos parentes mais próximos e dos padrinhos de todos nós. Naquele tempo, padrinho se responsabilizava pela criação e educação do afilhado. Lembro-me de minhas madrinhas, Donana, casada com Zeca da Santa Bárbara, e Eliza, solteira, cuja situação econômica era regular. As duas disseram a minha mãe que gostariam de ficar comigo. Eu poderia optar por morar com a madrinha Eliza, que não tinha filhos, e madrinha Donana ajudaria. A providência tranquilizava minha mãe. Eu, porém, morava com minha avó, que me dedicava afeição e carinho.

Os demais parentes queriam os meus irmãos mais novos. Hoje, sinto que tais gestos representavam solidariedade, muito comum entre os nordestinos do Piauí, desejos de ajudar. Minha mãe tinha fibra e personalidade marcantes. Quanto lhe falaram da fome, na seca dizimando os rebanhos, falta de alimento na região, famílias se mudando e que ela, viúva e pobre, com oito filhos menores, iria passar muita necessidade e os filhos menores talvez morressem à míngua, foi categórica: ‘Deus há de me ajudar a criar todos’, e acrescentou:

‘Até o Bruno, que dei à mamãe, quero de volta. Se tiverem que morrer de fome, morreremos juntos’. Assim se encerrou a reunião em que houve tentativa de se resolver o problema de uma família sem pai, sem pão, sem perspectiva de melhora numa região já no terceiro ano de seca.

Minha mãe contava com uma sincera aliada, minha avó, que não permitia que nenhum de seus netos fosse dado, e havia meus tios José Manoel, Emídio e Emília, que ajudavam, sem falar em tio João, morador na cidade de Amarante.¹⁴⁷³

Quando o marido enviuvava e contraía novas núpcias, muitas vezes os filhos e as filhas do primeiro matrimônio, não eram criados pelo novo casal. Era uma prática comum o fato de serem criados por ascendentes da mãe ou do pai ou por parentes. O avô de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e sua segunda mulher, Inhá Veras, nos anos 1930, criaram a menina Zei. A menina,

Ficara órfã de mãe, a qual era um dos filhos bastardos de Thomas Pearce, ex-esposo de D. Inhá Veras. Constância casou-se com um fazendeiro na Maranhão, Raimundo Pessoa e deixou quatro filhos: a garota Maria José (Zei), mais velha e os meninos Jesus, Guilherme e José. O pai contraía novo matrimônio e vivia na fazenda com os três meninos. Zei passou a ser criada por Dona Inhá.¹⁴⁷⁴

¹⁴⁷³ SANTOS, José Bruno dos. *Transpondo Barreiras*. 2. ed. Teresina: COMEPI, 1999. p. 57-58.

¹⁴⁷⁴ MONTEIRO, C., 1993, v.4, p. 335.

Ao se reportar aos seus colegas de curso no Liceu Piauiense, no final dos anos 1930, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, lembra que um de seus colegas havia sido criado por tios, após a morte da mãe. Em seus termos:

Fausto Gayoso Castello Branco era filho do Dr. Oscar Castello Branco, dos mais novos, o antipenúltimo se não me engano. Com a morte da mãe e a falta de filhos da irmã desta – D. Dulce Gayoso de Sá, mulher do Dr. Américo Celestino de Sá, ele passou a ser criado por aqueles tios. Era um rapaz fino, um verdadeiro fidalgo, sempre bem cuidado e elegante.¹⁴⁷⁵

Os casos referidos acima indicam que a transferência de maternidade era uma das características do período. Ela ocorria em decorrência de morte materna, do fato de a criança ser uma dádiva ofertada por aqueles que tinham muitos filhos aos casais que não tinham e também pelas dificuldades de sustentar filhos e filhas, nos casos das mães e dos casais pobres.

Além da transferência da maternidade via adoção, caracterizou o período aquela relativa à transferência dos cuidados e obrigações maternas para outras mulheres que não as mães, no interior das casas. O cuidado e a criação de proles numerosas, comum a muitas famílias, não foram trabalhos específicos das mães. Eles envolveram um conjunto de mulheres. Nos segmentos mais abastados, foram desempenhados, especialmente, por mulheres pobres, fossem agregadas às famílias ou empregadas domésticas. Ademais, o trabalho de maternagem também era desempenhado por avós, tias e irmãs mais velhas, que, ora dividiam as tarefas com as mães, ora assumiam a criação de netos, sobrinhos e irmãos. Maria Albuquerque conta a esse respeito que sua mãe “passava o dia todo trabalhando. Ela tinha uma empregada só. Agora ela nos habituou, assim: as mais velhas ajudarem com as mais novas, tanto no cuidado com as crianças, como também em todo o trabalho doméstico”.¹⁴⁷⁶

Quando Maria Albuquerque se casou e os filhos começaram a chegar, a entrevistada passou a contar com a ajuda de uma menina.

geralmente quando eu tinha criança tinha uma pessoa uns dias para ficar comigo, aí depois era eu que cuidava. Agora quando eles estavam maiorzinhos, sempre tinha uma pessoa que, para andar assim com eles, para eu poder também, que eu costurava, para eu ter tempo de fazer essas coisas. E tinha uma moça, que veio morar comigo, uma garota, ela veio tinha 9 anos.¹⁴⁷⁷

¹⁴⁷⁵ Ibid., p. 235.

¹⁴⁷⁶ ALBUQUERQUE, 2007.

¹⁴⁷⁷ ALBUQUERQUE, 2007.

Para o ingresso das mulheres de classe média no mercado de trabalho, contar com a presença de outra mulher que pudesse maternar a criança fora um fato basilar. No contexto em estudo, empregadas domésticas, meninas-moças criadas pela família, agregadas, parentas, avós e irmãs assumiram a maternagem e/ou dividiram os cuidados com as mães, possibilitando que desenvolvessem trabalhos extradomésticos.

Algumas mulheres que ingressaram, no mercado de trabalho, puderam contar com o auxílio de suas mães. Yara Vilarinho teve a contribuição da sua, que ficava com seus filhos, enquanto ela trabalhava como professora. Sua filha mais velha, aos dez anos também passou a ajudá-la. Em seus termos: “[...] a Auxiliadora, a mais velha, tinha 10 anos, aí a própria Auxiliadora tomava conta, ela toda vida foi muito cuidadosa. Eu ia para ao colégio, ela fechava a porta e dava conta dos meninos, dava banho...”¹⁴⁷⁸

Aquelas que não podiam contar com o trabalho da mãe e das irmãs tinham maiores dificuldades. A mãe de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Gracildes Monteiro, quando nasceu seu segundo filho, em 1938, não podia contar com a ajuda de sua mãe, em decorrência do fato de seu marido não se entender bem com a sogra e impor à filha que se afastasse da mãe. Em decorrência disso, Gracildes, quando não dispunha de empregada doméstica, enfrentava algumas dificuldades para conciliar trabalho e maternidade. A esse respeito, destaca Carlos Augusto, que, em 1940:

Meu irmão já completara dois anos e era forte. Mamãe, com a escola, e falta de empregadas – que já começavam a tornar-se difíceis – enfrentava alguns problemas, sobretudo, com quem deixar meu irmão na parte da manhã. Embora perto de minha avó. O afastamento imposto por Mundico, vigorava cada vez mais. O filho ‘dele’ não haveria de ser contaminado pela ‘megeira’. Não foram poucas as vezes que mamãe apelou que nossa Dinda, já nos seus 84 anos, viesse ficar em casa com o pequeno Paulo Frederico, que gostava muito dela.¹⁴⁷⁹

Gracildes Monteiro passou a contar com o trabalho de uma menina-moça, que indo morar em sua casa, tomava conta do filho mais novo, enquanto trabalhava. Muitas mães pobres empregavam suas filhas, para que acabassem de se criar, favorecendo a mulheres que exerciam trabalho extradoméstico a conciliação entre trabalho e maternidade. A inserção feminina no espaço público na conjuntura em estudo, portanto, embasava-se em redes de dependência e de solidariedade estabelecidas pelas mulheres, no âmbito da casa.

¹⁴⁷⁸ OLIVEIRA, 2007.

¹⁴⁷⁹ MONTEIRO, C., 1993, v. 4, p. 248.

Tratava-se da manutenção de um costume de longa duração – a transferência da maternidade e do trabalho doméstico para outras mulheres. Conforme evidencia Suely Gomes Costa, esse costume ocasionou o acesso desigual a direitos sociais e retardou a implantação de sistemas públicos de proteção social, no Brasil, na medida em que os padrões domésticos instituídos reafirmaram a casa como lugar de práticas protecionistas.¹⁴⁸⁰

¹⁴⁸⁰ COSTA, S., 2002.

CONCLUSÃO

O delineamento da identidade feminina centrada no casamento e na maternidade, característica do período em estudo, foi fruto do impacto da definição da mulher como *naturalmente* mãe, bem como da construção de diferenças e hierarquias de gênero na educação familiar e formal, no mercado de trabalho e nas relações afetivo-sexuais.

A difusão de ideais feministas, ainda que, em Teresina, o feminismo não tenha se configurado como movimento organizado, contribuiu para legitimar a educação e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. A dinâmica dos feminismos na Europa, no Brasil e nos Estados Unidos, contudo, favoreceu o desencadeamento de discursos e práticas antifeministas. Homens e mulheres, percebendo as demandas feministas por igualdade como ameaça à sociedade e à família, reafirmaram que a mulher deveria ser acima de tudo mãe, esposa e dona-de-casa. Uma vez despertado o medo de que as mulheres deixassem de desempenhar os papéis familiares, considerados basilares à sobrevivência da família, da espécie e da sociedade, a mulher foi significada como *naturalmente* mãe.

Essa definição da mulher não foi desconstruída no decorrer do período em estudo. A mulher-mãe foi reafirmada e construída nos discursos feminista e antifeminista, na formação e discursos católicos, na política de proteção materno-infantil, nos produtos culturais que circulavam na cidade, na socialização e educação formal. Tratou-se, na verdade, da principal forma de positivar as mulheres, no contexto em estudo.

Uma vez que a população era uma questão importante para o Estado, especialmente, durante o primeiro governo Vargas, a nação e seu futuro foram considerados tributários da maternidade informada por princípios racionais e científicos. Em nome de uma prole numerosa e saudável, à mulher-mãe foi atribuída uma função pública, que, exercida a contento, asseguraria o desenvolvimento e o progresso do Estado e do país.

A construção da identidade feminina a partir da maternidade e do casamento, posto que o conceito de mãe dizia respeito à mulher casada com filhos legítimos, embasava o projeto de nação e de sociedade, no contexto. As atividades que as mães deveriam desempenhar eram consideradas basilares à civilização dos costumes e à sobrevivência da família e da pátria. Com efeito, a maternidade foi reconhecida como função social, ampliando-se as possibilidades de exercício de poder pelas mulheres, mediante essa função.

Projetando a maternidade no espaço público, algumas mulheres puderam vivenciá-la, de forma simbólica. Isso possibilitou o delineamento de uma esfera pública para as mulheres, que passaram também a auferir prestígio e reconhecimento social. A professora, a visitadora sanitária, a auxiliar social e auxiliar de puericultura, consideradas mães simbólicas, foram percebidas como mulheres que desempenhavam atividades patrióticas e civilizadoras. Ao prover respectivamente a educação escolar e sanitária das crianças e também a educação das mães para a maternidade, informada por princípios racionais e científicos, essas mulheres estariam contribuindo para o engrandecimento da pátria.

O acesso das mulheres à educação formal e o prosseguimento no sistema escolar eram limitados pela condição social e também pela perspectiva de que a mulher deveria ser mãe, esposa e dona-de-casa. Ainda que a necessidade de educá-las para o exercício de uma atividade remunerada tenha se espalhado no decorrer do período em estudo, a percepção de que a mulher deveria casar e se tornar mãe de família e também a de que precisava ser educada para cumprir a contento a função de mãe, marcaram a educação feminina. Elas conformaram a escolarização das mulheres, produzindo diferenças e hierarquias. Nos segmentos mais elevados, enquanto parcela dos homens cursava o ensino superior, em vista à profissionalização e ao ingresso no mercado de trabalho, a maior parte das mulheres cursava o normal. A formação propiciada era considerada adequada para as mulheres, pois as capacitava para atuar como professora e mãe de família, sintetizando os anseios de educá-las para a maternidade e o casamento, bem como para o mercado de trabalho.

Embora o trabalho, transformado em valor, tenha se tornado referência na construção tanto da masculinidade quanto da feminilidade, para os homens ele era instituído como prática fundante na definição da identidade masculina hegemônica; para as mulheres, era percebido como secundário e transitório, uma vez que sua função primeira era ser mãe. A transformação do trabalho produtivo em valor, por sua vez, envolveu o trabalho doméstico, valorizando-o e, ao mesmo tempo, favorecendo a emergência do ideal da dona-de-casa profissional. O menor investimento no trabalho produtivo na definição do feminino instituiu esse trabalho e a capacidade de prover como atribuições predominantemente masculinas. Conseqüentemente, o

trabalho produtivo era visto como apanágio dos homens e o reprodutivo, informado por princípios racionais, reafirmado como responsabilidade das mulheres. Essa divisão do trabalho restringiu as possibilidades de inserção feminina no mercado e também encaminhou as mulheres para o lar. Ademais, situou o casamento como lugar de proteção social feminina.

A despeito disso, o ensino superior se tornou um espaço feminino. O ingresso de um pequeno número de mulheres, nesse nível de ensino, possibilitou a legitimação do ensino de terceiro grau em vista à profissionalização e também a significação do trabalho extradoméstico feminino como atividade permanente e definidora de identidade.

As possibilidades de ingresso e permanência no mercado de trabalho que se delinearam no contexto em estudo, por sua vez, possibilitaram que algumas mulheres permanecessem solteiras e assumissem a função de provedoras familiares.

Delinearam-se espaços de atuação feminina nos quais os saberes relativos à gestão do mundo da casa e às atribuições tradicionalmente femininas se transformaram em saberes que propiciaram o ingresso na esfera pública e no mercado de trabalho. No desenvolvimento de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde e assistência social, o Estado recrutou mão-de-obra feminina, para atuar em áreas que se feminizaram, tais como o magistério primário, a enfermagem e a assistência social.

Desde os anos 1920, o magistério era a principal função desempenhada pelas mulheres dos segmentos mais abastados. A partir dos anos 1930, mulheres da classe alta que ingressaram no mercado de trabalho o fizeram, especialmente, na administração pública, enquanto o magistério se tornou uma profissão de classe média. As possibilidades de acesso feminino ao mercado de trabalho se alargaram, na medida em que a burocracia estatal se ampliou. As funções administrativas do setor público passaram a concorrer com o magistério. Parte das mulheres de classe média, que desejava ou precisava trabalhar, passou a considerar que o trabalho na administração pública era mais compensatório que o magistério primário.

Ampliou-se o número de empregos gerados pela administração pública nos níveis estadual, municipal e federal. Através de concurso público e também por meio de relações pessoais, mulheres de classe média e alta se beneficiaram, ingressando em espaços predominantemente masculinos. O aumento do nível de escolarização feminina somado à expansão do setor público e às conquistas empreendidas pelo feminismo organizado possibilitou o crescimento da participação das mulheres nessa esfera.

O trabalho feminino extradoméstico foi significado como extensão das atividades desempenhadas pelas mulheres na gestão do mundo da casa e de seus papéis sociais, na família. Transformada em função pública, a maternidade foi ampliada, em termos simbólicos,

legitimando a participação feminina no mercado de trabalho. Nesse sentido, a representação da mulher como naturalmente mãe tanto foi matriz de práticas que encaminham as mulheres para o casamento e a maternidade, quanto de ações que possibilitaram o delineamento de uma esfera pública feminina.

A crescente participação de uma parcela de mulheres dos segmentos mais elevados no mercado de trabalho colaborou para que o amor se tornasse uma das bases do casamento. Enquanto para a maioria das mulheres casamento e maternidade era a trajetória possível, independente de o enlace ter ou não o amor como base, uma parcela tinha a chance de escolher entre casar ou não casar ou de casar apenas se fosse por amor, através da independência relativa propiciada pelo trabalho extradoméstico.

A participação feminina no mercado de trabalho e a crescente escolarização das mulheres também favoreceram o casamento com base no amor, na medida em que propiciaram a ampliação da circulação feminina no espaço público, oportunizando encontros, flertes e namoros.

Na trajetória do flerte ao namoro, moças e rapazes encaminhavam-se ao casamento, uma vez que o erotismo era estimulado e o consumo do desejo cerceado. A morte que espreitava o desejo, uma vez que sua lógica é marcada pela vontade de consumir-se, era vencida pelo tabu da virgindade feminina e pelo cultivo do amor. As regras relativas ao usufruto do corpo feminino produziram proibições que o valorizaram e também despertaram o desejo de unir os corpos e de casar, uma vez que o casamento legitimava o intercuro.

Olhares cruzados, além de despertarem os sentidos, deram ensejo ao nascimento de narrativas que envolveram, conformaram e projetaram o par no futuro, delineando uma história compartilhada cujo desfecho foi casamento. Ademais, os significados normativos atribuídos ao namoro e ao noivado eram relativos ao casamento. Quem namorava, caso o namoro fosse aceito pela família, deveria noivar e casar.

Para os rapazes, a dupla moral reinante assegurava o consumo do desejo através da prostituição e, em alguns casos, mediante o acesso ao corpo da casada, que se permitia realização erótica fora do matrimônio, bem como mediante a sedução de mulheres pobres. No caso das moças de família, o único espaço legítimo de fruição do prazer era o casamento.

A despeito disso, amor, sexo e erotismo enredaram-se fora dos laços do matrimônio. A representação do ato de amar como sinônimo de fusão dos corpos legitimou o intercuro antes do casamento, notadamente, nos anos 1950. O fato de vivenciá-lo constituiu uma expressão e prova de amor.

O corpo feminino significado como corpo de família deveria ser usufruído apenas sob o casamento. Quando o intercuro acontecia fora dos laços do matrimônio, a honra da mulher e de sua família era maculada. Quem deflorava uma filha de família, portanto, tinha obrigação de reparar a ofensa, através do matrimônio. Assim, a iniciação sexual fora do casamento impunha o casamento. Nesses casos, ele era assegurado pela legislação que protegia moça considerada honesta e, especialmente, pela família da ofendida. Com efeito, tanto a ânsia de saciar o desejo resultava em casamento, quanto aquele saciado fora dos laços do matrimônio.

Contudo, nem sempre a experiência sexual no namoro e no noivado levou ao casamento. O fato de o matrimônio dever se realizar entre iguais se sobrepôs à importância da honra, especialmente, quando a moça situava-se abaixo do rapaz, em termos sociais, econômicos ou étnicos.

O respaldo social feminino dependia do fato de as moças se manterem virgens ou aparentarem ser, se solteiras, e fiéis ou supostamente fiéis aos maridos, se casadas. Se as práticas sexuais não correspondiam à imagem, esta era fundamental à respeitabilidade pública. O casamento assegurava a legitimidade da experiência sexual para as mulheres com manutenção de respeitabilidade. E, em contrapartida, o usufruto do corpo fora do casamento, quando visível, embasou a classificação feminina em mal faladas e prostitutas. Essas formas de classificação, por sua vez, atuaram na produção de corpos castos e favoreceram o usufruto da sexualidade feminina no casamento.

O amor romântico também colaborou para a manutenção da virgindade feminina até o matrimônio, pois implicava sublimação e idealização do outro. Uma das formas de perceber a mulher amada era como pura e casta. Ademais, a felicidade do casal era vista como dependente da sacralização da sexualidade pelo matrimônio.

A experiência do intercuro antes do casamento foi uma trajetória singular nos segmentos mais elevados. O comum era a manutenção da virgindade feminina até o casamento. Contudo, isso não impediu a exploração do corpo e da sexualidade antes do matrimônio. O usufruto do corpo sem intercuro ou mediante formas de intercuro que asseguravam a manutenção do hímen foi uma das possibilidades do período, especialmente, nos anos 1950.

Ademais, embora os corpos das moças dos segmentos mais abastados fossem significados como corpos de família, a sensualidade e o erotismo eram atributos da moça, independente da condição social e étnica.

Sob o peso da contenção dos costumes e, ao mesmo tempo, da incorporação do exercício da sexualidade como elemento fundante na construção da identidade masculina

hegemônica, configuraram-se discursos e práticas ambivalentes em relação ao corpo e à sexualidade feminina. Por um lado, o poder disciplinar incidiu sobre corpos, assegurando a manutenção da virgindade e a regulação da sexualidade através do casamento; por outro lado, práticas e discursos de mercado, jurídicos e afetivo-sexuais, bem como escolhas pessoais configuram a prostituta, que, por sua vez, foi uma das condições de existência das virgens até o casamento.

As prostitutas asseguraram a manutenção da castidade das moças de família. Embora condenadas e estigmatizadas pela moral católica, que norteava as práticas, as prostitutas exerceram uma função civilizadora. Foram elas, sobretudo, que propiciaram a iniciação e a aprendizagem sexual dos meninos/rapazes, bem como reforçaram o desejo e o gosto heterossexual.

Essa função foi atribuída e realizada por mulheres pobres (negras, mulatas e brancas), majoritariamente. O exercício da comercialização da libido por mulheres de classe média era exceção e não regra.

Os mecanismos de autocontrole e de classificação que agrupavam as jovens em moças para casar e mulheres para se relacionar sexualmente eram atravessados pela condição social. Em linhas gerais, os jovens mais abastados escolheram para casar as jovens do mesmo segmento social. Na prática, as mulheres que eram os maiores alvos de investida sexual dos rapazes eram as prostitutas e as moças pobres.

O casamento representado como futuro feminino também foi fruto do impacto do amor romântico. Incidindo, especialmente, sobre as mulheres, o amor romântico, enlaçando o casamento, possibilitou projetá-lo como forma de colonização do futuro feminino. Visto como espaço de realização do amor –, sentimento considerado origem da verdadeira felicidade, que permitiria viver na terra o paraíso prometido –, o casamento inscrevia-se enquanto espaço de realização pessoal e afetiva.

Em nome do amor, muitas mulheres aceitaram a divisão sexual do trabalho e as hierarquias de gênero, construindo-se como mães, esposas e donas-de-casa. O adensamento da difusão do amor no casamento, que se processou no período em estudo, favoreceu a identidade feminina centrada no casamento e na maternidade e também possibilitou às mulheres a ampliação do poder e da influência no terreno da conjugalidade.

O amor entrou em cena sem romper, necessariamente, a exigência de igualdade entre os cônjuges. Delineou-se uma nova norma, em que o casamento deveria ser por amor, mas o amor deveria ser entre iguais. O amor somou-se aos interesses de manutenção da coesão familiar, da fortuna e do prestígio.

Sua incorporação implicou transformação nas escolhas conjugais, uma vez que moças e rapazes passaram a compartilhar a escolha do futuro cônjuge com pais, mães e responsáveis. Como o indivíduo era enredado à família, especialmente, as mulheres, desejos e projetos individuais não excluíram, necessariamente, expectativas familiares.

Embora as primeiras décadas do século XX tenham sido palco de casamentos de livre escolha e também de casamentos escolhidos e/ou impostos por pais, mães ou responsáveis, o casamento com base no amor se espalhou e se consolidou no recorte em estudo.

No que diz respeito às hierarquias e desigualdades, o amor foi percebido tanto como um sentimento que as questionava, quanto como um sentimento entre iguais. Essas formas de representar o amor, por sua vez, ora ocasionaram encontros e possibilitaram a formação de casais, ora produziram desencontros, impedindo que casais se constituíssem.

O amor representado enquanto sentimento que ignorava barreiras e regras levou algumas moças e rapazes a questionarem hierarquias sociais e étnicas, ora casando-se, ora compondo casais com base em relações consensuais. Contudo, a primeira possibilidade era uma trajetória singular. Isto porque a percepção do casamento como mecanismo que assegurava a manutenção das hierarquias sociais e étnicas continuou fundamentando relações sociais e impedindo a formação de casamentos mistos.

O casamento enquanto valor e o enredamento amor/casamento penetraram o submundo da prostituição. Como a prostituição foi também um lugar de vivência do amor, em trajetórias singulares, prostitutas se transformaram em mulheres casadas. Apesar de a prostituição também permitir às meretrizes compensações, parte daquelas que vivenciaram a coletivização do desejo e do prazer não desconstruíram o casamento como ideal feminino.

O fato de o casamento dever se realizar entre iguais, bem como consorciar uma mulher direita, impediu que amores vividos por prostitutas levassem ao matrimônio. Com efeito, muitos amores nascidos nas zonas se transformaram em concubinato. Manter uma família legítima e outra ilegítima foi uma experiência vivenciada por muitos pais respeitáveis.

Embora entre as décadas de 1920 e 1950 tenha se espalhado a percepção de que o amor era de fundamental importância na formação do futuro casal, foram plurais os sentimentos e as razões que o configuraram. O desejo de reforçar amizades e alianças entre famílias, de manter laços familiares estabelecidos em primeiras núpcias, de instituir uma família para moça órfã ou desamparada, de cuidar de sobrinhos e sobrinhas e de dar outra mãe a filhos e filhas órfãos, bem como buscar proteção e ascensão social, formou casais.

Em decorrência do fato de a individualização feminina se processar, sobretudo, em relação à família e de o casamento constituir a base desta, o matrimônio figurou como

principal projeto em relação ao futuro feminino, a despeito da existência ou não do amor. Isto porque o encaminhamento das mulheres para o casamento e a maternidade era considerado condição basilar à reprodução social.

O enredamento amor/casamento permitiu a ampliação da comunicação e da intimidade entre parte dos casais. Igualmente, oportunizou que parte das mulheres avaliasse suas relações e expressasse o desejo de um relacionamento mais igualitário e afetivo, desencadeando, assim, tensões e transformações nas relações afetivas, notadamente, nos anos 1950.

O amor sonhado e não realizado no âmbito do casamento foi um fulcro, a partir do qual parte das mulheres criticou a instituição e contribuiu para o descentramento da identidade feminina da maternidade e do casamento, especialmente, nos anos 1950. O casamento foi também significado como lugar de infortúnio, de desgraça, de desamor, que favorecia aos homens, subjugando as mulheres.

As relações conjugais ultrapassaram a lógica do marido dominador e da mulher submissa. Entre a submissão e o controle delinearam-se disputas, cumplicidades e relações de força no âmbito do casal.

O uso das representações dominantes permitiu que o cotidiano fosse inventado e a norma esgarçada. A representação da casada honesta protegeu o adultério e a ilegitimidade no âmbito do casamento. O usufruto do corpo e da sexualidade foi vivido sob a imagem da moça de família. O ser percebido como moça de família instituía a jovem como boa moça, ainda que suas práticas não correspondessem à identidade social. Assim, através da imagem de mulheres respeitáveis, algumas poucas mulheres pertencentes a importantes famílias puderam se singularizar, no que diz respeito aos valores dominantes relativos ao corpo e à sexualidade, na medida em que puderam experienciar o amor e sexualidade fora dos laços conjugais.

O casamento também permitia compensações e exercício de poder. A mulher casada/mãe foi inscrita como a condição mais respeitável para a mulher. Ainda que fosse significada em função do homem, a casada/mãe se sobrepunha às outras mulheres. Situada no topo da hierarquia, a casada/mãe se projetava em relação à viúva, à solteira, à solteirona, à amasiada e à prostituta. Com efeito, o valor atribuído à mulher casada em detrimento das demais impulsionou as mulheres ao casamento.

A intensa ideologização da maternidade e do casamento que marcou o período abordado não suprimiu a possibilidade de delineamento de trajetórias singulares, para além da maternidade e do casamento. Um segmento das moças mais abastadas, especialmente nos anos 1950, foi alvo de investimentos que tanto as impulsionavam para a maternidade e o casamento quanto para o desenvolvimento de uma carreira. Um investiram no estudo, no

trabalho e no casamento, outras no casamento e na maternidade, outras ainda investiram na carreira, optando por permanecer solteiras.

Sob o impacto da educação formal, da institucionalização da saúde pública, da ação de médicos, de professoras, de visitadoras sanitárias, de auxiliares sociais e de puericultura, bem como da propaganda de formas modernas de criação de filhos e de filhas, a função materna foi ampliada. Nutrir, cuidar, educar, promover a formação moral e religiosa, investir, para que as crianças reproduzissem as diferenças e hierarquias de gênero eram atribuições das mães.

Ao longo do período em estudo cresceu a presença e a interferência médica na cidade. Adensou-se sua presença na cena do parto, ainda que a maioria das mulheres continuasse a ser assistida por parteiras. O acompanhamento da gestante desde o início da gravidez foi também uma prática que se institucionalizou, a partir do final dos anos 1930. Especialmente, a partir desse contexto, foram sendo difundidas noções de higiene e de puericultura. Contudo, elas não promoveram, necessariamente, uma transformação radical das práticas de maternagem, uma vez que as novas práticas conviveram com as práticas costumeiras. Nos cuidados com a prole empregaram-se tanto saberes modernos quanto tradicionais.

A aproximação entre mulheres e médicos, mediada pelo acompanhamento da gestação e pelo despontar da medicalização do parto, possibilitou a interferência médica no campo da reprodução. Igualmente, favoreceu o controle de natalidade, através de métodos artificiais. Em nome da saúde da mãe e da prole, o controle de natalidade com base nesses métodos foi se difundido entre os segmentos mais elevados.

Embora produzir muitos filhos e filhas fortes e saudáveis para a pátria fosse uma obrigação feminina e um desígnio difundido pela Igreja Católica, o controle de natalidade foi praticado, por parte das mulheres. O medo da morte, a necessidade de assegurar a saúde, a beleza como obrigação feminina, o ingresso no mercado de trabalho e o desejo de cuidar melhor dos filhos e das filhas levou parte das mulheres a buscar limitar a prole.

Como a legitimidade da reprodução era dada pelo casamento, o estatuto que as mulheres adquiriam através da maternidade era ressignificado em função dos códigos de sexualidade. A maternidade sem matrimônio, nos segmentos mais elevados, era sinônimo de drama pessoal e familiar, especialmente, na classe média. A condição de mãe, nessas circunstâncias, longe de ser valorizada e incentivada, foi objeto, muitas vezes, de conflitos familiares e de estigmatização social. O nascimento de filhos e filhas fora do matrimônio considerado desonra, gerou desvalorização familiar e social. Na tentativa de evitá-la, algumas mulheres negaram a maternidade, bem como recorreram ao aborto e ao infanticídio.

O adensamento das atribuições maternas correspondeu ao delineamento de poderes sobre as crianças e os costumes. Responsável pela nutrição, cuidado, educação moral e religiosa, as mulheres-mães, assim como as professoras, se tornaram as principais responsáveis pela disciplinarização das novas gerações. A mulher-mãe foi investida de um conjunto de funções civilizadoras, que lhe possibilitaram exercer poder e auferir reconhecimento social.

O poder exercido na conformação dos corpos e das novas subjetividades, bem como o reconhecimento de que eram alvo as mães permitem compreender o porquê de muitas mulheres terem incorporado a representação da mulher-mãe, subjetivando-se a partir da maternidade.

FONTES E REFERÊNCIAS

1. FONTES

1.1 INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

Academia Piauiense de Letras – Teresina (PI)

Arquivo Público do Piauí – Teresina (PI)

Biblioteca Central da Universidade Estadual do Piauí – Teresina (PI)

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco – Teresina (PI)

Biblioteca Estadual Des. Cromwell de Carvalho – Teresina (PI)

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

Conselho Estadual de Cultura – Teresina (PI)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – São Luís (MA)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Teresina (PI)

Núcleo de Pesquisa História e Memória – Teresina (PI)

1.2 JORNAIS CONSULTADOS

A Cidade (1929-1930)

A Flâmula (1936)

A Imprensa (1925-1928 e 1933)

A Liberdade (1932-1933)

A Praça (1927-1928)

A Resistência (1948-1950)

Ateneu (1944)
Correio de Teresina (1913)
Correio do Piauí (1923)
Diário Oficial (1931-1945)
Gazeta (1942/1945)
Gente Nova (1946-1947)
Jornal de Notícias (1950)
Jornal do Piauí (1951-1953; 1955-1957)
Jornal dos Novos (1940)
Litericultura (1912)
Nego (1931)
O Dominical (1948-1956; 1959-1960)
O Arrebol (1918-1925)
O Estado (1947-1948)
O Estado do Piauí (1957-1959)
O Momento (1933-1934, 1937)
O Nordeste (1919-1920)
O Norte (1940-1941)
O Piauí (1915, 1919-1921, 1925-1930, 1933, 1946-1955)
O Tempo (1934-1935)
Reação (1924)
Resistência (1949-1953)
Vanguarda (1939)

1.3 ALMANAQUES E REVISTAS CONSULTADOS

A Revista (1928)
Almanaque da Parnaíba (1924- 1929, 1935, 1937, 1939, 1944-1949)
Almanaque do Cariri (1952)
Garota (1933)
Revista a Propaganda (1930)
Revista a Propaganda (1930).

Revista da Academia Piauiense de Letras (1919, 1921, 1923-1924, 1927-1929, 1936-1939, 1942-1943, 2003)

Revista Gleba (1933-1934)

Revista Panóplia (1954-1955)

Vida Doméstica (1920-1964)

1.4 DADOS CENSITÁRIOS

FUNDAÇÃO IBGE. *Teresina*: Piauí. [Rio de Janeiro, 197?]

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Ensino*. Separata de: Anuário Estatístico do Brasil, ano IX, 1948. Rio de Janeiro, 1949.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: população e habitação; censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços*. Rio de Janeiro, 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos demográfico e econômico*. Rio de Janeiro, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1960*. [Rio de Janeiro, 196?]. t. III, v. 1, 1ª parte.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1970*. [S.l., 197?].

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Sinopse do recenseamento realizado em 1 de setembro 1920*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926.

1.5 DOCUMENTOS OFICIAIS

ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1921. Teresina: Tipografia d'O Piauí, 1921.

ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1922. Teresina: Tipografia d'O Piauí, 1922.

ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1924. Teresina: Tipografia d'O Piauí, 1924.

ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Matias Olímpio de Melo, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1928. Teresina: [Tipografia d'O Piauí], 1928.

1.6 ENTREVISTAS

A PRÁXIS literária de Assis Brasil: entrevista com o autor da tetralogia piauiense. Entrevista concedida a Francigelda Ribeiro em 21/04/2006. Teresina, 2006. 1 DVD.

ABREU, Irlane Gonçalves de. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2002.

ALBUQUERQUE, Maria. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

ALMEIDA, João Clímaco de. *Depoimento concedido ao núcleo de História Oral da Fundação Cepró*. Teresina, 1989.

CASTELO BRANCO, Augusto. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso e a Pedro Vilarinho Castelo Branco*. Teresina, 2007.

COELHO, Celso Barros. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

CORREIA, Genu de Aguiar Moraes. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008

LEÃO, José Elias Martins Arêa. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

MACHADO, Raimunda Ribeiro. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

MENDES, Maria Cecília da Costa Araújo. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2002.

NUNES, Célis Portella. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, abr. 2002.

OLIVEIRA, Yara Maria de Sousa Vilarinho. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

REGO, Ana Coeli Moura Napoleão. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2009.

RIBEIRO, Joel da Silva. *Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento, Laécio Barros Dias e Regianny Lima Monte*. Teresina, 2006.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

SANTOS, Clidenor de Freitas. *Entrevista concedida ao núcleo de História Oral da Fundação CEPRO*. Teresina, 1987.

SANTOS, Rita. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

SANTOS, Gerusa. *Entrevista concedida a Bernardo Pereira de Sá Filho*. Teresina, 2005.

SILVA, Henriqueta Pinheiro da. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

SILVA, Maria Ambrósio da. *Entrevista concedida a Bernardo Pereira de Sá filho*. Teresina, 1999.

1.7 GENEALOGIAS

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1990. v. 4.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1993. v. 2, t. I.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1992. v. 2, t. II.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. v.3, t. 1. São Paulo: Livraria Correia do Lago, 1993.

FERREIRA, Edgardo Pires. *Os Castello Branco: a mística do parentesco*. Piauí: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba; São Paulo: Linear B Gráfica e Editora, 2008. v. 5.

BRANCO FILHO, Moysés Castello. *Manuel Thomaz Ferreira*. Rio de Janeiro: Tip. Baptista de Souza, 1979.

1.8 MEMÓRIAS, BIOGRAFIAS, ROMANCES E POESIAS

ABREU, Irlane Gonçalves de. Lembranças de Teresina. *Cadernos de Teresina*, Teresina, ano X, n. 23, p. 59, ago. 1996.

AGUIAR, Castro. *Caminhos de perdição*. Teresina: Ed. Meridiano, 1965.

ANDRADE, José Severiano da Costa. *Rosal da vida e outros poemas*. Teresina: F.C.M.C, 1996.

- BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.
- BEVILAQUA, Amélia de Freitas. *Através da vida*. Rio de Janeiro: H. Guarnier, 1906.
- BORGES, José Gildo Borges. *Paissandu: um mundo de sedução!!!*. Teresina: Realce, 2007.
- BOTTO, Carlos Penna. *Meu exílio no Piauí*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.
- BRASIL, Assis. Beira-rio, beira-vida. In: _____. *Tetralogia piauiense*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2008. p. 18-127.
- BRASIL, Assis. Pacamão. In: _____. *Tetralogia piauiense*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2008. p. 345-454.
- BRITO, Antonio Bugyja. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977. v. 1.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Eurípedes de Aguiar*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.
- CARVALHO, J. Coriolano. O último Carvalho de Almeida. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, p.81-93, 1949.
- CARVALHO, Jandira. Toada sentimental. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, 1949.
- CARVALHO, Leonildes Donizete Lima. O cabaré. In: NOVOS contos piauienses. Teresina: [COMEPI, 1984].
- CARVALHO, Lilizinha Castelo Branco de. *O juramento*. Teresina:[s.n.], [198-]. p. 17.
- CARVALHO, Luiz Gonzaga de. *Lições de humanismo: vida, memória e descendência*. Teresina: Edições, 2006.
- CARVALHO, O. G. Rego de. Somos todos inocentes. In: _____. *Ficção reunida*. 2. ed. Teresina: Corisco, 2001. p. 91-234.
- CARVALHO, O. G. Rego de. Ulisses entre o amor e a morte. In: _____. *Ficção reunida*. 2. ed. Teresina: Corisco, 2001. p. 7-90.
- CASTELO BRANCO, Carlos. Teresina na distância. In: TITO FILHO, A. *Teresina meu amor*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- CASTELO BRANCO, Lili. *A misteriosa passageira*. Teresina: [s.n., 1986].
- CASTELO BRANCO, Lili. *Fases do meu passado*. Teresina: [s.n.], 1983.
- CASTELO BRANCO, Lili. *Vida romanceada de Simplicio de Sousa Mendes*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1987.
- COBRA, Ercília Nogueira. *Virgindade inútil e anti-higiênica*. São Paulo: [s.n.], 1927.
- COELHO, Celso Barros. *Tempo e memória: Pastos Bons*. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

- CUNHA, Higino. *Memórias: traços autobiográficos*. Teresina: Imprensa Oficial, 1939.
- D'ARAUJO, Maria celina; CASTRO, Celso (Org.). *Tempos modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004.
- DIAS, William Palha. *Memorial de um lutador obstinado*. Teresina: COMEPI, 1997.
- DOBAL, H. *Obra completa II: prosa*. Teresina: Corisco, 1999.
- FERRAZ, Raimundo Wall. *45 anos depois: tudo que vi, li e ouvi*. Teresina: [s.n.], 1992.
- FREITAS, Clodoaldo. *Por um sorriso*. Imperatriz: Ética, 2009.
- FREITAS, Lucídio. *Poesia completa*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1995.
- FURTADO, José da Rocha. *Memórias e depoimentos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1990.
- GARCIA, José Ribamar. *Entardecer*. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2007.
- GAMEIRO, Alvina Fernandes. *A vela e o temporal*. 2. ed. Brasília: Gráfica Santa Clara, 1996.
- GONÇALVES, L. M. Ribeiro. Lembranças do Amarante. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras, Oeiras*, p. 75-79, 1984.
- IBIAPINA, João Nonon Fontes. *Palha de arroz*. 4. ed. Teresina: Corisco, 2004.
- IBIAPINA, Alice Ribeiro Gonçalves. *Vicente Ribeiro Gonçalves: meu pai*. Teresina: Avant Garde Comunicação, 1998.
- JACOB, Marc Theophile. A pequena e brava família Jacob. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Gente de longe*. Teresina: Halley, 2006.
- KRUEL, Kenard. *Djalma Veloso: o político e sua época*. Teresina: Zodíaco, 2006.
- KRUEL, Kenard. *Gonçalo Cavalcante: o intelectual e sua época*. Teresina: Zodíaco, 2005.
- LIGÓRIO, Afonso. *Tempos de Leônidas Mello*. Teresina: Academia Piauiense de Letras; Assembléia Legislativa, 1994.
- MACHADO, Mundiquinha. *Ano 2000: 50 anos dos anos 50*. Teresina, 10 jul. 2000.
- MAGALHÃES, Dina. *Os segredos do sucesso de pessoas bem-sucedidas*. Teresina: Halley, 2002.
- MATOS, João Miguel de. *Pisando os meus caminhos*. Teresina: [s.n.], 1969.
- MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho: 'memórias' à feição de*

autobiografia. Teresina: COMEPI, 1976.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. *Rua da Glória 4: o tamanho de uma esperança (1935-1945)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993. v. 4.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. *Rua da Glória: no tempo dos revoltosos (1921-1934)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993. v. 3.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da glória 2: as armas e as máquinas (1896-1921)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993, v.2.

MONTEIRO, Maria Francisca Monteiro de Souza. *Reminiscências de uma vida aos 85 anos*. Teresina: Gráfica do Povo, 2007.

MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: Iocé, 1987-1988. 5 v.

MOURA, Francisco Miguel de. *Os estigmas*. Teresina. 3. ed. Teresina: Ed. Cirandinha, 2004.

MOURA, Francisco Miguel de. *Sonetos escolhidos*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2003.

MOURA, Francisco Miguel de. *O menino quase perdido*. Teresina, 2009. No prelo.

NAPOLEÃO, Aluizio. *Meu avô José de Freitas*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

NAPOLEÃO, Aluizio. *Um lutador: Hugo Napoleão e sua época*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1992.

NEVES, Abdias. *Um manicaca*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NUNES, M. Paulo (Org.). *Francisco de Paula Teixeira Nunes: centenário*. Teresina: P.M.T., 1998.

NUNES, M. Paulo. Memória do cinema. In: _____. *Modernismo e vanguarda*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2000.

NUNES, M. Paulo. Memória Pedro II. In: SANTOS, Cineas (Dir.). *P2*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

NUNES, Manoel Paulo. *As solidões justapostas*. Teresina: APL, 1992.

O ADMIRÁVEL Pedro Brito. Teresina: COMEPI, 1982.

OLIVEIRA, José Ribamar. *Rio de águas barrentas*. [S.l.: s.n.], 1989.

OLIVEIRA, Joaquim Pereira de. *Estrelas no chão: memórias*. Brasília: André Quicé, 1997.

OLIVEIRA, Silvio Mendes de. *Revivendo meus caminhos e outras notas*. Teresina: Halley, 2002.

PINHEIRO, Cristiane; MORAES, Sana. Seu Cornélio: o homem do pão de queijo. SAID, Gustavo (Org.). *Entre rios: perfis e cenários de Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2003.

RAMOS, Francisco Ferreira. *Memorial do Hospital Getúlio Vargas*. Teresina: Gráfica do Povo, 2003.

REBELO, Goethe Pires de Lima. *Tempos que não voltam mais: crônicas sobre a Parnaíba antiga*. [Parnaíba: s.n., 198?]

REGO, Benedito Martins Napoleão do. *Cancioneiro geral II 1920-1976*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2003. v.2.

REGO, Benedito Martins Napoleão do. *Cancioneiro geral: 1920-1976*. [Teresina: COMEPI, 1981]. v. 1.

REGO, Raimundo de Moura. *As mamoranas estão florindo*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

REGO, Raimundo Moura. *Notas fora de pauta*. Teresina: APL, 1988.

RIBEIRO, Pedro S. *Club dos Diários*. Teresina: Halley, 2003.

RIBEIRO, Pedro S. *Vento geral: romance*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1996.

ROCHA, Odeth Vieira. *Maranduba: memória do Nordeste contada de viva voz. De mãe para filho, de avó para neto para que não se percam nossos começos e tropeços*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Sindical, 1994.

SANTOS, José Bruno dos. *Transpondo Barreiras*. 2. ed. Teresina: COMEPI, 1999.

SANTOS, José Lopes dos. *A academia e a cadeira 27*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1994.

SILVA, Francisco da Costa e. Verônica: In: _____. *Antologia*. 3. ed. Teresina: COMEPI, 1982.

SOUSA, Constantino Pereira de. *Lembranças e histórias de uma vida*. Teresina: Gráfica do Povo, 2001.

VASCONCELOS, Daise Castelo Branco Rocha de. *Vinho inebriante do amor: bodas de ouro de Pedro e Daise: meio século de amor e cumplicidade*. Teresina: Ipanema, 2003.

1.9 LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. *Theresina, Teresina*. Teresina: F.C.M.C., [199_]. Não paginado.

FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

GONÇALVES, Luis Mendes Ribeiro. Prefácio. In: REGO, Tasso Forte do. *Varões ilustres*. 2. ed. Teresina: COMEPI, 1983. p. 40-81.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003.

MARTINS, Elias. *Fitas*. Teresina: Imprensa Oficial, 1920.

NUNES, M. Paulo. Discurso de recepção proferido pelo acadêmico M. Paulo Nunes. In: RIBEIRO, Pedro da Silva; NUNES, M. Paulo; LUSTOSA, Oton. *Discursos acadêmicos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001. p. 31-49.

OITO anos de governo: a administração Leônidas Melo no Piauí: maio de 1935- maio de 1943. Rio de Janeiro: Centro Piauiense, 1943.

OLÍMPIO, Matias. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

OLÍMPIO, Matias. Resposta às críticas feitas à Reforma do Ensino. In: _____. *Ensaio, discursos e conferências*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1959.

QUEIROZ, Áurea. *Brincadeiras infantis*. Teresina: Halley, 2006.

QUEIROZ, Áurea. *Quadrinhas populares*. Teresina: Halley, 2006.

SILVA, Alberto da Costa e. Da Costa e Silva. In: SILVA, Francisco da Costa e. *Antologia*. 3. ed. Teresina: COMEPI, 1982.

SILVA, Benedito Luz e. *Os estigmas: crítica*. In: MOURA, Francisco Miguel de. *Os estigmas*. Teresina. 3. ed. Teresina: Ed. Cirandinha, 2004. p. 175-178.

TITO FILHO A.; MATOS, J. Miguel de. *Martins Napoleão*. Teresina: EDUFPI, 1994.

TITO FILHO, A. *Governos do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TITO FILHO, A. *Carnavais de Teresina*. Teresina: [s.n., 199?].

TITO FILHO, A. *Crônicas*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, [1990?].

TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TITO FILHO, A. O saudoso bamba da zona. In: CASTELO BRANCO, Lili. *Vida romanceada de Simplício de Sousa Mendes*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1987. p. 1-3.

TITO FILHO, A. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TITO FILHO, A. *Teresina meu amor*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

TITO FILHO, A. *Um manicaca*: documento de uma época. In: NEVES, Abdias. *Um manicaca*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p.13-19.

1.10 ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS E REVISTAS

A CIDADE. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 58, p. 3, 8 mar. 1946.

A CIDADE. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 69, p. 3-4, 5 abr. 1946.

A CIDADE. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 94, p. 3, 5 jun. 1946.

A HIGIENE e as doenças da infância. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 57, p. 7, 12 mar. 1937.

A INSTALAÇÃO do curso de enfermeiras visitadoras. *Diário Oficial*, Teresina, ano 9, n. 71, p. 1-2, 27 mar. 1939.

A LEGIÃO Brasileira de Assistência no Piauí. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 226, p. 11, 1 jan. 1954.

A MARIA Adriana. *O Nordeste*, Teresina, n. 8, p. 7, 17 jan. 1920.

A RUIDOSA política das mulheres. *O Tempo*, Teresina, ano 3, p. 3, 16 fev. 1935.

A SITUAÇÃO da infância melhora. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 117, p. 7, 26 maio 1936.

A. N. Vida Social. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 8, p. 4, 12 jan. 1927.

ACÁCIA. O Feminismo. *O Piauí*, Teresina, ano XXVII, n. 273, p. 4, 28 nov. 1925.

ACÁCIA. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 212, p. 4, 24 fev. 1926.

AGUIAR, Eurípedes C. de. Chefia de Polícia. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 234, p. 3, 12 jun. 1947.

AGUIAR, Eurípedes C. de. Chefia de polícia. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 234, p. 3, 12 jun. 1947.

AJUDA Familiar. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 44, 5 nov. 1950. Página feminina, p. 3.

ALBERTO, Carlos. A União Feminina. *O Piauí*, Teresina, ano 1, n. 13, p. 1, 14 maio 1933.

ALENCAR, J. Carlos M. Sede homens de moral: VII. *O Dominical*, Teresina, ano 19, n. 14/55, 3 abr. 1955, p. 3.

- ALENCAR, Walter. A constituinte e o voto secreto – sufrágio feminino. *Nego*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 2, 24 maio 1931.
- ALONSO. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVII, n. 260, p. 4, 13 nov. 1925.
- AMILCAR. Adoração. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 30, p. 4, 6 fev. 1927.
- ANDRADE, Corinto. Em redor do feminismo. *Litericultura*, Teresina, ano II, fasc. 4, p. 223, 30 abr. 1913.
- ANIVERSÁRIOS. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 331, p. 3, 30 mar. 1948.
- ANTES a escola parecia um castigo... *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, p. 30, 1947.
- AOS NOIVOS. *O Dominical*, Teresina, ano 15, n. 52, p. 3, 30 dez. 1951.
- APELAÇÃO Criminal da Comarca de Amarante. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, 12 dez. 1936. Diário da Justiça, p. 7-8.
- APELO às mães. *O Dominical*, Teresina, ano 19, n. 37/56, p. 1, 11 set. 1955.
- APRENDA a defender seu filho. *Diário Oficial*, Teresina, ano 8, n. 17, p. 1, 22 jan. 1938.
- APRENDA defender seu filho: o Lactário Suzanne Jacob de Parnaíba. *Diário Oficial*, n. 34, p. 9, 12 fev. 1938.
- ARAÚJO, Lineu. Aprenda a defender seu filho: como evitar a sífilis congênita. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 286, p. 12, 24 dez. 1937.
- ARAÚJO, Mário. Pulcra visão. *A Imprensa*, Teresina, ano I, n. 99, p. 3, 10 jun. 1926.
- AS IDADES do amor materno. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 42, p. 33, 22 out. 1950.
- ÀS MÃES. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 20, 21 maio 1950. Página feminina, p. 3.
- AS VISITADORAS. *Vanguarda*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 8, 7 set. 1939.
- ASSOCIAÇÃO Piauiense de Medicina. *Almanaque do Cariri*, Teresina, 1952, p.256.
- ASSOCIAÇÃO Piauiense de Medicina. *Diário Oficial*, Teresina, ano 14, n. 13, p. 28, 1 fev. 1944.
- ASTREGESILO, A. A mulher brasileira. *O Nordeste*, Teresina, n. 4, 20 dez. 1919.
- ATOS do Poder Executivo. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 85, p. 5, 3 jul. 1943.
- AUTARQUIAS, repartições federais, instituições para-estatais e patronais. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 373-379, 1952.
- BAILES carnavalescos. *O Piauí*, Teresina, ano XXX, n. 355, p. 1, 19 fev. 1920.

BARROMEU, Carlos (Pe.). O pudor. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 22, 4 jun. 1950. Página feminina, p. 3.

BATISTA, Jônatas. Astúcia de mulher. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVI, n. 88, p. 4, 16 abr. 1925.

BERENICE. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 36, p.4, 13 fev. 1926.

BRANDÃO, Alceu do Amarante. Departamento de ensino. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 289, 1952.

BRANDÃO, Ascânio (Mons.). Açougues do pudor. *O Dominical*, Teresina, ano 17, n. 37/53, p. 4, 13 set. 1953.

BRILHANTE conferência do deputado Paulo Martins. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 138, p. 1, 22 jun. 1937.

BRITO, Anísio. Ligeira notícia sobre o ensino público. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, p. 1-6, 12 dez. 1936.

C. A. Comentários: conselhos a um amigo. *O Dominical*, Teresina, ano 17, n. 20, 21 maio 1950. Página da União de Moços Católicos, p. 4.

CAMÉLIA. Vida social: a culpa é dos homens. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 97, p. 4, 5 maio 1926.

CARNAVAL. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 52, p. 1, 11 fev. 1926.

CARNAVAL. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 20, p. 1, 23 jan. 1928.

CARNAVAL. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 47, 27 fev. 1927.

CARTA aberta à mãe brasileira. *O Dominical*, Teresina, ano 20, n. 8/56, p. 4, 19 fev. 1956.

CARTA. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 48, p. 6, 30 out. 1920.

CASA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 148, p. 12, 2 dez. 1943.

CASAMENTOS. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 284, p. 4, 28 dez. 1926.

CASOS Policiais. *O Piauí*, Teresina, ano 37, n. 10, 11 jan. 1925.

CASOS policiais. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVII, n. 10, 11 jan. 1925.

CASTELO BRANCO, Cristino. Firmina Sobreira. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, n. 20, ano XXVI, p.12-14, dez. 1943.

- CASTELO BRANCO, Cristino. Discurso proferido pelo Dr. Cristino Castelo Branco, paraninfando a colação de grau das professoras, na Escola Normal, a 14 do corrente. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano XI, p. 146-149, n. 12, jan. 1928.
- CASTELO BRANCO, Fenelon. Escola Normal do Piauí: diplomadas de 1918. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 2, n. 2, p. 169, 1919.
- CENTRO médico do Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano III, n. 74, p. 8, 31 mar. 1930.
- CENTRO médico do Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXXIX, n. 115, p. 26, 1. Jun. 1930.
- CHAVES, Antônio. O feminismo em Teresina. *O Piauí*, ano XXXI, n. 430, p. 1, 28 nov. 1920.
- CHAVES, Antônio. O feminismo em Teresina. *O Piauí*, ano XXXI, n. 433, p. 1, 9 dez. 1920.
- CINHÁ. Cartas femininas. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 32, p. 4, 3 jul. 1920.
- CINHÁ. Cartas femininas. *O Nordeste*, Teresina, n. 19, 3 abr. 1920.
- CLARK, Oscar. Como construir um Brasil sadio. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, p. 301-313, 1947
- CLUB dos Diários. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 360, p. 1, 23 jun. 1948.
- CLUBE dos Diários. *Gazeta*, Teresina, ano 32, n. 376, p. 4, 25 abr. 1943.
- CLUBE dos Diários. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 186, p. 4, 8 fev. 1947.
- CLUBE dos Diários. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 648, p. 1, 20 dez. 1935.
- COLÉGIO Estadual do Piauí. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 163-164, 1952.
- COLÉGIOS não católicos. *O Dominical*, Teresina, ano 17, n. 5/53, p. 4, 1 fev. 1953.
- COLLEGIO “Benjamin Constant”. *Piauí*, Teresina, ano III, n. 109, p. 4, 15 mar. 1915.
- COM VISTAS à polícia. *A liberdade*, Teresina, ano 5, n. 138, p. 2, 25 maio 1932.
- COM vistas aos senhores pais de família de E.Veloso – Valença do Piauí. *O Piauí*, Teresina, ano LXII, n. 759, p. 3, 14 fev. 1952.
- COMO deveriam ser escolhidos noivo e noiva para se obter uma união feliz e duradoura. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, out. 1942, p. 10-12.
- CONCERTO musical. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 177, p. 12, 10 ago. 1937
- CONDIÇÕES sanitárias, organização hospitalar e serviços de saúde no Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano II, n. 272, p. 1 e 4, 7 dez. 1932

CONTRA o voto das mulheres. *A Liberdade*, Teresina, ano 7, n. 189, p. 2, 23 maio 1934.

CORREIA, Antônio M. Aprenda a defender seu filho: conselhos indispensáveis às senhoras grávidas. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 275, p. 7, 11 dez. 1937.

COUTO, Durvalino. Aprenda a defender seu filho. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 270, p. 1, 4 dez. 1937.

CRÔNICA feminina. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 399, p. 4, 9 out. 1948.

CROTMAN, Rachel. A mulher moderna. *A Liberdade*, Teresina, ano 7, n. 206, p. 2, 13 out. 1934.

CROTMAN, Rachel. O momento feminista brasileiro. *A Liberdade*, Teresina, ano 7, p.3, 14 jul. 1934.

CROTMAN, Rachel. Restrições criadas ao trabalho feminino. *A Liberdade*, Teresina, ano 7, n. 193, p. 4, 23 jun. 1934.

CUNHA E SILVA. Pelos nossos subúrbios. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 371, p. 1, 24 jul. 1948.

CUNHA, Edson. Pela instrução pública. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 4, p. 1 e 4, 7 jan. 1936.

CUNHA, Edson. Pela instrução. *O Piauí*, Teresina, ano 6, n. 4, p. 1 e 4, 7 jan. 1936.

CUNHA, Higino. A educação feminina e o regime conjugal. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano VII, p. 37-52, maio 1924.

CUNHA, Higino. O cinematógrafo. *O Piauí*, Teresina, ano XXXII, n. 502, p. 18 ago. 1921.

CUNHA, Higino. O criticismo: no álbum de uma senhorita. *O Tempo*, Teresina, n. 23, p. 1, 27 jul. 1905.

CURSO de auxiliares de Puericultura. *O Piauí*, Teresina, n. 704, p. 3, 2 jun. 1951.

CURSO de puericultura na Escola Normal. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 185, p. 5, 17 ago. 1940.

CURSO de puericultura na Escola Normal. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 181, p. 10, 12 ago. 1940.

CURSO de visitadoras do Departamento de Saúde Pública. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 35, 3 mar. 1943.

CURSO de visitadoras e de auxiliares de laboratório. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 41, p. 11, 17 mar. 1943.

DICKENS, Carlos. Lua de mel. *O Arrebol*, Teresina, ano 10, n. 56, p. 2-4, 27 jan. 1924.

- DINO. Olhos. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 20, p. 4, 26 jan. 1927.
- DIRETORIA de Saúde Pública. *Diário Oficial*, Teresina, ano 4, n. 3, 4 jan. 1934.
- DIAS, William Palha. Club dos Diários, de Pedro da Silva Ribeiro. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, n. 61, ano LXXXVI, p.109-112, 2003.
- DISCURSO do Paraninfo professor Higino Cunha. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, ano XI, n. 13, p. 29-51, nov. 1928.
- DISCURSO pronunciado pelo Dr. Vaz da Silveira. *Diário Oficial*. Teresina, ano XI-53º da República, n.98, p.5, 6 maio 1941.
- DISCURSO. *A Imprensa*, Teresina, ano1, n. 91, p. 1, 20 maio 1926.
- DONT, Mario. Trepações. *O Arrebol*, ano 9, n. 38, p. 4, _____, 1923.
- DR. ADAUTO Resende. *Diário Oficial*, Teresina, ano XIII, n. 46, p. 12, 29 mar. 1943.
- DREYFUS. O feminismo avança. *O Piauí*, Teresina, ano 1, n. 21, p. 4, 11 jun. 1933.
- ECOS do carnaval. *Gazeta*, Teresina, ano 33, n. 1474, p. 4, 24 fev. 1944.
- ECOS e fatos. *A Imprensa*, Teresina, ano 2, n. 158, p. 1, 13 nov. 1926.
- EDMO. Vida social: solteironas. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 33, p. 4, 10 mar. 1926.
- EGLANTINE. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 49, p.4, 4 mar. 1926.
- ELGANTINE. Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXVII, n. 71, p. 4, 30 mar. 1926.
- EM defesa da mocidade. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 28, p. 4, 30 dez. 1945.
- ENLACE Almerinda Rego Monteiro – José Virgílio. *Diário Oficial*, Teresina, ano 12, n. 7, p. 16, 10 jan. 1942.
- ENLACE Maria de Nazareth Pereira da Silva – Odilo Costa Filho. *Diário Oficial*, Teresina, ano 12, n. 6, p. 16, 9 jan. 1942.
- ESCOLA de mãezinhas. *Diário Oficial*, Teresina, n. 72, p. 5, 28 maio 1943.
- ESCOLA Normal Oficial. *Diário Oficial*, Teresina, ano II, n. 63, p.3-4, 8 mar. 1932
- ESCOLA Normal. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 259, p. 6, 23 nov. 1940.
- ESCOLA Normal. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVII, n. 17, p. 4, 20 jan. 1925
- ESCOLA Técnica de Comércio do Piauí. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 127-128, 1952.

- ESMERALDA. Manicaca. *Piauí*, Teresina, ano LX, n. 39, p. 4, 17 fev. 1927.
- ESMERALDA. Minha amiga. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 3, p.4, 5 jan. 1927.
- ESPINHOS... *Nego*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 6, 17 maio 1931.
- ESTATUTOS da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. *Diário Oficial*, Teresina, ano II, n. 30, p.10, 4 fev. 1932.
- EXPOSIÇÃO apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório [...]. *Diário Oficial*, Teresina, ano II, n. 61, p.1-3, 12 mar. 1932.
- FESTA de Nossa Senhora de Lourdes. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 174, p. 12, 6 ago. 1937.
- FESTAS Joaninas. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 141, p. 12, p. 12, 26 jun. 1937.
- FESTIVAL de arte. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 222, p. 2, 3 out. 1940;
- FESTIVAL de arte. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 230, p. 3, 12 out. 1940.
- FESTIVAL Litero-musical. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 173, p. 12, 5 ago. 1937
- FILA dos cinemas. *O Piauí*, Teresina, não LVIII, n. 33, p. 2, 3 abr. 1948.
- FRANCISCA. Maria, mãe de Deus e nossa! *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 18, 7 maio 1950. Página feminina, p. 3.
- FREIRE, Antonino. A mulher na escola primária. *Litericultura*, Teresina, ano 2, v. 3, p. 201, 30 abr. 1913.
- FREITAS, Clodoaldo. O Feminismo. In: _____. *Em roda dos fatos*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996. p. 71.
- FUNDADA A 'Escola das mãezinhas'. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 159, p. 7, 17 jul. 1940.
- FURTADO, Rocha. Aprenda a defender seu filho. *O Momento*, Teresina, ano 5, n. 477, p. 1, 14 nov. 1937.
- GLAUCO. Leves, quase alados... *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 270, p. 4, 10 dez. 1926.
- GLAUCO. Vingança. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 260, p. 4, 27 nov. 1926.
- GONÇALVES, Elisa. *Discurso*. Teresina, 1923.
- GOVERNO do Estado. Departamento de Saúde do Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 30, p. 2, 7 fev. 1940.

- GOVERNO do Estado. Departamento de Saúde do Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 30, p. 2, 7 fev. 1940.
- H.P.F. Queres casar? *O Arrebol*, Teresina, ano IX, n. 40, p. 1-2, 26 ago. 1923.
- HIGIENE, educação e saúde da criança. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 411, p. 1, 8 mar. 1935.
- HOLLYWOOD, a ditadora da elegância feminina. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, out. 1935. Não paginado.
- HORA de arte. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 132, p. 12, 13 jun. 1936.
- INTERVENTOR Léonidas Melo. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 63, p. 1-5, 7 maio 1943.
- IRIS. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 77, p. 4, 8 abr. 1926.
- IRIS. Vida social: elas. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 22, p. 4, 28 jan. 1926.
- JANSEN. Carnaval. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 36, p. 4, 13 fev. 1927
- JOSEPH, Mr. Lições do centenário. *O Dominical*, Teresina, ano 16, p. 3, 31 ago. 1952.
- JOSEPHY, Mr. O cinema em Teresina. *O Dominical*, Teresina, ano 6, p. 4, 17 fev. 1952.
- LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, abr. 1931.
- LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, maio 1931.
- LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, jun. 1931.
- LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, agosto 1931.
- LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, nov. 1931.
- LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, dez. 1931.
- LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, jan. 1932.
- LANDER, Hans (Dr.). Mães felizes. *Vida Doméstica*, out. 1931.
- LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 12, n. 199, p. 12, 8 set. 1942.
- LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 12, n. 203, p. 1-2, 12 set. 1942.
- LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 12, n. 203, p. 1-3, 16 set. 1942.
- LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 12, n. 207, p. 1-3, 18 set. 1942.
- LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 13, n. 207, p. 1, 3 mar. 1943.

- LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 13, n. 85, p. 1-3, 3 jul. 1943.
- LEGIÃO Brasileira de Assistência. *Diário Oficial*, ano 13, n. 90, p. 16, 17 jul. 1943.
- LEGIÃO Brasileira de Assistência: Casa da Criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 14, n. 35, p. 1, 23 mar. 1944.
- LEO-JAZZ. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 65, p. 4, 23 mar. 1927.
- LEO-JAZZ. Trombone. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 64, p. 4, 22 mar. 1927.
- LIMA, Leonor de. O feminismo. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 9, p. 4, 7 abr. 1913.
- LIMA, Olavo Correia. Semana da criança. *Diário Oficial*, Teresina, n. 125, p. 8, 12. out. 1943.
- LINDER, Max. Filmes. *O Piauí*, Teresina, ano XXX, n. 283, p. 2, 18 maio 1919.
- LOPES, Emanuel Machado. Sufrágio feminino. *Nego*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 5, 17 maio 1931.
- M...SENHOR redator. *O Nordeste*, ano 1, n. 32, p.5, 3 jul. 1920.
- M.B.A. Maria, mãe das sete dores. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 37, p. 2, 17 set. 1950.
- MAIS um crime. *A Imprensa*, Teresina, ano 3, n. 323, p. 4, 29 nov. 1927.
- MARCOS. Bilhetes íntimos. *O Nordeste*, Teresina, n. 12, p. 5, 14 fev. 1920.
- MARIA, José. Eis um milagre... *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 16, 23 abr. 1950. Página da União dos Moços Católicos, p. 4.
- MARTINS, Leonel P. B. A juíza mandou ouvir o capitão. *Jornal do Piauí*, ano VII, Teresina, n. 616, p. 6, 20 jul. 1958.
- MATOU por ciúme. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 3, p. 231, p. 1, 21 jan. 1954.
- MENDES, Creusa. Sinal dos tempos. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano IV, n. 460, p. 3, 30 dez. 1956.
- MENDES, Simplício. *O divórcio*. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 112, p. 1, 17 jul. 1926.
- MENDES, Simplício. *O divórcio*. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 113, p. 1, 20 jul. 1926.
- MENDES, Simplício. *O divórcio*. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 114, p. 1, 22 jul. 1926.
- MENDES, Simplício. *O divórcio*. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 115, p. 1, 24 jul. 1926.
- MENSAGEM apresentada à Câmara Legislativa. *Diário Oficial*, Teresina, ano XXXIX, n. 115, p. 5-6, 1 jun. 1930.

- MENSAGEM das mulheres russas às mulheres de todo o mundo. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 18, 7 maio 1950. Página feminina, p. 3. Do jornal “Santuário de S. Francisco”, de 15/03/1950.
- MÊS DE MAIO na matriz do Amparo. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 92, p. 8, 27 abr. 1936.
- MINÊS, Raimundo. Cena de sangue no bairro Piçarra. *O Piauí*, ano LXI, n. 735, p. 4, 16 ago. 1951.
- MISSÃO da mulher na família. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 50, p. 1, 6 fev. 1926.
- MODESTO, Jorge. Suplício de Tântalo. *O Tempo*, Teresina, ano 2, n. 245, 16 ago. 1934.
- MONTE, João do. *A Cidade*, Floriano, p. 1, 27 mar. 1930.
- MONTEIRO, B. M. A mulher e a conquista de seus direitos. *A liberdade*, Teresina, ano 5, n. 149, p. 4, 10 jul. 1932.
- MUTT e Jezz. As festas de momo. *Reação*, Teresina, n. 38, ano 1, 7 mar. 1924.
- NA POLÍCIA e nas ruas. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 6, n. 530, p. 10, 8 set. 1957.
- NA POLÍCIA. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 102, p. 4, 17 jun. 1926.
- NAPOLEÃO, Martins. A criança: problema básico. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 127, p. 3, 16 out. 1943.
- NEGROMONTE, Álvaro (Pe.). Máquinas de corrupção da infância. *O Dominical*, Teresina, ano 16, n. 29, p. 4, 27 jul. 1952.
- NEGROMONTE, Álvaro (Pe.). O problema da adolescência VIII. *O Dominical*, Teresina, ano 16, n. 44, p. 3, 9 nov. 1952.
- NO JARDIM. *O Nordeste*, Teresina, n. 25, p. 3, 15 maio 1920.
- NO MERCADO público. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 34, 17 jul. 1920.
- NOGUEIRA, L. A volúpia de ser amada. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 18, p. 4, 23 jan. 1927.
- NOGUEIRA, Sátiro. Juízo de Direito da 1ª vara: crime de defloração. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 224, p. 3,4,6, 5 out. 1940.
- NOIVADOS. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 245, p. 4, 7 nov. 1926.
- NOIVOS. *Revista Gleba*, Parnaíba, ano 1, n. 6, p. 23, out. 1933.
- NUNES, M. Paulo. Martins Napoleão. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, n. 61, p. 13, ano LXXXVI, 2003.

- O CRIME de Timon. *O Piauí*, Teresina, ano LXII, n. 764, p.3, 2 mar. 1952.
- O CRIME do City Clube. *A Imprensa*, Teresina, ano 2, n. 154, p. 1, 30 out. 1926.
- O CRIME no lugar São João. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 3, n. 348, p. 12, 10 jul. 1955.
- O ELEMENTO feminino na elaboração da Carta Constitucional. *A Liberdade*, Teresina, ano 5, n. 157, p. 2, 17 dez. 1932.
- O FEMINISMO em prática. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, p. 9, 18 set. 1920.
- O FEMINISMO em Teresina. Teresina, *O Nordeste*, ano 1, n. 51, p.3, 20 nov. 1920.
- O FRACASSO moral do feminismo. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n.388, p. 1, 7 fev. 1935.
- O JOGADOR. *Correio do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 361, p. 2, 15 jan. 1923.
- O JOGADOR. *Correio do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 560, p. 2, 13 jan. 1923.
- O MAU CINEMA, escola de perversão. *O Dominical*, Teresina, ano 19, n. 12/15, p. 2, 20 mar. 1955.
- O NOVO ano, no Clube dos Diários. *Diário Oficial*, ano 6, n. 1, p. 4, 2 jan. 1936.
- O OLÍMPIA funcionará brevemente. *A liberdade*, Teresina, ano 7, n. 192, p. 3, 15 jun. 1934.
- O REINADO das mulheres. *O Piauí*, Teresina, ano XII, n. 628, 23 mar. 1902.
- O RETRATO da semana. *Jornal do Piauí*, Teresina, n. 435, p. 3, 15 set. 1956.
- O RETRATO da semana. *Jornal do Piauí*, Teresina, n. 438, p. 3, 30 set. 1956.
- OBSERVADOR. Quadros II. *O Arrebol*, Teresina, ano X, n. 67, p. 2, 12 out. 1924.
- OBSERVADOR. Quadros. *O Arrebol*, Teresina, ano X, n. 66, p. 3, 9 out. 1924.
- OCORRÊNCIAS policiais. *O Piauí*, Teresina, ano LXII, n.772, p. 3, 30 mar. 1951.
- OLÍMPIO, Matias. Traços e perfis: a solteirona. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 3, v. 3, f. 1, p. 178-184, 1921.
- OLIVEIRA NETO. Divórcio e desquite. *O Piauí*, Teresina, n. 730, p. 6, 7 out. 1951.
- OLIVEIRA, Elias. Defloramento. *O Piauí*, Teresina, ano XXXII, n. 465, p. 2, 7 abr. 1921.
- OS ERROS da emancipação feminina. *O Dominical*, Teresina, ano 19, n. 49/55, p. 2, 4 dez. 1955.
- PADILHA, Leão. Melindrosa. *A Imprensa*, Teresina, n. 145, p. 3, 7 out. 1926.

PADILHA, Leão. O desvirtuamento do voto feminino. *O Tempo*, Teresina, ano 2, n. 344, p. 1, 14 dez. 1934.

PAIS de família! *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 9, p. 1, 9 abr. 1950.

PAIS!.. Cuidem dos filhos. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 14, n. 34, p. 5, 27 ago. 1950.

PALAVRAS de Maria a suas filhas: deveres como esposa. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 244, p. 1, 6 nov. 1926.

PALCOS e telas. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 220, p. 4, 6 out. 1926.

PALESTRA feita pelo Dr. José Epifânio de Carvalho. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 240, p. 6-7, 24 out. 1936.

PALESTRAS feitas ao microfone... *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 127, p. 4, 16 out. 1943.

PALESTRAS feitas ao microfone... *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 127, p. 5, 16 out. 1943.

PARTEIRA. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, p. 330, 1939.

PASCHOALINO. Comentários e notícias. *Gazeta*, Teresina, ano XVII, n. 762, p. 1, 17 dez. 1927.

PINTASILGO. Implorando. *O Arrebol*, Teresina, ano IX, n. 39, p.2, 1923.

PINTO, Wladimir. Noivado. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, ago. 1938.

POMBALZINHO da sorte. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 145, p. 8, 30 jun. 1936.

POSTO de Puericultura Suzanne Jacob. *Jornal de Notícias*, Teresina, ano 1, n. 19, p. 3, 2 jul. 1950.

PRIMO TONICO. As meias meias. *O Nordeste*, Teresina, n. 5, p. 2, 24 jan. 1920.

PROTEÇÃO à maternidade, à infância e à adolescência. *Diário Oficial*, ano 10, n. 46, p. 1, 26 fev. 1940.

QUEIXAS e reclamações. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 76, p. 4, 13 abr. 1926.

QUEIXUMES de namorados. *A Cidade*, Florianópolis, ano 2, p. 2, 31 mar. 1929.

QUIJUNHA. A Felicidade. *O Arrebol*, Teresina, ano IX, n. 45, p. 2, 21 set. 1923.

QUIJUNHA. Hermelinda. *O Arrebol*, Teresina, ano IX, n. 44, p. 3, 16 set. 1923.

QUINQUAGENÁRIO da Igreja de S. Benedito. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 120, p. 8, 29 maio 1936.

RAMOS, R. Insigne vulto piauiense. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, p.117, 1939.

RAMOS, Ribamar. Adões modernos. *Liberdade*, Teresina, ano 5, n. 175, p. 3, 30 abr. 1933.

RAMOS, Ribamar. Evas modernas. *A liberdade*, Teresina, ano 5, n. 174, p. 3, 23 abr. 1933.

RAPOSO, Torres. O Feminismo. *A Revista*, Teresina, n. 2, v. 2, 7 dez. 1928.

RECITAL de canto e folclore. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 274, p. 12, 5 dez. 1936.

REGO, Costa. A mulher na constituição. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 49, p.1, 6 nov. 1920.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D.D. Presidente da República pelo interventor federal do Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. *Diário Oficial*, Teresina, ano XIII, n. 153, p. 5-20, 14 dez. 1943.

RETALHOS: a vitória das saias. *A Imprensa*, Teresina, ano 2, n. 7, p. 2, 27 abr. 1933.

REVISTAS cariocas. *O Tempo*, Teresina, ano 2, n. 245, p. 1, 16 ago. 1934.

REVISTAS e jornais que nenhum católico pode ler. *O Dominical*, Teresina, ano 17, n. 1/53, p. 2, 4 jan. 1953.

REVISTAS e jornais que nenhum católico pode ler. *O Dominical*, Teresina, ano 17, n. 52/53, p. 3, 25 dez. 1953.

REZENDE, Adauto de. Conselhos à mães: a mãe. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 412, p. 1, 9 mar. 1935.

REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: a alimentação das crianças. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 417, p. 1 e 2, 15 mar. 1935.

REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: a mãe. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 412, p. 1 e 4, 9 mar. 1935.

REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: alimentação artificial. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 418, p. 1 e 4, 16 mar. 1935.

REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: noções de higiene geral. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 419, p. 1 e 4, 18 mar. 1935.

REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: noções de higiene geral. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 420, p. 1 e 2, 19 mar. 1935.

REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: o prematuro. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 416, p. 1 e 2, 14 mar. 1935.

- REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: o recém-nascido. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 413, p. 1 e 4, 11 mar. 1935.
- REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: o recém-nascido. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 415, p. 1 e 2, 13 mar. 1935.
- REZENDE, Adauto de. Conselhos às mães: o recém-nascido. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 414, p. 1 e 4 e , 12 mar. 1935.
- RIBEIRO NETO, Oliveira. O Flirt. *O Momento*, Teresina, ano 5, n. 448, p. 4, 6 out. 1937.
- RUA infernal. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 230, p. 3, 31 maio 1947.
- S.S. Em defesa da mocidade. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 34, p. 1, 13 jan. 1946.
- SANTOS, Maria José Santos. Enfermeira e parteira. *A Imprensa*, Teresina, ano 3, n. 326, p. 4, 6 dez. 1927.
- SATIRO, Nogueira. Juízo de Direito da 1ª Vara. *Diário Oficial*, Teresina, ano 10, n. 224, p.3, 5 out. 1940.
- SEGUNDA Promotoria Pública de Teresina. *O Estado do Piauí*, ano 1, n. 51, p. 4, 30 nov. 1957.
- SEMANA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 1, n. 227, p. 4, 12 out. 1931.
- SEMANA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. ____, p. __, 14 out. 1943.
- SEMANA da Criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 125, p. 1-2, 12 out. 1943.
- SEMANA da criança. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 230, p. 12, 13 out. 1936.
- SEMANA da Criança: política nacional de amparo à infância e à adolescência. *Diário Oficial*, Teresina, ano 13, n. 127, p. 1, 16 out. 1943.
- SERVIÇO de Assistência à Maternidade e à infância. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 327, 1952.
- SERVIÇO Social da Indústria. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 397, 1952.
- SHIRLEY Temple. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 162, p. 8, 23 jul. 1936.
- SHIRLEY Temple. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 162, p. 8, 23 jul. 1936.
- SILVA, Francisco Cunha e. A mulher. *O Tempo*, Teresina, ano 2, n. 339, p. 2, 8 dez. 1934.
- SILVEIRA, Levy. Palavras de saudação. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVII, n. 4, 4 jan. 1925.
- SINHÁ. Cartas femininas. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 32, p. 4, 3 jul. 1920.

SOARES, Wilson da Silveira. Francisco de Araújo Fortes reivindica para si a herança de uma das suas amantes. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 6, n. 506, p. 5 e 7, 26 maio 1957.

SOARES, Wilson da Silveira. Francisco de Araújo Fortes reivindica para si a herança de uma das suas amantes. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano 6, n. 510, p. 7 e 9, 9 jun. 1957.

SOCIAIS: casamento. *O Dominical*, Teresina, ano 15, n. 5, p. 6, 4 fev. 1951.

SOCIAIS: casamento. *O Dominical*, Teresina, ano 17, p. 4, 28 jun. 1951; O RETRATO da semana. *Jornal do Piauí*, n. 430, 2 set., p. 6, 1956.

SOIRÉE dançante. *Diário Oficial*, Teresina, ano 6, n. 14, p. 8, 18 jan. 1936.

SOUZA, Carvalho. Lia Torá. *A Liberdade*, Teresina, ano 4, n. 122, p. 2, 25 fev. 1932.

TERESINA: cidade lupanar. *O Piauí*, Teresina, ano LVII, n. 226, 22 maio 1947.

TIBÉRIO. [Divórcio]. *A Liberdade*, Teresina, ano 5, n. 153, p. 4, 15 nov. 1932.

TIBÉRIO. [Divórcio]. *A Liberdade*, Teresina, ano 5, n. 153, p. 4, 15 nov. 1932.

TIO Romeu. Vida sentimental: o casamento. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 11, mar. 1953.

TIROTEIO noturno. *O Piauí*, Teresina, ano LXI, n. 715, p. 1, 18 jul. 1951.

TITO FILHO, A. Jogo, muito jogo. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 335, p. 6, 11 abr. 1948.

TITO FILHO, A. Jogo, muito jogo. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 343, p. 1, 4 maio 1948.

TITO FILHO, A. Mais uma vez os menores. *O Piauí*, Teresina, ano LVIII, n. 354, p. 4, 5 jun. 1948.

TRAGÉDIA em Picos. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano IV, n. 411, p. 4, 24 jun. 1956.

TREPAÇÕES. *A Cidade*, Floriano, p.4, 27 mar. 1930.

TRINDADE, Maria da. Mães de hoje. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 38, 24 set. 1950. Página feminina, p. 3.

TRINDADE, Maria da. Mães de hoje. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 38, p. 3, 24 set. 1950. Página f

ULPI. Histórias de amor... *O Momento*, Teresina, ano 5, n. 459, p. 4, 21 out. 1937.

UM FILME condenado. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 25, p.1, 25 jun. 1950.

UM LAR MODERNO. *O Dominical*, Teresina, ano 15, n. 3, p. 6, 21 jan. 1951. Transcrito.

UM MARIDO monstro. *A Imprensa*, Teresina, ano 1, n. 8, p. 4, 3 set. 1925.

UM MIMO. *A Cidade*, Floriano, p. 4, 27 mar. 1930.

UMA história de amor. *O Piauí*, Teresina, ano LXI, n. 709, p. 1, 23 jun. 1951.

VERSOSA, Expedito. Verdadeiro amor. *Piauí Novo*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 5, 11 jun. 1939.

VIDA social. Silhuetas. *A Imprensa*, Teresina, ano 2, n. 17, p. 2, 6 jul. 1933.

VIDA SOCIAL: Adão egoísta. *O Piauí*, Teresina, ano XXVII, n. 104, p. 4, 13 maio 1926.

VILELA, Brandão Avelar (Dom). O programa de 1950. *O Dominical*, Teresina, ano 14, n. 20, p. 6, 21 maio 1950. [Publicado em Petrolina, em 12 de abril de 1950].

VIOLETA. Feminismo. *O Piauí*, Teresina, ano XXVII, n. 75, 6 abr. 1926.

ZECA. Melindrosa. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 4, p. 4, 6 jan. 1927.

LIMA, Olavo Correia. Semana da criança. *Diário Oficial*, Teresina, n. 125, p. 8, 12. out. 1943.

2. REFERÊNCIAS

ADLER, Laure. *Segredos de alcova: história do casal (1850-1930)*. [Lisboa]: Terramar, 1983.

ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: _____. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 13-32.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. In: _____. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p. 33-44.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Violar memórias e gestar história: a abordagem de uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. *CLIO - Revista de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco*, Recife, n. 15, p. 39-52, 1994.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Quem é frouxo não se mete”: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. *Projeto História*, São Paulo, n. 19, p. 173-188, nov. 1999.

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si*. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- ANDRADE, Carlos Drumond. *O amor natural*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. p. 61-62.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- ARIÉS, Philippe; BÉJIN, André (Org.). *Sexualidades ocidentais*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. Paissandu: um estudo histórico e econômico do meretrício em Teresina de 1930 a 1950. *Revista Espaço-Tempo*, Teresina, v. 3, p. 274-291, 1993.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.
- AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920-1940. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 213-254, 2006.
- AZEVEDO, Thales. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986. p.32.
- AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCILIO, Maria Luiza (Org.). *Família, mulher e sexualidade na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 101-134.
- BACELLAR, Olavo Ivahóé de B.; LIMA, Gerson Portela. *Causas e tendências do processo migratório piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1990. (Relatório de Pesquisa, 12).
- BADINTER, Elisabeth (Org.). *Palavras de homens (1790-1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- BADINTER, Elisabeth. *Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.
- BADINTER, Elisabeth. Prefácio. In: _____. (Org.). *Palavras de homens (1790-1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

- BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BANDEIRA, William Jorge. Questões sobre emprego e ocupação no Piauí: notas preliminares. *Carta CEPRO*, Teresina, v.8, n.1, p.4-33, jan./jun., 1982.
- BARBOSA, Edison Gaysoso Castelo Branco. *Parnaíba: contribuição à história de sua navegação*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.
- BARROSO, Carmen de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, n. 15, p. 55, 1975.
- BASSANEZI, Carla Beozzo. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 607-639.
- BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BASTERD, Leila Linhares. *Permanência ou mudança? O discurso legal sobre a família*. In: ALMEIDA, Angela Mendes de et al. *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987. p. 103-114.
- BASTOS, Cláudio. *Família e poder*. Belo Horizonte, [s.n.], 1991.
- BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- BATAILLE, Georges. *O erotismo*. 3. ed. Lisboa: Edições Antígona, 1988.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BAZIN, André. A evolução da linguagem cinematográfica. In: _____. *Cinema: ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BENJAMIN, Walter. [Prostituição, jogo]. In: _____. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 531-535.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica; arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. t. III, p. 271-342.
- BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras,

1998. v. 4. p. 411-438.

BERRIOT-SALVADORE, Évelyne. O discurso da medicina e da ciência. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 3, p. 409-458.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. São Paulo: EDUSP, 1999.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p. 440-453.

BORDO, Susan R. *O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault*. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p. 157-185.

BORELLI, Andrea. *Matei por amor!:* as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

BOSON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, Wilson. O mundo poético de Martins Napoleão. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, p. 73-95, 1986.

BRANDEN, Nathaniel. *A psicologia do amor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

BRETON, David Le. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena Bueno. Da descrição à publicidade: ensaio para pensar a família na atualidade. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família*. São Paulo: Annablume, 2002.

BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.

BRITO, Itamar Sousa. *Memória histórica da Secretaria de Educação*. Teresina: Secretaria de Educação, 1985.

BUITONI, Dulcília Helena S. *Mulher de papel*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BULHÕES, Marcelo. *Leituras do desejo: o erotismo no romance naturalista brasileiro*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.

- BÜRGER, Christa. O sistema do amor: gênese e desenvolvimento da escrita feminina. É possível pensar o mundo moderno sem o romance? In: MORETTI, Franco (Org.). *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. v. 1, p. 595-628.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-174.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa Cardoso. *Entre o tradicional e o moderno: os femininos em Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, 2007. Digitado.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa. Desejos ambíguos. *Scientia et Spes*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 93-126, 2002.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Mulheres, escolarização feminina de terceiro grau e mercado de trabalho em Teresina*. 1998. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1998.
- CARDOSO, Elizangela. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.
- CARONE, Edgard. *A República Liberal: I instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.
- CATOGRA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CASNABET-CRAMPE, Michele. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto Afrontamento, 1994. v.4, p. 396-406.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. A Igreja Católica e a redefinição das relações familiares e das identidades de gênero no alvorecer do século XX. In: NASCIMENTO, Alcides; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e historiografia*. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 361-384.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Com afeto e disciplina: a invenção da infância entre a literatura e a história. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz (Org.). *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: Edições Bagaço, 2005. p. 91-100.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Famílias e escritas*. 2005. Tese (Doutorado em

História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005a.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades plurais. *Unisinos*, n. 2, v.9, p. 85-95, 2005b.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: F.C.M.C., 1996.

CASTRO, Ruy. *Chega de saudade: a história e as histórias da bossa nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p.42, 1995.

CHARTIER, Roger. *Formas e sentido: cultura escrita: entre distinção e apropriação*. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

- CHARTIER, Roger. Representações e práticas: leituras camponesas no século XVIII. In: CHERTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 235-260.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CHAVES, Joaquim (Mons.). Teresina: subsídios para a história do Piauí. In: _____. *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p.83.
- CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, n. 20, v. 2, p. 185-206, 1995.
- CORBIN, Alain. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4, p. 503-562.
- CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Do amor nas terras do maranhão: um estudo sobre o casamento e o divórcio entre 1750 e 1850*. 2004. Tese (Programa de Pós Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude, nem favor: estudos sobre o amor romântico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- COSTA, Suely Gomes. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003. p. 187-208.
- COSTA, Suely Gomes. A voz das mulheres: linhas da vida e associativismos feministas. Rio de Janeiro, anos 1970-80. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.437-456.
- COSTA, Suely Gomes. *Metáforas do tempo e do espaço doméstico: Rio de Janeiro: século XIX*. 1996. 725 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 339-356, 2002.
- COTT, Nancy F. A mulher moderna. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p. 95-114.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 3, p. 369-408.

CUNHA, Higino. *A defesa do professor Leopoldo Cunha*. Teresina: Imprensa Oficial, 1934.

CUNHA, Higino. *O assassinio do juiz federal dr. Lucrecio Dantas Avelino*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1928.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e XX). *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 181-215, 1998.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 223-40.

DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: _____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Angela Mendes de et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço Tempo: UFRRJ, 1987. p. 115-136.

DAMATTA, Roberto. Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. In: CALDAS, Dário (Org.). *Homens: comportamento sexual*. São Paulo: Ed. SENAC, 1997. p. 31-50.

DAUMARD, Adeline. Arranjo, amor, afeição: o casamento na sociedade burguesa do século XIX. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, n. 6, p. 11-12, 1991.

DAVIS, Natalie Zemon. A mulher “na política”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 3, p. 229-252.

DENIPOTI, Cláudio. Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999.

DIAGNÓSTICO sócio-econômico do setor terciário no Piauí. Teresina: Fundação CEPRO, 1975.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 24-25

DUARTE, Luiz Cláudio. Representações da virgindade feminina. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 14, p. 149-180, 2000.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b. p. 139.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a. v. 1.

ENGEL, Magali G. O médico, a prostituta e os significados do corpo doente. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ENGEL, Magali. História e sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 297-312.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher: o feminino dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p. 583-612.

ESTEVEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. abril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 241-277.

FARGE, Arlette et al. A história das mulheres, a cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2 sem. 2001.

FARIA, Lina. Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 173-212, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: _____ (Coord.); ABREU, Alzira Alves (Coord.). *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-13.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; (Org.). Definições e usos: In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 33-42.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995.

FONSECA, Cláudia. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do (não) casamento entre pequeno-burguesa do início do século. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, ago./set. 1989.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mãe e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados & mucambos*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.
- FUNDAÇÃO CEPRO. *Análise do processo de urbanização no Piauí*. Teresina, 1985. (Estudos Diversos, 26).
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1990. p. 88.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa: da rainha vitória a Freud: o cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1995. p. 292-370.
- GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.
- GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. v. 4. p. 199-238.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Tese. 1999 (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.
- GOMES, Tiago de Melo. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminino no Rio de Janeiro dos anos 1920. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 23, p. 121-148, 2004.
- GRIECO, Sara F. Matthews. O corpo, aparência e sexualidade. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 3, p. 71-90.

- GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Estudos Feministas*, v. 6, n. 1, p. 114-125, 1998.
- GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006
- HARTOG, Françoise. Tempo e história: “como escrever a história da França hoje”? *História social*, Campinas, n. 3, p. 127-154, 1996.
- HARAWAY, Donna. ‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.
- HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Família e sexualidade*. São Paulo: FGV, 2004.
- HIGONNET, Anne. Mulheres e imagens. Representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. v. 4, p. 325-350.
- HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p. 403-434.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano 3, p. 464-478, 2. sem. 1995.
- HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 3, p. 27-55.
- KAPPELI, Anne-Marie. Cenas feministas. In: DUBY, Georges; PERROT, M. (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 4. p. 540-579.
- KNIBIEHLER, Yvonne. Corpos e corações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. v. 4, p. 351-402;
- KRUEL, Kenard. *O. G. Rego de Carvalho: fortuna crítica*. Teresina: Zodíaco, 2007.
- LACERDA, Lilian de. *Álbum de leitura*. São Paulo: Unesp, 2003.
- LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela: educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p. 505-550.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEFAUCHEUR, Nadine. Maternidade, família, estado. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p.479-504.

LEITE, Dante Moreira. *O amor romântico e outros temas*. 2. ed. amp. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A mulher das camadas médias entra no mercado de trabalho. MARCÍLIO, Maria Luzia (Org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 191-196.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. *Sexo, amor e sedução*. In: _____. *A terceira mulher*. São Paulo Companhia das Letras, 2000. p. 17-98.

LLOSA, Mario Vargas. É possível pensar o mundo moderno sem o romance? In: MORETTI, Franco (Org.). *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. v. 1, p. 17-34.

LOPES, Antonio de Pádua C. *Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-81.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 74, nov. 1998.

MACFARLANE, Alan. Amor: amor e capitalismo. In: _____. *A cultura do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 158-189.

MAFFESOLI, Michel. *O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação corpo e socialidade*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense: horizontes de leitura e crítica literária: (1900-1930)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3, p. 367-422.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *Entre letras e bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

MARQUES, Rita de Cássia. A maternidade Hilda Brandão de Belo Horizonte: medicina e caridade. *Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 157-172, 2. sem. 2005.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. Análise estrutural do Piauí: indústria, comércio e setor externo. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 8, n.1, p. 70-103, jan./jun. 1982b.

MARTINS, Agenor de Sousa. O Piauí na economia nacional. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 8, n. 2, p. 91-142, jan./jun. 1982a.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Entre a benemerência e as políticas públicas: a atuação da liga baiana contra a mortalidade infantil no começo do século XX. *Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 54, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 107-128.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Nos embalos do samba-canção: poética e música em Dolores Duran. In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo (Org.). *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006. p. 127-148.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções: corpos, subjetividade e sensibilidades*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Dolores Duran*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. *História: questões e debates*, ano 18, n. 34, p. 45-64, jan./jun., 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de; FARIA, Fernando A. *Melodia e sintonia em Lupicínio*

Rodrigues. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Desafios da pós-modernidade: sensibilidades e masculinidades. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 2, p. 175-192, 1 sem. 2002.

MAYEUR, Françoise. A educação das raparigas: o modelo laico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. v. 4, p. 277-296.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos: São Paulo 1870/1920. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 247-285, 1998.

McLAREN, Augus. *História da contracepção: da antiguidade à atualidade*. Lisboa: Terramar, 1990.

MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral de vida. In: _____. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 35-39.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 586-596.

MELO FILHO, Antônio. *Teresina: a condição da saúde pública na Primeira República (1889-1930)*. 2000. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

MIRA, Maria Celeste. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 13-38, 2003.

MORAES, Herculano. *Visão história da literatura piauiense*. 4. ed. Teresina: COMEPI, 1997. t. II.

MOTT, Maria Lúcia. Atendimento ao parto em São Paulo: o serviço obstétrico domiciliar. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. *Políticas e poéticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 113-123.

MOURA, Francisco Miguel de. Depoimento. In: MOURA, Francisco Miguel de (Org.). *Fortuna crítica de Francisco Miguel de Moura*. Teresina: Ed. Cirandinha, 2008.

NASCIMENTO, Alcides Francisco. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina – 1937-1945*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob fogo: modernização e violência policial em Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NASCIMENTO, Francisco do. *Cronologia do Piauí republicano 1889-1930*. Teresina: Fundação CEPRO, 1988.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NECKEL, Roselane. A “ciência sexual moderna” e a “verdade” sobre o sexo. In: *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006. p. 161-176.

NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. 2004. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

NEVES, Oswaldo de Carvalho. Alguns aspectos do setor industrial piauiense. *Carta Ceipro*, Teresina, v. 6, n. 1, jan./jul., 1980.

NOGUEIRA, Lídy Tolstenko. *A trajetória da enfermagem moderna no Piauí: 1937-1977*. 1996. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Ana Nery, Rio de Janeiro, 1996.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, p.7-28, 10 dez. 1993.

PARIS, Ginette. *O sacramento do aborto*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: Guacira Lopes (Org.). *Pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.p. 125-150.

PASSERINI, Luisa. Mulheres, consumo e cultura de massas. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p. 381-402.

PEDRO, Joana Maria (Org.). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1994.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. *Políticas sociais e corporativismo no Brasil: o Departamento Nacional da Criança no Estado Novo*. 1992. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 165-198, 1999.

PERROT, Michelle. À margem: solteiros e solitários. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. A família triunfante. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991. v. 4, p. 93-104;

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991. v. 4, p. 121-186.

PERROT, Michelle. Funções da família. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991. v. 4, p. 105-120.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 4, p. 503-538.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (Org.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. p. 9-21.

PESSANHA, José Américo Motta. Platão: as várias faces do amor. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 83-115.

PIERUCCI, Antônio F. O; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido P. F. de. Igreja Católica 1945-1970. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. t. III, p. 343-416.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cultura de massas e representações femininas na paulicéia dos anos 20. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 139-163, 1999.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 49-66.

PISCITELLI, Adriana. Comentário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 211-218,, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e do feminismo. COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 43-65.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212, 1992.

PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 120.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine; VICENT, Gerárd (Org.). *História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v.5, p. 13-154.

QUEIROZ, Teresinha. Notas sobre a modernização de Teresina: In: _____. *História, literatura e sociabilidades*. Teresina: F.C.M.C., 1998b.

QUEIROZ, Teresinha. *As diversões civilizadas em Teresina (1880-1930)*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

QUEIROZ, Teresinha. Cinema, invenção do diabo? In: _____. *História, literatura e sociabilidades*. Teresina: F.C.M.C., 1998b.

QUEIROZ, Teresinha. Do singular ao plural. In: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996. p. 5-17.

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. rev. Teresina: EDUFPI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí*. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998a.

QUEIROZ, Teresinha. Retrato do cinema quando jovem. In: _____. *História, Literatura, Sociabilidades*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998b.

QUEIROZ, Teresinha. História e literatura. In: _____. *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 81-94.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

RAGO, Margareth. A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil, 1900-1932. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 28-44, 1994.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 31-41.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RETRADO do amor quando jovem: Dante, Shakespeare, Sheridan, Goethe. Projeto e tradução Décio Pignatari. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara T. *Família em processos contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. A paixão revolucionária e paixão amorosa em Stendhal. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 477-499.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. A educação sanitária como profissão feminina. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 69-104, 2005.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. *Lugares, saber e poder: apropriação feminina sobre as práticas discursivas entre 1875-1950*. 2007. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. *Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970*. 2007. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.

ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação e gênero no Brasil. *Projeto História*, n. 11, p. 7-18, nov. 1994.
- ROSENFELD, Anatol. *Cinema: arte e indústria*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Razão e paixão. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 500-536.
- ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o ocidente*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Teresina, 2006.
- SAFFIOTI, Helieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Mistérios da ‘fragilidade humana’: o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 57-72, 1995.
- SAMARA, Eni de. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 91-95, set.1987/fev. 1988.
- SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas da historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.
- SANT’ANNA, Affonso Romano de. O erotismo nos deixa gauche? In: DRUMOND, Carlos de Andrade. *O amor natural*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 7-14.
- SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In:_____. (Org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 121-39.
- SANTANA, R. N. Monteiro (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectiva*. Teresina: Halley, 1995.
- SANTOS JÚNIOR, Luiz Ayrton (Org.). *História da medicina no Piauí*. Teresina: Academia de Medicina do Piauí, 2003.
- SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. *A família contemporânea em debate*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 39-49.
- SCHPUN, Mônica Raísa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: SENAC, 1999.
- SCHPUN, Mônica Raísa. O amor na literatura: um exercício de compreensão histórica. *Cadernos Pagu*, n. 8/9, p. 177-209, 1997.

- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1988.
- SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. v. 4, p. 443-476.
- SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
- SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 18, 1994.
- SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 13, 11-30, jan./abr. 2005.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004. p.37-58
- SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des) continuidade e projeção: uma reflexão (in) atual para a história? *Projeto História*, São Paulo, n. 24, p. 43-63, jun. 2002.
- SERPA, Leoni Teresinha Vieira. *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 513-620.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SHOHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno de identidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 23, p. 11-54, 2004.
- SHOHAT, Ella. Estudos de área, estudos de gênero e as cartografias do conhecimento. COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 19-30.
- SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1995.
- SILVA, Tomaz da. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Bruscini, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.39-53.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Luiz Carlos. Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da prostituição carioca no século XIX. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOBRINHO, Délcio da Fonseca. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

SOHN, Anne-Marie. Entre duas guerras: os papéis femininos em França e Inglaterra. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p. 115-146.

SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: COURTINE, Jean-Jacques (Dir.). *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 109-154.

SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. In: SOIHET, Rachel; ATOS, Maria Izilda S. de. (Org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 177-198.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989a.

SOIHET, Rachel. È proibido não ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 191-210.

SOIHET, Rachel. Feminismo X antifeminismo de libertários: a luta das mulheres pela cidadania durante o regime autoritário. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVEA, Maria de Fátima (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. v. 1. p. 307-332;

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 95-114.

SOIHET, Rachel. Feminismos e cultura política: uma questão no Rio de Janeiro dos anos 1970-80. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 411-436.

SOIHET, Rachel. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 2, p. 7-25, 1 sem. 2002.

SOIHET, Rachel. Introdução. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 11-24.

- SOIHET, Rachel. Mulheres ousadas e apaixonadas – uma investigação em processos criminais cariocas (1890-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 199-216, ago/set. 1989b.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 362-400.
- SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar da violência. *Projeto História*, São Paulo, n.25,p.269-289, dez. 2002.
- SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.
- SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1997.
- SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, p. 591-611, 2005.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-29.
- SOIHET, Rachel; FACINA, Adriana. Gênero e memória: algumas reflexões. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 1, p. 9-19, sem. 2004.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 54, v. 27, p. 281-302, jul-dez, 2007.
- SONNET, Martine. Uma filha para educar. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 3, p. 142-180;
- SWAIN, Tania Navarro. Para além do binário: os queers e o heterogênero. *Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 87-96, 2 sem. 2001.
- TELES, João Agostinho. *Estrutura econômica piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1974.
- THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p.31-94.
- THÉBAUD, Françoise. História das mulheres, história do gênero e feminismo: o exemplo da França. COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 67-80.
- THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, 1995. v. 5, p. 9-23.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994.

TRÁFICO sexual – entrevista. Gayle Rubin com Judith Butler. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 157-210, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1, p. 221-274.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 63-64, 1994.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. *Evas e Marias em Serrolândia: representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990)*. Salvador: EGBS, Fundação Pedro Calmon, 2007.

VICENT, Gérard. Segredos de família. In: PROST, Antoine; VICENT, Gerárd (Org.). *História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v. 5, p. 249-306.

VOLDMAN, Daniele. A invenção do depoimento oral: In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína; (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 247-65.

WALKOWITZ, Judith R. Sexualidades perigosas. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. v. 4, p. 403-442;

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *Pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 35-82

WISNIK, José Miguel. A paixão dionisíaca em Tristão e Isolda. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 221-260.